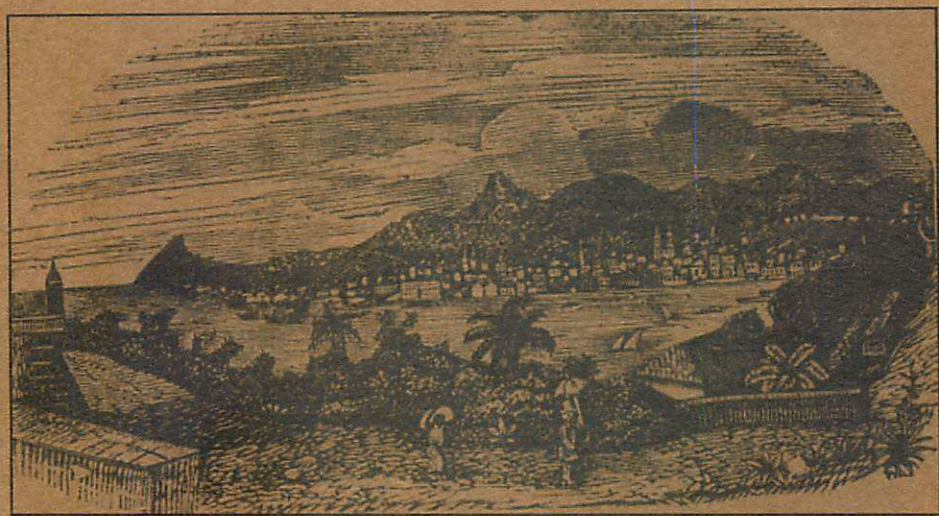


JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA SILVA

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA



Memória Literária - 5

e outros estudos

EDIÇÃO E NOTAS

José Américo Miranda
Maria Cecília Boechat

CESP
CENTRO DE ESTUDOS
PORTUGUESES

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2001

FALE
FACULDADE DE LETRAS
FALE

Maria Cecília Boechat é professora de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG e pesquisadora na linha Literatura, História e Memória Cultural. Publicou, em colaboração com o Prof. José Américo Miranda, o *Sermão do Mandato*, de Eusébio de Matos (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999).

Joaquim Norberto de Sousa Silva

**CAPÍTULOS DE HISTÓRIA
DA LITERATURA BRASILEIRA
e outros estudos**

EDIÇÃO E NOTAS
JOSÉ AMÉRICO MIRANDA
MARIA CECÍLIA BOECHAT

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2001

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Diretora: Profa. Eliana Amarante de Mendonça Mendes
Vice-Diretora: Profa. Veronika Benn-Ibler

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CENTRO DE ESTUDOS PORTUGUESES

Prof. Paulo Fernando da Motta Oliveira (Diretor)
Profa. Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (Vice-Diretora)
Profa. Gláucia Renate Gonçalves Profa. Graciela I. Ravetti de Gomez
Profa. Maria Cecília Bruzzi Boechat Profa. Rosângela Borges Lima
Prof. Seung-Hwa Lee Prof. Sérgio Alves Peixoto
Profa. Silvana Maria Pessoa de Oliveira Profa. Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa
Secretária: Silvana Maria de Jesus

Pesquisa realizada com apoio do CNPq, e publicação tornada possível pelo apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP).

Revisão: José Américo Miranda

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Marco Antônio e Alda Durães

Ilustração da capa: frontispício da *Revista Popular* (1859-1862)

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da Faculdade de Letras da UFMG

Silva, Joaquim Norberto de Sousa e, 1820-1891

S586c **Capítulos de história da literatura brasileira e outros estudos / Joaquim Norberto de Sousa Silva; edição e notas ao texto por José Américo Miranda, Maria Cecília Boechat. - Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2001.**

360p.

Inclui bibliografia

ISBN: 85-87470-16-7

1. Literatura brasileira - História e crítica. I. Miranda, José Américo. II. Boechat, Maria Cecília. III. Título.

CDD: B869.09

Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
31.270-901 – Belo Horizonte – MG
Tel: 499-5134 / Fax: 499-5120
<http://www.letras.ufmg.br>

SUMÁRIO

A INVENÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA	5
CRITÉRIOS DESTA EDIÇÃO	25
PARTE I – CAPÍTULOS DA <i>HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA</i>	
Capítulo I – Introdução histórica sobre a Literatura Brasileira . .	31
Capítulo II – Nacionalidade da Literatura Brasileira	63
Capítulo III – Da inspiração que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas	117
Capítulo IV – Originalidade da Literatura Brasileira	139
Capítulo V – Tendência dos selvagens brasileiros para a poesia – Tribos que mais se avantajaram na cultura da poesia	169
Capítulo VI – Catequese e instrução dos selvagens brasileiros, pelos jesuítas	209
PARTE II – OUTROS ESTUDOS	
Considerações gerais sobre a Literatura Brasileira	235
Estudos sobre a Literatura Brasileira durante o século XVII . .	243
As academias literárias e científicas no século décimo oitavo – A Academia dos Seletos	273
Poetas moribundos	289
Poetas repentistas	303
APÊNDICE – A língua brasileira	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	339
ÍNDICE ONOMÁSTICO	351

A INVENÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA

José Américo Miranda

História: uma forma para o passado

Joaquim Norberto de Sousa Silva (Rio de Janeiro, 1820 – Niterói, 1891), ao longo de toda a sua vida de pesquisador, trabalhou intensamente para que ficasse clara na mente dos brasileiros (e dos raros estrangeiros nela interessados...) uma idéia que lhe era caríssima: a da existência, na realidade, de uma Literatura Brasileira.

O crítico Benedito Nunes, em texto dedicado à historiografia literária brasileira, associa a atividade crítica do período romântico ao primeiro começo de nossa literatura, ao primeiro gesto literário de nossa história – a *Carta* de Pero Vaz de Caminha. Segundo ele, a atividade crítica e historiográfica exercida pelos intelectuais românticos sobre o *corpus* textual já existente e produzido no e/ou sobre o país foi, na verdade, um “reconhecimento legitimador”, equivalente “a um segundo começo”, pois outorgou “a essa literatura uma existência de direito oposta à sua anterior existência de fato na fase colonial.”¹

Se a cultura brasileira se criou historicamente por meio da transplantação da européia para um outro território, onde ela se confrontou e debateu com uma cultura local, indígena, e, ainda, com uma outra, trazida de outras terras, a africana, a verdade é que os produtos da atividade humana nos três primeiros séculos de nossa história permaneceram ocultos ao próprio homem que os produziu. Paradoxalmente, a cultura, isto é, o produto da atividade humana, existia ao modo da coisa bruta, da natureza desconhecida. Era esse o estado em que se achavam as coisas no Brasil quando entrou em cena a primeira geração romântica, de cujos esforços resultaram os primeiros passos para que a nação tornasse consciência de si mesma.

¹ Nunes, 1998, p.205.

A tarefa de interpretar o Brasil exigia que se acreditasse na existência de algo que o unificasse, que fizesse dele uma realidade acabada e dotada de sentido, um mundo posto em ordem e internamente coerente. Dito de outro modo, era preciso crer que a nação tivesse já assumido uma forma. Tudo isso era dúvida quando o país deixou de ser colônia, no início do século XIX. Como observa Roland Corbisier, se bem repararmos no modo pelo qual o país se estruturou durante o período colonial, “o Brasil não foi configurado em função dele mesmo, mas do exterior”.² Segundo esse mesmo autor, *“a tomada de consciência de um país por ele próprio não ocorre arbitrariamente, nem resulta do capricho de indivíduos ou de grupos isolados, mas é um fenômeno histórico que implica e assinala a rutura do complexo colonial.”*³

A pesquisa historiográfica, tanto no que dizia respeito ao passado de um modo geral como no tocante ao passado literário, foi um dos meios pelos quais o país tomou consciência de si e, conseqüentemente, deu os primeiros passos para se libertar da condição colonial. Acompanhar o surgimento da historiografia literária no Brasil significa isto: assistir ao espetáculo do nascimento de uma idéia, assistir à invenção de uma literatura para o Brasil. E conhecer essa literatura significa também isto: assistir à criação de um Brasil em pensamento, de um Brasil ideal, um todo inteiro e coerente, ainda que, nesse campo específico, criado pela imaginação.

Dos primeiros autores brasileiros que se dedicaram ao estudo de nosso passado literário, Joaquim Norberto de Sousa Silva, se não foi o mais importante (talvez tenha sido), foi seguramente, sob muitos aspectos, um pioneiro. Antes dele, apenas Gonçalves de Magalhães, nas páginas da *Niterói, Revista Brasiliense*, clamara por (mais clamara e prometera do que realizara) uma história literária para o Brasil. Enquanto Gonçalves de Magalhães anunciou a questão e os problemas, Joaquim Norberto tomou a peito a difícil tarefa, a quase impossível tarefa, de ser pesquisador no Brasil do século XIX. Com seus esforços, ele contribuiu em todas as frentes de trabalho que se abriram ante a necessidade de criar uma literatura para o país. Essas frentes foram assim definidas por Antonio Candido:

Primeiro, o panorama geral, o “bosquejo”, visando a traçar rapidamente o passado literário; ao lado dele, a antologia dos poucos textos disponíveis, o “florilégio”, ou “parnaso”. Em

² Corbisier, 1958, p.34.

³ Corbisier, 1958, p.41. Grifo do autor.

seguida, a concentração em cada autor, antes referido rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em “galerias”, em “panteons”. Ao lado disso, um incremento de interesse pelos textos que se desejam mais completos; são as edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informação biográfica. Depois, a tentativa de elaborar a história, o livro documentado, construído sobre os elementos citados.⁴

Antes de tudo, porém, antes da história literária, há a própria literatura. E também para ela, objeto de uma historiografia em processo de elaboração, Joaquim Norberto deu sua contribuição. Ele foi poeta e ficcionista num tempo em que o país ainda não tinha um romance a que se pudesse chamar “brasileiro”. Se é uma função social dos poetas o nomear as coisas irreveladas, inacessíveis à sensibilidade comum, então os criadores de nossa historiografia literária foram poetas, pois só eles vislumbravam como real e concreto um objeto sobre cuja existência pairaram dúvidas pelo menos até que Sílvio Romero tivesse concluído a sua monumental *História da Literatura Brasileira* (1888).

De fato, houve uma época, entre os tempos heróicos da independência do país e o final do século, em que a Literatura Brasileira era algo tão diáfano, tão difícil de ser apreendido pelos sentidos e pela inteligência, que somente os pesquisadores avançados do assunto se davam conta da sua real existência.

Houve muito debate acerca da existência (ou não), na realidade, de uma Literatura Brasileira. Uma das intervenções mais importantes nesse campo de luta entre idéias, pela contundência da argumentação a favor da existência da Literatura Brasileira, foi a de Santiago Nunes Ribeiro, nas páginas da revista *Minerva Brasiliense*.⁵ Desta circunstância, de haver sido publicada nesse periódico a mais importante peça da polêmica, resultou o nome que lhe foi dado pelo historiador e crítico Afrânio Coutinho: “Polêmica da *Minerva Brasiliense*”. Esse grande debate, que se travou na década de 40 do século XIX, continuou por muito tempo ecoando nos escritos e nas mentes dos intelectuais brasileiros. A outra intervenção importante na polêmica, pela pertinácia, pela extensão de sua duração no tempo e pelo caráter que assumiu de “balanço final” das opiniões, foi a de Joaquim Norberto.

⁴ Candido, 1981, v.2, p.349.

⁵ Ribeiro, 1843, v1, n.1, p.7-23; e v.1, n.4, p.111-115.

Quando na década de 1860 Ferdinand Wolf, um autor austríaco que jamais viera ao Brasil, escrevia *Le Brésil Littéraire (histoire de la littérature brésilienne)*, o primeiro livro inteiramente dedicado à história de nossa literatura, autores brasileiros, como o Cônego Fernandes Pinheiro e Francisco Sotero dos Reis, redigiam histórias literárias em que a literatura brasileira e a portuguesa conviviam, como se uma só coisa fossem, nas mesmas páginas.

Ficção e história, ou poesia e história, se se afastam uma da outra pelas razões apontadas desde Aristóteles, podem entretanto aproximar-se. Tudo nos leva a crer que para Joaquim Norberto e seu tempo valia a idéia de Jakob Burckhardt, aliás seu contemporâneo, que escreveu certa vez: “A história, para mim, em grande parte ainda é poesia; é uma série das mais belas e pitorescas composições.”⁶ Essa idéia era partilhada, segundo Cassirer, por outro célebre historiador, Theodor Mommsen, que acreditava ter a história “mais a ver com os artistas que com os eruditos”.⁷ Evidentemente, falavam todos esses autores de historiadores enquanto agentes criadores da história. E nesse ponto particular e intrínseco à tarefa mais própria do historiador, admite o mesmo Cassirer o mencionado parentesco entre a história e a arte:

A arte nos dá uma descrição da vida humana através de um processo alquímico; transforma a nossa vida empírica em dinâmica de formas puras. A história não funciona assim. Não vai além da realidade empírica das coisas e dos eventos, mas *molda essa realidade em uma nova forma*, conferindo-lhe a idealidade da lembrança.⁸

Vistos sob esse prisma os nossos mais importantes historiadores do século XIX, talvez possamos compreender-lhes melhor a atividade criadora, por meio da qual deram forma a uma literatura para o Brasil, como deram, também, uma forma ao Brasil. A vocação fundamental de todos eles parecia ser para a criação. Não espanta, pois, que Gonçalves de Magalhães tenha dedicado toda a sua vida à literatura; que Januário da Cunha Barbosa tenha sido poeta; que João Manuel Pereira da Silva tenha sido um precursor da ficção em prosa em nosso país; que Francisco Adolfo de Vanhagen tenha sido um ficcionista e um poeta; e, mais que

⁶ Burckhardt (Basiléia, 1818-1897) apud Cassirer, 1994, p.330.

⁷ Cassirer, 1994, p.330.

⁸ Cassirer, 1994, p.333. Grifo nosso.

todos, que Joaquim Norberto se tenha dividido e desdobrado entre a criação pura, literária, e a atividade de historiador. Tinham todos eles vocações “poéticas”, no sentido lato da palavra: eram criadores de formas.

Quanto aos eruditos, esses se movem com mais familiaridade entre as coisas conhecidas; não avançam sobre o desconhecido para dar-lhe uma forma. Eles lidam com formas já existentes, talvez precárias, é verdade, mas criadas por outros. Sem os primeiros, os eruditos não poderiam exercer sua atividade, pois não dispõem da matéria-prima sobre a qual atuam.

Sob essa perspectiva, na historiografia literária brasileira temos, de um lado, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves de Magalhães, João Manuel Pereira da Silva, Joaquim Norberto e Francisco Adolfo de Vanhagen; e do outro, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Francisco Sotero dos Reis. Os primeiros viveram às voltas com o conhecimento histórico em processo de produção, com a matéria bruta do passado à qual precisavam imprimir uma forma; os outros, na condição de professores, moviam-se de preferência em meio ao conhecimento já existente. Assim, o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), de Fernandes Pinheiro, e o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (5v., 1866-1873), de Sotero dos Reis, ambos escritos para uso em instituições de ensino, lidam com conceitos estabelecidos, e o que havia, então, na década de 1860, de estabelecido, era o fato de que a literatura do Brasil ainda não se distinguia claramente da portuguesa.

Nesse contexto, a obra historiográfica de Joaquim Norberto, que a muitos se apresenta como pouco importante, nos parece não só avançada com relação a seu tempo, mas ousada mesmo. A razão da ousadia situa-se no que ela revela de agudeza e profundidade no tocante aos conhecimentos sobre este objeto, a Literatura Brasileira. Para uma avaliação mais justa do significado de Joaquim Norberto para a historiografia literária brasileira, é preciso estar atento às condições em que ele trabalhou e que ficaram registradas por Ferdinand Wolf, ele próprio afetado por elas. Segundo o historiador austríaco, a Literatura Brasileira ainda não atraía a atenção de ninguém por um motivo muito simples, que é o “de as suas fontes de estudo serem inacessíveis”.⁹ Ele registrou, também, seu reconhecimento pela ajuda que recebera dos intelectuais brasileiros Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Ernesto Ferreira França, seguramente os homens mais bem informados

⁹ Wolf, 1955, p.3.

sobre o assunto àquela altura dos acontecimentos. Considerar que “vistos à distância de mais de um século, os esforços de Norberto no sentido de contribuir para a elaboração de nossa história literária revelam-se bastante modestos em seus resultados”¹⁰ seria o equivalente a dizer que os alicerces de pouco servem ao edifício. O próprio Sílvio Romero, que tanto e tão severamente o criticou, reconheceu: “Nesta esfera [da história e da crítica literária] o primeiro elogio que lhe faço é o seguinte: hoje é impossível escrever a história, principalmente a história literária do Brasil, sem recorrer às publicações deste laborioso escritor.”¹¹ Os resultados podem “parecer” desproporcionais aos esforços dispendidos, mas são desproporcionais apenas na “aparência”. A *História da Literatura Brasileira*, de Joaquim Norberto, que não deixou de ser apenas projeto e cujos capítulos publicados apareceram entre os anos de 1859 e 1862, se não se completou, fez uma revisão-síntese das discussões em pauta nos meios intelectuais do país durante as décadas precedentes e lançou as bases de uma teoria da literatura brasileira. Isso não é pouco, a julgar pelas ponderações de Wolf, de Sílvio Romero e de tantos outros que trabalharam sobre os mesmos materiais naquele tempo e em épocas posteriores. Quanto a seus contemporâneos, pela pouca visibilidade de um trabalho intenso e concentrado, Joaquim Norberto deve ter tido grandes motivos para queixar-se do não reconhecimento de sua contribuição aos estudos brasileiros. Um pouco dessa mágoa aflora no humor amargo do artigo “A Língua Brasileira”, em que ele critica a maior parte dos intelectuais de seu tempo, todos eles fingidamente nobres e beneficiários da generosidade do Imperador.

Joaquim Norberto, poeta e historiador

Sobre as atividades de historiador e de poeta de Joaquim Norberto observou Sílvio Romero: “Ele não começou pela poesia e passou depois para a história; não; enfrentou-as ao mesmo tempo. Daí o caráter de *contos, lendas, tradições*, de quase todas as suas produções poéticas.”¹² Tudo leva a crer que nesses dois campos encontrou ele o caminho para o alívio de sua angústia criadora e para as irresoluções de sua (e nossa) identidade. O fato é que ele trabalhou em diversas frentes: criou ficção

¹⁰ Souza, 1999, p.12-13.

¹¹ Romero, 1943, v.3, p.167-168.

¹² Romero, 1943, v.3, p.163. Grifos do autor.

em prosa, colecionou e publicou cancioneiros (antologias), escreveu e traduziu peças de teatro, foi poeta, foi crítico literário, foi pesquisador de história (não só da literária) e editor de poetas antigos (do período colonial) e modernos (de seu próprio tempo). Ele foi, enfim, no mais alto sentido da palavra, um historiador. De alguma forma, todas essas atividades pareciam atender à mesma inquietação e à mesma exigência criadora.

É possível classificar a vasta produção intelectual de Joaquim Norberto em três fases, com base em sua trajetória biográfica, conforme foi proposto por Maria Eunice Moreira, estudiosa do autor.¹³ A primeira fase, de iniciação à pesquisa e contato direto com as fontes que lhe abririam caminho para o desenvolvimento de uma linha original de pensamento acerca da nacionalidade do país e de sua literatura, abrange o período que se inicia com a sua admissão como funcionário à Biblioteca Nacional (1841) e se encerra com sua entrada para a Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1846).

Nessa etapa, publicou ele seu primeiro e breve romance, *As Duas Órfãs* (1841). Vale lembrar, aqui, que naquele tempo não possuía ainda o Brasil uma ficção a que se pudesse chamar propriamente de nacional. Três anos mais tarde, nas páginas da *Minerva Brasiliense*, apareceu outro romance seu – curtíssimo –, *Maria ou Vinte Anos Depois*, que trazia por subtítulo a expressão reveladora do projeto consciente de seu autor: “Romance Brasiliense”. Coerente com a intenção de compor um romance brasileiro, a ação romanesca se desenvolve na Gávea. Em *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa, publicado no ano anterior (1843), a ação se passava em Copacabana, que era, naquele tempo, periferia distante da cidade do Rio de Janeiro.¹⁴

Por essa mesma época, Joaquim Norberto estreou em livro como poeta e historiador, ao mesmo tempo, pois sua obra *Modulações Poéticas* (1841) contém, além das composições líricas que lhe motivaram o título, o importante “Bosquejo da História da Poesia Brasileira”, que as antecede e que já havia sido publicado, no ano anterior, em *O Despertador*. No “Bosquejo”, Joaquim Norberto, tendo alcançado às custas de suas próprias pesquisas uma visão bastante acurada do conjunto da produção literária do país, desde o seu descobrimento, propôs a primeira divisão

¹³ Cf. Moreira, 1995, p.21-27.

¹⁴ *O Filho do Pescador*, de Teixeira e Sousa, e *Maria ou Vinte Anos Depois*, de Joaquim Norberto, tiveram ambos reedições recentes. Cf. Sousa, 1997; e Silva, 1997.

periodológica da história literária brasileira. De acordo com sua proposta, os dois primeiros séculos (“Desde o descobrimento do Brasil até fins do XVII século”) compunham a primeira época literária; a primeira metade do século XVIII (“Do começo até meado do XVIII século”) compunha a segunda época; a segunda metade desse mesmo século (“Do meado até fins do XVIII século”) compunha a terceira; os primeiros 22 anos do século XIX (“Do começo do século XIX até a proclamação da independência nacional”) compunham a quarta época; os anos que transcorreram entre 1822 e 1836 (“Desde a proclamação da independência nacional até a reforma da poesia”) compunham a quinta época; e, por fim, a sexta época consistia nos anos posteriores a 1836 (“Da reforma da poesia”), etapa que se consagrou na história literária como o período romântico de nossa literatura.

Essa divisão, como se pode ver, assinalava efetivamente a percepção de caracteres intrínsecos à série literária, antecipando de mais de um século o modo de pensar que caracterizou a militância crítica de Afrânio Coutinho. Wilson Martins reconheceu que Joaquim Norberto “procurava distinguir, e de fato distinguia, momentos característicos e inconfundíveis na história da poesia brasileira (a prova é a sua fragmentação dos séculos cronológicos em ‘séculos’ literários).”¹⁵

Apesar de aguda, de poder até hoje ser considerada correta, e de ter prevalecido até a publicação de *Le Brésil Littéraire* (1863), de Ferdinand Wolf, que a adotou apenas com ligeira modificação, fundindo os períodos quarto e quinto num único – apesar de tudo isso, o próprio Joaquim Norberto, quando criticado, vacilava em suas convicções:

... apresentou Santiago Nunes Ribeiro algumas observações, para fixar e caracterizar essas épocas, por lhe parecer que nas divisões propostas não atendi às evoluções internas da literatura, nem ao princípio, que as determinava, mas tão-somente aos fatos e épocas da história política.

(...)

Na divisão das épocas, que apresentei, não tive unicamente à vista os fastos da história política. Atendi, pelo contrário, às próprias evoluções íntimas da literatura, como quisera o ilustrado escritor peruviano [Santiago Nunes Ribeiro], que honrou o nosso país com a sua douda pena; houve porém demasiado rigorismo da minha parte; excedi-me em classificar por épocas as menores

¹⁵ Martins, 1983, v.1, p.107.

evoluções, que na verdade não eram mais do que modificações ou transições de uma para outra. E estarão também em harmonia com as evoluções da literatura as épocas propostas pelo digno Santiago Nunes Ribeiro? Julgo que não.¹⁶

Por um lado, é bem razoável e perspicaz a divisão em três períodos proposta por Santiago Nunes Ribeiro, embora ela reconheça menos nuances no processo histórico da literatura brasileira. Propunha ele a divisão de nossa história literária em três etapas: a que vai do descobrimento do Brasil a meados do século XVIII, que corresponde ao período Barroco de nossas classificações atuais; a que começa com Cláudio Manuel da Costa e termina por volta de 1830, abrangendo o que a historiografia mais recente consagrou como Arcadismo e período imediatamente subsequente; e a que começa com o Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, Frei Francisco de São Carlos e José Bonifácio, poetas reconhecidos como de transição para o período em que viviam os autores em polêmica e que hoje constituem parte do que chamamos de Romantismo. Por outro lado, é também razoável a percepção, por Joaquim Norberto, de que ele se excedera ao classificar como épocas as menores evoluções do processo literário. Ele se antecipava, assim, ao reparo que lhe seria feito, como já ficou dito, por Ferdinand Wolf, em seu livro *Le Brésil Littéraire* (1863).

Outra publicação importante dessa etapa foi o *Mosaico Poético* (1844), antologia de poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, preparada em colaboração com Emílio Adet. A obra traz um prefácio sem título, uma "Introdução" sobre a literatura nacional, além de notas e notícias biográficas e críticas sobre os poetas e as poesias coligidos na antologia. Essas notas e notícias foram redigidas e inseridas no corpo do livro à maneira das que Januário da Cunha Barbosa havia incluído em seu *Parnaso Brasileiro*, que aparecera em cadernos publicados entre 1829 e 1832. O *Mosaico Poético*, que Sacramento Blake registra em dois tomos, parece ter ficado incompleto. Ao que tudo indica, só foi publicado o primeiro tomo. Os autores tinham a intenção de continuá-lo, como, aliás, foi o caso de Januário da Cunha Barbosa com o seu *Parnaso Brasileiro* (1829-1832).¹⁷ A intenção dos autores de

¹⁶ Silva, 1860, p.25.

¹⁷ O oitavo e último caderno do *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, único publicado em 1832, trazia em sua última página a seguinte Advertência: "Com este Número termina o 2.º Volume do Parnaso Brasileiro, cuja continuação se anunciará ao Público em tempo oportuno. FIM." O anúncio da continuação, evidentemente, nunca aconteceu.

dar continuidade à publicação de coletâneas de poesias brasileiras se deduz do que afirmaram em artigo que escreveram conjuntamente e fizeram publicar na revista *Minerva Brasiliense*, por ocasião da publicação do *Mosaico Poético*. Naquela ocasião, escreveram eles:

Havíamos [nós, Joaquim Norberto e Emílio Adet] a princípio coligido, cada qual de sua parte, materiais; um para completar e estender seus conhecimentos sobre a literatura de seu país, e revelá-los a seus compatriotas; outro para dar à sua nação [a França] uma idéia mais exata e mais extensa da literatura brasileira (...) e então, trocando adquiridas idéias, e comunicando as nossas indagações e achados, nos propusemos oferecer o fruto de nossos trabalhos em proveito do público. E de passo aqui daremos extrato do nosso prefácio, publicado em frente do primeiro volume...¹⁸

Ora, quem diz que o prefácio apresentado será publicado em frente do primeiro volume está prometendo um segundo, e quem sabe outros volumes. O fato é que a situação nos revela a intensidade e a urgência com que era sentida por eles a necessidade de expor a Literatura Brasileira aos brasileiros, no caso de Joaquim Norberto, para que melhor se conhecessem, e aos franceses, no caso de Emílio Adet, para que mais extensamente nos conhecessem.

Quanto às relações culturais e literárias entre França e Brasil, são preciosas duas lembranças. A primeira, um tanto lisonjeira para nós, vem da afirmativa de Blaise Cendrars, de que “cada livre cidadão do mundo tem duas pátrias, a sua e a França”, e de que “cada francês que conhece o Brasil tem igualmente duas, a França e o Brasil”.¹⁹ Parece ter sido semelhante a esse o sentimento de Emílio Adet, no contato com o nosso país. A segunda lembrança, o seu tanto amarga, vem do crítico Wilson Martins, que afirmou serem as relações entre França e Brasil, no campo literário, “de nossa parte, um pungente caso de amor não correspondido”,²⁰ o que todos sabemos ser a expressão de uma dolorosa verdade. A associação dos interesses de um escritor francês com os de um brasileiro parecia prometer algo mais produtivo, que o desdém de uma das partes representadas (não de Emílio Adet, ele mesmo) não permitiu se realizasse.

¹⁸ Adet & Silva, 1844, p.392.

¹⁹ Cendrars, 1976, p.10.

²⁰ Martins, 1995, p.4.

O interesse de Joaquim Norberto pela divulgação de poesias brasileiras persistiu ao longo dos tempos, tendo ele publicado outras coleções, como *As Americanas*, poesias tradicionais dos *nheengaçarás* ou bardos do Brasil, que saíram em *A Semana*, jornal literário, científico e noticioso, do Rio de Janeiro, em 1855 e 1856, e *A Cantora Brasileira*, obra em três volumes, publicada em 1871, contendo modinhas, recitativos, hinos, canções, lundus, etc. A essa série deve-se acrescentar *O Cancioneiro das Bandeiras*, inédito, que continha poesias tradicionais dos bandeirantes paulistas. A respeito dessa última coletânea, afirma Sacramento Blake que Joaquim Norberto lhe dissera possuir tanta cópia de poemas que ele poderia publicar, só de sonetos, um bom volume. Essa coleção anda perdida, mas, se vier a ser encontrada, poderá ser de grande importância, porque pode estar nela o célebre poema intitulado *O Descobrimento das Esmeraldas* (1689), de Diogo Grasson Tinoco, que serviu de fonte a Cláudio Manuel da Costa para a composição do canto oitavo de seu poema épico *Vila Rica* e do qual só se conhecem as quatro estrofes conservadas pelo poeta de Mariana no “Fundamento Histórico” que antepôs a seu poema.

Ainda nessa primeira fase de sua vida Joaquim Norberto produziu uma obra curiosa, de que foi editor, mas de que jamais assumiu publicamente a autoria: o *Dirceu de Marília*, liras atribuídas a D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas (Rio de Janeiro, 1845). Essa obra tem, como as liras do próprio Gonzaga, e para harmonizar-se perfeitamente com elas, duas partes: uma primeira, em resposta à primeira parte das liras do poeta, intitulada “Amores”; e uma segunda, que guarda relação com as liras escritas na prisão, que compõem a segunda parte de *Marília de Dirceu*, intitulada “Saudades”. O comportamento austero de Joaquim Norberto com relação às pretensas liras de Marília revela o seu empenho em contribuir efetivamente para a elaboração dos mitos literários da então nascente nacionalidade brasileira. Sua impassibilidade e sua atitude de objetividade perante a obra, assim como sua suposta imparcialidade de editor responsável, na tentativa de convencer seus leitores da autenticidade das liras, o levaram a acrescentar à segunda edição da obra (feita no bojo de sua edição de *Marília de Dirceu*, publicada por Garnier em 1862, mas que só nos foi possível consultar na reedição de 1884) um estudo introdutório intitulado “Sobre as presentes liras”, em que afirma: “Parece que foram elas [as liras] escritas em Vila Rica e enviadas pela maior parte ao Rio de Janeiro; ao menos assim se depreende de sua leitura...”²¹

²¹ Silva, In: Gonzaga, 1884, p.197-198.

No curso dessa apresentação às liras de Marília, ele reproduziu as seguintes “frases animadoras da imprensa literária”, publicadas, quando da primeira edição da obra (1845), por Santiago Nunes Ribeiro:

O Sr. J. Norberto de S. S., que se apresenta como editor do opúsculo de que vamos tratando, não o dá como de sua produção, mas também não o nega; deixa uma dúvida... e dessa dúvida nasce o desejo da leitura... e da leitura a ilusão... as liras são da celebrada amante de Gonzaga!... O poeta identificou-se com os seus amores, padeceu suas saudades, para poder exprimir-se, como exprimir-se-ia ela mesmo, se ela mesmo escrevesse essas liras.²²

Quanto à edição de *Marília de Dirceu* preparada anos mais tarde (1862) por Joaquim Norberto, em dois volumes, e publicada pela Livraria de B. L. Garnier, ele a fez preceder de uma longa “Introdução”, que continha uma “Advertência sobre a presente edição”, “Reflexões sobre as diversas edições”, “Juízo crítico de escritores nacionais e estrangeiros”, “Notícia sobre Tomás Antônio Gonzaga e suas obras” e “Notas”, além de “Peças Justificativas”, que continham a “Certidão de idade do Dr. Tomás Antônio Gonzaga”, o “Termo de inquirição dos contraentes Dr. Tomás Antônio Gonzaga e Juliana de Sousa Mascarenhas” (certidão de casamento datada de Moçambique, 9 de maio de 1793), o “Auto de perguntas feitas ao desembargador Tomás Antônio Gonzaga”, a “Defesa do procurador dos réus José de Oliveira Fagundes” e a “Sentença da alçada proferida contra os réus”. Tudo isso ocupa até a página 193 do primeiro volume (na edição de 1884). À página 195 tem início o *Dirceu de Marília*, liras atribuídas a D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, que ocupa o restante do volume de 348 páginas. O segundo volume traz, por fim, a obra *Marília de Dirceu*, liras de Tomás Antônio Gonzaga, com as partes I e II seguidas da parte III apócrifa.

Sacramento Blake deu de barato que a obra *Dirceu de Marília* era da autoria de Joaquim Norberto, e como tal ela passou à tradição. Tanto é assim, que uma antologia recente das escritoras brasileiras do século XIX, que inclui, por exemplo, a polêmica produção de Bárbara Heliodora, desconheceu por completo essas liras.²³ A *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, preparada pela Oficina Literária Afrânio Coutinho, no verbete

²² Silva, In: Gonzaga, 1884, p.199-200.

²³ Cf. Muzart, 1999.

dedicado a Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, considera o *Dirceu de Marília* uma mistificação literária, cujo autor seria o próprio Joaquim Norberto, “que foi denunciado como tal na rev. *Nova Minerva*, logo que apareceu a ed. de 1845, e que jamais contestou a denúncia.”²⁴

Diante da profusão de resultados do trabalho do pesquisador, em que se misturam a atividade criadora e a imaginação do poeta com a seriedade do historiador, Sílvio Romero, que reconheceu não ser possível escrever uma história da Literatura Brasileira sem a consulta aos resultados das pesquisas de Joaquim Norberto, levantou-lhe as seguintes objeções:

O escritor fluminense por certo trabalhou muito, um pouco demais talvez, mas foi também muito pródigo em promessas, e algumas delas irrealizáveis.

Onde foi, por exemplo, que Joaquim Norberto coligiu os *Cantos tradicionais* dos antigos bandeirantes? Onde os encontrou? O autor era fácil nestas pequenas fraudes, capazes de iludir espíritos pouco perspicazes. Obedecendo a este sestro, deu as pretendidas respostas de Marília às líras de Gonzaga.

A mesma inspiração levou-o à insinuação de serem suas *americanas cantos tradicionais dos nbeengaçaros ou bardos do Brasil...* Onde encontrou Norberto os *nbeengaçaros* e os seus cantos?

Entretanto, o espírito desprevenido de algum europeu, ignorante de nossas coisas, poderá supor a existência real dos *cantos dos bandeirantes* e dos *cantos dos nbeengaçaros*, puros brincos da imaginação do poeta.

Noto isto e lho censuro, porque, como já fiz ver, ele é um homem de merecimento, e a exatidão histórica é um dos seus fortes.²⁵

É bem de se notar o fato assinalado por Sílvio Romero, de que o ponto forte do pesquisador Joaquim Norberto era sua vocação de historiador: dessa atividade resultariam os principais trabalhos que vieram à luz na etapa final de sua carreira. Nas últimas décadas de vida apareceram os resultados finais de suas prolongadas e difíceis pesquisas: foram elas que o conduziram, ao fim e ao cabo, à concepção e elaboração da *História da Literatura Brasileira*. Antes, porém, uma referência à etapa intermediária de sua trajetória.

²⁴ *Enciclopédia de literatura brasileira*, 1990, v.2, p.1228.

²⁵ Romero, 1943, v.3, p.156. Grifos do autor.

A segunda fase da vida profissional de Joaquim Norberto vai de 1846, ano em que ingressou na Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, até 1859. Esse período caracteriza-se, conforme observa Maria Eunice Moreira, pela intensidade com que sua atenção se voltou para o teatro.²⁶

Nessa etapa, entretanto, não se arrefeceram o zelo e o interesse do historiador pela criação poética e pela prosa de ficção: ele continuou publicando com freqüência, principalmente em periódicos, composições em verso; e, ainda, foi por essa época que ele reuniu sua anterior produção ficcional em prosa no volume *Romances e Novelas* (1852).

Por fim, a terceira fase de sua carreira teve início em 1859, quando se transferiu para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império, onde permaneceu até 1887. Dessa data em diante, até a morte em 1891, sua atividade esteve principalmente vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que foi presidente. Destaca-se, nesse período, o florescimento de sua atividade de historiador: ele publicou, em 1862, o volume *Brasileiras Célebres*; em 1873, a *História da Conjuração Mineira*; e, nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1870, estudo sobre Casimiro de Abreu; em 1876, sobre Teixeira e Sousa; em 1879, sobre Laurindo Rabelo; e, em 1890, sobre Cláudio Manuel da Costa. Datam, também, desse período, as publicações, na *Revista Popular*, dos capítulos da inacabada *História da Literatura Brasileira* reunidos neste volume.

Entre a publicação do último desses capítulos (1862) e a morte de Joaquim Norberto (1891) passaram-se quase trinta anos. Durante esse tempo, o autor continuou operoso como sempre fora. Não se conhecem os motivos da interrupção da elaboração dessa que seria a primeira *História da Literatura Brasileira* escrita por um brasileiro. Nem mesmo se sabe se os capítulos que faltam chegaram a ser escritos. A maior probabilidade é a de que o não tenham sido.²⁷

²⁶ Cf. Moreira, 1995, p.22. Informações mais detalhadas sobre a composição e a tradução de peças teatrais por Joaquim Norberto podem ser encontradas em Almir Câmara de Matos Peixoto (*Direção em Crítica Literária*, 1951).

²⁷ Algumas especulações sobre as possíveis razões de ter o autor desistido de seu projeto a meio do caminho foram discutidas no "Colóquio Identidades", realizado entre 4 e 6 de maio de 1999 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, durante palestra proferida pelo Prof. Roberto Acízelo de Souza. Cf. Souza, 1999, p.9-22.

A História da Literatura Brasileira

A *Revista Popular*, periódico em que apareceram os seis capítulos conhecidos da inacabada *História da Literatura Brasileira*, começou a circular em 4 de janeiro de 1859. Em suas páginas encontraram acolhida as idéias radicais de Joaquim Norberto. A propósito do periódico e do aparecimento nele de tais idéias, escreveu Antonio Candido:

Pode-se considerar que o balanço [dos temas em debate entre os intelectuais nas décadas anteriores] foi dado por Joaquim Norberto de 1859 a 1862, nos capítulos da inacabada história da nossa literatura que publicou na *Revista Popular*, e abrangem justamente os temas debatidos. O principal orientador da revista, cônego Fernandes Pinheiro, era contra a tese da autonomia total, isto é, desde as origens; mas recebeu com tolerância a contribuição do amigo. Percorrê-la, é ler o que o Romantismo produziu de mais completo no assunto como quantidade e sistematização.²⁸

Os capítulos da *História* foram aparecendo nas páginas do periódico na mais completa desordem. Provavelmente, a seqüência da publicação refletia a da redação. Nos tomos II e III (ambos de 1859) apareceu o capítulo intitulado “Tendência dos Selvagens Brasileiros Para a Poesia”; no tomo III (1859) apareceu “Catequese e Instrução dos Selvagens Brasileiros, Pelos Jesuítas”; nos tomos IV e V (1859 e 1860, respectivamente), “Introdução Histórica Sobre a Literatura Brasileira”; nos tomos VI e VII (ambos de 1860), “Nacionalidade da Literatura Brasileira”; no tomo IX (1861), “Originalidade da Literatura Brasileira”; e no tomo XVI (1862), “Da Inspiração que Oferece a Natureza do Novo Mundo a seus Poetas”.

Este último capítulo, “Da Inspiração...”, já havia sido publicado em 1860, com o título genérico de “Literatura Brasileira”, na *Revista Brasileira*, Jornal de Ciências, Letras e Artes dirigido por Cândido Batista de Oliveira. Esse fato, aparentemente, contraria a hipótese de que a seqüência da publicação na *Revista Popular* tenha sido a da redação dos textos. Entretanto, a hipótese continua válida. Os anos de 1859 a 1861 foram de intensa atividade produtiva, no que diz respeito aos textos destinados a comporem a *História da Literatura Brasileira*. Provavelmente, Joaquim Norberto produziu nesse período mais do que podia uma só revista publicar, de modo que pôde destinar parte da produção a outro periódico.

²⁸ Candido, 1981, v.2, p.338.

Em 1862, com o arrefecimento do ritmo produtivo, e com a necessidade de a *Revista Popular*, para dar satisfação a seus leitores, completar o quadro do que já havia nela sido publicado, aproveitou-se o capítulo divulgado anteriormente em outra revista, cuja redação havia sido concluída dois anos antes. De fato, a publicação do capítulo intitulado “Da Inspiração que Oferece a Natureza do Novo Mundo a seus Poetas” traz, na *Revista Popular*, a seguinte Nota da Redação, estampada no rodapé:

Publicando o presente artigo do Sr. J. Norberto de S. S. sobre a literatura brasileira preenchemos uma falta que se dá na *Revista Popular*, e completamos assim a série dos mesmos artigos já publicados.

Para os leitores que quiserem seguir a ordem observada pelo nosso colaborador na sua *História da Literatura Brasileira*, damos aqui a designação dos capítulos por sua numeração e dos lugares em que poderão ser consultados nesta *Revista*.

Livro 1º *Introdução Histórica*. Compõe-se dos seguintes capítulos:

1º *Da Introdução*. Tomo 4º, pág. 357; tomo 5º, pág. 21.

2º *Da Nacionalidade*. Tomo 6º, pág. 298; tomo 7º, págs. 105, 153, 201, 286.

3º *Da Inspiração*. É o que publicamos agora.

4º *Da Originalidade*. Tomo 9º, págs. 160 e 193.

Livro 2º *Século 1º (1500)*. Compõe-se dos seguintes capítulos:

1º *Da Tendência dos Selvagens Para a Poesia*. Tomo 2º, pág. 243; tomo 3º, pág. 5; tomo 4º, pág. 271.

2º *Da Catequese e Instrução dos Selvagens Pelos Jesuítas*. Tomo 3º, pág. 287.

3º *Da Língua Portuguesa*. Inédito.

4º *Da Literatura Portuguesa*. Inédito.

Livro 3º *Século 2º (1600)*

Livro 4º *Século 3º (1700)*

Livro 5º *Século 4º (1800)*²⁹

} Estão ainda inéditos.

Esse plano, ao que tudo indica, já estava esboçado pelo autor da *História* desde muito tempo antes, pois o capítulo “Da inspiração...” já trazia, na *Revista Brasileira*, em 1860, a seguinte indicação, em rodapé: “Capítulo III do *Primeiro Livro da História da Literatura Brasileira* do Sr.

²⁹ *Revista Popular*, ano IV, t.XVI, p.261, out.-dez. 1862. Nota de rodapé.

J. Norberto de Sousa Silva lido em uma das sessões do Instituto Histórico no ano de 1855.³⁰ A indicação da data de leitura no Instituto Histórico não significa necessariamente que a forma final do texto já houvesse sido alcançada, o que não invalida ainda a hipótese acerca dos motivos de a publicação dos capítulos ter sido feita em sequência diversa da de sua ordenação lógica.

Como se vê pelo plano de trabalho e pelos capítulos que foram publicados, a *História* de Joaquim Norberto ficou restrita à sua parte introdutória (Livro I e parte do Livro II); ela não alcançou sequer o século XVII. Esse fato, entretanto, não lhe diminui a importância. Em suas páginas foram extensamente discutidas as questões teóricas da originalidade e da nacionalidade da Literatura Brasileira. A preocupação do autor era tanta que ele empenhou esforços no sentido de reconhecer no Brasil uma literatura antes mesmo do seu descobrimento pelos portugueses. No capítulo “Tendência dos Selvagens Brasileiros Para a Poesia”, com base em testemunhos de viajantes que visitaram o país nos primeiros séculos da colonização, particularmente os de André Thevet e de Jean de Léry, ele tenta constituir uma teogonia indígena como prova de que havia uma tradição poética local. A certa altura de seu texto, afirma ele:

Reunirei aqui essas tradições, que, quando não sejam verídicas, merecem contudo ser conhecidas pela poesia, que transuda de seus mitos. Afastando-me algum tanto da linguagem do século décimo sexto, para não reproduzir as observações eruditas de seu coletor [André Thevet], darei à tradução outra forma, *porventura mais poética*, sem que contudo a altere em sua essência. Para que melhor se possa julgar de seu mérito e interesse, as compararei depois com outras de Léry e Simão de Vasconcelos, *que apresentarei no mesmo estilo*.³¹

É evidente, no trecho transcrito, a intenção de “melhorar” a qualidade poética do texto, embora Joaquim Norberto o tenha feito segundo seu gosto e sua competência, que não têm sido reconhecidos, no plano da criação poética, como de tão alta qualidade quanto seus méritos de historiador e de pensador da cultura brasileira.

Neste livro, tentou-se executar o plano da *História da Literatura Brasileira* conforme as instruções deixadas na nota transcrita da *Revista Popular*. Para completar o panorama, esta edição reúne, em seguida aos

³⁰ Silva, 1860a, p.257.

³¹ Silva, 1859, p.350. Grifos nossos.

capítulos da inacabada *História*, alguns ensaios do autor relativos ao mesmo assunto. Assim, o primeiro ensaio, “Considerações Sobre a Literatura Brasileira”, que foi publicado na *Minerva Brasiliense* em maio de 1844, é um artigo de caráter geral, em que é introduzida a discussão da teoria da Literatura Brasileira; o segundo, “Estudos Sobre a Literatura Brasileira Durante o Século XVII”, que apareceu na *Minerva Brasiliense* em 1843, apresenta uma painel do século XVII, fase histórica não alcançada pela *História da Literatura Brasileira*; o terceiro, “As Academias Literárias e Científicas no Século Décimo Oitavo – A Academia dos Seletos”, publicado na *Revista Popular* em 1862, apresenta uma visão parcial do século XVIII, pois, como o título o indica, é dedicado ao estudo de apenas uma das Academias literárias daquele período; os ensaios quarto e quinto, “Poetas Moribundos”, publicado na *Revista Popular* em 1861, e “Poetas Repentistas”, publicado na *Revista Popular* em 1862, são painéis panorâmicos, com enfoques temáticos, que percorrem a trajetória histórica da poesia brasileira, dos primeiros séculos ao período romântico. Por fim, o último ensaio, “A Língua Brasileira”, publicado na revista *Guanabara* em 1855, aparece em “Apêndice” por não ser propriamente um artigo dedicado à história literária. Apesar disso, ele foi incluído no conjunto, porque a discussão nele desenvolvida acerca da nacionalidade da língua é complementar à da nacionalidade da literatura. Esse artigo tem, ainda, a particularidade de revelar, em Joaquim Norberto, um estranho senso de humor, com uma espécie de veia satírica muito peculiar. A leitura do artigo revela importantes elementos para a compreensão das imagens que si mesmo e de seus contemporâneos fazia o seu autor.

Há ainda, na *Revista Popular*, um pequeno artigo de Joaquim Norberto que tem sido incluído em sua bibliografia sobre a história da Literatura Brasileira, mas que não foi incluído nesta coletânea. Trata-se de um texto de pequenas dimensões (ocupa pouco mais de uma página) publicado em 1859, intitulado “Poesia dos Selvagens Brasileiros”. Nele, aparecem quatro quadras de poesia indígena recolhidas por Spix e Martius, quando de sua viagem pelo Brasil. Joaquim Norberto as comenta e publica, na transcrição da língua indígena feita pelos cientistas alemães e em traduções para o alemão e para o português. As quatro quadras são, na verdade, duas composições (de duas estrofes cada uma) de dois grupos indígenas diferentes; uma tem caráter cômico, a outra é melancólica e grave.

Com o conjunto dos textos ora publicados, certamente será possível avaliar com mais justiça o papel desempenhado por Joaquim Norberto e o que de fato lhe é devido no desenvolvimento da historiografia literária brasileira.

Referências Bibliográficas

- ADET, Emílio, SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Algumas palavras sobre uma nova publicação. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.1, n.13, p.392-393, 1.º de maio de 1844.
- BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829-1832. [contendo 8 cadernos, em 2 volumes]
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7v.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2v.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CENDRARS, Blaise. *Etc..., etc... (Um livro 100% brasileiro)*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada*. (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- ENCICLOPÉDIA de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1900. 2v.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884. 2v.
- MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, Dauvin et Fontain, t.I, n.1, p.132-159, 1836. [Edição fac-similar da Academia Paulista de Letras, 1978]
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 2v.
- MARTINS, Wilson. Encontros e desencontros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1995. Caderno Idéias/Livros, p.4.
- MIRANDA, José Américo (Org.). *Parnaso brasileiro, de Januário da Cunha Barbosa: prefácios e índices*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.
- MOREIRA, Maria Eunice. Um rato de arquivo: Joaquim Norberto de Souza Silva e a História da Literatura Brasileira. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v.1, n.2, p.21-27, jun.1995.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- NUNES, Benedito. Historiografia literária no Brasil. In: *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998. p.205-246.

- PEIXOTO, Almir Câmara de Matos. *Direção em crítica literária* (Joaquim Norberto de Sousa Silva e seus críticos). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.
- RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.1, n.1. p.7-23, 1ª nov. 1843; e v.1, n.4, p.111-115, 15 dez. 1843.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. 5v.
- SERRA, Tania Rebelo Costa (Org.). *Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Tendência dos selvagens brasileiros para a poesia, *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.II, p.343-357, mar. - jun. 1859; e ano I, t.III, p.5-17, jul. - set. 1859.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Poesia dos selvagens brasileiros. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.IV, p.271-272, out.- dez. 1859.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.IV, p.357-364, out.- dez. 1859; e ano II, t.V, p.21-33, jan.- mar. 1860.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Literatura Brasileira. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, t.III, p.257-278, 1860a.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Da inspiração que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano IV, t.XVI, p.261-269 e p.344-351, out.-dez 1862.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Dirceu de Marília. Ver GONZAGA, 1884.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Maria, ou vinte anos depois. In: SERRA, 1997. p.120-142.
- SOUSA, Teixeira e. *O filho do pescador*. Rio de Janeiro: Artium, 1997.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. Identidade nacional e história da literatura: a contribuição de Joaquim Norberto. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e Identidade*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p.9-22.
- WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário (história da literatura brasileira)*. São Paulo: Nacional, 1955.

CRITÉRIOS DESTA EDIÇÃO

Esta edição dos *Capítulos de História da Literatura Brasileira e Outros Estudos*, de Joaquim Norberto, tem por objetivo principal dar a conhecer ao leitor de nossos dias uma etapa importante do desenvolvimento da historiografia literária em nosso país. De acordo com esse objetivo, os editores se deram a liberdade de tratar o texto de modo a proporcionar ao leitor atual uma idéia tão clara quanto possível acerca do estado do pensamento sobre nossa literatura àquela altura (início da década de 60) do século XIX. Embora tenha sido colocada como preocupação mais importante a fidelidade ao pensamento, às idéias e à expressão do autor, não se cogitou, durante os trabalhos, de realizar uma edição crítica. Sendo assim, não se pretendeu, do ponto de vista puramente textual ou filológico, alcançar o registro de um certo “estado da língua” naquele momento. Com essa proposta, adotamos critérios simplificados de edição, os principais dos quais são os seguintes:

1. **ORTOGRAFIA.** A ortografia foi atualizada de acordo com a Reforma Ortográfica de 1943 e com as alterações determinadas pela Lei nº 5.765, de 1971.
2. **INICIAIS MAIÚSCULAS.** De um modo geral, procurou-se atender às instruções para a organização do vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa contidas no “Formulário Ortográfico” aprovado pela Academia Brasileira de Letras em 1943. Foram mantidas as iniciais maiúsculas quando entenderam os editores haver em seu emprego uma intenção estilística e expressiva do autor. Quanto às palavras que designam cargos e títulos nobiliárquicos, foi empregada a inicial maiúscula quando elas precedem o nome do titular do cargo ou quando o título vem especificado, mas foram empregadas iniciais minúsculas sempre que as palavras que designam esses cargos ou títulos aparecem isoladas (Assim: Visconde da Pedra Branca, mas visconde nas ocorrências isoladas dessa palavra; Rei D. João V, mas rei nas ocorrências isoladas; Padre Vieira, mas padre, etc.).

3. **PALAVRAS EM LÍNGUA TUPI.** Particularmente problemática se revelou a questão da uniformização/padronização da grafia de palavras da língua tupi, não só porque elas foram diversamente registradas pelos autores que as usaram, como pelo fato de o próprio Joaquim Norberto oscilar na maneira de escrevê-las. Adotou-se a grafia do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, edição de 1999, no caso das palavras já incorporadas ao léxico da Língua Portuguesa. Elas vêm, nesta edição, grafadas em tipo redondo, no gênero em que estão registradas nesse *Vocabulário*, tendo sido feitos os ajustes de concordância necessários. Nos outros casos, além do emprego do itálico, adotou-se a grafia mais corrente e usual, na maior parte das vezes com base em algum autor conhecido. Registrou-se em rodapé a forma pela qual Joaquim Norberto havia grafado a palavra e, quando pertinente, o autor em que a forma empregada nesta edição pode ser encontrada.
4. **NOMES DE AUTORES ESTRANGEIROS.** Foram grafados nas formas atualmente em uso os nomes de autores estrangeiros. Joaquim Norberto freqüentemente os aportuguesava (prática hoje em desuso). Por exemplo, João Maria Gutiérrez foi substituído por Juan María Gutiérrez; Francisco Post, por Frans Post; Alexandre de Humboldt, por Alexander von Humboldt; etc.
5. **PONTUAÇÃO.** Foi mantida a pontuação do autor; foram apenas corrigidos os erros evidentes, como, por exemplo, a falta de ponto em final de período ou parágrafo. Quando a pontuação do autor foi substituída por outra, o fato ficou registrado em rodapé, e as raras intervenções dos editores foram feitas entre colchetes. Evitou-se ao máximo esse procedimento, que só foi utilizado quando a pontuação acrescentada ou alterada foi considerada muito útil para facilitar a compreensão do texto.
6. **CRASE.** A ocorrência de crase foi sinalizada, nesta edição, sempre conforme ao uso atual.
7. **DESVIOS DA NORMA CULTA ATUAL.** Não foram corrigidos, mesmo quando detectados. Fazem exceção os erros evidentes e incontornáveis de concordância, casos que foram sinalizados com o uso de colchetes no corpo do texto e com transferência para o rodapé da forma empregada por Joaquim Norberto.

8. **ASPAS.** O autor utiliza aspas, quando faz citações, no início de cada parágrafo, mesmo que o trecho citado seja contínuo. Ao fazer supressões de trechos na citação, ele não sinaliza o fato, seja fechando aspas, seja acrescentando alguma sinalização (exceto, às vezes, fazendo intervenções discursivas do tipo “diz ainda o autor”, “ajunta o autor”, etc.). Nesta edição adotou-se o procedimento corrente de só aplicar aspas aos pontos de início e fim de citações.
9. **CITAÇÕES.** As citações feitas por Joaquim Norberto, muito freqüentes e extensas, apresentam inúmeras diferenças com relação aos textos originais. Sempre que possível, foi feito o cotejo com outras edições dos textos citados. Quando necessário, foram feitas alterações (acréscimos ou substituição de palavras ou grupos de palavras), sempre com base nos cotejos. Todas essas intervenções foram feitas entre colchetes, de modo que o leitor as identificará com facilidade. Além disso, elas ficaram registradas em nota de rodapé, que também identifica a fonte consultada. Em certos casos, foram transcritos no rodapé os trechos citados, para que possa o leitor de hoje se inteirar das práticas de citação de Joaquim Norberto e de seu tempo.
10. **CITAÇÕES EM OUTRAS LÍNGUAS.** Citações em outras línguas foram transcritas na forma em que se encontram na *Revista Popular*.
11. **NOTAS DE RODAPÉ.** Evitou-se ao máximo a anotação excessiva; evitaram-se, sobretudo, anotações nos textos citados por Joaquim Norberto. Os capítulos da *História da Literatura Brasileira*, mais densamente teóricos, foram mais intensamente anotados, enquanto a segunda parte do livro recebeu um número menor de anotações. Ver também o AVISO AO LEITOR.
12. **NOTAS DO AUTOR.** As notas do autor foram inseridas na série numerada das notas dos editores, com a indicação “N. do A.” entre parênteses. Quando se acrescentou algo à nota do autor, isso foi feito entre colchetes.
13. **DIVISÕES DO TEXTO.** Os textos que, por sua extensão, foram publicados em mais de um número do periódico em que apareceram apresentaram-se divididos em partes por três asteriscos (***); eles assinalam os pontos em que se passa de um dos números da revista para outro.

- 14 PEQUENOS ACRÉSCIMOS. Preposições e artigos necessários à clareza do texto foram ocasionalmente inseridos pelos editores, sempre entre colchetes e sem anotação em rodapé.

*José Américo Miranda
Maria Cecília Boechat*

AVISO AO LEITOR

Notas de rodapé relativas a autores citados ou mencionados por Joaquim Norberto nem sempre foram feitas na primeira ocorrência do nome, mas na ocasião mais oportuna. Ao leitor interessado em localizar essas notas, recomenda-se a consulta ao índice onomástico: elas aparecem nas páginas que estão indicadas em negrito.

PARTE I

CAPÍTULOS DA *HISTÓRIA* DA *LITERATURA BRASILEIRA*

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO HISTÓRICA SOBRE A LITERATURA BRASILEIRA

Este capítulo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.IV, p.357-364, out. – dez. 1859, e ano II, t.V, p.21-33, jan. – mar. 1860. Ele é, segundo o plano da obra publicado no tomo XVI da mesma revista, o primeiro capítulo da *História da Literatura Brasileira*. Na página 357 do tomo IV, o autor registra em nota de rodapé assinalada por um asterisco: “Este capítulo figura como 1º no 1º livro da *História da Literatura Brasileira*; suprimiram-se as notas por mui numerosas e extensas; serão contudo reproduzidas na edição em avulso desta obra.” As notas a que se refere o autor não nos chegaram ao conhecimento.

Da proverbial propensão dos brasileiros para as letras. – Tendências dos selvagens para a poesia, e sua influência na civilização do Brasil. – Literatura portuguesa. – Imitação dos conquistadores. – Falta de originalidade em seus descendentes. – Das épocas da história literária. – Divisões propostas ou seguidas pelos Srs. Ferdinand Denis, Magalhães, Pereira da Silva, e observações a respeito de Santiago Nunes Ribeiro. – Plano adotado na presente obra. – Dos subsídios existentes e consultados em sua confecção.

Além do solo, que lhe coube por herança, o céu benigno, sob cuja influência nascera, o ar suave que o vivifica, a imensidade de seus rios, a magnificência de seus portos e baías, a majestade de suas florestas seculares e as riquezas de suas minas auríferas e diamantinas, coube ao brasileiro em grande parte, na partilha dos bens celestes, o talento, que distingue os homens entre os outros homens. O primeiro dentre os povos americanos, que combateu pela sua liberdade, pelejando as batalhas, que lhe oferecia uma das mais atrevidas e empreendedoras nações da Europa, a mais feliz na escolha do governo quando constituiu-se nação livre e independente, lançando os fundamentos de uma monarquia constitucional e representativa, símbolo de integridade e união, e portanto de força e de grandeza, foi também o primeiro a ensaiar-se nos diversos ramos da literatura. Ainda não éramos nação, mas uma colônia vexada pelo cativo, cuja instrução pobre e mesquinha à falta de livros e de escolas e seminários, conquanto não fosse um delito, era contudo um pesadelo para a mãe pátria; ainda não éramos nação, e já tínhamos historiadores, que memorassem a glória da pátria, poetas, que celebrassem a vitória de seus compatriotas, e oradores, que do alto da tribuna sagrada, os incitassem aos feitos do heroísmo, que logo às primeiras páginas honram a nossa história. Assim engrandecia-se um povo ainda no berço; novo Hércules, que nascia no meio das batalhas, que arrancava um brado heróico e mandava o sinal de sua existência aos povos do Universo, dando eterno assunto aos cantos da poesia; assim a instrução, como um incêndio surdo, ia lenta e densamente lavrando, e quando o seu clarão desabrochou iluminando esse amplo espaço – grande como os rios, que o limitam ao sul e ao norte – largo como o oceano, que se estende ante ele até aos Andes, que se elevam na parte ocidental, – e quando um brado enérgico e vivificador retumbou do Ipiranga às fronteiras do novo império americano, libertando um povo oprimido,

e proclamando a progeriçãõ¹ de uma nova e poderosa nação, nós já o éramos pela nossa literatura! Poetas, oradores sagrados, historiadores, músicos, pintores de uma reputação, que nos faz honra, já haviam dado o sinal de nossa existência. E pois se é impossível falar do Brasil, sem que se recorde tudo quanto a natureza tem mais belo, mais fecundo, mais precioso, como diz Freycinet;² se é impossível falar deste país, sem que se observe que o ouro e os diamantes saem de seu seio, ao mesmo tempo, que nele prosperam todas as culturas, como confessa Beauchamp;³ é também impossível, falar dos brasileiros como pondera o Sr. Eugène de Monglave,⁴ sem que se recorde, que são eles os únicos povos da América, que possuem a sua literatura nacional.

Esses povos intrépidos, que povoavam as costas e os sertões do Brasil, e que desapareceram sob os golpes repetidos das espadas, e aos pelouros dos mosquetes dos conquistadores, ou a eles se sujeitando apagaram a sua nacionalidade nos últimos vestígios do cruzamento de sua raça, elevaram-se pela sua imaginação ardente e poética, e pela facilidade, com que improvisavam os seus cantos, acima de seus próprios conterrâneos. A par de uma língua harmoniosa, fácil, fluente, e de per si poética, possuíam suas superstições, seus mitos que os inspiravam, e nos cantos de seus *nbeengaçaras*⁵ ou bardos transmitiam as tradições a seus filhos. A vitória arrancava-lhes hinos triunfais, que coroavam os festins de sua antropofagia, e o amor lascivo e ardente se expandia de seus lábios em doces endechas e ternas canções, quando

¹ Palavra não dicionarizada, evidentemente relativa a "progênie". Entenda-se: o surgimento ou o nascimento.

² Louis Claude Desausles de Freycinet (1779 - 1842), autor de uma *Voyage Autour du Monde* (Paris: Pillet aîné, 1826 - 1842), em 9 volumes. Segundo Georges Raeders (*Bibliographie Franco-Brésilienne*, 1960, p.94), as páginas 1-341 do primeiro tomo tratam do Brasil, e os volumes sobre o magnetismo terrestre e a meteorologia contêm numerosas observações feitas no Rio de Janeiro.

³ Alphonse de Beauchamp (1767 - 1832), autor de *Histoire du Brésil Depuis sa Découverte en 1500, Jusqu'en 1810, etc.* (Paris: Alexys Eymery, 1815. 3v.)

⁴ Eugène Garay de Monglave, com a colaboração de P. Chalas, traduziu em prosa, para o francês, a obra *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga. A tradução foi publicada em Paris, em 1824, segundo Raeders (*Bibliographie Franco-Brésilienne*, 1960, p.93); em 1825, segundo Boris Schnaiderman (*Projeções: Rússia/Brasil/Itália*, 1978, p.37). Essa tradução fez de Gonzaga o primeiro poeta brasileiro traduzido para o francês. Monglave traduziu também o *Caramuru*, de Santa Rita Durão. A tradução foi publicada, em 3 volumes, no ano de 1829 e precedeu a segunda edição portuguesa do poema, que é de 1836. (Cf. Raeders, *Bibliographie Franco-Brésilienne*, 1960, p.99)

⁵ No texto: "*nbeengaçaras*". Adotamos a grafia da palavra tal como vem em Gonçalves Dias (*Dicionário da Língua Tupi*, 1970, p.50), que lhe aponta o significado de "cantor". Mais adiante, ainda neste capítulo, o próprio Joaquim Norberto utiliza a grafia que adotamos.

reclinados em suas *inis*,⁶ nos braços de suas amantes, gozavam da sombra das palmeiras, que agitavam seus leques ao sussurro das auras; quando em cima dos rochedos à margem dos rios se enlevavam com o murmúrio das cascatas, e quando no seio das florestas, no meio do silêncio da solidão, ensinavam aos ecos o nome daquelas, por quem se abrasavam de amor. Todas essas tribos, que falavam a língua geral do Brasil e entre elas os tamoios, os tupinambás, os caetés, os parovianos,⁷ além de outras muitas, sempre que voavam à guerra, – antes que o clangor horrível das belicosas trombetas, os sons confusos dos maracás, e suas horríssonas vociferações cadenciassem o hino das batalhas; – antes que as suas setas inflamadas levassem a morte aos contrários e o incêndio às suas tabas, recebiam no exercício de suas danças dramáticas, que simulavam combates, e nos cantos de seus Tirteus,⁸ celebrados ao som de instrumentos grosseiros, as inspirações de valor e de constância. Suas mulheres eram também dotadas do talento de improvisar com a mesma facilidade, que seus maridos, tendo na mente o fogo sagrado, e nos lábios os cantos da poesia. A civilização, falando a língua de seus bardos,⁹ introduzindo o sistema de nossa metrificação em seus versos, converteu-lhes os cantos de guerra, as canções de amor em hinos místicos; daí nasceu o gosto pela poesia e daí originou-se também a introdução do teatro no adro das igrejas, que assaz concorreu para a civilização dos moradores da florescente colônia no século XVI, e pois à poesia e à música deve o Brasil a sua civilização, e também em parte a doçura de seus costumes, e a índole pacífica de seus habitantes.

Os conquistados desapareceram, e os conquistadores, se bem que inspirados pelas pitorescas paisagens do Novo Mundo, pelo céu dos trópicos, pelo sol fulgente da América, não souberam cantar tantos primores; abriram antes exemplo, que desgraçadamente foi seguido pelos seus descendentes, nascidos nas terras, que haviam inspirado os *nheengas*. A literatura portuguesa tinha chegado à sua idade de ouro, havia se enriquecido em todos os gêneros. Camões lhe deu a

⁶ *Ini*: rede de dormir. Observe-se, no texto, o plural com “s”, próprio da língua portuguesa.

⁷ Palavra não dicionarizada. Poderia ser “peruvianos” ou “patavianos”. Mais adiante, ainda neste capítulo, Joaquim Norberto refere-se a Santiago Nunes Ribeiro como “peruviano”, ou seja, “peruano”. No capítulo V, ele se refere aos índios “patavianos”. Cf. nota 19 do capítulo V desta *História da Literatura Brasileira*.

⁸ Referência a Tirteu, poeta lírico grego. Segundo uma lenda, os atenienses enviaram, por zombaria, esse mestre-escola manco aos espartanos, que lhes haviam pedido um general. O poeta, com seus cantos de guerra, estimulou os espartanos e conduziu-os à vitória.

⁹ Referência à prática dos jesuítas, particularmente Anchieta, de compor poemas na língua tupi.

grande epopéia, Sá de Miranda a comédia, Ferreira a tragédia, Gil Vicente o auto e João de Barros a história, e esse brilho deslumbrante perdeu-nos! A imitação fria, a imitação que apaga o entusiasmo, que extingue o estro, que esfria o delírio do gênio, lhe desvaira o sonho, e retém-lhe o vôo, tornou-os mais portugueses do que brasileiros. Esqueceram-se de seus costumes, de suas usanças, dos preconceitos populares, e da própria religião; não se aproveitaram das tradições, dos mitos dessas tribos, que povoavam as florestas, ou que gemiam cativas na terra da pátria, com que dessem cores locais, e feições mais nacionais à poesia. Transpuseram os tempos, procurando o passado; abraçaram as idéias do grego politeísmo seguidas pelo épico lusitano; deixaram-se fascinar das belezas dos gregos e dos romanos poetas e buscaram imitar Bernardes, Caminha, Fernão Álvares do Oriente¹⁰ e tantos outros bucólicos portugueses, e, metamorfoseados em pastores, cantavam nas margens do grande rio Amazonas, nas praias da baía de Niterói ou nas encostas do ribeirão do Carmo, esse Tejo, esse Mondego, esse Douro, esse Lima, onde iam fantasticamente pastar seus rebanhos e folgar com as belas pastoras; ouviam o canto do sabiá nas laranjeiras rescendentes [do]¹¹ perfume de suas flores, com suas folhas de esmeralda, com seus frutos de ouro e suspiravam pelo gorjeio do rouxinol pousado nos loureiros! Bebião das torrentes sonoras do Carioca, a fonte predileta dos bardos de Guanabara, e sonhavam com a Castália, que nunca tinham visto! E essa falta de reflexão, e esse erro gravíssimo, que tanta quebra dão em suas composições, diminuíram se não aniquilaram [de todo] o seu merecimento.¹²

Era desses, que motejava Silva Alvarenga, envergonhado de tê-los por seus compatriotas, quando dizia a Basílio da Gama:

Eu aborreço a plebe dos magros rimadores,
De insípidos poemas estúpidos autores,
Que frenéticos suam sem gosto, nem proveito,
Amontoando frases a torto e a direito:
Vem o louro Mondego por entre as ninfas belas,

¹⁰ Diogo Bernardes, Pero de Andrade Caminha e Fernão Álvares do Oriente: autores quinhentistas portugueses, vinculados à tendência bucólica italianizante, introduzida por Sá de Miranda. Diogo Bernardes, inspirado pelo Lima, e Pero de Andrade Caminha, pelo Minho, acabaram, juntamente com outros poetas da época, por produzir uma espécie de localismo literário marcado pelos nomes dos rios.

¹¹ No texto: "de".

¹² No texto: "senão aniquilarão todo de o seu merecimento."

Que de flores enlaçam grinaldas e capelas:
Surgem do verde seio da escuma crespa e alva,
Do velho Douro as câs, do sacro Tejo a calva.¹³

É verdade, que nem todos se tornaram tão servís imitadores; alguns houve, se bem que em pequeno número, que encantados da beleza da terra, que os viu nascer, seduzidos pelo esplendor de seu céu, entusiasmados pelas ações gloriosas de seus compatriotas, cheios de amor da pátria, sem outro instinto que a glória, se elevaram com seus cantos a uma nomeada, que nos legaram os séculos.

E desses cantos inspirados pelos mais nobres assuntos, movidos pela mais heróica paixão, dignos dos prêmios, que ambicionavam seus autores, raros chegaram aos nossos dias, atravessando as ondas de tão dilatados anos. Emana todo esse mal da prepotência, que pesou sobre a nossa bela pátria; esse império dormindo no seu berço de colônia, como o futuro legislador dos hebreus entregue numa cesta de vime às ondas do Nilo!

Segundo o testemunho de Pero de Magalhães Gandavo e Sebastião da Rocha Pita, abundaram no Brasil, desde os primeiros anos da sua conquista, homens dotados de eminente talento, que pela asserção do primeiro poderiam ter escrito em melhor estilo e mais copiosamente do que ele; e pela do segundo não era sem medo, que tomava sobre seus ombros a empresa de escrever a história da pátria, quando o país produzia talentos tão extraordinários; mas nós éramos colonos!... Como colonos não nos era dado estabelecer oficinas tipográficas e [proscrito]¹⁴ ainda no século passado das plagas brasileiras o sublime invento de Gutenberg, quando os holandeses, sob vistas mais largas, já o haviam introduzido em Pernambuco no século XVII, como testificam as obras ali impressas em sua língua, não tivemos a que nos socorrer para multiplicação das cópias das obras devidas à pena de nossos autores, e daí a perda de tantos inéditos de estima, que mandados à Europa, para

¹³ Citamos os versos conforme a edição das *Obras Poéticas* de Silva Alvarenga (s.d. [1864], t.1, p.292), realizada pelo próprio Joaquim Norberto, pressupondo um cuidado muito maior com o texto poético numa edição dessa natureza do que nas páginas de um periódico. A mesma lição foi utilizada por Sérgio Buarque de Holanda (*Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, 1979, p.353.). Contudo, para registro, seguem-se os versos, tais como aparecem citados no texto da *Revista Popular*: "Eu aborreço a plebe de magros rimadores, / De insípidos poemas estúpidos auctores, / Que frenéticos suão sem gosto, sem proveito, / Amontoando phrases a torto e a direito: / Vem o loiro Mondego, por entre as nymphas bellas, / Que de flores enlação grinaldas e capellas; / Surgem do verde seio da espuma crespa e alva / Do velho Doiro as cans, do velho Tejo a calva."

¹⁴ No texto: "prescrito".

serem publicados, eram entregues à incerteza e vagares da navegação, acontecendo que por mais de uma vez fossem as embarcações, que os conduziam – ou presas de corsários e piratas, que tudo roubavam e inutilizavam, ou de naufrágios e incêndios, que tudo consumiam –, originando-se o ser o catálogo das obras perdidas mais extenso, que o das existentes, e o termos de deplorar a falta de tantas riquezas literárias; e assim perderam-se nas mãos de homens ignorantes todos esses esforços de um povo, que já se entregava na sua infância ao cultivo dos diversos ramos das artes, das ciências e das letras, ao passo que lutava com os invasores, barateando com bem exercitados guerreiros da velha Europa a vida pela liberdade, pois esquecia-se o jugo da metrópole ante os perigos de uma submissão estranha; desapareciam os pequenos ódios e ressentimentos, quando o dever da nacionalidade exigia, que nas armas também fizéssemos parte da grande família portuguesa. Se os portugueses combatiam pelo domínio da sua colônia, nós combatíamos pela nossa pátria; nem de outro modo se explica a partilha, que tiveram numa dessas mais tenazes invasões, qual a dos holandeses, esses famosos guerreiros, como Henrique Dias, Camarão, e tantos outros, sendo para lastimar, que apenas um, Calabar, fosse o traidor e chamasse sobre a sua coragem a maldição da posteridade! As raras obras, que se publicaram tão longe da pátria, não passaram de pequeno número de exemplares, que ainda assim mal puderam chegar aos nossos dias.

Quando o trono dos Afonsos procurou uma base mais segura nas plagas de Cabral, e os papéis entre a colônia e a metrópole como que se trocaram, apareceu de novo a imprensa com as suas cem bocas; então Monsenhor Pizarro divulgava os segredos dos arquivos;¹⁵ então S. Carlos tirava à luz pública os cantos sublimes, inspirados pela mais bela das vocações,¹⁶ e os próprios filhos de além-mar saudavam a preponderância, que ganhava todos os dias o novo império, dedicando-lhe seus cantos inaugurais. Cedo porém teve a imprensa de apoiar os esforços dos atletas, que aparelhavam a emancipação política, e a inauguração de um novo império, e essa necessidade desviou a sua missão. Alcançada a vitória, começaram as recriminações, nascidas da luta dos partidos tão mesquinhas no meio da grandeza da pátria! E assim

¹⁵ José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (1753 - 1830), autor de uma das mais importantes fontes de notícias e informações sobre o Rio de Janeiro, as *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, em dez volumes, publicados entre 1820 e 1822.

¹⁶ Frei Francisco de São Carlos (Rio de Janeiro, 1763 – Rio de Janeiro, 1829), frade franciscano, orador sacro e poeta, autor do poema *A Assunção* (Rio de Janeiro, 1819).

a imprensa periódica, o veículo das relações de todos os povos cultos, o meio fácil e frutuoso de prover à instrução popular, e uma das maiores necessidades de todas as classes da sociedade, tornou-se entre nós insípida se não desregrada, sem norte, mais do que o das injúrias! Que importava que a gêmea da liberdade, que a consangüínea da civilização devesse doutrinar e moralizar a humanidade, edificá-la nos preceitos de suas crenças, iniciá-la nas pesquisas e indagações das ciências, guiá-la no conhecimento das artes e das letras, arrancá-la das sombras dos preconceitos e dos erros da superstição, se a árvore da culta Europa e dos estados da União Americana, havia degenerado nas campinas do robusto e inculto império do Equador? Entretanto em nenhum campo prometia melhor desenvolvimento, mais sazoados frutos, pois que livre e folgada de peias, nos despontava com a liberdade da nação, que nos elevou a foros de homens livres – com a civilização, que nos trouxe tudo quanto possuímos de ciências, de artes e de letras –, com o comércio, que nos abriu as portas à indústria, à agricultura e à navegação, e enfim com tudo isso, que nos colocou a par de alguns e acima de muitos povos do mundo.

Há ainda outras circunstâncias, que assaz influíram sobre a nossa literatura, e impediram que ganhasse amplo vôo e não emparelhasse para logo com a literatura portuguesa. Faltou o exemplo dos escritores, e com ele o incentivo das recompensas e da glória. A esse respeito era pelo contrário o que acontecia: tinham-nas na lamentação amarga de Camões:

“Morrer nos hospitais em pobres leitos!”

tenham-nas em sua ironia pesada:

“Que exemplos a futuros escritores!”

que enfim era o que aguardava o imprudente, que ousava afrontar os preconceitos de seu século, se não o matava antes o sarcasmo. O poeta era então entre os homens civilizados desrespeitado, tido como um louco, no entretanto que entre os bárbaros tamoios, caetés e tupinambás, era reverenciado pelo fogo celeste, que a onipotência do raio lhe infundia na mente!

As obras de nossa literatura, como filhos de proscritos, nasciam longe da pátria, e raras voltavam a ela. As sociedades, fundadas para difundir o gosto das letras, que apareceram mais tarde, ou morreram logo, ou secretamente se suicidaram, ou então foram aniquiladas com

o extermínio, prisão e proscrição de seus sócios, e as livrarias¹⁷ mesquinhas dos conventos, empobrecidas ainda mais pelos índices expurgatórios da Inquisição, mal ofereciam alguma instrução aos que eram mais animosos, para se darem à leitura de célebres fósseis e respeitáveis bacamartes!¹⁸

Contra o despotismo colonial, contra a Inquisição, havia ao menos o refúgio, não hipócrita, mas sagrado dos conventos. Era então a única carreira aberta ao brasileiro, condenado a não se elevar na sua pátria acima dos homens, que nos vinham de além-mar. E nesses conventos se abrigava com a liberdade toda a instrução possível em um país privado da mais insignificante escola. Os padres jesuítas ao passo que se declararam contra a escravidão dessas tribos, que os portugueses encontraram em suas florestas livres e errantes como as brisas à face do oceano, abriram colégios e prodigalizaram não pequena soma de conhecimentos. O bardo do deserto, que tanta aptidão mostrava para a poesia, se embrutecia no meio do ruído da sociedade, como que deslocado de suas inspirações. Era, como dizia Niccolò Tommaseo,¹⁹ cantando a noiva brasileira, o cativo da civilização vivendo à míngua e sem pátria no seu próprio solar! O brasileiro, que se acolhia ao claustro ainda na flor da idade, ouvia o sino anunciar a sua morte a esse mundo tão cheio de encantos e seduções, não como Carlos V, abandonando o seu império, assistindo cheio da vaidade das vaidades às suas exéquias pomposas no mosteiro de S. Justo, mas pobre e resignado, e decerto morria para o mundo, e nos seus cantos místicos, quando a sua musa o não desamparava, elevava o seu espírito a Deus, mas nem sequer era inspirado pela grandeza de suas obras na terra da Cruz; outros apenas se entregavam à glória do púlpito, escutando no silêncio do claustro o sussurro da fama e a vaidade do mundo, por que ainda suspiravam, e, quando muito, escreviam por preceito a crônica de sua ordem, de mistura com os fatos importantes da colônia. Além do Atlântico, nas plagas da mãe pátria, ardiam e crepitavam as fogueiras da Inquisição,

¹⁷ No século XIX a palavra conservava ainda o sentido de "biblioteca, casa, ou estantes, onde estão os livros." Cf. Antônio de Moraes Silva (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 1813. 2v., com edição fac-similar pela Revista de Língua Portuguesa, 1922).

¹⁸ A palavra "bacamarte" possui na gíria o significado geral de "coisa velha, traste". (Cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1986.) Contudo, no século XIX, referia-se a um tipo específico de objeto velho: o livro. (Cf. Antônio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 1813)

¹⁹ Niccolò Tommaseo (1802 - 1874): escritor italiano, romancista e poeta, além de importante lexicógrafo.

e seu clarão fúnebre, sinistro, ensangüentado, vinha refletir das praias²⁰ de sua possessão americana, e intimidar o gênio, que deixasse a senda batida, e abrindo as asas imensas, procurasse perder-se a amplos vãos nos sem-fins do infinito.

A língua portuguesa que, como a religião, como a pátria, devemos a Pedro Álvares Cabral, encontrou na língua geral do país, falada por tantas tribos selvagens, uma forte barreira à sua invasão, e longa e porfiada, se bem que surda, foi a sua luta, primeiro que pudesse triunfar de sua rival. E essa luta passou despercebida entre esses povos, que perdiam todos os dias da sua nacionalidade,²¹ sem ao menos apresentar o espetáculo do Amazonas vencido pelo oceano, que se eleva em horrorosa pororoca, e abatendo-se ao próprio peso de suas águas, cai como um gigante, estrugindo as margens longínquas com o seu bramido! Contudo a língua geral, o tupi ou guarani,²² não foi cultivado senão pelos jesuítas, e certo que poetas, que aspirassem a alguma nomeada no mundo, se negariam a escrever numa língua só para serem lidos, quando o fossem, por pobres e míseros selvagens. Não obstante essa luta, guardou ela nas florestas, de envolta com as hordas selvagens, a sua pureza, como as virgens mártires conservavam no meio do furor lascivo e sacrílego dos soldados do baixo império a sua castidade. Gandavo, que escreveu em português, emparelha no estilo e graça de sua linguagem com João de Barros; Antônio Vieira aprendeu entre nós, e sua linguagem, seu estilo e dicção, lhe dão nomeada entre os escritores da língua nacional. E era do desígnio da Providência, que das plagas brasileiras iriam os materiais para a confecção do dicionário da língua, em que primeiro se ouviu o Evangelho, troando das praias de Porto Seguro ao imenso continente,²³ cuja grandeza nem se presumia! Herdeiros

²⁰ Hoje diríamos, com mais naturalidade, “nas praias”.

²¹ Observe-se o emprego da preposição “de” como partitivo. Entenda-se: “perdiam todos os dias [parte] da sua nacionalidade”.

²² No texto: “tupim ou guaranyim”. Joaquim Norberto emprega com freqüência essas formas, assim como, no capítulo VI, o plural “tupins” e o adjetivo “tupina”, que grafamos conforme ao uso atual.

²³ Referência ao *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva (Rio de Janeiro, 1755 - Recife, 1824). Os antecessores de Antônio de Moraes Silva (considerando-se particularmente a 2ª edição de seu *Dicionário*), Frei Rafael Bluteau (1638 - 1734), com o *Vocabulário Português e Latino*, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744 - 1822), com o *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que Antigamente em Portugal se Usaram*, e o *Dicionário Português*, da Real Academia das Ciências de Lisboa, apresentavam limitações: o primeiro não tratava exclusivamente da língua vernácula, o segundo destinou-se ao registro de termos em desuso e o último não chegou a ser completado. Portanto, o de Moraes pode ser considerado o primeiro dicionário completo da língua vernácula viva.

de tão grande herança, os brasileiros não se houveram como o filho pródigo desperdiçando as riquezas herdadas; não só conservaram o legado de seus maiores, [como enriqueceram-no abundantemente],²⁴ e o seu clima, modificando-o um tanto, deu-lhe essa doçura, com que tão harmonioso e elegante se ostenta nos lábios americanos.

O exemplo de desamor, a falta de consideração para com a língua herdada de nossas mães, não se originaram nas plagas brasileiras; vieram antes de além-mar, [patentearam-nos]²⁵ eles, esses descendentes de Camões e de Ferreira, nascidos além do Atlântico. Assim antes, que Portugal fosse subjugado à tirania dos Filipes, muitos de seus poetas e escritores, surdos de todo aos brados do trágico português, o sublime cantor da Castro, escreveram em estrangeiros idiomas e principalmente no castelhano. O que então era desculpável tornou-se para logo grande falta, se não um delito de amor da pátria e de pundonor nacional. Perdera-se a nação nos campos de Alcácer-Quibir, o Waterloo dos antigos tempos, e como que o canto de Camões devesse ser o derradeiro brado português, a língua dos opressores, começou a ser mais do que nunca honrada por degenerados e ingratos portugueses. A essa tendência inclinavam-se também muitos de nossos poetas, e os mais que se [lhes]²⁶ seguiram, acharam que se não lhes levaria em má conta o aparecimento de suas produções em diversas línguas. Assim Cláudio Manuel da Costa, Manuel Botelho de Oliveira e Manuel de Mesquita,²⁷ que tão cabalmente conheciam o português, que com tanto gosto o manejavam, que com tanta pureza o falavam, escreveram por vezes em italiano não medíocres composições, mas bonitas canções, elegantes sonetos e excelentes elegias, e assim um Domingos Barbosa,²⁸ um Francisco de Almeida,²⁹ um Prudêncio do Amaral,³⁰ um Salvador de Mesquita,³¹ um Francisco

²⁴ No texto: "como que enriquecerão-no abundantemente".

²⁵ No texto: "patentearão'-as". O pronome oblíquo refere-se a "o exemplo de desamor" e a "a falta de consideração", devendo concordar com o substantivo masculino.

²⁶ No texto: "lhe".

²⁷ Poeta não identificado. Trata-se, provavelmente, de Martinho de Mesquita (Rio de Janeiro, 1633 - ?), que viveu em Roma e escreveu obras em latim, italiano e português. Era irmão de Salvador de Mesquita.

²⁸ Domingos Barbosa (Bahia, 1624 ou 1632 - ? 1685): jesuíta, autor de versos em português e latim. Publicou *Passio Salvatoris Jesu Christi*, em Roma.

²⁹ Padre Francisco de Almeida (Bahia, 1706 - Roma, 1761): poeta e orador jesuíta, autor de *Orpheus Brasilicus* (Olyssipone, 1737), em louvor a Anchieta.

³⁰ Padre Prudêncio do Amaral (Rio de Janeiro, 1675 - 1715): poeta e orador, autor do poema *De Sacchari Opificio Carmen*, 1780.

³¹ Padre Salvador de Mesquita (Rio de Janeiro, 1646 - ?): poeta, autor do drama sacro *Sacrificium Jephthae* (1682).

Cardoso,³² e assim outros muitos, entregavam-se de todo ao latim, olvidando-se da língua vernácula, balbuciada no berço da pátria, ouvida nas acalentações maternas, para irem aumentar o exército de latinos poetas.

E quanto não perdemos nós com esse fatal erro, só desculpável durante a luta holandesa, quando Portugal via as suas quinas sotopostas às garras sanguentas do leão ibérico, e o Brasil caía, província por província, sob o poder da Holanda e a nacionalidade portuguesa vacilava por onde outrora triunfara o seu estandarte levado por Gama, por Bartolomeu Dias, por Cabral, por Albuquerque, Castro³³ e outros, pressagiando o desaparecimento da língua de Camões, de Ferreira e de Barros?³⁴ Quanto fora melhor, que eles se dessem antes ao trabalho de traduzir, e com a tradução das obras-primas procurassem difundir o gosto apresentando os bons exemplos. Com que naturalidade, com que delicadeza não poderia esse Cláudio Manuel da Costa transpor, para a poesia nacional não as cançonetas de Metastasio, com quem ele de tanto imitar chega a rivalizar, mas as estrofes sublimes do cantor, do herói que libertou o túmulo sagrado,³⁵ mas os tercetos magistrais do cantor da *Divina Comédia*? Destarte nos poderia Botelho de Oliveira provar o conhecimento, que possuía das línguas, de que tanto se ufanava, que dizia, que quando não se estimassem as suas poesias pela elegância dos conceitos, fosse ao menos pela multiplicidade delas,³⁶ e destarte nos poderiam ter enriquecido todos esses latinos poetas.

³² José Francisco Cardoso de Moraes (Bahia, 1761 - 1842 ou 1843): professor-régio na Bahia, escreveu *De Rebus a Lusitanis ad Tripolim Viriliter Gestis Carmen* (Ulyssipone: Typ. Domus Litter. ad Arcum Caecum, 1800). Bocage traduziu essa obra para o português com o título *Canto Heróico Sobre as Façanhas dos Portugueses na Expedição de Trípoli* (Lisboa: Tip. Calcográfica, 1800). Há também uma tradução francesa do poema. Cf. Pedro Calmon, *História da Literatura Baiana*, 1949, p.79, nota 3, e Guilhermino César, *Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.65, nota 12. Esse poeta não deve ser confundido com Francisco Pereira Cardoso (séc. XVIII), poeta, sargento, que participou do ato acadêmico realizado em São Paulo a 25 de agosto de 1770 para celebrar a colocação da imagem de Santana no altar novo da igreja do Colégio, uma vez que os quatro sonetos de sua autoria publicados por José Aderaldo Castello (*O Movimento Acadêmicoista no Brasil*, 1976, v.3, t.4, p.206-208) estão escritos em língua portuguesa.

³³ Navegadores e administradores portugueses: Vasco da Gama (1468? - 1524), descobridor do caminho marítimo para a Índia; Bartolomeu Dias (1450 - 1500), primeiro navegador a dobrar o cabo da Boa Esperança; Pedro Álvares Cabral (1467/1468 - 1520); Afonso de Albuquerque (1445/1462-1515), segundo vice-rei da Índia; João de Castro (1500 - 1548), quarto vice-rei da Índia.

³⁴ Escritores clássicos da língua: Luís Vaz de Camões, Antônio Ferreira e João de Barros.

³⁵ Referência a Torquato Tasso (Sorrento, 1544 - Roma, 1595) e ao seu poema épico *Jerusalém Libertada* (1581), em que é narrada a tomada de Jerusalém pelos cavaleiros cristãos da primeira Cruzada (1099).

³⁶ Entenda-se: pela multiplicidade das línguas em que suas poesias foram escritas. O poeta afirma isso no "Prólogo ao Leitor" da *Música do Parnasso* (1705).

Perdeu-se, é certo, essa tendência, que maior triunfo alcançara com seus brados Francisco Manuel do Nascimento do que Antônio Ferreira,³⁷ que tanto amava a sua língua, que por toda a glória, esperava que a posteridade dissesse ter sido ele o maior amigo dela; caímos porém num abismo evitando a antiga senda e procurando o novo trilho: – caímos nas traduções!

As traduções que, feitas com todo o primor, debaixo de uma apurada seleção, nos seriam de grande proveito, – as traduções pelo contrário têm impedido a marcha progressiva de nossa literatura! Traduz-se tudo, sem que o mais das vezes se atenda o mérito das obras e rara ou nenhuma a louçania da nossa bela língua; e assim desaparece o gosto da originalidade, abastarda-se a índole do airoso idioma, que falamos, enerva-se o talento, que mal interpreta, que pessimamente verte, quando podia vigorar-se, criando, compondo e ainda imitando; e ao mesmo tempo, que vamos formando uma literatura monstruosa, intraduzível, movidos pelo amor do ganho, apresentamos ao estrangeiro o ridículo papel de tradutores sem merecimento, sem nome, que como tais nos ostentamos – já nas páginas das gazetas, – já em romances, em avulso, ou em apêndice às folhas diárias, – já nas obras dramáticas, que sobem à cena nacional, e, o que mais admira, nas próprias orações, que se recitam de cima do púlpito!

E pois, citarei apenas de passagem esses autores de obras escritas em línguas peregrinas, a par e passo, que fizer conhecer as fases da história da nossa literatura, mencionando os autores, que mais se distinguiram e analisando as suas produções. Nessa análise porém, demorar-me-ei mais em patentear as suas belezas, do que em demonstrar os seus defeitos, e tornar conhecidos os seus erros. A crítica é como um farol, que se hasteia sobre os bancos e penedias das costas; é de sobre os defeitos, que ela deve levantar-se mais austeramente; não é um serviço ao autor, é um exemplo para os futuros escritores; todavia não cabe à história, dedicada a assinalar os progressos ou a decadência da literatura de um povo, o seu espírito e as suas tendências, essa missão severa, que não há de ela descer a esquadrinhar imperfeições para vir analisá-las com a importância e severidade dos gramáticos e filólogos.

³⁷ Antônio Ferreira (1528 - 1569) e Francisco Manuel do Nascimento (1734 - 1819), mais conhecido como Filinto Elísio, seu pseudônimo arcádico. Ambos, cada um a seu tempo, mestres e defensores da pureza de linguagem.

É certo, que a maior parte dos autores das primeiras épocas, se fazem pouco dignos de comparecer ante o tribunal da posteridade, todavia eles não devem ser excluídos, e ficar como que sepultados no esquecimento. Como nota o Sr. Ferdinand Denis,³⁸ são eles uma prova evidente da tendência, que de há muito apresentava a nação brasileira para o cultivo das belas-artes; como ajunta o Sr. Magalhães, sempre lhes cabe o mérito de servirem de ponto de partida da nossa literatura, e de haverem dado o sinal da inteligência de um povo; e, como acrescenta um dos redatores da *Revue Britannique*, patenteavam em suas obras, embora não fossem primores, uma literatura cujo horizonte se ia dilatando todos os dias.

Resta-me ainda falar das épocas da nossa história literária e expor as dificuldades, que tive que vencer na confecção desta obra. Não o faço com intenção de encarecer o meu trabalho, mas para atenuar os seus defeitos e merecer a indulgência, dos que julgam a esmo sem saber os tropeços, que encontra em sua marcha, os obstáculos, que se levantam por toda a parte, aos que se dedicam a escrever das coisas da pátria sem os recursos, que só os dá a fortuna a seus mimosos.

Nada ainda se tem decidido acerca da divisão das épocas da nossa história política; o Instituto Histórico, adiou-a indefinidamente depois de a ter chamado à arena de suas discussões, onde a questão se tornara o assunto de sérios e estudados debates. Outro tanto se tem dado quanto à história literária.

O Sr. Ferdinand Denis, que quatro anos depois da nossa emancipação política e um ano depois de seu reconhecimento, publicou o seu *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, no qual esboçou os traços principais, como ele mesmo o confessa, contentou-se com dividi-la em capítulos, dizendo apenas no discurso preliminar: “A literatura brasileira nasce no décimo sétimo século; no décimo oitavo aparecem dois poemas. Durão, faz conhecer de maneira pitoresca e interessante as usanças dos antigos povos; Basílio da Gama detestado pelos jesuítas, conta as localidades onde eles haviam fundado seu império. Seus variados quadros oferecem interesse, e o seu estilo é correto, elegante; enfim menciono poetas, que merecem a atenção dos literatos, tais como

³⁸ Jean-Ferdinand Denis (Paris, 1798 - Paris, 1890) esteve quando jovem no Brasil e tornou-se, posteriormente, importante divulgador da cultura brasileira na Europa. Escreveu várias obras sobre o Brasil, entre elas, o *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826), que se segue ao seu *Resumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*. Esse texto foi o primeiro ensaio dedicado integralmente à literatura brasileira.

Caldas, o infortunado Gonzaga, e o elegante autor das poesias oferecidas às senhoras baianas.”³⁹

O Sr. Magalhães, que publicou em Paris um *Estudo Preliminar sobre a História da Literatura do Brasil*,⁴⁰ não deixou de lançar as suas vistas sobre esta questão. “De duas distintas partes diz ele, consta a história do Brasil, compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII; a segunda o curto espaço, que de 1808 até os nossos dias decorre. Examinaremos agora quais os escritores são destes diferentes tempos, qual o caráter e o progresso, que a literatura tem feito. No século décimo sexto, que é o do descobrimento, nem um escritor existiu, de que tenhamos notícia. No século décimo sétimo alguns apareceram, poetas e prosadores, de que falaremos em particular em um artigo consagrado a este objeto. Em geral dizemos, que, como debaixo dos auspícios da religião e trabalhos dos jesuítas as primeiras povoações se fundaram, a literatura nesse século, notável propensão [religiosa] mostra, particularmente a prosa, que toda consiste de orações sagradas. É no século décimo oitavo, que se abre a carreira literária no Brasil, sendo a do século anterior tão minguada, que apenas serve para a história. Neste século os moços, que iam à Europa colher os frutos da sapiência, trouxeram [para o seio da pátria] os germens de todas as ciências e artes; aqui benigno acolhimento acharam nos espíritos ávidos de saber, e destarte se propagaram as luzes, dado que a estrangeiros e a alguns livros impedido fosse o ingresso. É inegável, que com a França o nosso

³⁹ O trecho citado não consta da edição do *Resumo da História Literária do Brasil* preparada por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos de Romantismo*, 1978, p.35-82). Certamente o “discurso preliminar” a que se refere Joaquim Norberto precede o *Resumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*, ao qual se segue o *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*. Na passagem citada, o poeta mencionado por Ferdinand Denis como “Caldas” é Antônio Pereira de Sousa Caldas e “o elegante autor das poesias oferecidas às senhoras baianas” é Domingos Borges de Barros (1779-1855), cujo livro se intitula, na verdade, *Poesias Oferecidas às Senhoras Brasileiras, por um Baiano*.

⁴⁰ O trabalho publicado por Gonçalves de Magalhães na *Niterói, Revista Brasiliense* intitulava-se “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil” e trazia o subtítulo “Estudo Preliminar”. O mesmo trabalho, com modificações na redação, foi, posteriormente, incluído por seu autor em *Opúsculos Históricos e Literários* (1865), tomo VIII das Obras de D. J. G. de Magalhães, com o título “Discurso Sobre a História da Literatura do Brasil”. Com este título, o texto mereceu reedição, em 1994, no Rio de Janeiro, pela Fundação Casa de Rui Barbosa (Coleção Papéis Avulsos, n.10). Gonçalves de Magalhães, juntamente com Francisco de Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto-Alegre, teve um “*Résumé de l'Histoire de la Littérature, des Sciences et des Arts au Brésil*” publicado pelo *Journal de l'Institut Historique*, Paris, Institut Historique, v.1., ano 1, p.47-53, 1834. Este texto foi também reeditado pela Fundação Casa de Rui Barbosa no volume citado. Há duas traduções desse texto: a de Sérgio Milliet, no livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (v.III, p.105-114), de Jean-Baptiste Debret, traduzido por ele, e a que foi publicada recentemente nos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS* (v.5, n.2, p.9-17, ago. 1999).

comércio científico e literário [particularmente] tem existido. Originais ou traduzidos, deram os autores franceses a Portugal no século décimo oitavo as ciências e as letras, e por conseguinte ao Brasil. Então vasto campo literário abriu-se no Brasil; todos os ramos da literatura aí foram cultivados; homens de subida têmpera mostraram, que os gênios dos incultos sertões da América, podiam dilatar seu vôo até as margens do Tejo, e emparelhar com as tágides no canto. No século décimo nono, com as mudanças e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face literária apresenta. Uma só idéia absorve todos os pensamentos; uma nova idéia até ali desconhecida é a idéia da pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas políticas enfim, tais são os objetos, que atraem a atenção de todos, e os únicos, que ao povo interessam.”⁴¹

O Sr. Pereira da Silva na sua *Introdução Histórica*, de que fez preceder a coleção de poesias de nossos autores, e que foi publicada sob o título de *Novo Parnaso Brasileiro*, seguiu a divisão cronológica proposta pelo Sr. Magalhães.⁴²

No *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, que publiquei em frente de uma coleção de poesias da infância, traçando rapidamente as suas fases, noticiando os principais autores e analisando as suas obras, dividi a nossa história literária em seis épocas.⁴³ A primeira abrange os

⁴¹ O trecho citado por Joaquim Norberto, quando confrontado com o da *Niterói, Revista Brasiliense* (Paris, Dauvin et Fontaine, tomo I, n.1, p.132-159, 1836) apresenta diversas variantes. Com base no cotejo entre os dois textos, introduzimos na citação as expressões que estão entre colchetes: “religiosa”, “para o seio da pátria” e “particularmente”. Outras variantes, que não interferem na significação, não sofreram intervenção dos editores.

⁴² A obra citada de J. M. Pereira da Silva intitula-se *Parnaso Brasileiro*. A “Introdução”, presente no tomo I, publicado em 1843, vem anunciada, na página de rosto, como “Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira”. Joaquim Norberto refere-se à obra como *Novo Parnaso Brasileiro* certamente para distingui-la do *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, que havia sido publicado entre os anos de 1829 e 1832. Merece comentário a afirmativa de que J. M. Pereira da Silva teria, em sua “Introdução”, seguido a divisão cronológica proposta por Gonçalves de Magalhães. De fato, pode-se inferir que, ao distinguir a originalidade e independência da literatura brasileira do século XIX, em confronto com as produções dos séculos XVI, XVII e XVIII, Pereira da Silva estaria adotando uma divisão binária da história da literatura brasileira, como a de Gonçalves de Magalhães. Entretanto, existem inflexões significativas na análise desse “primeiro período”. Para Pereira da Silva, já no século XVI se pode constatar a existência de versos e poesias de algum brasileiro, ainda que em sua “maior parte latina”. Por outro lado, para ele, seria o século XVII aquele que “abre a história da Literatura Brasileira”, e não o século XVIII, como afirma Gonçalves de Magalhães no trecho citado.

⁴³ A “coleção de poesias da infância” a que Joaquim Norberto se refere intitula-se *Modulações Poéticas* e foi publicada, no Rio de Janeiro, em 1841. O *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, por sua vez, foi reeditado em 1997 pela Editora UFMG (Belo Horizonte) e por Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira (*O Berço do Cânone*, 1998, p.100-142).

dois primeiros séculos, isto é, desde o descobrimento do Brasil até fins do décimo sétimo século, e compreende a missão dos jesuítas e seus serviços na propagação das luzes no século décimo sexto, e os poetas e prosadores do século décimo sétimo, dominados pelos desvarios de Gôngora e Marini. A segunda trata do começo até meado do século décimo oitavo, em que ainda dominam o gongorismo e marinismo, mas já bruxuleiam os raios de uma nova aurora, de uma nova tendência para uma poesia mais nacional e menos abastardada, em que as sociedades literárias, que aparecem, começam a chamar a atenção dos brasileiros para o cultivo das letras. A terceira compreende do meado até fins do século décimo oitavo, em que as tendências para a poesia nacional se desenvolvem e as letras ganham algum impulso com a reforma, que se opera e o gosto se desembaraça completamente desses trocadilhos, dessas antíteses, desses conceitos derramados às mãos-cheias, e que tanto deslustram os poetas dos primeiros tempos. A quarta abraça do começo do século décimo nono até ao momento da proclamação da independência nacional, época do reino, ou antes, da transição da colônia para o império, na qual domina a poesia religiosa e ouvem-se na sua harpa sagrada os prelúdios dos hinos da liberdade; são as idéias da independência, que germinam, é a águia brasileira, que se revolve no ovo, e conhece que é chegado o momento do seu nascimento, o instante de ver a luz do dia. A quinta é a época da independência, em que os cantos dos Tirteus proclamam a emancipação do povo, a quem coube por herança um grande império, e que tem no trono constitucional a arca de sua salvação no meio do dilúvio das dissensões demagógicas, que submergem as instituições democráticas das jovens repúblicas americanas. A sexta época é a da reforma da poesia e do engrandecimento da literatura nacional.

À vista destas divisões, ora abrangendo a ordem cronológica, ora as fases do progresso das letras, do gosto e das tendências para uma literatura em mais harmonia com os nossos costumes, com os nossos usos, com as nossas crenças políticas ou religiosas e mais digna de uma nação jovem e bela no meio das florestas do Novo Mundo, sob o céu fulgurante dos trópicos, rodeada de inspirações novas, ardentes e profundas, apresentou Santiago Nunes Ribeiro algumas observações, para fixar e caracterizar essas épocas, por lhe parecer que nas divisões propostas não atendi às evoluções íntimas da literatura, nem ao princípio, que as determinava, mas tão-somente aos fatos e épocas da história política.

“Nós entendemos, diz o ilustre literato, dever dividir a história literária do Brasil em três períodos. O primeiro abrange os tempos decorridos desde o descobrimento do Brasil até ao meado do século décimo oitavo. Cláudio Manuel da Costa faz a transição desta época para o segundo, que termina em 1830. Os padres Caldas e São Carlos, bem como José Bonifácio, formam a transição para este terceiro, em que nos achamos.

A primeira época pode ser representada por Manuel Botelho de Oliveira; nela reina o pensamento da literatura espanhola da decadência.

A segunda dificilmente pode achar representante, mas julgamos que Silva Alvarenga é o mais próprio, é o que mais idéias mostra, filhas da influência então dominadora. Esta época é regida pelo espelho das literaturas do século de Luís XIV e de Voltaire.

Terceira época. O seu representante legítimo [e natural] é o Sr. Magalhães.”⁴⁴

Na divisão das épocas, que apresentei, não tive unicamente à vista os fastos da história política. Atendi, pelo contrário, às próprias evoluções íntimas da literatura, como quisera o ilustrado escritor peruviano,⁴⁵ que honrou o nosso país com a sua douda pena; houve porém demasiado rigorismo da minha parte; excedi-me em classificar por épocas as menores evoluções, que na verdade não eram mais do que modificações ou transições de uma para outra. E estarão também em harmonia com as evoluções da literatura as épocas propostas pelo digno Santiago Nunes Ribeiro? Julgo que não.

⁴⁴ O trecho citado é parte do artigo intitulado “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, que Santiago Nunes Ribeiro publicou na revista *Minerva Brasiliense* (Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-23, 01 nov. 1843). Com base no cotejo entre os textos, introduzimos a conjunção “e” e o adjetivo “natural” (“legítimo e natural”), ao final da citação. Entre as diversas alterações introduzidas por Joaquim Norberto, deve-se observar a correção, feita por ele, da data em que se encerra o primeiro período da história da literatura brasileira, nos termos da proposta de Santiago Nunes Ribeiro. Onde estava grafado “até o meado do século XVII”, Joaquim Norberto grafou “até ao meado do século décimo oitavo”. O engano de Santiago Nunes Ribeiro foi repetido na edição mais recente de seu texto, por Afrânio Coutinho, no primeiro volume de *Caminhos do Pensamento Crítico* (1980).

⁴⁵ Todos os autores consultados que se referem a Santiago Nunes Ribeiro (? - Rio Preto, MG, 1847) o dão por chileno, e não peruano, embora nenhum deles especifique com exatidão o seu local de nascimento. O próprio Santiago Nunes Ribeiro, no editorial que escreveu ao assumir a chefia da redação da *Minerva Brasiliense* (Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-4, 15 nov. 1844), anunciou que entrava naquela ocasião para o corpo de colaboradores da revista o Sr. D. J. M. Valdez, peruano (ele dizia “peruviano”) e seu (?) conterrâneo (ele diz apenas “conterrâneo”).

Abraçando antes a divisão cronológica do Sr. Magalhães, como fizeram os Srs. Pereira da Silva e Paula Meneses,⁴⁶ de preferência à divisão histórica de Santiago Nunes Ribeiro, ou ainda à própria, que ensaiei no *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, fui levado por novas considerações. As épocas são meras divisões históricas, difíceis de reter na memória com todos os autores, que nelas aparecem, o que não sucede quando nos referimos à divisão cronológica. O grande monarca francês, que associou as artes, as ciências e as letras às grandezas do seu reinado, não abrangeu os cem anos do século, a que por excelência conferiu a posteridade o seu nome, e entretanto não se diz os poetas da época, mas do século de Luís XIV.

Não começo a história da literatura brasileira unicamente a datar do século décimo sétimo, em que teve lugar o seu tirocínio; não me circunscrevo ao seu desenvolvimento no século seguinte, e ao seu progresso até aos nossos dias. Remonto-me aos primeiros anos do descobrimento, passo em revista todos esses povos, que povoavam as costas, os sertões e ainda as serras de nosso majestoso país; examino as suas tendências para a poesia e para a música; quais as tribos, que mais se avantajaram em sua cultura; quais os usos, os costumes, os mitos de suas crenças mais favoráveis a essa tendência, com tudo quanto nos resta de sua teogonia, de seus jogos, de suas representações guerreiras, de suas reuniões misteriosas presididas por seus pajés, animadas pelos cantos de seus *nheengaçaras*, e que terminavam com as danças sagradas; enfim a sua língua fácil e harmoniosa, e as suas composições tradicionais, repletas de uma poesia cheia de vigor e da pompa das composições do Oriente. Passando ao século do descobrimento do país, do reconhecimento de suas costas e das conquistas, que se seguiram, aparecem com o seu imenso vulto de apóstolos do Novo Mundo esses místicos soldados da milícia de Loyola de cuja importante missão não só se seguiram a catequese dos índios e sua instrução, [como o cultivo da língua dos mesmos],⁴⁷ que por algum tempo impediu o progresso da língua dos conquistadores. Chegaram a formar para esses povos menos bárbaros e já mais civilizados, uma literatura da qual apenas resta um simulacro

⁴⁶ Francisco de Paula Meneses (Niterói, RJ, 1811 - 1857): diplomado em medicina, foi teatrólogo e professor de retórica do Colégio de Pedro II. Deixou manuscritos, incompletos, os "Quadros da Literatura Brasileira", cujo destino ignoramos. Foi o fundador da *Revista Brasileira* (1856), cuja primeira série (sob sua responsabilidade) consta de apenas um número (Cf. Helena Cavalcanti de Lyra et al., *História de Revistas e Jornais Literários*, v.2, 1995).

⁴⁷ No texto: "como, com o cultivo da lingua dos mesmos".

transmitido pelo tempo, e conservado na poeira de antigos arquivos, que ainda não têm sido revolvidos como convém. A par dessas composições devidas aos jesuítas, figuram as suas obras dramáticas; vemos o teatro passar do interior das igrejas para os seus adros, como um meio civilizador, quando até ali só o era de indecências e imoralidades. Antes de entrar na época, que se aproxima do nascimento da literatura brasileira, examino tudo quanto possuía então a velha metrópole, desde o tempo de seu começo, até ao século, em que o Brasil principia por sua parte a se inscrever entre os povos, que podem ser julgados pelas produções de sua inteligência; como se formou a língua portuguesa, como se enriqueceu e como passando ao Brasil se modificou tornando-se mais suave, mais doce, mais harmoniosa e também mais rica nos lábios de nossas mães, que no-la transmitiram nas acalentações do berço e nos cantos pueris da infância, adornada de novos vocábulos, de novo idiotismo, e adágios tão-somente nossos. As obras escritas no Brasil pelos portugueses não são dignas de um exame, porque daí se conhece que foram eles, que transmitiram aos seus descendentes o exemplo seguido pelo espaço de século e meio, que tanta quebra trouxe à originalidade de suas composições.

Os autores brasileiros começaram de aparecer no começo do século décimo sétimo,⁴⁸ no meio da luta da invasão holandesa, que ainda hoje conhecemos pelo nome de *guerra brasílica*, em que um povo pequeno toma proporções gigantescas, engrandecidas pela coragem e pelo amor da pátria e da liberdade, e prova que o valor pertence a todas as raças; são os tempos homéricos da nossa história. A poesia, porém, não apresenta essa grandeza em suas formas, esse colorido em seu estilo, esse vigor em seus pensamentos; requebra-se com os adornos das literaturas italiana e espanhola em sua decadência; e só Gregório de Matos se isenta deles com suas sátiras mordazes, com seus epigramas virulentos, com seus motejos inimitáveis a rir-se e a rir-se sempre desses Botelho de Oliveira, Vieira Ravasco,⁴⁹ e tantos outros sectários do gongorismo e marinismo, que só eram poetas quando se esqueciam de seus modelos e se deixavam levar simples e sublimes pelas inspirações da filha das florestas, a musa americana. A eloquência sagrada, sim, se eleva majestosa nos lábios de Antônio de Sá e tantos outros, que sobem ao púlpito, à altura, que lhe era dado, atentas as

⁴⁸ No texto: "seculo decimo sexto". Trata-se, evidentemente, de um lapso do autor.

⁴⁹ No texto: "Botelhos de Oliveiras, Ravasco Vieira".

circunstâncias do tempo.⁵⁰ A religião estava então em sua força; a voz da heresia retumbava ao clangor das trombetas de Nassau, ao estampido dos canhões das esquadras da velha Batávia, e os missionários católicos não adormeciam em seus claustros entregues à indiferença, que reina hoje em nossas cidades, quando a sua missão nas florestas, em que ressoam ainda os maracás dos pajés, podia ser tão frutífera à civilização da nossa pátria!

O século, que se lhe segue é porventura mais feliz; o estabelecimento da sociedade dos esquecidos no palácio de um governador, testemunha a queda, que havia para o cultivo das letras, e o poema *Brasília*, lido em uma de suas sessões ou conferências por um de seus membros, tendo por assunto a primeira página da história nacional,⁵¹ é a prova mais evidente das tendências dos espíritos para as coisas da pátria; é a transição, que nos promete novas sociedades, novas composições, em que a musa americana tem de aparecer com suas inspirações sublimes, como nuncia de uma época ainda mais brilhante de poesia, filha da revolução literária[;]⁵² Silva Alvarenga começa por bradar contra os seus compatriotas, que tão pouco nacionais se mostravam em suas produções; já então Cláudio Manuel da Costa tinha estreado na *Fábula de Ribeirão do Carmo*,⁵³ e já no ocaso da vida se inspirava das cenas da natureza e preludiava em canto épico, a fundação de Vila Rica, mas era como o último gorjeio do cisne, frágil e rouco como a voz do bardo moribundo, que murmura o seu cântico de morte; no entretanto que Santa Rita Durão e Basílio da Gama, porventura mais vigorosos, mais cheios de entusiasmo patriótico, dotados de mais estro, abriram exemplo, com a publicação de seus imortais e sublimes poemas, ricos de pinturas,

⁵⁰ Na expressão “que lhe era dado” parece haver um equívoco: ou o “que” refere-se a “púlpito”, e, nesse caso, ele era “dado” a “Antônio de Sá e tantos outros” – o que faria com que o pronome “lhe” viesse no plural (“lhes”); ou o “que” refere-se a “altura”, e, nesse caso, ela seria “dada” (e não “dado”, como vem na frase) à “eloquência sagrada”. Se considerarmos correta a frase como está, teríamos de admitir que o autor utilizou-se de uma silepse, para dizer que “o púlpito era dado a Antônio de Sá”.

⁵¹ O autor do poema *Brasília* é Gonçalo Soares da Franca, que foi membro da Academia Brasílica dos Esquecidos (mencionada por Joaquim Norberto, nessa passagem, como “sociedade dos esquecidos”).

⁵² Vírgula, no texto.

⁵³ No texto: “*Canto do ribeirão do Carmo*”. Observe-se, ainda, que a estréia do poeta se deu em 1751, com a publicação de *Munícipulo Métrico*, romance heróico, e não com este poema, que apareceu em 1768, nas *Obras* de Cláudio Manuel da Costa. Parece, entretanto, que Joaquim Norberto pretendeu dizer que Cláudio Manuel da Costa estreou “como poeta de inspiração nacional” na *Fábula de Ribeirão do Carmo*.

repletos de episódios verdadeiramente brasileiros. A prosa ergue-se também com a poesia; a eloquência, a filosofia, a história competindo com ela se senhoreia majestosamente do terreno, onde no século anterior a este de que falo, apenas se haviam ensaiado com mais ou menos fruto.

Que de peripécias não apresenta o século décimo nono! É a colônia, é o reino, é o império! Em menos de quinze anos, o Brasil passa por essas fortes comoções, que quando bem sucedidas não deixam como as revoluções físicas a calma, o repouso; o entusiasmo do triunfo inspira; um novo vigor se apodera dos povos, arranca-lhes hinos de vitória, fornece-lhes assuntos para epopéias; as artes se elevam, e a história grava com o seu buril cheio de fogo, em páginas douradas, a efervescência dessas épocas como um dos mais belos períodos dos anais de toda uma nação.

Aos cantos nacionais de Cláudio Manuel da Costa, de Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto, de José Basílio da Gama, de Santa Rita Durão sucedem os cantos religiosos, as poesias sacras de Caldas e S. Carlos. No meio de uma sociedade eivada pela leitura dos filósofos franceses do século décimo oitavo, eles [empunham]⁵⁴ a lira do cristianismo; a musa dos trópicos coroada com as estrelas da constelação do cruzeiro os inspira, e a pátria, a pátria retida nos grilhões coloniais, salpicada do sangue dos mártires da liberdade, soluça nos cantos de Caldas; é ela quem geme, é ela quem fala quando acusa a rudeza, a ignorância, em que a prepotência do governo colonial a conserva; e depois, mais animada, sorri-se nos lábios de S. Carlos, vem adornar o seu paraíso com as suas árvores magníficas, com seus frutos deliciosos, com suas flores de tanta beleza, de tão suaves perfumes, e lhe inspirar um canto de esperança; então o poeta sublime dos claustros celebra, como um profeta, o futuro engrandecimento de sua pátria, e ambos elevam as suas vozes divinas até ao céu em louvor do Ente Supremo, e aí se perdem com os místicos acentos, com os cantos dulcíssimos dos anjos.

O sangue dos mártires da independência não cai em árido terreno; como os dentes de Cadmo⁵⁵ germina; e novos defensores pululam no solo tão nobre quão duramente ensopado daquele sangue; o sol, que

⁵⁴ No texto: "impunham".

⁵⁵ Cadmo: personagem lendário, fundador de Tebas, na Beócia, que, tendo dois de seus companheiros devorados por um dragão, matou-o e semeou seus dentes, dos quais nasceram homens armados que se mataram uns aos outros, com exceção de apenas cinco, que se tornaram os nobres de Tebas.

deteve-se no horizonte ao aceno do novo Josué, derramando seus últimos raios sobre as águas do Ipiranga, como outrora o píncaro mais alto da cordilheira dos Aimorés ao aceno de Cabral, quando saudava a terra da Cruz, o sol surge no dia seguinte a um povo livre, que ainda ignora a sua sorte, o seu destino! Bem depressa o brado de D. Pedro, com a palavra elétrica, se comunica do sul ao norte, do ocidente ao oriente, e [os cantos]⁵⁶ patrióticos de José Bonifácio, de Natividade Saldanha, de Januário da Cunha Barbosa, de Evaristo⁵⁷ e tantos outros ilustres poetas eternizam os feitos de heroísmo de uma nova nação. É a lira de esmeralda, é a lira encordoada de ouro, que verte em suas mãos os sons magos, que tão bem se casam com os acentos de seus hinos de triunfo, e de glória.

A tuba ficara silenciosa depois de Santa Rita Durão e José Basílio a haverem embocado, a cítara tão habilmente tangida por Caldas e S. Carlos emudecera ao ribombo do canhão, que anunciava a nossa independência, às harmonias do hino inaugural do grande império; e arrefecido o entusiasmo ficara também a lira de esmeralda e de ouro presa ao choupou, em que a suspendera o bardo no seu desterro, movida pelos zéfiros e unicamente respondendo em terra estranha ao murmúrio da fonte;⁵⁸ faltava-lhe uma corda, uma corda que melhor acompanhasse a voz da musa do cristianismo, que melhor gemesse no meio da celeuma do ceticismo, que melhor se casasse com a indiferença; a corda da melancolia, que tão suave ressoa nas abóbadas do templo, misturando-se com os acentos melodiosos do órgão ou pelos ares da solidão mesclando-se ao sussurro do vento, que geme emaranhado nos tecidos de verdura, como a brisa marinha nas enxárcias dos batéis; ou com o lamento do mar, que chora suspirando sobre a praia como o rei das florestas nas grades de sua jaula; ou nas ruínas de velhos monumentos, nos jardins dos túmulos, aos pálidos raios dos astros da noite, aos pios

⁵⁶ No texto: “nos cantos”.

⁵⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, 1775 - Niterói, 1838) – como poeta, publicou, com o pseudônimo de Américo Elísio, o livro *Poestas* (1825); José da Natividade Saldanha (Jaboatão, Pernambuco, 1795 - Bogotá, 1830) – bacharel, professor e poeta, publicou, em 1822, o livro *Poestas Dedicadas aos Amigos e Amantes do Brasil*; Januário da Cunha Barbosa (Rio de Janeiro, 1780 - Rio de Janeiro, 1846) – autor de sermões, discursos, artigos e memórias políticas e patrióticas, publicou o *Parnaso Brasileiro* (1829-1832), a comédia *A Rusga da Praia Grande* (1831) e os poemas *Niterói* (1823) e *Os Garimpeiros* (1837); Evaristo Ferreira da Veiga (Rio de Janeiro, 1799 - Rio de Janeiro, 1837) – destacou-se como jornalista, tendo deixado obra poética dispersa, que foi, posteriormente, reunida e publicada.

⁵⁸ Referência ao exílio de José Bonifácio e à publicação das *Poestas*, sob o pseudônimo de Américo Elísio, em Bordeaux.

das aves noturnas; e essa corda atou-a o Sr. Magalhães, longe da pátria, quando a brindava com seus *Suspiros Poéticos e Saudades*. O Sr. Araújo Porto-Alegre, com a sua imensa epopéia do Novo Mundo,⁵⁹ com as suas grandiosas *Brasilianas*, o Sr. Gonçalves Dias com os seus *Cantos* variados e belos como as cenas da natureza, que os têm inspirado, o Sr. J. M. de Macedo com a sua bela *Nebulosa* e tantos outros jovens, cheios de entusiasmo, que aí vão caminho da glória ao impulso dado pelo ilustre fluminense com suas produções sublimes, pressagiam um período rico e belo, que a posteridade avaliará com toda a justiça, revolvendo com admiração e pasmo essas páginas, que hoje se perdem no meio da indiferença de nossas épocas.

Não há muito tempo que o Visconde de S. Leopoldo⁶⁰ patenteava os desejos, que outrora mostrara em França o amável Montaigne, servindo-se de suas próprias palavras. “Precisamos, escrevia ele, de topógrafos, que nos dêem narrações particulares das localidades, que têm percorrido... É para desejar que cada um escreva o que sabe, tanto quanto possa, não só sobre esse gênero, mas em todos eles.”

Tão belos desejos não passaram como um sonho; alargando-se no horizonte da esperança, não se perderam como se perdem nas margens de um lago, que foi ferido em seu centro, os círculos ondulosos, que resultam daí; realizaram-se prontamente: o jovem Dutra e Melo,⁶¹ mais feliz do que o historiador das belas províncias do sul do império, já pôde ver da beira do sepulcro, para onde o arrastava a morte tão extemporaneamente, essas realidades, que se sucedem todos os dias, e que têm a sua sede principal no grêmio do Instituto Histórico: “Autores de merecimento, disse ele, poetas distintos já belas páginas hão produzido; todos os gêneros vão sendo cultivados, e contamos cedo ver-nos indecisos no preferir em frente de numerosos rivais igualmente aquilataados em mérito. E pois realizem-se ao menos estas esperanças! Pleiteie-

⁵⁹ Referência ao poema épico *Colombo*. Embora o poema completo só tenha sido publicado em 1866, em 2 volumes, por Garnier, alguns de seus trechos haviam sido publicados na revista *Guanabara*, em 1851, quando ainda não havia sido concluída a composição do poema. Isso explica a referência a ele neste capítulo da *História da Literatura Brasileira*, divulgado por Joaquim Norberto, na *Revista Popular*, em 1859 (primeira parte) e 1860 (segunda parte).

⁶⁰ José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (Santos, 1774 - Porto Alegre, 1847): político, administrador e historiador, autor de *História Nova e Completa da América* (1800), *Anais da Capitania de S. Pedro* (três tomos: 1819, 1822 e 1839) e *Da Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão e Bartolomeu Lourenço* (1841).

⁶¹ Antônio Francisco Dutra e Melo (Rio de Janeiro, 1823 - Rio de Janeiro, 1846): poeta e crítico, que escreveu e publicou intensamente entre 1841 e 1845 e cuja obra não foi, desde então, reeditada.

se um pouco, debele-se a indiferença, que nos gela, e as fixas cores de um clima poético venham colocar-se na palheta do artista.” E ainda há pouco o Sr. Dr. Macedo, expondo todos esses progressos, patenteando todas essas realidades, mostrou à face de todo o império, ante um auditório de pessoas de todas as hierarquias e de todas as nações da Europa e da América, a causa que tão magnificamente influi na presente época da literatura brasileira, nestas sublimes palavras: “A causa atua, o gênio vela, o imperador inspira.”

Resta-me ainda falar dos subsídios existentes, e que tive presentes na confecção desta obra.

É árdua a tarefa do escritor entre nós; não é uma profissão, é um mero passatempo; são horas roubadas ao repouso, ao necessário ócio, ao recreio, que se sacrificam ao estudo, às pesquisas, às indagações históricas, em detrimento da saúde e dos cômodos da vida, e ainda dos interesses materiais; e a tudo isso acresce a falta de recursos, que só se encontram em países mais adiantados, que o nosso, onde os séculos acumularam suas riquezas, e onde o grande número de bibliotecas e arquivos facilitam as indagações do estudo, e onde o concurso com os sábios, a prática com os doutos, são proveitosos e dispensam muitas vezes enfadonhos e estéreis trabalhos sem fruto, e inspiram improvisos brilhantes, que dão em resultado numerosos volumes, que só para escrevê-los materialmente gastariam muitos a sua vida por mais longa que fosse.

As dificuldades, que tive que vencer na confecção da presente obra, são conhecidas dos que se têm dado ao estudo dos nossos autores, para conhecerem a fundo a nossa literatura. O Cônego Januário da Cunha Barbosa dizia, quando agrupava os nossos poetas em seu *Parnaso Brasileiro* e tirava à luz da imprensa as produções, que se conservavam em mãos estranhas, maltratadas das cópias, alteradas por ignorantes, que se via tolhido na sua empresa por dificuldades, que surgiam de todos os lados.

“Os que se deram (são as suas expressões) a uma semelhante tarefa na Inglaterra, França, Portugal e Espanha, decerto não tiveram tantas dificuldades a vencer, como as que encontro neste país, onde a imprensa é moderna e por isso os escritos, por mais de uma vez copiados, podem ser em muitas partes diferentes dos que saíram das penas de seus autores.”⁶²

⁶² O trecho citado é parte do texto introdutório, “Ao Público”, que vem no Caderno 1º do *Parnaso Brasileiro*, publicado em 1829.

Esse importante trabalho, que mereceu os elogios de nossas ilustrações, foi devidamente apreciado pelo Sr. Magalhães. O ilustre autor dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, o cantor de *Antônio José*, o poeta da *Confederação dos Tamoios*, tentando escrever a nossa história literária, lutou ainda com maiores obstáculos, não obstante a facilidade, que encontrou nas suas peregrinações pelas cidades da Europa, em visitar e revolver as suas antigas bibliotecas e arquivos. No seu *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil*, publicado em Paris em 1836, o Sr. Magalhães disse: “Aqueles que algum lume de conhecimento possuem sobre a literatura brasileira, sabem que mesquinhos e esparsos são os documentos, que sobre ela consultar-se podem. Nenhum nacional, que nós conheçamos, ocupado se tem até hoje com tal objeto. Dos estrangeiros Bouterwek, Simonde de Sismondi e Ferdinand Denis, alguma coisa disseram. O primeiro apenas conhecia Cláudio Manuel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta; o segundo inteiramente pauta-se sobre o primeiro, e a menção, que faz de alguns brasileiros, fora mesmo excluída do plano de sua obra sobre a literatura do Meio-Dia da Europa, se nela não entrasse como um apêndice à história [da literatura portuguesa]. No resumo da história literária de Portugal e Brasil por M. Ferdinand Denis, posto que separadas estejam elas, e porventura mais extenso desenvolvimento esta última ofereça, contudo basta uma vista d’olhos, para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dar uma idéia a estrangeiros. Eis tudo o que sobre a literatura do Brasil se tem escrito; e se por isso só nos guiássemos, na impossibilidade, em que ficaríamos, de nada podermos juntar, teríamos preferido o traduzir, o que de bem pouca monta fora para a história. Empenhados em dar alguma coisa mais meritória, começamos por estudar a nossa história, e desde aí deparamos com grandes embaraços para o nosso escopo. Necessário nos foi a leitura do imenso trabalho biográfico do Abade Barbosa, para podermos achar aqui e ali o nome de um brasileiro distinto, no meio dessa aluvião de nomes colecionados às vezes com bem pouca crítica. Ainda assim convinha-nos ler suas obras; eis aí uma quase insuperável barreira; embalde por algumas delas, de que tínhamos notícia, investigamos todas as bibliotecas de Paris, de Roma, de Florença, de Pádua, e de outras principais cidades da Itália, que visitamos: foi-nos preciso contentar-nos com o que pudemos obter. Acresce mais, que de nossos primeiros poetas ignoramos as épocas de seus nascimentos, que tanto apreço damos nós aos grandes homens, [que nos honram,] a esses homens, cuja herança é hoje a nossa única glória. Esta dificuldade foi já reconhecida pelo ilustre

editor do *Parnaso Brasileiro*, cujo trabalho tão digno de louvor assaz serviu-nos. Enfim, depois de um longo e enfadonho estudo, vimo-nos reduzidos quase sem outro guia, que o nosso próprio juízo, a lermos e analisarmos os autores, que obter pudemos, esperando que o tempo nos facilite os meios para o fim, a que nos propomos. Todos estes trabalhos e obstáculos indicamos, não com o fim de realçar o mérito deste nosso bosquejo, mas sim para podermos merecer desculpa de faltas e penúrias, que borbulhar devem de todos os lados, e outrossim para que à vista de tal incúria e mendiguez, mais zelosos sejamos em pesquisar e conservar os monumentos de nossa glória para as raças futuras, a fim de que não nos exprobem nosso desmazelo, e de bárbaros não nos acusem, como fariamos com justa causa aos nossos maiores.”⁶³

É de lastimar que o Sr. Magalhães desse de mão nesta corte à empresa, que tão ardentemente concebera na Europa, apresentando apenas alguns fragmentos da sua obra no *Jornal dos Debates Políticos e Literários*, de que foi um dos colaboradores. Depois de tão louváveis esforços tudo quanto tem aparecido acerca da nossa literatura é devido, com algumas exceções, à bela instituição, que surdiu do meio das agitações políticas da minoridade, como um raio de bonança dourando as nuvens da tormenta. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem patenteado nas suas publicações trimensais as muitas pesquisas e lucubrações de seus membros. Apareceu também o *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, e seguiram-se-lhe a *Introdução Histórica e Biográfica do Novo Parnaso Brasileiro* e dos *Varões Ilustres do Brasil no Tempo da Colônia*, do Sr. Dr. Pereira da Silva.⁶⁴

Com bastante proveito deu-se o Dr. Paula Meneses ao estudo da nossa literatura; nem era de esperar de seu amor da pátria e de seu zelo pelas nossas coisas, que ocupando um lugar tão distinto no magistério público não a elevasse à honra de ser lecionada aos nossos compatriotas em um curso público, e se não se ocupasse ainda dela nas solenidades

⁶³ O trecho citado é parte do ensaio “Sobre a História da Literatura do Brasil”, publicado por Gonçalves de Magalhães no tomo primeiro, n.1, p.132-159, da *Niterói, Revista Brasiliense* (Paris, 1836). Com base no cotejo entre os textos, acrescentamos a oração “que nos honram” e corrigimos o trecho “se n'ella não entrasse como um appendice á historia a literatura brasileira” para “se nela não entrasse como um apêndice à história da literatura portuguesa”.

⁶⁴ A introdução ao *Parnaso Brasileiro* (2v., 1843-1848), de J. M. P. da Silva, vem anunciada na página de rosto da publicação como “Introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira”, embora traga apenas a indicação “Introdução” na página 7, em que começa. A outra obra citada do mesmo autor intitula-se *Os Varões Ilustres do Brasil Durante os Tempos Coloniais* (2v., 1858) e também vem precedida de uma “Introdução”. Em sua primeira edição, datada de 1847, esta obra intitulava-se *Plutarco Brasileiro*.

escolásticas, em que o preceito regimental o tornava órgão⁶⁵ de seus colegas. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apreciou a sua memória no desenvolvimento do programa, que S. M. I. se dignou de lhe dar: "O estudo e imitação dos poetas românticos promove ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?" que é para sentir, que ainda não tenha visto a luz da publicação nas páginas da *Revista Trimensal*, sendo ela já pelo estilo brilhante, já pela crítica ilustrada de seu autor, verdadeiro juiz na matéria, pelo comércio, que mantinha com as musas, como de si dizia com alguma ufania o apreciável Montaigne, [mui digna de ser consultada]⁶⁶ nesse pouco que temos relativamente à nossa literatura, que aí vai abrindo as suas amplas asas no espaço imenso, que se alarga agora a seus dourados vãos.

Os importantes trabalhos, em que tantos ilustres literatos se hão ocupado de nossa literatura, me serviram na confecção desta história; citando muitas vezes seus belos trechos, me escudo na sua opinião mais segura e de mais critério, que por certo não é a minha. Cabe pois aqui louvar entre os nacionais os Srs. Magalhães, Porto-Alegre, Pereira da Silva, Macedo, Fernandes Pinheiro, Paula Meneses, Emílio Maia,⁶⁷ Otaviano⁶⁸ e tantos outros, que continuaram o impulso dado por Januário da Cunha Barbosa, Visconde de S. Leopoldo, Baltasar da Silva Lisboa,⁶⁹ Francisco Bernardino Ribeiro,⁷⁰ Evaristo Ferreira da Veiga, e ainda outros. Entre os estrangeiros citarei os ilustres portugueses Abade Barbosa,⁷¹ Visconde de Almeida

⁶⁵ Entenda-se: "porta-voz".

⁶⁶ No texto: "mui digno de ser consultado".

⁶⁷ Emílio Joaquim da Silva Maia (Salvador, 1808 - Rio de Janeiro, 1859): orador, médico e professor, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁶⁸ Francisco Otaviano de Almeida Rosa (Rio de Janeiro, 1825 - Rio de Janeiro, 1889): poeta, político e jornalista. No *Jornal do Comércio* (1852) lançou "A Semana", comentário semanal, iniciando, com isso, o folhetim leve, que daria origem à crônica litero-jornalística, notavelmente praticada mais tarde pelos escritores modernistas no Brasil. No *Correio Mercantil*, Francisco Otaviano lançou José de Alencar, com os folhetins *Ao Correr da Pena*.

⁶⁹ Baltasar da Silva Lisboa (Bahia, 1761 - Rio de Janeiro, 1840): advogado, foi professor na Academia Paulistana e escreveu diversas obras, entre elas os *Anais do Rio de Janeiro*, em 7 volumes (1834-1835).

⁷⁰ Francisco Bernardino Ribeiro (Rio de Janeiro, 1815 - Rio de Janeiro, 1837) estudou Direito na Academia de S. Paulo, onde foi fundador da Sociedade Filomática (1833) e redator de sua revista. Sua morte foi celebrada por Firmino Rodrigues da Silva numa "Nênia" que é reconhecida como marco inicial do indianismo romântico.

⁷¹ Diogo Barbosa Machado (1688-1772), sócio fundador da Academia Real das Ciências (Lisboa), é autor da *Biblioteca Lusitana* (1741 a 1759), em 4 volumes.

Garrett, Freire de Carvalho,⁷² e os Srs. Lopes de Mendonça⁷³ e Herculano; entre os franceses os Srs. Ferdinand Denis, Eugène de Monglave, J. de Marcy,⁷⁴ e Emile Adet;⁷⁵ entre os espanhóis Juan Valera;⁷⁶ entre os americanos Santiago Nunes Ribeiro, J. M. Gutiérrez⁷⁷ e J. Mármol,⁷⁸ sem falar em Bouterwek,⁷⁹ Simonde de Sismondi,⁸⁰ Sané,⁸¹ e outros, que de passagem mencionam alguns de nossos mais célebres autores.

⁷² Francisco Freire de Carvalho (1799 - 1854): frade português, foi regente da cadeira de retórica e poética no real estabelecimento do Bairro Alto de Lisboa. Traduziu autores latinos e escreveu diversas obras, entre elas *Primeiro Ensaio Sobre a História Literária de Portugal*.

⁷³ Antônio Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), jornalista e novelista, foi o introdutor, juntamente com Evaristo Basto, da moda do folhetim em Portugal. Como crítico literário, escreveu *Ensaio de Crítica e Literatura* (1849) e *Memórias da Literatura Contemporânea* (1855).

⁷⁴ Autor cujo nome não podemos encontrar nas obras de referência consultadas. Joaquim Norberto, no capítulo II desta *História da Literatura Brasileira*, cita, ao lado dos nomes de Ferdinand Denis e Eugène de Monglave, um Sr. Jarry de Monay, autor de um *Atlas Historique et Chronologique des Littératures Anciennes et Modernes*, que contém um *Tableau Historique et Chronologique de la Littérature Portugaise et Brésilienne Depuis son Origine Jusqu'à nos jours*. Este autor deve ser o mesmo J. de Marcy, que aparece, também entre os estudiosos franceses da literatura brasileira, no artigo "A Língua Brasileira", incluído neste volume, como Jarry de Mancy. Também na revista *Mínerva Brasileira* (Rio de Janeiro, v.1, n.13, p.392-393, 01 de maio de 1844), um artigo assinado por Emílio Adet e Joaquim Norberto cita J. de Marcy entre os estudiosos franceses da literatura brasileira, ao lado dos nomes de Ferdinand Denis e Eugène de Monglave.

⁷⁵ Carlos Emílio Adet (Paris, 1818 - Paris, 1867): naturalizado brasileiro, dedicou-se às letras, ao jornalismo e ao magistério. Organizou, com Joaquim Norberto, o *Mosaico Poético* (1844), coleção de poesias brasileiras.

⁷⁶ Juan Valera y Alcalá Galiano (1824-1905): poeta, ficcionista, ensaísta e diplomata espanhol, que residiu no Rio de Janeiro entre 1851 e 1853. De sua obra, destacamos os romances *Pepita Jiménez* e *Genio y Figura* (neste comparece a sociedade do Rio de Janeiro) e os ensaios *Apuntes Sobre el Nuevo Arte de Escribir Novelas*, "Qué ha Sido, que és y que Deve ser el Arte en el Siglo XIX" e, de grande interesse para nós, "De la Poesía del Brasil".

⁷⁷ Juan María Gutiérrez (Buenos Aires, 1809 - Buenos Aires, 1878): crítico e poeta argentino, autor de *América Poética* (1846), antologia fundamental para o conhecimento da poesia hispano-americana dos tempos coloniais e dos primeiros decênios da independência.

⁷⁸ José Mármol (1818-1871): poeta, autor dramático e político argentino. Autor de *Cantos del Peregrino* (1846) – poesia, *El Conquistador y el Poeta* – drama romântico, e *Amalia* (1853) – romance.

⁷⁹ Friedrich Bouterwek (Oker, 1766 - Göttingen, 1828) é autor de *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (História da Poesia e da Eloquência Portuguesa) (1805), em que tece considerações sobre as obras de Antônio José da Silva (o Judeu) e de Cláudio Manuel da Costa. O trecho dessa obra relativo à literatura brasileira foi publicado em português por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.5-12).

⁸⁰ Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (Genebra, 1773 - Genebra, 1842) é autor de *De la Littérature du Midi de l'Europe* (1813), em que se refere a Antônio José da Silva (o Judeu), a Cláudio Manuel da Costa e a Silva Alvarenga. Os trechos dessa obra relativos à literatura brasileira foram publicados em português por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.21-26).

⁸¹ Alexandre-Marie Sané (1773 - 1818): escritor francês, autor, entre outras, das seguintes obras: *Tableau Historique, Topographique et Moral des Peuples des Quatre Parties du Monde* (Paris, 1801), em dois volumes; *Choix des Odes de François Manoel* (Paris, 1808), tradução; *Nouvelle Grammaire Portugaise* (Paris, 1810).

Os subsequêntes capítulos sobre a nacionalidade da nossa literatura, sobre a inspiração, que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas, e sobre a sua originalidade, completarão este primeiro livro, que escrevo como introdução aos que se lhe seguem.

CAPÍTULO II

NACIONALIDADE DA LITERATURA BRASILEIRA

Este capítulo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano II, t.VI, p.298-305, abr.-jun. 1860; t.VII, p.105-112, p.153-163, p.201-208 e p.286-291, jul-set. 1860. Ao pé da primeira página da primeira parte publicada do capítulo, assinalada por um asterisco, vem a seguinte nota: "Este capítulo figura como 2ª no 1º livro da história da literatura brasileira. Suprimiram-se as notas por muito numerosas; serão contudo reproduzidas na edição em avulso."

Questão suscitada de não possuir o Brasil literatura por pertencerem as produções dos autores brasileiros a Portugal, em virtude dos vínculos, que uniam os dois povos e a identidade da língua. – História dos debates, que se produziram pró ou contra. – Triunfo da causa americana. – Novas considerações sobre o absurdo da argumentação dos que pretenderam negar uma tal nacionalidade.

A nacionalidade da literatura de qualquer povo demonstra-se por si mesma como a expressão de sua inteligência; é ela quem patenteia o espírito e a tendência de suas diversas fases, marchando em progresso ou decadência, segundo as modificações de seus costumes, de seus usos, de suas leis e de seu caráter. Negar essa nacionalidade por haver outro povo, que fale idêntica língua, e em virtude dos vínculos, que uniam os dois povos, é condená-lo à condição do escravo, que ainda depois de liberto tem por destino produzir em benefício de outrem; tal foi porém o que se pretendeu não há muitos anos a nosso respeito em referência a Portugal.

Os povos americanos, que se haviam tão nobremente emancipado do jugo das metrópoles, de que receberam a língua assim como receberam a religião e muitos de seus usos e costumes, não puderam sancionar com o silêncio o plágio de toda uma literatura. A imprensa brasileira elevou o brado de indignação, e certo que a independência política não triunfou tão majestosamente como a causa da nacionalidade das literaturas da América. Do Rio de Janeiro retumbou o brado às repúblicas circunvizinhas, e conquanto essa questão achasse eco em toda a América e ainda na Europa a nosso favor, não será fora de lugar trazê-la ainda à arena dos debates, historiar-la em todos os seus pormenores, demonstrar o absurdo de sua argumentação, para ver sair triunfante a nacionalidade da literatura, cuja existência se pretendeu negar com toda a impavidez do pedantismo.

A América ao constituir-se independente, formando tantas nações ilustres no mundo culto, achou-se com os usos e costumes que os conquistadores mais civilizados, que não seus povos primitivos, lhe impuseram. A religião cristã, que tanto império tem sobre os costumes, transportada para as suas plagas, a identificou com as nações do velho hemisfério. As línguas européias, que hoje falam seus povos, não lhe foram impostas; aprenderam-nas os filhos de suas próprias mães; ouviram-nas desde o berço; receberam-nas dos lábios maternos como

uma herança sagrada e que também na Europa uma geração lega a outra geração. Absurdo pois seria querer – ou que os americanos oriundos dos europeus tivessem língua própria para poderem possuir uma literatura nacional, – ou então que as suas obras escritas nas línguas de suas antigas mães pátrias, pertencessem às literaturas das velhas metrópoles.

Os autores, que começaram por negar ao Brasil a posse de uma literatura nacional, não refletiram maduramente nos seus argumentos. O primeiro notável, por haver nascido entre nós, o Senhor General Abreu e Lima,¹ autor do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*,² passando a tratar do estado das ciências e das letras no Brasil, começou pela apreciação da literatura portuguesa. “Os portugueses, diz o autor do *Esboço Histórico das Letras no Brasil*³ foram sem dúvida bons soldados e bons marinheiros, empreendedores, valentes e denodados, porém nunca foram conhecidos senão como conquistadores. Conquistaram grande parte da África e da Ásia, e das suas conquistas só sabemos, que tantos mil mouros ou índios se tinham deixado degolar impunemente por tantos centos de portugueses, em tal ou qual parte. Das regiões mais distantes apenas conhecíamos as riquezas, que serviam de estímulo à cobiça dos novos argonautas; nada sabíamos, que pudesse interessar às ciências e às artes, até que outros povos participaram igualmente de seus despojos; foi então, que pudemos conhecer as produções da natureza naqueles variados climas. Leiam-se as crônicas daqueles tempos, consultem-se os historiadores mais fiéis e se verá a longa série de façanhas ao lado de uma descrição pomposa de um rei prisioneiro ou convertido à fé pela espada de um aventureiro. Ruínas e sepulcros foram os monumentos que deixaram na Índia os portugueses; muita glória, se queremos, e nada mais.

¹ José Inácio de Abreu e Lima (Pernambuco, 1796 - Pernambuco, 1869) era filho do Padre José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, dito Padre Roma. Emigrou para a Venezuela e participou das campanhas de libertação comandadas por Simón Bolívar, tendo aí obtido o título de general. Retornou ao Brasil em 1832.

² No texto: “*Bosquetjo historico politico e literario do Brazil*”. A obra foi publicada na cidade de Niterói, em 1835. Acertamos a pontuação do título da obra de acordo com essa edição.

³ Tudo indica que Joaquim Norberto, valendo-se de um título equivalente ao original, referiu-se à obra do General Abreu e Lima com liberdade. O título correto da obra é *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*. Esta citação começa na página 64 do *Bosquejo* e é parte do capítulo intitulado “Paralelo entre o nosso estado moral e o dos nossos vizinhos e conterrâneos.”, que começa na página 58. O texto citado não é contínuo, assinalamos, na nota que se segue a esta, o ponto em que há supressão de uma parte do *Bosquejo*. Além disso, o texto da citação omite uma divisão do texto original, na página 66. O título sobre o qual salta a citação é o seguinte: “Nosso estado intelectual; conclusão.”

Todos conhecem os nomes gloriosos de Vasco da Gama, João de Castro, Albuquerque, Mascarenhas e de outros que servem de ornamento à história dos grandes conquistadores; porém ninguém citará um só sábio, que passasse à Índia, com o designio de observar a natureza e suas produções. Alguns pilotos nos deixaram roteiros mui inexatos e alguns frades também se ocuparam da história do país, servindo-se das tradições vulgares ou de informações incorretas sobre costumes, religião, leis ou governo das diferentes seções da Índia Oriental. Todavia nada de novo nos disseram, que já não se achasse consignado nos historiadores gregos e latinos ou nas relações exageradas, que os árabes haviam transmitido à Europa pela conquista do Meio-Dia. O mais, que ainda pode atribuir-se aos portugueses, é a aplicação da bússola na arte de marear, em tempo de D. João I; porém isto mesmo é contestado pelos genoveses e ainda pelos venezianos: seja o que for, o fato é controvertível. Vejamos pois o que há a respeito do Brasil.

À exceção de alguns donatários, que escreveram a história das suas doações e conquistas, ou de algum jesuíta, que andou em busca de uma horda selvagem, nada mais existe de útil para as ciências nem para as artes, além de um roteiro das costas do Brasil feito por Diogo de Castro ou da descrição geográfica da América portuguesa por Francisco da Cunha em 1587; peças ambas tão incorretas e tão inúteis, que foram relegadas a um completo esquecimento. Muito posteriormente apareceu a descrição geográfica do cosmógrafo Portugal, assim como a arte de navegar, escrita por Pimentel em 1699, compreendendo o Brasil e a costa de África, as quais serviram por muito tempo de roteiros do Brasil. Sem embargo tudo isto não só carecia de exatidão, como de arte; e só o nosso isolamento do resto do globo podia conservar-nos em tanta ignorância.”⁴

“Nunca, ajunta o autor, nunca pudemos obter uma universidade no Brasil, nem ao menos que se nos ensinassem as ciências exatas ou naturais. Era mister ir a Portugal para aprender aquilo mesmo, que um americano-espanhol teria aprendido em qualquer capitania geral, ou província subalterna. Assim mesmo desgraçado do brasileiro, que se fazia notar pela sua inteligência ou por um gênio superior; logo se lhe armava uma sancadilha e o pobre homem era reduzido a uma prisão ou ao abandono da pátria. Quem ignora ainda hoje o que se praticou com

⁴ Esse trecho vem no *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil* às páginas 64-65. Nessa passagem, há um trecho que foi suprimido, ou seja, este parágrafo, no original, não é contínuo com o que se segue a ele aqui. Joaquim Norberto, com a interferência que faz logo no início do parágrafo seguinte, intercalando a expressão “ajunta o autor”, parece querer sinalizar essa supressão.

Hipólito, Caldas, Arruda e outros muitos brasileiros desta ordem? O Marquês de Pombal, homem despreocupado, foi o primeiro ministro que começou a chamar-nos à participação de alguns cargos públicos. Nós outros vivíamos em completa abjeção, e não há muitos anos, que se assinalavam nas vilas e aldeias as pessoas, que soubessem ler ou escrever.”⁵

“Tampouco, diz ainda o autor, tampouco a metrópole abundava de homens eruditos; foi o mesmo Marquês de Pombal quem teve a lembrança de reformar a Universidade de Coimbra e de chamar alguns sábios de outros países para coadjuvar a grande empresa de regenerar as ciências em Portugal. Existiam em verdade alguns homens, que mereciam com justo título a denominação de sábios; porém deles não resta mais que uma memória estéril; se perguntarmos à Europa inteira que idéia faz da literatura portuguesa, ela responderá que conhece Camões e o Abade Correia. Nos dirão talvez, que em algumas obras estrangeiras se encontram fragmentos de vários escritos portugueses; porém isto deve considerar-se como rasgos históricos de filologia e ciências de antigüidade; como bem se pode ver em Bouterwek, Sismondi, Balbi e outros, que citam pedaços curiosos de Gil Vicente, Ferreira, D. Pedro I, Bispo de Silves, Couto, Barros, etc., etc. Nenhuma nação teve tantos viajantes no século XVI como os portugueses; mas são tão exagerados e tão cheios das afeições do seu país natal, que passam hoje por singulares, pela maneira por que descreveram os povos e os países que visitaram; do que é um exemplo Fernão Mendes Pinto, que se reputa clássico: o mesmo João de Barros, chamado o Tito Lívio português, não está isento destes defeitos, dominado sobretudo pelas idéias religiosas daquele tempo.”⁶

O autor prosseguindo em suas reflexões acerca da literatura portuguesa, diz: “Se por literatura entendemos o corpo de doutrinas, que professa uma nação, podemos assegurar, sem ser contestados, que os portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências, que os literatos chamam de utilidade; porém se para darmos um sentido mais correto à palavra seguirmos a classificação, que fazem dos conhecimentos humanos os bibliógrafos, então é mister confessar, que os portugueses têm uma literatura, que lhes é própria e de algum modo original.”⁷ O autor conclui, que assim mesmo nula como é a literatura portuguesa,

⁵ Entre esse parágrafo e o seguinte, no *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*, na página 66, encontra-se o título que foi suprimido na citação: “Nosso estado intelectual; conclusão.” Cf. nota 3 deste capítulo.

⁶ Esse trecho vem no *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil* às páginas 66-67.

⁷ Esse trecho vem no *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil* à página 67.

é a única, que os brasileiros têm e que a rejeitá-la ficariam reduzidos a uma condição quase bárbara. “Se existe alguma coisa de mais proveito, diz ele, desejaríamos sabê-lo; porque até agora temos feito um estudo particular da nossa literatura e não pudemos dar um passo mais adiante; chamamos-lhe nossa, porque ainda ontem éramos portugueses (conquanto nos pese); e se rejeitarmos a literatura portuguesa, ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem.”⁸

Para explicar essa condição quase selvagem, o autor passa a detrair os literatos brasileiros ainda os mais ilustres, cujos serviços prestados às letras desconhece. “Entre os brasileiros, diz ele, tem havido alguns homens distintos pelo seu saber; porém o mesmo sucede a seu respeito, que com os portugueses: a apatia é o nosso cunho nacional. O mais interessante das nossas produções é sem dúvida o dicionário clássico da língua portuguesa por Antônio de Morais Silva, natural do Rio de Janeiro. O Dr. Arruda (Manuel) deixou incompleta a sua *Flora Pernambucana*; Fr. Leandro apenas deixou de mais utilidade a sua memória sobre a preparação do chá; o Padre Caldas legou-nos umas poesias sacras de gosto original; o Dr. Marreiros algumas memórias pouco lembradas ou conhecidas; Melo Franco um ensaio sobre as febres intermitentes, e mais algumas produções deste teor, etc., etc.; porém não existe uma só obra clássica, de que possamos gloriar-nos, em nenhum ramo das ciências positivas, exatas ou experimentais.

Um dos brasileiros, que mais tem escrito, é sem dúvida o Visconde de Cairu; assim mesmo é tão pesado, indigesto e de mau gosto, que apenas há um ou outro brasileiro, que conheça ou leia os seus escritos. O mesmo Sr. José Bonifácio não tem correspondido à vastidão de seu imenso saber, e deixaria uma memória estéril e passageira no mundo científico, se não tivesse legado aos brasileiros a imortal obra da sua independência; em bem poucos anos ele será mais conhecido como político, do que como literato. Os Srs. Antônio Carlos, Martim Francisco, Costa Aguiar, Marqueses de Baependi e Paranaguá, José Saturnino e vários ilustres brasileiros, são outros tantos documentos vivos do nosso deleixo e abandono.”⁹ Depois de confundir as ciências e as artes com a literatura, o autor prossegue nestas palavras: “Porém não devemos por isso entristecer-nos, visto que também tivemos alguns poetas. Ainda hoje são conhecidos pelos seus títulos o *Caramuru*, o *Uruguai*, a *Marília de Dirceu*, etc., e até tivemos uma epopéia em língua latina.

⁸ O trecho citado não é contínuo com os anteriores. A citação anterior terminava na página 67 do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*; esta começa e termina na página 69.

⁹ Esse trecho vem às páginas 70-71 do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*.

Desta glória passageira ainda agora nos ressentimos, por isso que ainda conservamos a mania de poetas.”¹⁰ O autor conclui finalmente dizendo, que o nosso saber não guarda proporção com o estado atual da ilustração do mundo, nem com as necessidades de uma população nascente, porém vigorosa e cheia de nervo, que precisa desenvolver toda a sua capacidade, quando nos der a apatia por cunho nacional.¹¹

“Os nossos conhecimentos, ajunta ele, desaparecem no meio da imperícia da multidão; não possuindo homens abalisados nas ciências de utilidade, tampouco os possuímos nas de gosto e de ornato. É mister confessarmos, que em tudo somos medíocres e escassos, ainda mesmo no número; apenas contamos meia dúzia de velhos, cuja existência já vai tocando o termo da vida, e de que já pouco devemos esperar, e alguns moços, que não querem desenganar-se, de que as ciências se inventaram para proveito dos homens e não para ornato de uma cabeça ou para lisonjear o amor próprio daqueles que as professam; neste caso a fama do sábio, que sabe para si só, é como o relâmpago, que passa, deixando trás si as trevas da ignorância. Entretanto, que esperanças podemos conceber dos nossos estabelecimentos científicos? Que nos digam de boa-fé esses fátuos encomiadores do nosso saber, o que há a esperar das nossas academias, dos nossos cursos e dos nossos seminários no estado em que se acham organizados? Qual é a escola, que promete entre nós um resultado lisonjeiro? Qual a instituição, que anuncia uma colheita de homens sábios?”¹²

Se passa dos homens ao país, o autor não é menos injusto para com a sua pátria, pois tem por idéia vaga, que tem-se propagado, a sua superioridade sobre os mais países do mundo pelas vantagens da sua situação privilegiada, e riquezas naturais. “Nós desvanecemos-nos, diz ele, com a nossa posição geográfica, com o nosso clima e com todas as produções do nosso solo, vendo na fecunda criação das regiões equinociais, um manancial inexpugnável de riquezas; contemplamos nossos rios, lagos, montanhas e campinas, como outros tantos portentos da natureza, consagrados ao nosso uso, feitos e formados para nós

¹⁰ Esse trecho vem à página 71 do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*.

¹¹ Entenda-se: “O autor conclui [...], quando nos dá a apatia por cunho nacional.”

¹² Esse trecho vem às páginas 71-72 do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*. A parte que colocamos aqui entre colchetes foi citada de modo indireto, no final do parágrafo anterior, por Joaquim Norberto: “[Todavia o nosso saber não guarda proporção com o estado atual da ilustração do mundo, nem com as necessidades de sua população nascente, porém vigorosa e cheia de nervo, que precisa desenvolver toda a sua capacidade;] os nossos conhecimentos no Brasil desaparecem no meio da *imperícia* da multidão; não possuindo homens abalisados nas ciências de utilidade, tampouco os possuímos nas de gosto e de ornato. É mister confessarmos etc.”

outros; nos enchemos de um presunçoso orgulho encarando a magnificência dos nossos bosques e os prados selváticos que servem de pasto à imensa criação do reino animal; e buscando um equivalente na Europa, nos julgamos superiores aos homens, que a habitam, porque eles não têm um Chimborazo, um Amazonas ou uma eterna primavera; sem recordar-nos de que as suas matas flutuam sobre os mares convertidas em [baixéis]; seus rios são todos navegados pela indústria comercial, e suas montanhas todas acessíveis. Que importam ao gênero humano esses bosques portentosos, que atestados os séculos, não servem senão para provar o nosso estado ainda inculto? O que valem nossos rios sem navegação e nossos campos sem messes? Ainda hoje comemos o pão que nos vende o estrangeiro: no meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa: hortas e pomares, ainda exóticos, são infinitamente superiores ali, devido tudo ao cultivo e modo de estrumar a terra; o que prova demasiado o nosso estado de infância e a insuficiência da simples natureza.

Aplaudimos sem cessar o nosso clima benéfico e quase uniforme em todas as estações, que nos aforra os atavios indispensáveis nos países frios; damos excessivo valor às nossas substâncias vegetais, que nos privam do trabalho de laborar a terra para fazê-las produzir e fazendo valer como um benefício imenso aquilo mesmo, que talvez constitui o maior de nossos males, o germen da nossa apatia, não temos pudor para dizer: 'Terra privilegiada, clima delicioso, natureza fecunda, em cujo seio se vê obrando a cada passo o dedo do criador.' E outras parvoíces semelhantes; sem lembrarmo-nos que, contemplando os nossos bosques, somos envenenados por uma serpente ou devorados por um tigre; que à beira dos nossos lagos e rios estamos expostos a ser presa de um monstro aquático; que a febre periódica é um dom gratuito do nosso ardente clima; que nas costas e rios somos vítimas de milhões de insetos, que nos aniquilam, nos consomem e nos devoram; que o mosquito, o bicho-de-pé, o cupim e a formiga são outros tantos elementos destrutivos, de que abunda igualmente o nosso solo. Onde há tão-somente bens? Se houvesse uma região privilegiada, seria inútil o resto do globo; portanto, o que mais prova a nossa ignorância e o nosso fátuo orgulho é ainda não conhecermos o que os climas e as zonas trazem consigo."¹³

¹³ O texto de Joaquim Norberto pode dar a entender (quando diz "se passa dos homens ao país") que este trecho se segue aos citados anteriormente. Entretanto, o último trecho citado por Joaquim Norberto vinha às páginas 71-72 e este vem às páginas 58-59 do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil*. Com base no cotejo com o texto do *Bosquejo*, para alcançarmos o sentido justo da frase, substituímos, no trecho citado por Joaquim Norberto, a palavra "baixios" por "baixéis".

O outro autor, de que me resta falar, célebre pelo seu estilo sarcástico, pela sua presunção magistral, que o mais das vezes degenera em pedantismo, é o Senhor J. da Gama e Castro, que por alguns anos habitou entre nós e que no artigo literário *Satisfação a um Escrupuloso*, publicado num jornal desta corte,¹⁴ procurou mostrar, que as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa. “Fala-se, diz ele, de literatura brasileira, por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo, mas a verdade é que em todo o rigor da palavra literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real mas que até não pode ter existência possível. Esta proposição parece paradoxal, porém em eu me explicando melhor, estou persuadido, que todo mundo a ficará tendo por axioma.

A literatura não toma o nome da terra; toma o nome da língua; sempre assim foi desde o princípio do mundo e sempre assim há de ser enquanto ele durar. Porventura já alguém falou em literatura hanoveriana, em literatura austríaca, em literatura saxônia, em literatura bávara ou em literatura prussiana, apesar de todas e cada uma destas literaturas se referirem a outras tantas nações tão soberanas e independentes como o Brasil? Não; é sempre a mesma literatura alemã, enquanto se trata de autores, que escreveram nessa língua; e contudo Leibniz era de Hanôver; Kant, Copérnico e Hermes, o teólogo, eram da Prússia; Schiller, Wieland, Herschel e Kepler eram de Württemberg; Werner e Klopstock eram saxônios; Müller, o historiador, e Gessner eram suíços.

Em Itália é o mesmo. É certo, que Ariosto, Muratori, Tassoni e Tiraboschi eram de Módena; que os dois Tassos, Bernardo e Torquato, eram de Nápoles; que Alfieri era de Asti, no Piemonte, que Manzoni, autor *dei Promessi Sposi* é de Milão; mas apesar disso nunca ouvi falar em Itália de literatura toscana, de literatura lombarda, de literatura piemonteza, ou de literatura napolitana; sempre de literatura italiana e nada mais.

¹⁴ José da Gama e Castro (Coimbra, 1795 - Paris, 1875), assinando-se “Um Português”, publicou no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, nos dias 19 e 21 de janeiro de 1842, dois artigos, ambos intitulados “Inventos dos Portugueses”, em que reivindicava para os portugueses diversos feitos, inclusive a invenção da imprensa. A esses artigos reagiu alguém, sob o nome de “O Brasileiro”, numa correspondência enviada ao mesmo *Jornal* e nele publicada em 24 do mesmo mês, reivindicando para o Brasil os inventos de Bartolomeu Lourenço e as obras literárias de Cláudio Manuel da Costa e de Frei Francisco de São Carlos. Foi em resposta à correspondência d’“O Brasileiro” que Gama e Castro fez publicar a matéria intitulada “Satisfação a um Escrupuloso”, no mesmo jornal, em 29 de janeiro de 1842. A extensa citação deste artigo, feita por Joaquim Norberto, corresponde, na verdade, à sua quase totalidade. Essa série de artigos, assim como a carta d’“O Brasileiro”, foi publicada por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.103-126).

Nem isto que digo é novo, mesmo aqui entre nós, ou eu quero que mo tenham por tal. Já aqui mesmo nesta boa cidade do Rio de Janeiro o disse há muitos anos o célebre Antônio Dinis da Cruz, por outra Elpino Nonacriense; toda a diferença é que o que ele então disse em verso, digo eu agora em prosa; e o que ele escreveu ali na rua de Santo Antônio, junto da Carioca, estou eu aqui escrevendo nesta rua de tal, número tantos. Quem quiser ler os escritos daquele grande poeta lá encontrará um ditirambo, onde falando com Jorge de Montemor, português de todos os quatro costados, que escreveu em espanhol, lhe diz desta maneira:

Guarde lá sua *Diana*
Para a gente castelhana,
Se falara em português
O brindara desta vez.

Deus nos livre, que a literatura fosse mudando de nome com a dependência ou independência dos povos, a que ela se refere. Se se admitisse tal absurdo só agora é que começaria a existir literatura grega; porque até aí teria sido literatura turca; pela mesma razão, se algum dia a Inglaterra estivesse sujeita à França, acabada ficaria por esse simples fato a existência da literatura inglesa.

Porventura já alguém se lembrou de dizer, que as obras de Manzoni, de Monti, de Porta, de Romagnosi, de Goldoni, pertencem à literatura austríaca porque Milão e Veneza são hoje parte do império da Áustria e não fazem, como dantes estados independentes? Certamente que não; pertencem à literatura italiana, como até agora, e assim há de ser enquanto estiverem escritas na mesma língua.

O que até aqui tenho dito, parece-me que é bastante para convencer; porém se tudo isto não é ainda suficiente, eis aqui um argumento, que serve contra provas, e que me parece sem réplica. Cuvier era alemão, porque nasceu em Montelliard no reino de Württemberg, e contudo as suas obras pertencem à literatura francesa, porque escreveu em França; e pelo contrário Ancillon era francês porque nasceu em Estrasburgo, e as suas obras pertencem à literatura alemã, porque escreveu nessa língua.

O mesmo se deve dizer das obras de Silvestre Pinheiro Ferreira, que incontestavelmente fazem parte da literatura francesa, apesar de ele ser português.

A única exceção, a muito apertar, desta regra, seria quando as obras fossem escritas em línguas mortas e que, já não são de povo

nenhum; porque nesse caso, talvez se possam com alguma aparência de razão, classificar na literatura daquela língua, a que pertence o autor, que as escreveu. Por esta regra talvez possamos classificar na literatura portuguesa as obras de D. Jerônimo Osório, Bispo de Silves, apesar de serem escritas *De Rebus Emmanuelis* em tão bom latim como o de Tito Lívio; talvez possamos fazer o mesmo com os epigramas latinos do Padre Reis, que ombreiam com os de Marcial; talvez o mesmo possamos dizer dos escritos daquele tão célebre como desgraçado Bispo de Évora, D. Garcia Meneses, que de tal modo falou latim em Roma perante o Sacro Colégio, que um dos cardeais perguntou espantado a seu vizinho:

Quis est iste barbarus, qui tam latine loquitur?

Porém isto mesmo me parece caprichoso e afetado.

Não há portanto literatura brasileira, assim como não há literatura argentina, literatura boliviana, ou literatura mexicana, agora o que certamente há, é que em muitas e muitas obras escritas por brasileiros, consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa. Tais são os escritos do Padre Caldas; tal é o *Caramuru* de Frei José de Santa Rita Durão; tais são as obras de Vicente José Ferreira Cardoso, que todo mundo trata por português, e que nasceu na Bahia; tal é sobretudo o poema *De Sacchari Opificio*, escrito por Frei Prudêncio do Amaral.

E nisso é que provavelmente vai o engano; os literatos são brasileiros, porém a literatura é portuguesa. Se alguém, falando do Sr. Visconde de S. Leopoldo, disser o literato rio-grandense, se falando do Visconde de Cairu, disser o literato baiano; se falando do Senhor Bispo Capelão-Mor, disser o literato pernambucano, nenhum obstáculo lhe ponho; porém, se me vierem falar de literatura pernambucana, de literatura rio-grandense, ou de literatura baiana, recebo-os com assobios.”

Esposou a nossa causa um ilustre literato peruano,¹⁵ Santiago Nunes Ribeiro, cuja memória nos é tão cara, o qual demonstrou a todas as luzes quão estranhíssimo era o juízo do primeiro, e que nada tinham de concludentes as razões alegadas pelo segundo. “O juízo estranhíssimo do Sr. Abreu e Lima, escrevia ele, funda-se no engano em que o autor está sobre a natureza e constituição da literatura propriamente dita. Entende, como se vê de tudo quanto avança, que o essencial numa

¹⁵ Cf. nota 45 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

literatura consiste na cópia, variedade e originalidade de obras relativas às ciências exatas, experimentais e positivas; e que a poesia, a eloquência, a história, apenas são acessórios, apêndices de pouca monta. A prova disto é que o autor insiste de contínuo na penúria de obras portuguesas e brasileiras sobre as referidas ciências, e isto para mostrar que Portugal não tem um corpo de doutrinas, que professa uma nação. Além disso cita com louvor muitos dos poetas, oradores e historiadores mais ilustres, de que Portugal se ufana, e apesar do mérito que enxerga neles, conclui que essa nação não tem literatura. Ora, como a verdade está precisamente na afirmação oposta, que é tão geralmente conhecida, como por outra parte sempre ouvimos preconizar a erudição do Sr. Abreu e Lima, entramos numa desconfiança de nós mesmos... Quem sabe se não compreendemos a doutrina do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário*, obra em que o autor avança as opiniões que censuramos?... Mas a reflexão confirma o nosso primeiro juízo.

Sem dúvida nenhuma a palavra literatura, na sua mais lata acepção, significa a totalidade dos escritos literários ou científicos, e é nesse sentido que dizemos literatura teológica, médica, jurídica. Mas daqui não se segue que devamos admitir tal acepção, quando se trata de literatura propriamente dita. Ninguém ainda procurou a literatura italiana, inglesa ou francesa nas *Memórias da Academia del Cimento*, nas *Transações Filosóficas* ou no *Journal des Savans* ou de *Physique*. Não é de Lancisi, Galileu, Volta e Galvani, que se nos fala na história literária; não é de Boyle, Cavendish, Davy, etc., mas de Dante, Petrarca, Ariosto, Machiavelli, Tasso, Shakespeare, Milton, Bossuet e Corneille.”¹⁶

Ficou assim, se não satisfatória ao menos habilmente debelada a opinião do Sr. Abreu e Lima. Combatendo por sua vez a opinião do Sr. J. da Gama e Castro, que não era também tão invulnerável que pudesse ficar triunfante no meio de todos os seus argumentos, disse o ilustre peruano, que tomou a peito a defesa da nossa literatura: “Não é princípio incontestável, que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas, em que se acham consignadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à idéia, que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de

¹⁶ O trecho aqui citado é parte do artigo “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, que Santiago Nunes Ribeiro publicou na *Minerva Brasileira* (Rio de Janeiro, n.1, p.7-23, 01 nov. 1843). Esse artigo foi transcrito por Afânio Coutinho, em *Caminhos do Pensamento Crítico* (1980, v.1, p.42-73.). Na *Minerva Brasileira*, o trecho citado se encontra à página 8 e, em *Caminhos do Pensamento Crítico*, à página 45.

um centro, de um foco de vida social. Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e dos hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do Novo Mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas, nesta ou naquela língua da velha Europa. Quando vemos que o organismo dos seres vivos não pode subtrair-se à ação dessas causas naturais, como não admitir que as faculdades mais nobres participem da ação dessa influência, e que os produtos da inteligência devem ressentir-se dela?"¹⁷

"Agora perguntaremos, continua o ilustre literato, se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas constituições, costumes e hábitos tanto diferem dos da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante dessas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional? Sim, nos dirá todo aquele, que estiver desprevenido. A literatura é a expressão da índole, da inteligência de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura; ela procura compreender e exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida exterior do século, ou na vida misteriosa da íntima consciência; as outras artes são formas secundárias desta. Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria."¹⁸

"Se a autoridade deve decidir a questão, que nos ocupa, prossegue ainda o digno literato, invocaremos a do Sr. Visconde de Chateaubriand. Eis o que ele diz na sua obra intitulada *Considerações Sobre o Gênio dos Homens, dos Tempos e das Revoluções*: 'A língua inglesa possui quatro literaturas diferentes: a irlandesa, a inglesa propriamente dita, a escocesa e a americana.' Pelo que diz respeito à Irlanda e à Escócia, poderiam dizer que o autor do *Gênio do Cristianismo* fala dos contos populares, que nos dialetos desses povos se conservam; mas como diz expressamente a língua inglesa, não pode haver dúvida no sentido de suas

¹⁷ Esse trecho encontra-se à página 9 na *Minerva Brasiliense* e à página 46 em *Caminhos do Pensamento Crítico*; ele não é contínuo com o que se lhe segue, no parágrafo seguinte do texto de Joaquim Norberto. Por isso mantivemos as aspas que fecham e abrem os dois trechos.

¹⁸ Também esse trecho, que se encontra à página 10 na *Minerva Brasiliense* e à página 48 em *Caminhos do Pensamento Crítico*, não é contínuo com o que se lhe segue, no parágrafo seguinte. O texto de Joaquim Norberto não registra essa descontinuidade. Por causa dela, fechamos o parágrafo com aspas.

palavras. Demais, como tergiversar sobre o que diz da literatura americana, se todos sabem que os livros, a que esse nome pode dar-se, estão escritos na língua de Shakespeare e de Milton e não na dos índios delawares, hurões ou iroqueses. À vista disto o Sr. J. da Gama e Castro deve contentar-se em apregoar que a língua portuguesa tem duas literaturas – a lusitana e a brasílica.

O que dissemos sobre a classificação das literaturas, feita, não em relação às línguas, mas com respeito ao princípio íntimo, que as anima, e às tendências, que as distinguem, se acha confirmado no juízo de alguns críticos sobre a particular eloquência dos oradores e poetas irlandeses. A terra de O'Connell tem recordações gloriosas, que a consolam nas misérias da sua condição social: ela se desvanecer de seus filhos serem filhos duma colônia asiática. E com efeito, um certo orientalismo, um colorido ardente, brilha na expressão dos seus bardos e oradores célebres. Thomas Moore, o autor das *Melodias*, Burke, o poderoso e terrível inimigo da Revolução Francesa, dão provas dessa plenitude, ou antes, dessa exuberância de um dizer imaginoso, e justificam as pretensões dos patrícios de Ossian. Byron, falando de Thomas Moore a tal respeito, diz: '*Wildness, tenderness and originality are parts of your national claim of oriental descent, etc.*' O Sr. Villemain, falando do estilo de Burke, diz: '*Ce langage pompeux asiatique irlandais.*'

Nem se diga, que somos contraditórios, porque a mesma razão que milita, para que os irlandeses façam timbre da sua origem oriental, ou como outros querem, toda helênica, persuade que os brasileiros devem ufanar-se de reproduzirem nas suas obras o caráter das letras lusitanas. Esta argumentação seria legítima, se nós tivéssemos concedido, que os caracteres distintivos destas sejam os mesmos, que naquelas se observam. Se pois nas línguas européias há diferenças radicais de estilo e de maneira, isto é, se numa língua mesmo falada por povos que estão debaixo do mesmo céu, a pequenas distâncias e com relações já seculares, há literaturas diferentes, por que não se há de permitir, que a de povos que habitam a duas e três mil léguas de distância, e cujos costumes, leis e usanças estão longe de ser perfeitamente idênticos, tomem a denominação de sua própria nacionalidade? Sabemos que os americano-ingleses foram muito humildes neste ponto. Em 1820, quando já tinham muitos anos de existência, ainda mal aspiravam a ter uma literatura sua. Mas o Brasil não está nesse caso. Hoje ninguém disputa aos Estados Unidos o direito de dizer, que tem literatura. Duvida-se ou nega-se, que ela seja original, bela ou rica, e nisso a crítica exerce o seu direito; mas não se diz aos compatriotas de W. Irving e de Cooper: – Vós não tendes

literatura, por isso que falais inglês; a que alusivamente apelidais vossa, é parte integrante da britânica –. Semelhantemente se não diz ao México: – As produções dos vossos filhos são do fundo inalienável da literatura hispânica –. Pelo contrário, dentre outros muitos autores citemos o que se lê numa revista:

‘O México tem a sua literatura própria, e em todos os tempos produziu homens célebres em todo o gênero de ciências. Atualmente os poemas e poemetos, os hinos patrióticos de Tagle, as poesias líricas de Quintana Roo, as obras políticas de Maldonado, o teatro cômico de Gorostiza, as poesias de Heredia, os ensaios históricos de Zavala, etc., merecem um lugar distinto no mundo literário.’

Se se nos perguntar, que autor conhecido fez a distinção, que nós queremos entre literatura lusa e brasileira, apontaremos o Sr. Monglave, que em Paris fez um curso, se bem nos lembra, na Sorbona, sobre ambas.”¹⁹

Os que quiseram defender a opinião do Sr. J. da Gama e Castro, caíram em manifestas contradições, e com elas reforçaram os argumentos, com que o ilustre Santiago Nunes Ribeiro combateu as suas asserções, e assim vieram pelas suas próprias palavras a reconhecer, o que era de seu propósito negar. Um deles, que mais saliente se tornara pela acrimônia de suas expressões, pelas suas grosseiras chocarrices e convícios dirigidos em questão puramente literária a um adversário leal, apesar de protestar, que em nada pretendia ofender a dignidade da nação brasileira, nem negar ou deprimir o merecimento de seus literatos, escreveu as seguintes observações:

“O Brasil, colônia portuguesa, formada de portugueses, que para aqui transportavam os seus penates com a mesma religião, debaixo das mesmas leis, fora do comércio dos estranhos, a não ser o pouco e mal seguro com os selvagens indígenas, precisando mandar seus filhos à metrópole, para receberem uma instrução mais vasta, do que a que lhes era ministrada na América, por mestres seculares ou religiosos, também ordinariamente portugueses; tendo por seus únicos vizinhos civilizados a mesma nação, que lá na Europa lhes era limítrofe; o Brasil, perguntamos nós, pode ter formado, anteriormente à sua independência, uma índole, um caráter, uma inteligência social diversa da de Portugal? E se as causas, que para tal mudança podiam concorrer, a houvessem realmente produzido, seria porventura o resultado dessa influência próprio a dar à literatura brasileira sobre a portuguesa a vantagem, que o Sr. Santiago Nunes

¹⁹ Esse longo trecho se encontra às páginas 10-11 na *Minerva Brasiliense* e às páginas 48-50 em *Caminhos do Pensamento Crítico*.

Ribeiro mais adiante tão perspicazmente lhe descobre e tão assombrado contempla? Não, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido.”²⁰

“Nem mesmo, acrescentava ele, nem mesmo o dito do autor do *Ensaio Sobre a Literatura Inglesa* a respeito dos Estados Unidos pôde, senão com limitação da época, conservar a sua opinião; porquanto, quando o Sr. Chateaubriand ali esteve e quando muitos, muitos anos depois escreveu aquele *Ensaio*, contavam os Estados Unidos dezesseis lustros de existência como nação independente. Onde pois a força da autoridade quando o caso é tão despropositado?”

Repellido em seus argumentos pelo ilustrado Santiago Nunes Ribeiro, o autor redargüiu ainda escrevendo outro artigo, cujas asserções deixam claramente ver a nacionalidade da nossa literatura. “Se consideramos a literatura na sua acepção genérica, diz ele, como o uso, o emprego da linguagem, quer simplesmente sujeito às regras gramaticais, quer guiados pelos preceitos da retórica ou finalmente tomando as formas graciosas e elegantes da poesia, é claro que havemos de dividi-la segundo as línguas, em que as obras forem escritas. Esta classificação filológica é indispensável para o estudo das belas-letras e em nada se opõe ao exame filológico do pensamento representado nos escritos. Sabido é que em uma literatura transluz o gênio da época ou do povo, que a cultiva; que em sua marcha ela procede, acompanha ou segue esse povo ou povos e por isso o filósofo recomenda incessantemente o estudo dela. Ora considerando na totalidade dos escritos de uma língua a maneira, por que cada um deles impressiona, o gênio particular que os caracteriza, poderemos algumas vezes acompanhar um certo número de obras debaixo de uma denominação especial; e é neste aspecto particular que consideramos os escritos de um país ou de uma nação em separado dos de outra, que cultiva a mesma língua.”

Eis aqui pois um crítico respondendo afirmativamente que as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa, já em virtude dos vínculos, que uniam ambos os países, já em consequência de serem escritos²¹ na mesma língua, e caindo em contradição quando diz que considerando a maneira, por que cada um dos escritos de uma língua nos impressiona e o gênio particular que os caracteriza, poderemos

²⁰ Desconhecemos o autor citado; por isso respeitamos as aspas no final deste parágrafo e a que inicia o seguinte, pois não sabemos se, no texto original, as duas passagens são ou não contínuas.

²¹ Para concordar com o sujeito, “as produções dos autores brasileiros”, o predicativo deveria vir no feminino plural, “escritas”. Entretanto, entendemos que o autor preferiu a construção *ad sensum*.

algumas vezes acompanhar um certo número de obras debaixo de uma denominação especial, e que é neste aspecto particular que consideraríamos os escritos de um país ou de uma nação em separado dos de outra, que cultivava a mesma língua. Esse crítico pois não teria dúvida de dar a um certo número de obras uma denominação especial; essas obras são as produções dos autores brasileiros e essa denominação especial é o título, que constitui a nacionalidade da literatura brasileira, o que já não é um excesso de patriotismo.

Também o autor de um ligeiro prólogo sobre as letras brasileiras tomou parte nesse certâmen literário;²² porém tímido, receoso de que os seus argumentos saíssem *pedantes ou demasiado escolásticos*, acanhouse quando podia estender-se, e enfraqueceu-se quando devia fortalecer-se com os argumentos, que lhe fornecia o assunto tão fértil de si mesmo. Ainda assim o autor do prólogo pergunta: “Deverão deixar de figurar nas histórias literárias da Prússia e de Portugal as obras dos eminentes escritores Humboldt e Pinheiro Ferreira, só porque estes, para terem mais leitores, [as] escreveram em francês? Desalistaram-se da literatura portuguesa, o Bispo Osório e [Paiva] de Andrade porque escreveram em latim? É porventura tão verdadeira, tão estreita essa identidade da língua?”²³

No meio destes debates, em que a parcialidade que sustentava a opinião contrária reforçava, à falta de argumentos concludentes, a sua fraqueza com doestos e insultos, e procurava chamar a questão para o campo das facécias e chocarrices, assomou na arena o vulto venerando de Januário da Cunha Barbosa: “Cuido fazer coisa agradável, escrevia assim o ilustre decano das letras brasileiras, oferecendo ao público o extrato do discurso do Sr. Mennechet, lido no congresso histórico reunido em Paris neste ano de 1843 sobre a nacionalidade da literatura. Ele pode servir na presente ocasião de esclarecimento à questão suscitada e de que muitos literatos se ocupam sem contudo assentarem as verdadeiras bases em uma satisfatória definição.”²⁴ Sinto no íntimo do

²² Trata-se de Francisco Adolfo de Varnhagen e do “Prólogo”, datado de 5 de junho de 1847, publicado no tomo I do *Florilégio da Poesia Brasileira*.

²³ Com base no cotejo com o “Prólogo” ao *Florilégio da Poesia Brasileira* (1946, t.I, p.5-6), procedemos a duas alterações no trecho citado por Joaquim Norberto: onde grafamos “as escreveram”, vem “a escreveram”; onde grafamos “Paiva de Andrade”, vem “Pereira de Andrade”.

²⁴ Essas palavras de Januário da Cunha Barbosa vêm na página 168 do v.1, nº 6, de 15 jan. 1844, da *Minerva Brasiliense*, antecedendo ao trecho traduzido de Mennechet. Pelo que se declara no texto, pode-se constatar que a intenção do cônego era intervir no debate acerca da nacionalidade da literatura brasileira. A essa polêmica, Afrânio Coutinho, em *A Tradição Afortunada*, deu o nome de “Polêmica da *Minerva Brasiliense*.”

coração, que homem, tão sabido nas nossas coisas, não se apresentasse com a força de seus raciocínios e apenas recorresse à tradução para guiar os debates; ainda assim valiosa nos foi a sua intervenção; a imprensa periódica seguiu o seu exemplo e bem depressa em toda a América os literatos americanos procuraram elucidar a questão, tornando o seu triunfo em nosso favor. Distinguiu-se entre eles o Sr. Juan María Gutiérrez, jovem literato argentino, e que tendo de tratar dos poetas do rio da Prata, pensou dever protestar contra uma asserção, que também foi aplicada à literatura do seu país.

“As experiências sociais, escreve o ilustre poeta argentino, emanadas das revoluções dos fins do século XVIII e do começo do presente, têm dado entre suas infinitas lições a lição prática de que nem sempre pelas línguas se podem classificar as literaturas. Desde que, segundo a expressão de um homem de Estado, criou-se um novo mundo político para equilibrar o antigo, ou melhor ainda, desde 4 de julho de 1776, desde 25 de maio de 1810, desde 7 de setembro de 1822, a união do Norte, a América antes espanhola e o Brasil tornaram-se povos diferentes do inglês, do espanhol e do português; foram daí para cá *nações* com uma existência toda sua, não conservando de suas antigas metrópoles senão a religião e a língua eternas ou de larga duração para o futuro. Limitando-nos porém ao que importa ao nosso propósito – ao idioma, será ele porventura o elemento constitutivo de uma sociedade? A fisionomia de um povo provém de suas instituições. O princípio dominante em sua constituição política é por assim dizer a cor, que sobressai em todas as personagens, em todos os acidentes do grande quadro que oferece uma nação. E mal dissemos quando afirmamos, que o idioma era um legado eterno das metrópoles às colônias emancipadas. O idioma altera-se com os costumes. As regras gramaticais, em que se amolda o pensamento, por indócil que seja a matéria tem de ceder ao giro novo de um pensamento também novo. Há nesta matéria já tão felizmente ventilada pelos distintos literatos brasileiros um equívoco, que assaz convém desvanecer. O idioma ou a língua, como a queiram chamar, não é, quando se trata de literatura, sintaxe ou prosódia; não é gramática ou dicionário. Nesse caso o idioma é a idéia, o pensamento, a imagem, o sentimento, a paixão. Tão impróprio, por exemplo, seria dizer-se que a literatura brasileira é portuguesa, por valer-se de uma mesma língua, como seria dizer-se que a escola [pictórica]²⁵ espanhola

²⁵ No texto: “pintórica”.

é a mesma que a florentina; nada poderia sancionar semelhante erro e contudo as tintas da palheta de Vinci são as mesmas que as da palheta de Murillo. A arquitetura do Renascimento não é a mesma que a gótica; esta em nada assemelha-se à da Grécia. Não obstante as composições de um e de outros artistas expressaram-se por meio das mesmas linhas geométricas, por meio da mesma linguagem.

As outras razões de emancipação em literatura são tão manifestas como os fenômenos da natureza. A musa do Amazonas e do Prata – que se abriga à sombra das palmeiras dos trópicos – que se coroa com as pérolas das flores, a flor do martírio, – adormece à oscilação voluptuosa das auras, – tece o seu vestido das penas dos tucanos e beija-flores; – que se alevanta com a aurora sobre o cume dos Andes; – que, idólatra do sol, leva melancólicos olhares desde o seio dos pampas até ao deus da luz que se despede; a musa de Santa Rita Durão e de Basílio da Gama, a musa de Heredia e de Plácido, a musa de Labarden e de Echeverría, não existirá? Incrédulos por vaidade ou falta de lógica, ou por cega rotina, que a negais, subi as vossas vistas às abóbadas do nosso hemisfério

.....O cruzeiro,
Constelação dos europeus não vista,

dir-vos-á quão rutilantes e magnéticos não são aqueles olhares, que dirige aquela musa a seus escolhidos. Sulcai na canoa de um só tronco as águas do

Sublime Paraná, sagrado rio;

sentai-vos a meditar com Heredia, junto das ruínas da pirâmide de Cholula e então, talvez que novos Saulos da fé em a imaginação americana, vos convertêsseis por ela.”²⁶

Elucidada a questão por penas tão hábeis, que conseguiram o triunfo da causa americana, resta-me ainda algumas considerações sobre as absurdas proposições, com que se pretendeu negar essa

²⁶ Os poetas hispano-americanos citados nesse trecho por Juan María Gutiérrez são os seguintes: José María de Heredia y Campuzano (Santiago de Cuba, 1803 - Toluca, México, 1839): poeta cubano, que abordava temas nacionais; Gabriel de la Concepción Valdés Plácido (Havana, 1809 - Havana, 1844): autor de *Poesías* (1838), foi, durante muito tempo, o poeta nacional de Cuba; Manuel José Labarden (Buenos Aires, séc. XVIII - morreu em data posterior a 1801): literato argentino, autor de *Satiras*, de uma ode *Al Majestuoso Paraná*, da tragédia *Siripo* e das comédias *Las Armas de la Hermosura* e *Efectos de Odio y Amor*; Esteban Echeverría (Buenos Aires, 1805 - Montevideu, 1851): poeta e prosador romântico argentino, que participou da luta contra a ditadura de Rosas.

nacionalidade, pois muitos dos nossos ilustrados literatos se empenharam no debate, confundindo a nacionalidade da literatura brasileira com a originalidade das obras de seus autores; excederam-se pela nobreza de seu empenho, desmandaram-se em outras reflexões sem que como, advertiu o Cônego Januário da Cunha Barbosa, assentassem as verdadeiras bases em uma satisfatória definição e deixassem de alegar em favor da causa, que defendiam, o reconhecimento dessa nacionalidade pelos eruditos autores das obras, que tratam especialmente da nossa literatura, e que à face da Europa proclamam a existência de um povo dado à cultura das letras; acresce ainda que não tendo Santiago Nunes Ribeiro presente o artigo *Satisfação a um Escrupuloso*,²⁷ contentou-se em responder recorrendo à memória depois de uma leitura feita há cerca de vinte meses, deixando por isso de destruir todos os seus argumentos.

Segundo a opinião do Sr. General Abreu e Lima, escura e nula como é a literatura portuguesa, conforme a asserção em que toma estas palavras, é a única que os brasileiros possuíam; e que a rejeitarem-na ficariam reduzidos a uma condição quase selvagem. O autor do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário do Brasil* não viu nas obras de seus compatriotas os fundamentos de uma nova literatura que se desenvolve a olhos vistos, aconselhando que não rejeitássemos a literatura portuguesa para não ficarmos reduzidos a uma condição quase selvagem, como se o espírito de qualquer nação se manifestasse pelos livros produzidos por outra e se pudesse assim julgar do grau de sua inteligência nas principais épocas de sua existência, estudando-o nas obras elaboradas a duas mil léguas de distância, por autores inspirados por outro céu que não o nosso, escrevendo debaixo de outras influências e dominados por interesses locais de um reino[,] de todo em todo estranhos ao engrandecimento e prosperidade de um grande império. A seguirmos o seu conselho, cruzaríamos os braços conservando-nos com tão lastimada pobreza, e se a par das tendências para as exposições da indústria e das artes de todos os povos fossem estes também convocados para a exposição universal das letras e chamados a representar sua literatura com as suas riquezas, contentar-nos-íamos que Portugal se apresentasse com as suas publicações literárias? Abdicaríamos essa glória na antiga mãe pátria para não respondermos no festim das letras pelo testemunho de nosso talento, pelas produções de nossa inteligência, e pelas inspirações do novo céu, e da natureza virgem e luxuriante do nosso mundo? E

²⁷ No texto: "*Satisfação a um curioso*". Cf. nota 14 deste capítulo. Em outras referências a esse artigo Joaquim Norberto comete o mesmo engano e as correções feitas não foram registradas.

deixaríamos assim de ficar reduzidos a uma condição quase selvagem? Não por certo; e será o próprio autor do *Bosquejo Histórico, Político, e Literário*, que se há de desmentir à face de todo o império. Forçado pela argumentação dos debates o literato confessou-se vencido em honra de sua pátria, em proveito da glória nacional, declarando por esse tempo que tínhamos uma literatura e que era tempo de começá-la a enriquecer. “Devemos cuidar, escreve ele no prefácio do seu *Compêndio de História do Brasil*,²⁸ de reparar o tempo perdido, dando princípio à obra da nossa segurança intelectual e preparando os elementos de uma literatura propriamente brasileira. Nesse caso todo aquele que lançar uma pedra no cimento do edifício prestará importante serviço à sua pátria, embora não tenhamos grande material por ora, porque o tempo é só o tempo pode reuni-lo em proveito. Felizmente para o Brasil não sou o único que assim pensa; antes de mim muitos de meus compatriotas têm já concorrido com a sua quota para o depósito comum.”

* Folgo com poder transcrever a manifesta contradição, em que caiu o ilustre general, confessando que temos um princípio de literatura, o que já não é pouco para quem tudo ou quase tudo negava aos que nos precederam na carreira das letras por alguns séculos. Bom foi que, sendo ele brasileiro, se não mostrasse menos liberal que o moderno autor espanhol, que apelou para os nobres esforços dos escritores das duas Américas, quando lhes disse: “Grave ainda que gloriosa responsabilidade é a dos novos escritores americanos, dos quais exige a pátria a criação de uma literatura digna de sua grandeza, capaz de igualar senão de eclipsar a que arde todavia a medo de extinguir-se em o seio da velha Europa!”²⁹

²⁸ No texto: “*Compêndio da história do Brasil*”. Essa obra foi publicada em 1843 e teve mais duas edições anteriores à publicação deste texto de Joaquim Norberto.

* Começa aqui a parte deste capítulo que foi publicada na *Revista Popular*, t.VII, p.153-163, jul.-set. 1860. Ao pé da página, assinalada por um asterisco justaposto ao título do capítulo, vem a seguinte Nota do Autor: “Um correspondente do *Jornal do Comércio* sob o pseudônimo de *Scot*, dando conta do número precedente da *Revista Popular* diz a respeito deste artigo: ‘Em virtude do preceito *omnis variatio delectat* vêm em seguida as eruditas reflexões do Sr. Norberto relativas à literatura nacional, em que S. S. esforça-se por demonstrar a sua predileta e patriótica tese da originalidade, que pensa que já possuímos. Discordando de seu judicioso voto, respeitamos suas sinceras convicções e lemos com prazer o seu trabalho.’ / Há equívoco da sua parte, porquanto neste artigo trata-se apenas da nacionalidade; a originalidade é assunto de outro capítulo, que jaz inédito, e que será publicado nessa *Revista*. / 1ª [de] agosto [de] 1860.”

²⁹ O único autor espanhol citado por Joaquim Norberto é Juan Valera, donde supomos ser de sua autoria esse trecho.

Em má hora, no calor das paixões políticas, e no azedume dos debates da imprensa periódica, escreveu o Sr. Abreu e Lima essas páginas que Chavagnes ou o Conde de Suzannet esqueceu-se de traduzir e trasladar para as suas impressões de viagem pela nossa terra.³⁰ Negou a existência de uma literatura, que se alevanta como um astro, que promete brilhar muito; negou o mérito de nossos homens eminentes, tanto nas letras como nas ciências e nas artes, e ao cabo não poupou o próprio país! A terra, que Cabral e seus companheiros contemplaram extasiados, que fez as delícias de Américo Vespúcio, que inspirou páginas brilhantes a Rocha Pita, que arrebatou as imaginações de Koster,³¹ de Langsdorff,³² de Neuwied,³³ de Spix,³⁴ de Martius,³⁵ de Walsh,³⁶ de La

³⁰ Louis de Chavagnes, Conde de Suzannet, é autor da obra *Souvenirs de Voyages. Les Provinces du Caucase. L'Empire du Brésil* (Paris: G. A., 1846). Em 1844, na *Revue des deux Mondes*, ele divulgou duas extensas matérias sobre o Brasil. Manuel de Araújo Porto-Alegre polemizou com esse autor nas páginas da *Minerva Brasileira* (Rio de Janeiro, v.II, nº 23, p. 711-719, 1º de outubro de 1844), num artigo intitulado "Revista dos dois Mundos. Uma palavra acerca do artigo do Sr. Chavagnes intitulado *O Brasil em 1844*." No mesmo número da *Minerva Brasileira*, logo em seguida ao artigo de Porto-Alegre, Emile Adet também respondeu a Chavagnes com um artigo intitulado "Resposta ao artigo da Revista dos dois Mundos, intitulado – *Do Brasil em 1844; Situação Moral, Política, Comercial e Financeira*." (p.719-725). O texto do Conde de Suzannet sobre o Brasil foi traduzido para o português por Márcia de Moura Castro (*O Brasil em 1845*, 1957).

³¹ Henry Koster (Portugal, 1793 - Recife, 1820): filho de ingleses, foi para Pernambuco em 1809. Em 1816, publicou o livro *Viagens Pelo Brasil*, em que narra a viagem que fez do interior de Pernambuco ao Ceará. A obra de Koster foi traduzida por Câmara Cascudo com o título de *Viagens ao Nordeste do Brasil* (São Paulo, 1942).

³² Georg Heinrich von Langsdorff, Barão de Langsdorff (Wöllstein, 1773 - Freiburg, 1852): naturalista alemão. Esteve no Brasil em diversas ocasiões e em diversas regiões. Sua última visita ao país foi em 1824, como chefe de uma missão científica, da qual participou o desenhista Moritz Rugendas. Seus diários foram publicados, no Brasil, por Danuzio Gil Bernardino da Silva (*Os Diários de Langsdorff*, 1997.).

³³ Maximiliano Alexandre de Wied Neuwied, Príncipe de Neuwied (Neuwied, 1782 - Neuwied, 1867): naturalista alemão, esteve no Brasil de 1815 a 1817. Escreveu *Viagem ao Brasil* (1820), *Contribuições à História Natural do Brasil* (4v., 1820-1833) e *Ilustrações Para a História Natural do Brasil* (1823-1831).

³⁴ Johann Baptist von Spix (Hochstaat-sobre-Aisch, 1781 - Munique, 1826 ou 1827): zoólogo alemão, fez parte da comissão científica bávara que veio ao Brasil em 1817. Escreveu, em colaboração com Martius, *Viagem Pelo Brasil* (1823-1831) e *O Desenvolvimento do Brasil Desde o Descobrimento Até o Nosso Tempo* (1821).

³⁵ Carl Friedrich Phillip von Martius (Erlangen, 1794 - Munique, 1868): botânico alemão, participou da comissão científica bávara que veio ao Brasil em 1817. Fez, juntamente com Spix, longa viagem pelo interior do Brasil. Escreveu obras de botânica e é autor de *Contribuição Para a Etimografia e Linguística da América, Especialmente do Brasil* (1867) e de *Glossário das Línguas Brasileiras* (1863), onde reuniu os vocábulos indígenas colhidos com Spix de 1817 a 1820.

³⁶ Robert Walsh (1772-1852): autor de *Voyage au Brésil* (1836).

Condamine,³⁷ de Saint-Hilaire,³⁸ de Parny,³⁹ de Hans Staden,⁴⁰ de Léry,⁴¹ de Thevet,⁴² de Simão de Vasconcelos,⁴³ de Rodrigues Ferreira,⁴⁴ de Villegaignon,⁴⁵ de Freycinet,⁴⁶ de Kidder,⁴⁷ de Maury,⁴⁸ que enlevou

³⁷ Charles-Marie de La Condamine (Paris, 1701 - Paris, 1774): naturalista francês. Esteve no Brasil, Peru e Equador. Descreveu, pela primeira vez, as propriedades da borracha. Escreveu *Relation Abregée d'un Voyage fait dans l'Intérieur de l'Amérique Méridionale* (1745). Essa obra foi traduzida para o português por Maria Helena Franco Martins e publicada no Brasil, pela primeira vez, com o título de *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*, em 1992.

³⁸ Auguste de Saint-Hilaire (Tarpinière, 1779 - Orléans, 1853): naturalista francês. Percorreu grande extensão do território brasileiro (1816-1822), descrevendo minuciosamente em suas obras as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina. Suas obras são importantes documentos sobre as condições de vida e os costumes no Brasil na primeira metade do século XIX.

³⁹ Evariste-Désiré de Forges de Parny (Ilha Bourbon, 1753 - Paris, 1814): poeta francês, do qual, entretanto, não podemos afirmar, com certeza, que tenha escrito sobre o Brasil.

⁴⁰ Hans Staden (século XVI): viajante alemão, esteve no Brasil por duas vezes. Numa delas, foi feito prisioneiro dos índios tupinambás durante muitos meses. Suas aventuras foram relatadas em obra publicada em 1557, em Marburg (Hessen), e que, no Brasil, recebeu o título *Duas Viagens ao Brasil*.

⁴¹ Jean de Léry (La Margelle, 1534 - Berna, 1611): pastor calvinista, viajante e escritor francês. Esteve no Rio de Janeiro por dois anos, atendendo a apelo de Villegaignon. Publicou, em 1578, *Narrativa de Uma Viagem Feita à Terra do Brasil, Também Dita América*. Nas edições recentes, a obra tem recebido o título reduzido de *Viagem à Terra do Brasil*.

⁴² André Thevet (Angoulême, 1502 - Paris, 1590 ou 1592): frade franciscano, esteve no Rio de Janeiro com Villegaignon, de novembro de 1555 a janeiro de 1556. Publicou, em 1558, *Les Singularités de la France Antarctique*, em que conta o que viu no Rio de Janeiro. É também autor da *Cosmographie Universelle*.

⁴³ Simão de Vasconcelos (Porto, 1597 - Rio de Janeiro, 1671): padre jesuíta, autor de *Crônica da Companhia de Jesus* (Lisboa, 1663), *Notícias Curiosas e Necessárias das Coisas do Brasil* (Lisboa, 1668) e *Vida do Venerável Padre José de Anchieta, 1534-1597* (1672).

⁴⁴ Alexandre Rodrigues Ferreira (Bahia, 1756 - Lisboa, 1815): realizou explorações na Ilha de Marajó, em diversas localidades do Pará, no curso superior do rio Amazonas, na capitania de Rio Negro, tendo atingido, por via fluvial, a capitania do Mato Grosso. Escreveu numerosas obras, entre elas o *Diário da Viagem Filosófica Pela Capitania de S. José do Rio Negro*.

⁴⁵ Nicolas Durand de Villegaignon (Provins, c.1510 - Beauvais, perto de Nemours, 1575): oficial da marinha francesa, organizou expedição colonial ao Brasil. Esteve no Rio de Janeiro de 1555 a 1558.

⁴⁶ Cf. nota 2 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

⁴⁷ Daniel Parish Kidder (Darien, New York, 1815 - Evanston, 1891): missionário metodista norte-americano, trabalhou no Brasil de 1837 a 1840. Publicou *Esboço de Permanência e Viagens no Brasil* (2v., 1845) e, em colaboração com James Coley Fletcher, outro missionário, *O Brasil e os Brasileiros*, obra de grande sucesso, que teve nove edições e foi, na época, o livro mais difundido sobre o Brasil nos Estados Unidos.

⁴⁸ Alfred Maury foi membro do Instituto Histórico de França. Colaborou com a *Revue des deux Mondes*, onde escrevia, com detalhes e com base em publicações recentes e autorizadas, sobre atualidades científicas, assuntos de grande interesse na época. Devido ao destaque que Joaquim Norberto, em outro capítulo de sua *História da Literatura Brasileira*, dedicou à teogonia dos primitivos habitantes do Brasil e às suas lendas sobre o dilúvio universal, julgamos valer a pena mencionar aqui um artigo intitulado "*Les Nouvelles Théories sur le Déluge*" (*Revue des deux Mondes*, Paris, Bureau de la Revue de deux Mondes, t.28, p.634-637, 1860), em que o autor se revela

as almas artísticas de Frans Post,⁴⁹ de Eckhout,⁵⁰ de Rugendas,⁵¹ de Debret,⁵² e que foi saudada como capaz de produzir artistas, literatos e poetas verdadeiramente originais, por Alexander von Humboldt,⁵³ Garrett,⁵⁴ Costa e Silva,⁵⁵ Herculano,⁵⁶ Santiago Nunes Ribeiro,⁵⁷ Magalhães,⁵⁸ Visconde de S. Leopoldo,⁵⁹ Ferdinand Denis,⁶⁰ Gavet,⁶¹ Boucher,⁶² D'Arcet,⁶³ Valera⁶⁴ e tantos outros, não achou no autor do

informado sobre o assunto, no que diz respeito aos habitantes do Novo Mundo. Eis suas palavras: "*La tradition du déluge est si ancienne, si universelle, elle a été consacrée par des autorités si respectables, qu'il paraît difficile de n'y voir qu'une invention de la crédulité naïve des premiers âges. (...) Non-seulement la Genèse, les annales de la Chine, les poèmes celtique, font mention d'un déluge; mais on a rencontré chez la plupart des tribus du Nouveau-Monde et chez presque tous les insulaires de la Polynésie le souvenir d'un cataclysme qui aurait anéanti le genre humain, à l'exception d'un petit nombre d'individus.*" (p.636)

⁴⁹ Frans Janszoon Post (Haarlem, 1612 - Haarlem, 1680): pintor holandês, esteve no Brasil com Maurício de Nassau, em 1637. Foi pintor da paisagem pernambucana, de portos e fortificações.

⁵⁰ Albert Eckhout (Groningen, 1610 - ?, 1665): pintor holandês, veio para o Brasil em 1637, a convite de Maurício de Nassau, e aqui permaneceu até 1644.

⁵¹ Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 - Weilheim, 1858): desenhista e pintor alemão, veio para o Brasil como membro da expedição científica do Barão de Langsdorff, em 1821, mas não acompanhou a expedição. Viajou pelo país até 1825, registrando em desenhos e aquarelas aspectos da paisagem, tipos e costumes. Escreveu *Viagem Pitoresca Através do Brasil* (Paris, 1835), obra que contém numerosas ilustrações do próprio autor.

⁵² Jean Baptiste Debret (Paris, 1768 - Paris, 1848): desenhista e pintor francês, integrou a missão artística francesa que veio ao Brasil em 1816, aqui permanecendo por 15 anos. Escreveu e ilustrou *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (3v., 1834-1839).

⁵³ Friedrich Heinrich Alexander von Humboldt (Berlim, 1769 - Potsdam, 1859): cientista alemão, realizou expedição científica à América espanhola, entre 1799 e 1804. Sua obra referente a essa viagem, *Voyage aux Régions Équinoxiales du Nouveau Continent fait en 1799-1804*, abrange 30 volumes e foi publicada em Paris, de 1805 a 1832. É, também, autor de *Kosmos* (1845-1862), considerada uma síntese monumental das ciências naturais e um trabalho precursor da geografia moderna.

⁵⁴ João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett (Porto, 1799 - Lisboa, 1854): escritor português, introdutor do Romantismo em Portugal.

⁵⁵ José Maria da Costa e Silva (1788 - 1854): poeta e crítico português.

⁵⁶ Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (Lisboa, 1810 - Val-de-Lobos, 1877): escritor e historiador português.

⁵⁷ Cf. nota 45 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

⁵⁸ Domingos José Gonçalves de Magalhães (Rio de Janeiro, 1811 - Roma, 1882): poeta e dramaturgo, introdutor do Romantismo no Brasil.

⁵⁹ Cf. nota 60 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

⁶⁰ Cf. nota 38 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

⁶¹ Daniel Gavet (1811 - ?): escritor francês, autor, em colaboração com Philippe Boucher (1811 - ?), do romance indianista *Jakaré-Ouassou; ou, Les Tupinambas, Chronique Brésilienne*. (Paris: T. Delay, 1830).

⁶² Philippe Boucher: Cf. nota anterior.

⁶³ Nada foi encontrado, nas obras de referência consultadas, sobre esse autor.

⁶⁴ Cf. nota 76 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

Bosquejo Histórico, Político, e Literário senão o mais solene desprezo. Essa superioridade que lhe dão a riqueza de seu solo fértil, fecundo, riquíssimo; a amenidade do seu clima, a vantagem de sua situação privilegiada, sobre os outros países do globo, e esta capacidade intelectual dos brasileiros, não passa a seu ver de idéia vaga que se tem propagado! Como Paw,⁶⁵ dominado pelo medo, que lhe metiam os lagartos da América, esses míseros e inofensivos reptis, o autor deixa de contemplar os nossos bosques com receio de ser envenenado pelas serpentes e devorado pelos tigres. Como os nossos selvagens, que viam nas águas esses gênios marinhos a que aterrados davam o nome de *Upiraras*, segundo uns, ou de *Ygbahepirá*,⁶⁶ conforme outros, o autor teme de se aproximar das margens das nossas lagoas e rios com medo de ser presa de um monstro aquático! Por toda a parte cercam-no insetos que o aniquilam, que o consomem, que o devoram! Felizmente no *Compêndio de História do Brasil*, que depois publicou o autor, outro é o quadro que se apresenta da nossa pátria, e se algumas relações de amizade me ligassem a tão ilustrado cavalheiro, que nem de vista tenho o prazer de conhecê-lo, pediria que não tendo sido o *Bosquejo Histórico, Político, e Literário* publicado sob o seu nome,⁶⁷ negasse a sua filiação; ninguém reclamaria esse enjeitado, que tendo a seu favor a bela causa de combater projetos anticonstitucionais, cujos perigos já vão longe, ficou todavia nodoadado do pecado, com que veio ao mundo, e do qual não o lavou o batismo de seu pomposo título.

Entende o Sr. José da Gama e Castro, autor da *Satisfação a um Escriptuloso*, que só por hábito, por vício ou por excesso de patriotismo,

⁶⁵ Provavelmente se trata do Tenente Henry Lister Maw, autor de *Journal of a Passage from the Pacific to the Atlantic Crossing the Andes and Descending the River Marañon or Amazon* (Londres, 1829). Na dúvida, e não tendo sido possível um esclarecimento definitivo sobre o autor mencionado, mantivemos o nome como se encontrava no texto.

⁶⁶ Referência a fantasmas que, segundo o Padre Anchieta, se chamam *Igpupiaras*, moram nas águas e matam os índios. Antônio de Alcântara Machado, em nota às cartas de Anchieta, esclarece que essa entidade recebe nomes diferentes, conforme os autores que a citam: *Igpupiará*, em Anchieta e Fernão Cardim; *Hipupiara*, em Pero de Magalhães Gandavo; *Upupiara*, em Gabriel Soares; *Ypupiarae*, em Barléu; ou *Ipupiara*, em T. Sampaio. Esse último autor a define como "gênio das fontes, animal misterioso que os índios davam como o homem marinho, inimigo dos pescadores, mariscadores e lavadeiras." Nessa nota, Alcântara Machado menciona a nota de Rodolfo Garcia à obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de Fernão Cardim. Rodolfo Garcia, por sua vez, a propósito da etimologia da palavra, cita Batista Caetano, que consigna *upypeara* ou *y-pyptiara*, em que aparecem os elementos *y* (água) e *pyptiara* (de dentro, do íntimo): o que é de dentro d'água, o que vive no fundo d'água, o aquático. Como se vê, nenhum dos nomes coincide com os mencionados por Joaquim Norberto. Entretanto, todos deles se aproximam pela sonoridade.

⁶⁷ O *Bosquejo Histórico, Político, e Literário*, de José Inácio de Abreu e Lima, trazia, no lugar em que usualmente se declara a autoria, a seguinte indicação: "POR UM BRASILEIRO".

se fala em literatura brasileira, pois que no rigor da palavra, é ela uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter existência possível. O próprio autor reconhece que a sua proposição é paradoxal, e que só a força de seus argumentos, para o que apelo para a sua explicação, poderá, apresentando os que são favoráveis à sua opinião, fazê-lo passar por um axioma.

O autor intenta provar: – 1.º Que são as línguas que dão nome às literaturas e não os países, e portanto o autor que escreve num idioma, que não no de sua nação, passa *ipso facto* a pertencer à literatura desse idioma. – 2.º Que dessas obras se excetuam as escritas em línguas mortas e que já não são de nenhum povo, e que nesse caso se classificariam na literatura daquela língua, a que pertence o autor que as escrever. – 3.º Que os literatos são brasileiros, porém que a literatura é portuguesa.

Da primeira proposição, que são as línguas que dão nome à literatura e não os países, deduz o autor que não existe nem poderá jamais existir literatura brasileira, por isso que falando os brasileiros a língua portuguesa, e nela escrevendo as suas obras, passam essas a pertencer à literatura portuguesa. A identidade da língua entre dois povos não poderá jamais pôr em dúvida a nacionalidade de suas literaturas, pois que não são as literaturas a representação ou símbolo das línguas, mas sim a expressão, a voz da inteligência de qualquer povo, o testemunho de suas inspirações, o espelho de suas tendências, o representante do espírito de suas diversas épocas, quer marche em progresso, quer em decadência, de acordo com os seus costumes, com os seus usos, provenientes de seu caráter, de suas leis e de sua religião. A identidade da língua não podendo pôr em dúvida a nacionalidade de duas literaturas, poderá quando muito reuni-las em uma só expressão, debaixo de um ponto de vista, dizendo-se as literaturas da língua portuguesa, ou da inglesa, que valeria o mesmo que dizer-se dos povos que falam essas línguas. O autor com aquela má vontade, que nos tinha, esqueceu-se que falando da inteligência humana, damos às suas produções uma completa universalidade, entendendo por literatura o complexo de todas as obras produzidas por todos os povos em suas diferentes e variadas épocas; e como pois são as línguas, que dão nome às literaturas? Se as considerarmos segundo os tempos, achá-las-emos divididas em literatura antiga e moderna; e como pois são as línguas, que dão nome às literaturas? Se as distinguirmos pelo espírito que as anima, encontraremos a literatura clássica e a romântica; e como pois são ainda as línguas, que dão nome às literaturas? Mas diz o autor: “A literatura não toma o nome da [terra]; e porventura já alguém falou em literatura hanoveriana,

em literatura austríaca, em literatura prussiana, apesar de todas e cada uma dessas literaturas se referirem a outras tantas nações tão soberanas e independentes como o Brasil? Não; é sempre a mesma literatura alemã, enquanto se trata de autores, que escreveram nessa língua.”⁶⁸ Continuando acrescenta: “Na Itália é o mesmo: é certo que Ariosto, Muratori, Tassoni e Tiraboschi eram de Módena; que os dois Tassos, Bernardo e Torquato, eram de Nápoles; que Alfieri era de Asti no Piemonte; que Manzoni, autor de [I] *Promessi Sposi*, é de Milão; mas apesar disso nunca ouvi falar na Itália de literatura toscana, de literatura lombarda, de literatura piemontesa, ou de literatura napolitana; sempre de literatura italiana e nada mais.” E por que acontece assim? Se o autor da *Satisfação a um Escrupuloso* tivesse melhor refletido, veria que não existindo uma Itália, nem uma Alemanha tão soberanas e independentes como o Brasil, essas literaturas assim englobadas sob o nome de nacionalidades sem centro, pertencem em comum a todos esses povos, o que se não dá para com o Brasil e Portugal, situados em hemisférios diferentes, separados pelo imenso oceano Atlântico, e sem um nome, que ligando-os, lhes desse iguais direitos na partilha da glória, que daí lhes proviesse. E tanto o autor reconhece a existência não só possível como real da literatura brasileira, que em relação às literaturas italiana e alemã com seus autores napolitanos, piemonteses e milaneses, ou hanoverianos, austríacos, saxônios, bávaros e prussianos, fala de autores pernambucanos, rio-grandenses e baianos. “Se alguém falando do Sr. Visconde de S. Leopoldo, escrevia ele, disser, o literato rio-grandense; se falando do Visconde de Cairu disser, o literato baiano; se falando do Sr. Bispo Capelão-Mor disser, o literato pernambucano, nenhum obstáculo lhe oponho; porém se me vierem falar de literatura penambucana, de literatura rio-grandense ou de literatura baiana, hei de recebê-los com assobios.”⁶⁹

Existe a literatura brasileira, cujos autores são pernambucanos, baianos, rio-grandenses etc., e se Portugal estivesse ao lado do império situado sobre o novo hemisfério, e houvesse um mesmo nome para designar os dois povos, então não existiriam literatos pernambucanos, baianos ou rio-grandenses, mas sim brasileiros e portugueses, pertencentes

⁶⁸ Esse trecho é parte do artigo “Satisfação a um Escrupuloso” e vem à p.124 da obra organizada por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978). Com base no cotejo com o texto dessa edição, substituímos, no trecho citado por Joaquim Norberto, a palavra “língua” pela palavra “terra”. O trecho citado logo em seguida vem à mesma página.

⁶⁹ Esse trecho também é parte do artigo “Satisfação a um Escrupuloso” e vem à p.126 da obra organizada por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978).

a uma literatura, que nem seria brasileira nem portuguesa, mas sob uma denominação que as compreendesse sem exclusão aparente.

Se Portugal não possuísse mais do que a língua que foi transmitida aos dois povos, que persistem agora pelos mesmos ascendentes, e nós formássemos a literatura que vamos formando, poderia só pela identidade da língua reclamar-se que esta se chamasse portuguesa? Poderia Portugal reclamar ainda para si as produções de nossos autores, e ocupar por amor delas um lugar entre os povos dados à cultura das letras? Se os tupis escrevessem em sua harmoniosa língua, se nos transmitissem por meio das letras os seus cantos tradicionais, as suas endechas de amor, os seus hinos guerreiros, e constituíssem assim uma literatura, seria ela porventura então a literatura brasileira? E ainda mesmo que escrevêssemos a língua dos antigos possuidores do Brasil, seria ela a nossa literatura nacional, e estaria em harmonia com a língua da nação? Logo é fácil de demonstrar que temos uma língua em que devemos escrever de preferência a todas as existentes, embora nos fosse legada pelos conquistadores portugueses; nem vejo obstáculo ou impropriedade alguma em chamá-la brasileira. Tomar-se-á sempre, não há dúvida, por língua portuguesa, mas modificada em sua índole pela influência do clima, e caráter dos nacionais, e enriquecida pela introdução de grande cópia de vocábulos, que nos são peculiares, e que sem eles não nos saberíamos exprimir a respeito de muitas coisas, os quais não só passaram às línguas da Europa, como à linguagem científica. Já sob essas vistas deram à luz os prelos de Ouro Preto um *Dicionário da Língua Brasileira*,⁷⁰ cujas palavras são as que falamos, pois por língua brasileira se não pode tomar a língua primitiva de nossos indígenas, que já não é língua vernácula do Brasil. Que ela é nossa por um direito hereditário prova-o exuberantemente José Bonifácio quando nos convida a enriquecê-la. “Nós já temos muitos vocábulos compostos, dizia assim o ilustre sábio no seu exílio, nós já temos muitos vocábulos compostos, tirados do latim; por que não faremos e adotaremos muitos outros tão necessários em poesia? Ousem pois os futuros engenhos brasileiros dar este nobre exemplo, e fico que apesar de frangirem⁷¹ o beijo puristas acanhados,

⁷⁰ Trata-se do *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, impresso em Ouro Preto em 1832. (Cf. Hallewell, *O Livro no Brasil*, 1985, p.56.) Segundo Sacramento Blake, Luís Maria da Silva Pinto nasceu em Ouro Preto em 1773 e morreu em 1869. Ele afirma nunca ter visto esse dicionário, mas registra-o como impresso no Rio de Janeiro e com o título *Dicionário da Língua Brasileira*.

⁷¹ Entenda-se: “franzirem”. Os verbos “franzir” e “frangir” (forma antiquada) são sinônimos e vêm da mesma fonte latina *frangere*. A forma “franzir” é utilizada, em língua portuguesa, desde o século XVII.

chegará o português já belo e rico agora a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina de que traz origem.”⁷² Cumpre além disso ponderar que a herança sagrada que recebemos dos lábios maternos, quando as auras americanas nos bafejaram no berço da infância, assaz mereceu dos descendentes de Camões e Ferreira, nascidos nas terras da América. Enriquecido também por nós, que também folheamos os seus clássicos para compor com os seus exemplos o seu primeiro e que por muito tempo também foi o seu mais perfeito dicionário, abastecido de mil termos originais de nosso país, pertence-nos tão de direito como aos portugueses. Em outro capítulo desta história demonstrarei a diferença, que o clima e outras muitas circunstâncias têm produzido na língua portuguesa no Brasil, contentando-me por agora com apelar para os fatos e será um deles o poema *Caramuru* de Santa Rita Durão, rica, bela e brilhante epopéia, geralmente apreciada pelos brasileiros e tão friamente recebida de nossos irmãos de além-mar. “Em Portugal, dizia o sábio Visconde de Cairu, não foi aceita a obra por se cantar um país rude e conter nomes e frutos de mata virgem. A língua portuguesa tem taful e paul e a língua brasileira não terá paraguaçu e tatu? Em Portugal não arranham os ouvidos os termos bolotas, medronhos, alfarrobas e no Brasil darão arrepio os de mangarás, margaritos e batatas?” Eis aí uma língua idêntica a dois povos, vivendo em terras tão contrárias pela sua constituição geognóstica, que um poema todo inteligível para um deles, necessita de elucidações, carece de notas, precisa de vocabulários para ser entendido por outro, para quem por certo não foi escrito.

Quanto a passar qualquer autor a pertencer à literatura de um país pelo simples fato de escrever na língua desse país, é irrisório e pedantesco. Nesse caso o que quisesse merecer um lugar entre todas as literaturas escreveria em todas as línguas e então veríamos um autor ufanar-se com pertencer a muitas literaturas e muitas literaturas ocupadas com um só autor; assim Mitridates⁷³ faria parte de vinte e cinco povos e suas obras, a tê-las escrito, seriam lançadas na balança, que decidisse do grau de suas inteligências. Nesse caso Portugal, a exercer esse direito exclusivo sobre a língua portuguesa que lhe quer dar o autor da *Satisfação a um Escrupuloso*, aproveitaria ainda em detrimento do Brasil todos os

⁷² O trecho citado é parte da “Advertência” anteposta por José Bonifácio de Andrada e Silva (*Poestas de Américo Elisto*, 1942, p.69-73) à sua tradução da “Ode Primeira” das *Olimpicas*, de Píndaro. O texto foi reproduzido por José Aderaldo Castello (*Textos que Interessam à História do Romantismo*, 1960, v.1, p.14-18).

⁷³ Há diversos Mitridates na história; o referido nessa passagem é Mitridates VII (135 - 63 a.C.), Rei do Ponto, que, segundo consta, falava mais de vinte línguas.

autores estrangeiros, que compusessem no idioma tão habilmente manejado por Camões como por Caldas. Mas porventura deixam os autores portugueses, que escreveram em outro idioma, que não o seu, de figurar na história literária do seu país? Não se honra Portugal do atrevido feito de Fernão de Magalhães,⁷⁴ embora lamente a sua falta de lealdade? E porventura a bandeira, que circulou em torno do globo era portuguesa? Ora quando um autor escreve em língua estranha deve-se supor, que traduziu; sua obra é uma tradução, cujo original existe no autor como o mundo existia em Deus antes dele o criar; nem ele podia pensar noutra língua, que não fosse a sua mesma durante a confecção de sua obra. “Assim, diz Lamartine na sua *Viagem ao Oriente*, viajar é traduzir [ao] pensamento, [à] alma do leitor, os lugares, as cores, as impressões, os sentimentos, que a natureza ou os monumentos humanos dão ao viajante. Força é a um só tempo saber ver, sentir e exprimir. Mas exprimir como? Não com linhas e cores, como fazem os pintores; é isso coisa fácil e simples; não com sons como os músicos, mas com palavras, com idéias, que não encerrem sons, nem linhas, nem cores.”⁷⁵

Dessa regra apenas excetua o autor, e isso a muito apertar, segundo as suas próprias expressões, as obras escritas em línguas mortas, e que já não são de nenhum povo, porque nesse caso pode-se com aparência de razão classificar na literatura daquela língua a que pertence o autor, que as escreveu. O que o autor mal concede para com as línguas mortas é justamente, o que acontece com línguas vivas. Quando Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo⁷⁶ traduziu os *Lusíadas* de Camões para o latim, ele não fez mais do que facilitar aos que ignoram o português a leitura do grande poeta, a quem o prendiam laços de sangue além

⁷⁴ Fernão de Magalhães (Sabrosa, Trás-os-Montes, 1480 - Filipinas, 1521): navegador português que realizou, sob o patrocínio de Carlos I (depois Carlos V), de Espanha, a primeira viagem de circunavegação, durante a qual morreu.

⁷⁵ Eis o trecho de Lamartine: “*De tous les livres à faire, le plus difficile, à mon avis, c'est une traduction. Or, voyager, c'est traduire; c'est traduire à l'oeil, à la pensée, à l'âme du lecteur, les lieux, les couleurs, les impressions, les sentiments que la nature ou les monuments humains donnent au voyageur. Il faut à la fois savoir regarder, sentir et exprimer; et exprimer comment? non pas avec des lignes et des couleurs, comme le peintre, chose facile et simple; non pas avec des sons, comme le musicien; mais avec des mots, avec des idées qui ne renferment ni sons, ni lignes, ni couleurs.*” (*Souvenirs, Impressions, Pensées et Paysages Pendant un Voyage en Orient* (1832-1833), 1856, v.1, p.109.) Com base no texto francês, foi possível modificar a redação da primeira frase da citação em português, no trecho que dizia “viajar é traduzir o pensamento, a alma do leitor, os lugares, as cores, etc.” Outras opções do tradutor, que não implicam incorreções gramaticais, foram respeitadas.

⁷⁶ Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo (Coimbra, 1591 ou 1593 - Pádua, 1681): filósofo português, foi jesuíta e, mais tarde, franciscano.

daqueles, que os dá a pátria, e por isso transpôs para o idioma, que de mais universalidade gozava então; hoje fá-lo-ia na língua francesa, ou fê-lo por ele o Duque de Palmella,⁷⁷ e nem por isso a sua versão pertence à literatura francesa. A não conceder com o pedantismo, com que sempre argumentava, essa licença de ficarem as obras escritas em línguas mortas pertencendo à literatura do país do autor, que as escreveu, bem irrisório seria a continuação da literatura latina depois do desaparecimento do império romano. Roma acabou e a sua literatura se completou; a história com o seu buril encerrou as últimas páginas de seus fastos e não deixou páginas, como nas folhas de um álbum, para o que viesse. A Itália ressurgindo das ruínas de Roma, como a fênix de suas próprias cinzas, balbuciando um idioma, em que se entronca o latim, como em quase todas as línguas vivas, apareceu com um novo livro. À estátua do Dante não se curva Roma, mas a Itália; não é na língua de Virgílio, mas na do cantor da *Divina Comédia* que diz:

“*Onerate l’altissimo poeta.*”

As obras devem ser escritas na língua dos autores, mas podem ser também em outras línguas; – devem, para que toda a nação se familiarize com a sua literatura; – podem, porque não há preceito, não há convenção, não há lei alguma, que empeça a qualquer autor escrever em quantas línguas lhe pareça. Se as línguas e não as letras fossem quem dessem nomes às literaturas, a literatura latina seria eterna, mas o autor admite exceções para as línguas mortas em favor das literaturas das línguas vivas, a que pertence o autor, que escreveu as suas obras, esquecendo-se todavia de nos dizer a qual literatura pertencerão as obras escritas nessas línguas mortas por tantos brasileiros eminentes. Naturalmente a Portugal, pois que adverte com estudada previdência, que pertencem às literaturas das línguas, a que pertence o autor. Assim o brasileiro, porque fala português, ainda mesmo escrevendo em latim, produziria em benefício da literatura portuguesa!...

É por demais irrisória aquela frase do autor: “Os literatos são brasileiros, porém a literatura é portuguesa.” Rir-se-ia ele se ouvisse falar em literatura pernambucana, em literatura baiana, em literatura rio-grandense, e não se oporia a que se dissesse literatos pernambucanos, literatos baianos, literatos rio-grandenses, e fala-nos em literatos brasileiros

⁷⁷ D. Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmella (Turim, 1781 - ?, 1850): traduziu para o francês, a instâncias de Madame de Staël, os fragmentos dos *Lusíadas* que fez publicar, em 1814, no *Investigador Português*, de Londres.

e literatura portuguesa? Se não existe literatura brasileira, nem será possível que exista na sua opinião, como não se opõe à designação de literatos penambucanos, baianos e rio-grandenses? Quando as literaturas abraçam muitas nações como a italiana e a alemã, designam-se os literatos pelos nomes dessas nações; quando, porém, não se referem senão a um povo, os literatos são designados pelo nome de suas províncias; tal acontece entre nós, mas o autor confunde tudo isso.

Se se fala em literatura brasileira só por hábito, esse hábito arreigou-se; se há nisso excesso de patriotismo, não será a explicação do autor quem o limitará; felizmente os brasileiros riram-se de suas palavras e não viram nelas o tão prometido axioma. Negando a existência não só real mas possível da literatura brasileira, o autor podia parafraseando o dito de Galileu dizer quase como ele: “E no entretanto ela prospera!” Um império quinze vezes maior, do que a Inglaterra, e tão grande como quase toda a Europa, que poderá conter de cento e cinquenta a duzentos milhões de habitantes, não tem uma literatura real nem possível! Os literatos serão sempre brasileiros mas a literatura não passará jamais de portuguesa! O pedantismo nunca levou tão longe a sua audácia.

Destruidas estas preposições, restam ainda outras a combater apresentadas por um dos defensores ou discípulos do Sr. J. da Gama e Castro, que não se houve com mais habilidade que seu mestre. Estas preposições reduzem-se: 1.^o Que os povos que falam o mesmo idioma, quer afastados ou limítrofes, confundem as suas inspirações num pensamento idêntico, e são conhecidos no mundo das artes por um só nome de família. 2.^o Que o Brasil, colônia portuguesa, formada de portugueses, que para aqui transportavam os seus penates, não podia ter tomado anteriormente à sua independência uma índole, um caráter, uma inteligência social acima da de Portugal. 3.^o Que os Estados Unidos da América, possuem uma literatura, porque contam dezenas de anos de existência como nação independente. 4.^o Que as produções dos autores brasileiros, pertencem à literatura portuguesa, em virtude dos vínculos, que uniam os dois países.

Para convir na preposição do autor de *algumas reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira*,⁷⁸ de que os povos que falam o mesmo idioma, quer afastados ou limítrofes, confundem as suas inspirações num pensamento idêntico, e são conhecidos no mundo das artes

⁷⁸ Autor não nomeado. Joaquim Norberto, a partir desse ponto, se refere a esse artigo, cujo título exato desconhecemos, sob várias designações. Por isso, foram respeitados o grifo e as iniciais minúsculas e/ou maiúsculas utilizados pelo autor.

por um só nome de família, que preciso fora que o autor provasse, que as inspirações nascem do idioma, e não dos objetos externos expostos à imaginação; então a identidade da língua produziria pensamentos idênticos. O que se não dá entre os indivíduos de uma mesma nação senão indistintamente, atuaria entre dois povos? E a identidade da língua terá tanta força, que faça desaparecer toda a diferença, que deve existir entre povos limítrofes ou afastados? E como poderiam ser conhecidos no mundo das artes por um só nome de família, se o nome de um exclui necessariamente a idéia do outro? Há porventura um nome, que reúna os dois povos sob uma denominação de família? A inteligência de um povo, a fisionomia particular do seu país, suas instituições nascidas de suas leis, seus usos, e seus costumes nascidos de sua religião e de seu caráter, não influirão poderosamente sobre o seu pensamento? A língua não é mais do que um instrumento, de que se serve o pensamento para traduzir, para materializar as suas inspirações. O poeta, o pintor, o escultor e o músico que trabalharem sobre um mesmo assunto, traduzirão o seu pensamento; o poeta pela palavra que pinta aos ouvidos, o pintor pelas tintas que falam aos olhos, o escultor pelo mármore, que se presta aos exames do tato, o músico pelos sons que se prestam às suas combinações. Confundirão as suas inspirações num idêntico pensamento, sem que falem o mesmo idioma, do qual apenas o poeta se servirá, escolhendo aquele que melhor convier a seus fins, e esse quase sempre é o da pátria, por amor da celebridade que se deseja, e que mais se estima entre os seus do que entre os estranhos, e até pela glória de enriquecer a língua tão cara como a pátria e como a religião, que só outorga o nascimento qual uma herança legítima e sagrada, que lei, poder ou consideração alguma pode tirar, e tanto assim, que Lamartine diz: “Entendo por poeta tudo o que cria idéias em bronze, em pedra, em prosa, em palavras ou ritmos.”

Ponderando que o Brasil como colônia portuguesa, formada de portugueses, que para aqui transportavam os seus penates, não podia ter formado anteriormente à sua independência uma índole, um caráter, uma inteligência social acima da de Portugal, o autor das *Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira* esquece-se que a sua preposição teria todo o fundamento se ela se referisse ao primeiro século, em que teve lugar o descobrimento, o reconhecimento e a conquista do Brasil. Ainda assim porém, o português, que se estabelecia no Brasil, como diz Martius, abandonava de certo modo os direitos, que em Portugal possuía para com o monarca, porquanto em lugar de um rei recebia um senhor (*Dominus Brasiliae*). “Nisso mesmo, acrescenta ele, existia o

motivo para os colonos [de] deporem [jamais] as armas, estarem prontos a combater a cada momento e dirigirem-se sempre armados dos diferentes pontos do litoral, onde ao princípio se estabeleceu a civilização européia, mais e mais para o interior, onde ninguém reconheciam acima de si; venciam os índios à força d'armas ou induziam-nos com astúcia para servi-los.”⁷⁹ Nos séculos subseqüentes, em que a prosperidade do Brasil e de seu desenvolvimento intelectual dava que recluir à metrópole – já essa índole despontava nos nascidos na terra americana; – já esse caráter os distinguia dos seus irmãos de além-mar, e essa inteligência social lavrava ali e aqui como um incêndio surdo, sem fumo, sem labaredas, sem clarão, ateados em diversos pontos, dirigindo-se para um centro, donde rebentou depois no Ipiranga, aos últimos raios do sol de 7 de setembro de 1822, esclarecendo as trevas da noite. Negar o que é geralmente sabido, é falar sem o mínimo conhecimento de nossas coisas, é patentear a mais crassa ignorância acerca da história do país, a que se não concede anteriormente à sua independência a existência de um povo com uma índole, com um caráter, com uma inteligência social, não direi acima, mas a par de Portugal. A metrópole ia em visível decadência, enquanto que a sua colônia prosperava na senda da civilização, graças à fertilidade de seu solo, à riqueza de suas florestas e opulência de suas minas de ouro. “Lisboa, como nota um escritor nacional, apesar de ser a situação verdadeiramente capital da península, só engrandecia pelo monopólio do comércio de suas colônias. Tirassem-lhe esse monopólio, e todo o ruído e todo o fasto de Lisboa ficariam já então reduzidos à soledade de hoje.”

Era ainda saliente a diferença entre um reino decadente e um império que se avigorava e crescia. Então Portugal abatido, suportava o jugo dos Filipes, que tiveram a habilidade de infundir na crença de seu povo o mito da esperança da volta de D. Sebastião, para que nessa expectativa patriótica não pensasse na escolha de uma nova dinastia, no entanto que o Brasil, entregue a seus próprios recursos, tomou uma posição mais nobre, mais enérgica, combatendo pela sua liberdade contra os holandeses, que lhe disputavam o domínio das capitanias. Lá a religião racional e filosófica emanada de Deus tinha sido substituída, não pela superstição derivada do povo, mas pelo mais bruto fanatismo, e um clero imoral, esquecido de seus deveres, cobria os seus crimes

⁷⁹ Esse trecho é parte da obra *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, cuja última edição consta do volume *O Estado do Direito Entre os Autóctones do Brasil* (1982), em que o trecho citado vem à p.95. Feito o cotejo com essa edição, introduzimos na citação os termos entre colchetes.

horrorosos com as páginas do Evangelho, e acendia na lâmpada do tabernáculo o facho da Inquisição, enquanto que aqui o clero obrava milagres. Era ele, repeti-lo-ei ainda uma vez, que com a luz do Evangelho rasgava o véu das ínvias florestas, escurecidas pelas sombras do sangue ainda quente e fumante dos festins da antropofagia dos selvagens; penetrava nas suas cavernosas brenhas cheias de supersticiosas recordações e que ecoavam os sons surdos, roufenhos, confusos dos maracás de seus adivinhos; descia ao som da música suave, celeste, divina da harpa e do anafil, do pandeiro e da flauta pelas torrentes caudalosas de seus rios e atraía às suas margens as hordas devastadoras, realizando no Novo Mundo o que a fábula fantasiara no velho hemisfério, mais bela em sua harmonia do que a voz dos membris de seus brados, mais poderosa que os sons do boré de seus guerreiros e mais misteriosa que o sussurro dos maracás de seus pajés.

Ressalta das páginas da história a rivalidade, que existiu sempre entre os filhos do país e os seus irmãos dalém-mar, e que a luta da independência ateou para felizmente extingui-la de todo, como se no grande incêndio fosse devorado todo o seu combustível. Essa rivalidade deu aos brasileiros vantajosa proeminência sobre os portugueses levando-os a empreender grandes coisas e a se mostrarem mais interessados no bem de seu país do que os filhos da metrópole. Esses portugueses, que para aqui transportavam os seus penates, não foram os únicos povoadores do Brasil; olhava-se para ele como para um país estrangeiro, e vedava-se que se povoasse em detrimento do reino. O alvará de 20 de março de 1720, que proibiu a emigração portuguesa para o Brasil, a evitar a frequência com que se ia despovoando a metrópole, mostra bem claramente que até estrangeiros, além dos que eram permitidos pelos tratados, passavam-se às capitânias a título de marinheiros, artilheiros e ainda como criados dos militares, e logo que aqui chegavam [se internavam]⁸⁰ e ficavam comerciando.

[Na]⁸¹ luta com os estrangeiros invasores e mormente com os holandeses excederam-se os naturais do país no seu valor e amor da pátria aos filhos da antiga Lusitânia. O desamparo em que ficamos nessa luta de vida ou de morte, bem se demonstra quando D. João IV desconhecendo os seus próprios interesses, ordenava aos brasileiros que depusessem as armas triunfantes, e abatessem os estandartes vitoriosos,

⁸⁰ No texto: "se enternavam". Entre os sentidos do verbo "internar-se", o *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813), de Antônio de Moraes Silva, registra, em primeiro lugar, o de "meter-se no sertão".

⁸¹ No texto: "Não".

e por isso bem acertado andou um de nossos historiógrafos, o amável H. L. de N. Bellegarde⁸² quando escreveu, ao entrar na narração dessa parte de nossa história: “Um povo pequeno e sem recursos, mas cheio do mais nobre patriotismo vai combater a sua independência contra ávidos agressores, com tão assinalada valentia que as mesmas tribos por ele oprimidas não hesitam em calar antiga inimizade e concorrer para fazer triunfar a mais ilustre das causas. Se os brasileiros descendentes desses heróis se virem ainda submergidos em alguma de semelhantes crises, que exigem além de um decidido valor a mais firme perseverança, atentem nessa época de sua história: nela acharão feitos tão gloriosos como os mais gloriosos da Antigüidade; aqui verão a vitória reunir todas as raças, que compõem a nação para as coroar com o mesmo louro.” Assim escreve o Sr. M. Bouillet⁸³ com toda a razão: “Pouco a pouco conquistaram os holandeses quase todo o Brasil, mas os brasileiros os expulsaram em 1654, e então tornaram os portugueses a ocupar o seu lugar.”

Um não-sei-quê de aferro ao berço natal degenerando em ciúme, fazia com que os brasileiros olhassem com desconfiança para as boas intenções dos portugueses, que transportaram os seus penates para junto de seus lares; e o irmão de além-mar era olhado como um hóspede estrangeiro, senão como um inimigo, e muitas vezes não sem fundada razão. E assim vislumbra um princípio de nacionalidade, que já extremava dois povos irmãos vivendo no mesmo país, debaixo das mesmas instituições, falando a mesma língua, tendo as mesmas crenças e quase confundindo seus usos e costumes. Desgraçadamente a rivalidade começou logo que apareceram os descendentes dos conquistadores, tendo por pátria a terra, que lhes descobrira Pedro Álvares Cabral. “A questão reina há séculos, dizia o General Cunha Matos⁸⁴ no seu *Ensaio*

⁸² No texto: “L. H. de N. Bellegarde”. Trata-se de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde (Lisboa, 1802 - Cabo Frio, RJ, 1839): militar e engenheiro português, veio para o Brasil com a família real portuguesa. Aderiu à causa da Independência do Brasil. É autor de *Resumo da História do Brasil* (1831).

⁸³ Marie Nicolas Bouillet (Paris, 1798 - Paris, 1864): historiador francês, cuja obra principal foi um *Dicionário Universal de História e de Geografia* (1842).

⁸⁴ Raimundo José da Cunha Matos (Faro, Portugal, 1776 - Rio de Janeiro, 1839): militar, administrador e historiador. Transferiu-se para o Brasil em 1817, tendo lutado contra a revolução pernambucana. Aderiu à causa da Independência e tornou-se um nacionalista ferrenho. Em 1838, com o Cônego Januário da Cunha Barbosa e outros, fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi o primeiro vice-presidente. O *Ensaio* mencionado por Joaquim Norberto é um folheto in-4º, de 37 páginas, que foi publicado no Rio de Janeiro, em 1822. Segundo Sacramento Blake, o título da obra é *Ensaio histórico-político sobre a origem, progresso e merecimentos da antipatia e recíproca adversão de alguns portugueses europeus e brasilienses*.

Histórico, Político Sobre a Origem, Progresso e Merecimento da Antipatia e Recíproca Aversão de Alguns Portugueses, Europeus e Brasileenses, os donatários, ou seus tenentes chegaram às suas terras quando já ali havia alguns portugueses estabelecidos e com família. Pelo direito de suas doações ou para melhor dizer com o alfanje em uma mão e a carta de mercê das terras em outra, quiseram reduzi-los à condição de colonos, quando não fosse à de escravos; impuseram-lhes alcavalas, sujeitaram-nos a servidões, que eles acharam intoleráveis. Como era possível que homens livres, filhos da natureza, soberanos absolutos dos terrenos, que cultivavam e defendiam com o suor de seu rosto, vissem tranqüilamente e de bom grado a invasão de um senhor lisbonense nas suas terras impor-lhes condições onerosas, tratá-los como colonos, e isto só pelo único princípio de uma carta de doação concedida pelo favor de um ministro ou como recompensa de serviços feitos em remotíssimas partes do universo? Quereriam aqueles filhos da terra sujeitar-se a direitos banais ou passar de soberanos à condição de escravos?"

"Estes mesmos indivíduos, acrescenta o Marquês de Lavradio⁸⁵ dirigindo-se a Dom Luís de Vasconcelos por ocasião de passar-lhe o governo do vice-reinado do Brasil, e falando dos brasileiros, estes mesmos indivíduos, que [por si sós]⁸⁶ são facilísimos de governar, se vêm a fazer dificultosos e às vezes dão trabalho e algum cuidado por causa dos europeus, que aqui vêm ter os seus estabelecimentos e muito mais por ser a maior parte destas gentes naturais da província do Minho, gentes de muita viveza, de um espírito muito inquieto e de pouca ou nenhuma sinceridade, sendo para notar, que podendo adiantar-se muito estes povos na sua lavoura e indústria com o trato daquelas gentes, que na sua província são os mais industriosos, e que procuram tirar da terra todas as utilidades, que lhe são possíveis, neste ponto em nada têm adiantado os povos, porque logo que aqui chegam não cuidam em nenhuma outra coisa, que em se fazerem senhores do comércio, que aqui há, não admitirem filho nenhum da terra a caixeiros por donde possam algum dia ser negociantes e pelo que toca à lavoura se mostram tão ignorantes como os mesmos do país; e como aqueles homens abrangem em si tudo o que é comércio, os miseráveis filhos do

⁸⁵ Dom Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas (Rebaldeira, 1729 - ?, 1790), segundo Marquês de Lavradio: administrador português, 11º vice-rei do Brasil, governou de 1769 a 1779. Seu relatório final é peça clássica para o estudo da administração colonial. Foi substituído no governo por Dom Luís de Vasconcelos e Sousa.

⁸⁶ No texto: "por si so".

país [lhes]⁸⁷ são de tal forma subordinados pela [dependência que]⁸⁸ têm deles, que se sujeitam muitas vezes a cometer alguns excessos, sugeridos por aqueles, contra os seus naturais sentimentos.” Como tão amargamente exagerando a índole do povo não se queixaram ao governo da metrópole os portugueses residentes no Rio de Janeiro acerca do procedimento, que contra eles tinham os filhos da terra excluindo-os da eleição de oficiais do senado da câmara, que chegaram a pedir, que o senado se compusesse de um número igual de brasileiros e portugueses?⁸⁹

Essa nacionalidade tomou proporções mais gigantescas entre os paulistas, que acabaram por se extremar dos portugueses, dando-lhes o nome de *emboabas*. O grito de vingança do novo Amador Bueno⁹⁰ chamou às armas os seus valentes compatriotas para se desafrontarem do insulto e da traição com que muitos de seus irmãos haviam sido barbaramente assassinados junto ao Rio das Mortes, cujas cenas de sangue lembram ainda o nome do Capão da Traição. A vila de S. João del Rei presenciou os combates que duraram por quatro dias e noites consecutivas e que juncaram os caminhos de cadáveres, e a luta se prolongaria por muito tempo sem a intervenção do grande Antônio de Albuquerque.⁹¹ Ficou porém o ressentimento, e os paulistas nunca mais se ligaram aos portugueses, quer nas bandeiras que levantavam, quer na mineração, que empreendiam. O que dizem alguns autores franceses a respeito de suas correrias e de seu amor pela independência social, nada teria de contrário à verdade se não fosse envolvida em atroz calúnias, se não houvesse tanta falta de generosidade para com os ilustres descendentes de Tibiriçá, de Caubi e João Ramalho.⁹²

⁸⁷ No texto: “lhe”.

⁸⁸ No texto: “dependência e que”.

⁸⁹ Observe-se a dificuldade da frase, que resta incompreensível.

⁹⁰ Amador Bueno da Ribeira: morador da Vila de São Paulo, no século XVII, era grande proprietário de terras. Quando da Restauração Portuguesa, em 1640, alguns segmentos da população paulista, que não queriam aceitar a soberania portuguesa, tentaram aclamá-lo rei, proclamando, ao mesmo tempo, a independência de São Paulo. Ele recusou a honraria e o incidente não teve maiores consequências. O “novo Amador Bueno” a que se refere Joaquim Norberto é Amador Bueno da Veiga, líder bandeirante que reuniu os paulistas e tentou vingar a chacina do Capão da Traição.

⁹¹ Antônio de Albuquerque: capitão-general de São Paulo e Minas Gerais, distinguiu-se na pacificação de Minas Gerais, por ocasião da Guerra dos Emboabas.

⁹² No texto: “os ilustres descendentes de Tibiriçá, de Cahy Oby e João Ramalho”. Tibiriçá e Caubi eram chefes indígenas que, no século XVI, prestaram grandes serviços aos colonizadores que fundaram São Paulo de Piratininga (atual cidade de São Paulo). João Ramalho foi colono português que, no século XVI, tendo recebido de Martim Afonso de Sousa, em 1531, uma grande sesmaria, fundou a povoação da Borda do Campo. Casou-se com Bartira, filha do cacique Tibiriçá. Os “ilustres descendentes” desses homens são, evidentemente, os paulistas.

Southey⁹³ confessa, que se na verdade se considerar quão pequena nesga de terra constitui o reino português e quanto esta pequena nesga é povoada, e que Portugal já por superstição, já por ciúme, já pelo orgulho que predomina em seu caráter nacional, não deriva a assistência nas suas colônias da superabundante população e atividade das outras nações, achar-se-á que os brasileiros têm feito maiores e mais rápidos progressos em proporção a seus meios do que jamais fizeram colonos das outras nações e que só por ignorância e falsidade têm sido os americanos portugueses acusados de inatividade e falta de espírito. Baltasar da Silva Lisboa nota, que o espírito da independência foi sempre tão transcendente entre os paulistas, que seus taumaturgos José Bonifácio e seus irmãos foram os chefes da execução do projeto da mudança do governo pela aclamação da constituição, que em Portugal se havia estabelecido. O Marquês de Pombal, acrescenta o ilustre autor dos *Anais do Rio de Janeiro*, em ofício ao governo de S. Paulo no tempo de seu ministério, proibiu que se aplicassem os paulistas às ciências e até mesmo as escolas menores.

As palavras do ilustrado conselheiro trazem à memória a iniquidade, com que se privou o Brasil de oficinas tipográficas, ao passo, que foram permitidas a outros povos sujeitos à metrópole. Elas não seriam aniquiladas se não se visse o proveito que resultaria daí à instrução popular. Repetidos alvarás vieram por sua vez extinguir a nascente indústria brasileira, que se ensaiava nessas fábricas e manufaturas do ouro, prata, seda, algodão, e lã, e os próprios alambiques de aguardente, ficando o Brasil condenado à produção da matéria-prima, para que, segundo as expressões do Marquês de Lavradio, uns povos compostos de tão más gentes, em um país tão extenso, não se fizessem independentes, e viessem algum dia dar trabalho de maior consequência. Era o que geralmente se temia em Portugal, tanto assim, que em consulta do Conselho Ultramarino o Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa⁹⁴ mostrou a todas as luzes qual seria em poucos anos a sorte do Brasil, muito antes que os Estados Unidos pensassem em romper os grilhões coloniais. “Não temos forças, dizia ele a seu rei, para nos opor às nações

⁹³ Robert Southey (Bristol, 1774 - Keswick, 1843): poeta e historiador inglês, autor de *A História do Brasil* (1810-1822), escrita em Portugal, considerada a primeira grande obra documentada sobre o assunto.

⁹⁴ Antônio Rodrigues da Costa (Setúbal, 1656 - Lisboa, 1732): latinista português, foi deputado do Conselho Ultramarino e um dos primeiros cinquenta acadêmicos da Academia Real de História. Na coleção dos monumentos dessa sociedade (1721) encontra-se a introdução da *História Ultramarina*, em latim, que ele fora incumbido de escrever.

marítimas da Europa, nem no reino, nem no Brasil, e certamente àqueles vassallos sumamente descontentes do governo de Portugal, e que o aborrecem com grande excesso. E em poucos anos acrescentava ele, virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino, e bem assim se deixa ver que posto em uma balança o Brasil e na outra o reino há de pesar com grande excesso mais aquela que esta; e assim a maior parte e a mais rica não sofrerá ser dominada pelo menor, e mais pobre; nem a este inconveniente se lhe poderá achar fácil remédio.”

“Entretanto, diz o Sr. Dr. J. M. Pereira da Silva,⁹⁵ o Brasil começava então a desenvolver-se e a engrandecer-se. Aos antigos capitães sucediam no governo vice-reis, e alguns bem abalizados estadistas, o que provava a importância que ia adquirindo. Seu nome não só ecoava na Europa como de um futuro Estado, que se criava para grandes destinos, senão também fazia um extraordinário peso em Portugal. Embora seus habitantes falassem a mesma língua, adotassem os mesmos costumes, tivessem os mesmos hábitos, fossem todos por assim dizer da mesma família, filhos uns dos outros, entrelaçados, unidos por sangue, por parentescos e afins, com que o século XVIII preparava já a separação dos dois reinos, a qual devia ter lugar no século imediato, e dizia-se já brasileiro, especializando-se o de portugueses.” Como pois pensar que uns povos compostos de tão má gente, segundo a maligna expressão do Marquês de Lavradio, ou antes aqueles vassallos sumamente descontentes do governo de Portugal, e que o aborreciam com grande excesso, conforme as palavras do Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, e que no século XVIII já se diziam brasileiros, especializando-se de portugueses, sejam os mesmíssimos portugueses do autor das *Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira*, que para aqui transportavam os seus penates, e que não tendo formado anteriormente à independência do Brasil uma índole, um caráter, uma inteligência social acima da de Portugal, já davam tantos cuidados aos homens pensadores de além-mar? Ao brado do príncipe libertador no Ipiranga, surgiria do nada, como por encanto, um novo povo com uma inteligência social, não direi acima, mas a par e passo da de Portugal? Não; ele marchava com

⁹⁵ João Manuel Pereira da Silva (Iguaçu, RJ, 1817 - Paris, 1898): filho de português, estudava Direito em Paris por ocasião do lançamento da *Niterói, Revista Brasiliense*, com cujo grupo colaborou. No segundo número da revista publicou uma crítica ao livro *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, que o tornou um dos pioneiros da crítica literária romântica brasileira. Dedicou-se intensamente à literatura e às coisas do Brasil, como poeta, romancista, crítico e historiador. O trecho aqui citado por Joaquim Norberto vem na “Introdução” ao *Parnaso Brasileiro* (1843, v.1, p.31-32).

a metrópole; a história o testemunha. Desde o primeiro século, que o povo começou a dar um sinal de sua inteligência; já Pero de Magalhães Gandavo, o amigo de Camões,⁹⁶ afirmava em seu tempo, que não faltavam na terra de Santa Cruz pessoas de engenho e curiosas, que em melhor estilo e mais copiosamente do que ele escrevessem; já Manuel Botelho de Oliveira ao dar à luz as suas poesias, confirmava não ser ele o primeiro a merecer os maiores créditos em poesia, aludindo à existência de uma sociedade, a qual não era estranha à cultura das letras. “Ao meu entendimento, escrevia ele no Prólogo de sua *Música do Parnaso*, posto que inferior ao de que é tão fértil este país, ditaram as musas as presentes rimas, que me resolvi expor à publicidade de todos, para ao menos ser o primeiro filho do Brasil, que faça pública a suavidade do metro, já que o não sou em merecer outros maiores créditos em poesia.”⁹⁷ Rocha Pita se lastimava, que tendo criado o Brasil talentos por eminência grandes, nenhum compusesse a sua história com maior glória da pátria, do que a que podia lograr de seus escritos. Não era modéstia, senão verdade em quem certificava a existência de pessoas de maior graduação e entendimento na então capital do Brasil, que nela erigiram a Academia dos Esquecidos.

E quando Garção, Dinis e outros empreenderam a reforma da poesia portuguesa, abastardada com tanta composição repleta de gongorismos e marinismos, e que iam perdendo a língua e desairando o gosto, não acharam em Cláudio Manuel da Costa um digno predecessor? Esses homens que cooperaram para a reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, como D. Francisco de Lemos e seu irmão João Pereira Ramos,⁹⁸ não eram brasileiros, que haviam feito o seu tirocínio literário na pátria? Os homens eminentes, que o reino cisatlântico enviou às cortes de Lisboa, não se mediram por meio de sua eloquência com as

⁹⁶ A *História da Província Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gandavo, publicada em 1576, traz, entre os textos introdutórios, uns tercetos e um soneto de Luís de Camões.

⁹⁷ A obra de Manuel Botelho de Oliveira (Bahia, 1636 - Bahia, 1711), *Música do Parnasso* (1705), primeiro livro de poesias publicado por um poeta nascido no Brasil, traz um “Prólogo ao leitor” e uma dedicatória “Ao Exmo. Senhor D. Nuno Álvares Pereira de Melo, etc.” O trecho citado não pertence ao prólogo, mas à dedicatória. Na edição organizada por Antenor Nascentes (*Música do Parnasso*, 1967), o trecho citado vem à página 17.

⁹⁸ Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Santo Antônio de Jacutinga, RJ, 1735 - Coimbra, 1822) foi reitor da Universidade de Coimbra e membro da Junta de Providência Literária, criada em 1770 para preparar a mais notável das reformas universitárias portuguesas. Em 1772, saíram à luz os novos estatutos da Universidade. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (Engenho de Marapicu, RJ, 1722 - Lisboa, 1799), irmão Francisco de Lemos, estudou Direito em Coimbra, tendo exercido, ao longo da vida, numerosos cargos públicos. Foi, também, membro da Junta de Providência Literária, que fez os estatutos reformadores da Universidade de Coimbra.

notabilidades do velho mundo? Aonde estudou Vieira, e aonde tantos outros portugueses se fizeram notáveis por seus talentos e conhecimentos senão no Brasil? É para lastimar que assim se condene a inteligência de todo um povo, que pode dizer como André Chénier⁹⁹ batendo naquela bela e ardente cabeça, que ia ser entregue ao cepo da guilhotina: “É pena, porque aqui há alguma coisa.” “Em despeito das ordens da metrópole, diz um dos redatores da *Revue Britannique*, as artes e poesia não decaíram no Brasil, e o gênio nacional tinha já ganho o impulso do progresso quando D. João VI desembarcou. Os artistas que o acompanharam não se elevavam acima da mediocridade; assim encontraram entre os nacionais homens muito mais hábeis que eles.” E o venerando Monte Alverne escrevia ainda há pouco: “No Brasil tudo é prodígio, tudo é maravilha! Este sol, que fecunda nossos campos, e perpetua nossa primavera, escalda a imaginação de seus filhos, e realiza estes portentos de inteligência, que fazem dos brasileiros um objeto de admiração e espanto. Os portugueses descendo em 1808 a margem austral da baía de Niterói foram tomados de pasmo encontrando no Rio de Janeiro uma mocidade brilhante e ávida de saber, que só aguardava os meios de elevar-se à altura, que lhe prometiam os seus talentos. A corte viu com assombro homens eminentes nas ciências eclesiásticas, que sem terem saído de seu país, sem o recurso das universidades e as vantagens, que oferecem os liceus e as escolas bem organizadas, não receavam mostrar-se e falar com distinção e mesmo com superioridade diante dos doutores e dos homens, que tinham obtido pergaminhos, com que testificavam sua alta instrução. Nós estamos ainda muito perto dos acontecimentos; nós possuímos ainda um grande número de pessoas, que viram esses dias tão memoráveis e tão ricos de esperança. Elas testemunharam o fulgor, que envolvia estes conventos tão férteis de ilustrações científicas. Elas se lembrarão com orgulho desse clero secular tão distinto por suas luzes e tão fecundo em virtudes; era o clero instruído e educado por D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, que sem dúvida seria digno de ser comparado com os bispos dos primeiros séculos da igreja se ele não fosse bispo em sua pátria.”¹⁰⁰

⁹⁹ André Chénier (Constantinopla, 1762 - Paris, 1794): poeta e jornalista político, foi preso e guilhotinado durante a Revolução Francesa por haver assumido posição contrária aos excessos do Terror.

¹⁰⁰ O trecho citado é parte do “Discurso Preliminar”, datado de 25 de abril de 1852, escrito por Frei Francisco de Monte Alverne para a primeira edição de suas *Obras Oratórias* (4v., 1853-1854). A edição que consultamos foi a oitava (Rio de Janeiro: H. Garnier, s.d., v.1), em que o trecho citado vem às p.VI-VII.

Não foi sem repugnância que toquei nessas chagas cicatrizadas, a medo que ainda sangrassem; limitei-me à história levado pela refutação aos argumentos da parte contrária; os povos irmãos podem como os indivíduos de uma mesma família degenerarem e apresentarem índoles diversas, embora descendam de um só e mesmo tronco; nada há pois aí de desdouro para qualquer deles. Como diz o Sr. Porto-Alegre,¹⁰¹ trazemos nos lábios a língua de Camões e no peito a cruz de Afonso Henriques,¹⁰² e, como ajunta o Sr. Antônio Feliciano de Castilho,¹⁰³ independência e inimizade não são sinônimos do dicionário de Moraes.

É o autor de opinião, que os Estados Unidos da América possuem uma literatura, porque contam dezenas de anos de existência como nação independente. Como os indivíduos já as literaturas dos povos precisam de um certo número de anos de existência para se emancipar! À vista desta proposição, que ao menos já nos concede uma literatura possível, o Brasil não pode por ora possuí-la porque não tem os sessenta e seis anos de independência, que tinham os Estados Unidos da América quando o escritor português publicou as suas *Reflexões*, mas já estamos em meio caminho; daqui a alguns anos mais poderemos dizer: Hoje começa a literatura do Brasil; tudo quanto apareceu até aqui devido ao gênio de nossos compatriotas, inspirado pelo céu de nossa pátria, pertenceu a Portugal! Que irrisória e pedantesca argumentação! Chamados a representar um importante papel tanto no mundo político como na república das letras, de há muito que Thomas Jefferson¹⁰⁴ lançava as suas vistas perspicazes sobre o Brasil. “Não está remoto o dia, escrevia ele, em que se há de lançar uma linha divisória através do oceano, que separe os dois hemisférios de maneira, que de um lado dessa linha se

¹⁰¹ Manuel de Araújo Porto-Alegre (Rio Pardo, RS, 1806 - Lisboa, 1879): artista plástico, poeta, teatrólogo e crítico. Fez parte do grupo que introduziu o romantismo no Brasil. Foi cônsul do Brasil na Alemanha e em Portugal.

¹⁰² Afonso Henriques (Guimarães, 1110 - Coimbra, 1185): primeiro rei de Portugal e fundador da dinastia de Borgonha, também chamada Afonsina.

¹⁰³ Antônio Feliciano de Castilho (Lisboa, 1800 - Lisboa, 1875): poeta, prosador, ensaísta e pedagogo português. Ficou irreversivelmente cego aos seis anos de idade. Manteve com Antero de Quental a polémica mais tarde conhecida como Questão Coimbrã (1865). Foi ele o maior divulgador do sistema que hoje utilizamos na medição silábica de versos. Segundo esse sistema, contam-se as sílabas até a última tônica. Embora, segundo Thiers Martins Moreira, já tivesse sido proposto por Miguel do Couto Guerreiro, em seu *Tratado da Versificação Portuguesa* (Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1784), esse sistema só passou a ser sistematicamente adotado na poesia de língua portuguesa após publicação do *Tratado de Metrificação Portuguesa* (1851), de Castilho.

¹⁰⁴ Thomas Jefferson (Shadwell, Virginia, 1743 - Monticello, Virginia, 1826): político americano, foi o principal redator da Declaração da Independência (1776) dos Estados Unidos.

não ouça um canhão europeu, nem de outro lado se ouça um canhão americano. Para esse fim, acrescentava ele, quanto folgaria de ver as esquadras do Brasil e dos Estados Unidos navegando juntas como irmãs e seguindo o mesmo destino!" Podíamos em política assumir os foros de uma grande potência e marcharmos a par e passo dos Estados Americanos e não sermos mais, do que uma colônia de Portugal a respeito de nação literária. Precederam-nos os Estados da União Americana como nação política, porém não como nação literária. "Sabemos, dizia Santiago Nunes Ribeiro, que os americanos ingleses foram muito humildes neste ponto. Em 1820, quando já tinham muitos anos de existência, ainda mal aspiravam a ter uma literatura; mas o Brasil não está nesse caso."¹⁰⁵

O Sr. Dr. Pereira da Silva, que também empenhou a sua ilustrada pena nessa bela tarefa, pergunta aonde se viu um povo, que tão cedo começasse sua carreira literária, sendo ainda tão novo e que um século logo depois, produzisse notabilidades em todos os ramos da literatura, e notabilidades que a mãe pátria chamou a si como glórias suas? Percorrei, diz ele, essas páginas dos Estados Americanos do Norte, e segui essa longa enfiada de histórias das diversas nações, e achei-me uma cujos filhos, logo ao princípio, provassem maior aptidão para tudo quanto existe de glorioso no domínio da imaginação? Mais explícito ainda é a este respeito o digno Sr. Eugène de Monglave. "Que pensais, respondia ele aos que duvidavam da existência de poetas brasileiros verdadeiramente originais; que pensais, que o sol americano que inflamou o gênio de Cooper seja de gelo para os Santa Rita Durão e Basílio da Gama? Não que é preciso fazer plena justiça ao talento dos brasileiros, que eles enfim, podem opor sem muita desvantagem ao *Derradeiro dos Moicanos* de Cooper, duas produções que precederam um século quase as do romancista dos Estados Unidos, o *Caramuru* de Santa Rita Durão, e o *Uruguai* de Basílio da Gama."

E ainda há pouco um autor espanhol, cujas palavras cheias de benevolência para comigo aqui agradeço, comparou o gênio dos dois povos das duas Américas. "Vi e notei, escreve o Sr. Juan Valera na *Revista Espanhola de Ambos Mundos*, vi e notei por mim próprio um império nascente, que se alevanta e floresce sob o cetro de um sábio imperador, e à sombra de um governo livre e bem ordenado. Não há aí essa

¹⁰⁵ O trecho citado é do artigo "Da Nacionalidade da Literatura Brasileira" (*Minerva Brasiliense*, v.1, n.1, p.11). Na reedição do artigo por Afrânio Coutinho (*Caminhos do Pensamento Crítico*, 1980, v.1) o trecho vem às páginas 49-50.

agitação febril, esse rápido desenvolvimento, esse espírito empreendedor no último grau, essa sede de conquistas e de maior engrandecimento que se vê nos Estados Unidos com admiração e receio. No Brasil, quer pela benignidade do clima, quer pelo suave natural da gente que o habita, quer por outras causas, caminha-se mais lentamente a essa perfeição material, que hoje se tem por um bem supremo, e pelo último alvo dos povos civilizados. São maiores no Brasil do que nos Estados Unidos os inconvenientes que impedem atingir a esse alvo, e por sem dúvida que mil obstáculos estorvam que se dirija ao Brasil a grande corrente da emigração que agora se encaminha para a Austrália e para as califórnicas. Chegou o Brasil um pouco mais tarde e deve resolver problemas que os Estados Unidos têm resolvido, ou que por uma casualidade ditosa jamais o poderão fazer. Faltam braços ao Brasil e difícil é atrair colonos. No entretanto, a população escrava, proibido completamente o tráfico dos negros, não pode aumentar com os que vinham continuamente de África, e vai diminuindo cada dia, e a população índia diminui também ou não se submete à vida social. Numerosas tribos de índios selvagens vagam ainda pelos desertos dos sertões; campos fecundíssimos e extensos ainda estão incultos até mesmo às portas de grandes cidades. Contudo são mui grandes a riqueza e a prosperidade do império. Persiste o governo representativo sem perturbação alguma, e mais solidamente plantado que em qualquer outro país, se excetuarmos a Inglaterra. Bem administrada vai a fazenda pública, pois com os seus trinta e dois mil contos de réis (de 16 a 17.000,000 de duros), que se arrecadam anualmente, [se acorrem]¹⁰⁶ a todas as despesas do Estado, subvencionando-se companhias de paquetes de vapor, que põem em correspondência todos os portos do império; protegendo-se grandes empresas de caminhos de ferro e dando-se subsídios a vizinhas repúblicas, estendendo-se assim o predomínio e a influência do Brasil. Longe de haver um déficit resulta um saldo de dois mil contos por ano. Melhoram-se de dia em dia todos os ramos da pública administração, e de dia em dia aumenta-se o comércio e com ele a riqueza pública. Não se pode dizer, é certo, que o povo brasileiro seja notável como povo mercantil e industrial; é porém incontestavelmente um povo disposto a admirar tudo quanto é belo e sublime. Alegre, festivo e apaixonado, amigo dos prazeres do espírito; sensível à formosura daquela rica natureza que o rodeia, e recebendo

¹⁰⁶ No texto: "se ocorre". Poderia, também, ser "socorrem".

dela inspirações, é um povo artista e mui singularmente enlevado da música e da poesia, artes estas em que ele vence e sobrepuja a todos os outros povos americanos.”

Como potência goza o Brasil na América do Sul da mesma importância e preponderância, que gozam no Norte os Estados Unidos. A esse respeito bom é que se ouça um autor insuspeito, o Sr. Xavier Eyma¹⁰⁷ na sua obra *Les deux Amériques*, que assim se exprime:

“Duas potências consideráveis, representantes de princípios opostos, exercem em cada uma das duas Américas uma influência preponderante: os Estados Unidos na América do Norte, que são a mais alta e a mais completa expressão da democracia organizada em república; o império do Brasil na América do Sul, o antípoda do governo dos Estados do Norte.

Tudo o mais quanto nestes últimos trinta anos se tem elevado e constituído ao lado destas duas nações, não tem representado, senão desordem, anarquia, impotência.”

Porém se é a autoridade que deve decidir a questão, ninguém melhor do que o próprio Thomas Jefferson, que já tive a honra de citar. O ilustre americano, que previu as dissensões das repúblicas hispano-americanas e a sua nenhuma estabilidade, quando desejava o estabelecimento de novas monarquias em que figurassem os príncipes da casa espanhola, e que via na constituição outorgada por D. Pedro aos brasileiros a consolidação da nossa monarquia, não dava essa importância literária a seu país que quer o autor das *Reflexões*. “Não vos lisonjeio, dizia ele em conversação ao autor do *Memorandum*, falo da vossa inteligência e dessa capacidade que se desenvolve entre os vossos compatriotas com mais rapidez e mais elastério do que entre nós. Eu tenho conhecido muitos sul-americanos que falam diversas línguas, porém raramente achareis um norte-americano que fale outra além da comum. O gosto das belas-letras não está vulgarizado entre nós. Gostamos mais do útil do que do agradável, e as ciências experimentais, que oferecem um resultado mais positivo, são as de que nos ocupamos presentemente, porque ainda somos pobres, muito pobres.”

¹⁰⁷ Louis Xavier Eyma (San Pedro de la Martinica, 1816 - Paris, 1876): escritor e político francês, escreveu numerosos *vaudevilles* e novelas, além de outras obras: *Les Femmes du Nouveau Monde* (1853); *Les Peaux Rouges* (1854); *Les Peaux Noires* (1856); *Scènes de Moeurs et de Voyages dans le Nouveau Monde* (1860); *La Vie dans le Nouveau Monde* (1862); *Legendes et Chroniques du Nouveau Monde*, etc.

Para que melhor se compreendam as asserções do abalizado e ilustre Thomas Jefferson, acrescentarei as seguintes observações do Sr. Philarète Chasles,¹⁰⁸ autor dos *Études sur la Littérature et les Moeurs des Anglo-Américains au XIXe Siècle*.

“Não foi senão muito tempo depois dos primeiros esforços da colonização, que os selvagens se viram forçados a internar-se pelas florestas, e que uma porção de terreno bastante considerável tornou-se habitável sobre as praias do Atlântico, que nasceu uma tal ou qual literatura na América; fraca, tímida, um tanto imitadora, sem nada de sublime, ou de apaixonada, estranha a toda a grandeza, quase rústica, semi-civilizada, enfim inspirada pelo *Spectateur* e pelo *Robinson*.

Os Estados Unidos notáveis e grandiosos sob todos os pontos de vista, são essencialmente modernos; sua índole é material e mecânica; sua força repousa em seu bom senso, na paciência da observação e da indústria. É país sem imaginação e baldo de tradições. Os países envelhecidos no infortúnio, a Irlanda e a Escócia, contribuem muito para a imaginação. Compraram cara esta faculdade brilhante. Nem um castelo, cujas pedras não estejam manchadas de sangue, cuja legenda não fale de assassinatos; nem uma fortaleza, cujo eco vos não traga o sussurro longínquo de violências; a atmosfera das montanhas gaulesas é povoada de fantasmas; todos os lagos têm a sua fada, todas as cavernas o seu mágico; a sombra de Bruce esvoaça nessas capelas sombrias; o nome de Wallace retumba com o *sugh* do vento, que açoita as velhas arcadas.

Os republicanos dos Estados Unidos, povo virgem, cheio de grandeza, cuja luta contra a natureza ainda não está terminada, cuja energia toda deve necessariamente voltar-se para a fundação de cidades e para o desenvolvimento da indústria; nação, cujo futuro é a pátria, e que não tem um passado; – apenas nascida, e já gigante – que não teve infância ou juventude, e cuja maturidade precedeu a adolescência – não reconhecem em sua história nem uma dessas transições da fraqueza para a virilidade, nenhuma dessas épocas, cuja cadeia envelhecida pelas tradições recebe mais tarde a consagração da poesia; eis os seus soldados, os seus legisladores e os seus artistas, raça forte e nobre, que lhes basta. Os poetas nascerão mais tarde. O primeiro de seus escritores é um artista legislador, é Franklin.”

¹⁰⁸ Victor Euphemon Philarète Chasles (Mainvilliers, 1798 ou 1793 - Veneza, 1873): escritor, bibliógrafo e crítico. Foi o grande especialista francês em literaturas européas.

Conclui o autor¹⁰⁹ dizendo, que as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa em virtude dos vínculos, que uniam os dois países. Esses vínculos eram os laços de família, que nem sempre estreitavam em confraternidade os dois povos, como já o demonstrei com a história na mão. E se esses vínculos não puderam obstar à emancipação política, que de necessidade havia de trazer a efusão de sangue, a perda de grandes vantagens e a adoção de novas instituições, poderiam influir na pacífica separação das duas literaturas, na classificação dos autores, segundo o nascimento de cada um deles? Orgulhais-vos de poder reivindicar para a glória literária da nação portuguesa as produções da musa brasileira, e não havemos de honrar-nos com termos a tantos e tão ilustres autores por nossos compatriotas? Ficaremos condenados a não poder dizer em que século começaram os brasileiros a cultivar as letras, quando mais se avantajaram no seu cultivo, qual dentre eles se tornou mais célebre, e não daremos à narração dessas investigações o nome de história das letras no nosso país, porque as produções de nossos autores pertencem a Portugal?

Não foi bastante que a mãe pátria nos usurpasse o prazer dessa glória durante o longo cativeiro, não de sessenta anos como ela sofreu da Espanha, mas de sessenta lustros? Livres, emancipados, apresentando ao mundo o brilhante espetáculo de uma nova monarquia surgindo das lutas gloriosas, em que nos empenhamos, ficaríamos privados de apresentar o quadro da nossa literatura às nações, que aplaudiam a nossa emancipação? “A nação brasileira, (escrevia um dos ilustres coordenadores das obras dos nossos poetas, o Cônego Januário da Cunha Barbosa), a nação brasileira, que nestes derradeiros tempos se tem feito conhecer e devidamente apreciar no meio do mundo civilizado por seus nobres sentimentos patrióticos, com os quais soube reivindicar a sua independência e liberdade, depois de mais de trezentos anos de opressiva tutela, carecia ainda de fazer patente ao mundo ilustrado o quanto tem sido bafejada e favorecida das musas, particularmente daquelas, que empregando a linguagem das paixões e da imaginação animada, oferecem à admiração das eras exatos modelos do mais delicado engenho e apurado gosto.” E continuando ajuntava: “O conhecimento do patrimônio opulento, deixado como herança à mocidade futura por seus tão gloriosos antepassados, deverá necessaria-

¹⁰⁹ Observe-se que, aqui, Joaquim Norberto retoma o fio de sua argumentação e refere-se ao autor das *Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira*, ao qual vinha se contrapondo.

mente despertar de novo as sementes do bom e apurado gosto na geração presente e na que está para vir.”¹¹⁰

Mas não; tão belos estímulos devem ser condenados; não temos literatura e nem podemos apresentar ao mundo inteligente a história do progresso das letras na nossa pátria, senão de envolta com o desenvolvimento literário do país, donde nos veio a língua.

Os vínculos, que a emancipação política despedaçou, em relação às coisas públicas, devem subsistir quanto às produções literárias, e só se dissolverão quando o Brasil contar como nação tantas dezenas de anos de existência, como os que tinham os Estados Unidos há treze anos a esta parte.

Que importância aos vínculos de sangue, que uniam os dois países, quando a independência política como que os despedaçou, já então afrouxados por uma série de injustiças, que vexaram os nossos antepassados concidadãos; quando a diferença entre brasileiros e portugueses, jamais deixou de ser consignada nos livros, que nos dizem respeito, não obstante esses laços de família! Rocha Pita quando escreveu a sua *História da América Portuguesa* confundiu, é verdade, os nomes de todos esses personagens fornecidos à porfia por todas as raças, que compunham a população, e que ilustram os nossos anais com os feitos de heroísmo, de virtude e de amor da pátria, não fazendo seleção de suas naturalidades; mas não reservou ele algumas páginas de sua obra para os nomes dos que nasceram no país, que tão poeticamente descrevera? Barbosa Machado, o Abade de Sever, reuniu todos os escritores da língua portuguesa na sua *Biblioteca Lusitana*, mas veja-se a distinção que fez no *Índice por pátrias*, circunstância que julgou não dever omitir quando no corpo da obra, pela sua ordem alfabética, se bem que nomeasse as suas respectivas naturalidades, não julgou isso suficiente para aquele, que sinopticamente quisesse distinguir a uma vista d’olhos os literatos pertencentes aos diversos domínios da metrópole portuguesa. Citarei as suas palavras, quando fundamentou a necessidade dessas nacionalidades e a utilidade de tais índices pela dupla vantagem de virem a propósito à nossa questão. “Defende-se com fundamento sólido, diz ele, o berço, em que se animaram alguns de seus ilustres filhos, contra a opinião mal fundada de outras nações ambiciosas de tão

¹¹⁰ Ambos os trechos citados, de autoria do Cônego Januário da Cunha Barbosa, pertencem à breve “Introdução” ao “Caderno 2º” do *Parnaso Brasileiro* (1829-1832). Esse *Parnaso* é composto de oito cadernos, cada um com aproximadamente 64 páginas, que foram sendo publicados entre 1829 e 1832 e depois reunidos em dois volumes. O “Caderno 2º” apareceu em 1830.

grande glória.” E ainda assim aí ficaram perto de mil autores sem declaração de suas pátrias, por se ignorarem! E quantos talvez não vissem a luz nas plagas americanas! Aí estão documentos históricos, que atestam que a sociedade estabelecida na cidade da Bahia em 6 de junho de 1759¹¹¹ nomeara uma comissão, para compor nas línguas portuguesa e latina a *Biblioteca Brasílica*, na qual fossem consignadas as obras dos autores brasileiros e suas biografias. Os próprios autores procuravam extremar-se dos autores nascidos além-mar, declarando as naturalidades no frontispício de suas obras, prevenção a que devemos o não esbulho de muitas produções, que sem ela passariam com outras muitas ao domínio da mãe pátria, que de bom grado se arrogaria o privilégio de somente poder produzir obras literárias, monopolizando a literatura como monopolizara a instrução, a imprensa, a indústria e o comércio. Aos árcades portugueses era dado juntar ao seu nome pastoril um apelido ou adjetivo pátrio. Podiam chamar-se, sem receio de atrair a atenção e ofender o melindre da metrópole, Elmano Sadino, Elmano Tagídio, Elpino Duriense, Belmiro Transtagano, Cândido Lusitano, quando os nossos árcades, condenados a aceitarem o título de portugueses, e a dizerem quando falavam até das terras da pátria *as nossas colônias*, tinham de recorrer à história e geografia mitológica e se intitulavam Termino Sipílio, Glaucete Satúrnio, Alcindo Palmireno, Eureste Fenício, Américo Elísio.¹¹² E é até para notar-se que a primeira academia, que se formou no Brasil de literatos do país, se chamasse dos *Esquecidos*!

É certo que Friedrich Bouterwek e Simonde de Sismondi confundem a literatura portuguesa e a brasileira como uma e a mesma; mas é para notar-se que esses ilustres autores escreveram antes da nossa emancipação política, e todavia bem dignas de atenção se tornam as palavras do erudito autor *De la Littérature du Midi de l'Europe*.¹¹³ “O novo império dos portugueses, escrevia ele falando do século passado, sobre o qual repousam agora todas as suas esperanças de independência e grandeza futura, começou por seu turno a cultivar as letras, e produziu no meado

¹¹¹ Trata-se da Academia dos Renascidos.

¹¹² Pseudônimos árcades, respectivamente, dos seguintes poetas: José Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e José Bonifácio de Andrada e Silva.

¹¹³ O autor de *De la Littérature du Midi de l'Europe* é Simonde de Sismondi. A obra foi publicada em 1813. Os dois trechos citados por Joaquim Norberto encontram-se entre os traduzidos por Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978), respectivamente, às páginas 23 e 26.

deste século um poeta distinto na poesia lírica; é ele Cláudio Manuel da Costa, nascido na província de Minas Gerais, no Brasil. Assim, ajunta o autor, uma nação nova, que provavelmente será a única herdeira do gênio dos antigos portugueses, começava a crescer e se elevar no ultramar.” E mencionando a partida da corte portuguesa para o Brasil, acrescenta ainda: “E brevemente o império do Brasil dará à língua portuguesa dignos sucessores de Camões.”

Os autores, que escreveram depois da independência, fazem a necessária distinção, excetuando o Visconde de Almeida Garrett, que no seu *Bosquejo da História da Língua e Poesia Portuguesa*,¹¹⁴ diz, falando de Cláudio Manuel da Costa: “O Brasil o deve contar como o seu primeiro poeta em antigüidade.” Porém pouco depois ajunta: “E agora começa a literatura portuguesa a avultar e a enriquecer-se com as produções dos poetas brasileiros.” Às asserções do ilustrado Visconde de Almeida Garrett poderia opor as de outro não menos distinto na literatura da sua nação, o Sr. Alexandre Herculano, que no seu escrito *Propriedade Literária*, parece distinguir dois povos, tendo cada um a sua literatura e seus direitos de propriedade. Outros também disseram, advogando essa propriedade tão interesseiramente ultrajada pela reimpressão de suas obras na nossa pátria, não feita por brasileiros, como ficou demonstrado, mas pelos seus próprios compatriotas aqui residentes: “Os nossos irmãos do Brasil, os que pelo estudo e saber criaram a majestosa literatura da América, sabem como nós corar as faces de vergonha ao ver o roubo violento, que impunemente se está fazendo à mais incontestável propriedade.” O Sr. José Feliciano de Castilho¹¹⁵ escreveu, quando tratou dos homens de letras das duas terras irmãs, que não sabia separar a *literatura luso-brasileira*, que eles enriquecem, compreendendo assim ambas sob um ponto de vista, sem contudo usar de uma designação, que absorvesse a idéia de uma delas, como até aqui se há feito. O Sr. Ferdinand Denis notou, no *Discurso Preliminar*, que precede os *Resumos das Histórias Literárias* dos dois países, publicados por ele, que uma nova nação reclamava a história da sua literatura, e ele esboçou seus traços principais.

¹¹⁴ Os trechos citados vêm à página 503 do primeiro volume das *Obras* de Almeida Garrett (1963).

¹¹⁵ José Feliciano de Castilho (Lisboa, 1810 - Rio de Janeiro, 1879): intelectual e poeta português, irmão de Antônio Feliciano de Castilho. Transferiu-se para o Brasil em 1847. Foi educador e atuou na imprensa fluminense, onde desempenhou papel de destaque em polêmicas com José de Alencar. Em ataques a esse escritor, utilizou o pseudônimo de Cincinato, ajudado por Franklin Távora, que utilizava o de Semprônio, nas “Cartas Políticas Dirigidas Pelo Roceiro Cincinato ao Cidadão Fabrício”, publicadas entre 1871 e 1872 no periódico *Questões do Dia*.

Passe em aresto a questão da nacionalidade da nossa literatura. Para os brasileiros é ela mais que líquida. O único, que a havia negado, apresentando essa blasfêmia literária nas páginas de um livro, foi o Sr. General Abreu e Lima, e esse mesmo retratou-se ante todo o país; e para que a questão ficasse por uma vez elucidada a nosso favor, o Sr. Gonçalves Dias não quis, que se tomassem por pertencentes à literatura portuguesa as próprias produções dos nossos poetas, cujos assuntos fossem bebidos nas crônicas da velha metrópole. “As literaturas brasileira e portuguesa, disse ele, entregando ao domínio do público as suas *Sextilhas de Frei Antão*, hão de ser duas, mas semelhantes e parecidas, como irmãs, que descendem de um mesmo tronco, e que trajam os mesmos vestidos, embora os trajem por diversa maneira, com diverso gosto, com outro porte e graça diferente.”

Enfim, o fato de haver o Sr. Eugène de Monglave professado na Sorbona um *Cours de Littérature Portugaise et Brésilienne*; de ter o Sr. Ferdinand Denis publicado um *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*; de inserir o Sr. Jarry de Monay¹¹⁶ no seu *Atlas Historique et Chronologique des Littératures Anciennes et Modernes* um *Tableau Historique et Chronologique de la Littérature Portugaise et Brésilienne Depuis son Origine Jusqu'à nos Jours*, é para nós de grande validade, pois proclama à face da Europa essa independência literária, duplamente ganha com a proclamação da nossa independência política, como tão enérgica quão elegantemente o asseverou o Sr. Eugène de Monglave:

“Com a independência política obteve o Brasil a independência da sua literatura. Os brasileiros sacudiram o jugo tão brutalmente imposto à sua inteligência; quiseram ser em tudo e por tudo livres; e seus cânticos não tardaram a visitar a nossa velha Europa com todas as suas flores recendentes de seus perfumes, cheios de suas inspirações.” E depois, quando o Instituto Histórico apareceu entre as nossas instituições literárias, como, segundo a bela expressão do Visconde de S. Leopoldo, o representante das idéias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente, foi ainda o Sr. Eugène de Monglave quem se encarregou, na qualidade de secretário perpétuo do Instituto Histórico de França, de anunciar à Europa a sua instalação por estas

¹¹⁶ Não foi possível localizar esse autor nas obras de referência consultadas. Acreditamos, porém, que ele seja o mesmo J. de Marcy citado diversas vezes tanto nesta *História da Literatura Brasileira*, como em artigo escrito por Joaquim Norberto em parceria com Émile Adet e publicado na *Minerva Brasiliense* (Rio de Janeiro, v.1, n.13, p.392-393, 01 de maio de 1844). Caso essa suposição esteja correta, há aqui erro tipográfico no registro do nome (que não ousamos corrigir). Cf. nota 74 do capítulo I desta *História da Literatura Brasileira*.

memoráveis palavras: “O Brasil começa a sentir toda a sua importância e deseja ter parte no grande movimento, que impele a humanidade ao brilhante futuro, que lhe convém no meio das grandes nações. E decerto pertencia ao único país, que tem na América a sua literatura nacional, principiar a explorar outras partes do imenso campo, que se tem aberto à inteligência do homem.”

Concluirei este capítulo, que já vai demasiadamente longo, com as seguintes expressões do Doutor Paula Meneses, que tão devotada quão ardentemente se deu ao estudo da nossa história literária. “A literatura de um povo, diz ele, é o livro de ouro, onde os gênios escrevem os fastos do pensamento; é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias e de mais heróico nos sentimentos; Panteon de suas celebridades, contém a história inteira das paixões, que agitaram a sua alma, e o segredo das influências, que conduziram suas inspirações; e semelhante a essas ruínas do Oriente, a essa literatura de pedra, tão poética e tão curiosa aos olhos do arqueologista, seus monumentos revelam à posteridade as lucubrações, que hão custado. Um povo, que não tem uma literatura, chegará dificilmente a ser uma nação, porque a nacionalidade rebenta do sentimento vivo da sua glória passada e das tradições de seus maiores, cujos nomes e preciosos trabalhos a literatura, como um eco imortal, repetirá até às mais remotas gerações da terra.

A história narra os acontecimentos, porém a literatura acrescenta à fiel narração da história os monumentos que a ilustram. Se de alguma coisa com razão podíamos ser acoimados, era de negligentes e esquecidos do nosso passado, de nossas glórias literárias; graças porém ao esclarecido espírito e ao amor da pátria, que pulsa no coração do Imperador, começam por seu influxo poderoso a ser escavadas as minas de preciosas riquezas; os jovens talentos cobram ânimo e se entregam a penosas indagações, e dentro em pouco a nossa história será depurada dos erros, que lhe emprestara a ignorância estrangeira, e nossa literatura estudada e posta em luz a sua nacionalidade.”¹¹⁷

¹¹⁷ O trecho citado é constituído pelos dois parágrafos iniciais do *Discurso Recitado na Augusta Presença de Suas Majestades*, por ocasião da distribuição dos prêmios e colação do grau de Bacharel em Letras (1853).

CAPÍTULO III

DA INSPIRAÇÃO QUE OFERECE A NATUREZA DO NOVO MUNDO A SEUS POETAS

Este capítulo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano IV, t.XVI, p.261-269 e p.344-351, out. - dez. 1862. Anteriormente, ele havia sido publicado integralmente na *Revista Brasileira*, Jornal de Ciências, Letras e Artes dirigido por Cândido Batista de Oliveira, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, t.III, p.257-278, 1860. Nesta revista, trazia o título mais genérico de “Literatura Brasileira”, embora trouxesse a mesma rubrica inicial com que apareceu depois na *Revista Popular* e uma indicação, em rodapé, assinalada por asterisco em seguida à rubrica inicial (toda ela grafada em versalete), que dizia: “Capítulo III do *Primeiro Livro da História da Literatura Brasileira* do Sr. J. Norberto de Sousa Silva, lido em uma das sessões do Instituto Histórico no ano de 1855.”

Da inspiração que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas, e particularmente o Brasil. – Opinião a respeito de nosso país relativamente à questão desenvolvida pelos Srs. Alexander von Humboldt, Santiago Nunes Ribeiro, Magalhães, Visconde de S. Leopoldo, Ferdinand Denis, Daniel Gavet e Philippe Boucher, D'Arcet, Valera, etc. – Reflexões do autor a respeito. – Poetas brasileiros eminentemente inspirados pelo país.¹

Pode o Brasil inspirar a imaginação de seus poetas? A questão da influência dos climas, da configuração dos terrenos, da fisionomia dos vegetais, do aspecto da natureza, risonho ou selvagem, sobre o progresso das artes e o estilo que distingue as suas produções, tem sido geralmente debatida entre os sábios do velho mundo. Buffon procurou prová-la com os argumentos fornecidos pelos seus estudos, como mestre que era na matéria. Montesquieu exagerou-a a ponto de considerá-la mais poderosa do que as leis, do que os usos, do que os costumes, do que a religião. Voltaire a deu por nula, e, para comprovar a sua opinião, notou que, sendo o céu da Grécia ainda tão formoso e puro, o da Itália tão brilhante e azulado, como nos tempos de Homero e Virgílio, vegetava sob o primeiro um povo escravo, e que o Capitólio era habitado por frades barbadinhos, e acaba por dizer que as artes florescem em toda e qualquer parte sempre que acham protetores,

¹ Publicando o presente artigo do Sr. J. Norberto de S. S. sobre a literatura brasileira preenchemos uma falta que se dá na *Revista Popular*, e completamos assim a série dos mesmos artigos já publicados.

Para os leitores que quiserem seguir a ordem observada pelo nosso colaborador na sua *História da Literatura Brasileira*, damos aqui a designação dos capítulos por sua numeração e dos lugares em que poderão ser consultados nesta *Revista*.

Livro 1º *Introdução Histórica*. Compõe-se dos seguintes capítulos:

1º *Da Introdução*. Tomo 4º, pág. 357; tomo 5º, pág. 21.

2º *Da Nacionalidade*. Tomo 6º, pág. 298; tomo 7º, págs. 105, 153, 201, 286.

3º *Da Inspiração*. É o que publicamos agora.

4º *Da Originalidade*. Tomo 9º, págs. 160 e 193.

Livro 2º *Século 1º (1500)*. Compõe-se dos seguintes capítulos:

1º *Da Tendência dos Selvagens Para a Poesia*. Tomo 2º, pág. 243; tomo 3º, pág. 5; tomo 4º, pág. 271.

2º *Da Catequese e Instrução dos Selvagens Pelos Jesuítas*. Tomo 3º, pág. 287.

3º *Da Língua Portuguesa*. Inédito.

4º *Da Literatura Portuguesa*. Inédito.

Livro 3º *Século 2º (1600)*

Livro 4º *Século 3º (1700)*

Livro 5º *Século 4º (1800)*

} Estão ainda inéditos.

(Nota da Redação [da *Revista Popular*].)

como Augusto e Mecenas. Hipócrates, que os precedeu, apresenta a justa apreciação conciliando estas opostas opiniões na sua obra *De Aere, Aquis et Locis*, pelo que o digno Santiago Nunes Ribeiro decidiu-se a adotá-la como a verdadeira.²

Em relação ao nosso país, isto é, se o Brasil pode inspirar a imaginação de seus poetas, tem sido esta questão o objeto das reflexões de literatos estrangeiros de reconhecido mérito, e que altamente simpatizam com a nossa pátria, e por nacionais que se interessam pelas nossas coisas; e a sua demonstração fácil e persuasiva se apresenta ante o espetáculo pomposo que oferece a natureza sob esses céus, por esses mares e nessas localidades que encantaram a Pedro Álvares Cabral e a seus companheiros. Todos eles se acharam possuídos desse entusiasmo que brilha em suas descrições; todos eles, como se colhe de Caminha, escreveram ao rei, a quem a fortuna acumulava de favores, pintando as excelências do país que descobriam e as cenas aprazíveis, belas ou assombrosas da natureza virgem e luxuriante do Novo Mundo, que se desenrolavam a seus olhos como novo paraíso! O ilustre sábio do nosso século, Alexander von Humboldt, que averiguou com a profundidade

² “Hipócrates, Buffon e Montesquieu, escrevia o ilustrado Santiago Nunes Ribeiro, procuraram demonstrar essa influência. Voltaire a dá por nula, e para prová-lo diz que o céu da Grécia ainda é tão formoso e puro, o da Itália tão brilhante e azulado, como nos tempos de Homero e de Virgílio, mas que sob o primeiro vegeta um povo escravo e que no Capitólio habitam frades barbadinhos. Já se vê que ele quer dizer – a ignorância mais crassa, – os homens mais inúteis que o sol cobre, pois este sábio autor de tantas obras históricas não sabia ou de má-fé não confessava o muito que a civilização deve às ordens religiosas. Na sua *Henriqueida* a pompa da epopéia o obriga a pôr de parte o sarcasmo e o ridículo, para encarar o aspecto solene do sacerdócio sentado sobre as ruínas da senhora das nações:

Padres venturosos

Ufanos pisam com serena planta
Os sacros túmulos dos Catões famosos,
E dos Emílios sombra ilustre e santa;
O trono sobre as asas se alevanta,
E as próprias mãos que o cetro hão empunhado
Sustentam o turbílo sagrado.

Mas íamos fugindo da questão dos climas para termos o gosto de citar alguns versos da *Henriqueida* de Voltaire, não dos enfadonhos, que nela abundam; tornemos, pois, à matéria, e, para não deixar incivilmente o filósofo de Ferney, vejamos o que ele diz a Lamonosow (não temos bem presente se a este ou a Sowmarocow, outro poeta russo, não menos célebre) sobre o clima, isto é, sumariamente, que as artes florescem em toda e qualquer latitude sempre que são protegidas por Augusto e Mecenas. Montesquieu, pelo contrário, exagera a influência das temperaturas, a ponto de a considerar mais forte que as leis, usanças, costumes e religião. Entre estas duas opiniões extremas demora a verdadeira, já emitida por Hipócrates no seu livro *De Aere, Aquis et Locis*.” *Min. Brasil. n.1 do 1º de novembro de 1843. (N. do A.)* [O trecho citado do ensaio “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira” vem, na *Minerva Brasiliense*, às páginas 9-10; na edição de Afrânio Coutinho (*Caminhos do Pensamento Crítico*, 1980, v.1, p.42-73), às páginas 46-47.]

de seus conhecimentos a força do reflexo do mundo sobre a imaginação do homem, bem deixa ver em suas eruditas pesquisas sobre o sentimento da natureza, segundo a diferença das raças e dos tempos, toda a importância dos países americanos quando vieram pelo seu descobrimento a concorrer com o contingente de magníficas imagens.

“Pela primeira vez (diz o ilustre autor do *Cosmos*) o mundo dos trópicos apresentou aos europeus a magnificência de suas planícies fecundas, todas as variedades da vida orgânica graduadas sobre o declive das cordilheiras, sob o aspecto do clima do Norte, que parece refletir-se nas esplanadas do México, da Nova Granada e de Quito. A imaginação, sem cujo prestígio não é possível existir obra humana verdadeiramente grande, outorga um atrativo singular às descrições de Colombo e de Vespúcio. Este último provou, descrevendo as costas do Brasil, o conhecimento exato que possuía dos antigos e modernos poetas. As descrições do outro, quando pinta o doce céu de Pavia e o vasto rio do Orinoco, que deve ter a sua cabeceira, segundo o seu pensar, no paraíso, sem que por isso mude de lugar, estão cheias de um sentimento grave e religioso. À medida que cresce em anos, e que tem que lutar com injustas perseguições, degenera-se-lhe essa disposição em melancolia, degenera-se-lhe em exaltação quimérica.

Nessas épocas heróicas de sua história não foram os portugueses e castelhanos unicamente guiados pela avidez do ouro, como por falta de melhor compreensão da tendência desses tempos se tem suposto. Havia um não-sei-quê que se apoderava de todos, e os levava a empreender essas expedições longínquas, forçando-os a correr os seus azares. Os nomes de Haiti, de Cubagua, de Darién, seduziam as imaginações no começo do século XVI, como depois [das]³ viagens de Anson e de Cook os nomes de [Tinian]⁴ e de [Taiti].⁵ Bastava o desejo de ver países

³ No texto: “as”.

⁴ No texto: “Teniam”. Tinian é uma ilha do arquipélago das Marianas, no extremo oeste do Oceano Pacífico. Essa ilha está intimamente associada ao nome do Almirante George Anson, porque foi a ela que ele chegou, justamente a tempo de salvar a si mesmo e aos seus tripulantes, após penosa travessia do Oceano Pacífico. George Anson (1697-1762), almirante inglês, tornou-se muito conhecido por sua viagem ao redor do mundo no *Centurion*, entre 1740 e 1744. Sua viagem foi muito atribulada, tendo retornado, dos seis navios que partiram, apenas a nau capitânia. A *Relação* da viagem foi feita pelo capitão de Anson, Richard Walter, e foi publicada em 1748.

⁵ No texto: “Otaihiti”. O Taiti associa-se fortemente ao nome do Capitão Cook, porque ele foi designado pela *Royal Society* de Londres para observar, naquele local, a passagem de Vênus pelo sol. Essa viagem foi a participação inglesa no esforço internacional que então se fazia para a determinação da distância entre a terra e o sol. Na época, o cálculo fracassou. James Cook (Marton, Yorkshire, 1728 - Havaí, 1779), navegador inglês, foi explorador dos oceanos Pacífico e Antártico. É considerado o primeiro realizador de viagens verdadeiramente científicas.

longínquos para arrastar a mocidade da península espanhola, de Flandres, de Milão, do sul da Alemanha, à cadeia dos Andes e às planícies abrasadas de Uraba e de Coro, sob a bandeira vitoriosa de Carlos V. Depois, quando se adoçaram os costumes, e que se patentearam [uma] a uma⁶ todas as partes do mundo, tomou essa curiosidade, entretida por outras coisas, nova direção. Apaixonaram-se os ânimos pelo amor da natureza, cujo exemplo ministraram os povos do Norte. Ao mesmo tempo que o círculo da observação científica se dilatava, elevavam-se as vistas. A tendência sentimental e poética, que já então dominava no mais íntimo dos corações, adquiriu no fim do século XV uma forma mais firme, e deu origem a obras literárias desconhecidas em tempos anteriores.

Se levarmos ainda uma vista d'olhos pela época dos grandes descobrimentos que prepararam o trabalho novo dos espíritos, veremos que serão ainda as descrições da natureza, que o próprio Colombo nos deixara, que primeiramente se nos apresentarão. Há bem pouco tempo que conhecemos o *Diário* de sua viagem marítima, suas cartas ao tesoureiro Sánchez, à ama do infante D. Juan, Juanna de la Torre e à Rainha Isabel, e já na obra *Exame Crítico da História da Geografia nos Séculos XV e XVI* procurei mostrar que profundo sentimento da natureza animava o grande viajante, que nobreza, que simplicidade de expressão ressalta da descrição que fez da vida, da terra e [d]o céu, desconhecida até então, que se descortinava a seus olhos ("*viaje nuevo al nuevo cielo y mundo que hasta entonces estaba en oculto*"); cujas pinturas só podem apreciar os que bem compreendem toda essa energia da velha linguagem espanhola.

A fisionomia característica das plantas, a espessura impenetrável das florestas, nas quais mal é dado saber a que tronco pertencem as flores e as folhas, a bravia abundância das plantas que cobrem as margens alagadiças, os pássaros aquáticos, que ocupados em pescar desde o alvorecer do dia, animam as fozes dos rios, atraem a atenção do velho marítimo, enquanto percorre o litoral de Cuba, entre as pequenas ilhas Lucayas e os Jardinillos, que eu por mim próprio visitei. Cada novo país que descobria lhe parecia ainda mais belo do que aquele que precedentemente descrevera. Lastima a falta de expressões que melhor pintem as sensações que experimenta a cada instante; estranho de todo em todo à botânica, se bem que um tal ou qual

⁶ No texto, "á uma", tanto na *Revista Brasileira* como na *Revista Popular*.

conhecimento superficial dos vegetais já a esse tempo vogasse pela Europa, graças à influência dos médicos árabes e judaicos, o simples sentimento da natureza o levava a observar atentamente tudo quanto lhe oferecia um aspecto estranho. Em Cuba distinguiu ele sete ou oito espécies de palmeiras, mais belas e altas que as que produzem as tâmaras ("*variedades de palmas superiores a las nuestras en su belleza y altura*"). Ao seu amigo Argliera comunica que se maravilhara de ver no mesmo sítio palmeiras e pinheiros ("*palmeta et pineta*") grupados, e entremeados uns aos outros. Examina os vegetais com vistas tão penetrantes que foi o primeiro que sobre as montanhas de [Cibao]⁷ notou pinheiros que, em vez dos frutos ordinários, produzem bagas semelhantes às oliveiras de [Aljarafe]⁸ de Sevilha. Assim Colombo, como já disse, distinguira à primeira vista o gênero *podo carpus* na família das *aliétinées*.

'O encanto desse novo país (diz o grande navegador) excede em muito ao das campinas de Córdoba. Brilham as árvores com as suas folhas sempre verdes, e mostram-se eternamente carregadas de frutos; altas e floridas terras cobrem a superfície do solo; o ar é quente como em Castela durante o mês de abril; o rouxinol canta com uma doçura que impossível seria descrevê-lo; pela noite, outros pássaros mais pequenos cantam por seu turno; ouço igualmente o zunido dos grilos e as vozes das rãs. Cheguei-me um dia a uma baía profunda, contornada por todos os lados, e vi aí o que jamais viu alguém neste mundo. Do alto de uma montanha rolava e despedaçava-se uma cascata formosíssima; era a montanha coberta de pinheiros e de outras árvores de formas diversas, ornadas todas das mais belas flores. Subindo o rio, que se lançava na baía, não pude deixar de admirar a frescura das sombras, a transparência das águas, o número dos pássaros que cantavam. Parecia-me que jamais poderia abandonar tal sítio, que nem mil línguas saberão descrevê-lo, e menos ainda minha mão, que está encantada!'

Vê-se aqui, pelo *Diário* de um homem desdotado de toda a cultura literária, que poder não exercem sobre uma alma sensível as belezas características da natureza! A emoção enobrece a língua. Os escritos do Almirante, sobretudo quando, já na idade de 67 anos, empreendeu a sua quarta viagem, e narra a sua maravilhosa visão sobre as costas de Veragua, são, se não mais castigados, pelo menos mais

⁷ No texto: "Cibau". Cibao: maciço montanhoso das Antilhas, fica no Haiti.

⁸ No texto: "*axarafe*".

interessantes que o romance pastoral de Boccaccio, as duas *Arcádias* de Sannazaro e de Sidney, o *Salicio y Nemoroso* de Garcilaso, ou a *Diana* de Jorge de Montemayor. O gênero elegíaco e bucólico reinou desgraçadamente por muito tempo na literatura italiana e espanhola. Era necessário o interesse surpreendedor, que Cervantes lançou nas aventuras do herói de la Mancha, para fazer esquecer a *Galatéia* do mesmo escritor. O romance pastoril, que bem merecia ser relevado pela perfeição da linguagem e delicadeza dos sentimentos, é condenado pela sua própria natureza a ser frio e lânguido como as sutilezas alegóricas, em voga entre os poetas da Idade Média. Para que uma descrição respire a verdade é preciso que seja calculada sobre objetos existentes; também tem-se querido ver nas mais belas estâncias da *Jerusalém Libertada* os traços da impressão que sobre o poeta produziu a natureza pitoresca que o cercava, e uma lembrança saudosa do gracioso vale de Sorrento.

Tal caráter de verdade, nascido de uma observação imediata e pessoal, brilha em todo o seu esplendor na grande epopéia nacional dos portugueses. Sente-se flutuar como um perfume das flores do [Indo]⁹ através desse poema escrito sob o céu dos trópicos, na gruta de Macau e nas ilhas Molucas. Sem que me demore a discutir a opinião arriscada de Friedrich Schlegel, segundo a qual os *Lusíadas* de Camões suplantariam com grande vantagem o poema de Ariosto pelo esplendor e riqueza de imaginação, afirmarei todavia, como observador da natureza, que nos lugares descritivos dos *Lusíadas* jamais o entusiasmo do poeta, o encanto de seus versos e os doces acentos de sua melancolia alteram em coisa alguma a verdade dos fenômenos; a arte, tornando as impressões mais vivas, associou-se antes à grandeza e à fidelidade das imagens, como acontece as mais das vezes que ela se dirige a uma origem pura. Camões é inimitável quando pinta a mudança perpétua que se opera entre o ar e o mar, as harmonias que reinam na forma das nuvens, suas transformações sucessivas, e os diversos estados por que passa a superfície do oceano. Primeiramente ele a mostra sulcada por um ligeiro sopro de vento; as vagas, apenas empoladas, brilham agitando-se aos raios da luz que se refletem nelas; outras vezes são os navios de Coelho e de Paulo da Gama, que, assaltados por terrível tempestade, lutam contra todos os elementos desencadeados. É ele, no sentido mais amplo da expressão, grande pintor marítimo, que guerreou junto às abas do

⁹ No texto da *Revista Popular*: "indio". Corrigimos o texto, com base na versão publicada na *Revista Brasileira*.

Atlas, no império de Marrocos, que combateu no mar Vermelho e no golfo Persa, que dobrou por duas vezes o cabo da Boa Esperança, e que durante dezesseis anos, penetrado de um profundo amor pela natureza, perscrutou atenciosamente nas praias da Índia e da China todos os fenômenos do oceano. Descreveu o fogo elétrico de Santelmo, que os antigos personificaram sob os nomes de Castor e de Pólux, e que ele chama o lume vivo, que a gente marítima tem por santo; ele mostra a formação sucessiva das trombas ameaçadoras, e como as nuvens ligeiras se condensam em um vapor espesso, que rola em espiral e desce como uma coluna, que sorve avidamente as águas do mar; como essa nuvem sombria, depois de se ter saturado, recolhe a si o pé que tem no mar, e, fugindo para o céu, torna em água doce as ondas que lhe tomara. Quanto à explicação desses mistérios maravilhosos da natureza, deixa-a o poeta, cujas palavras parecem ser ainda a crítica dos tempos de agora, aos escritores de profissão, que, altivos de seu espírito e sua ciência, desdenham as narrações colhidas da boca dos navegadores sem outro guia que a experiência.

Não é Camões unicamente grande pintor na descrição dos fenômenos isolados; avanteja-se também quando abraça as grandes massas de uma só vista d'olhos. O terceiro canto reproduz em alguns traços a configuração da Europa, desde os mais frios sítios do Norte até ao reino da Lusitânia, e ao estreito onde Hércules pôs termo a seus trabalhos. Por toda a parte alude aos costumes e à civilização dos povos que habitam esta parte do mundo, tão ricamente articulada. Da Prússia, da Moscóvia e dos países que lava o frio Reno, passa rapidamente às terras deliciosas da Grécia, que criaram os peitos eloqüentes. No décimo canto o horizonte se engrandece ainda mais. Tétis conduz o Gama a uma alta montanha para lhe patentear os segredos da estrutura do mundo e o curso dos planetas, segundo o sistema de Ptolomeu. É uma visão no estilo de Dante; e, como a terra é o centro de tudo o que se move com ela, o poeta se aproveita para expor o que então se sabia dos países recentemente reconhecidos e de suas diversas produções. Não se limita, como no terceiro canto, a representar a Europa; passa em revista todas as partes da terra, sem excetuar a própria terra de Santa Cruz, o Brasil, e as costas descobertas por Magalhães, 'esse filho infiel da Lusitânia, que renegou de sua mãe.'

Louvando a pintura marítima de Camões, quis mostrar que as cenas da natureza terrestre o impressionaram menos que as marítimas. Já Sismondi notara que nada havia em seu poema que testemunhasse ter ele jamais contemplado a vegetação tropical e suas formas caracterís-

ticas. Fala apenas das especiarias e produções de que se aproveitava o comércio. O episódio da ilha encantada oferece por sem dúvida a mais graciosa de todas as paisagens; mas a decoração não se compõe, como convém a uma ilha de Vênus, senão de mirtos, de limoeiros, de romeiras e outros arbustos odoríferos, todos próprios do clima da Europa meridional. Cristóvão Colombo, o maior dos navegantes de seu tempo, sabia melhor gozar das florestas que bordam as costas e dar mais atenção à fisionomia das plantas; mas Colombo escreveu um *Diário* de viagem, e traçou as vivas impressões de cada dia, enquanto que a epopéia de Camões celebra a façanha dos portugueses. O poeta, habituado aos sons harmoniosos, não se decidira a pedir à língua dos indígenas nomes bárbaros, para fazer entrar as plantas exóticas na descrição de uma paisagem que, além disso, não era mais do que o fundo do painel em frente do qual figuravam as suas personagens.

Tem-se constantemente aproximado da figura cavalleiresca de Camões a figura não menos romântica de um guerreiro espanhol, Alonso de Ercilla, que serviu no reinado de Carlos V, no Peru e no Chile, e sob essas latitudes longínquas cantou as ações em que ele próprio tinha tomado parte gloriosa. Mas nada indica na sua *Araucana* que ele observasse de perto a natureza. Os vulcões cobertos de neve eterna; os vales abrasados, não obstante a sombra das florestas; os braços de mar que avançam pela terra adentro, nada lhe inspiraram de poético. O excessivo elogio que Cervantes teceu a Ercilla, quando passou divertidamente em revista a biblioteca de D. Quixote, só se poderá explicar pela ardente rivalidade que existia então entre a poesia espanhola e a poesia italiana; e foi sem dúvida desse juízo que se iludiu Voltaire, como outros muitos críticos modernos. É sem dúvida a *Araucana* um livro que respira nobre sentimento nacional; os costumes do povo selvagem, que combate pela liberdade, são nele descritos de uma maneira ardente; mas a dicção de Ercilla é lânguida, sobrecarregada de nomes próprios, sem um só laivo de entusiasmo poético.

Os descobrimentos de Colombo, de Vasco da Gama e de Álvares Cabral (continua o ilustre Humboldt) no centro da América, na Ásia meridional e no Brasil; a extensão dada ao comércio de especiarias e de substâncias medicinais, que faziam com as Índias os espanhóis, os portugueses, os italianos e os neerlandeses; o estabelecimento de jardins botânicos fundados em Pisa, em Pádua, em Boulogne, de 1544 a 1568, sem todavia o útil acessório das estufas, todas essas coisas reunidas familiarizaram os pintores com as formas maravilhosas de grande número de produções exóticas, e até lhes deram uma idéia do

mundo tropical. Jan Bruegel, que começou a tornar-se célebre pelos fins do século XVI, representou com verossimilhança encantadora ramos, flores e frutos de árvores estranhas à Europa. Mas só depois do meado do século XVII em diante é que veio-se a possuir paisagens pintadas pelo artista sobre os próprios lugares, e que reproduzem o caráter próprio da zona tórrida. O mérito de tal inovação pertence, como nolo dá Wagener a conhecer, a Frans Post, de Haarlem, que acompanhou Maurício de Nassau ao Brasil, quando este príncipe, tão curioso pelas produções tropicais, foi nomeado pela Holanda governador das províncias conquistadas aos portugueses (1637 a 1644). Muitos anos levou Post em seus estudos da natureza sobre o cabo de Santo Agostinho, na baía de Todos os Santos, sobre as margens do rio S. Francisco, e nos países regados pelo curso inferior do rio Amazonas. Desses estudos são uns paisagens acabadas, outros foram gravados por Post de um modo original. A essa mesma época pertence o quadro a óleo de Eckhout, composição muito notável, conservada em Dinamarca, na galeria do belo castelo de Frederiksborg. Eckhout se achou também em 1641 sobre as costas do Brasil com o Príncipe Maurício de Nassau. As palmeiras e paisagens, as bananeiras e [as helicônias],¹⁰ são representadas nessa paisagem sob traços característicos, como também pássaros de brilhante plumagem e pequenos quadrúpedes particulares a esse país.”¹¹

“A escola histórica de Hegel (escrevia assim Santiago Nunes Ribeiro) tem posto a questão dos climas em sua verdadeira luz, com a superioridade de vistas que o distingue. As influências que ela chama exteriores, o clima, as raças, são outras tantas fatalidades naturais, com as quais a humanidade travou a luta que os séculos contemplam. O progressivo triunfo, a emancipação da liberdade, do eu, é o resultado que ela nos vai dando. Assim é que a educação moral e religiosa pode nulificar os efeitos da ação das fatalidades físicas de um clima, por exemplo, que em nós desenvolva os apetites sensuais. Cumpre, porém, notar que a mesma educação, a moral bem entendida e, mais que tudo, a religião, favoneiam o desenvolvimento legítimo das nossas faculdades, ou corpóreas ou anímicas, e longe, portanto, estão de contrariar as influências salutíferas de um céu benigno, de uma terra fértil e pitoresca, abrilhantada e aquecida por um sol vivificante, refrigerada pelas virações suaves, por manhãs orvalhosas, e nuvens que em pura chuva se desatam; de uma destas plagas admiráveis, que falam à imaginação e ao sentimento

¹⁰ No texto: “os helicônios”.

¹¹ *Cosmos*. (N. do A.)

pela magnificência dos rios caudais e oceanos que as circundam, pelas correntes que as banham, pelo alcantilado de suas montanhas, pelas florestas misteriosas, por mil aspectos enfim, belos, sublimes e graciosos. E a que outra, senão ao Brasil, podem competir as grandiosidades e primor que em morte-cor pintamos, fitando apenas alguns pontos desse que nos oferece imenso e animado panorama? Sim, o belo fenomenal se mostra com a maior pompa neste solo afortunado; e não poucos artistas brasileiros e estrangeiros beberam nele inspiração mais pura, a inspiração criadora de obras excelentes, revestida de vivas cores, de donosas formas, idealizadas nas harmonias da arte musical e poética.”¹²

“Tão geralmente conhecida é esta verdade (ajunta o Sr. D. J. G. de Magalhães) que nós a passamos como um princípio, e cremos inútil insistir em demonstrá-la com argumentos e fatos por tantos naturalistas e filósofos apresentados. Aí estão Buffon e Montesquieu, que assaz o demonstram. Ainda hoje poetas europeus vão beber no Oriente as suas mais belas inspirações. Byron, Chateaubriand e Lamartine sobre seus túmulos meditaram. Ainda hoje se admira o tão celebrado céu da Grécia, o céu que inspirara a Homero e a Píndaro [, e o céu que inspirara Virgílio e Horácio. Nós vimos]¹³ o céu que cobre as ruínas do Capitólio e as do Coliseu; sim, ele é belo; mas oh! que o do Brasil não lhe cede em beleza! Falem por nós todos os viajores, que, por estrangeiros, de suspeitos não serão taxados. Sem dúvida fazem eles justiça, e o coração do brasileiro, não tendo muito de ensoberbar-se quanto aos produtos das humanas fadigas, que só com o tempo se adquirem, enche-se e palpita de satisfação vendo as sublimes páginas de Langsdorff, Neuwied, Spix, von Martius, Saint-Hilaire, Debret, e uma multidão de outros viajores, que as belezas de sua pátria conhecidas fizeram à Europa.

Este imenso e rico país da América, debaixo do mais belo céu situado, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos de ouro e pedras preciosas rolam suas águas caudalosas; este vasto terreno, revestido de eternas matas, onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores, que em chuveiros se despençam dos verdes dosséis pelo entrelaçamento formado dos ramos de mil espécies; estes desertos remansos, onde se anuncia a vida por essa voz solitária da cascata que se despenha, por este doce murmúrio das auras que se embalançam nas folhas das palmeiras, por esta harmonia grave e melancólica das aves e dos quadrúpedes; este vasto éden, separado por

¹² *Nacionalidade da Lit. Bras. Mtn. Brasil. v.I, pág. 9.* (N. do A.) [*Minerva Brasiliense*, 1843, v.1, n.1 p.10; *Caminhos do Pensamento Crítico*, 1980, v.1, p.47-48.]

¹³ O trecho entre colchetes foi acrescentado com base na versão publicada na *Revista Brasileira*.

enormíssimas montanhas, sempre esmaltadas de verdura, em cujo tope colocado se crê o homem no espaço mais chegado ao céu que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnovelar-se as nuvens, roncar as tormentas e disparar o raio; com tão felizes disposições da natureza, o Brasil necessariamente inspirar devera seus primeiros habitantes; os brasileiros músicos e poetas nascer deviam. Quem o duvida? – Eles o foram; eles ainda hoje o são.”¹⁴

Do que dito havemos concluimos que à poesia não se opõe o país, antes pela sua disposição física muito favoneia o desenvolvimento intelectual.

“O Brasil, debaixo de um céu benigno e ameno (acrescenta o digno Visconde de S. Leopoldo), emplada a terra de cordilheiras de montes de conformação variada, ora coroados de picos escavados, que rompem as nuvens, ora acapelados de matas cerradas, jorrando de seu seio estrondosas cascatas, contrasta este terrível majestoso com a macia verdura dos vales cultivados; mesmo em nossas províncias de planícies os campos dobrados representam as ondas do oceano de repente paradas. Aqui tudo ri ou assusta. Tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia. Colocado o Brasil no ponto geográfico o mais vantajoso para o comércio do universo, com portos boníssimos sobre o oceano, grandes lagos ou mares mediterrâneos, rios navegáveis, ou com proporções de o serem por centenares de léguas, a agricultura e a indústria em emulação atrairão a concurso as nações cultas e polidas, que, a par dos lucros do comércio, nos trarão civilização; o estrangeiro, ávido de ciências, virá neste solo virgem estudar a natureza e embeber-se de inspirações, com preferência a essas romagens que se nos referem, à Suíça, só com o fito de alimentar a vida íntima e intelectual, ao aspecto dos despenhadeiros dos Alpes. Vulgares invejosos não viram em nossos jovens mais que uma efêmera imaginação ardente, influência do clima, quando nada menos era que os vislumbres rápidos e frisantes do talento. Tudo enfim pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo.”¹⁵

¹⁴ Nesse ponto do texto termina a citação de Gonçalves de Magalhães, mas Joaquim Norberto só fecha as aspas ao final do parágrafo seguinte, onde há remissão à seguinte nota de rodapé: “*Estudo Prel. Sobre a Hist. da Lit. do Bras. Niterói, Rev. Brasil., v.I, pág. 153.*” (N. do A.)

¹⁵ *Programa Histórico. Vide Revista Trim. do Instit. Hist. e Geogr. Bras. t.I, pág. 77 da 2ª edição.* (N. do A.)

“E que espetáculo (pondera também o Sr. Ferdinand Denis), e que espetáculo! Como deixar de admirá-lo! Nas ribanceiras do mar, no seio de suas profundas baías, onde as ondas mansamente expiram, as mais das vezes balançam-se docemente os coqueiros, ou a ipoméia tapiza as áridas areias das praias; lá o mangue forma seus labirintos de verdura, e à vista dessas ilhas longínquas, dessas florestas viridantes, dessas úmidas praias, dessas férteis colinas, que se desenrolam aos olhares, vem à imaginação a idéia do mais pacífico abrigo e de uma solidão sem turbção. Às vezes a brisa marítima se impregna de odores da terra, e, se uma fresca aragem agita os jardins de laranjeiras, derrama para logo na atmosfera delicado perfume que embriaga o olfato, foge agora, agora volta, e depois desaparece no espaço. Sob clima tão delicioso reuniu-se tudo para encantar, e apenas o tempo da seca interrompe por alguns meses a beleza da paisagem. No interior, porém, sobre as margens desses rios imensos que inundam o país, uma umidade benéfica entretém quase que sem interrupção a pompa vegetal. Nessa grandeza da natureza, nessa desordem de suas produções, nessa fertilidade bravia que se ostenta a par e passo da arte, nessa esperança que dá a abundância da terra, ao mugido das florestas primitivas, ao arruído das cascatas, que se despenham de rochedos em rochedos, ao bramido dos animais selvagens, que parecem desafiar o homem no império de seus desertos, uma nova energia se apodera do pensamento dos brasileiros; e tanto é isso assim, que o viajante se sente naturalmente disposto a fazer ressoar as florestas de seus cantos, e maravilhosas narrações dos tempos dos descobrimentos encantam o rancho das bandeiras.”¹⁶

“Ah! É no Novo Mundo, exclamam os Srs. Gavet e Boucher, que o poeta pode estudar a sua arte; é lá que deve brotar por demais forte e superior o seu pensamento criador; aí se encontra o gracioso ao lado do sombrio e do horrível; em face de um painel palpitando de vida, imenso, majestoso e radiante de poesia, cercam-no, eletrizam-no, atormentam-no grandes lembranças de todos os gêneros, que acabam por abalá-lo profundamente, por arrancar-lhe lágrimas e por inspirar-lhe cantos que não perecem, cantos sublimes! Estremeça de alegria o gênio! Faça ele ressoar as cordas de uma nova lira em o Novo Mundo!

Nada de gasto, nada que sinta a lima européia, deve ser ouvido no país das maravilhas, onde tudo é novo, onde corre uma seiva de

¹⁶ *Res. de l'Hist. Lit. du Brés. Ch.I. pág. 522.* (N. do A.) [Este trecho vem, na tradução de Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978), às páginas 38-39.]

fogo, onde o pensamento se eleva e se engrandece, livre, virgem, natural e belo. Assemelhar-se-á a América ao nosso continente? A poesia que ela revela deve parecer-se com a poesia que se aprende nos livros? Não; bastante forte é ela para ser aplicável a tudo, e indistintamente a tudo, como aquela de que se acham as regras fixas e reproduzidas há séculos. Lá, onde tudo se mostra cintilante de sublimes belezas, radiante das mais vivas cores; lá, onde montanhas gigantescas se alevantam escarpadas, ásperas, terríveis, sobre abismos, cujos flancos tenebrosos encobrem águas que se não vêem, mas que se ouvem rugir entre rochedos, e donde parece que saem vozes que fazem estremecer; lá, onde as florestas curvam-se sobre florestas, onde os lagos se despenham em lagos, onde cascatas ressaltam sobre cascatas; lá, por certo que para exprimir o que se sente, para pintar o que se vê, não é preciso constranger o pensamento; necessita-se de pincel largo, empreendedor, novo, audaz, de toque vigoroso, verdadeiro. Se não tendes aí a vossa palheta, se imitais os homens ali, onde não há outra imitação a seguir senão a da natureza, frio copista, o deserto vos repele; nem é por vós que ele se reveste de magnificências, e que exala suaves odores; não. Aí, onde o machado de vossos povos civilizados impede continuamente a vegetação de velhos troncos sobre as margens das torrentes, jamais pudestes compreender o que é uma floresta; jamais pudestes compreender o que é uma taba (*butte*) de selvagens, no meio dessa floresta que nada vos inspira; ide buscar uma alma, e tornai depois, para perder-vos em labirintos frescos e verdes. Vede: tudo quanto tocou o vosso hálito, tudo quanto saiu de vossas mãos depois de um penoso trabalho, é seco, inanimado, vazio de interesse, falto de idéia; não queremos um cadáver onde tudo está cheio de mocidade e de vida. Diferençai os homens, as coisas, os lugares; não vos inspire a América como a França ou a Itália. Oh! diga-vos alguma coisa de mais esta bela América, com suas longas madeixas de florestas virgens, com suas tribos selvagens, que a espada européia golpeou lentamente, com suas massas de rochedos suspensas sobre os abismos, com seus mil perfumes, com seus rios, com seus maciços, com seus grandes tapetes de verdura, de púrpura e de ouro, com as maravilhas de um solo que produziu e que devorou cem nações que chamamos bárbaras, cuja coragem, porém, nos espantará sempre, cujas desgraças serão deploradas por nós, e cujo extermínio aparecerá odioso ante as idades que aí vêm, como uma velha vergonha da Europa.

Não é nessa terra, tão fecunda para o gênio, que a inspiração se apodera do coração do poeta, agitando-o e tirando dele sons que jamais

se ouviram? Não é aí que o grande livro da natureza se abre deslumbrante e se desenrola página a página aos pés do Eterno?"¹⁷

"Ah! e que belo país não é o Brasil (declarava ainda não há muitos anos o Barão d'Arcet, esse talento, como dizia um dos nossos escritores,¹⁸ queimado em flor como a inocente mariposa), ah! e que belo país não é o Brasil! Parece incrível o que tem a sua natureza de poder, de força e de vigor; tudo aí brota, tudo aí cresce; é uma vegetação perpétua, deslumbrante.

Ao chegar a esse país, e primeiro que se examine o que sejam os homens, o que têm feito por si, como que se fica detido na contemplação de sua admirável natureza. Ah! o céu oferece um belo espetáculo aos pobres, assaz ricos em poderem-no ver e compreendê-lo! Que orquestras poderão jamais valer essas harmonias? Que pompas poderão nunca rivalizar com tais maravilhas?! Tudo é grande, tudo é belo quando se recebe das mãos da natureza, e tudo quanto ela vai produzindo! Um inseto, uma folha, podem ser considerados de face ou de perfil; tudo tem seu lado poético até aos olhos do botânico e do químico. Acreditem! A ciência nos arrefece esses ardores do pensamento, que fazem delirar; é ela assaz fértil para nada materializar; vivifica, e nada esteriliza. Toda a sabedoria está em não chegar senão aos limites do incompreensível, e de lá ao incógnito nada mais pode fazer que admirar e calar!...

Sob o melhor céu do mundo, encanta ainda um mar sem igual, e muito mais belo do que os da Itália, da Grécia e do Egito. Reúna-se a isso flores e frutos sem número; pássaros e insetos, como diamantes com asas; um sol ardente, na verdade, mas também uma viração que vem quotidianamente, ao meio-dia, para suavizá-la; uma viração com a qual se conta, que é quase um direito; enfim, a salubridade do clima; e convir-se-á que é preciso ser, como dizia Montaigne, assaz estropeado de espírito, e, di-lo-ei eu, de coração, para não amar o Brasil."¹⁹

¹⁷ *Jakare-Ouassou ou les Tupinambas, Chronique Brésilienne. Paris, 1 vol. in 4. 1830. Préface, pág. 8.* (N. do A.) [A *Revista da Sociedade Filomática*, em seu nº 3, relativo a agosto de 1833, publicou todo o prefácio. A tradução do trecho aqui citado deve ser de Joaquim Norberto; ela não é a mesma que foi publicada pela *Revista da Sociedade Filomática*. Nessa revista, os editores, que traduziram o texto, assim justificam sua publicação, em nota de rodapé, à página 92: "Atrevemo-nos a traduzir (contra o nosso projeto) este prefácio de um excelente romance, para darmos idéia do que acerca do nosso país pensam os europeus sensíveis e entusiastas de nosso solo formoso e virgem." Quanto ao romance, não temos notícia de que ele tenha sido traduzido para o português.]

¹⁸ João Vicente Martins. *Gabriela Envenenada ou a Mão da Providência. Rom. cont. vol. I., pág. 15, §10.* (N. do A.) [João Vicente Martins (Lisboa, 1810 - Rio de Janeiro, 1854): romancista e biógrafo, diplomado em Medicina. Escreveu *Horas Vagas de João Vicente Martins, Consagrada à Imperial Sociedade Amante da Instrução*, 1846 (biografia); *Gabriela Envenenada*, 1847 (romance).]

¹⁹ Extratos de suas impressões de viagem publicadas no *Journal des Débats* de 13 de out. de 1846. (N. do A.)

“Os brasileiros (exprime-se assim o Sr. Juan Valera) possuem um inexaurível manancial de poesia nessa natureza virgem que os rodeia, repleta de belos e magníficos objetos que até ao presente não têm sido descritos; por toda a parte lhes cercam mil novas imagens com que possam revestir seus pensamentos, e mil novas inspirações não sentidas pelos poetas da Europa. É certo que a história de sua conquista não é tão romanesca como a do Peru ou do México; nem tem, como estes dois países, tradições tão maravilhosas, nem mitologia tão variada. Não há lembrança, nem consta de suas crônicas que jamais existisse no Brasil uma tal ou qual civilização indígena, como essa dos incas ou a dos astecas; nem muito menos ainda uma civilização mais antiga, como a que contou o México antes da invasão dos astecas, e de que falam por si mesmas soberbas e ciclópicas ruínas. Não faltam, todavia, tradições bráslicas nem legendas de que se pode apoderar a poesia, e das quais com efeito se vão servindo já os poetas contemporâneos.”²⁰

“Esses aspectos tão variados da natureza brasileira, expõe o Sr. Dabadie, contemplados no seio da solidão, ora arrancam gritos de admiração, ora lançam a alma num desses êxtases que transmitem aos artistas a percepção do ideal. A majestade das florestas seculares e os rumores confusos que delas se escapam; as flores parasitas que decoram os troncos das árvores, e os cipós que se enleiam na ramagem; a brisa perfumada que murmura nas folhas e que desprende pela manhã o orvalho da noite; os pássaros tão graciosos que aí acodem, e procuram sombra e frescura logo que se acham fatigados de agitar a sua brilhante plumagem aos raios do sol; os micos que saltam e dançam sobre os troncos; os tigres que rugem ao longe; as serpentes que desenrolam seus anéis pelo ervaçal; as antas e capivaras que se vão lentamente refrescar nos próximos ribeirões; tudo isso encanta e desperta idéias muito mais elevadas, sensações muito mais deliciosas do que as maravilhas de carne ou pedra amontoadas nessas necrópoles que chamamos capitais.”²¹

“Parece (publicava ainda há pouco um escritor argentino), parece que as artes e as ciências buscam os formosos bosques de palmeiras do Brasil, suas montanhas e suas ilhas perfeitamente verdes, para plantarem

²⁰ *De la Poesía del Brasil, parte II, Revista Espanhola de Ambos os Mundos* publicada por Mellado. T.III, ano 2º. Madrid, febrero de 1855, pág. 188. (N. do A.) [Este ensaio de Juan Valera pode ser encontrado no tomo XIX de suas Obras Completas, *Crítica Literária (1854-1856)*, 1927, p.103-104.]

²¹ *Récits et Types Américains. Paris, 1 vol. in 8., 1860. Cap. III, pág. 116.* (N. do A.) [Esse parágrafo não consta da versão deste capítulo publicado na *Revista Brasileira*. F. Dabadie tem duas obras registradas na *Bibliographie Franco-Brésilienne*, de Georges Raeders: *À Travers l'Amérique du Sud*. Paris: Ferdinand Sartorius, 1858, obra que teve segunda edição em 1859; e *Récits et Types Américains*. Paris: F. Sartorius, 1860, obra citada por Joaquim Norberto.]

no meio dos mistérios de uma natureza virgem um romântico pavilhão para seu culto.

Ali tudo convida a essas pacíficas vitórias do espírito humano; e, ao observar-se o vôo majestoso das idéias nessa região afortunada, revive a desmaiada fé sobre os destinos do Novo Mundo. Enfim, um soberano, dotado de uma inteligência tão elevada como seu coração, ostenta no trono e na flor da mocidade o amor filosófico à liberdade e à sabedoria.”²²

Do que fica exposto poderá objetar-se, não obstante a opinião de Humboldt, de Santiago Nunes Ribeiro, de Magalhães, do Visconde de S. Leopoldo, de Ferdinand Denis, de Gavet e Boucher, do Barão d’Arcet, Juan Valera, Dabadie e outros a respeito do nosso país, que para aquele que nasce debaixo de um céu brilhante, cercado de todos os quadros de uma natureza portentosa, vivificado pelas auras perfumadas das flores de seus bosques, que se acostuma desde a infância, que se aveza todos os dias ao espetáculo risonho, ou majestoso dos sítios de seu pátrio ninho, nenhuma influência deve exercer sobre a sua imaginação e sobre o estilo de suas obras – esse clima, – essa configuração de seu solo, – essa fisionomia de seus vegetais, – esse aspecto da natureza risonha ou selvagem de seu país.

Todavia não é o que acontece; a imaginação avigora-se nesse berço imenso, educa-se com o espetáculo que tem ante si, e como o condor, nascido nos píncaros dos Andes, olha e contempla ainda implume a imensidade do espaço, e depois, sem temor, ensaia o ardido vôo; não é o adejo do pássaro que vai como a brisa sem murmúrio pela superfície das águas; não é o vôo da ave que não se atreve a conquistar o grêmio das nuvens; é a balada do gigante dos ares que sacode de suas amplas asas o ronco longínquo do trovão, cujo império atrevido invade, devassa, domina. Ah! bem depressa a inspiração impera em seus cantos imortais; parece que ressoam nos seus versos as águas sonoras das cascatas de suas serranias, e das itapavas²³ de seus rios, o bramido do

²² *A Tribuna de 15 de março de 1855*; periódico de Buenos Aires, artigo: *As Intenções do Brasil*. (N. do A.)

²³ “Dá-se o nome de *Itapava* aos bancos de pedra que atravessam os rios de lado a lado e parecem ser o prolongamento de cordilheiras que se vêem fugindo às duas margens em direção que lhes é comum com tais bancos (arêtes).” CASTELNAU. *Exp. dans l’Amer. du Sud*, t.I, c.XII, pág. 420. O viajante francês escreve sempre *entaipava*. (N. do A.) [Na versão deste capítulo publicada na *Revista Brasileira*, no lugar da palavra “Itapavas” vem “*Igcoaranas*”. *Itapava* é o mesmo que Itaipava: recife de pedra que atravessa um rio de margem a margem, causando o desnivelamento da corrente. O autor citado é Francis de la Porte, Conde de Castelnau (Londres, 1812 - Melbourne, Austrália, 1880), chefe de uma expedição francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 1843 e atravessou o país,

oceano minando as cavernosas penedias de suas praias, o trovão repercutindo-se nas abóbadas abrasadas pelo hálito da tormenta, e ecoando nas quebradas das cordilheiras; o grito imenso, horrendo, roufenho do tufão balouçando-se nas grimpas externas das florestas; parece que se ouvem em suas endechas o gorjeio doce e suave dos pássaros, os soluços da brisa que passa por entre flores; o seu estilo reflete como um espelho o azul de suas serras, o anil de seu céu, a luz de seus diamantes, o brilho de seus astros, o íris de suas flores, o verde de seus bosques. Uma vez é como a ave que remonta de um só vôo à imensidade e some-se no infinito; outras, o raio que estala nas abóbadas celestes; agora, será a borboleta de asas de ouro, e que esvoaça como uma flor aérea; logo, a abelha dourada que sussurra seu hino, libando o néctar das flores; ali, é o rio caudaloso que tudo arrebatava em sua marcha triunfal, coroado de penachos de florestas que arranca às suas margens, entoando no seu bramido o cântico de suas vitórias antes que se perca no oceano; aqui, o ribeiro que serpeia entre as ervas aromáticas e se espreguiça pelas campinas. Seus hinos são o reflexo de sua imaginação, sua imaginação é o espelho do seu país, que se anima como uma prosopopéia sem fim ao aceno que o interroga.

É certo que nos primeiros cantos de nossos poetas não se encontram inspirações nascidas da natureza americana. Não foi a educação européia que lhes apagou a inspiração – era a idade, que ainda lhes não havia transmitido o entusiasmo – era a idade, que ainda não havia formado o seu canto sob os ensaios de seus gorjeios. Ninguém ainda buscou nos pios infantis das aves implumes, quando mal ensaiam seus adejos, as harmonias com que depois saúdam os arrebois da manhã e da tarde. Os primeiros prelúdios perderam-se talvez na *Brasília* de Gonçalo da Franca;²⁴ repetiram-se depois na lira de Cláudio Manuel da Costa, e no alaúde amoroso de Silva Alvarenga; as primeiras harmonias soaram no *Uruguai* de Basílio da Gama, no *Caramuru* de Santa Rita Durão, na *Assunção* de S. Carlos, nas odes patrióticas de Natividade Saldanha,²⁵ nas estrofes

indo à Bolívia e ao Peru, descendo, depois, pelo rio Amazonas, até o Pará. O título da obra citada é *Expédition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para*. Paris: P. Bertrand, 1850-1859. 6v.]

²⁴ Gonçalo Soares da Franca (Bahia, 1676 - ?): poeta, foi membro da Academia Brasílica dos Esquecidos e da Academia Real de História Portuguesa. Escreveu o poema épico, que permaneceu inédito, *Brasília ou A Descoberta do Brasil*, em 1800 oitavas.

²⁵ José da Natividade Saldanha (Santo Amaro de Jacoatã, PE, 1795 - Bogotá, Colômbia, 1830): filho do Padre José de Saldanha Marinho e D. Lourença da Cruz. Bacharelou-se em Direito, em Coimbra (1823). Publicou *Poesias Dedicadas aos Amigos e Amantes do Brasil*, em Coimbra, em 1822. Depois de retornar ao Brasil, foi um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1824. Fugiu para a Inglaterra, de onde se passou à França, aos Estados Unidos, à Venezuela e, por fim, à Colômbia.

brilhantes de José Bonifácio, nos místicos *Suspiros*²⁶ de Magalhães, nos belos *Cantos*²⁷ de Gonçalves Dias, e nas portentosas *Brasilianas* de Porto-Alegre. E quem duvidará que eles sejam inspirados pela natureza de sua pátria? Não ouvis nos cantos de Cláudio Manuel da Costa os trinados das aves dos nossos bosques? Não sentis nos madrigais e rondós de Silva Alvarenga o perfume das flores ainda agitadas pelo rápido adejo do beija-flor? Não conheceis todo o nosso país nos cantos de Santa Rita Durão e de Basílio da Gama? Não encontrais no Paraíso²⁸ de S. Carlos as flores, os frutos, as aves, os bosques[,] os montes, as cascatas de nossa terra? Não escutais nas odes pindáricas de Natividade Saldanha o ribombo da artilheria dos batavos retumbando nas serras dos Guararapes, e a luta das raças que compõem a colônia, atuando unidas para um mesmo fim, debaixo de um único princípio? Não assistis a esse cataclisma que muda a configuração da antiga Guanabara na *Metamorfose*²⁹ de Januário da Cunha Barbosa? Não vos assombráis com a destruição das florestas de nossa pátria, ou não exultais de prazer com a pompa, com a grandeza colossal do Rio de Janeiro, nas *Brasilianas* de Porto-Alegre? Não suspirais pelas terras da pátria, palpitando de amor por ela, nos *Suspiros* de Magalhães? Não penetrais na taba rústica do índio, e não lamentais as suas desgraças nos *Cantos* de Gonçalves Dias? Não vos engrandeceis com a pintura do oceano imenso, e do espaço sem fim, quando José Maria do Amaral³⁰ exclama:

Quero entornar minh'alma em tanto espaço,
Quero em tanta grandeza engrandecer-me?

Poetas nacionais, eles não forçaram a imaginação para produzir o que unicamente lhes inspirou a pátria, e alguns deles bem distantes dela! Sim, é longe da pátria que a inspiração atua com mais força: é a

²⁶ Referência à obra *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), publicada, em Paris, por Domingos José Gonçalves de Magalhães (Rio de Janeiro, 1811 - Roma, 1882).

²⁷ Referência às obras *Primeiros Cantos* (1846), *Segundos Cantos e Sextilhas de Frei Antão* (1848) e *Últimos Cantos* (1851), de Antônio Gonçalves Dias (Caxias, MA, 1823 - naufrágio nas costas do Maranhão, 1864).

²⁸ Referência ao fato de o poeta, Frei Francisco de São Carlos, ter colocado no paraíso, no poema *A Assunção*, os frutos naturais do Brasil.

²⁹ Referência à obra *Niterói, Metamorfose do Rio de Janeiro*, publicada em Londres em 1822. O poema teve uma segunda edição no segundo volume do *Florilégio da Poesia Brasileira*, de F. A. de Varnhagen (p.667-682).

³⁰ José Maria do Amaral (Rio de Janeiro, 1812 - cercanias de Niterói, 1885): poeta e diplomata, não deixou livros impressos. Foi colaborador assíduo na imprensa.

imagem do sol que se reproduz no seio das trevas, belo e pomposo como surgiu do nada à voz de Deus. Tanta força tem a inspiração para o poeta que para ele não há mares nem espaços; ele pede à sua memória a pintura de sua pátria; longe, distante, os objetos como que se engrandecem, avultando no seu horizonte imenso, e daí a exageração; é o pincel que carrega na tela, a medo que as tintas se lhe desbotem, esmoreçam e morram!

A natureza, fonte perene, não se esgota; e a inspiração dimana dela inexaurivelmente; o Brasil, dotado de seus primores, de suas belezas, de suas maravilhas e de suas magnificências, tem ante si um futuro que pasma, cheio de grandeza, de glória e de prosperidade; ele inspira, e, pois, ele terá nessas épocas, que aí vêm, grupos brilhantes de poetas em todos os gêneros, como as constelações luminosas e cintilantes de seu céu.

Nada dependerá da natureza da pátria que ela inspira, mas tudo dos homens e de suas instituições.

“América! (exclama um de seus ilustres filhos, um poeta argentino, o Sr. José Mármol) quando a liberdade tiver cravado o seu trono de alabastro debaixo de teu formoso céu; quando a civilização se derramar sobre a fronte de teus filhos; belas, como o sol que as doura, o gênio americano abrirá suas asas sobre o mundo, e, à sua sombra, os Andes e o deserto, o Paraná e o Amazonas, tuas flores e teus bosques, tuas tradições e tuas glórias, não serão já senão propriedade de teus filhos.

Esse dia chegará. O porvir do mundo é o patrimônio da América; porém os decretos da Providência são executados pelo homem, e é necessário trabalhar.

Nossos pais nos deram uma independência política; cumpriram a sua missão, não devemos exigir mais. Somos nós, seus filhos, os que devemos dar contas às gerações futuras do emprego que fizemos da nossa época. Temos de continuar a revolução, porque a Espanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência, quicá mais cara – a independência intelectual.”³¹

³¹ *Fragmento de Minha Carteira de Viagem. Ost. Bras. n.25, pág. 194. (N. do A.).*

CAPÍTULO IV

ORIGINALIDADE DA LITERATURA BRASILEIRA

[Este capítulo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano III, t.IX, p.160-173 e p.193-200, jan. - mar. 1861. No início do capítulo, assinalada por um asterisco, vem a seguinte nota de rodapé:] É o capítulo 4º do livro 1º. Suprimiram-se as notas por muito numerosas e extensas; serão reproduzidas na edição em avulso. No artigo precedente sobre a nacionalidade da literatura brasileira prometemos a publicação do presente, a fim de que se pudesse avaliar a opinião do autor acerca de uma e outra matéria. (N. do A.) [O “artigo precedente” a que se refere Joaquim Norberto constitui, neste livro, segundo o plano da obra elaborado por ele mesmo, o capítulo II.]

Estudo acerca da matéria, segundo a influência da natureza e clima do país. – Usos, costumes e leis de seus habitantes. – Sua religião e história. – Reflexão de vários autores a respeito. – Argumento de Santiago Nunes Ribeiro a seu favor. – Conclusão.

Estará em harmonia com a natureza do país, com os costumes, com os usos, com as leis, com a religião e com a nossa história a nossa literatura? Isto é, para me servir da expressão do Sr. Mennechet, têm os nossos poetas buscado as suas inspirações no que vêem, no que sentem, no que crêem, no que sofrem, no que amam, no que esperam? É o que cumpre examinar, para decidir se ela é ou não original.

A originalidade da literatura de qualquer nação se demonstra por si mesma. Transuda de suas obras nessa cor local que provém da natureza e do clima do país. Patenteia-se dando a conhecer-se nos próprios costumes, usos e leis da sociedade. Mostra-se nas inspirações da religião que segue o povo. Distingue-se finalmente nas suas ficções históricas, derramando um reflexo dessa glória que faz pulsar de entusiasmo os corações bem gerados. Assim a literatura que não for servilmente modelada por outra ou que não tiver nascido debaixo de sua influência, apresentará sempre uma tal ou qual originalidade proveniente do espetáculo da natureza que oferece o país; da sensação do clima que o cerca; dos costumes, dos usos, das leis de seus habitantes; da religião que irmana as famílias; da glória, a mais cara de todas as heranças, pois que se apóia na história e tradições, que ligam o presente ao passado, e ainda dessa poesia universal que pertence a todos os povos, que se reproduz em todos os séculos, que se alimenta de todas as paixões, que vive no íntimo de todos os peitos e que se modifica segundo a influência dessas diversas causas que atuam sobre ela.

Sente-se logo à leitura de nossos primeiros poetas que, conquanto não desdenhassem do espetáculo da natureza do Novo Mundo, todavia mostram que bem pouca influência exerceu sobre eles o clima benigno do país que lhes coube por herança. Parece que para isso concorreram duas causas que, atuando sobre a imaginação, modificaram o caráter de suas composições: – a educação portuguesa, que receberam de seus maiores longe da pátria, – e o exemplo que lhes legaram esses autores portugueses, que no Brasil seguiram o impulso que haviam recebido as letras no reino, porém compungidos pelas saudades da terra natal, que a cada momento lhes trazia à lembrança os sítios que na infância

fascinaram seus olhos, e daí essas freqüentes comparações entre a jovem colônia e a velha metrópole, do que ainda me ocuparei; e por fim até as próprias denominações de nossas cidades, de nossas vilas e até de nossas próprias aldeias indianas nos vieram dalém-mar; denominações lançadas a esmo, sem nenhum viso que as ligue à tradição, sem nenhum fato que as prenda à história de suas localidades!

A educação, sobretudo, dominou a inspiração e levou o gênio americano a divagar por países, que nem sempre tinham sido vistos pelos nossos poetas, e que apenas conheciam-nos pelas narrações de seus antepassados ou dos colonos que aportavam quotidianamente às nossas praias, ávidos de ouro, trazendo na imaginação o sonho do *Eldorado*. Assim, diz o Sr. Magalhães, que não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal a sua primeira educação, que parece ter sido dada por mãos avaras e pobres, e que, como ajunta o Visconde de Almeida Garrett, apagou-lhes o espírito nacional.

“O Brasil, diz o Sr. Magalhães, descoberto em 1.500, jazeu três séculos esmagado, debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um governador colonial com todo o peso de sua insuficiência e de sua imbecilidade. Mesquinhas intenções políticas, por não avançar outra coisa, leis absurdas e iníquas ditavam, que o progresso da civilização e da indústria entorpeciam. Os melhores gênios em flor morriam, faltos desse orvalho protetor que os desabrocha; um ferrete ignominioso de desaprovação na frente gravado do brasileiro, indigno o tornava de altos e civis empregos. Para ele obstruídas e fechadas estavam todas as portas e estradas que à ilustração o podiam conduzir; uma só porta ante seus passos se abria, era a porta do convento, do retiro, do esquecimento. A religião franqueava essa porta, a religião a fechava sobre seus passos, e o sino que o chamava ao claustro anunciava também a sua morte para o mundo. O gênio em vida sepultado, cercado de místicas imagens, apenas saía para catequizar os índios no meio dos desertos ou para pregar aos fiéis as austeras verdades do Evangelho.”¹

O General Cunha Matos diz também a esse respeito: “Acrece que o governo da metrópole desejando ter o Brasil debaixo do mais rigoroso

¹ O trecho citado pertence ao “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, publicado por Gonçalves de Magalhães na *Niterói, Revista Brasiliense* (1836, p.138-139). Esta é a versão utilizada por Joaquim Norberto, e não a que saiu posteriormente em *Opúsculos*, oitavo volume das obras completas do poeta. Podemos assegurar isso porque as duas versões não são idênticas. À parte isso, o trecho citado por Joaquim Norberto também não é idêntico ao texto da *Niterói*, apresentando, com relação a ele, pequenas variantes, o que é comum nas citações feitas por Joaquim Norberto. O texto da *Niterói*, por sua vez, apresenta diversos problemas, que demandariam um trabalho de edição.

sistema colonial, raríssimas vezes permitia que os filhos da terra ocupassem os primeiros empregos da colônia, dando por motivo dessa exclusão a falta de conhecimentos literários dos referidos filhos da terra, os quais por isso mesmo olhavam para o estado eclesiástico secular ou regular, como para a mais elevada estação a que no Brasil podia aspirar um luso-brasileiro.”

“Os primeiros habitantes do Brasil, prossegue o Sr. Magalhães, de seu lado para seus próprios filhos olhavam como para uma raça degenerada, inepta para tudo; fatal preconceito que ainda hoje medra entre alguns portugueses. Quanto aos índios, esses perseguidos eram com ferro e fogo, como se fossem animais ferozes; nem eles em outras categorias eram considerados. Sabe-se que foi necessário que uma bula do Papa Paulo III declarasse que eram os índios verdadeiros homens, capazes por isso da fé de Cristo, sem o que os europeus talvez os houvessem de todo exterminado. Da barbaridade de tais homens traçamos Vasconcelos um quadro quando nos diz: ‘Os portugueses que ali já estavam e começavam a povoar esses lugares, viviam a modo de gentios; e os gentios com o exemplo destes iam [fazendo] menos conceito da lei dos cristãos; e sobretudo, que viviam aqueles portugueses de um trato vilíssimo, salteando os pobres índios ou nos [caminhos] ou em suas terras, servindo-se deles ou avexando-os contra a lei da razão.’ E mais abaixo diz ainda: ‘Viviam (os portugueses) do rapto dos índios, e era tido o ofício de assalteá-los por valentia, e por ele eram os homens estimados.’ Tal era o estado daqueles tempos. Que poderemos nós ajuntar a estas citações? Tal era a indústria, a arte e a ciência dos habitantes do Brasil. Triste é sem dúvida a recordação dessa época, em que o brasileiro, como lançado em uma terra estrangeira, duvidoso em seu próprio país, vagava, sem que dizer pudesse: ‘Isto é meu; neste lugar nasci.’ Envergonhava-se de ser brasileiro, e muitas vezes com o nome português se acobertava para ao menos aparecer como um ente da espécie humana e poder alcançar um lugar no seu país. Desta arte circunscrito em tão curto estádio, estranho à nacionalidade, sem [incentivo] de glória, este novo povo vegetava.”²

² O trecho citado é parte do mesmo “Ensaio” mencionado na nota anterior, vindo às páginas 139-141 da *Niterói*. As mesmas observações feitas lá valem aqui. Entretanto, neste trecho, com base no texto da *Niterói*, vimos-nos obrigados a alterar a citação de Joaquim Norberto, para torná-la compreensível. Foram as seguintes as alterações que introduzimos: 1. a palavra “fazendo” substituiu “faziam”; 2. a palavra “caminhos” substituiu “cominhos”; 3. a palavra “estrangeira” substituiu “estrangeiro”; e 4. a palavra “incentivo” substituiu “incitivo”. Gonçalves de Magalhães, em nota de rodapé, indica a obra citada de Simão de Vasconcelos: “Crônica da Companhia de Jesus, liv.1, pág.56.” As citações de Simão de Vasconcelos, feitas na *Niterói*, não conferem exatamente com o texto da *Crônica da Companhia de Jesus* (1977, v.1, p.207-208.) que

Mal abriam os olhos nas terras da pátria, ao sol dos trópicos, que os brasileiros se voltavam para Portugal. Os últimos clarões da glória portuguesa ainda de todo se não haviam esvaecido. Lisboa palpitava de vida como opulenta rainha do Adriático, e Coimbra era o foco de sapiência, cuja luz resplandecia por todo o reino, e fora do qual não se acreditava que pudesse haver instrução alguma. Os nossos compatriotas, que iam à lusa Atenas beber os conhecimentos necessários à sua profissão, e completar a educação literária, ficavam deslumbrados com o fausto e novidade da corte européia; raros se lembravam da natureza e do clima de seu país e das paisagens que oferecem seus variados, pitorescos, encantadores, risonhos e majestosos sítios. Já não eram, como pondera um escritor nacional, os habitantes do Novo Mundo, que freqüentavam as cenas e objetos tão diversos dos que se vêem na Europa; os preceitos literários próprios da época os sopeavam, restringindo os vôos de sua imaginação. De volta à pátria quase que não achavam de sob o céu pomposo do Brasil inspirações capazes de lhes acender o estro. Nem pensavam que a terra de bárbaros índios, só destinada a produzir, como colônia, para a sua metrópole, pudesse vangloriar-se de competir com o velho hemisfério, antepondo gênios aos gênios, e apresentando as produções do engenho de seus filhos, belas e brilhantes como os diamantes de seus serros, e rescendentes do perfume das flores de suas florestas, sem iguais na pompa de sua vegetação.

“Nesta América, escrevia Botelho de Oliveira, inculta habitação antigamente de bárbaros índios, mal se podia esperar que as musas se fizessem brasileiras; contudo também quiseram passar-se a este empório, onde a doçura do açúcar é tão simpática com a suavidade de seu canto, acharam muitos engenhos, que imitando os poetas de Itália e de Espanha, se aplicassem a tão discreto entretenimento, para que se não

consultamos. Para que se tenha idéia do trabalho de citação em Gonçalves de Magalhães, transcrevemos o trecho de Simão de Vasconcelos: “Os costumes dos portugueses moradores [da Capitania de São Vicente], que então se achavam nestas vilas, vinham a ser quase como os dos índios; porque sendo cristãos, viviam a modo de gentios. Na sensualidade era grande sua devassidão, amancebando-se ordinariamente de portas adentro com suas mesmas índias; ou fossem casados ou solteiros. Não se estranhava transgressão dos preceitos da Igreja; nem havia falar em jejum, nem em abstinência de carne, e muito pouco nos Sacramentos necessários para a salvação: homens havia que desde que entraram na terra, se não tinham confessado, nem comungado. Vivia-se de raptos dos índios, e era tido o ofício de assalteá-los, por valentia e por ele eram os homens estimados, e sobretudo sem prelado, sem pregador, sem quem zelasse da parte de Deus tantos males.” Essa transcrição do trecho de Simão de Vasconcelos citado por Gonçalves de Magalhães, embora feita a partir de outra edição da obra do jesuíta, nos certifica da relativa liberdade no tratamento dos textos citados. Essa era uma prática corrente naquela época, não sendo, pois, específica, nem resultado de descuido, de Joaquim Norberto.

queixasse esta última parte do mundo, que assim como Apolo lhe comunica os raios para os dias, lhe negasse as luzes para o entendimento.”³ Perdiam-nos as lembranças do Mondego, do Tejo, do Douro; suspiravam nas margens dos rios, que rolam suas ondas por sobre areias de ouro e de diamantes, nas florestas sem fim da pátria, nas serranias pitorescas, pelos pastores e rebanhos de além-mar, e pelas cenas campestres da velha metrópole, e então, assaltados de melancolia, não tinham inspirações nas terras do berço natal, e sentiam-se como que dominados pelo ócio, e nada mais queriam do que entregar-se a uma completa ignorância.

“Aqui, dizia Cláudio Manuel da Costa de volta de seus estudos, entre a grosseria de seus gênios, que menos pudera eu fazer que entregar-me ao ócio e à ignorância?... Não são estas as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos. Turva e feia a torrente destes ribeiros, primeiro que arrebate as idéias de um poeta, deixa ponderar a ambiciosa fadiga de minerar a terra, que lhe tem pervertido as cores. A desconsolação de não poder substabelecer aqui as [delícias] do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro de meu berço.”⁴ Outros nem disso se lamentavam. Antevendo a falta de inspiração na sua pátria, e falta do favor com que se acende o estro, abandonaram com os seus livros a idéia de que haviam nascido poetas, e demandavam as praias do Novo Mundo, como os colonos da mãe pátria, sem o brilhante pensamento de ao menos lhe consagrar um hino de amor e de gratidão. “Logo que me formei, diz Lucas José de Alvarenga,⁵ e cheio de saudades deixei a cidade de Coimbra, onde nas aprazíveis margens do Mondego deixei também e para sempre, entre as musas e as graças com a minha lira, as minhas prendas de improvisar, tocar e cantar, foi então que me julguei apenas hábil para principiar muito seriamente os meus estudos com aquela regularidade que eu projetava, pois que então já eu podia dirigi-los, único proveito e grande, que tirei da universidade e podia conhecer, como deveriam ser regulados, principalmente na minha faculdade, para

³ Esse trecho pertence à dedicatória “Ao Excelentíssimo Senhor D. Nuno Álvares Pereira de Melo, etc.”, que precede as poesias de Manuel Botelho de Oliveira. Na edição organizada por Antenor Nascentes (*Música do Parnasso*, 1967) o trecho vem à página 17.

⁴ O trecho citado, contendo algumas supressões, vem no “Prólogo ao Leitor” das *Obras* (1768), de Cláudio Manuel da Costa. Em função do cotejo entre as duas versões do texto, substituímos, na citação de Joaquim Norberto, a palavra “idéias” por “delícias”.

⁵ Lucas José de Alvarenga (Sabará, MG, 1768 - Rio de Janeiro, 1831): foi poeta repentista famoso e é considerado um dos precursores da ficção em prosa no Brasil, por ser o autor da novela *Statira e Zoroastes* (Rio de Janeiro, 1826).

eu poder deles tirar toda a substância possível que desejava, sem aquela palheirada que ordinariamente se lhe mistura, que torna infrutuosa-mente todo o tempo e com que parece que se entorpecem as ciências.” Assim bem pondera o Visconde de Almeida Garrett que quando as majestosas e novas cenas da natureza nesta vasta região deviam ter dado a nossos poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo do que nelas aparece, veio a educação européia apagar-lhes o espírito nacional.⁶

“Por isso, escreve o Sr. Juan Valera, sempre que um poeta dos passados tempos pensava em fazer versos, trasladava o seu espírito às margens do Mondego ou do Tejo e se deslembrava de todos os portentos do Brasil; por isso transviado o poeta com os ressaibos da escola, queria subir ao Pindo e não se lembrava da serra dos Órgãos; descrevia o vale de Tempe que não o do Amazonas; falava do pastor Alfesibeu, e não do índio Caitutu; enamorava-se de Fílis ou de Nise, pastoras gregas ou lusitanas, e celebrava por fim o canto do rouxinol, sem que jamais ouvisse os trinados do sabiá e do gaturamo. Ao cabo, nem o poeta brasileiro nem a poesia brasileira eram mais do que um transunto da poesia portuguesa.”⁷

A estas reflexões do ilustre literato espanhol juntarei ainda [as]⁸ do exímio Visconde de Almeida Garrett. “Parece, diz ele, que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.”⁹ E falando do Gonzaga acrescenta: “Quisera eu, que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! e quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, que saltasse pelos montes espessos a cotia, fugaz como a lebre da Europa, ou grave passeasse pela orla da ribeira o tatu escamoso, ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor

⁶ O trecho citado afasta-se tão pouco do original de Almeida Garrett (“Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa.” In: *Obras*, 1963, v.1, p.503), que não podemos saber a razão pela qual não veio entre aspas.

⁷ O trecho citado pertence ao ensaio “De la Poesía del Brasil” (Cf. *Obras Completas*, tomo XIX, *Crítica Literária (1854-1856)*, 1927, p.101).

⁸ No texto: “os”.

⁹ Este trecho é seguimento imediato daquele a que nos referimos na nota 6 deste capítulo.

uma grinalda, não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores, dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura se a desenhara com a sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga!”¹⁰

Como se julgava da pátria, que por inculta habitação de bárbaros índios nem sequer dela se esperava que pudesse inspirar ao engenho de seus filhos, a menos que não fossem buscar entre os poetas de Itália e Espanha a imitação que perde o gênio e que apenas reproduz quando podia criar e produzir! Entre a grosseria de seus gênios se entorpeciam seus engenhos, e só quando de todo viram que não era possível substabelecer as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego nas terras americanas, onde esses rios seriam apenas *pobres feudos de incógnitos regatos* ao nosso grande Amazonas, e que se foram avezando à natureza virgem e bravia do nosso terreno, é que começaram de cantá-la. E ainda assim na exterioridade das composições dominam as formas grega e romana, ficando como uma intimidade, como um sentido oculto, o elemento americano. E tal é por sem dúvida a “Fábula de Ribeirão do Carmo” do nosso poeta, que tocando tão melancólico as praias da pátria, foi sentar-se às margens de seus ribeiros, que lhe lembravam a ambiciosa fadiga de minerar a terra, e que depois ministrara assunto a seu poema sobre a fundação de Vila Rica. Ignorados do resto do mundo, diz o Sr. Ferdinand Denis, que nem os próprios poetas brasileiros sabiam se tinham de que se gloriar, e que no entanto o amor desgraçado, o descobrimento de tão belo país, e a conquista dos europeus já tinham inspirado aos homens do Novo Mundo. “O clima por demais delicioso, ajunta o ilustre francês, os enlevava sem que eles o percebessem; poetas da natureza celebravam a beleza; curvos e submissos a nobres e ardentes paixões, [cantavam] o seu poder.”¹¹

Fica pois demonstrado que mais da imitação do que da educação veio essa falta de originalidade e de influência da natureza, em as composições de nossos primeiros poetas até o aparecimento de Cláudio Manuel da Costa. Encontra-se um ou outro lampejo dessa originalidade ou influência, nesta ou naquela poesia dos poetas do século décimo sétimo e do princípio do século décimo oitavo; mas estes lampejos começaram a bruxulear com menos interrupção e mais sensivelmente nas composições do cantor do *Ribeirão do Carmo* e de *Vila Rica*, para

¹⁰ Este trecho vem na página 504 da edição mencionada na nota 6 deste capítulo.

¹¹ Trecho do *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*. Com base na tradução de Guilhermino César (*Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.36), alteramos o texto citado por Joaquim Norberto, substituindo “contavam”, por “cantavam”.

depois aparecerem em toda a sua luz e pompa nas epopéias eminentemente nacionais de Basílio da Gama e de Santa Rita Durão. É para notar-se que Botelho de Oliveira, que foi o mestre da escola do marinismo e gongorismo, que dominou nos fins do século décimo sétimo e princípios do século décimo oitavo, contentou-se com fazer passar as musas ao país até então tido por inculta habitação de bárbaros índios, e de imitar os poetas de Itália e Espanha, a ponto de escrever nas suas próprias línguas.¹² Cláudio Manuel da Costa, que foi o chefe da escola americana, que primeiro buscou regenerar o gosto das letras, de todo perdido, foi também o que hesitou em substabelecer as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego dentro de seu berço; – acha um não-sei-quê de selvagem, de bravio na natureza de sua pátria; – acusa de grosseiros os seus gênios; – não vê nas orlas do seu ribeirão as venturosas praias da Arcádia, que aí não cantam as ninfas, nem pastam os gados à sombra fresca de um álamo copado na tarde de calmoso estio, mas é o primeiro que promete ao seu pátrio ribeirão que a posteridade lerá o seu nome nos seus versos, a fim de que seja despertado o sono de seu frio esquecimento.¹³

Cumpra agora examinar se os costumes, usos e leis também não influíram sobre as suas composições, ou se da falta de cantarem o que viam e sentiam não resulta o se mostrarem tão pouco nacionais. “A moral, diz o Sr. Mennechet, é uma e a mesma coisa em todos os povos, porque é como a religião uma verdade que emana de Deus; mas em todos os costumes diferem como todas as criações dos homens. Poderá o poeta fazer mais do que pintar em seus escritos os costumes particulares de seu país, os costumes que vê, que conhece, que tem recebido de seus pais e que passará a seus filhos? Pode ele desembaraçar-se da influência tão poderosa dos costumes, usos e hábitos, que são nos povos, assim como nos homens, uma segunda existência? Não, certamente; ele será nacional pelos costumes, da mesma sorte que o é pelas crenças. Como pois lhe será possível não o ser pelas leis? Não examinaremos se as leis fazem os costumes ou se os costumes determinam as leis; pelo menos não se pode negar que as leis e os costumes tenham entre si relações íntimas e recíprocas influências. O poeta não se pode colocar debaixo da ação dos costumes sem colocar-se ao mesmo tempo sob a das leis, e por leis devemos entender o todo das instituições ou mais claro, o governo do país.

¹² A obra de Manuel Botelho de Oliveira, *Música do Parnasso* (1705), contém, além de um descante cômico reduzido em duas comédias escritas em espanhol, quatro coros de rimas: portuguesas, castelhanas, italianas e latinas.

¹³ Citação indireta dos dois quartetos do Soneto II publicado nas *Obras* (1768) de Cláudio Manuel da Costa.

Quem não compreende que, segundo a forma popular ou monárquica ou democrática ou absoluta, o pensamento do poeta sujeitar-se-á a influências bem opostas, mas que não [poderá] evitar? Quão poucos serão os que se elevem sobre favores reais ou sentimentos populares!"¹⁴

Se em nossos primeiros poetas pouco dominou a influência da natureza, menos ainda a proveniente dos costumes, usos e leis. Eles cantavam de preferência tudo quanto não viam ao que tinham sob os olhos; parece que pensavam que o que todos viam, presenciavam e sabiam, eram coisas tão triviais e comuns que não podiam honrar os seus cantos e eternizar os seus versos, e daí toda essa impropriedade que tanta quebra dá em seu merecimento. "Em vez de desprenderem suas vozes livres, diz o Sr. Pereira da Silva, como a aragem folgazona do vento; em vez de largarem os vãos à sua imaginação inspirada, como as cadeias ao prisioneiro; em vez de com o pensamento percorrerem esse mundo novo, todo de ilusões e grandezas, todo de imagens e fantasias; esse mundo que o céu, como a pura virgem, abria aos olhos do filho do país, os poetas de então, como os do século décimo sétimo e décimo oitavo, eram [meros] copistas e imitadores dos vates lusitanos, e celebravam antes os amores cavalheirescos dos galhardos portugueses, seus combates e suas lides de guerra, do que as belezas naturais do Brasil, com sua grandeza e majestade, com suas flechas e seus cocares.

Entretanto essas lides e combates de guerra, que eles decantavam; esses arneses de ferro, esses pesados escudos, esses elmos e capacetes rijos como o bronze, sobre os quais batiam as lanças e as espadas desfazendo-se em pedaços, sem os ofender; essas justas e torneios, que tanto entusiasmavam os filhos do Brasil, não eram os de sua história; eram coisas apenas deles conhecidas pelas tradições e contos; e esqueciam os combates pitorescos das tribos dos gentios: essas mães fugindo aos inimigos e carregando às costas a família toda; essas habitações moventes, que se erguiam por toda a parte ao clarão dos astros, ao brilhantismo da lua, à sombra das palmeiras; esses cocares multicores, que denunciavam

¹⁴ O trecho citado é parte do "extrato do discurso de M. Mennechet, lido no congresso histórico reunido em Paris" em 1843 e que o Cônego Januário da Cunha Barbosa cuidou de traduzir e publicar nas páginas 168-172 do nº 6 do v.1 da *Minerva Brasiliense*, de 15 de janeiro de 1844. Apenas a última frase apresenta problemas mais sérios na citação. Ei-la, conforme vem na *Minerva Brasiliense*: "Quão poucos serão os que se elevem sobre favores reais, e ressentimentos populares!" Na frase que antecede a esta, com base no cotejo com a versão publicada pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, substituímos "poderão" por "poderá"; com isso, acertamos a concordância do verbo com o sujeito. Provavelmente, Joaquim Norberto pensava em todos os poetas brasileiros, ao passar o verbo para o plural. O trecho citado vem na página 169 da *Minerva Brasiliense*.

a destreza dos braços e a fluidez dos arcos; essas vestes recamadas de penas de mil pássaros incógnitos, que as flechas haviam derribado; essas danças extravagantes em torno do fogo, que os animava e inspirava; e essa coragem sossegada de homens, que vêm morrer a seu lado, ao som de um estouro que desconhecem, os seus pais, filhos e amigos, e sem esperança de vitória, e antes com intenção firme de preferir a morte ao cativeiro, avançando para ela e entregando-se às espingardas dos portugueses! Não haveriam neste quadro mais inspiração e mais poesia?”¹⁵

Não era só pelas tradições que sabiam, nem pelos cantos que escutavam, como pretende o Sr. Pereira da Silva nas citações que acabo de fazer, que os nossos concidadãos tinham conhecimento dessas lidas e combates de guerra, dessas justas e torneios; tudo isso se passava ante os seus olhos, sob todas as particularidades da verossimilhança; eram episódios da história da mãe pátria que vinham refletir-se, como os raios de sua glória, nas suas povoações da América, e patentear o valor dos filhos de além-mar nas suas cruzadas contra os mouros, tão exageradas então. Nas cidades marítimas e ainda nas povoações do sertão, – no meio dessas florestas devastadas pela avidez das riquezas, – nas margens desses rios revolvidos em seus leitos pela cobiça das preciosidades por onde volveram sossegadamente e por tantos séculos as suas límpidas e sonoras águas, celebraram-se – essas correrias de cristãos contra infiéis; – essa destruição de cabeças dos sectários do islamismo, que erguidas eram despedaçadas no ar; essas quebras de escudos; essas corridas de canas, e tudo com uma pompa incrível. A esses jogos tradicionais, – a esses combates simulados, sucediam-se representações dramáticas e alegóricas, que tinham lugar nesses teatros ambulantes, a modo de carros triunfais, nessas enormes baleias, nesses monstruosos elefantes, que vinham como novos leviatões¹⁶ e cavalos de Tróia despejar nas praças públicas os atores de um drama, as figuras de uma dança alegórica, que deixavam as imaginações dos filhos da América cheias de reminiscências européias. E as invocações de santos e santas, cujos milagres se multiplicavam e eram sabidos por todos os colonos e por

¹⁵ O trecho citado é parte da “Introdução” ao primeiro volume do *Parnaso Brasileiro* (1843) publicado por João Manuel Pereira da Silva. O segundo volume do *Parnaso* só foi publicado em 1848 e não trazia nenhuma “Introdução”, mas apenas um breve aviso, “A quem ler”. Com base no cotejo com o original, substituímos “menos” por “meros”.

¹⁶ Plural de “leviatão”, forma corrente no século passado. A palavra encontra-se assim registrada no *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813), de Antônio de Moraes Silva, e no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1958), de Caldas Aulete. Entretanto, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1986), de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, registra apenas a forma “leviatã”.

si mesmo falavam em seu louvor; – os anos dos monarcas, – o nascimento de seus filhos, – as núpcias de pessoas reais, – a chegada de novos bispos, – a entrada de novos governadores, e a vinda de visitantes eclesiásticos, que tinham por missão correr um império quase tamanho da Europa sob a qualificação de província, davam lugares a festas, algumas de uma pompa extraordinária, de um luxo pouco comum, de um aparato imenso, que patenteavam a abundância e a riqueza de tantas cidades, tão opulentas pelas produções auríferas e diamantinas de seu solo. E a musa americana – até ali silenciosa espectadora das desgraças da raça americana, que não tinha um hino para mitigar suas dores, um brado a favor de sua liberdade, tão disputada, que acompanhasse a voz dos seus missionários, – até ali muda testemunha dessas empresas atrevidas, que embora tivessem por fim o descobrimento de novas riquezas, lançavam todavia os germens da nossa grandeza e prosperidade; elevava-se como a velha musa européia e eternizava no metro de Camões essas pompas de um dia, esses costumes, esses usos que ela apenas presenciava nos espetáculos efêmeros, e cantava, delirando, os sonhos da mãe pátria; sem entusiasmo patriótico, mísera escrava colonial, achava nas inspirações da lisonja e da baixeza um hino para celebrar as ações dos governadores, que se haviam assinalado na Índia, essa dura escola da guerra portuguesa, que tão fatal lhe foi, encarecendo assim o despotismo do governo colonial, e esquecida da pátria, cantava nas margens de seus soberbos rios, como sentada nas orlas do Tejo ou do Mondego!

Os jesuítas, que se não limitaram aos cantos sagrados e às poesias religiosas com que civilizavam as hordas bárbaras, tocaram, é verdade, na pintura dos costumes, e dos usos e dos hábitos, nessas comédias que já não eram a sátira, mas a confissão dos próprios erros, e que desgraçadamente se perderam. Pena foi, que essas comédias degenerassem depois em dramas pastoris, depois em tragicomédias, escritas sob a influência de usos e costumes que não eram nossos, e que acabaram por aniquilar o gosto nacional. Entre os poetas do século décimo sétimo, apenas se conhece pela leitura das obras do nosso primeiro satírico o país que ele habitava, e a corrupção dos costumes, e sobretudo a imoralidade do clero. Não foi grande o espaço que mediou entre ele e o que mais primou na cena cômica portuguesa, e nem por isso ressalta de suas comédias, tão originais, a pintura de nossos costumes e usos. Apenas numa ou noutra dessas composições, informes como as de Shakespeare, se bem que noutro gênero, se fala do Brasil e suas riquezas, qual tênue lembrança, ou fraco tributo de saudade.

O que mais admira, é o desprezo em que ficaram os costumes e os usos, as crenças e as tradições, as festas e os combates de nossos selvagens, cujo contato permitia que fossem estudados profundamente e com grande proveito. A musa que inspirara aos nheengaçaras dos tamoios, dos tupinambás, dos caetés e tantas outras tribos, não foi invocada pelos nossos poetas, e as águas da Carioca, a fonte predileta dos bardos americanos, tão celebrada em todo o Brasil, ficou esquecida por aqueles que sonhavam com a Castália do Parnaso! Nem Rocha Pita, o mais nacional de nossos historiadores, o mais entusiasmado pelas nossas coisas, achou digno de menção essa raça tão credora de nossas simpatias pelas suas desgraças, e que tão humilhada foi pelos conquistadores, e ainda em nosso tempo escrevia Monsenhor Pizarro, que não eram as suas *Memórias Históricas*, destinadas a fazê-la conhecida, embora fosse ela a primeira a ocupar o país. Mas quem seria capaz de convencer a João de Brito e Lima,¹⁷ o mestre da escola laudativa, que cantasse de preferência as infelicidades dessas tribos, do que se entregasse aos pueris assuntos de seus poemas, – gazetas em oitava rima, que só tinham por fim lisonjear o poder discricionário dos governadores? O próprio Anchieta, o novo Anfião, que com a música e a poesia realizava no Novo Mundo o que a fábula idealizara no velho hemisfério, arrebatando as hordas selvagens às florestas, e trazendo-as após si à civilização, e que dedicou à Santa Virgem o poema latino em que cantara nas praias de Iperoíg os seus louvores, é quem nos deixa ver que não seria ele o cantor dos tamoios, que na sua opinião não eram mais do que inimigos, bárbaros e armados que lhe negaram a glória do martírio, que só cabe aos grandes heróis.

“Em tudo, diz um escritor brasileiro, cujo nome porém ficou envolvido na modéstia de seu talento, em tudo se procurou imitar a mãe pátria; todos os olhares se volveram para esse oriente donde recebíamos a luz. A poesia portuguesa foi o tipo estudado pelos nossos primeiros poetas; tudo quanto não era ela ninguém se animava nem a pensar. O prestígio das distâncias e a magia do desconhecido, contribuíam poderosamente para persuadir a esses gênios de um povo na infância, que nada havia poético senão o que se passava além do Atlântico. E tão valente é a força desse prestígio e dessa magia sobre a imaginação, que os dois poemas mais notáveis por descrições peculiarmente brasileiras, o *Caramuru* e o *Uruguai*, foram meditados e publicados na Europa.

¹⁷ João de Brito e Lima (Bahia, 1671 - 1747): poeta, autor de extensa produção, foi um dos fundadores da Academia Brasileira dos Esquecidos.

Talvez nunca tivessem eles visto a luz do dia se Santa Rita Durão e Basílio da Gama se houvessem conservado no Brasil. A imaginação pede à natureza os elementos apenas do seu poder; não a imita servilmente; cria essas reminiscências ressaltadas pelo contraste do presente com o passado, mais acrisola a força da criação que lhe é inata, do que a ação imediata das impressões recebidas quotidianamente.

A imitação da literatura da mãe pátria arredou para longe de nossos primeiros poetas, mais deslumbrados pelas descrições das coisas portuguesas, do que pela contemplação de uma natureza que não tinham tempo de meditar, a originalidade, filha da concentração do espírito sobre si mesmo, da observação que nos povos, como nos indivíduos, não é decerto das primeiras operações da inteligência.

Com a independência devia mudar esta situação dos espíritos debaixo do ponto de vista da literatura. Os laços que nos prendiam à mãe pátria se desataram. O entusiasmo pelas coisas portuguesas diminuiu na razão direta das afeições ardentes por uma pátria, cujo nome acabava de ser escrito rapidamente, como por encanto, no catálogo das grandes nações. O maravilhoso das distâncias diminuiu, se não se esvaeceu de todo, quando nossas relações sociais se complicaram e o amor do país-brasil nos chamou ao estudo consciencioso de nossa grandeza e à observação de nós mesmos. Então uma reação necessária e salutar se foi sentindo na poesia; sob o céu magnífico do Rio de Janeiro não se cantou mais a primavera revestindo de folhagem os esqueletos vegetais, mirrados pela força entorpecida do inverno, nem o lavrador afadigado quebrando com seus socos a neve. Se um novo Gonzaga quisesse imortalizar outra Marília, certo a descreveria com toda a cor local dessa original cidade de Ouro Preto, tão singularmente situada, tão pitoresca nas irregularidades sem nome e sem número de seu solo; não a destacaria de sua paisagem natural aos usos e costumes de seu país, para a descrever e a si como um casal de pastores tangendo a sanfona e apascentando o gado.

Este impulso de independência literária, a par da independência política, podia ser muita coisa, podia ser tudo, mas parou na superfície; outras coisas concorreram para esse resultado.”

A religião que devia para logo santificar os lábios de nossos primeiros poetas, e arrancar-lhes um hino de louvor [ao]¹⁸ que lhes havia dado por herança a melhor porção do mundo, – não [retalhada]¹⁹ por mesquinhos e incógnitos regatos sem nome no universo, mas cortada

¹⁸ No texto: “o”.

¹⁹ No texto: “retalhado”.

de assombrosos rios; – não estendida em estéreis campinas semeadas de raquíticas urzes, mas em férteis planícies[,] assombrada por florestas, que se debruçam sobre florestas; – não encravada em áridos desertos abrasados pelo reflexo do sol, mas em pingues campos cobertos de arbustos e flores; – não empolada de montanhas coroadas de gelo, com seus vulcões vomitando a lava e com ela a destruição, mas de serranias engrinaldadas de palmeiras, como a cabeça do índio ornada de seus vistosos cocares, entornando suas cascatas sobre cascatas, e elevando os cumes anilados até o céu, puro e diáfano, como as águas de suas torrentes: a religião que havia santificado com o emblema da redenção a posse do belo país, que Cabral buscara de tão longe: a religião que com os cantos sagrados e os hinos místicos enfileirava as errantes tribos e lhes fazia assentar as suas tabas em torno das capelas que erguia – no meio das brenhas, – nas margens dos rios, – nas costas do mar, – no cimo das montanhas: a religião deixou de ser invocada! Os poetas da terra de Santa Cruz não se voltaram para o Gólgota, donde lhes vinha a luz; voltaram-se para o Olimpo rodeado das sombras do paganismo. Profanavam-se os recintos sagrados dos templos meio erguidos ao Senhor com a burlesca representação dos autos, e desprezava-se a religião e as suas crenças como elemento poético!

“Vemos, diz o Sr. Eugène de Monglave, abordar os portugueses ao Brasil carregados dos deuses da Grécia e de Roma, trazendo após si o velho Apolo e as velhas musas encadeadas e bradando a seus escravos da América: ‘Vosso céu tão azul, vosso mar tão belo, vossas claras fontes; vossas palmeiras, vossas florestas virgens, vossos rios gigantescos; – tudo isso não o cantareis, que o proibimos nós, que para todo o sempre ficais condenados a ser gregos e romanos’.” Primeiro, porém, que nos viessem esses deuses, os portugueses nos trouxeram a religião cristã. A voz que troou de Porto Seguro às extremidades de um império, que dormia ainda nos mistérios do futuro, foi a voz da verdade eterna, foi a anunciação aos povos da boa nova, e a implantação da cruz assim o confirmou. – Perderam-nos o exemplo do maior dos épicos dos modernos tempos; – perderam-nos a idéia de que a introdução dos deuses da fábula não era mais do que um dualismo mítico, tão engenhosamente justificado por Camões, quando confessa pelos lábios de Tétis que eles só servem para tornar os versos deleitosos, e que assim Júpiter não é mais do que a santa Providência. Mas que de consequências fatais para a originalidade de nossa literatura não se originaram daí! Os erros nos grandes autores, ou para melhor me exprimir, nos gênios transcendentos, são como as manchas do sol, cuja luz deslumbrante impede que sejam observadas a olhos nus; não assim nos poetas de merecimento, porém

de uma ordem secundária. A mitologia não devia ter transposto o Atlântico, nos vãos da musa de Camões; não devia ter pousado sobre o cume das serras dos aimorés, tão religiosamente denominado por Pedro Álvares Cabral em honra do oitavário; não devia ter descido às encantadoras plagas, onde a cruz do grande descobridor abriu os seus braços conquistando para a fé a terra a que transmitira o seu nome. Convinha antes que ficasse desconhecida ao país onde a natureza não podia ser desnaturalizada em suas forças físicas para que Apolo representasse a luz, Juno os fenômenos atmosféricos e Júpiter o calor, como na poesia didática dos gregos, gênero frio como já lhe chamava o retórico Menandro, e que, como notava Plutarco, não tinha de poesia senão a exterioridade.

E a poesia brasileira não atingiu para logo a proporções gigantescas; conservando-se como a virgem de suas florestas, nua, mas vestida de originalidade, se assim posso parafrasear a expressão sublime de Colombo acerca dos selvagens dessa terra a que ele abordava cheio de entusiasmo e alegria, quando apontando-os à sua equipagem lhe dizia: "Vede! Estão nus, mas vestidos de pura inocência!" Tornou-se antes, segundo a observação do Sr. D. J. G. de Magalhães, não uma indígena civilizada, mas uma grega adornada à francesa e à portuguesa, e aclimatizada no Brasil.

"É, continua o autor do *Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil*, é uma virgem do Helicon, que peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e [sentada] à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, e o trépido sussurro do [Ládon] e do Ismeno e tomou por um rouxinol o sabiá que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Encantados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar pelos seus cânticos e olvidaram as simples imagens, que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia; semelhante à Armida de Tasso, cuja beleza, artifícios e doces palavras atraíram e desorientaram os principais soldados de Godofredo. É rica a mitologia, são belas suas ficções, mas à força de serem repetidas e copiadas vão desmerecendo, além de que, como o pássaro da fábula, despimos nossas plumas para apavonarmos com antigas galas, que não nos pertencem. Em poesia requer-se mais que tudo, invenção, gênio, novidade; repetidas imitações o espírito embrutecem como a muita arte e preceitos tolhem e sufocam o gênio; as primeiras verdades da ciência, como os mais belos ornamentos da poesia, quando a todos pertencem, a ninguém honram. O que dá realce e nomeada a alguns de nossos poetas, não é certamente o uso destas

ficções, mas sim outro gênero de belezas naturais, não colhidas nos livros, mas que só a pátria lhes inspirara. Ora tão grande foi a influência que sobre o gênio brasileiro exerceu a grega mitologia transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam e vão apascentar seu rebanho nas margens do Tejo e cantar à sombra das faias.

Mas existe no homem um instinto oculto, que em despeito dos cálculos da educação o dirige; e de tal modo este instinto aguilha o homem, que em seus atos imprime um certo caráter de necessidade, a que nós chamamos ordem ou natureza das coisas. O homem colocado diante de um vasto mar ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se assistisse aos olímpicos jogos ou na pacífica Arcádia habitasse. Além destas materiais circunstâncias, variáveis nos diversos países, que assaz influem sobre a parte descritiva e caráter [da] paisagem poética, um elemento há sublime por sua natureza, poderoso por sua inspiração, variável porém quanto à sua forma, que é a base da moralidade poética, que empluma as asas ao gênio, que o abala e o fortifica e através do mundo físico até Deus o eleva; este elemento é a religião. Se sobre tais pontos meditassem um só instante os poetas brasileiros, certo que logo teriam abandonado essa poesia estrangeira, que destruíra a sublimidade de sua religião, paralisava-lhes o gênio e os cegava na contemplação de uma natureza grandiosa, reduzindo-os afinal a meros imitadores. Não; eles não meditaram, nem meditar podiam; no princípio das coisas obra-se primeiro, depois reflete-se. Acreditava-se então que mitologia e poesia uma e a mesma coisa eram. O instinto porém guiou-os; e posto que lentamente, as encanecidas montanhas da Europa humilharam-se diante das sempre verdes e alterosas montanhas do Novo Mundo; a virgem homérica, semelhante à convertida esposa de Eudoro, abraça o cristianismo, e, neófito ainda, mal iniciada nos mistérios arcanos de sua nova religião, resvala às vezes, e no enlevo d'alma, no meio de seus sagrados [cânticos], se olvida e adormentada sonha com as graciosas mentiras, que o berço lhe embalavam. Não, ela não pode ainda, posto que naturalizada na América, esquecer-se dos sagrados bosques do Parnaso, a cuja sombra se recreara desde o albor de seus anos; dir-se-ia que ela é combatida pela moléstia da pátria, e que nos assomos de nostalgia à Grécia transportada se julga e com seus deuses delira. Saudosa moléstia, que só o tempo curar pode. Mas enfim já é um grande passo: e praza ao céu que a conversão seja completa, e que os vindouros vates brasileiros

achem no puro céu de sua pátria um sol mais luminoso que Febo, angélicos gênios mais sublimes que as piérides, que os inspirem.”²⁰

À parte o que há de racional e filosófico em nossa sublime religião, nessa verdade que o Ser evidente em sua infinita munificência deixou cair de seu trono sobre a terra, tem ela ainda por natureza popular, seus milagres, suas legendas e também suas superstições, mescla impura, como nota Lamartine, que lhe veio da ignorância e das trevas com que os séculos nodoaram o pensamento do céu. E desses milagres e dessas legendas e superstições populares, deixaram ainda de se aproveitar os nossos primeiros poetas. Dir-se-ia que eles não escreviam num país essencialmente religioso, como o Brasil, e onde o elemento da religião foi a base fundamental da sua civilização. Apenas os jesuítas se prevaleceram das crenças e do sentimento religioso, como ainda mais largamente será demonstrado nesta história, e compuseram essas cantigas religiosas, esses hinos sagrados, essas orações pias em honra de Deus, em louvor da Virgem, em reverência dos heróis da cristandade, que depois se tornaram tão vulgares, e são ainda do domínio do povo e se ouvem em alguns pontos do Brasil. A influência da religião, que chamava os brasileiros à vida monacal, nos deu também desde o princípio do século décimo sétimo até os nossos dias, isto é, desde Antônio de Sá²¹ até Monte Alverne,²² grandes e eminentes oradores, que honraram o nosso púlpito e competiram, pelo seu grande talento, pela sua vasta erudição e pela sua arrebatadora e elevada eloquência, com abalizados pregadores da velha Europa.

“A poesia sublime do cristianismo, diz Santiago Nunes Ribeiro, esta poesia que enche o templo de Deus, como os eflúvios do arômeta sabeu, a poesia da oração, [dos] salmos, das cerimônias sagradas, da palavra divina, santificou as primeiras fundações dos portugueses. A

²⁰ O trecho citado, de Gonçalves de Magalhães, vem às páginas 146-149 do v.1 da *Niterói, Revista Brasiliense* (1836). O cotejo com o texto da *Niterói* nos autorizou o acerto de alguma pontuação duvidosa e a substituição das palavras “sentado” por “sentada”, “cantigos” por “cânticos”, assim como da expressão “caráter de paisagem poética” por “caráter da paisagem poética.” Nas edições consultadas do texto de Gonçalves de Magalhães, o nome do rio “Ládon”, afluente do Alfeu, célebre pela beleza de suas águas e de suas margens, vem grafado “Lodon”; no texto de Joaquim Norberto, “London”.

²¹ Antônio de Sá (Rio de Janeiro, 1620 - Rio de Janeiro, 1678): jesuíta, orador sacro, célebre por seus sermões. A edição mais recente de alguns de seus sermões data de 1924, na “Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa”.

²² Frei Francisco de Monte Alverne (Rio de Janeiro, 1784 - Rio de Janeiro, 1859): professor e orador sacro.

cruz era arvorada e logo se erguia a capelinha; as casas a ladeavam sem demora, e assim tiveram princípio as opulentas cidades, as ricas vilas que existem. A pouca instrução que então havia era devida aos desvelos dos padres, que com admirável paciência a propagavam entre os índios e os colonos, alguns quase tão bárbaros como eles. A instrução religiosa pois supriu as instituições e formou, digamo-lo sem medo de errar, virtudes que toda a moral do filosofismo não é capaz de imitar por sombras. É bem verdade que os colonos mais turbulentos cometiam mil atentados e viviam deles; mas estes mesmos crimes se teriam multiplicado mais, e o remédio deles seria mais tardio em seu efeito, se a doutrina cristã não tivesse neutralizado muitas vezes o veneno da imoralidade. Mas temos para nós que exagerado é o que se diz das maldades desses primeiros povoadores, ou que não tem sido bem examinado o reverso da medalha, que nesse caso é aquele que representa as virtudes cristãs, as boas qualidades morais de muitos homens dessa época. O certo é que a ciência civilizadora da religião continuou a presidir a todos os progressos que o espírito da sociabilidade fazia; o mal portanto não predominou, porque o mal, o vício, o crime, não fundam, não edificam, mas destroem. Donde pois veio o bem senão da religião, se como todos sabem a razão estava tão inculta e a vontade tão propensa ao mal; por que a mesma desordem de uma sociedade nascente e formada de opressores e oprimidos a secundava? Da religião! Da religião! Ela formulava a moral; ela resumia a poesia; ela só desenvolvia os instintos nobres do homem desses tempos e comprimia, desarmava, moderava as paixões revoltosas, agressivas e sensuais. Que a poesia nas mãos da religião foi um instrumento de civilização, é incontestável. O Padre Anchieta, esse grande missionário e apóstolo do Brasil, ensinava em verso como os legisladores e moralistas da Antigüidade. Os primeiros ensaios da poesia dramática lhe são devidos. Sabemos que este santo homem fez representar um auto no adro da capela, composto por ele em português e na língua que falavam os índios de S. Vicente. Essa representação tinha o fim utilíssimo de confundir os pecadores endurecidos ou dar-lhes um exemplo salutar, mostrando as imoralidades de que eram réus, pois os interlocutores mesmos eram os culpados que se acusavam publicamente. Tal era o poder das virtudes evangélicas desse pregador e civilizador famoso. Um povo assim criado devia ser muito religioso, como de fato o foi, até que as doutrinas do [voltairianismo] se encarnassem na instrução e arrefecessem o sentimento religioso, atacando as crenças e desencadeando as paixões. Em todo o Brasil se manifestava, e ainda se manifesta em alguns pontos, esse divino senti-

mento. A poesia popular o revelava por toda a parte, ela que é a expressão mais fiel das crenças e dos sentimentos de um povo. Penetrai nos sertões, freqüentai os oratórios, e aí vereis a devoção e a ternura com que os brasileiros entoam os salmos, os hinos, as orações pias de composição nacional em honra de Deus, da Virgem Santa e dos heróis do cristianismo. O culto da Virgem sobretudo era o mais afetoso, terno e constante. Neste culto nós vemos harmonias encantadoras com o caráter e condição do povo brasileiro. Não entraremos nas distinções do culto de latria, hiperdulia, e dulia, porque não tratamos da questão no ponto de vista teológico. A mais bela das criaturas, a mulher, idealizada segundo o tipo mais perfeito, o composto das maiores virtudes e excelências criadas, devia também ser o objeto do culto mais fervente dos filhos do mais belo país do mundo.”²³

Resta-me falar da história, que, como nota Mennechet, influi mais do que as leis, do que os costumes, os usos e a religião sobre o gênio do poeta que quer ser nacional e portanto original. A paisagem de nossos sítios, a pintura de nossos costumes, as inspirações de nossa religião, os suspiros e gemidos de amor, convertidos em endechas melodiosas, encantam, enlevam, arrebatam; mas os cantos que celebrem os nossos selvagens e sua vida errante; os conquistadores e suas fundações coloniais; as bandeiras e seus descobrimentos; as batalhas e suas vitórias; as missões e seus descimentos,²⁴ e os nossos grandes homens e suas ações, encherão em todos os tempos os nossos peitos de ufanía, e animarão o lar de nossas povoações. Serão esses cantos repetidos ou sob os suntuosos tetos das casas das cidades, ou sob a humilde cobertura de sapê das cabanas da roça; nos ranchos, ao clarão das fogueiras, quando as tropas repousarem de suas viagens, ou nos terreiros das fazendas, à claridade da lua; ou nos engenhos, nos tempos de moagem, ou à sombra dos cafezeiros, à hora da sesta, por ocasião das colheitas, e passando de boca em boca, de idade em idade, se perpetuarão, legando ao futuro, melhor do que as colunas de bronze, as estátuas de mármore, e as massas de granito, todas essas tradições do passado, revestidas das galas, das flores e do perfume da poesia.

²³ O trecho citado vem à página 19 da *Minerva Brasiliense* (1843, v.1., n.1) e às páginas 65-66 da edição do ensaio “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, de Santiago Nunes Ribeiro, por Afrânio Coutinho (*Caminhos do Pensamento Crítico*, 1980, v.1). O cotejo com essas edições nos confirmaram nas seguintes alterações: 1. acertos na pontuação, em casos em que a edição da *Revista Popular* era duvidosa; 2. substituição da expressão “do salmos” por “dos salmos”; e 3. substituição da expressão “voltairinismo” por “voltairianismo”.

²⁴ No período colonial, “descimento” era o nome que se dava ao transporte para o litoral de silvícolas aprisionados nos sertões para serem escravizados.

Povo de três séculos e meio e já a nossa história se ostenta bela, brilhante e gloriosa como a dos povos, cuja origem se perde no oceano dos tempos. Já ela interessa sob todos os pontos de vista por que a queira encarar o poeta, o dramaturgo, o romancista. A lírica, a epopéia, o drama e o romance acharão assuntos grandiosos nessas páginas escritas ainda ontem, e que já hoje atestam a existência de uma nação grande na sua infância, que se avigora no presente, e que tem ainda por si, mais do que as suas irmãs do Novo Mundo, todos os elementos de prosperidade, de grandeza e de integridade, se não mente o cunho que lhe imprimiu a mão de Deus na natureza física de seu país, e o instinto dessa grandeza pôs ele na mente de seu povo, e de que, como dizia o judicioso Marquês de Maricá, é a forma monárquica a condição capital.

A nossa história, como a história universal, pode abranger os tempos antigo, médio e moderno. Chamaremos, diz um escritor americano, chamaremos história antiga as conjeturas que se hão formado sobre o modo por que se povoou o novo continente, a qual tem por assunto a fundação e várias épocas de seus impérios e nações independentes, como também tudo quanto se sabe acerca de seus costumes, ciências, artes e estado de civilização até a data de seu descobrimento, terminando com a sanguenta conquista desta parte do globo. Designaremos com o nome de idade média a época colonial, na qual a descendência dos conquistadores, a dos indígenas, e a das raças africanas formaram uma sociedade composta de elementos discordes que a política da metrópole conservou estudadamente desunidos. E por fim distinguiremos, com a denominação de história moderna, a nova era da América, em que sacudindo o jugo que a oprimia, viu nascer em seu seio independentes e prósperos Estados.

Na história antiga sobressai essa coragem heróica que merece ser cantada, essa coragem que não pôde ser totalmente aniquilada pelos europeus, e que fora pelos europeus admirada, e que talvez com ela tivessem os selvagens vencido o povo que os conquistara, se seus antigos ódios não [obstivessem]²⁵ a junção de tantas tribos, que podiam, como um muro de bronze, opor insuperável resistência aos grilhões da escravidão européia. São ainda testemunhas de tanto valor, de tanto denodo sustentado nos combates, que aceitavam a prol de sua independência, essas florestas admiráveis, que ainda encerram em seu seio pobres relíquias de tão grandes tribos, como uma prova da sua existência e também de seu aniquilamento. E essas relíquias de diversas tribos,

²⁵ No texto: "obstesse".

com todas as suas tradições, costumes, usanças e crenças cheias de um maravilhoso poético, vagam ainda errantes e desconhecidas, escondendo seus nomes primitivos, mas memorando, em seus banquetes as desgraças de seus antepassados, recordando suas misérias e findando por entoarem o cântico da vingança. “O maravilhoso tão conveniente à poesia, escreve o Sr. Ferdinand Denis, esse encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza [que varia] continuamente em seus fenômenos. Se tem mais esplendor a natureza da América do que a da Europa, serão inferiores aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens, aos quais se não podia arrancar um queixume no meio de horríveis suplícios, e que a seus inimigos suplicavam novos tormentos pela glória que daí lhes provinha? Seus combates, seus sacrifícios, nossas conquistas, tudo enfim apresenta brilhantes quadros. À chegada dos europeus acreditavam em sua simplicidade que se confiavam a deuses, mas quando viram que haviam que combater homens, morreram mas não foram vencidos. A voz de seu Deus era o trovão, seu templo o deserto; entre eles mil gênios fantásticos animavam a natureza, favoreciam-nos a eles próprios ou se lhes tornavam terríveis. O que interrogar as fracas tribos escapas a três séculos de destruição, verá ainda todos os pensamentos primitivos que excitam fortemente a imaginação; mas para encontrar tais pensamentos em toda a sua energia, não é preciso ir pedi-los aos povos que a civilização foi destruindo lentamente, e que ocultam os infortúnios das raças americanas nas paragens onde os aldearam; é necessário penetrar no seio das florestas, interrogar as nações livres, cujas localidades estão ainda animadas de pensamentos verdadeiramente poéticos.”²⁶

Não temos castelos feudais, nem essas justas, torneios, lidas e combates de ricos homens de infâncias, de cavaleiros seguidos, de seus escudeiros, pajens e peões, montando seus corcéis andaluzes rica e pomposamente ajaezados, empunhando seus montantes, cuja cruz era o garante de seus juramentos, com seus penachos que açoitavam os ares, dançando sobre seus elmos, com suas armaduras, peitos, viseiras, bracelões e guantes que tudo era vestir aço, como se fossem homens de ferro; mas os tempos feudais temo-los nós nesses tempos em que os donatários das capitâneas eram como os antigos castelões, que recebiam

²⁶ Este trecho do *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis, na tradução de Guilhermino César (*Históricadores e Críticos do Romantismo*, 1978) vem às páginas 36-37. O cotejo com essa outra tradução nos confirmou a alteração do trecho “uma natureza varia que continuamente” para “uma natureza que varia continuamente”.

de seus colonos preto e homenagem; mas a Idade Média, aí está nessa idade heróica de lutas gloriosas e renhidas, sustentadas com as nações do velho mundo, de bandeiras empreendidas em busca de riquezas minerais, e do cativo do índio, que encontrou no missionário o tribuno de sua liberdade. Ainda rochedos ensangüentados, areias rociadas de sangue, sotopostas aos ossos dos guerreiros, lembram a luta dos holandeses na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará; as expedições dos ingleses a S. Vicente e ao Espírito Santo; as incursões dos espanhóis no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e as invasões dos franceses no Rio de Janeiro e Maranhão. Ainda essas cidades, como Bahia, Recife, Rio de Janeiro, Vitória e tantas outras fundadas no meio das tabas dos tupinambás, dos caetés e tamoios, com seus alicerces cavados entre os camucins²⁷ dos chefes indianos, recordam o denodo com que disputaram aos portugueses a posse dos terrenos para a fundação de suas feitorias; ainda esses templos, hoje meio desmoronados, erguidos pelas próprias mãos dos filhos de Loyola, trazem à memória esses padres, que precedidos do estandarte do cristianismo, se embrenhavam pelos bosques, subiam as serras ou passavam as torrentes desferindo as suas harpas, entoando seus cânticos sagrados, levando após si as turbas que arrancavam à barbaridade. Ainda essas aldeias, outrora tão populosas, no meio de florestas seculares e hoje despovoadas e despidas de suas galas naturais ou convertidas em vilas, mostram as ruas por onde percorriam esses catecúmenos, que ao som da frauta e do pandeiro, do violão e do tamboril, entoavam místicos hinos e poéticas orações, celebravam festas religiosas, representavam dramas pastoris, formavam danças inocentes, atraindo a atenção dos selvagens, bárbaros como eles outrora. Ainda esses montes revolvidos em suas entranhas auríferas, esses rios atropelados em seus leitos diamantinos e esses combros de ruínas de cidades hispano-americanas lembram esses paulistas com as bandeiras errantes partindo do Taubaté em busca de minas de ouro e de escravos indianos; travando dissensões com os emboabas no Rio das Mortes, no Capão da Traição; pelejando com os guaicurús nos campos de Paraná para dobrar-lhes a cerviz até ali indomável e penetrando os sertões, vingando as serras, transpondo as correntes, percorrendo as campinas, entrando os estabelecimentos dos espanhóis, varando as cidades de Vila Real, Guaíra, e atacando-as, destruindo-as, deixando os tetos abatidos, estremecidas as paredes,

²⁷ No texto: "as *camucis*". Camucim: vaso, pote; talha de barro, em que os indígenas sepultavam os mortos.

senão arrasadas até os seus alicerces, e arrasadas em ruínas e destroços cidades que haviam amanhecido prósperas e florescentes! “E todo esse heroísmo da Idade Média, pergunta o Sr. Ferdinand Denis, todo esse espírito ardente e aventureiro dos tempos da cavalaria não terá o quer que seja desse colorido particular das viagens dos primeiros exploradores, caminhando pelos sertões adentro sem receio, sem pavor, atacando com audácia animais desconhecidos, penetrando no meio de tribos que podiam aniquilá-los? É certo que não buscavam senão ouro, mas nem por isso se [lhes] pode negar o seu quinhão de glória; e dessas correrias longíquas se poderá aproveitar, e com vantagem, a poesia.”²⁸

A luta gloriosa de nossa independência, em que um só grito soltado nas margens do Ipiranga por um príncipe magnânimo ecoa de boca em boca, estruge do Amazonas ao Prata, das praias do oceano às encostas dos Andes, e reúne em torno de si todo um povo que desperta armado dos restos de seus grilhões para [reivindicar]²⁹ a sua liberdade, constitui a época presente. História de hoje, mas também rica de painéis brilhantes que já pertencem ao domínio da poesia, como tudo o que é grande, sublime, glorioso e justo. O presente é belo, embora algumas vezes se mostre sobrecarregado de nuvens prenhes de tempestade que ameaçam catástrofes. Um só raio do sol da pátria que as doure, um só bafo da brisa perfumada dos odores de suas florestas que as dissipe, torna o céu límpido, diáfano e sem nódoa, como o futuro todo de esperança, todo de grandeza para o povo da terra da cruz e também para a independência da América Meridional.

Ainda algumas considerações e concluirei. Quando agitou-se entre nós a questão da nacionalidade da nossa literatura, confundiu-se com ela a originalidade, como se ela não pudesse ser nacional sem ser original. Examinando os nossos poetas e confrontando-os com os da antiga mãe pátria, Santiago Nunes Ribeiro decidiu que a nossa literatura era nacional; no exame porém desses poetas não atendeu ele às épocas em que floresceram, apesar de dizer com Cousin³⁰ que a ninguém é dado caminhar fora do seu século. Desprezou todos os nossos autores

²⁸ Este trecho do *Resumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis, na tradução de Guilhermino César (*Históriadores e Críticos do Romantismo*, 1978) vem à página 37. O cotejo com essa outra tradução confirma a alteração que introduzimos na citação feita por Joaquim Norberto: a substituição do pronome “lhe” por “lhes”, que restabelece, assim, a concordância com o sujeito da frase.

²⁹ No texto: “revindicar”.

³⁰ No texto: “Cousin”. Victor Cousin (Paris, 1792 - Cannes, 1867): filósofo francês, autor de *Do Verdadeiro, do Belo e do Bem* (1853).

desde os primeiros anos de nossa literatura até o meado do século passado, e passando em revista simultaneamente as belezas da musa que inspirara tão sublimes estrofes a Caldas, tão ricos episódios a Durão, tão belos quadros a Basílio da Gama[,] tão magníficas descrições a S. Carlos, tantas harmonias a Magalhães, a Porto-Alegre e a Odorico,³¹ concluiu daí que o Visconde de A. Garrett e os Srs. Ferdinand Denis, Torres Homem³² e o próprio Sr. Magalhães e outros, haviam sido injustos quando acusaram os poetas brasileiros dos primeiros tempos de pouco originais. “A poesia do Brasil, dizia ele, é filha da inspiração americana. A inspiração não pode ser comunicada por nem uma espécie de educação científica ou estética. Considerada assim, ela é inerente à natureza do homem e só para desenvolver-se precisa de estudos. Em virtude da sua comunicação com o universo o homem está sujeito às influências exteriores, que são outros tantos modificadores do organismo. Este a seu turno modifica o espírito pela ação que nele exerce por meio das sensações. O grande naturalista, Barão de Humboldt, diz que nas regiões meridionais da América uma grande vivacidade e brilhante clareza de concepções corresponde à diafaneidade da atmosfera. Tomemos nota deste belo testemunho, que nos verte um dos maiores sábios deste século, e vejamos o que é a inspiração. Hegel a define: o estado da alma em que o artista se acha quando realiza as suas concepções. Lembremo-nos também que a observação constante atesta o fato do prematuro desenvolvimento da inteligência nos brasileiros, peruanos, etc., e das premissas, que estas diversas ponderações implicam, tiremos esta conclusão: – que o gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo, ao Brasil finalmente. Assim, em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra helênica, transportada às regiões do Novo Mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educada na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha.”³³

³¹ Manuel Odorico Mendes (São Luís, MA, 1789 - arredores de Londres, 1864): poeta e jornalista, celebrou-se, principalmente, por suas traduções dos poemas homéricos, *Iliada* e *Odisséia*, e pelas traduções da *Enéida*, das *Bucólicas* e das *Geórgicas*, de Virgílio.

³² Francisco de Sales Torres Homem (Rio de Janeiro, 1812 - Paris, 1876): diplomado em Medicina (Rio de Janeiro) e Direito (Paris), professor, jornalista, político e diplomata, foi, juntamente com Domingos José Gonçalves de Magalhães, um dos redatores da *Niterói, Revista Brasiliense* (Paris, 1836).

³³ O trecho citado vem à página 16 da *Minerva Brasiliense* (1843, v.1., n.1) e à página 59 da edição do ensaio “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira”, de Santiago Nunes Ribeiro, por Afrânio Coutinho (*Caminhos do Pensamento Crítico*, 1980, v.1).

Um ilustre anônimo, que já tive o gosto de citar, entende que as produções literárias de nossos escritores não podem ser analisadas em absoluto, mas em relação especial à em que nos achamos; não acredita portanto na originalidade da nossa literatura, nem na sua importância e interesse a par dos primores das literaturas da Europa. “Nossas relações em mais vasta escala com os países mais civilizados da Europa nos puseram em contato com os primores literários de nações já formadas em toda a força e robustez da virilidade. Mais nos afeiçoamos à literatura francesa pelo parentesco latino do idioma. Estudamos seus poetas, seus oradores, e sem que o saibamos lhe vamos insensivelmente bebendo as inspirações e seguindo os passos. Assim devia ser; a força do contato é irresistível; na luta da juventude com a virilidade aquela deve sucumbir e esta triunfar. Quando cada navio, que nos chega da Europa, nos importa a flor das produções maravilhosas do gênio francês, que esperanças as de literatura de um povo que nasceu ontem para delir das imaginações as imagens vivíssimas e dos corações as impressões profundas, deixadas pela leitura de tantos e tão variados primores! O que substituirão eles a essas imagens e a essas impressões? Descrevei as cenas maravilhosas do novo país; bem: mas para a passagem agradar cumpre que seja animada, e a nossa história, a história de nossa infância, não pode no seu enredo nem nas suas peripécias equiparar-se à história nas nações européias. Nossas relações sociais não têm a complicação variada das sociedades transatlânticas; são como as vinte e cinco letras do alfabeto comparadas com as combinações infinitas de um idioma.”

Há alguma coisa de verdadeiro nesse juízo do autor das citações que acabo de fazer; a razão porém da pouca importância da nossa literatura não nasce da concorrência estrangeira. Se Lamartine prefere qualquer tradução, por má que seja, ao original de algum poeta estrangeiro, claro é que a leitura na própria língua oferece outros encantos que não em estranhos idiomas, cujas belezas muitas vezes escapam. A pouca importância está, como diz o Sr. José Mármol, em não ter a inteligência entre nós classe na sociedade, o que por certo se não dá na velha Europa.

“Por que razão, pergunta o ilustre americano, o gênio se não eleva na América à altura de sua natureza e dos destinos que deve representar no mundo, quando a mão dos séculos tiver roçado um pouco mais a crista dos Andes? O fato é de uma existência palpável. Onde encontraremos a solução deste problema moral? Na natureza de seus filhos? Não; a natureza moral do homem nunca é menos forte e bela que a natureza física que o rodeia; debaixo das impressões do clima da Grécia e da

Itália nasceu a civilização do mundo. Na natureza de sua época? Não o afirmamos; apenas apontaremos as idéias que nos inclinam a acreditá-lo. Há perto de meio século que as colônias européias da América, mais tarde ou mais cedo umas do que outras, arrojaram para o outro lado do Atlântico o jugo de ferro que por trezentos anos as oprimiu, e se levantaram independentes à face de seus antigos senhores. Durante a vida de sua escravidão adquiriram uma crença – a crença religiosa. Durante a vida da liberdade adquiriram outra crença – a de sua independência política. Há na América alguma outra crença pública? Pois bem; a mesma causa que produz a escravidão da consciência americana, às crenças européias em filosofia, legislação, ciência, artes, literatura e ainda nos costumes, é a que produz o abandono do gênio para seu engrandecimento e originalidade. Precisamos de Chateaubriand para levantar do Mississipi o véu de seus encantos, de Tocqueville para conhecer nossa própria democracia, e d'Orbigny para conhecer nosso terreno. Buscai aquela causa, primeiramente na sociedade, depois nas instituições, e aí a encontrareis. Achareis que a inteligência não tem classe na sociedade, mas que ela vegeta só, como o arbusto no deserto; que na América só existem três classes – a classe bárbara, que não lê porque não sabe; a classe que especula com os destinos e tiraniza o povo, que só escreve leis ruins, e que só lê suas próprias leis, e a classe comercial, que monopoliza as riquezas públicas e forma uma aristocracia poderosa e despótica sobre o resto da sociedade; esta classe lê unicamente cifras: o seu alfabeto compõe-se apenas de dez caracteres.”

Possui pois a nossa literatura uma tal ou qual originalidade em todas as suas feições; originalidade que começa fraca e débil como a própria literatura, e que se avigora e se torna mais e mais distinta à proporção que se afasta do século de sua origem, até que se patenteia em toda a sua força nos tempos de agora, como já o demonstrei quando tratei da inspiração que oferece o nosso país a seus poetas e da influência da sua natureza sobre as suas obras e seu estilo, e muito promete na marcha progressiva e triunfal em que vai, não obstante o caminho arrepiado de tropeços, cheio de dificuldades, que principia por infundir desgostos e acaba por trazer o desânimo, quando apenas uma augusta mão o semeia de flores para suavizar tantos espinhos e promete a recompensa da glória para adoçar a aridez nascida de tanta indiferença.

Não há ainda vinte anos que as realidades de hoje eram apenas tênues esperanças de então; daí para cá a poesia, ainda tímida em seus ensaios, desprendeu suas asas, tornou-se livre em seus vôos, buscou as suas inspirações longe das sendas batidas. A independência política nos

trouxe a independência literária; sacudimos o jugo imposto à inteligência, e nossos cantos ecoaram na Europa com todas as galas de nosso país, com todos os perfumes de nossas flores, com todo o brilhantismo de nosso céu e cheios da inspiração da nossa América; então o Sr. Eugène de Monglave dizia ao Instituto Histórico da França: “Agora que os brasileiros possuem o cunho da originalidade, nada têm que recluir de uma nova concorrência; franco é o deserto; – o Sr. Magalhães e seus amigos guiam o povo à terra da promessa.”

CAPÍTULO V

TENDÊNCIA DOS SELVAGENS BRASILEIROS PARA A POESIA

TRIBOS QUE MAIS SE AVANTAJARAM NA CULTURA DA POESIA

Este capítulo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.II, p.343-357, mar. - jun. 1859, trazendo o número I, em algarismo romano, acima do título da primeira parte. O capítulo continua no tomo III da mesma *Revista*, p.5-17, repetindo, abaixo do título principal, o título da primeira parte e o número I. Não há uma segunda parte no capítulo, razão pela qual suprimimos os números e transformamos o título da primeira parte em subtítulo do capítulo. No tomo II, à página 343, havia a seguinte nota de rodapé: "Capítulo 2.º do 2.º livro da história da literatura brasileira." Como se vê, essa indicação não confere com a nota de rodapé que saiu no tomo XVI, em que foi publicado um plano geral da obra, no qual este capítulo consta como o 1.º do 2.º livro. Seguimos, nesta edição, no que diz respeito à ordem dos capítulos, esse plano geral da obra.

La predisposición del pueblo brasileño á la poesía y á la música está en todas las razas de que el pueblo brasileño se compone. Los indios de todas las tribus eran y son músicos y poetas. Los jesuítas vencían la aversión de los indios al trabajo y su amor á la independencia, enseñándoles la música y haciéndoles cantar mientras que trabajaban.

JUAN VALERA, *De la Poesía del Brasil*.¹

Essas florestas, que causaram a admiração dos primeiros conquistadores, durante o século do descobrimento do Novo Mundo, e que tão majestosamente se alevantam, apenas gastas e destruídas em algumas extremidades e centros, pela foice da civilização, para darem lugar ao estabelecimento de tantas vilas florescentes e cidades prósperas e belas, são testemunhas da existência de um povo heróico, – cujos cânticos de guerra, ao som de seus murmurés,² atroaram os ares; – cujas endechas de amor, acompanhadas das vozes de seus membis,³ animaram os lares.

Sempre em contínua luta, viviam os brasis na mais absoluta independência, que se pode imaginar, sustentando-se dos recursos, que espontaneamente lhes oferecia a natureza, ou das iguarias, que, como se expressa o cronista jesuíta, pendiam do seu arco. Povoavam os lugares mais acomodados à sua existência nômada, vivendo uns pelos matos, outros pelos campos, e ainda outros pelas brenhas, sempre vagabundos, ora em uma, ora em outra parte, que mais em abundância lhes fornecia a caça e a pesca, segundo o tempo do ano e a ocasião de suas comédias e festas, e passando tão regaladamente sem pão e sem vinho, que Jean de Léry se admirava, que assim pudessem viver. No meio de suas mulheres nuas, sem esses adornos e atavios, que modificam as formas, e mais incitam a voluptuosidade; e não inferiores às européias em beleza, como diz o observador francês; eles representavam no meio das florestas os primitivos tempos de inocência e singeleza desses filhos de Adão e Eva.

¹ Esse trecho vem à p.94 do tomo XIX das Obras Completas de Juan Valera (*Crítica Literária* [1854-1856], 1927).

² No texto: “suas mure-muré”. Trata-se de instrumento musical de sopro.

³ No texto: “suas membys”. Trata-se de uma espécie de flauta.

Montaigne,⁴ que nos seus *Ensaíos* consignou um capítulo aos nossos selvagens, ou como então se dizia, aos canibais, escreveu, falando dos tamoios, que nada havia de bárbaro nem de selvagem entre eles, [a] menos que cada um não chame bárbaro, o que não é de seu uso. No seu entusiasmo pela vida dos nossos indígenas, ele não vê, como Martius, o homem na sua última degradação, pela degeneração dos seus costumes e usos, mas sim o homem saído há pouco das mãos de Deus, e vivendo na maior harmonia, no seio da natureza e numa república tão filosófica quão perfeita; que nem a imaginada por Platão, poderia competir com ela.

A poesia é o primeiro e último grito, que solta qualquer povo, desde os primeiros tempos de sua existência, até o último momento de sua decadência, ou de seu aniquilamento; são seus cantos balbuciados no berço, ou murmurados à beira do sepulcro, repletos da singeleza dos seus primeiros anos, da linguagem dos seus amores, ou das tradições de seus antepassados, e portanto de sua história, que nos podem dizer o que eles foram sobre a face da terra, onde não passaram, sem deixar sinal de sua existência. Desgraçadamente houve o maior descuido em recolher esses cantos e traduzi-los na nossa língua; perderam-se no meio das florestas, como um brado misterioso, e os poucos fragmentos, que nos restam, não satisfazem a nossa avidez, não dizem se eles pertenciam a um povo decrépito, como quer Martius, ou saídos recentemente das mãos de Deus, como pretende Montaigne.

O ilustrado Sr. Dr. D. J. G. de Magalhães é de opinião, que esses cantos poderão ser ainda encontrados nas bibliotecas dos mosteiros, especialmente da Bahia, e o Sr. Ferdinand Denis pensa que nem todas as pesquisas, que se fizerem para isso, serão infrutíferas, e à vista dos manuscritos, que têm sido arrancados ao olvido e à poeira dos anos, pelos esforços animados do Instituto Histórico Brasileiro, é de crer, que se as indagações se encaminharem a esse fim, não deixarão de realizar tão belas esperanças. Pensa-se geralmente, que nessas relíquias das grandes tribos, nesses restos, que sobreviveram à catástrofe, que aniquilou os seus antepassados, e que vivem sob outros nomes, ainda se poderão colher importantes indagações, e ouvir dos lábios de seus *nheengaçarás* os cantos tradicionais de seus avós. Martius colheu de algumas tribos belos fragmentos, que lhe mereceram muita importância,

⁴ Michel Eyquem de Montaigne (Castelo de Montaigne, atual Saint-Michel-de-Montaigne, Dordogne, 1533 - Saint-Michel-de-Montaigne, 1592): pensador francês, autor de *Ensaíos* (1580). O ensaio a que se refere Joaquim Norberto é o de n.º 31, do Livro I.

e novos e reiterados esforços entre outras tribos dadas à poesia, e que ainda animam as nossas florestas, deverão dar em resultado não já alguns fragmentos, senão os mais completos cantos.

O que mais admira, é que o talento de improvisar em poesia, era comum nas mulheres, conforme o testemunho de Gabriel Soares e de Fernão Cardim, que no século XVI tiveram ocasião de observar atentamente os seus usos e costumes. “Às vezes, diz Gabriel Soares, falando dos que se prezam de grandes músicos e fazem motes de improviso, [anda] um [par] de moças cantando entre eles, entre as quais há também mui grandes músicas, e por isso [mui] estimadas.”⁵ Fernão Cardim é ainda mais explícito a este respeito. “As mulheres e meninos, escrevia ele, os ajudam nestes bailes e cantos; fazem seus trocados e mudanças com tantos gatimanhos e trejeitos, que é coisa ridícula; de ordinário não se bolem de um lugar, mas estando quedos em roda, fazem o mesmo com o corpo, mãos e pés; não se lhes entende o que cantam, mas disseram-me os padres, que cantavam em trovas quantas façanhas e mortes tinham feito seus antepassados; arremedam pássaros, cobras e outros animais, tudo trocado por comparações, para se incitarem a pelejar. Estas trovas, fazem-nas de repente, e as mulheres são insignes trovadoras.”⁶ Baena,⁷ que em nossos dias se deu ao estudo das tribos existentes no Amazonas, generaliza esse talento a todas as suas mulheres. “Vencida a ação, diz ele, as mulheres cantam o epinício, enumerando os feitos bélicos de seus maridos, e nomeando os prisioneiros.”

A celebridade da inspiração, que ganharam por todo o Brasil as águas do Carioca, como as do Hipocrene entre os gregos; a veneração, que mereciam os seus bardos, que eram acolhidos com alegria por toda a parte, por onde iam, e ouvidos com entusiasmo; a estima, de que se tornaram credoras as suas mulheres, tidas e havidas como insignes

⁵ Gabriel Soares de Sousa (Lisboa, 1540 - Sertão da Bahia, 1591): senhor de engenho no recôncavo baiano, escreveu o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, importante obra, pelas minúcias que contém acerca da história, etnografia, agricultura, corografia, botânica, mineralogia e fauna do Brasil, citado por Joaquim Norberto. O cotejo com a quinta edição dessa obra (São Paulo: Nacional, 1987. p.316) nos levou às seguintes alterações: 1. “anda” no lugar de “andam”; 2. “um par de moças” no lugar de “um bando de moças”; e 3. “mui estimadas” no lugar de “muitas estimadas”.

⁶ Padre Fernão Cardim (Viana do Alentejo, Portugal, c. 1548 - Abrantes, BA, 1625): jesuíta, autor de *Do Clima e Terra do Brasil, Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil, Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica*, tratados reunidos por Rodolfo Garcia na obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Rio de Janeiro, 1925). Na edição de 1980 dessa obra, o trecho citado vem à página 152.

⁷ Antônio Ladislau Monteiro Baena (Lisboa, 1781 ou 1782 - Belém, PA, 1850): historiador, escreveu muitas memórias sobre a região amazônica.

poetisas, e que sabiam tão bem como eles metrificar, mostram a tendência desses povos para a poesia e a importância, que lhes mereciam aqueles, a quem o céu dotou da inspiração, acendendo-lhes na mente o estro.

Examinarei quais as tribos, que mais se avantajaram na sua cultura; se os seus usos e costumes, se os seus mitos e crenças, se as suas tradições e a sua língua eram favoráveis a essa tendência, e quais foram as suas composições tradicionais, jogos e representações dramáticas.

Os tamoiós foram entre todos os povos primitivos do Brasil, os que mais se distinguiram no cultivo da poesia, e eram eles porventura os que habitavam a mais poética de todas as situações do país. Sob o pomposo e magnífico céu do Rio de Janeiro, ante as cenas portentosas da sua natureza, à vista de sua esplêndida, pitoresca e risonha baía, só não seria poeta um povo estúpido, destituído de toda a inteligência.

Essa grande tribo era olhada como a mais antiga de todas as existentes no país ao tempo da conquista, e assim devia ser a tribo depositária por excelência das tradições nacionais; daí sem dúvida nascia esse respeito, que a seus bardos tributavam os outros povos e ainda os seus contrários. Crê-se geralmente que se denominavam tupinambás, e tanto assim que os escritores franceses, e sobretudo Hans Staden, seus contemporâneos, lhes davam o nome de *toupinamboult*; as outras tribos, porém, os conheciam pelo nome de *tamuyas*, os avós, e seus inimigos se vingavam chamando-os *tupi-imbás*. Os tupinambás eram os seus mais íntimos aliados, no entanto que os temiminós, os netos ou descendentes, tornaram-se os seus irreconciliáveis inimigos, e do seu rancor para com seus ascendentes se aproveitaram os conquistadores portugueses, para guerreá-los e vencê-los, quando confederados aos franceses em [Paranapuã]⁸ e Uruçumirim, cujas trincheiras desapareceram ao aceno de Estácio de Sá e de Araribóia.⁹

⁸ No texto: "Paranapucahy".

⁹ Estácio de Sá (Coimbra, c.1520 - Rio de Janeiro, 1567): fundador da cidade do Rio de Janeiro, de onde, com a ajuda das forças comandadas por Mem de Sá, seu tio e terceiro governador geral do Brasil, expulsou os invasores franceses. Os combates se deram na aldeia do morubixaba Uruçumirim, situada no morro hoje conhecido como Outeiro da Glória, e na ilha de Paranapuã, nome que davam os índios à atual ilha do Governador, na baía de Guanabara. Francisco Adolfo de Varnhagen, nos "Comentários" ao capítulo 54 (da primeira parte) do livro de Gabriel Soares, afirma que essa ilha já recebera os nomes de "Parnapicu", "dos Gatos", "dos Maracaiás", "dos Engenhos" e que passou a se chamar "do Governador" por nela haver fundado engenho e residido durante muito tempo Salvador Correia de Sá, que foi nomeado governador por seu tio Mem de Sá, em substituição a Estácio de Sá, que morrera. Araribóia era morubixaba e foi batizado com o nome de Martim Afonso de Sousa. Ajudou Mem de Sá e Estácio de Sá na expulsão dos invasores franceses do Rio de Janeiro, tendo-se estabelecido com seus índios em aldeia no monte que depois se chamou de S. Lourenço, situado na atual cidade de Niterói.

“São havidos esses tamoios, diz Gabriel Soares, por grandes músicos e bailadores, entre todo o gentio, os quais são grandes compositores de cantigas de improviso; pelo que são muito estimados do gentio, por onde quer que vão.”¹⁰ Foram eles, ajunta Jaboatão,¹¹ os primeiros, que provaram das celebradas águas do Carioca do Rio de Janeiro e experimentaram melhor os seus efeitos, e por isso eram estimados do mesmo gentio, onde se achavam e porque ao som da voz compunham também suas cantigas e cançonetes, que a seu modo rústico, repetiam com singular donaire e graça. “Fama esta, que confirma Rocha Pita quando diz: que essa água faz vozes suaves nos músicos e mimosos carões nas damas.”¹²

Os tupinambás se assemelhavam em seus usos e costumes aos tamoios, de quem se prezavam descender. No tempo do descobrimento achavam-se de posse dos não menos poéticos sítios da Bahia, depois de triunfarem dos tupiniquins.¹³ Outras cabildas habitavam a costa da província do Maranhão, ou para ali haviam tornado, e se aliaram aos franceses nos últimos anos do século décimo sexto. “A subsequente conquista do Pará, diz o Sr. F. Pereira Dutra¹⁴ nas suas *Investigações Sobre a Origem da Raça Tupi, sua Linguagem, Tradições, Mitos e Costumes*,¹⁵ a subsequente conquista do Pará aproximou deles os seus antigos e acérrimos inimigos, que os levaram de novo a ferro e fogo. Cômicos da nenhuma segurança do seu retiro, foram forçados a emigrar ainda uma vez, e seguindo para oeste, estabeleceram-se nas cabeceiras dos rios Juruá, Jutai e Javari. Ali divididos por dissensões intestinas, se fracionaram; o nome de tupinambás, o bravo tupi, foi mudado e substituído pelo de cucamas, que significa desprezador da morte.

¹⁰ O trecho citado, de Gabriel Soares de Sousa, vem à página 110 do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (1987).

¹¹ Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (Jaboatão, termo do Recife, 1695 - depois de 1768): publicou obras históricas, morais, ascéticas, sermões e panegíricos. Sua obra mais conhecida é *Orbe Seráfico Novo, Brasílico* (Lisboa, 1761), republicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1858.

¹² Essa afirmativa de Rocha Pita vem no parágrafo n.º 88 do livro 2.º da *História da América Portuguesa* (1970, p.94-95).

¹³ No texto: “Tupininhins”. Essa informação está em Gabriel Soares, onde encontramos a grafia “tupiniquins”.

¹⁴ Francisco Pereira Dutra (Bahia, ? - ?): poeta e estudioso de questões históricas. Publicou *Poesias* (Rio de Janeiro, 1852).

¹⁵ Sacramento Blake informa que essa matéria vem no *Jornal do Comércio* de 5 de dezembro de 1854.

“A porção dos cucamas, que se separou de seus irmãos, caminhou para oeste e chegou às beiras do [Huallaga],¹⁶ primeiro grande afluente do Amazonas pela margem direita, na república do Peru. Ali os encontraram os missionários jesuítas espanhóis, que os reduziram ao cristianismo, e os aldearam na Laguna, povoação situada sobre a margem direita do Huallaga e pouco acima da confluência. Em 1827 levantando-se entre os índios da Laguna novas discórdias, dividiram-se pela segunda vez. A porção, que permaneceu na aldeia, tomou o nome de cucamilhas e os restantes formaram as novas aldeias de Perinari e de Nauta, situadas ambas sobre o Amazonas, entre as confluências do Huallaga e a do Ucaíali. Alguns cucamas, já movidos pela saudade de sua antiga pátria, já aborrecidos do despotismo de seus curas, têm voltado a se estabelecer no Brasil. É destes, que se formou a pequena vila de Boim sobre o Madeira e a nova aldeia de Jurupari, pouco abaixo da fronteira de Tabatinga. A cidade do Pará, a maior que alguns cucamas têm visto, é para eles o que é para nós Paris ou Londres. Aqueles que voltam ao Peru de uma viagem ao Pará, levam consigo uma rede, um grande cachimbo e um barrete escarlate, objetos de luxo de sua particular predileção. Os parentes e amigos reúnem-se em torno do recém-chegado, para ouvirem-no referir, entre as baforadas de tabaco e as oscilações da rede, as grandezas da cidade grande, suas elevadas torres, suas grandes casas e as monstruosas canoas, que navegavam no Paraná-açu-itê, o oceano. Contudo, apesar destas descrições mágicas, os cucamas não esquecem o que sofreram de nós os seus antepassados. No dialeto cucama se chama a satanás *mai*, e este mesmo nome é dado aos brasileiros e o Brasil se chama *maire*, isto é, terra de diabos.”

Os tupinambás cantavam, bailavam e improvisavam suas canções com a mesma facilidade e graça, que os tamoiós. “Prezam-se de grandes músicos, dizia Gabriel Soares, e a seu modo cantam com sofrível tom; e os músicos fazem motes de improviso e suas voltas, que acabam no consoante do mote; os quais cantam e bailam juntamente em uma roda, na qual um tange um tamboril, em que não dobra as pancadas; outros trazem um [maracá] na mão, que é um cabaço com umas pedrinhas dentro, com seu cabo, por onde pegam; e nos seus bailes não fazem mais mudanças, nem mais continências, do que bater no chão com um

¹⁶ No texto: “Gualhoga”. O rio Huallaga é o primeiro grande afluente da margem direita do Marañón, rio que, a partir da confluência com o Ucaíali, toma o nome de Amazonas.

só pé ao som do tamboril, e assim andar todos juntos à roda e entrar pelas casas uns dos outros.”¹⁷

Os caetés, que senhoreavam a costa compreendida desde a foz do rio São Francisco até o rio Paraíba, guerreavam-se com os potiguaras, assaltando-os em suas célebres canoas de periperi. Esta grande tribo recusou abertamente sujeitar-se aos conquistadores portugueses, e Duarte Correia de Albuquerque, donatário da capitania de Pernambuco, confederando as tribos inimigas contra tão denodados guerreiros, procurou pôr termo às suas fatais incursões, vingando na sua destruição bárbara e sangüenta a morte do Bispo do Brasil, o mártir D. Pero Fernandes Sardinha, como se o anátema do céu tivesse caído sobre eles.

Tão ciosos da sua independência, como corajosos em defendê-la, eram os caetés por natureza afeiçoados à música, amigos da dança e célebres improvisadores.

Os potiguaras, seus rancorosos inimigos, habitavam a costa do Rio Grande do Norte até ao Paraíba, e tinham também contra si os tabajaras, que dominavam o sertão; inimigos dos portugueses, achavam-nos os franceses ou holandeses sempre prontos, para favorecê-los, e, como os caetés, encontravam na música, na dança e na poesia, os mesmos atrativos, que os povos civilizados.

Os papanases, que guerreados pelos tupiniquins¹⁸ e goitacases, se viram obrigados a abandonar a costa entre as antigas capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo, e a se refugiarem nos próximos sertões, contavam, como essas tribos, seus poetas, e entre eles eram a música e a dança transmitidas de pais a filhos com os usos e costumes herdados de seus maiores.

Os goitacases, que se não assemelhavam a esses índios, nem pelos seus usos e costumes, nem pela sua língua, habitavam o norte do Rio de Janeiro desde Cabo Frio até a capitania do Espírito Santo; seus hábitos, sua existência nômade, sua maneira gutural de se expressarem, os denunciavam como verdadeiros descendentes dos aimorés, ou antes, guaiamorés.

Contudo os goitacases se aproximavam dos tupinambás, não só na maneira de cantar e bailar, segundo o testemunho de Gabriel Soares, como em outras gentilidades.

¹⁷ Esse trecho vem no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* (1987, p.315-316). A palavra “maracá” vem grafada “maraha”, no texto de Joaquim Norberto.

¹⁸ No texto: “Tupininkis”.

Todas estas tribos, à exceção dos goitacases e dos patavianos,¹⁹ se assemelhavam em seus usos e costumes, falavam o mesmo idioma, o tupi ou o guarani, ou como diziam os jesuítas, a língua geral do Brasil; possuíam as mesmas tradições e descendiam de uma só tribo, os tupis ou guaranis, que Moken supõe serem os caraíbas, que se passaram para a nossa pátria. Todos eles, tamoios, tupinambás, caetés, potiguaras, papanases, goitacases, guaicurús e patavianos, andavam nus, que só se adornavam de penas nos dias de suas festividades, mas pintavam todo o corpo com o sumo de algumas ervas ou frutas, já para se preservarem dos insetos, já para infundirem mais terror aos seus inimigos, com grutescos desenhos, que os desfiguravam, e banhavam-se desde os primeiros cantos das aves até à noite.

Viviam na maior comunidade possível em suas largas e extensas choupanas, dormindo em suas redes ou no chão sobre folhas aromáticas, gozando dessa singeleza tão preconizada por Jean de Léry, sem o menor recato, quanto à honestidade. A poligamia era natural entre eles, não obstante a contestação de alguns autores, que querem que ela fosse abraçada, depois que foram visitados pelos europeus, e que em compensação deixassem a antropofagia.

A tradição dos atos de bravura, praticados na guerra, passava de velhos a moços, educados mais para os seus combates, do que para os pacíficos trabalhos de suas aldeias. A fome e a sede eram suportadas nas suas extensas e prolongadas marchas contra os inimigos, de maneira, que causa admiração. Tudo entre eles respirava o odor carnificino da guerra. As suas gargantilhas eram formadas dos dentes de seus contrários: seus instrumentos feitos de seus ossos, e em seus banquetes bebiam

¹⁹ "patavianos": provavelmente, Joaquim Norberto quis se referir aos "índios patos" mencionados por Ferdinand Denis em sua obra *Brasil* (1980, p.187), habitantes primitivos, juntamente com os carijós, da região correspondente hoje à ilha e ao Estado de Santa Catarina. O Padre Simão de Vasconcelos também se refere a eles no parágrafo nº 64 do livro primeiro da *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Esses índios eram considerados os mais pacíficos de toda a costa brasileira. A primeira edição de *Brésil* (Paris: Firmin Didot Frères, 1837) foi feita em conjunto com *Colombie et Guyanes*, de Stanislas Marie César Famin. Georges Raeders (*Bibliographie Franco-Brésilienne*, 1960, p.107-108) informa que houve duas edições portuguesas dessa obra, em 1844 e 1845. Além da edição que consultamos, traduzida por João Etienne Filho e Malta Lima, existem, ainda, segundo Maria Helena Rouanet (*Eternamente em Berço Esplêndido*, 1991, p.308) duas outras edições brasileiras, ambas em 2 volumes, uma datada de 1900, a outra de 1955. Os goitacases, por sua vez, habitantes primitivos da região de Campos, no Rio de Janeiro, foram contactados pelos navios que traziam ajuda a Villegaignon. Entre os tripulantes desses navios estava Jean de Léry, que, em sua *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.80) os chamou de "Uetacá". Segundo esse autor, esses índios eram ferozes, falavam uma língua diversa da dos outros indígenas e se recusavam à convivência quer com os europeus (portugueses ou franceses), quer com os índios seus vizinhos.

pelos crânios de seus inimigos. Com o arco e as setas nas mãos e a aljava pendente das espáduas, ou empunhando a clava pesada, tendo as cabeças coroadas por penachos de variadas cores, tornavam-se medonhos quer nos campos dos combates, quer nas suas trincheiras ou caiaças. Inspiravam aos filhos ódio contra os contrários, como herança de sua heroicidade, incitando-os com seus cantos de vingança em seus sacrifícios de sangue, em seus banquetes ou em suas danças em torno do fogo, tão caro em suas tabas. Preferiam na incerteza do triunfo a morte ao cativo, que para eles a liberdade era tudo; assim nos sacrifícios saudavam os prisioneiros com júbilo o sol, que lhes luzia pela derradeira vez; ligados à muçurana, a corda do sacrifício, tendo na cabeça o cangatá,²⁰ a carocha de plumas; vendo as labaredas das fogueiras, em que deviam ser consumidos, insultavam os seus inimigos, entoando a canção dos prisioneiros e ao som do destemperado e roufenho trocano, o grande tambor, recebiam tranqüilos o golpe da tangapema,²¹ que os prostava sem vida. Soavam então os cantos da vitória e seguiam-se as orgias do banquete de antropofagia, banquete horrível, não que lhes servisse de alimento, mas que tinha por fim representar a vingança, levada ao seu maior grau, e infundir o terror entre os seus inimigos. As danças terminavam esta solenidade.

Na paz exercitavam-se para a guerra, e nas danças guerreiras simulavam dramaticamente os seus combates. “Quando fazem estes motins e serviços de guerra a seu modo, diz Fernão Cardim, andam muito juntos em um corpo, como em magotes, com seus arcos na mão e molho de frechas levantadas para cima; alguns se pintam e se empenam de várias cores: as mulheres os acompanham, e os mais deles nus e juntos, andam correndo toda a povoação, dando grandes urros, e juntamente vão bailando e cantando ao som de um cabaço cheio de pedrinhas, como os pandeirinhos dos meninos em Portugal: vão tão serenos e por tal compasso, que não erram ponto com os pés, e calcam o chão de maneira, que fazem tremer a terra; andam tão inflamados em braveza e mostram tanta ferocidade, que é cousa medonha e espantosa.”²²

²⁰ No texto: “a cangatara”. “Cangatá” é um cordão feito de penas.

²¹ No texto: “langapema”. Trata-se do tacape, espécie de maça utilizada pelos índios, também conhecido por ivirapeme ou ivirapema. A grafia “langapema” parece resultar de gralha, pois é conhecido o fato de que na língua dos indígenas do Brasil não existia o fonema representado pela letra “l”. O *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias, e o *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*, do Padre A. Lemos Barbosa, não registram vocábulos começados por “l”.

²² O trecho citado pertence à primeira parte da *Narrativa Espistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica* e vem às páginas 151-152 dos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1980).

A luta, que tanta celebridade teve entre os antigos, era entre eles levada ao mais alto grau do ensaio das forças humanas, com o fim de educá-los para o combate com os contrários, quando tivessem de lutar arca a arca, braço a braço.

Assim esses povos pelos seus usos e costumes não podiam celebrar em seus cantos, senão as suas vitórias, e quando muito não passariam de lascivas endechas; ao menos os anciãos nas suas arengas matinais, não lhes recomendavam, segundo Montaigne, senão duas coisas: — a vigilância contra os inimigos e o amor às suas mulheres.

Tinham nos seus bardos a voz do passado, e recebiam em seus cantos tradicionais fracas idéias de sua primitiva origem. Se posso dar crédito ao que diz Thevet acerca da *Ligeira Crença dos Selvagens Austrais*, na sua raríssima *Cosmographie Universelle*,²³ só os tamoiros eram os depositários dessas tradições. Léry, contemporâneo do franciscano francês, confessa que eles nenhum conhecimento tinham do Criador do céu e da terra e de tudo quanto neles existe, e que ouvindo falar do Ente Supremo e suas criações, olhavam uns para os outros, e como que tomados de surpresa usavam da interjeição *Teb!*²⁴ Antonio Ruiz²⁵ explicará melhor que Léry o que queriam dizer com esta expressão: “Conheceraam, escreve ele, que havia Deus e ainda em certo modo sua unidade, e se colige do nome, que lhe deram, que é Tupá. A primeira palavra *Tu* é admiração, a segunda, *Pa*, é interrogação e corresponde ao vocábulo hebreu *manhû*, *quid est hoc*, em singular.” Ora, segundo os nossos jesuítas, a idéia da divindade, que possuíam os descendentes dessa antiga e grande tribo, cuja língua se achou disseminada por todo o Brasil, lhes vinha do conhecimento, que lhes inspirava essa potência excelente, grandiosa, Tupá, voz nascida do pasmo e da admiração, e portanto sem templo, sem culto. A excelência espantosa lhes aparecia, mas no *tupaberaba*, essa luz do relâmpago, essa luz de Tupá; falava-lhes, mas pelo *tupaçununga*,²⁶ essa voz do trovão, essa voz de Tupá.

²³ A parte da *Cosmografia Universal*, de André Thevet, mencionada por Joaquim Norberto, foi transcrita por Ferdinand Denis em sua obra *Uma Festa Brasileira*, traduzida para o português e publicada em 1944, com notas de Basílio de Magalhães e Cândido Jucá, filho. Na tradução brasileira, o extrato dos manuscritos de Thevet e do texto impresso, intitulado “Da Tênu Crença dos Selvagens Austrais”, vem às páginas 107-128.

²⁴ Plínio Airoso, na nota nº 481 que após à tradução da obra *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.206), confirma: “*Teb! Tob!* são, de fato, interjeições de espanto.”

²⁵ No texto: “Antônio Rui”. Deve ser Antonio Ruiz de Montoya (Lima, ? - ?, 1652): jesuíta e lexicógrafo peruano, autor de *Tesouro da Língua Guarani que se Usa no Peru, Paraguai e Rio da Prata e Arte da Língua Guarani*.

²⁶ No texto: “tupacumunga”. *Tupaçununga*: “*Tupá*”, trovão, e “*sununga*”, barulho, zunido.

Todavia Léry pretende que os franceses, se aproveitando de sua rudeza, e vendo o pavor, que lhes incutia o trovão, lhes disseram, que esse Deus, de que lhes falavam, para mostrar a sua grandeza e poder, fazia tremer o céu e terra: responderam eles, que assustando-os assim, não tinha para eles valor algum. “E eis, ajunta o viajante calvinista, como existem essas míseras gentes!”²⁷

O franciscano francês, o cosmógrafo de Henrique II, assevera apoiado em comunicações, que recebera de Coniambeque,²⁸ e que o Sr. Ferdinand Denis tem antes para si, que lhe foram fornecidas por Villegaignon, que as colheu de seus aliados, que Tupã era uma divindade inferior, sujeita a Monã,²⁹ esse ente criador, sem princípio e sem fim, que fez a terra, mas que não fez o céu, nem as nuvens. Reunirei aqui essas tradições, que, quando não sejam verídicas, merecem contudo ser conhecidas pela poesia, que transuda de seus mitos. Afastando-me algum tanto da linguagem do século décimo sexto, para não reproduzir as observações eruditas de seu coletor, darei à tradução outra forma, porventura mais poética, sem que contudo a altere em sua essência. Para que melhor se possa julgar de seu mérito e interesse, as compararei depois com outras de Léry e Simão de Vasconcelos, que apresentarei no mesmo estilo.

Eis a tradição comunicada por Coniambeque³⁰ a respeito da criação da terra por Monã e do castigo da primeira geração.

²⁷ A expressão de Jean de Léry vem no capítulo XVI, que se intitula “Religião dos Selvagens da América; Erros em que são Mantidos por Certos Trapaceiros Chamados Caraíbas; Ignorância de Deus”, de sua *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.207).

²⁸ No texto: “*Koniambec*”. Eugênio Amado, tradutor de *As Singularidades da França Antártica* (1978, p.176), de Thevet, observa, em nota de rodapé ao capítulo LIV, intitulado “Do Rio das Vasas, Juntamente com Alguns Animais Existentes em seus Arredores, e da Terra que se Denomina Morpião”, que Coniambeque deve ser algum descendente do famoso Cunhambebe (outra grafia do nome Coniambeque), já que este morreu pouco depois da chegada Villegaignon ao Rio de Janeiro. Plínio Airoso, na nota 56 à obra *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.46), de Jean de Léry, que registra “*Quoniam begue*” ou “*Konian-Bebe*”, escreve: “Hans Staden escreve *Konyan-bébe*, Thevet dá *Guoniambec*; Simão de Vasconcelos e outros cronistas anotam *Cunhambébe*. Segundo Sampaio deve ser *Kuñã-béba*, isto é, *Ku-ñã-beba* ou língua que corre rasteira, em alusão ao seu modo peculiar de falar, arrastado ou gaguejante. Houve mais de um *Kuñambeba*, lembra Capistrano de Abreu; o de que fala Anchieta nada tem com o de Thevet. Este morreu de peste, logo depois da chegada de Villegaignon.”

²⁹ No texto: “*Monan*”. Segundo o texto de Thevet, transcrito por Ferdinand Denis (*Uma Festa Brasileira*, 1944, p.113), *Monã* “significa o mesmo que transformador”; e, na mesma obra, as notas de Cândido Jucá, filho, invocando Antônio Ruiz de Montoya, esclarecem que a palavra significa “construir, edificar” (p.135, nota 4), ou seja, que “designa positivamente o ser que tem a faculdade de criar.” (p.137, nota 10)

³⁰ Entenda-se: comunicada a André Thevet, conforme ele próprio declara. (Cf. Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira*, 1944, p.115)

"Monã, que existe sem que jamais nascesse, e que nunca morrerá, criou o céu, a terra e tudo, o que há entre nós.

Mas não criou o mar, *paranã*,³¹ nem *amã atoupane*,³² as nuvens d'água.

O mar foi feito por um inconveniente, que sobreveio à terra, a qual era ao princípio unida e plana, sem montanha alguma, produzindo todas as coisas para uso dos homens.

Ora a causa, que deu lugar à existência do mar, foi a seguinte:

Como os homens viviam em seus prazeres, e gozando do que produzia a terra ajudada do orvalho do céu, aconteceu que eles se esquecessem na sua maneira de obrar, vivendo desordenadamente.

E caíram em tal e tão grande insânia, que começaram a desprezar Monã, que então habitava entre eles, como eles o diziam.

E Monã, vendo a ingratidão dos homens, sua maldade e seu desprezo para com ele, que tanto os havia beneficiado, se retirou deles.

E fez descer Tatá,³³ o fogo do céu, que queimou e consumiu tudo, o que estava sobre a face da terra.

E houve-se Tatá de tal modo, que de uma parte abateu e de outra elevou o terreno.

E desde então tornou-se a terra da forma, que vemos, ora empolada, elevando-se em colinas, e montanhas, ora estendendo-se em belas campinas andamosas.

Ora de todos os homens, que existiam, apenas salvou-se um, e esse foi Irin-Magé.³⁴

E para que assim acontecesse, Monã o havia transportado ao céu ou outro lugar, a fim de que evitasse esse fogo consumidor.

³¹ No texto: "Paranan". Cândido Jucá, filho, baseado em Antônio Ruiz de Montoya, esclarece que "*paranã*" não designa exatamente o mar, mas "um grande rio, quase semelhante ao mar." (Cf. Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira*, p.135, nota 5)

³² No texto: "*aman atoupane*". Cândido Jucá, filho, baseado em Antônio Ruiz de Montoya, esclarece que "*amã*" significa "nuvem de águas". (Cf. Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira*, p.135, nota 4)

³³ No texto: "Tátá". "Tata": fogo. (Cf. Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira*, 1944, p.135, nota 6.)

³⁴ Plínio Airosa, em *Termos Tupis no Português do Brasil* (1937, p.178), depois de afirmar que as letras *p* e *m* "são daquelas que em tupi se confundem ou se permutam usualmente", comenta e exemplifica: "Inúmeras palavras da Língua Geral, começadas por *p*, aparecem também grafadas com *m* e, às vezes, com *b*. É lição das gramáticas tupis que 'as labiais *p*, *b*, *m*, se substituem ou se confundem, não raro, na composição dos vocábulos, quer por motivo de uma articulação indistinta, quer por ação dialetal'. Por isso, *pagé* transforma-se em *magé* e em *bagé*..." Cândido Jucá, filho, lembra que "várias localidades do Brasil conservam ainda o nome de *Magé*." (Cf. Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira*, p.135, nota 7) Na conferência intitulada "Anchieta, as Raças e Línguas Indígenas", incluída em *O Selvagem* (1975, p.141-159), o General Couto de Magalhães grafa "*Trin-Magé*".

E Irin-Magé, vendo tudo destruído, se dirigiu a Monã, e lhe falou assim entre suspiros e lágrimas.

‘Queres tu, ó Monã, destruir os céus e seus ornamentos?

Ah! E onde será daqui em diante a nossa habitação?

De que me servirá viver, não tendo quem se me assemelhe?’

A essas palavras se comoveu Monã e quis remediar o mal, que havia feito à terra em castigo dos pecados dos homens.

E por isso mandou que chovesse sobre a terra tão abundantemente, que todo o fogo se extinguísse.

E as águas, não podendo tornar para os céus, donde caíram, desceram pelos lugares mais correntes da terra e reuniram-se, baixando de todos os lados.

Essa reunião imensa de água foi chamada Paranã, que quer dizer amarguras.

Ora a terra estava alastrada de cinzas pela combustão, que causara o fogo enviado por Monã, e as águas tomaram esse gosto, que têm de amargas e salgadas.

E viu Monã que a terra ganhara a sua primitiva beleza, e que o mar aformoseava a sua face, contornando-a de todos os lados.

E quis que tão belo ornamento não ficasse sem ter, quem o gozasse, e chamou a si Irin-Magé, a quem deu uma companheira.

E mandou-o que povoasse a terra de homens melhores, como não haviam sido os seus primeiros habitantes.

Aí está como provieram todos os homens, que povoaram de novo a terra até o dilúvio, que depois lhe sobreveio.

E Irin-Magé gerou um grande Caraíba, que foi nosso profeta e, pelas suas obras maravilhosas, mereceu ser chamado Maire-Monã.³⁵

Ora Maire quer dizer o transformador, e Monã significa tanto como velho.

Monã é que ordena todas as coisas segundo a sua vontade.

É ele quem as forma de mil maneiras, quem depois as converte em diversas figuras de feras, aves, peixes, segundo seu país e habitação, e quem muda o homem em fera para o punir de sua maldade, como bem lhe parece.

³⁵ André Thevet afirma que lhe deram o nome de *Maire-Monã* por causa das maravilhas que ele obrava. Segundo ele, “esse nome em língua indígena significa o mesmo que transformador, pois *Maire-Monã* era muito adestrado em transformar uma coisa noutra.” (In: Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira*, p.113) Joaquim Norberto grafa “*Maira Monan*”.

Mas esse Caraíba Maire-Monã, sendo familiar do grande Monã, usava destas transformações.

E em atenção a esse segundo Monã, que era admirável sobre os homens já muito multiplicados sobre a terra, começou-se a chamar indiferentemente àqueles, que faziam alguma coisa de maior e de mais maravilhoso, do que os outros, Maires como herdeiros e sucessores de Maire-Monã.

E Maires se têm chamado indistintamente até o dilúvio àqueles que se tornam raros em suas obras.

Por isso ainda hoje chamamos aos estrangeiros Maires, que melhor, do que nós sabem fazer tantas coisas admiráveis, e são eles por sem dúvida os sucessores e verdadeiros filhos de Maire-Monã.”

Há em toda esta tradição alguma coincidência com a narração do *Gênesis*. A criação da terra, do mar e das nuvens, não foi ao mesmo tempo, mas sucessivamente, embora muitas coisas, como o mar e as nuvens, pareçam que vieram a existir independentes da vontade de Monã, ou fora da sua providência. O castigo da primeira geração por Tatá, o fogo do céu, poderia ainda trazer à lembrança a desobediência do primeiro homem, que na sua punição perdeu o gozo de todas as delícias do Paraíso. A criação da mulher figura depois dessa punição, e depois de terem existido outras muitas, que pereceram, e essa confusão poderá ter nascido em razão de ser a tradição transmitida de viva voz de pais a filhos, sem o socorro da escritura, ou de outro qualquer invento, que remediasse a sua falta; assim a criação de Tupá, o trovão, teve lugar muito depois pelo martírio de Maire-Monã, como melhor o demonstra a continuação da tradição, que é como se segue:

“Maire-Monã, o filho de Irin-Magé, caiu no ódio e indignação de todo o povo, que, ou pela sua necromancia, ou por outra coisa, fazia parecer aos que eram maus para com ele, que estavam mudados em novas formas.

Eles deliberaram matá-lo, mas vendo-o tão condescendente, pensaram que haviam sido percebidos no seu intento, e temeram que os não convertesse ele em todas as qualidades de feras.

Ora, eles suspeitavam que Maire-Monã sabia de todas as coisas tão bem e tão claramente como o grande Monã, tanto as passadas como as presentes, e ainda as futuras.

E não podendo mais sofrer a sua vida, eles o iludiram no que mais o podia lisonjear.

Aí está, que sendo ele pajé, nada lhe ia tão bem, como o ser honrado de todos como um Deus.

E um dia o vieram convidar para dirigir-se à aldeia, a que chamavam de Detetpã, para lhe fazerem *itauougane*,³⁶ honra, reverência e presentes, que se devem oferecer aos pajés e santos caraíbas, a fim de obter deles o que é necessário para a vida.

Maire-Monã não se fez rogar, ainda que conhecesse o ódio, que lhe votavam.

Aí está, que em seu amor próprio assaz se confiava de si mesmo, e pelo temor que havia de seu poder, ia com todos, sem que se fizesse vigiar e guardar pelos seus.

E logo que os seus inimigos o viram entre si, levantaram três acervos de madeira fácil de arder.

E disseram-lhe: – Passa por sobre estes três montes inflamados, sem que te queimes, e nós te cremos e te confessaremos o verdadeiro, o grande Caraíba.

E vendo Maire-Monã, que não havia outro meio de sair das mãos de seus inimigos furiosos, sujeitou-se à terrível prova.

E atirando-se sobre a primeira fogueira, atravessou as chamas, sem que sentisse o menor incidente.

E assim como ele concebia alguma esperança, assim também o povo de Detetpã, que o via sair-se tão bem, patenteava o seu espanto.

Mas bem depressa tudo se esvaeceu, tanto a esperança de um, como o espanto de muitos.

Pois logo que passava por cima da grande e última fogueira, ainda bem não a tocava de seu pé, que as chamas o envolviam; e caindo no meio do braseiro, que para logo ardeu e se consumiu.

Mas tudo isso não se passou sem novidade, porque a cabeça se lhe arrebitou com tanta impetuosidade e com tão disforme e horrendo ruído, que o som se elevou ao céu, e se transformou em Tupã.

E aí está como se originaram os trovões, e por isso o relâmpago o precede, para significar o fogo, que consumiu esse Maire.

E a sua morte foi seguida da ruína da terra pelo dilúvio."

Este mito não é destituído, nem de interesse, nem de poesia, mas por que os escritores, que se ocuparam com a teogonia dos nossos brasis, esqueceram-se de Monã, para nos falarem unicamente de Tupã? Confundiriam na pronúncia esses vocábulos? Não fariam mais facilmente compreender aos índios a existência da Providência Divina pelas suas obras, servindo-se de Monhã, que vale tanto como criar, ou antes, de

³⁶ No texto: "*Itauongane*". Grafamos a palavra conforme ela se encontra na tradução de Cândido Jucá, filho (Ferdinand Denis, *Uma festa brasileira*, 1944, p.116).

Monhançara, o criador, do que de Tupã, para se não exporem a ter em resposta, a que os tamoios da França Antártica deram ao viajante, que lhes era tão simpático pelo seu nome de Léry Ouauçu? Os portugueses podiam ignorar essas tradições, e portanto não admira o silêncio até certo ponto do cronista dos jesuítas, Simão de Vasconcelos, pois que sabemos como os índios eram misteriosos em comunicá-las, e que além disto os tamoios, que no seu nome se atribuíam a ascendência sobre as outras tribos, seriam porventura os únicos, que as arquivaram em seus cantos tradicionais, e esses eram inimigos dos portugueses. É porém certo, que Léry não deixou passar sem reparo essa *ligeira crença dos selvagens austrais*, quando disse: “Fiai-vos em tudo quanto Thevet amontoa confusamente e sem ordem, no vigésimo primeiro livro de sua *Cosmographie* acerca da língua dos americanos, e ficai certos, que quando vos falar de *Mair monen* e *Mair pochi*, vos apresentará as mais extravagantes quimeras.”³⁷ Léry era calvinista, e como tal votava um não-sei-quê de desprezo contra o catolicismo de Thevet, tanto assim, que a sua *Cosmographie* e a sua *France Antarctique*, acharam-se por mais de uma vez sob as suas críticas vistas, e mereceram as suas reflexões pelas mínimas faltas. Léry, porém, estando na Suíça em 1586, ouviu ler a Theodoro Torquet, senhor de Mayerne, a *História de um País Situado no Novo Mundo*, por Hans Staden, e confessa ingenuamente, que sobre tudo quanto ele escrevera, dissera a verdade. Ora, Hans Staden nos diz que perguntando aos tamoios, entre os quais se achava prisioneiro, por que raspavam as cabeças, deixando-as apenas coroadas por um punhado de cabelos, que eles responderam, que seus antepassados haviam adquirido esse costume de um homem chamado *Maire Humane*, que havia feito muitos milagres. “Dizem, acrescenta o viajante alemão, que é um dos apóstolos, ou um profeta.”³⁸ O Sr. Ferdinand Denis submeteu estas narrações teogonais ao conhecimento dos que são verdadeiros juizes na matéria, mas recusou-se a explicá-las. “A autenticidade da origem, de que emanam, diz ele, me parece oferecer poucas dúvidas.” Léry, que se lastimava da ignorância desses povos acerca da existência de Deus, confessa todavia, que no meio das trevas da sua cegueira se percebiam ainda alguns lampejos. O próprio viajante colheu de um

³⁷ Trecho do “Prefácio” de Jean de Léry à sua obra *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.45).

³⁸ Cf. Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil* (1974, p.167), livro II: “A Terra e seus Habitantes”, capítulo 16.

velho da taba de Ocarantin³⁹ as seguintes notícias tradicionais, onde se vê, que a existência de Deus não lhes era de todo desconhecida.

“Certamente, ó Mair, lhe disse o chefe da aldeia de Ocarantin, que nos tendes contado coisas maravilhosas e dignas de serem ouvidas.

Todavia a vossa narração me traz à lembrança, o que muitas vezes ouvimos contar a nossos avós.

Mas como depois disso a lua enchesse por vezes a sua face de luz, para desaparecer outra vez no meio das trevas da noite; aconteceu que o tempo, que há decorrido, dissipasse de nossos lábios as suas palavras, e quase que de todo em todo nos leva também os últimos vestígios da tradição.

Nossos pais contavam que seus avós haviam ouvido de seus maiores, o que haviam escutado de um estrangeiro.

Este estrangeiro viera de longe ao nosso país.

E os seus vestidos e as suas barbas eram como os vossos.

E ele lhes falou de um ente todo poderoso, sem princípio e sem fim, que tudo havia criado, o qual, sem que nós o vejamos, nos protege, e depois de mortos nos recompensa ou nos castiga, segundo a nossa vida sobre a terra.

Mas os nossos maiores não o quiseram atender, e ele desapareceu dentre eles.

E ainda não eram passadas muitas luas, quando lhes apareceu outro estrangeiro, que por signo de maldição nos trouxe um tacape.⁴⁰

E desde então nos assassinamos sem compaixão.

E se agora quiséssemos retroceder na carreira de nossas guerras, e desistir de qualquer vingança, para com nossos inimigos, seríamos vítimas, não do seu valor guerreiro, mas de seu riso mofador.”⁴¹

Infelizmente ficaram nas sombras do esquecimento os nomes dessas personagens ou Maires,⁴² nas quais se distingue perfeitamente um mito sob as formas do gênio do bem e do mal. Simão de Vasconcelos, menos poeta ainda, que o calvinista francês, não deu toda a importância a essas tradições, querendo antes explicar tudo com a sua erudição, e acomodar à teogonia dos selvagens os acontecimentos mais extraordi-

³⁹ No texto: “Ocaretin”. Na nota nº 510, que após à edição da *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.217), de Jean de Léry, Plínio Airosa diz: “Léry grafa *Ocairetin*, que de acordo com a prosódia francesa dará, em português: *Ocarantin*. Se dermos por exata a reprodução do nome, teremos, entre outras hipóteses, *okára + tin*, isto é, o pátio ou terreiro cercado, empalçado etc.”

⁴⁰ No texto: “tanguape”. Na tradução de *Viagem à Terra do Brasil* (1980, p.218), de Jean de Léry, Sérgio Milliet grafou “tacape”.

⁴¹ Cf. Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, 1980, p.218.

⁴² No texto: “Mair”. Passamos a palavra para o plural.

nários da nossa história sagrada. Uma, porém, das mais belas tradições, que ele nos conservou, foi a da povoação desta parte do mundo por homens que vieram ter a Cabo Frio, o promontório dos canibais, segundo Thevet, ou o Yocoé dos nossos tamoios, como refere Laet.⁴³ “O fato de existirem inscrições em penedos em face do oceano nesses sítios, conhecidas por letras do diabo, como já o disse em outro lugar, coincide com esses cantos tradicionais.” A narração de Vasconcelos reduz-se pouco mais ou menos ao seguinte:

“Ainda nenhum nascido tinha vindo a estas terras.

E as suas matas estavam ainda virgens e seus campos eram ainda bravios.

E as feras e as aves viviam isentas das setas, que disparam os arcos.

E aconteceu que em um dia aportassem a elas por cima das ondas dois irmãos com suas famílias.

E eles eram brancos como Mair, e fugiam de seu país, porque a guerra se havia atado entre seus habitantes.

E suas iguaras os trouxeram a uma baía segura e formosa, cuja terra se prolonga pelo mar e a chamais vós outros Cabo Frio e nós Yocoré.⁴⁴

E logo que chegaram, correram as suas costas e [se internaram]⁴⁵ pelos seus sertões.

Eles buscavam gente, com quem falassem, e que lhes dissesse onde se achavam e o que deviam fazer.

Mas buscavam-na em vão; a terra ainda não tinha conhecido homem algum.

E a solidão reinava por toda a parte com o seu silêncio, apenas interrompido de quando em quando pelo bramido das feras e pelo canto das aves, que somente ostentavam o seu império.

⁴³ Jan de Laet (Amberes, 1593 - Leiden, 1649): geógrafo e filólogo belga, foi diretor da Companhia das Índias Ocidentais por volta de 1624. Supõe-se que viajou muito. Escreveu: *O Novo Mundo, ou Descrição das Índias Ocidentais* (Leiden, 1625, 1630 e 1644) e *Notas ad Dissertationem H. Grotii de Origine Gentium Americanarum* (Amsterdam, 1643), em que sustenta que os americanos formam uma raça distinta das outras e habitam o Novo Mundo desde a dispersão dos homens.

⁴⁴ Alexandre P. Leontsinis (*O Tupi, Nossa Linguagem Ecológica*, 1992, p.190) esclarece que “Jucoém era o nome da aldeia dos tamoios no sítio em que hoje se ergue Cabo Frio. (...) o belo Canal de Cabo Frio era chamado de Juucoé, e depois: Jucoém.” Teodoro Sampaio (*O Tupi na Geografia Nacional*, 1987, p.270) afirma: “Jucoex - como escreveu Antônio Knivet, nas suas *Peregrinações Pelo Brasil*, no século XVI, a denominar o Cabo Frio, é erro de grafia do verdadeiro nome Yucoé, que quer dizer *garganta*, em alusão ao canal estreito e profundo que separa a ilha do continente.”

⁴⁵ No texto: “se enternaram”. Cf. nota 80 do capítulo II desta *História da Literatura Brasileira*.

Mas como já a experiência lhes havia ensinado o que não poderiam obter dos homens:

E eles vissem o quanto a terra era boa pela sua frescura e fertilidade de seus montes, de seus campos, de seus bosques e de seus rios:

E conhecessem que a fortuna os havia conduzido para aqui a gozar de um grande descobrimento, onde deparavam em grande abundância com tudo, quanto era necessário para o alimento de suas famílias.

E resolveram estabelecer-se ali com as suas gentes.

E aí está como eles fundaram as suas tabas, que foram as primeiras de toda essa terra, e que ali existiram por muito tempo depois, e de que hoje nem resta a memória.

E viviam os dois irmãos com as suas famílias na maior concórdia, quando de repente se viram separados por ódios rancorosos.

Possuía a mulher do irmão mais velho uma ave, que falava tão bem como qualquer humano, e isso foi bastante, para que a desejasse a mulher do outro.

E de lha negar a outra aconteceu que se dividissem as duas famílias, e que a do irmão mais moço se retirasse para distante.

E ele costeou toda a terra até à embocadura de um rio tão vasto como um mar, e subiu pelas suas águas e foi assentar a sua vivenda à direita da parte, que olha o sol nascente.

E o irmão mais velho viu a sua prole crescer e multiplicar, e dividindo-se pelos sertões e costas, formaram grandes nações.

E da sua divisão resultou essa variedade de línguas, de usos e de costumes, que cada uma tem.”⁴⁶

Se passamos dessa tradição transmitida por Vasconcelos à do dilúvio, que nos foi conservada por Thevet, acharemos os nomes desses dois irmãos em Tamendonare e Aricute,⁴⁷ os quais deram princípio à nova povoação da terra depois do horrível cataclisma, que a submergiu, pela maneira que se vai ler:

“Somai,⁴⁸ o grande pajé, e Caraíba, descendente da raça daquele, que foi queimado, gerou a Tamendonare e a Aricute.

⁴⁶ Cf. Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus* (1977, v.1, p.81-83), livro primeiro, “Das Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil”, parágrafos 78-80.

⁴⁷ No texto: “Tamandonaré” e “Aricute”. No trecho de André Thevet transcrito por Ferdinand Denis (*Uma festa brasileira*, 1944) os nomes dos dois irmãos vêm grafados “Aricute” e “Tamendonare”.

⁴⁸ Cândido Jucá, filho, em nota ao trecho de André Thevet transcrito por Ferdinand Denis (*Uma festa brasileira*, 1944, p.138, nota 12), afirma: “Nessa palavra [‘Somai’], sem dúvida alterada, talvez se deva reconhecer ‘Tamoï’, o avô, o gerador dos povos, ou o ‘Sumé’, de Vasconcelos.”

Eram eles de diversas compleições e natureza, e assim se votavam ódio de morte.

Ora, Tamendonare era bom pai de família, e com a sua mulher e filhos achava prazer no cultivo da terra.

Aricute, pelo contrário, não se dava disso; somente se empregava na guerra, não ambicionando, senão subjugar pelo seu poder todas as aldeias vizinhas e até as de seu irmão.

Em um dia, voltando da batalha, trouxe Aricute o braço do seu inimigo a seu irmão Tamendonare.

E lhe disse com tom de altivez e arrogância:

– Vê, covarde, que assim como debelo os meus inimigos, também virá dia, em que me apoderarei de tua mulher e de teus filhos, porque não és mais forte do que eles, para te defenderes.

Tamendonare, ouvindo assim clamar a seu irmão, mostrou-se pesaroso e ofendido em seu orgulho e lhe disse:

– Se tu fosses tão valente, como te apregoas, ó Aricute, não trarias o braço, mas todo o corpo do teu inimigo.

Indignado Aricute com uma tal exprobação, lançou com desdém o braço, que trazia contra a porta da habitação de Tamendonare, seu irmão.

E para logo toda a aldeia foi arrebatada ao céu e só eles ficaram sobre a terra.

O que vendo Tamendonare, quer pelo espanto, que teve, quer em despeito do que sofrera, feriu com tão rude ímpeto o chão, que rebentou imensa cachoeira, atirando com uma coluna de água a grande altura.

E cresceu tão rapidamente, que para logo escondeu as colinas, que para logo nivelou as montanhas, e, tudo submergindo, parecia querer chegar às nuvens.

E assim conservou-se, deixando toda a terra coberta de suas águas.

Ora os dois irmãos, não cuidando mais do que na sua salvação, haviam subido para as mais altas montanhas da terra, e tinham procurado se salvar sobre as árvores com suas famílias.

Tamendonare encontrou a palmeira pindoba, e Aricute achou a árvore do genipapo, para as quais subiram com suas mulheres, à espera de que as águas baixassem.

E estando sobre as mesmas árvores, deu Aricute um fruto a sua mulher, dizendo-lhe:

– Parte essa fruta e deixa cair embaixo.

O que ela fez e eles conheceram que ainda não era tempo de descer aos vales, e que as águas eram ainda muito altas.

E nessa inundação pereceram todos os homens, todos os animais, e apenas se salvaram os dois irmãos com suas mulheres.

Aí está como depois do dilúvio se originaram deles os diversos povos, chamados tonasseares, por excelência os tupinambás, e os tonajas e os hoyannas, que se dizem tominós, os quais estão em discórdia e vivem em perpétua guerra.”⁴⁹

A tradição do dilúvio era a mais geral em todo o Brasil. “Este ponto, escreve Léry, é o que há entre eles de mais parecido com a Escritura, e ouvi-os muitas vezes depois repetirem-no em suas narrações. E com efeito, sendo verdadeiro, que de pais a filhos eles ouviram alguma coisa do dilúvio universal nos tempos de Noé, seguiram contudo o costume dos homens, que corrompendo a verdade, a transformam em mentira, e não podendo, por falta da escrita, reter as coisas em sua pureza, ajuntaram esta fábula, como os poetas, que seus pais se salvaram sobre as árvores.”⁵⁰ Hans Staden ajunta, que crê que eles se referiam ao dilúvio, quando falavam da grande inundação, que sobreviera antigamente, da qual apenas se conseguiram salvar, os que buscaram as suas canoas, ou subiram às grandes árvores. Thevet acrescenta, que eles têm como coisa segura e verdadeira, que depois que aconteceu o dilúvio, não se passaram mais do que cinco ou seis gerações, e que todos eles, grandes e pequenos confessavam, que o ouviram a seus pais, sem que soubessem, nem que jamais tivessem ouvido falar de Noé, nem como construía a arca, em que se salvara, e assim se limita aos dois irmãos Aricute e Tamendonare: “Estando-lhes tão fresca a memória, como asseguro, diz Thevet, deste dilúvio, é que não foi tão pequeno, que não se estendesse de 700 a 800 léguas do país, desde o Rio da Prata até o promontório dos canibais ou Cabo Frio, donde se diz que vieram os caraíbas, povo que existe entre os canibais.” Simão de Vasconcelos, sem que nos dê a causa, que teve Tupá, para oprimir a terra com tão grande catástrofe, no-la narra acomodada à história do dilúvio universal, a

⁴⁹ Cândido Jucá, filho, na tradução do trecho de André Thevet transcrito por Ferdinand Denis (*Uma Festa Brasileira*, 1944, p.120-121), preferiu grafar “Tonaceares”, “Tonais Hoyanãs” e “Tominus”, onde, no original, vinha “Tonasseares”, “Tonajas, Hoyanans *surnommés* Tominous”. Diante das variações, preferimos manter as opções ortográficas de Joaquim Norberto.

⁵⁰ Cf. Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*, 1980, p.215-216).

ponto de patentear o sentimento, que têm, quando as circunstâncias o obrigam a ficar a sós com o dilúvio dos selvagens. “Até aqui, confessa ele, rastejavam os relatores, porém logo variam.”⁵¹ E é por isso, que o cronista jesuíta pensa antes, que o dilúvio fora causado pelas chuvas, do que pelas inundações, de que nos falam Thevet e Hans Staden.

A narração tradicional de Simão de Vasconcelos é, pouco mais ou menos, a seguinte:

“A terra estava povoada de nossos maiores, e entre eles vivia um homem, cujo nome era Tamanduaré.

Mas esse homem, pelos seu saber e suas profecias, mereceu de ser antes conhecido por Pajé.

E Tamanduaré era tão grande, e de tanta coragem entre todos os homens, que Tupá lhe revelava segredos pela sua voz espantosa.

E um dia Tupá lhe anunciou, que estava para haver uma inundação na terra, causada pelas águas do céu, as quais acabariam por alagar todo o mundo.

E nessa inundação, nada seria poupado, nem os homens, que habitavam a terra, nem as feras, que povoavam as florestas e as cavernas, nem as aves, que adejavam nos ares, mas tudo submergido, quer os montes, por mais altos que fossem, quer as árvores, por mais gigantescas que neles crescessem.

Todavia Tupá, que era amigo de Tamanduaré, o grande Pajé, lhe prometeu, que entre essas árvores lhe reservaria uma.

E essa seria uma linda palmeira, cujo tronco esbelto, coroado do mais belo penacho de palmas, e carregado de frutos, se elevava de uma alta montanha a topetar com as nuvens.

E que sobre ela se salvaria ele e toda a sua família.

Então Tamanduaré, sem que comunicasse a pessoa alguma, o que Tupá lhe havia revelado, se passou para aquela grande montanha com sua família.

Construiu ali a sua cabana e esperou pela inundação das águas do céu.

E aconteceu, que estando ali morando começou um dia a chover.

E as chuvas, caindo como fartas catadupas, começaram de alagar a terra.

E as águas, crescendo e nivelando-se aos mais altos montes, chegaram até a cabana de Tamanduaré.

⁵¹ Cf. Simão de Vasconcelos (*Crônica da Companhia de Jesus*, 1977, v.1, p.80), livro primeiro, “Das Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil”, parágrafo 75.

O que vendo ele, disse para a sua mulher e filhos:

– Subamos a esta palmeira, e esperemos de cima de suas palmas, que desçam as águas.

E subindo todos, as águas também subiram e inundaram o monte, deixando a palmeira isolada no meio das águas sem fim, como um grande rio, cujas margens se perdem de vista.

E entre aquele punhado de palmas estiveram, e se sustentaram de seus frutos, que eram deliciosos.

E aí está, que baixando e retirando-se toda essa massa imensa de águas, e mostrando-se a terra a seus olhos mais bela, do que nunca, desceu Tamandaré com os seus, e veio de novo povoar o mundo.”⁵²

O Somé de André Thevet, não representa na sua *Ligeira Crença dos Selvagens Austrais* mais do que o papel de um grande patriarca; no entanto, Simão de Vasconcelos, achando alguma semelhança entre o seu nome e o do apóstolo das Índias, envidou todos os seus esforços em recolher as tradições a respeito dessa personagem, que, segundo todas as aparências, viveu no meio dos nossos selvagens, em época muito remota, e sem dúvida anterior à do grande São Tomé. Os índios lhe davam o nome de Maira, e mostravam a dez léguas distante da Bahia o rastro de sua passagem, pelo meio das ondas do mar. Mais feliz que Moisés, o legislador de nossos autóctones viu a terra crescer-lhe do fundo das águas, e oferecer-lhe um trilho, para fugir de seus perseguidores, e daí o nome, que ainda hoje dura, de Mairapê, o caminho do estrangeiro. Foi ele quem lhes ensinou a pouca cultura, que tinham das terras; quem lhes fez conhecer o processo do fabrico de farinhas de raízes, e do aproveitamento da fermentação de vinhos do sumo das frutas, para as suas libações, e por toda a parte assinalando a sua passagem, deixou as suas pegadas impressas até nos duros rochedos do Novo Mundo.

Se procuramos estabelecer uma tal ou qual ordem nestas tradições, veremos que essa contrariedade, que se nota entre as tradições colhidas por André Thevet e Simão de Vasconcelos desaparece, para apresentar alguns pontos de contato. O Somé dos nossos brasis, semelhante ao Quetzalcoatl dos mexicanos, ao Viracocha dos peruvianos e ao Bochica da Nova Granada, com a sua cor branca, com a sua barba espessa e longa, seria esse Maira, que veio ter a Cabo Frio, onde o próprio Simão de Vasconcelos observou, nos rochedos de Itajuru, os sinais de sua passagem, e colheu mais uma tradição a seu respeito. O patriarca da família povoadora tornou-se de direito o seu legislador; as duas famílias

⁵² Cf. Simão de Vasconcelos (*Crônica da Companhia de Jesus*, 1977, v.1, p.80-81), livro primeiro, “Das Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil”, parágrafo 75.

se comporiam de seus filhos Tamendonare ou Tamanduaré e Aricute, que se separaram, e cuja causa, confessa Simão de Vasconcelos, não era líquida entre os relatores selvagens, pois nela variavam. Aricute caminhou para o sul, subiu o Rio da Prata, e foi povoar uma das margens de um dos seus tributários, ou antes ou depois do dilúvio, e o pai da nova geração deixaria o seu nome pelo de Tamoi,⁵³ o que era bem comum entre os selvagens, ou então lhe seria dado pelos seus descendentes, pois que entre eles soa tanto como avô. E, coisa notável! Existe ainda entre os guaraios,⁵⁴ descendentes dos guaranis,⁵⁵ que falam a língua geral do Brasil, e que habitam nos limites da Bolívia, em suas magníficas florestas, a tradição de um dilúvio e a lembrança de uma árvore sagrada. O Sr. Alcide d'Orbigny, que teve ocasião de observar as suas festas e de ouvir os seus cantos, nos mostra como esse mito dos tamoiios tem atravessado os séculos e se conserva entre as relíquias de suas grandes tribos. "Ele veneram, diz o autor do *Homem Americano*, um ente benfeitor, benigno, a quem devem muito, o seu Tamoi ou avô, que amam sem o temerem. Este deus viveu entre eles, ensinou-lhes a agricultura, e antes de deixá-los lhes prometeu, que os socorreria, sempre que dele precisassem, e que os transportaria ao céu, depois de mortos."⁵⁶ O ilustre viajante, que ouviu os cantos, que eles dirigem em suas danças sagradas a Tamoi, avô, conjurando-o que desça entre eles, que venha escutá-los, e que lhes dê as chuvas necessárias, para as suas sementeiras, ajunta que eles se formam em círculo, e que marchando por fileiras, tripudiam e cantam um hino, com os olhos baixos, ora caminhando num sentido, ora voltando noutro. "Esses cantos, diz ele, são cheios de figuras e de comparações naturais: acompanham-nos ao som de bambus, pois que ensinando a agricultura, elevou-se Tamoi para o lado do oriente, partindo do cimo da árvore sagrada, enquanto os anjos batiam sobre a terra com canas."⁵⁷ Ora, os tamoiios, tendo-se por descendentes de Tamanduaré, lhe davam as mais belas qualidades possíveis, no entanto que Aricute, como ascendente de seus inimigos, é apresentado nos seus cantos tradicionais ou legendas, como mau irmão, dotado de índole belicosa, e inimigo de todo o benefício. Eis aí sem dúvida o mito, que Léry nos conservou sob as formas do gênio do

⁵³ No texto: "Tamoy".

⁵⁴ No texto: "Garayos".

⁵⁵ No texto: "Guanys".

⁵⁶ Cf. Alcide d'Orbigny, *El Hombre Americano*, 1959, p.142.

⁵⁷ Cf. Alcide d'Orbigny, *El Hombre Americano*, 1959, p.395-396.

bem e do mal. O dualismo, que se nota na tradição diluviana de Simão de Vasconcelos, acerca de Tamanduaré, é ainda uma confusão, cuja clareza nos daria talvez no seu nome de Pajé, ou esse célebre Mair-Monã de Thevet, ou esse Meire Humane de Hans Staden.

Talvez me excedesse na apreciação destas tradições teogônicas, que, como vemos, se prestam à análise histórica, apesar da sua confusão, e que têm ainda pela sua antigüidade o mérito de fornecer o maravilhoso, tão necessário à poesia, a qual sem dúvida irá buscar entre essas tribos, que de dia em dia desaparecem, novas, mais brilhantes e mais belas inspirações, para seus cantos nacionais.

Se destas tradições passamos às suas superstições, aos mitos criados pela imaginação, achamos que possuíam idéias de espíritos maus, pelo horror de Anhangá, o chefe dos demônios ou juruparis,⁵⁸ que eles procuravam afugentar de suas tabas, acendendo fogueiras em torno de suas redes, e que procuravam evitar em suas peregrinações, caminhando à luz dos fachos, pelas trevas da noite. O autor da *História de Uma Viagem ao Brasil*,⁵⁹ que viveu entre eles, no-los pinta atormentados por esse espírito maligno todos os dias, a todos os instantes, debaixo de mil formas, ora tomando a figura de uma serpente, ora a de um quadrúpede monstruoso, bradando e pedindo muitas vezes, que os arrancassem do seu poder. “Mair, lhe disse um na sua harmoniosa linguagem, *atu-assap, acequeiei Ainhan atupané!*”⁶⁰ – Francês, eu temo o espírito mau, mais do que tudo.” Ao que ele lhe respondeu: “Nacequeiei ainhan.”⁶¹ – E eu não.”

Eles tinham em Maraguigana a mais terrível das aparições, o nuncio da morte, que só algumas oferendas podiam apaziguar. Tinham em Macacherã um númen benfazejo, que protegia as suas viagens e os livrava que caíssem em algumas infelicidades. Tinham em curupira⁶² o gênio, que povoava as florestas, gênio hediondo, ascoroso para uns, segundo a etimologia da palavra, e benéfico, segundo outros, cujas harmonias davam vida e encanto à solidão dos ermos, e à noite das

⁵⁸ No texto: “juraparys”.

⁵⁹ Jean de Léry, autor de *Viagem à Terra do Brasil*.

⁶⁰ No texto: “*aton assap acequeiey aygnan atonpané!*” Grafamos a frase tal como ela vem na obra de Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*, 1980, p.207). Nessa edição, em nota de rodapé, a frase foi restaurada por Plínio Airoso: “*Maim mbosaká, esekyjé, aña kati pabé.*”

⁶¹ No texto: “*Nacequeiey aygnan.*” Grafamos a frase tal como ela vem na obra de Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*, 1980, p.208). Nessa edição, em nota de rodapé, a frase foi restaurada por Plínio Airoso: “*Nasekyjéi aña*”, “não temo o espírito maligno, não temo o Diabo.”

⁶² No texto: “Cururupira”.

florestas e das grutas. Tinham nos *upiaras* ou *igbabepinas*,⁶³ os homens marinhos, os demônios das águas, os gênios, que povoavam os lagos, os rios, os mares, e que enchiam de pavor as margens ribeirinhas e as praias.

O instinto da vida de além-túmulo pertence a todas as raças humanas; essas tribos porém, não sabiam separar a alma da matéria; assim viam-se pela metempsicose metamorfoseados no saci, que parece lamentar-se em seus gorjeios tão cheios de tristeza, e que lhes trazia notícias de seus parentes finados, e voltava com seus saudosos a Deus. “É parda, diz La Martinière,⁶⁴ e do tamanho de um pombo; seu canto triste e lúgubre é mais freqüente à noite, do que durante o dia. Dizem que é enviada por seus finados parentes e amigos, para lhes trazer novas do outro mundo, e, aguardando que eles lá irão ocupar o seu lugar competente, os acoroça e incita à guerra contra os inimigos. Segundo eles, é esta avezinha o mensageiro, que vem d’além das montanhas, seu paraíso, onde depois de mortos, acharão seus pais, e lá com eles viverão prazenteiros a dançar eternamente.” Estando Léry um dia na aldeia de Upec, viu os tamoios atentos a escutarem-na; percebendo um de seus anciãos, que ele se sorria malignamente, lhe falou assim: “Tem-te, e não nos empecas de ouvir as boas novas, que nos mandam agora os nossos avós, pois quando escutamos estes pássaros, alegramo-nos e achamos nos refeitos de nossas forças.”⁶⁵

Depositavam também sobre as sepulturas dos seus mortos todos os aprestos necessários para a longa viagem além das montanhas, aos campos alegres, paraíso de delícias, terra de fontes de mel e de vinhos saborosos, a grande taba de todos os povos, onde danças e festas deviam recompensar a bravura patenteada na guerra, e a intrepidez mostrada na caça das feras, que eram o terror de suas florestas.

Os sonhos eram cuidadosamente observados antes de seus combates, nas vésperas de suas lutas, e interpretados pelos seus pajés, que os explicavam pressagiando – ou a vitória, para que preparassem suas libações e danças guerreiras, ou o mau resultado de suas empresas, para que abrissem mão de seus intentos.

Os seus profetas, esses sacerdotes piagas ou caraíbas, lhes pressagiavam dias de ventura, lhes prometiam o cultivo de suas roças sem

⁶³ Ver nota 66 do capítulo II desta *História da Literatura Brasileira*, sobre as “igpupiaras”.

⁶⁴ Antoine Augustin Bruzen de La Martinière (Dieppe, 1683 - La Haye, 1749): erudito francês, cuja grande obra foi o *Grand Dictionnaire Géographique, Historique et Critique* (1726 - 1730), em 10 volumes.

⁶⁵ Cf. Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, 1980, p.154.

trabalho, e que as suas enxadas [por si sós]⁶⁶ iriam a cavar a terra, e as setas ao mato, em busca da caça, e a matar muitos dos seus contrários. Com o maracá pendente de seus bordões, corriam de taba em taba, e a sua chegada era celebrada com grandes festas ou itaguanas. De todas as aldeias vinham emissários assistir à honrosa visita dos célebres adivinhos. Bem vindos às aldeias, firmavam nos terreiros os seus bordões, tendo pendente o misterioso maracá, que era para logo adornado de penas e rodeado de todas as ofrendas. Profetas do seu povo, falavam em público, exortavam-no a cumprir os seus deveres, que se cifravam na resolução para a guerra e afeição às mulheres. Encaminhavam-no à guerra, ou dissuadiam-no dela. Adivinhos, enchiam o maracá de folhas secas, que incendiavam, e aspiravam-lhes o fumo, que saía pelas aberturas, à maneira de olhos, até caírem adormecidos, e com visagens e gestos grutescos, prognosticavam das coisas do futuro e prediziam o resultado, que deviam aguardar de suas empresas. Eram também os seus médicos, pelo conhecimento, que tinham de certas ervas adquirido no seu tremendo noviciado, e o maracá, símbolo de sua dignidade, reverenciado de toda uma tribo, pendente do lumiar de suas isoladas choupanas, quase sempre no retiro das montanhas, anunciava a presença do sacerdote, do profeta e do médico na sua morada misteriosa, vedada aos profanos. “Eu penso, diz Thevet, que são esses caraíbas ou pajés, que abundam em tão grande número, que lhes fazem crer nesses mitos (*resueries*) do mar, do fogo e do trovão, vistos serem eles os maiores impostores da terra, que, a terem o conhecimento das letras, como nós, acabariam por enganar e seduzir tão míseros povos.” Estes pajés ainda não desapareceram. “Algumas famílias brasileiras do Pará e do Alto Amazonas, diz o Sr. F. Pereira Dutra nas suas *Investigações*, consultam ainda hoje esses áugures, e os chamam como a hábeis médicos. O *paby* acende um grande cigarro, faz mil contorsões, comprime a parte dorida e arranca com admirável destreza grandes espinhos de pupunha (*Guilielma speciosa*),⁶⁷ palmeira, a que dão no Peru o nome de chonta. Esses espinhos são, dizem eles, introduzidos no corpo do enfermo por feitiço ou nigromancia de inimigos.”

Esses usos, esses costumes, essas tradições, essas crenças, esses mitos, deviam concorrer para o maravilhoso da sua poesia, e dar-lhe o cunho da originalidade. A língua dos tupis, por demais poética, devia

⁶⁶ No texto: “por si so”.

⁶⁷ No texto: “popunha (*guilielma speciosa*)”. A pupunha é o fruto da pupunheira, palmeira alta do Pará, que tem espinhos no tronco.

contribuir para a harmonia de seus versos e variedade das rimas. Os jesuítas porém, que substituíram esses cantos de guerra, essas epopéias da tradição e essas poesias do amor, pelos cânticos religiosos, ou se descuidaram de conservá-los, ou, se os conservaram, existem esquecidos sob a poeira das bibliotecas dos mosteiros, se é que já se não têm desencaminhado.

“Que preciosos monumentos, diz o Sr. Magalhães, não foram para nós as poesias desses povos incultos, que quase têm desaparecido da superfície da terra, sendo tão amigos da liberdade e da independência, que com preferência ao cativo, em cardumes caíam debaixo das espadas dos portugueses, que embalde intentavam submetê-los a seu jugo tirânico. Talvez tivessem elas de influir sobre a atual poesia brasileira, como os cânticos do bardo da Escócia influíram sobre a poesia do Norte da Europa, e hoje harmonizando seus melancólicos acentos com a sublime gravidade do cristianismo, em toda a Europa dominam.” Esse entusiasmo porém, que despertam em nossas almas as expressões do autor do *Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil*, se arrefece às considerações apresentadas pelo Sr. Pereira da Silva na sua *Introdução Histórica e Biográfica Sobre a Literatura Brasileira* e outro senhor no seu *Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil*, acerca dessas poesias e seus bardos.

“Questiona-se hoje, diz o Sr. Pereira da Silva, sobre a literatura, que poderiam possuir esses povos, e a civilização, a que teriam atingido. Sonho nos parece semelhante pleito. Compostos de muitas e diversas tribos, cada uma com usos especiais e diferentes costumes, esta feroz, bravia, antropófaga; aquela mansa, sossegada e hospitaleira; umas governadas por chefes, que as dirigiam, outras entregues à Providência e sem ligame algum, que reunisse e concentrasse seus membros; nenhuma civilização possuíam, nenhuma literatura poderiam ter. Passageiros e nômades, que nasciam e viviam cuidando somente em pescar e caçar, para se nutrirem, tendo para descanso a rede pendurada das árvores, ali onde o céu mais abrilhantado aparecia, ao murmúrio da cascata, ao sibilar dos ventos pelas folhas dos coqueiros e palmeiras, – vida primária do homem lançado sobre a terra – que idéias literárias poderiam ter semelhantes povos? Atônitos quando viram europeus, aterrados quando ouviram o rouco som do tiro de pólvora, bem provavam a sua perfeita ignorância. E se reunidos à sombra de alguma árvore, alguns sabiam tanger seus instrumentos selvagens, então sem dúvida que sua voz, compassando sons para acompanhar a agreste melodia deles, procurava um ritmo qualquer, uma cadência harmoniosa de palavras,

que exprimisse o sentimento e a paixão. Eis a que poderíamos reduzir toda a civilização e literatura dos originários habitantes do Brasil.”

“Os indígenas, acrescenta o autor do *Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil*, tinham um gênero de poesia, que lhes servia para o canto: os seus poetas, prezados até pelos inimigos, eram os mesmos músicos ou cantores, que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos: improvisavam motes com voltas, acabando estas no consoante dos mesmos motes. O improvisador ou improvisadora garganteava a cantiga e os mais respondiam com o fim do mote, bailando ao mesmo tempo e no mesmo lugar em roda, ao som de tamboris e de maracás. O assunto das cantigas eram em geral as façanhas de seus antepassados; e arremedavam pássaros, cobras e outros animais, trovando tudo por composições.”⁶⁸

Deve-se porém ter à vista – que o Sr. Dr. D. J. G. de Magalhães segue o filósofo Montaigne, o amigo do gênio primitivo, o sectário da poesia independente das regras, que se extasiava com as canções cheias de ingenuidade dos bardos de Guanabara – que o Sr. Pereira da Silva rejeita sem grande exame todos os fragmentos, que nos dão uma idéia de seus cantos, e julga tudo como um sonho, e que o autor do *Ensaio Histórico* achou antes no ríspido Boileau razão cabal, para condenar os cantos de nossos indígenas por monótonos. A música, a que tão bem se casa a poesia, se tinha alguma coisa de monótona entre eles, não era essa monotonia por certo desagradável. “Todos os índios, escrevia Baena, são sofridos ao trabalho do seu braço, é quando arrancam a voga compassada, levantam amiudados cantos, que os antigos chamam pocemas, cuja toada, posto que monótona e melancólica, é agradável.” E a este respeito ajunta o distinto Sr. M. de A. Porto-Alegre: “O amor produziu as artes de imaginação, e o entusiasmo as elevou ao sublime; e os filhos das florestas, envoltos na mais rica louçania da natureza, cantavam, e sua música, semelhante ao balanço da rede, que oscilando no ar forma um zéfiro artificial, que tempera a calidez, apresenta o cunho melódico; é uma nênia amorosa, onde respira o bálsamo maravilhoso da voluptuosidade, é a prolação do gemido do infeliz, é uma música do coração.” E ainda no conceito do autor do *Ensaio Histórico* devem os poetas brasileiros se inspirar da poesia, que brota com tanta profusão

⁶⁸ O “outro senhor”, autor do “Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil”, era Francisco Adolfo de Varnhagen, cujo ensaio vem no primeiro volume do *Forilégio da Poesia Brasileira* (1946, p.9-48). O trecho citado vem à p.11. Provavelmente, Joaquim Norberto evitava referir o nome do autor do ensaio por causa das desavenças que tinha com ele. Sobre isso, ver o depoimento do próprio Norberto, no artigo “A Língua Brasileira”.

do seio do próprio país, e ser antes de tudo originais americanos, mas não buscar produzir efeito e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais!... É a condenação prévia do *arariboísmo*,⁶⁹ como hoje se intitulam por ironia as simpatias, que nos despertam as desgraças de uma raça, que tende a desaparecer daqui a alguns anos, como se a América nos seus diferentes Estados, como diz o próprio autor, deva ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem, banir de seus cantos os nomes dessas tribos guerreiras, não se aproveitar de seus usos e costumes, das crenças de suas tradições, dos mitos de sua teogonia, para assunto de seus poemas, e até condenar ao silêncio as canções de seus bardos! Como se as desgraças do obscuro habitante dos bosques, segundo a bela e poética expressão do imortal Chateaubriand, tivessem menos direito a nossos prantos, do que as dos outros homens! A posteridade não perdoa ao autor da *América Portuguesa* o esquecimento, em que deixou os nossos indígenas, eliminando-os das páginas da primeira história do Brasil,⁷⁰ que apareceu à luz do mundo, e a poesia sob as formas da originalidade americana, é que será chamada a sancionar o *rochapitismo*? Não será dado aos brasileiros, que se recordem, que este Rio de Janeiro foi a antiga Guanabara, a terra dos bardos, que no Carioca possuíam orgulhosos a Castália americana, que os inspirava?... O ilustre Sr. Ferdinand Denis, tão apreciador das nossas coisas, assevera, que não teme dizê-lo, que, graças à cosmogonia dos antigos tamoios, vulgarizada por Thevet, o vasto império, que marcha a passos de gigante na senda do progresso, pode achar doravante em suas próprias recordações, as tradições locais, que vivificam ao mesmo tempo a história e a poesia.

Os cantos, que nos restam de nossos brasis, são alguns fragmentos, que Hans Staden, André Thevet, Montaigne, Spix, Martius e outros, nos transmitiram; contudo Bruzen de La Martinière e Léry, nos deixaram algumas instruções sobre os seus assuntos. “Se me perguntarem, diz o autor do grande *Dicionário Geográfico e Crítico*, de que é que tratam as canções desses selvagens, direi que fazem menção de seus belos

⁶⁹ No texto: “ararigboismo”. Referência a Araribóia. Sobre essa personagem, cf. nota 9 deste capítulo.

⁷⁰ A *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, foi escrita na primeira metade do século XVII (sua dedicatória é datada de 20 de dezembro de 1627), mas só foi publicada em 1889, no volume 13 dos *Anais da Biblioteca Nacional* (Cf. a Apresentação de Aureliano Leite e a Nota Preliminar de J. Capistrano de Abreu, na obra de Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil: 1500-1627*, 1982, p.15-22). A *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, escrita na primeira metade do século seguinte, teve sua primeira edição em Lisboa, no ano de 1730.

feitos de armas, conservam a memória de seus valentes antepassados, falam da coragem e da força dos que entre eles têm a glória de comer mais inimigos, prometem-lhes que se reunirão ainda um dia a esses heróis, além dessas montanhas; e ameaçam enfim a seus inimigos com a mais completa destruição. Reconhecem-se também nessas canções algumas alusões ao dilúvio.”

Jean de Léry, a quem o ameno Auguste de Saint-Hilaire dá o nome de Montaigne dos velhos viajantes, parece confirmar as alegações de Montaigne, quando analisa os cantos que os tamoios repetiam em coro durante as suas festas. “E como não entendesse a sua língua, escreve o viajante calvinista, e dissessem eles muitas coisas, que eu não pude compreender, tendo rogado ao intérprete, que mas declarasse, ele me disse, que primeiramente tinham eles insistido em prantear seus falecidos avós, que eram além disso dotados de grande valentia, que enfim se consolaram, certos de que depois de mortos, iriam vê-los além das altas montanhas, onde dançariam e se regozijariam com eles; semelhantemente que com todo o excesso haviam ameaçado os [goitacases], seus inimigos, que como já disse, são tão valentes, que não os têm podido domar, de aprisioná-los e comê-los, como já o haviam prometido fazer a seus caraíbas. Que haviam também entremeado em suas canções a tradição, de que uma vez transbordaram as águas de tal forma, que inundaram as terras, fazendo perecer todos os homens, à exceção de seus avós, que lograram se salvar sobre as mais altas árvores do país.”⁷¹

Montaigne, que escreveu nesse grande século de tantos descobrimentos, conservou-nos algumas traduções de vários trechos de canções, que lhe foram comunicadas por um francês, que teve a seu serviço, e que por anos viveu entre os tamoios, e também por esses intrépidos marítimos e aventureiros, que viajaram para a França Antártica.

A canção do prisioneiro parece ser um canto, que deveria saber todo o guerreiro, para nessa desgraça extrema, que o aguardava logo que caía nas mãos de seus contrários, insultar animosamente os seus inimigos. O trecho conservado por Montaigne é o seguinte:

“Venham ardidamente todos eles e se reúnam, para se banquetarem com a minha carne.

⁷¹ Cf. Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, 1980, p.215. Grafamos “goitacases”; Sérgio Milliet, em sua tradução, grafa “goitacazes” e registra, também, as formas “*Uetacã*” (p.80) e “*guaitakã*” (p.90). No texto de Joaquim Norberto vem “Ouctacazes”.

Comerão do meu próprio corpo, é verdade; porém seus pais e seus avós me serviram de alimento.

Estes músculos, esta carne, estas veias são vossas, loucos, que o não sabeis.

Saboreai pois nestes membros a substância de vossos antepassados, e neles encontrareis o gosto da vossa própria carne.”⁷²

Estes cantos, segundo o testemunho de Hans Staden, eram extorquidos aos míseros prisioneiros, que de mais a mais se viam obrigados a dançar em honra de seus maracás. O prisioneiro do terrível e formidável Coniambeque⁷³ nos transmitiu alguns fragmentos de uns prisioneiros tupiniquins,⁷⁴ se não eram antes goianases ou goitacases, que cantaram à vista de seu senhor, o terror dos inimigos. “À noite, diz ele, ordenou Coniambeque que cada um trouxesse os seus prisioneiros a um descampado entre o mar e a floresta. Os selvagens se reuniram em grande círculo, no centro do qual os colocaram e os obrigaram a cantar e a fazer ruído em honra dos maracás.”⁷⁵ E os prisioneiros cantaram:

“Sim, nós marchamos contra os nossos inimigos, como bravos guerreiros que somos, a fim de aprisioná-los e devorá-los.

Venceste-nos; somos teus prisioneiros; mas que importa? Os homens valentes devem morrer em terras de inimigos.

Grande é o nosso país; bem povoada a nossa aldeia; os nossos amigos nos vingarão!”

Ao que os outros responderam:

“Também vós matastes a muitos dos nossos e nós agora vamos vingá-los!

Findos os cantos, cada um conduziu os seus prisioneiros à sua cabana.”⁷⁶

O espirituoso francês, que se admira da solicitude, com que as mulheres, que estimavam seus maridos, lhes procuravam novas companheiras, tendo-a por uma virtude propriamente matrimonial, conservou-nos igualmente o trecho de uma canção amorosa, que como mestre na matéria pelo seu comércio com as musas, assegura ser digna de Anacreonte, mas que se assemelha antes pelo seu colorido à poesia

⁷² Cf. Michel de Montaigne, *Ensaíos*, 1980, p.105, livro I, capítulo XXXI.

⁷³ No texto: “Koniam-Bebe”. Cf. nota 28 deste capítulo. O prisioneiro mencionado é Hans Staden.

⁷⁴ No texto: “Tupins-Ikins”.

⁷⁵ No texto: “*tamarakas*”.

⁷⁶ Cf. Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil*, 1974, p.132-133, livro primeiro: “As Viagens”, capítulo 43.

oriental. Quanto à sua linguagem, acrescenta ele, é uma linguagem doce, que tem um som agradável, com suas terminações gregas. É o trecho o seguinte:

“Belo coral, não fuja, não fuja, belo coral.

Deixa que minha irmã modele pela tua pintura a forma e as cores de um rico colar, que quero dar à minha amante.

E tu serás em todo o tempo preferido pela tua beleza a todas as outras serpentes.”

Por ocasião da visita dos pajés às suas tabas, tinham lugar os cantos de mistérios e iniciações, a dança sagrada, dança dos pajés ao som do maracá, a que não podiam assistir os estrangeiros nem ainda as suas próprias mulheres e crianças. Os mesmos escritores, que nos deram alguma notícia sobre ela, mostram-se misteriosos. O jesuíta Simão de Vasconcelos apenas nos diz, que essa dança tomava o nome de *guaibipayes*;⁷⁷ o geógrafo La Martinière contenta-se com mostrar, que para essa solenidade, na qual patenteavam o conhecimento, que possuíam da existência do Ente Supremo, se ajuntavam em grande número e se assentavam à noite em torno da fogueira, presididos pelos seus sacerdotes; estes, tendo cada um o seu maracá, entoavam certas canções, e dançavam ao mesmo tempo, ora a sós, ora tomando cada um dos índios dessa reunião, que também dançavam e cantavam como eles, fazendo as mesmas figuras, praticando os mesmos gestos e ademãs.

Hans Staden nos descreve com pouca diferença essas mesmas danças misteriosas, que ele, como Léry, conseguiu ver em parte. Estes profetas, diz ele, fazem evacuar inteiramente uma cabana, obrigando a sair dela todas as mulheres e crianças. Então cada um lhes traz o seu maracá pintado de vermelho e ornado de penas, para que lhes outorguem o poder de falar; reunidos todos, e colocando-se o pajé⁷⁸ na extremidade superior, planta o seu maracá à sua frente, e todos eles fazem o mesmo e vão depositar ao pé do instrumento de seus profetas as suas ofrendas de flechas, de penas e pedras de trazer às orelhas, a fim de que o seu ídolo não seja esquecido. Perfumam-se depois com baforadas de betin,⁷⁹

⁷⁷ Encontra-se, em Simão de Vasconcelos (*Crônica da Companhia de Jesus*, 1977, v.1, livro primeiro, “Das Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil”, par. 143), a seguinte passagem, que não confere com a afirmação de Joaquim Norberto: “São mui dados a dançar, e saltar de muitos modos, a que chamam *guau* em geral: a um dos modos chamam *urucapi*; a outro, dos de menor idade, chamam *curupirara*; outro *guaibipaie*, outro *guaibiabucu*.”

⁷⁸ No texto: “*payg*”.

⁷⁹ No texto: “*betin*”. Plínio Airoso, em nota ao texto de Jean de Léry (*Viagem à terra do Brasil*, 1980, p.178), afirma o seguinte: “(...) deve dizer-se *petym*, embora ocorra em vocabulários diversos, *petim*, *petun*, *betun* e *pitim*.” Trata-se de uma espécie de fumo.

e diz o pajé⁸⁰ em sua língua: *Nee rora*. “Fala e faze-te ouvir, se estás dentro.” Dirige-se-lhe depois em voz tão baixa, que nunca pude saber se era o maracá⁸¹ ou o índio que falava, mas eles crêem que é o ídolo. O pajé vai assim perfumando todos os instrumentos; excita-os à guerra, anima-os a aprisionar os seus contrários, assegurando-lhes, que o espírito, que habita no maracá, deseja tomar parte nos seus festins antropófagos.

O velho viajante Léry, que na aldeia de Cotiva conseguiu ouvir as canções de um lugar próximo, em que ficara, ao princípio com as mulheres e crianças indianas, nos descreve também o que presenciara, porém, como nota o Sr. Ferdinand Denis, mui imperfeitamente, pois tanto o calvinista francês, como o alemão, não penetraram nos mistérios dessas solenidades. “As cerimônias, diz ele, tendo assim durado perto de duas horas, esses quinhentos ou seiscentos homens selvagens não cessaram jamais de dançar e cantar. Havia nos seus cantos tal melodia, que atendendo-se a que ignoram o que seja arte de música, mal poderiam crer os que nunca os ouviram, que harmonizassem tão bem em seus [acordes]. E com efeito, o temor que tive de ficar no começo desse *sabbat*, como já disse, na casa das mulheres, foi-me excelentemente recompensado pela satisfação, que experimentei, ouvindo os [acordes] de uma tal multidão, e sobretudo a cadência e o estribilho, que a cada [copla] eles, afrouxando as vozes, repetiam: *Heu herauré, heura, heraüre, heüra, ouetk!* Eu ficava como que encantado, mas ainda todas as vezes, que me lembro, o coração se me sobressalta, estremece, como se ainda me soassem aos ouvidos. Quando queriam terminar, batiam com o pé direito sobre a terra mais forte, do que de costume, e inclinando-se ante si, pronunciavam unanimemente com uma voz rouca duas ou três vezes este canto: *He, he, bua, bua, bua!*”⁸²

O tacape,⁸³ que tomava diversas denominações, segundo os usos a que era destinado, tornou-se sob o nome de tangapema⁸⁴ como um áugure. Consultavam-no, atando-o sobre uma trípode, que a seu modo enghavam, tendo-o antes enfeitado de vistosas penas: dançavam em torno dele, e depois do pajé entoar o seu canto, repetiam em coro o

⁸⁰ No texto: “paygy”, nesta e na próxima ocorrência.

⁸¹ No texto: “tamaraká”.

⁸² Cf. Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, 1980, p.214-215. Com base no cotejo com essa edição, substituímos “copola” por “copla” e “acordos” por “acordes”. Foi mantida, entretanto, a forma em que se encontram grafados por Joaquim Norberto os trechos de cantos dos indígenas.

⁸³ No texto: “tanguape”.

⁸⁴ No texto: “tanguapema”.

estribilho de seus hinos; aproximava-se então o profeta, fazia algumas cerimônias, murmurava algumas vozes, e soprando três vezes sobre ele, soltava-se de suas ligaduras, saltava da trípode e desaparecia zunindo pelos ares; voltava depois e vinha colocar-se em seu lugar, escorrendo sangue, como se tivesse voltado dos combates. O prognóstico para a guerra era favorável, e para logo corriam ao encontro dos inimigos, conduzindo-o triunfante no meio de suas falanges; então o desejo de surpreender os seus inimigos sopitava os cantos que lhe tributavam. Como maça dos sacrificadores, *ivirapeme*,⁸⁵ era digna de certas cerimônias entremeadas de cânticos. Preparavam-se, brunindo-a, pintando-a, lustrando-a cuidadosamente, para o mortífero torneio dos prisioneiros. “Durante esta operação, diz Hans Staden, que é feita por uma mulher, cantam as outras em torno dela. Logo que se acha pronta e ornada de penachos lindíssimos, suspendem-na em uma cabana inabitada e aí cantam durante toda a noite.” Pela manhã, muito antes dos arrebois da aurora, vêm todos eles dançar-lhe em torno.

Acabadas as danças, pega dela uma mulher e vai mostrá-la aos prisioneiros, e depois entrega-a a um homem. Este, depois de também mostrá-la, a conduz ao executor e lha apresenta; o chefe se aproxima, toma-a e passa uma vez entre as pernas do executor, o que ele tem por um sinal de honra, e recebe-a de suas mãos; alça-a então aos ares e caminha entre os seus amigos, para o tremendo sacrifício.

Dos patavianos possuímos apenas o trecho de um ditirambo, que cantam ao som de flautas e tambores, agitando-se em movimentos circulares, até que cedem à violência da bebida e fadiga. O trecho é como se segue:

“Cantemos, brinquemos, enquanto gozamos saúde.

Cantemos, brinquemos, que quando estivermos doentes, os risos e os cantos cessarão.”

“Este fragmento, diz o Sr. Ferdinand Denis, não oferece sem dúvida grande interesse, serve todavia a comprovar ainda uma vez, que os homens, qualquer que seja a raça, a que pertençam, possuem em comum uma série de idéias poéticas, que se renovam em todas as condições e sob todos os climas.”

Tal era a tendência dos selvagens brasileiros para a poesia, na qual se refletem seus usos, seus costumes e seus mitos, e ainda falam as aves, os animais e todas as produções de seu país, como nos cantos de todos os povos entregues à natureza, e que vivem na mais completa indepen-

⁸⁵ No texto: “*teuwa pemme*”.

dência. Esta tendência concorreu para a sua civilização, que dela souberam tirar partido os missionários jesuítas, para catequizá-los. Estudaram essa língua suave e elegante, que mereceu os elogios dos Anchieta, Figueiras, Vasconcelos, Bettendorfs,⁸⁶ Araújo e Laets; chamaram-na grego, pela semelhança de seus vocábulos compostos; admiraram-na, pela sua delicadeza e harmonia de seus sons, pela cópia de seus termos, pela concisão de suas frases e docilidade de sua pronúncia, e depois fizeram ouvir eloqüentemente, no seio de suas florestas, a *Tupã nheenga*,⁸⁷ o Evangelho, como se dissessem a palavra, a fala de Deus. As canções da guerra e da vingança, ou as endechas do amor e da lascívia, essas substituíram-nas eles pelos hosanas e hinos sagrados, introduzindo, como nota o Sr. Ferdinand Denis, os ritmos de um idioma estrangeiro em uma língua flexível, e compondo versos brásílicos com pensamentos cristãos. E depois dessa tendência de um povo bárbaro, para o qual soara a hora do extermínio, antes da hora da sua civilização, proveio, como ainda veremos, e até confessa o próprio autor do *Ensaio Histórico*, o impulso ao cultivo da poesia, e a introdução do teatro no Brasil.⁸⁸

Têm todos os povos um culto de veneração, para aqueles que os precederam e figuraram na cena de seu país; ufanam-se todas as nações com poder reunir as riquezas de sua arqueologia; nós, que apenas contamos a nossa existência de há três séculos a esta parte, já sentimos o deleixo de nossos antepassados, e se não cuidarmos em reunir essas relíquias e colher dos lábios das tribos, que ainda existem, os cantos tradicionais, com razão se queixará da nossa incúria a posteridade, que já então não terá uma só tribo, para interrogar, um só de seus indivíduos, para lhe transmitir originalmente a fisionomia, o tipo dessas raças desgraçadas, que condenadas a prosperar na barbaridade de seus costumes, procuram em vão um asilo selvagem na antiga pátria de seus avós. Por toda a parte o fio elétrico levará a palavra dos conquistadores à extremidade de seu solo, e o trilho de ferro percorrido pelo cavalo dinâmico, ou o listão de fumo do pirógrafo, serpeando sobre seus rios, lhes anunciarão a presença da civilização, que tudo invadindo, destruirá, aniquilará para sempre, a sua nacionalidade!

⁸⁶ No texto: "Pettendorfs". Trata-se de João Filipe Bettendorf (Luxemburgo, 1625 – Belém, PA, 1698), jesuíta que, atendendo ao pedido do Padre Antônio Vieira, veio missionar no Brasil, onde chegou em 1660. Deixou obras que foram publicadas nos séculos XIX e XX.

⁸⁷ No texto: "*Tupan enbeenga*".

⁸⁸ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen, "Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil", *Florilégio da Poesia Brasileira*, 1946, v.1, p.11.

Guardemos ao menos os cantos de seus bardos, e quando um dia a posteridade nos perguntar por eles, responder-lhe-emos como um eco, repetindo-os nessa mesma língua bela, suave e harmoniosa, que existirá ligada a cada sítio, a cada monte, a cada penedo, a cada rio, a cada enseada de nosso rico e incomparável país, pelos nomes que lhes outorgaram seus primitivos habitantes.

CAPÍTULO VI

CATEQUESE E INSTRUÇÃO DOS SELVAGENS BRASILEIROS, PELOS JESUÍTAS

Este capítulo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.III, p.287-303, jul. - set. 1859, e trazia a seguinte Nota da Redação, em rodapé, assinalada no título por um asterisco: "Nos números antecedentes da *Revista*, publicamos o artigo 'Tendências dos selvagens brasileiros para a poesia', declarando então, que era o 2.º capítulo, em vez de dizermos que era o 1.º do 2.º Livro da *História da literatura brasileira* do Sr. J. Noberto de S. S. O 2.º capítulo, que trata da catequese e instrução dos mesmos selvagens, começamos a publicá-lo hoje. É como que uma continuação do precedente, e tem o mesmo interesse e importância compreendendo – Cultivo da língua pelos jesuítas, – Composições feitas pelos padres – Introdução do teatro como meio civilizador – comédias, dramas pastoris, tragicomédias e alegorias dramáticas."

Enquanto a Europa condena os jesuítas lembrada dos males, que lhes causaram, não vendo neles, senão os inimigos da liberdade dos povos, ou monopolistas da instrução pública, os árbitros da consciência dos reis, as molas secretas de suas ações ou regicidas quando os reis se não dobravam a seus caprichos – o Brasil, que recebeu dos jesuítas os maiores benefícios, só tem que pagar uma dívida de gratidão, elevando aos que dentre eles mais se distinguiram, como Nóbrega e Anchieta, estátuas, que perpetuem o seu nome entre nós e incitem novos missionários à continuação da obra da civilização.

O quadro dos trabalhos dos jesuítas na nossa pátria só teve por modelo, o que apresentou o cristianismo em seu berço; só teve por modelo a vida ascética dos apóstolos do velho mundo, esses venerandos anciãos, cujos vultos se destacam da antigüidade engrandecidos pelos séculos, para ainda viverem na nossa imaginação, com as suas cabeças resplandescentes pela alvura de suas cãs aos raios da sapiência, com que os laureou a mão de Deus. E como foram tão grandes penetrando na choupana dos pobres enfermos, quais hóspedes bem-vindos – consolando-os na sua miséria e humildade, – repartindo com eles do pão da caridade, que esmolavam de porta em porta, entrando nos palácios dos ricos, semelhantes a uma aparição sinistra, – humilhando-os em sua grandeza de dissoluções e prevaricações, – sofrendo com resignação as injúrias, que lhes cuspiam em prêmio de propagarem os símbolos da fé entre os povos do Universo!...

Como eles, os primeiros jesuítas abandonaram todas as comodidades de seus conventos e vieram passar por todas as privações amargas, que experimentaram os apóstolos no velho hemisfério, sem excetuar o próprio martírio!... Que luta renhida, prolongada e sempre gloriosa com os primeiros colonos portugueses, para manterem ilesa a liberdade dos filhos das florestas! Que de obstáculos para chamarem nações inteiras ao grêmio do cristianismo! E que trabalhos para implantarem a civilização no Novo Mundo, fundando pobres aldeias, que são hoje florescentes cidades!

Colocada sob a constelação do Cruzeiro, a terra brasileira parece predestinada a representar ainda um dia importante papel no mundo cristão. O cristianismo selou com o seu cunho grandioso e sublime todos os acontecimentos, que deram em resultado o seu descobrimento, e que se lhe seguiram depois. O marco da sua conquista foi a cruz, de que já tinha derivado o seu nome. Ao constituir-se nação livre e independente, o novo império respeita a tolerância religiosa, graças à filosofia do século, mas abraçando-se com a cruz plantada nas praias de Porto Seguro, aponta para o seu céu, submete-se à tiara e beija o anel do pescador, comungando na lei cristã apostólica romana.

O seu primeiro governador toca as praias da Bahia, precedido como Cabral do estandarte da civilização moderna, hasteado por seis homens vestidos de negras roupetas, essas mortalhas, que vestem a carne, que morreu para o mundo. São os soldados de Loyola, que vêm conquistar por louros de vitória, as palmas do martírio; exaltar com seus triunfos a glória da igreja; e edificar com seus exemplos de abnegação e humildade o hemisfério de Colombo. São os padres Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antônio Pires, Vicente Rodrigues, e Diogo Jacome, tendo por superior o venerando Manuel da Nóbrega.¹

Decorre apenas um ano e já novos missionários acodem às terras americanas, a tomar parte nos trabalhos de seus irmãos, os padres Afonso Brás, Salvador Rodrigues, Manuel de Paiva e Francisco Pires, e chegam a tempo de ajudá-los na vinha do Senhor; e enquanto a cidade se elevava e crescia circundada de seus modestos muros de taipa, com sua matriz, com o palácio do seu governador, com o edifício do Senado, tendo demarcadas as suas praças, traçadas as suas ruas para ser por mais de dois séculos a capital do novo Estado, eles levantavam a sua magnífica igreja e colégio.

Meio século havia apenas decorrido entre o descobrimento e a vinda dos venerandos padres, e mais alguns que tardassem, que a sua palavra eloquente e cheia de unção se perderia estéril e fria, como uma voz na aridez do deserto, como um brado no meio da tempestade. Por toda a parte a irreligiosidade tinha erguido a cerviz, e por toda a parte alardeava os seus desregramentos. O colono português, o homem da civilização da antiga Europa, havia se embrutecido no meio dos selvagens do Novo Mundo; havia adotado os usos e costumes de sua vida nômade, errante, e se não tomara acento nos festins de sangue, o que é contestável, havia incitado a antropofagia, lisonjeando a vingança das tribos para

¹ Simão de Vasconcelos, à página 15 do 1º volume de sua obra *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943), informa que Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antônio Pires e Manuel da Nóbrega eram padres e que Vicente Rodrigues e Diogo Jacome eram irmãos.

eternizar entre elas as guerras, que as [enfraqueciam].² Esquecido do nome do seu Deus, não curou mais dos preceitos da sua religião. Os próprios sacerdotes se olvidavam do seu ministério, e viviam na embriaguez dos gozos terrestres! E pois a luta começou, porfiada[,] tenaz e por fim gloriosa em seus triunfos. O índio, declarado livre pelas bulas dos santos padres e pelas leis da metrópole, achou nos jesuítas um estrênuo defensor de seus direitos contra a ávida cobiça dos colonos, que reduzia à degradante condição de escravo quem tinha nascido para ser um – homem!

Então apareceram os missionários e se mostraram por todo o Brasil. Caminhavam a pé, descalços, com suas abas na cinta, com seu bordão ao ombro e nele pendente a rede, que havia servir de leito. Sustentavam-se das frutas das árvores, das ervas dos campos, das raízes das restingas, das águas dos rios, do mel dos troncos. Enredavam-se nas florestas. Ouviam o bramido das feras. Subiam e desciam as serranias arrepiadas de rochedos, cavadas de precipícios e abrindo-se caminho por cima de todos os obstáculos, aos raios ardentes do sol, aos aguaceiros das tormentas, chegavam às tabas da gentilidade e penetravam em cada uma de suas ocas. Abaixavam as suas cabeças, mostravam as suas coroas, e se anunciavam por abarés. Repetindo o nome de seu Deus, levavam a voz do Evangelho ao meio do festim da antropofagia: substituíam o maracá de seus pajés pelo sinal da redenção, derramavam a água do batismo sobre as cabeças de milhares de bárbaros, que eram assim roubados às sombras do paganismo, e faziam resplandecer a seus olhos a luz da instrução, arrancando-lhes a venda da ignorância, em que viviam.

Para que melhor compreendessem os povos, que catequizavam e fossem por eles compreendidos, cuidavam primeiro que tudo em estudar o guarani ou o tupi, falado geralmente pelos indianos da costa, e a palavra de Deus traduzida nessa língua harmoniosa, soou pela primeira vez na terra de seus primores, – no seio das mais magníficas florestas, que plantou a sua mão, – nas margens dos mais grandiosos rios, que correm à sua voz, – nos píncaros das mais altas montanhas, que ergueu o seu braço, – debaixo do mais formoso céu abrilhantado pelos mais resplandescentes astros, que surgiram ao seu aceno, – e sob o qual povos bárbaros, mas domáveis, não o compreendiam, senão no raio, não o viam senão na luz passageira do relâmpago, nem o escutavam, senão no bramido do trovão, ecoando majestosamente nas abóbadas celestes e repercutindo-se nos ecos das cordilheiras! Então deixaram os selvagens de acatar os seus pajés, para reverenciarem os abarés, esses

² No texto: “enfraquecia”.

novos barões da religião, que suspendiam seus alaúdes dos ramos dos velhos troncos, em que rumorejava o maracá às vibrações das auras; prostravam-se ante o símbolo simples mas sublime dessa religião, que vinha de tão longe, com a sua coroa de espinhos, trazendo em uma mão a harpa de seus santos profetas, e na outra o livro dos livros, – para romper a muçurana de seus cativos, – para quebrar a tangapema³ de seus sacrificadores, – para apagar a fogueira de suas vitórias e extinguir os vestígios sangrentos de seus banquetes de vingança, arrancá-los do meio da barbaridade e conduzi-los à casa do Senhor. Não como esses templos erguidos sobre colunas de alabastro, – com suas abóbadas de mármore, – com suas torres de granito, – com suas portas de bronze; – com suas paredes revestidas de damascos, de veludos, de guadamecins, recamadas de ouro, de prata e de pedras preciosas, mas levantada sobre seus muros de taipa, – com seus tetos de secas palmas, – com suas portas de mal aparelhado lenho, trajando as ervas aromáticas de suas campinas, as flores agrestes de seus bosques, perfumada dos odores da baunilha, do ananás e do manacá, e ressoando com os hinos dos profetas entoados ao som do órgão e do saltério, do pandeiro e da flauta, do violão e do tamboril, mais gratos que às canções de seus *nheengaçaras*, cantadas aos sons de suas flautas formadas das túbias de seus contrários ainda ensangüentadas, em que gemiam sob o seu sopro, recordando os seus gritos de guerra ou os últimos suspiros de suas vítimas!

Pela terceira vez as praias brasileiras presenciaram a chegada de novos missionários. Era Dom Duarte da Costa, o segundo governador do Brasil, que como Cabral, que como Tomé de Sousa vinha precedido da milícia, que tão boas conquistas fazia no Novo Mundo, desembarcando com a cruz em triunfo, esse estandarte, que marchou sempre ante as quinas de Afonso Henriques.

Tomé de Sousa trouxe-nos Nóbrega, o apóstolo do Novo Mundo; Duarte da Costa deu-nos Anchieta, o taumaturgo do Brasil, ambos tão grandes, ambos tão compenetrados de sua missão, que sem eles a civilização da nossa pátria teria custado milhares de vidas, teria manchado o seu solo do sangue inocente dos americanos; a espada substituiria o [lábaro]⁴ sagrado; imperaria a voz do canhão em vez da palavra de paz, que anunciou a boa nova a esses povos, que abandonaram as suas tabas, para construir suas cabanas de em torno às capelas das antigas aldeias, dando origem a novas cidades.

³ No texto: "*tanguapema*".

⁴ No texto: "labro".

Teve Anchieta por companheiros da sua viagem os padres Luís da Grã, Brás Lourenço, Ambrósio Pires, João Gonçalves, Antônio Blasques e Gregório Serrão.⁵ O Padre Nóbrega tinha até ali exercido o cargo de vice-provincial do Brasil, mas o fundador da sua companhia, nomeando-o provincial, deu-lhe jurisdição independente de Portugal. O ilustre jesuíta, vendo a necessidade de aumentar o pessoal da província, conheceu que sem a propagação da instrução não podia alcançar novos missionários e nisso empregou todos os seus esforços, e o novo colégio de Piratininga, destinado a ser o seminário de novos filhos de Loyola, contou para logo em seu seio treze religiosos, tendo por superior o Padre Manuel de Paiva. Anchieta, que tomou parte na sua fundação se viu rodeado de todas as necessidades, envolto em obstáculos de todos os gêneros, de que afinal triunfou, graças àquela grande constância, que o animava em suas empresas, ao império, que tinha sobre suas paixões e à confiança, que depositava em Deus, tudo esperando da sua infinita misericórdia a bem da salvação das almas, a que se dedicara com tanto fervor e em tão verdes anos!

João de Aspilcueta Navarro, que veio na companhia de Nóbrega, foi dentre os jesuítas o primeiro, que se distinguiu nessa língua harmoniosa, admirada pela sua delicadeza, cópia e docilidade, por suave e elegante, ainda que estranha e copiosa, como dela diziam os seus cultores, e que trazia à lembrança dos padres, aquela que altamente soou na tuba homérica e nos lábios de Demóstenes. Foi ele, que tomou a iniciativa de traduzir para os índios várias orações e diálogos religiosos. Leonardo Nunes e Antônio Pires apoiaram os seus esforços, seguiram o seu exemplo e adquiriram a sua prática, mas José de Anchieta, foi o que em maior escala a honrou com as produções do seu talento. De seus próprios discípulos aprendeu ele essa língua, a que depois prescreveu regras, publicando a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, que viu a luz em Coimbra em 1595, mereceu a aprovação dos mais famosos línguas e serviu de guia e mestre, aos que viveram depois, como diz Simão de Vasconcelos. Compôs também o seu primeiro vocabulário; traduziu a doutrina cristã e os mistérios da fé dispostos a modo de diálogo, em benefício dos catecúmenos; escreveu um compêndio de confissão, com os interrogatórios e avisos necessários, de tanto

⁵ Simão de Vasconcelos, à página 15 do 1º volume de sua obra *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943), informa que os quatro primeiros eram padres e os últimos três, irmãos. Joaquim Norberto apresenta os nomes dos religiosos na mesma ordem em que eles vêm na obra de Simão de Vasconcelos, em todas as três pequenas listas que apresentou até aqui, neste capítulo.

proveito assim para o sacerdote, como para o índio cristianizado, poupando trabalho e enfado aos vindouros,⁶ e acomodando os ritmos estrangeiros a uma língua de per si poética, fácil de manejar pela sua flexibilidade; compôs versos tupis com pensamentos cristãos, e que tiveram por fim evitar abusos e entretenimentos menos honestos.

O colégio da Bahia havia-se tornado o seminário dos novos neófitos americanos de envolta com os filhos dos colonos portugueses, e o colégio de Piratininga debaixo da influência de Anchieta rivalizou com ele. Os meninos, que os padres pediram aos selvagens dos sertões de Piratininga, para serem ali educados na doutrina cristã, bem depressa se avantajaram em canto de órgão e instrumentos músicos. “Espalhavam-se à noite, diz Simão de Vasconcelos, pelas casas de seus parentes a cantar as cantigas pias de José na própria língua, contrapostas às que eles costumavam cantar vãs e gentílicas.” O fruto do trabalho veio em breve coroar tão nobres esforços, e os próprios catecúmenos ajudaram os reverendos padres na obra da sua própria civilização. “Na escola, diz ainda o ilustre cronista dos jesuítas da nossa pátria, instruía os seus iguais na doutrina, ler, escrever e contar, e vinham a ser mestres, os que ainda eram discípulos.”⁷

Multiplicaram-se os colégios, cujas casas eram levantadas ao lado das igrejas e mosteiros erguidos no meio de suas povoações, e em todas as localidades, onde se estabeleceram os jesuítas, gozou o Brasil de tão interessantes instituições. Ainda hoje se admira a culta Europa de ver como o idioma de um povo bárbaro, foi elevado por assim dizer à dignidade das línguas cultivadas e professadas publicamente nesses colégios. Lucrou com isso a civilização: os cantos entoados ao Deus da eternidade na língua até ali sujeita aos cantos do amor e dos festins, da guerra e das tradições, chamaram inteiras tribos à catequese, edificando-as com o exemplo da prática de todas as virtudes cristãs, e ainda assim, segundo a expressão de um jesuíta, muita era a messe que se perdia por falta de segadores!

⁶ Essas informações sobre as obras do Padre José de Anchieta encontram-se, na mesma ordem em que aqui vêm, no parágrafo nº 154 do livro primeiro da *Crônica da Companhia de Jesus* (1977), de Simão de Vasconcelos. Entretanto, os itálicos são obra de Joaquim Norberto. Em termos muito semelhantes aos utilizados na *Crônica*, Simão de Vasconcelos trata dos assuntos desse parágrafo de Joaquim Norberto nos parágrafos 4-6 do capítulo 5º do livro primeiro da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943).

⁷ Os dois trechos citados vêm no parágrafo 4º do capítulo 6º do livro 1º da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943). O mesmo assunto, tratado em termos muito semelhantes, vem no parágrafo nº 159 da *Crônica da Companhia de Jesus* (1977).

Bem depressa o estudo da língua tupi tornou-se geral em todas as capitanias brasileiras. Antônio de Araújo, que no colégio da Bahia recebeu a roupeta de jesuíta, empregou-se por nove anos na conversão dos índios. “E para que colhesse maior fruto dessa seara, diz Barbosa Machado, aprendeu a língua brasileira com não pequeno trabalho, e de tal modo a soube, que parecia ter nascido entre aqueles bárbaros, em cuja empresa padeceu gravíssimos trabalhos e moléstias, que fazia suaves a sua ardente caridade.” Ampliou o *Catecismo na Língua Brasileira*, composto pelos padres e bons línguas da sua Companhia, e que viu a luz em Lisboa em 1618, e gozou das honras da reimpressão sessenta e oito anos depois. A segunda edição é porém emendada pelo Padre Bartolomeu de Leão, e conforme o autor da *Biblioteca Lusitana*, foi traduzida em quase todas as línguas americanas. O Padre Luís Figueira,⁸ que acabou em um naufrágio no rio Amazonas, regressando de Portugal com quinze religiosos da Companhia, depois de se ter dado por muitos anos à catequese dos índios do Maranhão, e assistido ao martírio do seu companheiro Francisco Pinto, que pereceu no meio das florestas, vítima do seu zelo apostólico, compôs a *Arte da Gramática da Língua Brasileira*, que mereceu os elogios dos entendidos na matéria e foi reimpressa muitas vezes.⁹

Não menos importantes foram os serviços, que prestaram ao estudo dessas línguas os frades capuchos da província seráfica de Santo Antônio. Em suas missões na capitania do Maranhão fizeram assinalado serviço à catequese de milhares de selvagens de diferentes tribos, seguindo passo a passo o exemplo dos jesuítas. Como esses padres eles interrogavam as tribos, cujos dialetos mais se aproximavam da língua geral e formulavam novos vocabulários e gramáticas, e compuseram

⁸ Padre Luís Figueira (Vila de Almoudovar, Campo de Ourique do Reino do Algarve, c.1575 - Foz do rio Amazonas, 1643), além da *Arte de Gramática da Língua Brasileira* (Lisboa: Miguel Deslandes, 1687) mencionada por Joaquim Norberto, compôs uma *Carta Escrita ao seu Provincial em que Relata o Martírio de seu Companheiro o Padre Francisco Pinto*.

⁹ Informa Armando Carvalho, na obra *A Literatura no Brasil* (1986, v.2, p.62-63), organizada por Afrânio Coutinho, que a *Arte da Língua Brasileira*, do Padre Luís Figueira, com o texto todo em português, foi impressa em Lisboa em 1621. A “Bibliografia do Padre José de Anchieta”, extraída da *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, por Carlos Sommervogel S. J. (t.I, págs. 310-312, Bruxelles-Paris, 1890 e VIII, págs. 1631, Bruxelles-Paris, 1898) e *Suplemento: Corrections et Additions à la Bibliothèque de la Compagnie de Jésus* (por Ernest Rivière S. J. – Fascículo II, pág. 64, Toulouse, 1912-1930), contida na obra *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* (1988, p.39-43), do Padre José de Anchieta, registra, em seu primeiro item, a seguinte informação: “No colégio dos jesuítas de Palemo havia um exemplar msc. desta gramática [a do Padre Anchieta]: ...novamente acrescentada, e reduzida à ordem da arte de gramática latina. Pelo Padre Luís Figueira, da mesma Companhia. Ano 1620. In-4º de 108 págs.”

compêndios de doutrina cristã para sua instrução e moralização, sendo que Frei João de Santo Atanásio¹⁰ e Frei Mateus de Jesus Maria¹¹ foram mais adiante. O primeiro escreveu um *Roteiro Moral Para os Missionários, Feito Para a Costa do Maranhão e Para as mais Capitanias da Coroa Lusitana*, e o segundo deixou um *Tratado das Cousas mais Necessárias aos Missionários, que Assistem Entre Gentios*.

Entre os que mais se deram ao estudo das línguas americanas, distinguiu-se Frei Boaventura de Santo Antônio,¹² que na aldeia de Joannes abriu uma escola para os meninos, e ainda no vigor da idade sucumbiu ao peso de seus trabalhos evangélicos; Frei Joaquim da Conceição,¹³ que afrontou todos os incômodos, todas as fadigas dos desertos nos sertões de Capunas; Frei Pedro de Santa Rosa,¹⁴ que pelo espaço de 25 anos vagou pelas florestas, experimentando todos os perigos das longas peregrinações; Frei João de Jesus,¹⁵ que com o seu zelo conseguiu converter muitos, e Frei Mateus de Jesus Maria, que seguiu os seus passos.

Além de seus estudos na língua geral, na qual Frei Boaventura de Santo Antônio compôs uma *Arte* com um *Confessionário e Práticas Várias*, e Frei Mateus de Jesus Maria escreveu um *Vocabulário e Práticas sobre os Sacramentos e Mandamentos*, se deram também a indagações

¹⁰ Frei João de Santo Atanásio (Coimbra, c.1657 - Cidade do Pará, Estado do Maranhão, 1711): professou o Instituto Seráfico no Convento de Viseu em 1676.

¹¹ Frei Mateus de Jesus Maria (Vila do Pomba, Bispado de Coimbra, ? - ?), além da obra citada por Joaquim Norberto, compôs: *Vocabulário da Língua Brasílica* (806p.); *Cartapácio de Nomes da Língua Maraunu* (contendo 1219 vocábulos); *Cartapácio dos Verbos da Mesma Língua*; *Vocabulário da Língua Aroá* (170p.); *Vocabulário com Advertências Pertencentes à Gramática da Língua Geral* (126p.); *Práticas Sobre os Sacramentos, e Mandamentos, na Língua Geral* (184p.); *Arte da Língua Aroá* (152p.); e *Confessionário na Língua Maraunu* (178p.).

¹² Frei Boaventura de Santo Antônio (Vila de Monsanto da Província da Beira, c.1659 - Norte do Brasil, Maranhão, Ilha de Marajó ou Pará, 1697) escreveu: *Vocabulário do Idioma Sacaca* (400 folhas); *Confessionário com Admoestações Sobre os Mandamentos*, na mesma língua; *Breve Diálogo Sobre a Doutrina Cristã*, na língua dos goianas; *Arte da Língua dos Aroás*; *Arte da Língua Comum, a que Chamam Geral*, com um *Confessionário*, na mesma língua, e *Práticas Várias*.

¹³ Frei Joaquim da Conceição (Carrigueira, termo da Vila de Torres Vedras do Patriarcado de Lisboa, ? - ?) foi presidente das missões, guardião e comissário provincial no Estado do Maranhão. Compôs *Três Confessionários*, nas línguas dos maraunus, aroás e aracujus, e *Explicação Breve dos Mistérios mais Essenciais da Nossa Santa Fé*, na língua dos aroás.

¹⁴ Frei Pedro de Santa Rosa (Vilarinho, Bispado de Coimbra, ? - ?), tendo sido missionário no Maranhão por mais de vinte anos, compôs um *Confessionário Escrito na Língua dos Aracujus*.

¹⁵ Frei João de Jesus (Pinheiro, Patriarcado de Lisboa, ? - ?) escreveu *Práticas, e Doutrinas Sobre os Sacramentos, Mandamentos, e Mistérios da Nossa Santa Fé, Via Sacra, Doutrinas Contra as Superstições e Feitiçarias* (700p.); *Arte Para os que Principiam Aprender a Língua dos Aroás*; *Confessionário da Língua Aroá*; e *Vocabulário da Língua Geral*.

na língua dos aroás e sobre ela nos deixaram importantes trabalhos. Frei Boaventura de Santo Antônio compôs a sua gramática; Frei Joaquim da Conceição escreveu um compêndio com o título de *Confessionário* e uma *Explicação Breve dos Mistérios da Santa Fé*; Frei João de Jesus compôs como o primeiro uma gramática e como o segundo um *Confessionário*; e Frei Mateus de Jesus Maria, além de também nos deixar uma *Gramática*, coligiu dois *Vocabulários*, sendo um deles com advertências pertencentes à gramática da língua geral.

A língua dos aracajus¹⁶ foi honrada com dois *Confessionários* por Frei Joaquim da Conceição e Frei Pedro de Santa Rosa.

Frei Boaventura de Santo Antônio organizou os vocábulos da língua sacaca e nela compôs um compêndio de doutrina e um *Confessionário* sobre os mandamentos.

A língua dos maraunus possuiu também dois *Confessionários*, um escrito por Frei Joaquim da Conceição e outro por Frei Mateus de Jesus Maria, que escreveu igualmente um *Vocabulário* de 1219 termos e um volume de seus verbos, e admira que sendo as missões de Frei Boaventura de Santo Antônio na capitania do Maranhão, escrevesse também um *Breve Diálogo Sobre a Doutrina Cristã* na língua dos goianas,¹⁷ que, como é sabido, habitavam a capitania de S. Vicente.

Todas estas obras ficaram inéditas, e é de crer que tenham desaparecido, se não existem arquivadas sob a poeira dos séculos nas bibliotecas conventuais das nossas províncias! O Sr. Ferdinand Denis, falando dos sermões e cantos religiosos, compostos na língua dos tupinambás, cita uma tradução do Antigo e Novo Testamento, que formava, diz ele, desde 1551 o resultado de numerosos trabalhos empreendidos pelos jesuítas no seio dessas nações, que contavam então tantos milhares de indivíduos, e que não formam hoje nos desertos do Amazonas, senão algumas tribos degeneradas. Recorrendo ao autor, em que se firmou o erudito escritor francês, o Padre Antônio Pires, vejo que não é isso o que se depreende da leitura da sua carta, escrita da capitania de Pernambuco a 2 de agosto de 1551. “Primeiramente sabereis que o Padre Nóbrega, escrevia assim o incansável jesuíta, chegou à Bahia de visitar e correr as capitanias, e logo ordenou que o Padre Navarro fosse a Porto Seguro a trasladar as orações e sermões na língua da terra com alguns intérpretes, que para isso havia mui bons, as quais trasladou muito bem, e é muito para dar graças a Nosso Senhor vê-lo pregar muita parte do Velho

¹⁶ Observe-se que Barbosa Machado, fonte das notas precedentes, grafou “aracujus”.

¹⁷ No texto: “Goyanás”.

Testamento e Novo, e outros sermões do juízo, inferno, glória, etc., em que a todos nós leva a vantagem; e nisso temos todos muita falta em carecer da língua e não saber declarar aos índios o que queremos por falta de intérpretes, que o saibam explicar e dizer como desejamos.”¹⁸

Entre nós o teatro nasceu no seio das igrejas, como entre todos os povos modernos; a sua missão porém foi muito mais profícua, do que no velho mundo, e este benefício se deve ainda à intervenção dos jesuítas na nossa civilização, que o introduziram como um meio civilizador.

Os autos sagrados, como nota Trigoso,¹⁹ não passavam de meras representações burlescas das cerimônias da religião, e nas quais nenhum poeta de consideração tomava parte. “Assim, continua o ilustre autor da *Memória Sobre o Teatro Português*, parece que as peças dramáticas desse tempo serviam muitas vezes de continuação do serviço divino; e que os povos, depois de assistirem aos ofícios da igreja, nos quais a sua imaginação podia ter pouca parte, concorriam à comédia, onde esperavam não só santificar com as imagens sagradas aquele profano divertimento, mas ver com os seus olhos e quase apalpar, os sucessos dos antigos séculos e da história da religião, e até os mesmos mistérios, que só devem ser objeto da nossa fé, e que não podem caber na alçada dos nossos sentidos.” E pois prudentemente foram esses autos sagrados substituídos pela comédia, ainda um tanto mística, que veio colocar-se no adro, já mais distante dos altares e de maneira a poder satisfazer um auditório numeroso, que concorria de todas as partes, para assistir a essa festa profana com todos os vislumbres de religiosa. Nessa substituição teve à vista o Padre Nóbrega impedir também as indecências, que se praticavam no correr das representações, por atores menos adestrados e instruídos, que do sublime baixavam ao ridículo pelas falsas interpretações, que davam ao seu caráter na criação de seus papéis, acompanhando as suas palavras de mímica e gestos menos decentes. E assim procediam os jesuítas no Brasil, quando em Portugal se procurava por todos os meios e modos arrancar do centro das igrejas essas indecências; mas nem os motejos de Sá de Miranda, que se lastimava de tanta profanação, nem as constituições sinodais, publicadas em diversos anos desse século nos diferentes bispados, proibindo que no reino se fizessem representações, que não fossem da paixão, da ressurreição e

¹⁸ A carta do Padre Antônio Pires a que se refere Joaquim Norberto encontra-se publicada entre as *Cartas Avulsas* (1988, p.101-112) de Aspilcueta Navarro e outros jesuítas.

¹⁹ Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (Lisboa, 1777 - Lisboa, 1838): escritor português, autor, entre outras, das seguintes obras: *Catálogo das Obras Impressas e Manuscritas do Padre Antônio Pereira de Figueiredo e Memórias Sobre o Teatro Português*.

do nascimento de Cristo, e essas mesmas com especial licença do ordinário, conseguiram coisa alguma. É verdade que ainda assim não observaram os jesuítas as ordens emanadas do Cardeal Dom Henrique, inquisidor geral, que proibiam todas as obras, que tratassem da religião ou da Sagrada Escritura de mistura com as coisas de assunto de todo em todo profano. Mas não admira que isso acontecesse na colônia, quando no próprio reino de além-mar lutavam os dois poderes civil e eclesiástico com essa aceitação, que lhe provinha do povo, arraigado nos preconceitos e idéias, que tinha da religião, reforçadas pelo hábito e educação, que muitas vezes cederam ante as conseqüências, que podiam resultar da sua completa proibição.

Anchieta, o poeta que manejava com gosto as línguas portuguesa e tupi, além do castelhano e latim, aceitou os conselhos do venerável jesuíta, seu superior, e escreveu para edificação das almas confiadas aos seus cuidados uma comédia, ensaiando-se neste gênero de composição tão fora do seu ministério em benefício da civilização da colônia, cujo destino na ordem dos impérios não lhe era então dado calcular! Tinha essa comédia o título de *Pregação Universal* “porque, segundo observa Simão de Vasconcelos, servia para todos, portugueses e índios e constava de uma e outra língua, por que de todos fosse entendida.” A vila de S. Vicente, tão célebre pela sua antigüidade, como que tinha direito à estréia da representação, e aí com efeito teve lugar nas vésperas do jubileu da festa de Jesus, para que, no dizer do cronista jesuíta, também à volta do ato fosse universal o ganho de suas indulgências.²⁰

“Tinha este drama, diz o Sr. D. J. G. de Magalhães, todos os caracteres da prisca comédia, e ainda mais, os [atores] do drama, que não eram cômicos de profissão, mas sim particulares, a que damos o título de amadores, falavam em seu próprio nome e se acusavam de seus próprios erros, e admira que a tal prática se sujeitassem aqueles homens.”²¹ As profecias, que continha e que Simão de Vasconcelos nos

²⁰ O conteúdo desse parágrafo, assim como o trecho nele citado, corresponde, aproximadamente, ao conteúdo do parágrafo nº 7, do capítulo 5º do livro 1º da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943), de Simão de Vasconcelos. No parágrafo nº 5 do mesmo capítulo, informa ele que eram quatro as línguas em que Anchieta era destro: portuguesa, castelhana, latina e brasílica.

²¹ Esse mesmo trecho, com excessão da última oração, vem citado por Pereira da Silva, na “Introdução” ao primeiro volume do *Parnaso Brasileiro* (1843). O Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (*Resumo de História Literária*, 1873, t.II, p.297) também cita esse mesmo trecho de Gonçalves de Magalhães, dando como fonte os *Opúsculos Históricos e Literários* (Viena: 1865), obra que consultamos em sua segunda edição (1865) e onde não alcançamos localizar o trecho citado. O cotejo com essas duas fontes nos autorizou a substituição de “auctores” por “atores”.

conservou, asseverando que elas se haviam realizado, deram ainda em resultado a conservação de dois preciosos fragmentos,²² que ao menos nos oferecem uma idéia de seu todo, de sua metrificação, e do diálogo de seus interlocutores, ou como então se dizia, de suas figuras. “Uma dessas figuras, ajunta o biógrafo do grande taumaturgo, era um Francisco Dias Machado, homem de ruim viver, a quem parece tinha (Anchieta) avisado sem efeito de emenda: em parte de seu dito dizia assim, prognosticando o caso triste de sua morte:

A viagem está acabada,
A nau vai se alagando,
E desta vida, em que ando,
Por tantas causas errada,
Meus dias já não são nada
Pois peço por tantas vias,
Triste de Francisco Dias!
Não lhe sinto salvação,
Se vós, mãe da Conceição,
Não pagais as avarias.

As avarias desta alma, prossegue o escritor jesuíta, provável é que as não pagou a Virgem, porque o que comumente se diz, é que morreu mal, excomungado e obstinado por muitos anos: e assim se teve por perdida e se entendeu desta perdição a profecia do servo de Deus. Outra figura era Pedro Guedes, homem amancebado, e devia ser com escândalo, para cuja emenda lhe pedia José de Anchieta, que casasse naquela mesma vila, para que tirasse o escândalo, como [supõem]²³ os

²² Do auto de Anchieta, denominado de *Pregação Universal*, porque era dirigido a todos, brancos e índios, e por isso escrito em português, tupi e espanhol, conservaram-se apenas duas estrofes por meio do relato de Simão de Vasconcelos. Ele é a primeira peça dramática de Anchieta e, tradicionalmente, tem sido considerado perdido. Entretanto, o Padre Armando Cardoso S. J. o reconstituiu e publicou na obra *Teatro de Anchieta* (1977, p.115-140). Eis o que afirma ele sobre o seu trabalho de reconstituição: “Embora dispersas as diversas partes no caderno de Anchieta, pode-se reconstituir com verossimilhança, tomando como parte portuguesa a dupla composição do Pelote Domingueiro, que serve otimamente de prólogo ou introdução (Ato I) e de epílogo ou despedida (Ato V). O III Ato, o desfile de pecadores públicos, do qual nos restam duas estrofes conservadas pelo mesmo historiador [Simão de Vasconcelos], de dez ou doze que deveriam ser, pode-se suprir, a modo de sugestão prática, e com estrofes inspiradas no próprio Anchieta, tiradas da poesia “Desdichado Pecador”. Não é preciso dizer que o Ato II é o diálogo tupi, que nos ficou em autógrafo anchietano e em texto próximo ao original de Piratininga; pois é a parte central do auto, a que com variação circunstancial se repetia por toda a parte. O IV Ato foi-nos conservado inteiro no caderno de Anchieta, logo depois do diálogo tupi: é a dança de dez indiozinhos, cantando cada qual uma quintilha: três são em tupi, cinco em português, duas em castelhano.” (p.115-116)

²³ No texto: “supõe”.

relatores deste caso. A este pois por bom modo profetizou o fim futuro, e seu dito era o seguinte:

Virgem pura sou quem vedes;
Diante de vós me venho,
Tirai vos peço estas redes
A este pobre Pedro Guedes
E quantos pecados tenho;
Acho-me tão enredado
Que hei medo da perdição,
Quero deixar o pecado
E ser devoto casado
Na vila da Conceição.

Todos viam, são ainda palavras de Simão de Vasconcelos, que José profetizou, sendo dificultoso de crer, porque Pedro Guedes inspirado, ao que pareceu, da Virgem, se casou logo na mesma vila com uma filha de um Heitor Mendes, com espanto dos que o conheceram, fazendo ao diante vida exemplar.”²⁴

Este ato representado no adro da igreja em pleno dia e descoberto, nas vésperas do jubileu da festa do Jesus, – que, como nota o Sr. D. J. G. de Magalhães é talvez único na história dramática, que nem mesmo na prisca comédia se viu tal liberdade de cada qual representar em público o seu próprio papel e contar seus próprios erros, mostrando ao mesmo tempo a influência, que naqueles lugares exerceram os jesuítas; – que, como acrescenta Santiago Nunes Ribeiro, tinha o fim utilíssimo de confundir os pecadores endurecidos ou dar-lhes um exemplo salutar, mostrando as imoralidades, de que eram réus, pois se acusavam publicamente e o quanto devia ser religioso um povo assim criado; – que, como reflete o Dr. Paula Meneses, era como um meio de religião, como um móvel empregado, para despertar o espírito de caridade e corrigir vícios, que porventura são inseparáveis das épocas menos ilustradas, – que, como ajunta o Sr. Dr. Pereira da Silva, devia produzir os mais salutares efeitos, adoçar os costumes e os hábitos e concorrer para os progressos, que fazia a religião católica apostólica romana,²⁵ – que, como pondera o Senhor Cônego J. C. Fernandes Pinheiro, moralizava o povo, inspirando-lhe o gosto pela poesia e fazendo dela um instrumento de perfeição

²⁴ O trecho citado, de Simão de Vasconcelos, consiste na quase totalidade do parágrafo nº 5 do capítulo 9º do livro primeiro da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943).

²⁵ Cf. “Introdução” de João Manuel Pereira da Silva ao primeiro volume do *Parnaso Brasileiro* (1843, p.16).

religiosa e não um filtro corruptor como em nossos dias, [...]”²⁶ não foi o único em seu gênero, que se representou então nesses improvisados palcos, como parece aos autores nacionais ou estrangeiros, que hão tocado de passagem nesta matéria, tanto que o jesuíta Simão de Vasconcelos, cita entre as obras do ilustre Anchieta “várias comédias”, e depois ajunta: “de uma delas é força fazer aqui menção.”²⁷ E assim devia ser; – não só à vista dos aplausos, que colheu o ilustre canário,²⁸ como o chamavam os seus contemporâneos, e que bastantemente o deviam animar, – não só pela moralidade, que resultava da sua representação, como porque realizadas as profecias do poeta, segundo a opinião do seu biógrafo, isto é, corrigindo os atores os defeitos, que vinham confessar ante numeroso público, duro fora exigir deles a continuação de suas presenças nessa *Pregação Universal*, ou antes nesse incruento auto-de-fé, que tinha a dupla vantagem de servir de emenda aos pecadores, de divertimento aos inocentes e de moralidade a todos.

Nem Estêvão de Paternina, nem Simão de Vasconcelos, que ampliaram a obra de João Bretário, elaborada sobre os trabalhos do Padre Pero Rodrigues, acerca da biografia do venerando Anchieta, nos transmitiram uma notícia mais exata sobre essa interessante comédia. Os nossos maiores não calculavam a importância, que teriam seus trabalhos literários em nossos dias, e a *Pregação Universal* não viu a luz da imprensa. Seria por certo de grande alcance para a história da nossa literatura, como diz o Senhor Ferdinand Denis, qualquer pesquisa, que se fizesse para arrancá-la do olvido, se é que existe tão precioso manuscrito ou cópia dele e assim das mais, que compôs, e que por muito tempo correram o país, multiplicadas por sua própria letra.

O exemplo de Anchieta foi seguido pelos seus discípulos, e os adros das igrejas convertiam-se nos dias da sua vida em improvisados teatros e novas comédias de novos autores vieram por sua vez concorrer para o útil fim, com que haviam sido introduzidas. Sabe-se também de mais uma comédia, que o jesuíta Manuel do Couto compôs para ser representada no adro da igreja da aldeia de S. Lourenço de Maraguihy, hoje Niterói, em louvor de seu orago por ocasião da sua festa, e que chamou a atenção dos moradores de um e outro lado da baía do Rio de Janeiro.

²⁶ No texto, fecham-se aspas que não foram abertas. A frase, a partir desse ponto, dá continuidade sintática à parte da oração principal que antecede à série de travessões. Para sinalizar essa continuidade, optamos pela introdução de um travessão.

²⁷ Cf. Simão de Vasconcelos, parágrafo 6º do capítulo 5º do livro primeiro da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* (1943).

²⁸ Referência ao Padre José de Anchieta, que era natural de Tenerife, uma das ilhas Canárias.

Este fato não teria passado à posteridade, se os biógrafos do grande missionário não vissem na previdência, com que Anchieta fez cobrir de palmeiras o adro da igreja, para preservar o auditório dos raios ardentes do sol, quando a chuva parecia iminente, mais um milagre do famigerado taumaturgo do Brasil. Desde então o missionário se tornou de necessidade poeta; o orador eloqüente, que ia com a palavra do Evangelho catequizar as turbas selvagens no meio de suas florestas, ou que subia ao púlpito, para edificar na [...] ²⁹ e as almas arrancadas às trevas do paganismo, vinha por sua vez como poeta, seguido de seus catecúmenos, representar suas comédias sobre o adro das igrejas, conquistar os aplausos de uma multidão, não ávida de cenas trágicas, de emoções dramáticas, mas contente com poder gozar das cenas patriarcais, da pintura de seus próprios costumes, e da sátira de seus vícios: ria-se de seus erros, mas recebia em troca uma lição salutar para sua emenda.

Nos últimos anos desse século introduziram ainda os jesuítas no reino de Portugal a tragicomédia, tendo por teatro de suas representações os próprios claustros jesuíticos, e especialmente os colégios de Lisboa, Évora e Coimbra. E pois os jesuítas transportaram para o Brasil esse novo monstro de composições dramáticas. Continuou porém a ocupar o lugar da antiga comédia da escola de Anchieta, e é de crer, que, como na velha metrópole durasse por todo o século XVII e parte do século XVIII até à extinção da Companhia de Jesus. Além da composição *Rico Avarento e Lázaro Pobre*, que produziu o desejado efeito, que era obterem dos ricos avultadas esmolas, e que, como consta, foi representada pela primeira vez em Pernambuco, no ano de 1575, nos dá Fernão Cardim ³⁰ notícia de outra, chamando-a simplesmente comédia; e ainda assim ela não chegaria ao nosso conhecimento, se a sua representação não tivesse lugar de envolta com a festa religiosa, que se celebrou no Rio de Janeiro nos últimos dias do mês de dezembro de 1584, por ocasião do recebimento de uma relíquia do santo padroeiro e protetor da nascente cidade. Para esta representação erigiu-se o teatro na porta da Santa Casa de Misericórdia, e serviu depois de púlpito para a pregação da moral, deduzida da sua representação, uso que sem dúvida ficou prevalecendo. Assim, depois que os atores abandonavam o palco, subia o missionário, e tomando por assunto de seus sermões o complexo das

²⁹ Nessa passagem o texto está truncado. Seguramente houve supressão de um trecho, possivelmente na tipografia.

³⁰ Cf. descrição das festas religiosas realizadas no Rio de Janeiro, em fins de dezembro de 1584, por Fernão Cardim, em sua "Narrativa Epistolar" (*Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1980, p.169).

cenas de um drama, dirigia-se à multidão ali apinhada pelo engodo do divertimento, e discorria largamente sobre a moralidade do fato, presenciado por ela como um acontecimento desenvolvido ante os seus próprios olhos, sobre todos os pontos da verossimilhança. Era essa comédia ou tragicomédia intermeada de coros, cantados pelos discípulos dos padres, e escrita em uma e outra língua, que então se disputavam o domínio na nossa pátria. Tinha por assunto os lances trágicos da vida do mártir S. Sebastião, e concorreram à sua representação todos os vizinhos, como então se dizia, da antiga Guanabara. Uma testemunha ocular, Fernão Cardim, narra com graça natural e elegante estilo todas as particularidades desse espetáculo místico, que então fazia as delícias de um povo eminentemente religioso, e que, como diz o ilustre missionário, causava-lhe lágrimas de devoção e alegria.

“Trouxemos no navio, dizia ele, uma relíquia do glorioso Sebastião, engastada em um braço de prata. Esta ficou no navio, para a festejarem os moradores e estudantes, como desejavam, por ser esta cidade de seu nome, e ser ele o seu padroeiro e protetor. Uma das oitavas, à tarde, se fez uma célebre festa. O Sr. governador, com os mais portugueses fizeram um lustroso alardo de arcabuzaria, e assim juntos, com seus tambores, pífanos e bandeiras foram à praia; o padre visitador, com o mesmo governador, os principais da terra e alguns padres nos embarcamos numa grande barca bem embandeirada e armada: nela se armou um altar e alcatifou a tolda, com um pátio por cima; acudiram algumas vinte canoas bem equipadas, algumas delas pintadas, outras empenadas e os remos de várias cores. Entre elas vinha Martim Afonso, comendador de Cristo, índio antigo, abaeté e [*moçacara*], isto é, grande cavaleiro e valente, que ajudou muito aos portugueses na tomada deste Rio.

Houve no mar grande festa de escaramuça naval, tambores, pífanos e frautas, com grande grito dos índios; e os portugueses da terra, com sua arcabuzaria e também os da fortaleza dispararam algumas peças de artilharia grossa; com esta festa andamos barlaventeando um pouco à vela, e a santa relíquia ia no altar, dentro de uma rica charola, com grande aparato de velas acesas, música de canto, d'órgão, etc. Desembarcando, viemos em procissão até à Misericórdia, que está junto da praia, com a relíquia debaixo do pátio: as varas levavam os da câmara, cidadãos principais, antigos e conquistadores daquela terra. Estava um teatro à porta da Misericórdia, e a santa relíquia se pôs sobre um rico altar, enquanto se representou um devoto diálogo do martírio do santo, com coros e várias figuras muito ricamente vestidas, e foi asseado um moço atado a um pau. Causou este espetáculo muitas lágrimas de devoção e alegria

a toda a cidade, por representar muito ao vivo o martírio do santo; nem faltou mulher, que viesse à festa: por onde, acabado o diálogo, por a nossa igreja ser pequena, lhes preguei no mesmo teatro, dos milagres e mercês, que tinham recebido deste glorioso mártir na tomada deste Rio, a qual acabada, deu o padre visitador a beijar a relíquia a todo o povo, e depois continuamos com a procissão e dança até à nossa igreja.

Era para ver uma dança de meninos índios; o mais velho seria de oito anos, todos nuzinhos, pintados de certas cores aprazíveis, com seus cascavéis nos pés, braços, pernas, cinta e cabeças, com várias invenções de diademas de penas, colares e braceletes; parece-me, que se os viram nesse reino, que andaram todo o dia atrás eles. Foi a mais aprazível dança, que destes meninos cá vi.

Chegados à igreja foi a santa relíquia colocada no sacrário, para consolação dos moradores, que assim o pediram.”³¹

Na falta de melhores informações podemos fazer uma idéia, do que eram essas composições dramáticas, pelo que consta, das que se representaram no reino. Tinham elas por assunto, segundo Trigoso, a vida dos santos, especialmente dos jesuítas, outras abraçavam alguns passos da antiga história do Velho Testamento, e outras finalmente fatos puramente recentes e nacionais. Eram representadas com todo o aparato, acompanhadas de grande orquestra, coros, canto e baile, e um número extraordinário de personagens, entre as quais figuravam os anjos e os demônios, as virtudes e os vícios, e muitas vezes a Companhia de Jesus, com o seu anjo da guarda, com as pessoas ainda vivas na terra, e com os bem-aventurados no céu, sem falar em todo o gênero de máquinas, em que provavelmente consistia todo o seu mérito.

Mas já por esse tempo o drama descia do adro das igrejas, e vinha-se abrigar à sombra das nossas florestas, ao lado das aldeias desses índios já meio civilizados, e ainda cheios das reminiscências da sua antiga existência nômade e errante, mas no meio dos bosques ostentava-se ele menos religioso, porém mais livre e mais repleto das ficções e mitos de nossos índios, e portanto mais original e nacional. É Fernão Cardim, o narrador

³¹ Esse trecho é parte da “Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica”, do Padre Fernão Cardim, e vem às páginas 169-170 das suas obras reunidas sob o título de *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1980). O texto citado, na edição mencionada, traz notas de Rodolfo Garcia, que, nelas, esclarece os seguintes pontos: 1. o Martim Afonso mencionado é Araribóia, que foi batizado com o nome de Martim Afonso de Sousa (nome do donatário da capitania de São Vicente) e era o principal dos índios temiminós, aliados dos portugueses, contra os tamoios e os franceses, na conquista do Rio de Janeiro (nota LXII); 2. a palavra indígena “abaeté” significa homem verdadeiro, homem de bem (nota LIV) e 3. a palavra indígena “moçacara” vem de *mboçacá*, amigo, estimado, prezado, querido (nota LXXIII). No texto de Joaquim Norberto vem “mocaçara”.

epistolar, quem ainda nos transmite notícias desses espetáculos, a que ele deu o nome de “drama pastoril”, e a que assistiu em algumas aldeias.³²

O primeiro drama pastoril, de que nos dá notícia o ilustre missionário, é um, que foi representado na aldeia do Espírito Santo, quando por ali passou o Padre Cristóvão de Gouveia, em julho de 1583. “Chegando o padre à terra, diz ele, começaram os flautistas a tocar as suas flautas, com muita festa, o que também fizeram enquanto jantamos debaixo de um arvoredor de aroeiras mui altas. Os meninos índios escondidos num fresco bosque, cantaram várias cantigas devotas, enquanto comemos, que causaram devoção no meio daqueles matos, principalmente uma pastoril feita de novo, para o recebimento do padre visitador, seu novo pastor; chegamos à aldeia de tarde; antes dela um bom quarto de légua começaram as festas, que os índios tinham aparelhadas, as quais fizeram numa rua de altíssimos e frescos arvoredos, dos quais saíam uns cantando e tangendo a seu modo, outros em cilada saíam com grande grita, outros que nos atroavam e faziam estremecer: os [cunumis] e meninos, com muitos molhos de frechas levantados para cima, faziam seu motim de guerra e davam sua grita, e pintados de várias cores, nuzinhos, vinham com as mãos levantadas receber a bênção do padre, dizendo em português: ‘Louvado seja Jesus Cristo!’ Outros saíram com uma dança de escudos à portuguesa, fazendo muitos trocados e dançando ao som da viola, pandeiro, tamboril e fruta, e juntamente representavam um breve diálogo, cantando algumas cantigas pátrias. Tudo causava devoção debaixo de tais bosques, em terras estranhas, e muito mais por não se esperarem tais festas de gente tão bárbara; nem faltou um Anhangá, isto é, diabo, que saiu de um mato. Este era o índio Ambrósio Rodrigues, que a Lisboa foi com o Padre Rodrigo de Faria. A esta figura fazem os índios muita festa por causa da sua formosura, gatimanhos e trejeitos; em todas as suas festas metem algum diabo, para ser deles bem celebrado.”³³

³² Fernão Cardim, em sua “Narrativa Epistolar” (*Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1980, p.144), ao descrever a visita à aldeia do Espírito Santo (hoje Abrantes, na Bahia, segundo a nota nº XIII de Rodolfo Garcia), não utiliza a expressão “dramas pastoris”: “Outros [índios] saíram com uma dança d’escudos à portuguesa, fazendo muitos trocados e dançando ao som da viola, pandeiro e tamboril e fruta, e juntamente representavam um breve diálogo, cantando algumas cantigas pastoris.”

³³ Cf. “Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica”, em *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1980, p.145. Essa edição traz notas de Rodolfo Garcia, que esclarece os seguintes pontos: 1. “cunumi” é palavra tupi e significa menino e é, às vezes, grafada curumim (nota XVI); 2. “anhangá” é vocábulo tupi e significa alma do mal, isto é, diabo, demônio (nota XVII). No texto de Joaquim Norberto vem grafado “communis” no lugar de “cunumis”. Essa palavra, quando escrita, assume diversas formas: “conumi”, “cunumi”, “columi”, “columin”, “curumin” ou “curumi”.

O segundo drama teve lugar em outra aldeia do mesmo nome, pelo mesmo motivo, no dia 5 de janeiro do ano seguinte, e Fernão Cardim nos dá notícia dele, pelas seguintes palavras: "Junto da aldeia do Espírito Santo nos esperavam os padres, que dela têm cuidado, debaixo de uma fresca ramada, que tinha uma fonte portátil, que por fazer calma, além da boa graça, refrescava o lugar. Debaixo da ramada se representou um diálogo pastoril, em língua brasílica, portuguesa e castelhana, e têm eles muita graça em falar línguas peregrinas, máxime, a castelhana. Houve boa música de vozes, frutas, danças, e dali em procissão fomos até à igreja, com várias invenções; e feita oração lhes deitou o padre visitador sua bênção, com que eles cuidam, que ficam santificados, pelo muito que estimam uma bênção do abaré-guaçu."³⁴

O que mais admira, é que este uso de escrever comédias e dramas em língua brasílica, portuguesa e castelhana, passasse do Brasil à Europa, fato incontestável, segundo o testemunho de uma obra espanhola impressa no ano de 1620, em Lisboa, tal é pelo menos a *Relación de la Real Tragicomedia, con que los Padres de la Compañía de Jesus, de Lisboa, Recibieron a Filipe II de Portugal*. Esta obra porém, tão rara, devida à pena de Sardinha Mimoso,³⁵ cheia de composições poéticas em castelhano, latim e guarani, não se encontra nas nossas bibliotecas.

Começaram também a serem produzidas nesse século as alegorias dramáticas, que no século passado chegaram a ter grande desenvolvimento em todo o Brasil, gastando-se somas extraordinárias nesses esplêndidos e suntuosos espetáculos, que passaram sem nos deixar mais um nome entre os nossos poetas, e mais uma composição entre as obras da nossa literatura. Estas alegorias foram introduzidas por ocasião das festas, com que foi

³⁴ Cf. "Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica", em *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1980, p.150. Rodolfo Garcia, nas notas, esclarece: "abaré-guaçu" é vocábulo tupi, que significa padre grande, bispo (nota XLI). No texto de Joaquim Norberto a palavra vem grafada "Abaréguaçu".

³⁵ João Sardinha Mimoso: padre português do século XVII. Nasceu na Vila de Setúbal e morreu em Lisboa, em 1644. Era muito erudito nas línguas latinas, particularmente na língua castelhana. Diogo Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*, 1747, v.2, p.748-749) informa que ele compôs a *Relación de la Real Tragicomedia con que los Padres de la Compañía de Jesus en su Colegio de S. Anton de Lisboa Recibieron la Majestad Católica de Filipe II de Portugal etc.* e que essa obra foi editada em Lisboa por Jorge Rodrigues em 1620. Ele informa, ainda, que a tragicomédia foi composta pelo Padre Antônio de Sousa, da Companhia de Jesus, em verso latino, e que seu argumento foi o descobrimento da Índia pelo Rei D. Manuel. A *Enciclopédia e Dicionário Internacional* (s.d., v.XVII, p.10.364) informa que a relação do Padre João Sardinha Mimoso foi escrita em espanhol e que a peça teatral foi apresentada quando esteve em Lisboa D. Filipe III, Rei da Espanha, de Portugal, de Nápoles, da Sicília e da Sardenha. Observe-se que Filipe III de Espanha era o segundo Rei de Portugal com esse nome.

celebrada a chegada de duas relíquias das onze mil virgens africanas, levadas à Bahia pelo padre jesuíta Cristóvão de Gouveia, quando veio por visitador da província do Brasil, de ordem do seu geral Cláudio Aquaviva. Fernão Cardim, que teve o cuidado de nos transmitir tanta notícia interes-sante, é ainda quem nos dá os pormenores dessas solenidades e da introdução dessas alegorias. “Trouxe o padre, escrevia ele, uma cabeça das onze mil virgens, com outras relíquias engastadas em um meio corpo de prata, peça rica e bem acabada. A cidade e os estudantes lhes fizeram um grave e alegre recebimento; trouxeram as santas relíquias da sé ao colégio em procissão solene, com frutas, boa música de vozes e danças. A sé, que era um estudante ricamente vestido, lhe fez uma fala do contentamento, que tivera com a sua vinda; a cidade lhe entregou as chaves; as outras duas virgens, cujas cabeças já cá tinham, a receberam à porta da nossa igreja; alguns anjos as acompanharam, porque tudo foi a modo de diálogo. Toda a festa causou grande alegria no povo, que concorreu quase todo.”³⁶

Este espetáculo repetiu-se na mesma cidade, mas por modo diverso, no regresso do Padre Cristóvão de Gouveia da sua visita às capitâneas do Brasil. “Ao dia seguinte, (21 de outubro) diz ainda o ilustre missionário, por ser dia das onze mil virgens, houve no colégio grande festa da confraria das onze mil virgens, que os estudantes têm a seu cargo; disse missa nova cantada um padre com diácono e subdiácono. Os padres foram o Padre Luís da Fonseca, reitor, e eu, com nossas capas de asperges. A missa foi oficiada com boa capela dos índios, com suas frutas, e de alguns cantores da sé, com órgãos, cravos e descantes; e ela acabada se ordenou a procissão, dos estudantes, onde levamos debaixo do pálido três cabeças das onze mil virgens, e as varas levaram os vereadores da cidade e os sobrinhos do senhor governador. Saiu na procissão uma nau a vela por terra, mui formosa, toda embandeirada, cheia de estudantes e dentro dela iam as onze mil virgens ricamente vestidas, celebrando seu triunfo; de algumas janelas falaram a cidade, o colégio e uns anjos, todos mui ricamente vestidos: da nau se dispararam alguns tiros de arcabuzes; e o dia d’antes houve muitas invenções de fogo, na procissão houve danças e outras invenções devotas e curiosas. À tarde se celebrou o martírio dentro da mesma nau; desceu uma nuvem do céu e os mesmos anjos lhe fizeram um devoto enterramento. A obra foi devota e alegre e concorreu toda a cidade por haver jubileu e

³⁶ Cf. “Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica”, em *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1980, p.143.

pregação. Houve muita confissão, comungaram perto de quinhentas pessoas.”³⁷

Estas comédias eram verdadeiramente originais e nada tinham das composições de Gil Vicente, que se representavam nos teatros da corte dos reis Dom Manuel e Dom João III. Quando muito assemelhar-se-iam às suas pelo desprezo ou ignorância das regras dadas pelos antigos, sobre a poesia dramática, e sobretudo a *Pregação Universal* de Anchieta, que pelo título e pelos seus fragmentos, e o que dela consta, seria sem enredo, sem nexos em suas cenas, e episódios, entrando e saindo os atores para dar conta do seu diálogo à vontade do poeta. Os dramas pastoris, porém eram sem dúvida modelados pelas composições deste gênero do cômico português e de Juan del Encina, tidos e havidos por seus introdutores e tão apreciados então em toda a Península Ibérica e talvez em seus domínios.

Faltava nestas alegorias dramáticas, com suas prosopopéias européias, com que nos iam pouco a pouco desnacionalizando a literatura, que, como a águia, já se agitava no ovo para nascer, o que havia de nacional na originalidade das comédias, representadas no adro das igrejas e ainda nos dramas pastoris, cantados à sombra das nossas florestas, se é que Plutão não se encontrava com Anhangá, e todas as ficções da mitologia grega não se mesclavam com a dos selvagens, como nos dramas de Gil Vicente, em que o profano se mistura com o sagrado, com essas diversas ordens de anjos, com essas estações do ano, com esse Júpiter adorando o menino Deus no presepe de Belém, e com esse grande profeta Davi, repetindo os seus místicos salmos, e tantas outras anomalias.

Infelizmente esses sermões, esses compêndios, essas comédias, esses dramas pastoris, que reunidos em corpo constituiriam uma literatura apropriada a essas tribos semicivilizadas, mas ainda vivendo rodeadas da lembrança da sua existência bárbara, ou desapareceram com o seqüestro dos bens da Companhia de Jesus na sua extinção, ou existem debaixo da poeira dos anos por esses arquivos, que tão mal revolidos têm sido; e apenas uma ou outra composição tem chegado aos nossos dias, para atestar os esforços desses missionários, sua dedicação e instrução. Os povos que falavam essas línguas ou sumiram-

³⁷ O parágrafo anterior referia-se a festas realizadas entre maio e julho de 1583; este parágrafo refere-se à festa realizada em outubro de 1584, donde se conclui que a expressão “Ao dia seguinte”, embora fiel ao texto de Cardim, não se aplica aqui. O trecho citado neste parágrafo é parte da “Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica”, do Padre Fernão Cardim, e vem à página 165 das suas obras reunidas sob o título de *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1980).

se da face da terra, ou se confundiram com a raça civilizadora. Esses monumentos serviriam ao menos para podermos avaliar o seu desenvolvimento intelectual por meio do estudo e da confrontação, e seriam porventura estimados e apontados nas nossas bibliotecas, como peças importantes da nossa arqueologia literária.

PARTE II

OUTROS ESTUDOS

CONSIDERAÇÕES GERAIS
SOBRE A LITERATURA BRASILEIRA

Este artigo foi publicado na *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.II, n.14, p.415-417, 15 maio 1844.

Essas florestas que majestosamente se levantam, gastas e destruídas apenas em algumas extremidades e centros pela foice da civilização, para darem lugar ao estabelecimento de tantas florescentes cidades e vilas, são testemunhas da existência de um povo heróico que merece de ser cantado, cuja coragem, aniquilada pelos europeus, fora pelos europeus admirada, e que talvez com ela tivessem submetido os povos que o conquistaram, se seus antigos ódios não obstassem a junção de tanto milhar de tribos, que poderiam como um muro de bronze opor enérgica resistência à escravidão européia; de um povo heróico, cujos cânticos de guerra, aos sons de seus murmurés¹ atroaram os ares, cujas endechas de amor acompanhadas dos sons de seus membis² amimaram os lares. Sempre em contínua luta, não possuindo, cada um de per si, mais do que um arco e algumas flechas, um patiguá, um pote, uma cabaça, uma cuia, um cão e uma rede; a rede para dormir, o cão para descobrir a caça, a cuia para beber por ela, a cabaça para sua farinha, mantimento diário, o pote ou igaçaba³ para seus licores, o patiguá para guardar esses objetos, e as flechas e o arco para a caça e guerra; vivendo na independência, e sustentando-se dos recursos que espontânea lhes oferecia a natureza, povoando os lugares mais acomodados ao seu sustento, e que em mais abundância lhes fornecessem a caça e a pesca e passando tão regaladamente sem pão e sem vinho, como tão admirado nota Jean de Léry,⁴ no meio de suas mulheres, nuas, sem esses adornos e atavios, que escondem as formas graciosas e mais incitam a voluptuosidade, e não inferiores às européias em beleza, como diz o observador francês,⁵ eles representavam no meio das florestas os primitivos tempos de inocência e singeleza, desses filhos de Adão e de Eva. Seus costumes, suas

¹ No texto: "suas *murémurés*".

² No texto: "suas *menbys*".

³ No texto: "iguaçaba".

⁴ *Hist. d'un Voy. fait en la Terre du Brésil Autrement dit Amérique. MDCIII, Chap. XI, pág. 116.* (N. do A.)

⁵ O já citado Jean de Léry na sua *Histoire d'un Voyage, Chap. VIII, pág. 114.* (N. do A.)

usanças, suas crenças forneceram o maravilhoso tão necessário à poesia, como essas fogueiras tão úteis em suas tabas durante a noite, porque elas afugentavam o bando de vampiros; e que entretanto a superstição, como entre quase todos os povos, revestiu com os atavios da poesia de seus pajés e bardos, e as fogueiras ficaram sendo consagradas a afugentarem a Anhangá e seu séquito maligno de juruparis; como esse Tupá, essa excelência maravilhosa, que eles viam no *tupaberaba*, que era o relâmpago[,] que eles ouviam no *tupaçununga*, que era o trovão; como *Maraguigana*, esse fantasma terrível, cuja aparição era o anúncio da morte, e que só algumas oferendas podiam apaziguá-lo; como o *Sacycaperé*, essa ave que lhes trazia notícias dos parentes finados, e que voltava para os *campos-alegres* com as suas lamentações saudosas, e adeuses; como *Macachera*, esse espírito benigno que os conduzia em suas viagens e os livrava caíssem em algumas infelicidades, como essas tradições do dilúvio, em que as cataratas do céu se abrindo, inundaram a terra com o peso de suas águas, mandando a punição e a morte às gerações pecadoras, e em que Tamandaré, o único filho querido de Tupá, se salvou com a sua família sobre as palmeiras do monte das Araras; como essas tradições de uma vida além da vida nesses *campos-alegres*, onde, como no paraíso de Maomé, os mais doces e desejados prazeres eram a recompensa das almas dos finados; como as *guaibipayés*, essas danças sagradas dos pajés em torno das fogueiras, como seus vaticínios e predições: como essas genuflexões e respeitos que votava toda uma tribo ao *marahá* pendente da porta da choupana desses sacerdotes, que quando consultados, enchiam o *marahá* de secas folhas que incendiavam, e cujo fumo saindo pelas aberturas dos olhos, aspiravam até cair adormecidos, e tornados a si faziam visagens e gestos grutescos, e improvisavam o prognóstico que bem lhes parecia, e que era atentamente ouvido pelos seus; como os sacrifícios celebrados em vasta praça, onde todos assentados e atentos presenciavam o espetáculo que traz à lembrança a luta dos gladiadores romanos; então o sacrificador com toda a impostura dos sacerdotes idólatras, entrava gravemente vestido de penas riquíssimas, trazendo na cabeça um *tempenemby*, ou cocar cor de sangue, distintivo da guerra, e duas faixas da mesma cor, que passando pelo pescoço até as cadeiras, se lhe cruzavam no peito; as juntas dos braços e pernas guarnecidas de outras penas de belos matizes; apertada a cintura por uma larga zona, de onde pendia até aos joelhos um fraldão tecido das mais brilhantes plumas, e empunhando a tangapema, a clava dos sacrifícios, que era toda empenada; após ele marchava o prisioneiro nu, ligado pela cintura pela muçurana, ou corda

de algodão, em cujas extremidades seguravam dous mancebos; o primeiro tinha nessa ocasião a palavra, e depois de baldar injúrias contra a tribo que o sacrificava, tomava algumas pedras que arremessava contra alguns dos assistentes, e eis que o sacrificador o derribava com um só golpe, e ele caía ferido na cabeça e sem vida ao som de gritos infernais e vozes de numerosos instrumentos. Então seis velhas horrendas e feias de mais de cem anos e precedidas por outra ainda mais horrenda e enorme, nuas, pintadas de verniz verde e amarelo, com o colo coberto de enfiadas de dentes que lhes rodeavam o pescoço, entravam dançando e cantando funebremente ao som do toque dos alguidares que ressoavam tangidos por elas, que os traziam para neles receber o sangue e entranhas das vítimas, se apossavam do cadáver; como enfim essa tangapema maravilhosa, que lhes servia de prognóstico, e que uma vez um troço de soldados portugueses aliados com alguns índios, em frente de índios inimigos, se mostravam incertos se haviam ou não atacá-los por se acharem fortemente entrincheirados; então um dos índios que por eles militavam, saindo ao terreiro fronteiro ao inimigo, e fixando na terra duas forquilhas, atou fortemente sobre elas uma tangapema toda galanteada de penas de pássaros variados em cores; convidou aos seus que dançassem e cantassem em torno a ela, e acabadas que foram suas danças e cantares, começou o índio a dançar e a cantar de per si, com momos, cerimônias e esgares ridículos; chegou-se à tangapema, murmurou algumas palavras, e soprando três vezes sobre ela, ficou esta solta das ligaduras em que estava, saltou fora das forquilhas e foi voando caminho dos ares; depois, cousa espantosa! – pouco espaço era volvido, e já a tangapema zunindo pelos ares se vinha colocar no mesmo lugar; mas ensangüentada estilava sangue como se tivesse servido em combates. Os portugueses admirados e confusos ouviram do índio que o prognóstico lhes era favorável, que haviam de vencer, derramando o sangue de todos os índios contrários; palavras não eram ditas, e já a intrepidez dos combatentes que certificava com a vitória o pronóstico da tangapema que foi levada em triunfo.⁶

Não temos castelos feudais, nem essas justas, torneios, lidas e combates de ricos homens, de infanções e cavaleiros seguidos de seus escudeiros, pajens e peões montando seus corcéis andaluzes, rica e pomposamente ajaezados, empunhando seus montantes, por cuja cruz juravam com seus penachos que açoitavam os ares dançando sobre seus

⁶ Simão de Vasconcelos, *Crônica da Comp. de Jes. do Est. do Brasil, I vol. in fol.; Lisboa, liv. II, pág. 109 a 111. § 17.* (N. do A.)

elmos, com suas armaduras, peitos, viseiras, bracetões e guantes, que tudo era vestir aço, como se fossem homens de ferro. Não temos; mas possuiremos a idade desses povos primitivos com todas as suas tradições, costumes[,] usanças e crenças cheias de um maravilhoso verdadeiramente poético; e essas relíquias de diversas tribos, que errantes e fugitivas ainda memoram em seus banquetes as desgraças de seus antepassados e relembram suas misérias, findando por entoarem o cântico da vingança. Possuímos igualmente a nossa Idade Média, cujos testemunhos são esses rochedos ensangüentados, essas areias rociadas de sangue com a luta dos holandeses, essas cidades [fundadas]⁷ sobre o crânio de raças estrangeiras e indígenas que disputavam aos portugueses a posse dos terrenos para a fundação de suas feitorias, esses padres que precedidos do estandarte do cristianismo se embrenhavam pelos bosques, subiam as serras ou remontavam às torrentes, desferindo as suas harpas, entoando seus cânticos sagrados e levando após si as tribos, que arrancavam ao paganismo; esses catecúmenos que percorriam durante a noite as ruas de suas aldeias entoando ao som do órgão e do saltério seus místicos hinos, que atraíam a atenção dos selvagens; esses... esses paulistas com a sua cavalaria errante que do Taubaté partiram em busca das minas de ouro, que travaram guerra com os emboabas, no Rio das Mortes, se pelejaram com os guaicurus nos campos de Paraná, e em suas excursões penetraram os sertões, vingaram as serras, transpuseram as torrentes, e foram além fronteiras brasileiras arrasar cidades fundadas por espanhóis, aprisionar índios que lhes ajudassem a minerar as terras auríferas! Época cheia de painéis brilhantes que pertencem ao domínio da poesia e dos quais tão-somente a poesia pode tirar toda a vantagem.

A luta gloriosa de nossa independência, em que um só grito soltado nas margens do Ipiranga por um príncipe magnânimo, ecoa de boca em boca[,] estruge do Amazonas ao Prata, e reúne em torno de si todo um povo que desperta como um leão que dormia, armas em punho, para reivindicar a sua liberdade, por um príncipe que funda o quinto império, a cuja inauguração aplaudem as mais cultas nações, constitui a terceira época; o presente; tão belo ainda agora, e já agora tão sobre-carregado dessas nuvens prenhes de negra tempestade que ameaçam catástrofes; o presente; mas um presente que se alimenta tão-somente do futuro, onde repousam as esperanças de grandeza de todo um povo!

Do meio porém dessas esperanças rebenta a celeuma do ceticismo, e do meio da celeuma do ceticismo surge a voz do autor dos *Suspiros*

⁷ No texto: "fundidas".

Poéticos e Saudades como o som de uma harpa harmoniosa do seio da tempestade, o qual dando o sinal para a reforma se constitui chefe de uma revolução toda literária e marca nos anais da literatura do Novo Mundo uma época brilhante de poesia. Foi pois necessário que com o volver dos anos fossem os gênios que entre nós apareceram, preparando essa nova época que vem de raiar. Silva Alvarenga começou por soltar brado contra os seus compatriotas que tão pouco nacionais se mostravam em suas produções; então Cláudio Manuel da Costa estreava, já no ocaso da vida, no canto do *Ribeirão do Carmo*, e se inspirava das cenas da natureza e cantava a *fundação de Vila Rica*,⁸ mas era o último cântico do cisne, frágil e rouco, como a voz do moribundo que arqueja nas vascas da morte; no entanto que Basílio da Gama e Santa Rita Durão, porventura mais vigorosos, mais cheios de entusiasmo patriótico, abriam exemplo, com a publicação de seus imortais e sublimes poemas, ricos de pinturas e episódios verdadeiramente brasileiros, após eles S. Carlos e Caldas empunham a lira do cristianismo, invocando essa musa do céu coroada de estrelas,

“Musa do céu de estrelas coroada.”⁹

Este lastima a rudeza e a ignorância em que a prepotência do governo colonial conserva a pátria, aquele celebra o seu futuro engrandecimento e ambos elevam as suas vozes divinas até o céu em louvor do Ente Supremo, onde se perdem com os místicos acentos dos anjos; mais tarde José Bonifácio de Andrada, Natividade Saldanha, Evaristo e tantos outros ilustres poetas celebram com seus hinos o triunfo da liberdade nacional, é a lira de esmeralda encordoada de ouro que eles empunham, mas a essa lira faltava ainda uma corda, uma corda que melhor acompanhasse a voz da musa do cristianismo, e essa corda é a da melancolia, que tão suave ressoa nas curvadas abóbadas dos góticos templos ou pelos ares da solidão se misturando com o murmúrio do vento que geme emaranhado nos tecidos de verdura ou com o lamento do mar que chora espirando sobre a praia; e essa corda a toca o Sr. Magalhães.

Que ele marche e que essa mocidade tão esperançosa o siga sempre!

O presente é pobre e mesquinho, que a época é de transição, que o ceticismo ataca os dogmas mais sagrados da religião, que o egoísmo

⁸ No texto: “*A Fundação de Villa Rica*”.

⁹ S. Carlos, *A Assunção*, poema, cant. I. (N. do A.)

impera com gesto triunfador sobre tudo quanto existe de mais belo, sublime, grande, santo e justo, e a mediocridade arranca a máscara do disfarce e se apresenta com o mais descarado desavergonhamento, habilitada para todos os encargos; mas não desanimar, que se esse pobre e mesquinho presente em que vivendo vamos, não há desesperar, que há aí a bruxulear o futuro; e o futuro é rico e infinito como a idéia de Deus!

**ESTUDOS SOBRE A
LITERATURA BRASILEIRA
DURANTE O SÉCULO XVII**

Este artigo foi publicado na *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.41-45, 15 nov. 1843 e v.1, n.3, p.76-82, 1ª dez. 1843.

Ainsi une nation nouvelle, qui probablement héritera seule du génie des anciens portugais, commençait déjà à croître et à s'élever au-delà des mers.

SIMONDE DE SISMONDI. *De la Littérature du Midi de l'Europ.*, tom. 4.^o

Com a luz do [século XVII],¹ em que o Brasil cingido ainda com as faixas da infância teve que esmagar a hidra da invasão holandesa e batalhar por sua liberdade, grandes e insignes homens apareceram quer nas ciências, quer nas artes, quer nas letras. A instrução desenvolveu-se progressivamente, pois que novos colégios criados pelos jesuítas vieram facilitar a sua propagação, não obstante os inconvenientes e embaraços ocasionados por uma guerra de devastação e pilhagem. Rebelo² afrontou a morte pugnando pela causa da pátria; Camarão³ e Henrique Dias⁴ sucumbiram ao peso das fadigas depois de assinalados esforços para conseguirem o seu triunfo; Negreiros⁵ e tantos outros pleitearam por ela e com ela triunfaram, mostrando ao mundo, que um povo escravo sabia combater pela sua liberdade, e como que podia vir ainda a ser livre; então o jugo de um povo irmão era menos pesado e tolerável que o jugo de um povo estranho e conquistador! Velhos, mulheres e crianças, tudo a uma voz empunhou as armas, e voou à guerra; o amor da pátria, o amor da religião de seus pais, como que impelindo-os, lhes bradava ao coração! Aqui é uma donzela que se sacrifica de bom grado; ali uma mãe que ama a seus filhos e lhes diz: – “Ide defender a pátria! Se morrerdes por ela, essa morte equivalerá a uma vida gloriosa, porque tereis uma página da história!” – E eles correm e morrem, e ela se envergonha de pranteá-los. E do meio desse conflito homens surgiram que, ou brilharam de envolta com os lidadores no turbilhão dos combates, ou se exilaram a longes terras, e distantes da pátria a honraram com seus escritos, deixando-lhe por herança mais que um nome. Jacó de Andrade

¹ No texto: “XVII secolo”.

² Francisco Rebelo (Pernambuco, início do século XVII - Ilha de Itaparica, BA, 1647): militar que combateu os holandeses e morreu em combate.

³ Antônio Filipe Camarão (Pernambuco, 1601 - Recife, 1648): chefe indígena, da tribo potiguar, herói da guerra contra os holandeses.

⁴ Henrique Dias (Pernambuco, início do século XVII - Recife, 1662): filho de escravos libertos, destacou-se, por sua bravura, na guerra contra os holandeses. Recebeu o foro de fidalgo, em reconhecimento por seus atos de coragem.

⁵ André Vidal de Negreiros (Paraíba, 1606 - Pernambuco, 1681): herói da guerra contra os holandeses, atuou com destaque nas duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649.

Velosino,⁶ de Pernambuco, compôs, traduziu e publicou em Haia e Anvers várias obras de controvérsia, segundo a mania do tempo; e exercitou a medicina com grande reputação; Antônio Pereira,⁷ do Maranhão, exerceu a química em Portugal, e de volta à pátria, deu-se à conversão dos índios, para os quais compôs um compêndio em língua brasílica, e morreu vítima de seu zelo apostólico; Manuel de Moraes,⁸ nascido em S. Paulo, escreveu em Amsterdã a *História da América*, que não deu ao prelo por não concluí-la, e cujos fragmentos foram ao depois de tanto proveito a Jan de Laet na composição de sua *História das Índias Ocidentais*; Domingos Barbosa,⁹ da Bahia, e os irmãos Salvador de Mesquita e Martinho Mesquita,¹⁰ do Rio de Janeiro, se passaram a Roma, onde compuseram alguns poemas místicos em latim; e enquanto Antônio de Sá, Eusébio de Matos e Lourenço Ribeiro,¹¹ se avantajavam a todos os seus compatriotas que subiam ao púlpito, Teixeira Pinto,¹² Gregório de Matos, Botelho de Oliveira, Bernardo Vieira,¹³ e Mendes da

⁶ Jacó de Andrade Velosino (Pernambuco, 1639 - Haia, 1712) era filho de um holandês que fazia parte da gente de Maurício de Nassau e de uma portuguesa ou brasileira. Foi médico e autor de diversas obras, sobre as quais, afirma Sacramento Blake, não há informações precisas de que tenham sido publicadas nem sobre a língua em que foram escritas.

⁷ Antônio Pereira (Maranhão, 1641 - Pará, 1693 ou 1702): pregador, teólogo e catequista, aprendeu a língua indígena e morreu de uma flecha que lhe atirou um índio. Escreveu um *Vocabulário da Língua Brasílica*, estudos sobre a língua dos índios e um *Catecismo Para Instrução dos Meninos e Meninas*, que deixou manuscrito.

⁸ Manuel de Moraes (São Paulo, 1586 - Lisboa, 1651): historiador jesuíta que, indo para Amsterdã, se fez calvinista, abjurou a fé católica e se casou. Em consequência, foi queimado em efígie pela Inquisição de Lisboa. Em viagem de volta ao Brasil, foi preso em Lisboa e só foi libertado depois de mostrar-se arrependido de seus erros. Escreveu uma *História da América*, que se supõe perdida; *Memórias Históricas Sobre Portugal e o Brasil*, publicada em Amsterdã; um *Dicionário dos Nomes e Palavras mais Comuns na Língua Brasileira*, que vem, segundo Sacramento Blake, na *Historia Rerum Naturalis Brasiliae* (1648), de Marcgrave; e *Prognóstico e Resposta a Uma Pergunta de um Homem Ilustre Sobre Coisas de Portugal* (Leiden, 1641). Todas essas obras foram escritas em Amsterdã.

⁹ Cf. nota 28 do capítulo I da *História da Literatura Brasileira*, neste volume.

¹⁰ Martinho Mesquita (Rio de Janeiro, 1633 - ?): padre, poeta e escritor, que viveu em Roma. Era irmão de Salvador de Mesquita. Escreveu *Centuvirale*, em verso heróico (Roma, 1662), *Tela Gratiarum* (Roma, 1665), *Estreum Fulmen* (Roma, 1667), *Relatione* (Roma, 1670), *Vida do Venerável Padre Antônio da Conceição* (inédito), *Elegia em Aplauso do Sermão das Chagas de S. Francisco* (Lisboa, 1673). Sobre Salvador de Mesquita, cf. nota 31 do capítulo I da *História da Literatura Brasileira*, neste volume.

¹¹ Frei Lourenço Ribeiro (Cotegipe, BA, 1648 - ? 1724): orador sacro e poeta repentista. Notabilizou-se pelos debates que sustentou com Gregório de Matos. Foi vigário de Nossa Senhora da Encarnação de Passé (Portugal).

¹² Bento Teixeira (Porto, 1561 - ?): poeta, autor da *Prosopopéia*, obra publicada em 1601. Ao tempo em que Joaquim Norberto escreveu este artigo, ele ainda era dado como tendo nascido no Brasil.

¹³ Bernardo Vieira Ravasco (Bahia, 1617 - Bahia, 1697): irmão do Padre Antônio Vieira, lutou contra os holandeses na Bahia. Foi poeta notável em seu tempo.

Silva¹⁴ cultivavam a poesia; os desvarios, porém, do absurdo Gôngora, e do alambicado Marino, tão aplaudidos então em Espanha e Itália, começavam a ser imitados pelos portugueses; freiras e casquilhos substituíram as musas de Benardim Ribeiro, de Camões, de Sá de Miranda, de Ferreira, de Caminha, de Bernardes e de tantos outros insígnies engenhos, e abundaram a literatura portuguesa de uma *abundante esterilidade* de obras de ridículos títulos, e medíocres assuntos; proclamaram-se regeneradores do gosto [pervertendo]¹⁵ o gosto, e quando pensavam mais e mais realçar a poesia nacional, mais e mais a rebaixavam com essa abastança de antíteses a cada frase, de trocadilhos a cada verso, e de *concetti* a cada estrofe; e pois este mal, que tanta quebra dá em as melhores composições dos poetas portugueses dessa época de mau gosto, não deixou de acometer os nossos, e com ele tudo se perverteu; despojaram-se de suas galas, e se adornaram à espanhola e à italiana, vergonha, mais digna de lástima, que vitupério!

O primeiro de nossos literatos, segundo a ordem cronológica, é Bento Teixeira,¹⁶ de cuja vida pouco temos que dizer, pois que as suas mais interessantes fases se perdem nas trevas do passado: sabe-se contudo que ele nascera em Pernambuco, no meado do [século XVI],¹⁷ passou a flor da mocidade engolfado no cultivo da poesia e lições da história, e se recreando com o estudo das ciências naturais, tanto se deixou seduzir das riquezas do pátrio ninho que escreveu o *Diálogos das Grandezas do Brasil* entre dois interlocutores, Brandônio e Alviano,¹⁸ manuscrito nunca publicado, e que o adicionador de Antônio de Leão¹⁹ e o Abade Barbosa²⁰ nos asseguram entre ricas e interessantíssimas notícias, assim da corografia como da história natural do país.

¹⁴ João Mendes da Silva (Rio de Janeiro, 1656 - 1736): foi pai do poeta Antônio José da Silva, o Judeu, que foi queimado pela Inquisição por suspeita de judaísmo. Escreveu *Cristiados* ou *A Vida de Cristo*, poema sacro em três cantos (Lisboa, 1754).

¹⁵ No texto: "prevertendo".

¹⁶ No texto: "Bento Ferreira Pinto". Joaquim Norberto atribui a Bento Teixeira a autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, da *Relação do Naufrágio* e da *Prosopopeia*. Hoje se sabe que somente este último poema é de sua autoria. Cf. a Introdução de J. Capistrano de Abreu para os *Diálogos das grandezas do Brasil* (1977, p.7-22) e a de Celso Cunha e Carlos Durval para a *Prosopopeia*, de Bento Teixeira (1977, p.5-25).

¹⁷ No texto: "XVI seculo".

¹⁸ No texto: "*Dialogo das grandezas do Brasil entre dous interlocutores, Brandino e Alviano*." Essa obra foi publicada em livro, pela primeira vez, pela Academia Brasileira de Letras, em 1930.

¹⁹ *Biblioteca Geogr.* tom. III, tit. único. (N. do A.)

²⁰ *Biblioteca Lusit.* tom. I, pág. 512. (N. do A.)

Corria o ano de 1565 quando motivos particulares o obrigaram a se dirigir a Lisboa, e se embarcando em a nau *S. Antônio*, saiu do porto do Recife com vento de feição, que pouco depois se tornou contrário, e a nau arrastada pela maré, caiu sobre os baixos que demoram a entrada da barra, conhecidos por *Baixos da Cidade*, e não sem custo e grande risco de vida conseguiu se salvar com os mais passageiros. A nau tendo resistido a tanto perigo, se pôs de novo em viagem, levando a seu bordo quarenta pessoas entre homens[,] mulheres e criancinhas; e o nosso autor que tomara aquele acidente por um funesto presságio de horrendas calamidades, não duvidou prosseguir em sua viagem, para logo depois se arrepender. Aos seis primeiros dias de bonança sucederam dias de tempestade e a destroçada nau foi em sua derrota empresa de corsários franceses que a saquearam completamente. Para cúmulo de infelicidades, a fome, esse flagelo terrível no deserto das águas, veio surpreender os quarenta passageiros, que se alimentaram pelo espaço de dezessete dias com três cocos, que se repartiam diariamente, e ruim cerveja, tanta quanta bastasse para molhar o padar. Afinal já com água aberta e levada da corrente caminhava a despedaçar-se sobre o cabo de S. Roque, quando lhe acudiu uma caravela portuguesa, que dando-lhe cabo, a levou a encalhar no porto de Cascais, onde se tornou objeto de pública curiosidade. Os passageiros logo que desembarcaram se dirigiram em romaria à igreja da Luz a render graças à Santa Virgem e encher os votos feitos durante o naufrágio.

Recolhido a Lisboa, publicou o seu poema *Prosopopéia* composto em oitavas e dirigido a seu compatriota, o governador da capitania de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, e não querendo deixar sepultada no esquecimento essa longa série de privações por que passara, e de trabalhos que tivera, compôs a *Relação do Naufrágio*, que dedicou a seu amigo Jorge de Albuquerque Coelho; companheiro em tão calamitoso transe.

De todas as suas obras apenas pudemos ver esta última, e o único mérito que lhe damos é o ser ela produção do mesmo antigo literato do Brasil; o estilo é chão, peca por falta de concisão; a muita redundância de que se acha sobrecarregado, assaz entorpece a sua leitura; a dicção é pobre, o autor parece conhecer melhor que ninguém os seus defeitos, pois que no prólogo diz:

“– Quis antes ser notado de breve que de [prolixo],²¹ porque o meu intento principal é ser o Senhor louvado e glorificado de todos, o

²¹ No texto: “preluxe”.

qual usando de sua benignidade com afligidos, os tira de perigos e os chega a salvamento, pelo que peço não olhem as palavras que são as que são, mas ao meu intento que é ser o Senhor louvado e para sempre. —”

Ignoramos qual fosse o seu fim, contudo é de crer que o primeiro literato brasileiro, em antiguidade, que por outra causa não, terminasse seus dias na pobreza e indiferença; não é esse o destino de quase todos os autores portugueses e brasileiros? Desgraçadamente ninguém o contestará.

Após este vem Gregório de Matos, um dos maiores satíricos apreciados na república das letras, um desses gênios extraordinários dotado de grande talento, cuja vida, complexo de excessos e porventura dramática abunda em graciosas anedotas, que conhecer fazem o quanto era satírico e extravagante.

Nascido na cidade da Bahia, [em 7 de abril de 1636],²² terceiro filho de probos e ricos lavradores, como foram Pedro Gonçalves de Matos, natural da vila dos Arcos de Valdevez, em Portugal, e Maria da Guerra,²³ senhora baiana e de muitas virtudes, os quais possuíam além de outras fazendas um vasto e belo canavial na [Patitiba],²⁴ com dois engenhos, servidos por perto de cento e cinquenta escravos, recebeu na pia batismal da catedral o nome de João, que na crisma lhe foi mudado pelo de Gregório às instâncias do prelado D. Pedro da Silva Sampaio.

Desde menino deu mostras de talentos não vulgares, e seus pais desejando aproveitarem suas naturais inclinações, lhe deram uma educação inteiramente literária e científica. Adquirindo os estudos primários na boa cidade, que o viu nascer, foi mandado a Coimbra, em cuja universidade encetou brilhante carreira e se doutorou na faculdade de leis. Aí desenvolveu ele todo o seu gênio satírico e se tornou o assombro e a admiração de todos. Suas sátiras eram facilmente conhecidas pela originalidade dos pensamentos, pela veemência da expressão, pela maneira graciososa com que manejava o ridículo, e pelo sal epigramático com que as adubava. De si dizia ele:

²² No texto: “em abril 7 de 1693”. Na verdade, o ano de nascimento de Gregório de Matos foi 1636, e o de sua morte, 1695. (Cf. Fernando da Rocha Peres, *Gregório de Matos e Guerra: Uma Re-visão Biográfica*, 1983.)

²³ O pai do poeta Gregório de Matos chamava-se também Gregório de Matos; o avô é que se chamava Pedro Gonçalves de Matos e tinha, evidentemente, um filho com o nome de Gregório de Matos. (Cf. Fernando da Rocha Peres, *Gregório de Matos e Guerra: Uma Re-visão Biográfica*, 1983.)

²⁴ No texto: “Patitiba”.

Noutras obras de talento
Só eu sou o asneirão,
Mas sendo sátira, então
Só eu tenho entendimento.²⁵

O Desembargador Belchior da Cunha Brochado,²⁶ pasmado de suas sátiras, e admirado da facilidade com que ele as improvisava, assim se explicou: “– Anda aqui um estudante brasileiro tão refinado na sátira que parece bailar momo às cançonetas de Apolo. –”²⁷

Passando a Lisboa a praticar com um insigne letrado, adquiriu não pequena reputação e serviu o honroso cargo de juiz do crime, como também o de juiz de órfãos, qual se colige da sentença por ele proferida em novembro (2) de 1761, que Pegas²⁸ nos transmitiu, transcrevendo-a em suas obras. Distinto sempre pelos seus talentos, recomendável pelas suas maneiras polidas e agradáveis, atraiu a atenção do Rei D. Pedro II, então príncipe regente, mas a graça que lhe fazia esse monarca, recompensando-o com um lugar na suplicação, se viesse ao Rio de Janeiro a devassar dos atos de Salvador Correia de Sá e Benevides, pareceu-lhe incompatível com a sua probidade;²⁹ – rejeitou-a, e caiu no descontentamento do príncipe regente.

Deixando a corte, descontente como se colhe de uma das décimas que endereçava a D. João de Alencastre:

Mas inda que desterrado
Me tem o fado e a sorte
Per um juiz de má morte,

²⁵ Poesias inéditas, tom. I, pág. 143. (N. do A.) [Esses versos são os últimos de um epigrama (n.1, à p.706 do terceiro volume da edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos, *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969, cujo texto completo é o seguinte: “Saiu a sátira má, / e empurraram-na os perversos / que nisto de fazer versos / eu só tenho jeito cá: / noutras obras de talento / eu sou só o asneirão, / em sendo sátira, então / eu só tenho entendimento.” Os epigramas, oito ao todo, trazem o seguinte cabeçalho: “Contra outros satirizados de várias penas que o atribuirão ao poeta, negando-lhe a capacidade de louvar.”]

²⁶ O Desembargador Belchior da Cunha Brochado foi motivo de poemas de Gregório de Matos (Cf. *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969, v.2, p.416-417.)

²⁷ ANÔNIMO, Vida do Dr. Gregório de Matos Guerra, pág. 6. (N. do A.)

²⁸ Manuel Álvares Pegas (Extremoz, 1635 - 1696): célebre jurista português do século XVII. Publicou: *Comentários às Ordenações do Reino* (14 v.), *Resoluções Forenses* (6v.), *Tratado Histórico e Jurídico*, etc.

²⁹ Semelhante providência se praticava com todos os governadores, quando terminavam sua missão, para que se pudesse julgar de seus serviços; costume muito louvável e digno de imitar-se. V. *Catálogo dos Capitães-Mores Governadores*, publicado na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tom. I, pág. 300. (N. do A.)

De que não tenho apelado
É hoje, que sois chegado
Senhor, o tempo em que apele;
Fazei que el-rei o desvele
Pagar o serviço meu,
Pois é bizarro e só eu
Não vim muito pago dele.³⁰

Regressou ao solo natal, em companhia do célebre jogral, Tomás Pinto Brandão,³¹ de quem era muito íntimo; e ali serviu de tesoureiro-mor da catedral e de vigário-geral por nomeação do Arcebispo da Bahia, D. Gaspar Barata de Mendonça, de que depois lhe privara seu sucessor, D. João da Madre de Deus, por trajar o nosso autor hábito secular quando se não ocupava nos cargos eclesiásticos, e recusar receber ordens sacras.

Então dando largas a seu gênio, se tornou mais e mais temível; ao som de seu inseparável bandolim, sem o qual nunca foi visto, empunhou o látigo da sátira para castigar os vícios, e a corrupção dos costumes, – a educação, que a mocidade recebia dos viciosos parentes, que com o exemplo a levavam após de si pela estrada da imoralidade; – a hipocrisia e irreligiosidade desse clero da Sé metropolitana do Brasil, foram os pontos vulneráveis que escapar não puderam às setas do novo Juvenal, e certo foi que ele fez conceber lisonjeiras esperanças, pois que dele se esperava a correção das almas corrompidas e caídas no último degrau da depravação, tanto assim que o Padre Antônio Vieira dizia que maior fruto se podia esperar delas que de suas missões e sermões. Então o poeta empunhava o azorrague da crítica, então castigava os vícios, era brando e moral, e é para ver como todo se quebrando em doces rimas nos pinta o namorado com todos os seus ademãs e donaires, dirigindo à sua amante requintadas frases do mais alambicado amor:

O namorado todo almiscarado,
Já de amor obrigado,
Faz à dama um poema em um bilhete,
Cobarde o faz e tímido o remete;
Se lhe responde branda, alegre o gosta,
E se tirana, estima-lhe a resposta.

³⁰ Poesias inéditas, tom. I. (N. do A.) [Esta é a última de seis décimas endereçadas a D. João de Alencastre e vem à página 193 do primeiro volume da edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos (*Crônica do Viver Baiano Setecentista*, 1969).]

³¹ Tomás Pinto Brandão (Porto, 1664 - 1743): poeta português, dado à galhofa, compunha versos sobre os fatos notáveis de seu tempo e para os cegos venderem nas ruas de Lisboa. Foi muito popular e esteve no Brasil.

Vai noutro dia passear à dama,
Por quem se inflama,
E sendo o intento ver a dama bela
Passa-lhe a rua, não lhe vê à janela
Que está primeiro em um galã composto
O crédito da dama, que o seu gosto,

Depois de muitos anos de suspiros,
De desdêns e retiros,
Desprezos, desapegos, desenganos,
Constância de Jacó, serviços de anos
Fazem com que da dama idolatrada
Lhe vem recado, em que lhe dá entrada.

Com tal recado alvoroçado o moço
Quer morrer de alvoroço;
Entregue todo a um súbito desvelo
Enfeita a cara, penteando o pêlo;
Galã em cheiros, em vestir flamante,
Parece um cravo de Arrochela andante.

À rua sai e junto ao aposento
Do adorado portento,
Onde cuidou gozar da dama bela
Se lhe manda fazer pé de janela;
Aceita ele, e, livre de desmaio;
De amorosos conceitos faz ensaio.

“— Querido ídolo meu, anjo adorado
Lhe diz, com voz turbada,
Se para um longo amor é curta a vida
Meu amor vos escusa de homicida,
De que serve matar-me rigorosa
Quem tantas setas tira de formosa?

Dai-me essa bela mão, ninfa prestante
E nesse rutilante
Ouro em madeixas de cabelo undoso
Prendei o vosso escravo, o vosso esposo;
Não peço muito, mas se muito peço
Amor, minha senhora, é todo excesso.

E modo amor que nunca teve modo
Amor é excesso todo
E nessa mão de neve transparente

Pouco pede quem ama firmemente
Dai-ma por mais fineza, que os favores
São leite e alimento dos amores.”

Responde-lhe ela com um brando sorriso
E no mesmo improviso,
“– Ai, lhe diz, que acordou meu pai agora!
Amanhã nos iremos, ide embora! –”
Fecha a janela, e o moço mudo e quedo
Fica sobre um penedo outro penedo!³²

Esposou por este tempo Maria dos Povos, viúva tão formosíssima quão pobre, que seu tio, Vicente da Costa Cordeiro, lhe fez doação de umas terras para que se não casasse sem dote, pois que há menos tempo já a prodigalidade e desleixo de Gregório de Matos haviam arruinado toda a sua herança e jazia tão pobre como ela. Voltando à sua antiga profissão, abriu seu escritório de advocacia e teve a ventura de ver a sua banca se rodear de numeroso concurso de demandistas; mas Gregório de Matos era sempre o mesmo; sem haver perdido suas nativas originalidades, ataviava suas excelentes qualidades com as mais risíveis extravagâncias e ridículas sátiras; sua esposa, – e sua esposa também! – não escapou a seu gênio satírico e tomando a resolução de abandoná-lo, se foi refugiar em casa de seu tio, que lhe veio pedir que a fosse buscar ou consentisse ao menos que ele lha trouxesse. Gregório sempre jovial, lhe respondeu que de modo algum a admitiria, a menos que não viesse manietada e conduzida por um capitão-do-mato, como escrava fugitiva; e assim se fez; e como ela dissesse que a sua casa era de Gonçalo, lhe jurou que todos os filhos que dela houvesse, assim se chamariam. Mas já toda a sua reputação de advogado se tornara ilusória, que os pleiteantes o desaprovaram: e quem se atreveria a procurar semelhante homem, que não deixava, ainda mesmo nas mais sérias e inocentes conversações de fulminar seus raios satíricos, que sem a mínima atenção e respeito metamorfoseava a mais bela personagem num aborto da natureza? E entretanto todos ambicionavam o possuir suas poesias, todos sem

³² Este poema não consta da edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos (*Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969), mas vem às páginas 332-333 do segundo tomo de suas *Obras Completas* (1945), sob o título “SEXTILHAS - Aos Namorados”. Não se conhecem testemunhos manuscritos do poema: o estudioso português Francisco Topa, em *Edição Crítica da Obra de Gregório de Matos* (Porto, 1999), registra apenas as duas fontes impressas que encontrou: a mais antiga é justamente este texto de Joaquim Norberto, a mais recente é a edição das *Obras de Gregório de Matos* (1929-1933), por Afrânio Peixoto.

mesmo excetuar o governador D. João de Alencastre, que as fazia copiar em um livro reservado para tal fim!

O ridículo era a sua arma principal, e nela primava de modo que a muitos maravilhava. Tantos e tantos não houve que se disseram seus amigos, receosos dos obséquios de sua musa travessa, receosos de se verem metamorfoseados em monstros ataviados de extravagantes e ridículas formas, e tornados objetos de público divertimento! Alguns extratos de suas *metamorfoses* ou *caricaturas* comprovam evidentemente o que levamos dito e dão uma idéia de seu talento satírico, e essa maneira que tão peculiar lhe era de levar o ridículo ao infinito, não perdoando o próprio físico dos satirizados.

Vá de retrato
Por consoantes
Que eu vou timantes
De um nariz de tucano cor de pato[.]

Pelo cabelo
Começa a obra
Que o tempo sobra
Para pintar a giba do camelo.

Causa-me engulho
O pêlo untado
Que de molhado
Parece que sai sempre de mergulho.

Não pinto as faltas
Dos olhos baios
Que versos raios
Nunca ferem senão em cousas altas.

Mas a fachada
Da sobancelha
Se me assemelha
A uma negra vassoura esparramada.

Nariz de embono
Com tal sacada
Que entra na escada
Duas horas primeiro que seu dono.

Nariz que fala
Longe do rosto
Pois na sé posto
Na praça manda pôr a guarda em ala.

[Membro] de olfatos
Mas tão quadrado
Que um rei coroado
O pode ter por copa de cem pratos.

Tão temerário
É o tal nariz
Que por um triz
Não ficou cantareira de um armário.

Você perdoe
Nariz nefando
Que eu vou cortando
E inda fica nariz em que se assoe.

Ao pé da altura
Do naso outeiro
Tem o sendeiro
O que boca nasceu é rasgadura.

Na gargantona
Membro do gosto
Está composto
O órgão mais sutil da voz [fanchona].

Vamos à giba,
Porém que intento?
Se eu não sou vento
Para poder subir lá tanto arriba?

Sempre eu insisto
Que no horizonte
Desse alto monte
Foi tentar o diabo a Jesu Cristo.

Chamam-lhe autores
Dorsum burlesco,
Por falar fresco,
No qual [*fabricaverunt*] *peccatores*.

Havendo apostas
Se é home' ou fera
Se assentou que era,
Um caracol que traz a casa às costas.

De grande arriba
Tanto se entona
Que já blasona
Que enjeitou ser canastra por ser giba.

Oh pico alçado,
Quem lá subira
Para que vira
Se é Etna abrasador, se Alpes nevado.

.....
.....
.....
.....

Seguem-se as pernas
Sigam-se embora,
Pois que eu por ora
Não me quero embarcar em tais cavernas.

.....
.....
.....
.....

Boa viagem,
Senhor tucano,
Que para o ano
Vos espera a Bahia entre a bagagem.³³

³³ Na edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos (*Crônica do Viver Baiano Sétcentista*, 1969), esse poema vem às páginas 219-223 do primeiro volume. O cotejo com essa edição nos permitiu acertar algumas partes duvidosas e fazer algumas correções, entre elas as seguintes: 1. a palavra "Membros", no início da oitava estrofe, grafada por Joaquim Norberto no plural, refere-se ao nariz, sendo, portanto, "Membro" a forma correta; 2. falta a palavra "fanchona", ao fim do último verso da décima segunda estrofe; ela rima, conforme o esquema rímico do poema, com a última palavra do primeiro verso da mesma estrofe; 3. a forma verbal latina *fabricaverunt*, no último verso da décima quinta estrofe, vem grafada *fabricaverum*. As estrofes pontilhadas representam supressões de trechos: a primeira delas representa a supressão de cinco estrofes; a segunda, de três. As razões das supressões ficarão claras para o leitor quando se lerem os versos suprimidos. Eis o primeiro trecho suprimido: "Cousa pintada / sempre uma cousa, / pois onde poussa, / sempre o vêem de bastão / sempre de espada. // Dos santos passos / na bruta cinta / uma cruz pinta / a espada o pau da cruz, / e eles os braços. // Vamos voltando / para a dianteira, / que na traseira / o cu vejo açoutado / por nefando. // Se bem se infere / outro fracasso, / porque em tal caso / só se açouta, quem canta / o miserere. // Pois que seria, / que eu vi vergões?; / serão chupões, / que o bruxo do Ferreira / lhe daria." E este é o segundo: "Se bem, que assento / nos meus miolos / que são dous rolos / de tabacos já podre, / e fedorento. // Os pés são figas / a mor grandeza, / por cuja empresa / tomaram tantos pés / tantas cantigas. // Velha coitada / suja figura, / na arquitetura / da popa da Nau nova / está entalhada." O mesmo critério de expurgo deve ter determinado a supressão da palavra "fanchona" na décima segunda estrofe do poema. Na versão do poema publicada por Januário da Cunha Barbosa, no *Parnaso Brasileiro* (1831, v.2, caderno 5, p.56-59), a primeira estrofe do primeiro trecho suprimido por Joaquim Norberto não existe (ou seja, sua supressão não foi sinalizada pelo autor da antologia).

Que transformação! Oh por certo que o governador da Bahia, Antônio Luís Gonçalves Coutinho, não se podia parecer com semelhante cópia; mas que de originalidade por todos esses versos! que de talento por todas essas extravagâncias e pinturas ridículas! que de variedade para descrever um nariz! Era assim que ele ridicularizava tudo, e tornava a pessoa de um governador despótico o assunto das galhofas e risos do povo, ele, que à força de prepotências e tiranias o vexava, querendo-se tornar respeitado e obedecido!

A sátira que se intitula *Marinícolas* não é menos interessante; dirigida igualmente a um governador, ela tem todo o mérito da antecedente, se é que em muitos lugares não se lhe avanta; foi composta em versos decassílabos inteiros e quebrados, com seus toantes, e introduzidos por ele na língua e poesia nacional, de que se seguiu chamarem *gregoriano*s ou de Gregório de Matos;³⁴ transcreverei as seguintes estrofes, que denotam muito talento original:

Marinícolas todos os dias
O vejo na sege
Passar por aqui,
Cavalheiro de tão lindas partes
Como, *verbi gratia*,
Londres e Paris.

Mais fidalgo que as mesmas estrelas,
Que às doze do dia
Viu sempre luzir,
Que seu pai, por não sei que desastre,
Tudo o que comia
Vinha pelo giz.³⁵

³⁴ O verso chamado gregoriano, porque muito praticado por Gregório de Matos, é o atual eneassílabo. Joaquim Norberto, como se vê, utiliza o sistema de contagem silábica anterior à reforma de Castilho, que é de 1851. Pelo método de contagem silábico-acental, introduzido por Castilho e em vigor até hoje, este poema é composto por versos eneassílabos, alternados com pentassílabos.

³⁵ Este poema vem às p.1662-1668 do sétimo volume da edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos (*Crônica do Viver Baiano Setecentista*, 1969). Nessa edição, em seguida a essa estrofe, antes da seguinte, vem uma estrofe cuja omissão não foi assinalada por linhas pontilhadas por Joaquim Norberto: "Peneirando-lhe os seus avolórios / É tal a farinha do Ninfo gentil, / Que por machos é sangue Tudesco, / Porém pelas fêmeas humor meretriz."

Foi um grande verdugo de bestas,
 Pois co'um azorrague
 E dous borzequins,
 Ao compasso dos passos que davam
 Lhes ia cantando
 O *lá, sol, fá, mi.*

Pretendendo com recancanilhas
Roubar as guaritas
De um salto sutil,
Embolsava com alma de gato
A risco de sape
Dinheiro de miz.

258

Entre gabos o triste idiota
Tão pago se mostra
De seus gorjotiz,
Que, nascendo sendeiro de gema,
Quer a fina força
Meter-se a rocim.

Deu agora em famoso arbitrista
E quer por arbítrios
O triste malsim
Que o vejamos subir à excelência,
Como diz que vimos
Montalvão subir.

Sendo pois o alterar a moeda
O assopro, o arbítrio,
O ponto e o ardil,
De justiça, a meu ver, se lhe deve
As honras que teve
Ferraz e Soliz.

Dêem com ele no alto da força
Que aí o fidalgo
Terá para si,
Que é o mais estirado de quantos
Beberam no Douro,
Beberam no Rim.

Seu intento é bater-se moeda;
Correrem-lhe gages
E ser mandarim;
Porque, andando a moeda na forge,
Se ri de Cuama,
De Sena e de Osir.

Sempre foi de moeda privado;
Mas, vendo-se agora
Senhor e juiz,
Condenando em portais a moeda,
Abriu às unhadas
Portas para si.

Muito mais lhe rendeu cada palmo
Daquela portada
Que dous Potossiz,
Muito mais lhe valeu cada pedra
Que vale um [ochavo]
De Valladolid.

.....

.....

.....

.....

38

As sátiras redundaram afinal em seu dano; ameaçado de vida os remoques e motejos com que a todos mimoseava, mas com que a todos ofendia, se viu na necessidade de vagar pelo caminho; mas o demônio da sátira o seguiu como se fora sua sombra, e ele continuou a satirizar até àqueles mesmos que o tratavam com inúmeras pessoas menos gradas e respeitáveis, com a indecência, e daí toda essa aluvião de sátiras tão torpes e tão pouco agradáveis aos que as aplaudiam.

261

D. João de Alencastre, a quem ele havia tecido os maiores elogios,³⁹ tornou-se por seu turno brinco de sua musa, e o assunto de uma de suas sátiras, a que seus inimigos procuraram dar grande publicidade, exagerando-a o mais possível. O governador o fez chamar pelo seu amigo, o secretário do governo, Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque, sob o pretexto de lhe comunicar importantes notícias de pessoal interesse; e Gregório de Matos, que não previa o laço que lhe armava a amizade se deixou ser presa da mais refinada e execranda traição. Preso, carregado de ferros, foi conduzido para a leoneira, junto à porta do palácio, onde esteve incomunicável até que o levaram para a cadeia pública da cidade, e daí para bordo de uma nau que partiu para Angola.

O governador, na hora da partida, lhe pediu que evitasse a ocasião de sua perdição, porque era lástima que a quem o céu enriquecera de talentos [para]⁴⁰ melhor fama, comprasse o seu descrédito com o descrédito de tantos; e estas palavras e as recomendações que fizera ao comandante da nau e as que em cartas dirigira ao governador de Angola Pedro Jaques de Magalhães, mal puderam apagar a sua cólera, ateadada pela injustiça do exílio e perfídia da prisão, e da popa do navio que o conduzia, de olhos fitos nas montanhas da pátria, as viu desaparecerem no horizonte; então se sorrindo da fortuna, como Demócrito se sorria, exclamou, como Cipião exclamara:

Fica-te embora, oh Bahia,
Que me vou por este mundo
Cortando pelo mar fundo

.....

Que, ainda que és pátria minha,
Sou segundo Cipião,
Que com dobrada razão

A minha idéia

Te diz: "*Non possidebis ossa mea*!"⁴¹

³⁹ No soneto que lhe fez por ocasião de suceder no governo da Bahia a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. (N. do A.)

⁴⁰ No texto: "pera".

⁴¹ Esses são os versos finais de algumas coplas que vêm às páginas 1585-1591 do sétimo volume da edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos (*Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969). Precedem as coplas as seguintes palavras: "Prezo finalmente o nosso poeta pelos motivos que já dicemos em sua vida, e condenado a ir degredado para Angola, por ordem de D. João d'Alencastre governador então deste estado: pondera, quam adverso he o Brazil sua ingrata patria aos homens benemeritos; e com deafogo de homem forte graceja hum pouco as mulatas meretrizes."

Exilado em Angola, aí viveu algum tempo, até que, prestando relevante serviço, qual o de intervir numa rebelião, sufocando-a, foi-lhe concedido licença de poder voltar para qualquer capitania brasileira, contanto que não fosse para a da Bahia; embarcou-se pois para Pernambuco, cujo governador Caetano de Melo de Castro, lastimando-o de ver tão pobre e perseguido, lhe fez presente de uma bolsa e lhe pediu que se abstinêsse de sátiras, se o queria por amigo. Gregório de Matos lhe prometeu o desempenho do seu conselho, porém sua promessa foi pouco duradoura.

Passou Gregório de Matos alguns anos a correr as vilas e aldeias de Pernambuco, arrastando uma existência que de dia em dia se lhe tornava mais pesada, até que finalmente foi acometido de violenta febre. O Padre Francisco da Fonseca Rego, vigário do Corpo Santo, querendo-o dispor à morte, viu seus conselhos e avisos satiricamente desprezados por ele, talvez não cuidadoso do perigo que o ameaçava, o que, chegando ao conhecimento do prelado D. Francisco de Lima, o fez se abalançar de uma légua de distância [para] salvar, segundo o seu dizer, essa ovelha que haviam por perdida do verdadeiro aprisco. Gregório tinha reflexionado, e a morte não era mais para ele um sonho; viu essa realidade aproximar-se, e contrito escreveu com letras já mui tremidas, um soneto em que seu gênio se mostrava arrependido das extravagâncias de sua tão mal vivida existência; e pois passou da vida mortal no seio de sua família, e nos braços de tão caridoso prelado, rodeado de alguns amigos; à noite seu corpo foi conduzido à cidade e sepultado com muita honra e decência no hospício de N. S. da Penha dos capuchinhos franceses, quando chegavam as notícias da aniquilação dos Palmares, aos setenta três anos de idade.

Foi Gregório de Matos de boa estatura, seco do corpo, membros delicados, e conquanto fosse pouco versado em seu tempo o uso de cabeleiras, contudo ele a trazia, talvez pela falta que tinha de cabelos; sua testa era espessa, as sobrancelhas arqueadas, os olhos garços, o nariz aguilenho, a boca pequena e engraçada, e no trato cortês. Trajava comumente colete de pelica de âmbar, volta de fina renda, e usava de óculos fixos. Tangia e cantava muito bem, e o jovem Gonçalves Soares da Franca, seu comprovinciano, o ouvindo um dia, lhe disse:

Com tanto primor cantais,
Com tanta graça tangeis,
Que as potências suspendeis,
E os sentidos enlevais;

De ambas as sortes admirais,
Suspendido o bravo Eolo;
Mas eu vos digo sem dolo
Que de mui pouco se admira,
Pois tocais de Orfeu a lira
E a palma tendes de Apolo.

Improvisava com muita facilidade, ainda nas mais simples conversações. Contando-se-lhe uma vez que um livreiro comera um canteiro de alfices, ele o negou dizendo:

Levou um livreiro a dente
De alfices todo um canteiro,
E comeu, sendo livreiro,
Desencadernadamente;
Porém eu digo que mente
A quem disse o quer taxar,
Antes é para notar
Que trabalhou como um Mouro,
Pois meter folhas num couro
Também é encadernar.⁴²

Outra vez se encontrando com o músico Brás Luís, que havia sido espancado, lhe dirigiu os seguintes versos:

Uma grave entoação
Vos cantaram, Brás Luís,
Segundo se conta e diz
Por solfa de fá bordão;
Pelo compasso da mão,
Onde a valia se apura,
Parecia solfa escura,
Porque a mão nunca parava
Nem no ar, nem no chão dava,
Sempre em cima da figura.⁴³

⁴² Cf. Gregório de Matos, *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969, v.5, p.1220.

⁴³ Essa décima não consta da edição James Amado das obras completas de Gregório de Matos (*Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969). Entretanto, ela é atribuída ao poeta no *Parnaso Brasileiro* (1829-1831, v.2, caderno 5, p.64), de Januário da Cunha Barbosa. Ela vem à página 320 do segundo tomo da edição das *Obras Completas* (1945) do poeta. Segundo Magaly Trindade Gonçalves, Zélia Thomaz de Aquino e Zina Bellodi Silva (*Antologia de Antologias*, 1995, p.57 e p.536) ela vem, também, na edição das *Obras Poéticas* (1882, t.I) do autor.

Dando-se-lhe para glosar o mote:

A mais formosa que Deus,

certos de que o embaraçariam, ele o fez sem hesitar, respondendo prontamente:

Eu com duas damas vim
Ontem de uma romaria;
Uma feia em demasia,
Outra que era um serafim.
E vendo-as eu vir assim,
Sós e sem amantes seus,
Lhes perguntei: – Anjos meus,
Quem vos pôs em tal estado?
Disse a feia – que o pecado,
A mais formosa – que Deus.⁴⁴

Muito lastimamos que tão talentoso brasileiro, que tantos elogios recebera de ilustres sábios, não cultivasse a sátira como lhe cumpria. Reprendendo os vícios, sem contudo deslizar-se do trilho da moral, seria mais digna da atenção e estima de seus compatriotas, que por certo não teriam que injevar as tão gabadas sátiras de um Pérsio, de um Horácio, de um Juvenal; nem os rasgos satíricos do elegante Pope, do ríspido Boileau, do fecundo Dinis, do faceto Nicolau Tolentino, e tantos outros que excelentemente satirizaram; e é mesmo para se notar que, sendo tão prodigioso em tal gênero de poesia, rara composição nos deixasse que digna seja de se ler! As obscenidades e frases bordalengas que andam de envolta com seus versos são o selo da infâmia que as condena a perpétuo silêncio, e bem certo estamos que se as visse S. Jerônimo as lançaria às chamas para que nelas se purificassem; contudo é seu estilo simples e corrente, e isento desses trocadilhos e antíteses com que os poetas seus contemporâneos borrifavam suas obras, pois que não era para afetações, mas todo natureza, todo satírico, se bem que infelizmente todo indecência.

As sátiras *A um Homem Humilde que se Meteu a Fidalgo*, *Os Efeitos do Cometa*, *A Honra Hipócrita*, *Os Costumes da Bahia*, e outras, são as composições que ler-se podem, que ainda assim seus senões têm que se lhes note.

⁴⁴ Cf. Gregório de Matos, *Crônica do Viver Balano Setecentista*, 1969, v.7, p.1650.

Seu filho, Gonçalo de Matos, foi poeta, e poeta por natureza como ele; mas tal foi o escarmento que produziu a sua sorte no ânimo de sua esposa, que ela proibiu ao jovem Gonçalo o pegar da pena para compor um verso sequer, ameaçando-o com a sua maldição. Gonçalo observou a proibição pelo amor que lhe votava, que não pelo temor de incorrer em sua indignação, pois que, instado para que glosasse o verso

Com que, porque, para que,

respondeu que o glosaria, porque lhe parecia que sua mãe não lhe proibia improvisar, porém sim tomar a pena para escrevê-los; e repetiu então a seguinte glosa, que não deixa de ter seu mérito, atendendo à sua idade e pouca instrução que possuía, e ainda mais à dificuldade que apresenta o mote:

Disse Clóri que me amava
Para o intento que tem,
O qual não disse a ninguém,
Nem o porquê declarava;
Eu então lhe perguntava
Com que gênero de fé
Suspensa a dama se vê;
Como nada respondeu,
Não pude saber o seu
Com quê, porquê, para quê.⁴⁵

Gonçalo de Matos e Maria de Povos viveram na indigência, e na indigência morreram.

Gozaram de popularidade na cidade da Bahia, onde vieram à luz, e foram os prediletos do gongorismo e marinismo Botelho de Oliveira e Bernardo Vieira, e pensavam eles que, barbarizando a índole e afeiando o gesto airoso do elegante idioma português, e inchando o estilo de ardidadas metáforas, acumuladas umas sobre outras, tinham desempenhado os preceitos da verdadeira poética, e se tornavam merecedores da coroa de perfeitos poetas!

Manuel Botelho de Oliveira, nascido em 1636, tendo concluído seus estudos em Coimbra, regressou à pátria, onde se ocupou por alguns anos na advocacia de causas forenses. O estudo das línguas lhe mereceu suma atenção, e soube com perfeição as italiana, castelhana e latina, nas quais compôs algumas poesias que fez imprimir sob o título

⁴⁵ As informações fornecidas por Joaquim Norberto sobre Gonçalo de Matos, filho do poeta Gregório de Matos, constam da "Vida do Excelente Poeta Lírico, o Doutor Gregório de Matos Guerra", escrita pelo licenciado Manuel Pereira Rabelo. (Cf. Gregório de Matos, *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, 1969, v.7, p.1689-1721.)

de *Música do Parnaso*,⁴⁶ sendo que tinha para si que era o primeiro brasileiro que publicava suas produções, como se colhe de seus dizeres:

“Ao meu entendimento, posto que inferior aos de que é tão fértil este país, ditaram as musas as presentes rimas, que me resolvi expor à publicidade de todos, para ao menos ser o primeiro filho do Brasil que faça pública a suavidade do nosso metro, já que o não sou em merecer os maiores créditos na poesia.”⁴⁷

Transcrevendo alguns extratos de seu prólogo, darei mais perfeito conhecimento de sua obra:

“Estas rimas, diz ele, que em quatro línguas estão compostas, ofereço neste lugar para que se entenda que pode uma só musa cantar com diversas vozes. No princípio celebra-se uma dama com o nome de Anarda, estilo antigo de alguns poetas, por que melhor se exprimem os afetos amorosos com experiências próprias; porém, por que não parecesse fastidioso o objeto, se agregaram outras rimas a vários assuntos, e assim como a natureza se preza da variedade para a formosura das cousas criadas, assim também o entendimento a deseja para tirar o tédio da lição dos livros.

Com o título de *Música do Parnaso* se quer publicar ao mundo, porque a poesia não é mais do que um canto poético, ligando-se às vezes com certas medições para consonância do metro.

Também se escreveram estas rimas em quatro línguas, porque quis mostrar o seu autor com elas a notícia que tinha de toda a poesia, e se estimasse esta obra, quando não fosse pela eloquência dos conceitos, ao menos pela multiplicidade das línguas. O terceiro e quarto coros das italianas e latinas estão abreviadas, porque, além desta composição não ser vulgar para todos, bastava que se desse a conhecer em poucos versos.

Também se acrescentaram duas comédias para que participasse este livro de toda a composição poética. Uma delas, *Hay Amigo Para Amigo*, anda impressa sem nome, a outra, *Amor, Engaños y Zelos*, sai novamente⁴⁸ escrita, e juntas ambas fazem um breve descante aos quatro coros.”⁴⁹

⁴⁶ *Música do Parnaso*, dividida em quatro coros de rimas, port., cast., ital. e lat., com seu descante cômico reduzido a duas comédias. I Vol. in 4.ª Lisboa, 1705. (N. do A.)

⁴⁷ *Música do Parnaso*, dedicatória a D. Nuno Álvares Pereira de Melo. (N. do A.) [Na edição preparada por Antenor Nascentes (*Música do Parnaso*, 1967), o trecho citado vem à página 17, na dedicatória “Ao Excelentíssimo Senhor D. Nuno Álvares Pereira de Melo etc.”]

⁴⁸ Entenda-se: acaba de sair, é nova, sai pela primeira vez.

⁴⁹ O texto de Joaquim Norberto, neste ponto, traz o número 2, remetendo a uma nota de rodapé, que traz o número 1 e diz apenas: “Musica do Parnaso.” O trecho citado é praticamente todo o “Prólogo ao Leitor”, de *Música do Parnasso* (1967, p.25-26). Para estar citado na íntegra, falta-lhe apenas a última frase, que é a seguinte: “Se te parecerem bem, terei o louvor por prêmio de meu trabalho; se te parecerem mal, ficarei com a censura por castigo de minha confiança.”

Tais são as palavras de Botelho de Oliveira, tal a notícia que ele mesmo nos dá acerca de sua obra; lançando porém uma vista de olhos por sobre esses coros e rimas, encetando a sua leitura, nada mais se encontra que um complexo de metáforas, de trocadilhos, de *concetti*, e de equívocos estudados e mal trazidos, cujo estilo fofo e alambicado cansa e enoja. De toda essa safra de poesias exprimida, nada mais aproveitar-se pode que não seja duas ou três de suas composições, e é uma delas este madrigal em que nos mostra o amor vencido pelo poder e encanto dos olhos da sua amada:

Amor que a todos prendes,
Naquele doce ardor que n'alma acendes
Prende Anarda, que dura
Isenta de teu fogo a formosura;
Mas ai que já não podes, pois primeiro
Em seus olhos ficaste prisioneiro.⁵⁰

É a outra o seguinte soneto, em que invoca o sono a vir aliviá-lo de suas mágoas:

Pois que em mágoas me vejo atribulado,
Vem, sono, a meu desvelo padecido,
Vem lenir-me os incêndios do sentido,
Vem suste-me os rigores do cuidado.

Se no monte Cimério retirado
Triste lugar ocupas, te convido
Que venhas a meu peito entristecido,
Porque triste lugar se tem formado.

Se querem noite escura teus intentos,
E se querem silêncio nas tristezas,
Noite e silêncio tem meus sofrimentos.

Porque triste e secreto nas ternezas
É meu peito uma noite de tormentos,
É meu peito um silêncio de finezas.⁵¹

⁵⁰ Esse é o Madrigal XIII do "Primeiro coro de rimas portuguesas em versos amorosos de Anarda" (*Música do Parnasso*, 1967, p.49), que vem precedido por esta rubrica inicial: "Não pode o amor prender a Anarda".

⁵¹ Com algumas diferenças textuais com relação à edição preparada por Antenor Nascentes, esse é o soneto XIII do "Primeiro coro de rimas portuguesas em versos amorosos de Anarda" (*Música do Parnasso*, 1967, p.38-39). O soneto vem precedido pelas seguintes palavras, que lhe servem de título: "Ao sono".

E finalmente este outro em que deplora a morte do eloquente Padre Antônio Vieira, em cujo assunto não se avantajaram outros:

Fostes, Vieira[,] engenho tão subido,
Tão singular e tão avantajado,
Que nunca sereis mais de outrem invejado,
Bem que sejais de todos aplaudido.

Nas sacras escrituras embebido
Qual Agostinho, fostes celebrado;
Ele de África assombro venerando,
Vós de Europa portento esclarecido.

Morrestes!... Porém não, que ao mundo atroa
Vossa pena que aplausos multiplica,
Com que de eterna vida vos coroa.

E quando imortalmente se publica
Em cada rasgo seu a fama voa,
Em cada escrito seu uma alma fica!⁵²

Entre essa aluvião de poesias em que o marinismo e gongorismo são levados à quinta-essência, não serão estas poesias alguns descuidos do autor? Que de mais pedante, que de mais pueril produziram esses autores cujos nomes e composições nos transmitiram os editores da *Fênix Renascida*, do *Postilhão de Apolo*, e de obras tais e quejandas a que não excedam esses sonetos, madrigais, silvas e epigramas derramados a mãos cheias por todos esses quatro coros de versos portugueses, italianos, espanhóis e latinos,

Versos sem alma e só no nome versos?

Eis aqui dois de seus madrigais cheios dessa poesia da época, e por eles se ajuíze do resto de sua obra:

É meu peito navio,
São teus olhos o norte
A quem segue o alvedrio,
Amor piloto forte,

⁵² Com algumas diferenças textuais em relação ao da edição preparada por Antenor Nascentes, esse é o soneto XIV dos "Versos vários que pertencem ao primeiro coro das rimas portuguesas, escritos a vários assuntos", de *Música do Parnasso* (1967, p.95). O soneto vem precedido pelas seguintes palavras, que lhe referem a circunstância: "À morte do reverendo Padre Antônio Vieira". Uma das diferenças textuais deve ser apontada, porque implica importante diferença de sentido. Trata-se do terceiro verso do soneto, que, na edição de Antenor Nascentes, é o seguinte: "Que nunca sereis mais de outro imitado".

Sendo as lágrimas mar, vento os suspiros,
A venda velas são, remos seus tiros.

Foi no mar de um cuidado
Meu coração pescado;
Anzóis os olhos belos,
São linhas teus cabelos,
Com solta gentileza
Cupido pescador isca a beleza.⁵³

Botelho de Oliveira terminou seus dias [em 9 de janeiro de 1711],⁵⁴ depois de haver sido vereador do senado da Bahia e capitão-mor de uma de suas comarcas.

Bernardo Vieira, ilustre nas armas e intrépido defensor da pátria na *guerra brasileira*,⁵⁵ por cujos serviços o galardoara D. Pedro II, fazendo-o alcaide-mor de Cabo Frio e fidalgo de sua casa; honrado irmão do eloqüente Antônio Vieira, entregou-se como seu amigo comprovinciano à leitura de Marino e Gôngora, cujas extravagâncias o desvariaram do trilha de bom gosto.

O Abade de Sever, Barbosa Machado, o apologista dessas produções de seu tempo que Dinis tão graciosamente colocara no *país das bagatelas*,⁵⁶ assevera que ele tivera natural gênio para a poesia, e a praticara com tanta felicidade que seus versos eram conhecidos pela elegância do metro e fineza dos pensamentos,⁵⁷ e como que para corroborar seu encômio, apresenta o seguinte soneto, o *non plus ultra* do gongorismo, que escapara às pesquisas do editor da *Fênix Renascida*:⁵⁸

⁵³ *Navegação Amorosa* e *Pesca Amorosa* foram os títulos que lhe deu o autor. Vid. *Música do Parnaso*, pág. 11. (N. do A.) [Na verdade, são dois madrigais: cada um tem seu título. Na edição de *Música do Parnasso* preparada por Antenor Nascentes, esses são os dois primeiros madrigais (Madrigal I e Madrigal II) do "Primeiro coro de rimas portuguesas em versos amorosos de Anarda" e vêm às p.44 e 45, respectivamente.]

⁵⁴ No texto: "em janeiro 9 de 1711".

⁵⁵ As entreprezas dos holandeses para a conquista do Brasil, assim intituladas por Brito Freire. Vid. a sua obra com este título. (N. do A.)

⁵⁶ *Hyssope*, poema herói-cômico. (N. do A.)

⁵⁷ *Biblioteca Lusitana*, tom. I, pág. 539. (N. do A.)

⁵⁸ Mas não o autor da *Coleção de Apotegmas Memoráveis*, que o inseriu na part. I, liv. II, pág. 80. Contudo a *Fênix Renascida* se ufana com três ridículas décimas do autor, insertas no tom. V, pág. 258. (N. do A.) [Joaquim Norberto deve ter-se enganado, pois este soneto encontra-se na *Fênix Renascida*, v.3, p.254. Cf. "Introdução" de Segismundo Spina à *Apresentação da Poesia Barroca Portuguesa*, 1967, p.53.]

Iris parlero, abril organizado
Ramilhete de plumas con sentido,
Hybla con alma, irracional florido
Primavera con pies, jardin alado.

Quand en el ayre libre enamorado
Barbaramente hallavas: yo polido
Preso te veo, y en vano divertido
Con la tema de nunca estar calado.

Tu en palacio bien visto y con cadena!
Quantos lloran la lastima que toco!
Se hablas bien ser discreto te condena.

Porque no buelas, gritas como loco;
Quexate pues, que de palacio se pena,
Quexarse mucho los que buelon poco.⁵⁹

Expirou em seu pátrio ninho, em julho de 1697, um ou dois dias depois da morte de seu irmão, Antônio Vieira,⁶⁰ deixando por acabar *Descrição Topográfica Eclesiástica Natural do Brasil*, e por imprimir quatro volumes de poesias.

Seu filho, Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, que o substituiu no emprego de secretário de estado e guerra do Brasil e herdara seus títulos de honra, não foi nem mais ilustre nem tão afamado; morreu na avançada idade de octogenário, [em 9 de outubro de 1725],⁶¹ três autos sacramentais que compusera em versos, e outras poesias avulsas, tiveram porventura a sorte das composições de seu pai.

João Mendes da Silva, pai do célebre Antônio José, nascido no Rio de Janeiro pelos anos de 1650 a 1660, e falecido em Lisboa [em 9 de janeiro de 1736],⁶² foi advogado da casa da suplicação, e como autor do *Cristiadas*, poemeto lírico em honra de Jesus Cristo, e de *Hero e Leandro*, poema em oitava rima, e tradutor de algumas poesias latinas, adquiriu

⁵⁹ Eis o soneto, tal como ele se encontra na fonte citada (Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 1741, t.I, p.539): "Iris parlero, Abril organizado / Ramillete de plumas con sentido, / Hybla con alma, irracional florido, / Primavera con pies, jardin alado. // Quando en el ayre libre enamorado / Barbaramente hablavas: oy polido / Preso te veo, y en vano divertido / Con la tema de nunca estar callado. // Tu en Palacio bien visto, y con cadena! / Quantos lloran la lastima que toco! / Si hablas bien ser discreto te condena. // Porque nõ buelas, gritas como loco; / Quexate pues, que de Palacio es pena / Quexarse mucho los que buelan poco."

⁶⁰ Barbosa diz que dois dias depois, *Bibliot. Lusit. tom. I, pág. 538*; porém Rocha Pita assevera que foi no dia seguinte, *Hist. da Amér. Port. liv. VIII, pág. 491, § 56*. (N. do A.)

⁶¹ No texto: "em outubro 9 de 1725".

⁶² No texto: "em janeiro 9 de 1736".

reputação de excelente poeta, o que ignoramos se com justiça, pois que de suas obras apenas os títulos conhecemos.

Assim pois já um novo povo começava de aparecer; competidor do gênio dos antigos portugueses, se elevava e crescia [por]⁶³ si mesmo, segundo a asserção do abalizado Simonde de Sismondi; assim pois caminhávamos lenta e vagarosamente retidos pelos grilhões do governo colonial e pelos pavores que inspirava o tribunal do Santo Ofício, esses dois cancros que faziam calar a verdadeira fonte da inspiração tolhendo a liberdade do gênio e lançando-lhe peias! E contudo caminhávamos; eram os primeiros passos de nossa infância!

⁶³ No texto: "per".

**AS ACADEMIAS LITERÁRIAS
E CIENTÍFICAS
NO SÉCULO DÉCIMO OITAVO**

A ACADEMIA DOS SELETOS

Este artigo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano IV, t.XV, p.363-376, jul.-set. 1862.

Academia dos Seletos teve uma duração efêmera; consistiu unicamente na reunião dos eruditos da cidade do Rio de Janeiro no palácio do governador Capitão-General Gomes Freire de Andrada, para aplaudirem em prosa e verso as suas virtudes e ações, sendo que o mesmo general acabava de ser promovido ao posto de mestre-de-campo general, e ao emprego de primeiro comissário da medição e demarcação dos limites meridionais do Brasil.¹

O Visconde de S. Leopoldo pensa que se não deve enumerar na ordem das nossas academias essas sociedades, e que, embora se arrogassem esse título sublime, só tiveram em alvo particulares congratulações e louvores a certo e determinado objeto e indivíduo.² E todavia é força confessar que essas reuniões patenteavam as tendências de um povo nascente, e o prurido que lavrava entre os literatos que ardentemente desejavam aparecer e tornar-se conhecidos pelas suas produções. Eles podiam manifestar por outro modo o seu contentamento e satisfação, mas aproveitavam-se das circunstâncias para porem em prática o sonho de sua ambição; e, se no dia seguinte a academia desaparecia e para sempre, submergida no oceano dos tempos, restava ao menos a esperança de nova reunião sob novo pretexto, e as leituras passadas eram o tema favorito das palestras, que duravam anos. Enquanto a fênix não renascia, lavrava ao menos o incêndio sob as suas tépidas cinzas.

A idéia dessa sessão solene, que foi pomposamente denominada *Ato Acadêmico Panegírico*,³ partiu de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, que

¹ *Júbilos da América, Pról. ao Leitor*. (N. do A.) [Essas informações encontram-se já na página de rosto dos *Júbilos da América*, obra reeditada em 1974 por José Aderaldo Castello, em *O Movimento Academicista no Brasil; 1641-1820/22* (São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1974. v.II. t.1.). O conteúdo da página de rosto, nesta edição, vem na página 9, e o "Prólogo ao Leitor", nas páginas 16-30. As páginas desta edição mais recente em que se encontram os textos citados foram por nós indicadas entre colchetes. Quando Joaquim Norberto não fornece a informação, acrescentamos a indicação da página, na edição mais recente, também entre colchetes.]

² *Programa Histórico. Rev. Tr. do Inst. Hist.*, t.I, pág. 87. (N. do A.)

³ *Carta Circular Para os Acadêmicos. Júb. da Amér.* pág. 1 [p.47]. (N. do A.)

passava por homem erudito, muito aceito do governador,⁴ e como autor apontam-se muitas obras que saíram da sua pena;⁵ às suas instâncias aceitou o Padre-Mestre Francisco de Faria, da Companhia de Jesus,⁶ a presidência, ficando como secretário o Dr. Manuel Tavares de Siqueira e Sá.⁷ O Governador Gomes Freire de Andrada, depois de hesitar por algum tempo, não só consentiu como aprovou a escolha de tão famigerados senhores para os primeiros cargos da sociedade. Feliciano Joaquim de Sousa Nunes mostrou-se incansável e auxiliou o secretário nos trabalhos inerentes a seu cargo.⁸

⁴ “Era sujeito que tinha merecimento e felicidade de ser bem aceito a S. Ex. pela verdade, zelo e isenção rara com que exercia o ofício de almoxarife dos armazéns desta cidade, em que por S. Ex. fora provido, e de que pudera extrair grandes conveniências e coonestá-las ou pretextá-las com o tênue ordenado do mesmo ofício, improporcionado ao mesmo trabalho, se o servira segundo o estilo do país; mas, por não se conformar com o seu gênio, desistiu.” *Júb. da Amér., Pról. ao Lector*. [p.19] (N. do A.)

⁵ Sei pelo menos que escreveu *Relação Panegírica Dedicada a Gomes Freire de Andrada, Sobre a Procissão do Triunfo Felta Pelas Freiras do Novo Convento de Nossa Senhora da Ajuda*, e também *Discurso Crítico, Político e Histórico Contra a Loquacidade Valdosa, a Favor do Silêncio Prudente, Dedicado ao Mestre-de-Campo André Ribeiro Coltinbo*. (N. do A.) [Sacramento Blake (*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, 1970, v.2, p.321-323) fornece a bibliografia do autor mencionado.]

⁶ Falando deste padre-mestre, diz o editor dos *Júbilos da América*: “Um padre-mestre, cujo magistério temem os Platões, os Gassendos, os Descartes e todos os mais corifeus das escolas e sistemas antigos e modernos.” *Pról. ao Lector*. [p.18] E fala-se nos elogios com que a *camaradagem* do tempo de hoje entretém o público! (N. do A.)

⁷ Juiz de fora, que foi à vila do Redondo na província do Alentejo, e ex-ouvidor geral da comarca de Paranaguá. Ao princípio o Dr. Manuel Tavares de Siqueira e Sá recusou-se a aceitar o cargo de secretário desta improvisada academia; cedeu depois às seguintes linhas do Padre Francisco de Faria: “Meu venerando senhor. Estando a ponto de me ir lançar aos pés de V.m., chega o Sr. general a este colégio, e a todos nos impede qualquer operação fora de sua assistência. O meu negócio é de revelar a V.m. um lance não só de ostentar a sua insigne literatura, mas de agradar ao mesmo general. Tem-se disposto um ato acadêmico a este senhor com gosto seu; e, sendo eu injustamente eleito para presidente, julgo que não posso sair bem sem a influência do lado de V.m. no cargo de secretário. Isto desejo, isto quero, isto lhe rogo, esperando da sua benevolência dar-nos a todos um gosto universal. Não me posso dilatar pela referida causa. Fique o mais para a vista; e, como esta se me dificulta antes do primeiro do seguinte mês, por particulares exercícios e cerimônias da religião, nesse dia procurarei avistar-me com V.m. para conferirmos o que nos importa. No entanto recomendo-me na sua graça.

Deus a V.m. guarde quanto lhe desejo.” [p.50] (N. do A.)

⁸ Foi talvez o mais modesto de todos os acadêmicos; promoveu o ato, mas não figurou nele. Depreende-se que era brasileiro pelas seguintes expressões do Dr. M. T. de Siqueira e Sá: “Lançando esta feliz engenho na composição da memorada *Relação Panegírica*, mão das mais fragrantas flores dos pênseis mais amenos da retórica, para delas tecer a mais engenhosa grinalda, com que coroou a sua ditosa pátria, *quae tanto se jaciât alumno*, estendendo a sua glória de breves dias pelos dilatados espaços da eternidade, erigindo-lhe um monumento *aere perennius* à futura posteridade.” *Júb. da Amér., Pról. ao Lector*. [p.20] (N. do A.) [A palavra “pênseis”, no texto de Joaquim Norberto, vem grafada “pensis”.]

Bem depressa a notícia espalhou-se por toda a capital do Rio de Janeiro. Era por certo uma novidade para os seus ainda mais instruídos habitantes. Expediu-se uma circular a todas as pessoas capazes de empunhar a pena e de tomar parte no certâmen literário em honra do virtuoso Gomes Freire de Andrada,⁹ e, em vez de deixar-se o campo livre, para que cada um pudesse divagar à sua vontade, tolheu-se o vôo às musas, circunscrevendo-se o estádio que deviam percorrer.¹⁰ Eram pelo

⁹ A *Carta Circular Para os Acadêmicos*, redigida pelo Dr. M. T. de Siqueira e Sá, é a seguinte:

"Desejando os ânimos generosamente gratos desta cidade fazer uma pública demonstração de quanto vivem completamente satisfeitos do feliz governo do Illm. Exm. Sr. Mestre-de-Campo General Gomes Freire da Andrada, e do quanto se congratulam e comprazem das especiais honrarias com que o nosso soberano se digna distingui-lo no emprego de primeiro comissário e árbitro superintendente da demarcação dos domínios meridionais americanos das duas coroas fidelíssima e católica: têm determinado (com beneplácito do mesmo senhor, sempre apesar da sua modéstia) dedicar-lhe uma ato acadêmico panegírico, em que presida o Padre-Mestre Francisco de Faria, da Companhia de Jesus; e, como V.m. é um dos acadêmicos do número seletos, sou obrigado a comunicar-lhe os assuntos que se hão de discorrer, e são os do extrato incluso, com as leis que acerca do metro e língua nele se prescrevem, convém a saber: na latina, epigramas; e na portuguesa e espanhola, sonetos, oitavas e romances hendecassílabos.

Não posso duvidar que V.m., como igual e justamente empenhado nos obsequiosos aplausos de S. Ex., há de ter a bondade de fazer este ato ático e lustroso com as afluentes produções de seu apolíneo engenho, e, podendo ser, condecorá-lo também com a sua respeitável pessoa no dia 30 do corrente mês de tarde, em uma das salas do palácio, onde se há de representar com assistência da corte militar e política.

Advertindo que as obras devem ficar em meu poder até ao dia 25 para, como secretário (indignamente eleito) da academia, as pôr em ordem, e poder no ato de recitá-las excitar-lhe de alguma sorte os enteus espíritos de que se animarem." [p.47]

Dirigiram-se também circulares ao reitor do colégio dos jesuítas, Roberto Campos, ao prior do convento de N. Sra. do Carmo, e aos prelados do mosteiro de S. Bento e do convento de Santo Antônio, para que houvessem de licenciar os padres que haviam sido nomeados acadêmicos do número seletos e a alguns outros religiosos amantes das letras ou devotos das musas, para concorrerem igualmente ao ato acadêmico. (N. do A) [Essas cartas podem ser encontradas às p.48-50.]

¹⁰ Os assuntos de que se devia tratar foram formulados pelo padre-mestre presidente da academia. "Há dias, escrevia ele ao Dr. Secretário, há dias que trabalho para reduzir à boa forma os assuntos que devemos seguir. Faltam-lhe as últimas notícias, das quais está encarregado Feliciano Joaquim, prometendo dar-me hoje por noite. Desejo sumamente ver-me já livre deste prelúdio, para poder tratar de mim. Entretanto mande V.m. ir trasladando as cartas já para determinadas pessoas, ficando ainda os claros para os dias cuja determinação irá com os referidos assuntos. O método das cartas está ótimo, e basta que V.m. o dirigisse: só me parece que nas mesmas cartas se insinue a diversidade de idiomas e metro, porque desejo que a pauta vá livre e só crivada dos assuntos. Item, será justo dar o citote, não só ao colégio mas também às outras comunidades religiosas, assim para que gemam conosco, como para que se não queixem de que não têm lugar na memória dos doutos." [p.50-51]

Os assuntos dividiram-se em máximas cristãs, máximas políticas e máximas militares, e são as seguintes:

MÁXIMAS CRISTÃS

A primeira parte do tempo para Deus. Quando desperta pela manhã, a sua primeira oração é rezar o ofício Passo de Nossa Senhora, e fazer as suas costumadas orações, sem que o interrompa outro cuidado.

Fundar casa em Deus. Tem fundado o convento de Nossa Senhora do Desterro para as religiosas de Santa Teresa, no qual emprega o que lhe resta dos gastos ordinários da sua casa, além das mesadas com que assiste, há muitos anos, para a sustentação das que hão de ser religiosas no mesmo convento.

Atribuir tudo a Deus. Costuma dizer que não pode acontecer-lhe desgrça que o perturbe, porque, estando certo que a sua intenção é fazer em tudo o melhor serviço de Deus e de el-rei, receberá qualquer adversidade por prêmio especial de quem só sabe o que lhe convém para sua salvação.

O que se dá a Deus dá-lo totalmente. No convento que fundara para as religiosas de Santa Teresa não consentiu que se gravasse o seu nome, dizendo que o autor da obra era Deus, cujo nome, e não o das criaturas, se deve engrandecer.

A virtude de quem governa deve ser pública. Ouve missa regularmente todos os dias em igreja pública, para mover a outros com o seu exemplo. Quando fundava o seu palácio, ordenou as portas de sorte que em nenhum tempo pudessem servir, sem serem vistos e observados os que por elas entrassem.

MÁXIMAS POLÍTICAS

A verdade é a alma das ações. Costuma dizer que não pode haver motivo nem respeito que o obrigue a dizer o contrário do que julga, porque está certo que com isto agrada a Deus e a el-rei.

Do povo só o respeito. Para conservar o seu respeito é constante não haver recebido em tantos anos de governo outro emolumento fora de seu ordenado. Fez voltar uma borracha de ouro que das Minas se lhe mandava com o pretexto de novo descobrimento, e por se não faltar ao estilo praticado com seus antecessores, dizendo que não achava no seu regimento nem na lei de Deus capítulo algum para aceitar semelhantes ofertas; que o exemplo de seus antecessores não podia servir-lhe de lei. Mandando-lhe certa pessoa uma pedra cravada de diamantes, respondeu que aquela pedra ia parar melhor às mãos de el-rei; e com efeito, pelo secretário de estado, a fez apresentar em nome da mesma pessoa que lha mandou.

Fazer-se temido pela justiça e amado pelos benefícios. Tendo sobre seus ombros o governo vastíssimo de três capitanias, a todas governa, como se em cada uma estivesse presente; porque, ainda aquelas de que está ausente, só com o conhecimento de que ele as governa, se conservam na regra em que as tem posto. Ao mesmo tempo em que todos o temem, todos o amam, porque todo se emprega no bem público. Esgotou a cidade por meio de uma vala, de todas as águas que faziam a sua habitação menos saudável. Reparou o aqueduto, donde bebe a cidade, fazendo outro de maior magnificência e duração. Procura e persuade a ereção dos templos e simetria dos edifícios, para estabelecer igualmente o culto divino e formosura da cidade.

Três conventos se quiseram introduzir nas capitanias de seu governo; mas, atendendo ao prejuízo do povo, de que el-rei não estava informado, replicou a eles e ficaram suspensos.

Vagaroso em resolver, constante em executar. As matérias que são do real serviço e da justiça nunca resolve senão depois de maduro conselho e muita ponderação. Depois de as resolver, não há quem o incline ao contrário, dizendo, como se lhe tem ouvido, que: "Quem governa não deve ter mais amigos que a sua consciência e a sua honra."

Merecer o prêmio, mas não pedi-lo. Causa admiração quanto tem servido e quanto tem merecido em dezenove anos de governo. Tem conseguido o agrado continuado de dois reis, de diversos ministros e tribunais, sem alteração do primeiro conceito do seu merecimento. Todos os anos empreende a viagem das Minas, sem reparar em trabalho para satisfazer os negócios que pendem da sua presença. Estabeleceu o contrato real dos diamantes em Pilões, Rio Claro e Caiaçó, vencendo nesta expedição, com incrível celeridade, mais de seiscentas léguas.

Sendo tão relevantes os seus serviços, nunca requereu o prêmio deles, porque diz que: "Não é bem desconfiar do agradecimento dos reis." Muitas vezes se lhe ouviu dizer que de Deus esperava o prêmio principal, pela tenção com que obra; que dos reis da terra só queria uma porção suficiente, com que passar o restante da vida com honra.

Foi atendida esta resignação heróica com diversos prêmios.

1ª. Fiou dele o soberano o governo de três capitanias, que em outros tempos se governavam por outros tantos sujeitos.

menos as precauções do governo colonial, que temia o desenvolvimento do pensamento, a liberdade da palavra à sombra dos louros do general, e, pois, ao mesmo tempo que se marcava até o metro e gênero de poesia,¹¹

2º. Concedeu-lhe a nova mercê de mestre-de-campo general, em cujo cargo completaram felicíssimos dias seu ilustre pai o Sr. Bernardino Freire de Andrada e seu ilustríssimo tio o Sr. Gomes Freire de Andrada.

3º. Conservou nele o governo das mesmas capitanias, ainda ausentando-se para tão longe.

4º. Fiou dele o seu poder e os seus tesouros, fazendo-o comissário absoluto na demarcação da América Meridional, cometendo à sua prudência a disposição de governos subalternos, consignação de ordenados e toda a despesa necessária a seu arbítrio, sem a obrigação de dar contas.

5º. Tem aproveitado o seu sangue até à última gota no seu real serviço, mandando o seu último irmão o Sr. José Antônio Freire de Andrada para o mesmo fim, em sinal de que se dá por tão satisfeito da honra e fidelidade com que sempre o serviram os mais irmãos que se mais Freires houvesse de mais se aproveitara.

MÁXIMAS MILITARES

A verdadeira glória pela arma. Versando a Universidade de Coimbra e ouvindo o estrondo da guerra, que principiou em 1704, de tal sorte se acendeu em desejos de conseguir glória pela espada que, repudiando os estudos, em que fazia notáveis progressos, passou logo ao Alentejo em 1707 e militou 23 anos naquela província em praça de soldado e capitão de cavalos, servindo de estímulo a seu ardente espírito a lembrança de seus ascendentes celebrados pelas armas.

Amar igualmente a honra e o perigo. Achou-se presente em todas as batalhas, choques e revoluções desta guerra, em que se distinguiu o seu valor com as últimas provas de ser ferido e prisioneiro.

Na paz e na guerra a mesma vigilância. Entrando no governo do Rio de Janeiro, todo se aplicou à sua fortificação, edificando a famosa fortaleza da Ilha das Cobras, reduzindo as outras a melhor forma; aumentou as milícias, abriu aula de engenharia, deu ilustrações, ensinou as evoluções e operações mais importantes, que até ao seu tempo se ignoravam. Estabeleceu nos três regimentos desta praça tal disciplina e asseio militar, que são os mais florentes nas conquistas. Como perfeito general, não só assiste com pronto e regular pagamento às tropas que lhe são subordinadas, mas aumenta com eficácia aos beneméritos, não deixando sem prêmio os que se assinalam no serviço.

Valor e diligência seguram a vitória. Sendo sitiada pelos espanhóis a praça da colônia do Sacramento, acudiu à sua defesa com a mais pronta diligência, mandando socorros de gente, embarcações, petrechos e víveres, com todas as direções conducentes a uma feliz vitória. Esta se conseguiu pela resistência da praça, que fez baldadas as operações do inimigo, devendo-se a reputação de nossas armas ao influxo de um general que sabe vencer ausente, só com o respeito de seu nome.

Do inimigo recear sempre. No estado da mais estreita união entre as duas coroas fidelíssima e católica, não cessa das providências militares, mandando sucessivamente para a mesma colônia novas instruções e novos transportes de gente e munições, para evitar os acidentes funestos que se originam do descuido. Obra de tal sorte seu belicoso espírito, que só parece padecer violência quando lhe falta nesta América campo e ocasião competente de vitórias e triunfos." [p.75-79] (N. do A.)

¹¹ Pela carta do Padre-Mestre Francisco de Faria, já transcrita em a nota antecedente, vê-se que a designação do metro, gênero de poesia e línguas em que deviam escrever os acadêmicos foi redigida pelo Dr. secretário Siqueira e Sá; e vem nos *Júb. da Amér.*, pág. 57 [p.79], sob o pomposo título: *Leis que se Devem Observar nas Poesias.* Essas leis são as seguintes:

"Na língua latina se discorrerão os assuntos em epigramas ou hexâmetros.

Na portuguesa ou espanhola em sonetos, oitavas e romances hendecassílabos.

Roga-se muito aos senhores acadêmicos que se afastem o menos que puderem dos assuntos propostos, pois neles têm amplo e fértil campo por onde espaçar-se, escolhendo e colhendo as flores que mais lhes agradarem para a composição de seu favo." [p.79] (N. do A.)

pedia-se mui encarecidamente aos acadêmicos que se não afastassem dos assuntos propostos, com frases tão doces que mal posso resistir às tentações de reproduzi-las. “Nos assuntos próprios, diziam eles, têm os senhores acadêmicos amplo e fértil campo por onde espaçar-se, escolhendo e colhendo as flores que mais lhes agradarem para a composição de seu favo.”

No dia marcado, 30 de janeiro de 1752, um brilhante concurso afluíu ao palácio do governador; todas as classes da cidade aí estavam representadas; era o povo e a nobreza da colônia; e o clero, tão instruído naquele tempo, vinha também depor aos pés do virtuoso Gomes Freire de Andrada as produções de seu espírito, os versos compostos em latim, espanhol e português, sob o título de musa jesuíta, beneditina, seráfica e carmelitana. No meio dessa ilustrada multidão distinguia-se a figura nobre e elegante do governador, rodeado dos seus ajudantes de ordens e das principais autoridades; e entre os acadêmicos, que tinham à sua frente o seu presidente e o seu secretário, viam-se varões distintos não só pela sua posição na sociedade como pelos seus conhecimentos e talentos. Contavam-se entre eles o reverendo Dr. Miguel da Costa Ribeiro, que como poeta e orador gozava da estima dos seus contemporâneos,¹² o Capitão Tomás José Homem de Brito, militar brioso, que cultivava as musas e que por sua conversação amena e instrutiva sabia angariar simpatias;¹³ o reverendo Reitor Antônio Nunes de Siqueira, mestre da capela, examinador sinodal, e estimado pela sua fina crítica, por seus versos, compostos em várias línguas, e por seu apurado gosto pela música;¹⁴ o

¹² Além da carta em resposta à circular, *Júb. da Amér.*, pág. 11 [p.52], dirigiu este acadêmico ao secretário da academia pequeno artigo elogiando a dedicatória e prólogo da coleção. Id., pág. 33 [p.63]. Concorreu com um soneto em castelhano, pág. 204 [p.169-170], e um romance em versos hendecassílabos, pág. 186 [p.163-169], no qual se lê o seguinte quarteto:

“Tudo o que este vasto e grande império
Nobremente o admira, ilustra e realça,
São idéias de Gomes, por que seja
Lá da Europa o Brasil antonomásia.” [p.168]

Na coleção *Júb. da Amér.* há também dele um romance heróico em louvor do secretário da academia, pág. 337. [p.246-247] (N. do A.)

¹³ Era natural da vila de Setúbal; foi educado em Lisboa, donde se passou para o Brasil. *Carta em Resposta à Circular, Júb. da Amér.*, pág. 17. [p.55] Compôs para essa ocasião cinco sonetos, que se acham de pág. 266 a 270 [p.205-207]. (N. do A.)

¹⁴ Foi ele quem corrigiu grande parte das poesias que formam a coleção *Júb. da Amér.*, e o título dessa obra partiu dele. Carta ao Dr. M. T. de Siqueira e Sá, pág. 23. [p.57-58] Compôs um romance em verso hendecassílabo, pág. 207 [p.171-172]; três sonetos em português, pág. 210 a 212 [p.173-174]; e um epigrama latino, pág. 213 [p.174]; fez também um romance em louvor do secretário, pág. 339 [p.247-250]. (N. do A.)

Dr. Francisco de Almeida Jordão, tradutor de muitas obras científicas;¹⁵ o Dr. Mateus Saraiva, pró-físico-mor, tão célebre pela sua instrução como pelo seu estilo difuso e gongórico;¹⁶ o erudito Dr. Simão Pereira de Sá, procurador da coroa e fazenda, e que gozava dos foros de historiador;¹⁷ os Drs. Antônio Antunes de Meneses;¹⁸ Fernando José da Cunha Pereira;¹⁹ Francisco Correia Leal;²⁰ João de Castilho de Sousa Botafogo;²¹ Pedro da Silva Rosa²² e Tomás Rubi de Barros Barreto;²³ os Padres-Mestres Antônio José Gomes da Costa;²⁴ Domingos Lourenço de Castro²⁵ e Rodrigo de

¹⁵ Em português, e dele faz menção o Abade Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana*, t.II. Traduziu algumas obras sobre jurisprudência, e tinha em sua vida mais de 70 volumes de manuscritos preciosos e raros, *Carta em Resposta à Circular*, pág. 26 [p.58-60]. Remeteu para ser lido um romance hendecassilabo, pág. 291 [p.220-222], bem como outro dirigido a José Antônio Freire de Andrada, governador da capitania de Minas Gerais, pág. 296 [p.223-224]; três sonetos, dois em português, pág. 294 e 295 [p.222 e 223], e um em espanhol sob a extravagante denominação *joco-sério hermaphrodito*, talvez por ter sido composto em nome da *hermana portera (extra claustra) del convento de la Ayuda*, pág. 298 [p.224-225]; e uma décima ao secretário da academia, pág. 294 [p.225]. (N. do A.)

¹⁶ Português, do qual faz menção o Abade Barbosa Machado na *Bib. Lus.* Era sócio da real sociedade de Londres. Além de longa e difusa carta que dirigiu ao secretário, pág. 28 [p.60-62], escreveu seis sonetos sobre os assuntos dados, pág. 230 a 235 [p.183-185], e um ao presidente da academia, pág. 305 [p.228]. (N. do A.)

¹⁷ Era também promotor do juízo da provedoria das capelas e resíduos desta cidade. Tinha já escrito muitas obras, que esperava dar ao prelo, tais como *História Topográfica e Bética da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* e *Sabedoria Perfeita e Tardes Conversadas*. Também trabalhava na *História Cronológica do Bispado do Rio de Janeiro* e outras muitas obras. Nos *Júb. da Amér.* acha-se a carta que dirigiu ao secretário, pág. 21 [p.56-57], e um romance heróico, pág. 285 [p.216-218]. (N. do A.)

¹⁸ São dele três epigramas latinos publicados nos *Júb. da Amér.*, pág. 277 e 278 [p.211-212]; uma oitava, pág. 278 [p.212]; quatro sonetos, pág. 279, 280, 283 e 284 [p.213 e 215-216]; e um romance heróico, pág. 281 [p.214-215]; bem como o soneto ao presidente da academia, pág. 304 [p.227-228]. (N. do A.)

¹⁹ É dele o romance hendecassilabo em louvor ao secretário que vem nos *Júb. da Amér.*, pág. 359 [p.260-263]. (N. do A.)

²⁰ Tem dois epigramas latinos nos *Júb. da Amér.*, pág. 213. (N. do A.) [Na segunda edição dos *Júbilos*, só há um epigrama latino desse autor, à p.174.]

²¹ Autor do romance hendecassilabo, *Júb. da Amér.*, pág. 247 [p.192-194]. (N. do A.)

²² Deu para a coleção quatro sonetos em português, pág. 225 a 228 [p.180-182], e um em espanhol, pág. 229 [p.182], e décimas ao presidente, pág. 302 [p.227], e o canto que intitulou *Isla de las Cu(l)lebras*, pág. 300 [p.225-226]. (N. do A.)

²³ Idem, idem, pág. 306. (N. do A.) [Na segunda edição dos *Júbilos*, às p.228-236, encontram-se quinze sonetos desse autor.]

²⁴ Fluminense, licenciado em filosofia e teologia. É dele o *Aplauso Métrico* impresso nos *Júb. da Amér.*, pág. 347 [p.252-254], bem como o soneto ao secretário que vem à pág. 357 [p.259]. (N. do A.)

²⁵ Figura com sete sonetos nos *Júb. da Amér.*, sendo o último *quater-acróstico*, pág. 214 a 220 [p.175-178]. Parece ser natural do Rio de Janeiro:

“E o nosso Rio
Nesse aplauso vos dá diuturnidade.” (N. do A.)

Seixas Brandão;²⁶ o Capitão Antônio Cordeiro da Silva;²⁷ os Freis Manuel de Nossa Senhora do Monte do Carmo²⁸ e Manuel da Encarnação, por antonomásia o *clérigo*;²⁹ bem como José Pereira Leão, que, sem pergaminhos, buscara esconder-se sob o anônimo.³⁰

Os padres jesuítas, os frades franciscanos e carmelitanos e os monges beneditinos apresentavam-se sob o pseudônimo de musas com as denominações de suas ordens.³¹

Entre esses varões notava-se uma jovem; era a musa cega, Ângela do Amaral, a quem o talento do improvisado em poesia compensara de alguma sorte o fatal destino de seu nascimento!³²

Com pesar viam os acadêmicos vazios os lugares que eram destinados a varões da mais elevada reputação, tais como o Dr. Gaspar Gonçalves de Araújo, deão da sé, chamado pelos seus numerosos anos o Nestor

²⁶ Fez um soneto *Júb. da Amér.* pág. 236. (N. do A.) [Na segunda edição, às p.186-191, há vários poemas desse autor – cinco sonetos, um romance heróico e um romance acróstico.]

²⁷ Os *Júb. da Amér.* contêm quatro composições poéticas deste acadêmico, sendo um soneto, pág. 249 [p.194], um romance hendecassílabo, pág. 250 [p.194-196], oito oitavas sobre vários assuntos, p. 263 [As oito oitavas que vêm na segunda edição, às p.203-205, são seguidas pela sigla S.I.A, que significa “sem indicação de autor”.], e o canto em oitava rima a que deu o título de *Sítio da Colônia*, pág. 253 [p.197-203]. No seu romance hendecassílabo muito elogia a Gomes Freire de Andrada pelos seus serviços prestados a esta cidade:

“Diga-o esta cidade auripotente,
De quem vós tanto procurais o alinho,
Já na indução dos templos sacrossantos,
Já no esplendor dos claros edifícios.

Diga-o esse lavabro subterrâneo,
Cujo acertado e útil opifício
Indica da saúde os incrementos,
Mostra da impuridade os exterminios.

Diga-o esse aqueduto, mais soberbo
Que aquele obrado por Sertório invicto
Lá na excelsa cidade, a quem circundam
Os fecundos, gentis campos elísios.” [p.196] (N. do A.)

²⁸ Pregador. Escreveu dois sonetos, *Júb. da Am.*, pág. 205 e 6 [p.170-171]. (N. do A.)

²⁹ Compôs um epigrama latino, pág. 321 [p.236-237], e um soneto, pág. 232. (N. do A.) [Desse autor há outros poemas, às p.237-245, e não apenas um soneto, como afirma Joaquim Norberto.]

³⁰ Autor de um soneto, *Júb. da Amér.* pág. 246 [p.192]. (N. do A.)

³¹ A musa jesuítica figura com poesias em todas as três línguas marcadas, pág. 133 a 173 [p.125-150]; a beneditina, com poesias latinas e portuguesas, pág. 174 a 184 [p.151-156]; a seráfica, pág. 185 a 188 [p.157-159], e a carmelitana, pág. 189 a 191 [p.159-160] só com poesias latinas. (N. do A.) [Na segunda edição dos *Júbilos* não há indicação do ponto onde se encerra a musa carmelitana, embora isso seja fácil de localizar.]

³² D. Ângela do Amaral Rangel, natural do Rio de Janeiro, já foi por mim tratada com mais especialidade nas *Brasileiras Célebres*. Nos *Júb. da Amér.* acham-se dois sonetos seus, pág. 271 e 72 [p.207-208]. Também compôs dois romances líricos em espanhol, pág. 273 e 275 [p.208-211]. (N. do A.)

brasilio,³³ e que passava pelo mais célebre jurisconsulto de seu tempo;³⁴ o Dr. Roberto Car Ribeiro, desembargador dos agravos da casa da suplicação e juiz do fisco, e que poetizava tão bem em português como em espanhol;³⁵ o Dr. Inácio Gomes de Lira Varela, que ainda no leito das dores invocava a poesia para se mostrar grato ao seu grande benfeitor.³⁶

Outros varões ilustres pelo seu saber deixaram de fazer parte desta academia ou por simples esquecimento, ou porque não gozassem do comércio com as musas, ou por outras circunstâncias; tais eram por sem dúvida o reverendo Capelão Antônio Esteves Ribeiro,³⁷ o reverendo Dr. Inácio Manuel da Costa Mascarenhas, vigário da freguesia da Candelária, e que no púlpito era então ouvido com muito gosto;³⁸ o juiz

³³ Nestor: lendário rei grego de Pilos, na Messênia, que recebeu de Apolo o dom de viver o equivalente a três gerações.

³⁴ *Júb. da Amér.*, pág. 9 [p.51-52]. Negou-se igualmente a concorrer com os seus escritos em consequência das suas enfermidades e de seus avançados anos. "Verdadeiramente seria grande o meu prazer, escrevia ele, se me achara esta honra com menos dez anos de idade e com mais talento, para ao menos assistir a tão douta academia, porque, além do gosto, teria a utilidade de aprender as regras e os preceitos dela; mas hoje, na consternação em que me vejo, serve o convite de acrescentar-me a pena de não poder lograr tão plausível dia, porque a debilidade das potências e perturbação dos sentidos já me não dão tempo livre para ajustar a importante conta que devo dar a Deus de noventa anos de mal empregada vida." *Carta ao Dr. Manuel Tavares de Siqueira e Sá. Júb. da Amér.* pág. 10 [p.51-52]. (N. do A.)

³⁵ "Mil dificuldades me violentam a não ir presenciar esse admirável ato, cujas singularidades, quanto cabe na minha pequena compreensão, cá fico, ainda que toscamente, ideando, e desejando ler depois as estupendas produções de tantos belos engenhos. Bem sei que não mereço conseguir tanto. Contentar-me-ei com aquela idéia e dir-se-á de mim:

...Rerum que ignarus imagine gaudet."

Carta em Resposta à Circular. Júb. da Amér. pág. 18 [p.53-54].

Contudo o ilustre desembargador mandou algumas poesias para serem lidas nesse ato. São quatro sonetos, sendo três em espanhol e um em português. *Júb. da Amér.* pág. 192 a 195 [p.161-163]. Além desses escreveu também outro em português, em resposta ao que lhe dirigiu o doutor secretário; ambos limitaram-se aos trocadilhos sobre as palavras *Rio*, nome da nossa cidade e *Ribeiro*, apelido do desembargador. *Júb. da Amér.* pág. 125 [p.120-121]. (N. do A.)

³⁶ "Há sete meses padeço continuamente atuais e excessivas dores de gota, que me privam de todas as operações e só me permitem a cama; estas se têm feito mais intensas por me ver impossibilitado de ir aos pés de V.m., onde prostrado podia melhor expressar a escravidão que lhe professo. Este mesmo o motivo por que não pude fazer mais que forjar esses quatro sonetos, que vão sem lima alguma. Se se puderem suprimir, em ordem a que não vão ofuscar tão lustroso ato, o estimarei." *Carta em Resposta à Circular* pág. 21 [p.55-56]. Os sonetos que fez vêm à pág. 221 a 224 [p.178-180]. (N. do A.)

³⁷ Além da carta que dirigiu ao secretário, pág. 34 [p.63-64], publicou-se na mesma coleção dos *Júb. da Amér.* um soneto àquele seu distinto amigo, pág. 35 [p.64]. (N. do A.)

³⁸ Deste distinto brasileiro fala o Abade Barbosa Machado na *Bib. Lus.* t.1^o. Na carta que dirigiu ao secretário parece queixar-se do esquecimento que houve a seu respeito: "Fico obrigadíssimo ao desejo, que me significa ter de associar-me ao número de pessoas tão honradas, doutas e seletas; mas quem dirigiu a nomeação delas justamente previu que de acadêmicos tão famigerados não haviam obras que, para parecerem eminentes, necessitassem de sombras que as fizessem sobressair, que é só o para que podiam servir as minhas, porque ingenuamente confesso que, mal sabendo abrir os livros em outras matérias, nas poéticas não sei nem buscá-las." *Júb. da Amér.* pág. 37 [p.64-66]. (N. do A.)

de fora da vila de Santos, Manuel da Cunha de Andrada e Sousa, já conhecido pelas suas obras panegirísticas;³⁹ João de Afonseca da Cruz, provedor da real fazenda e intendente das minas de Cuiabá, e estimado pelos seus conhecimentos.⁴⁰

O presidente abriu a sessão com um discurso inaugural sob o título de *Oração Panegírica ao General Gomes Freire de Andrada*. A sua linguagem é fluente e muitas vezes poética, e o estilo florido chega até a ser sublime, sem degenerar em guindado, que era a pecha do tempo, e tecendo tantos e tão merecidos elogios soube ser justo sem que lhe pudessem taxar o discurso de eivado de lisonjas.

“A idéia com que eu vos concebo, disse ele, não poderá turbar vosso agrado, porque, dirigindo-me pelos ditames da linguagem sincera, não me proponho um herói sobre toda a humana criatura, exaltado por novas e inauditas veredas da virtude; proponho-me um perfeito observador das obrigações que professais, ou vos considere católico, ou vos considere político, ou vos considere soldado. Esta é a imagem mais clara, e mais ajustada ao mesmo tempo, que sois e quereis ser; funda-se na experiência dos presentes para convencer a fé dos vindouros. Sois louvado, mas pelas virtudes que a todos se prescrevem.”⁴¹

Para ele seria grande gratidão que tantas virtudes deixassem de ser trazidas a público teatro, com geral aprovação, fervor e alegria de todos, só para satisfazer a modéstia do herói, e que a posteridade perguntasse: – Quem fez tanto e quem agradece tão pouco? – Dirigindo-se ao ilustre governador, o hábil panegirista achara nas mercês, com que a majestade havia galardoado por tantas vezes o seu mérito assinalado, a base segura em que se firmava o grande ato que celebravam.

³⁹ Era português, e dele faz menção o Abade Barbosa Machado na *Bib. Lus.* t.3.^o, pág. 241, como autor do *Panegírico Encomiástico ao Padre-Mestre Francisco de Santa Maria* e do *Epítome Histórico e Panegírico da Vida, Ações e Morte do Bispo de Elvas Dom Antônio Mendes de Carvalho*. Preferia, talvez, ao título de *Júb. da Amér.*, que se deu à coleção, o de *Coro das Musas Fluvianas*. A carta que escreveu ao secretário, pág. 40 [p.66-67], termina assim: “Digna e mui digna da luz se faz essa coleção para que conheça o mundo que a nobilíssima cidade do Rio de Janeiro sabe ser agradecida ao seu ilustríssimo governador, que tanto tem concorrido para o seu aumento, ornato e civilidade, com expensas não só de seu cuidado, mas do seu patrimônio, e também para que se veja na Europa que a rica América abunda de engenhos de toda a casta.” [p.67] (N. do A.)

⁴⁰ Era natural da vila de Aveiro em Portugal, e teve o mau gosto de ser familiar do Santo Officio do número. É dele a carta longa e difusa que vem nos *Júb. da Amér.* pág. 41 [p.68-71], precedida de exageradíssimo elogio ao coletor. (N. do A.)

⁴¹ Na segunda edição dos *Júbilos*, a “Oração Panegírica ao General Gomes Freire de Andrada” vem às p.79-96 e traz, ao final, a sigla S.I.A. (sem indicação de autoria). O trecho aqui citado vem à p.80.

“Nem menos, continuava ele, nem menos devemos seguir o juízo público de um soberano, que nos ensina a regular as vozes pelo conceito com que vos pesa. Quando vos remunera com real grandeza, quando vos exalta à suprema prefeitura dos seus exércitos, quando vos comete a demarcação dos seus limites na América Meridional, quando vos entrega os seus tesouros e vos participa a sua mesma jurisdição, que outra coisa faz senão publicar com eficaz eloquência quanto sois? Na mão soberana depositou a fortuna o modo de persuadir mais convincente; um pequeno prêmio daquela mão é mais eloquente que todo o artifício do estado: como, pois, calaremos no concurso de tantos prêmios? O rei precedeu; nós seguimos, porque a culpa de ofender a vossa modéstia não poderá contrapesar com o delito de não seguirmos o seu exemplo.”⁴²

Os claustros eram entre nós o asilo da liberdade nos tempos coloniais, e a voz do púlpito troava livremente; o clero não comungava as idéias do absolutismo, e os jesuítas, os propugnadores da independência americana, como que se reservavam a uma missão sublime e grandiosa em nossa pátria, que o astuto Marquês de Pombal apercebeu e tratou de aniquilar. Nestas sublimes palavras, em que o panegirista mostra a religião cristã como segura base dos governos, condena ele a política maquiavélica que tão prejudicial havia sido à Europa, e louva o pacífico governo do ilustrado general.

“A religião, são palavras suas, e a piedade católica é a base em que subsiste a firmeza dos governos. É um espírito de vida que recebem do céu os que governam; que lhes enche o entendimento de luzes, o coração de amor e justiça divina, a casa de santidade e os povos de bênção. Com semelhantes documentos ilustrava Sinésio os primeiros anos de Arcádio, deixando-os em lembrança para luz dos que nasceram para o governo público. Porém que ditames e que máquinas não tem inventado a malícia contra uma verdade tão sólida! Ainda soa com horror a nossos ouvidos a doutrina pestilente daquele espírito, que prometendo instruir a um príncipe em consumada política, nada menos fez do que perdê-lo a ele, e a muitos. ‘O príncipe que se quer conservar, escreve o ímpio mestre, aprenderá poder alguma vez ser mau e praticá-lo, segundo pedirem os negócios.’ E nos discursos do governo dá a entender claramente que deve o príncipe sustentar a religião que melhor favorece os seus desígnios, quanto possa ser.

⁴² O trecho citado, na segunda edição dos *Júbilos*, vem à p.80. A redação do texto de Joaquim Norberto sugere que este trecho seja posterior ao citado anteriormente. Entretanto, este é, justamente, o parágrafo que o antecede. Na segunda edição, no lugar da expressão “artifício do estado” vem “artifício do estudo”.

Deste cruel aforismo brotaram febres incuráveis de ambição e tirania, com ruína do mundo, porque, perdido o temor de Deus, o amor da religião e da virtude, e havida a licença de praticar o mal, chorou e ainda chora a Europa, não só a destruição de ilustres generais e populosas províncias, mas também a perda lamentável de grandes monarcas. Julgaram cegamente que se não podiam conciliar a brandura cristã com a soberania do mando, a pobreza do espírito com a soberba de altas riquezas, as lágrimas da penitência com os divertimentos da corte, a fome e sede de justiça com o desejo das conquistas, a limpeza do coração com o comércio da formosura do mundo, a tranqüilidade do ânimo com a licença de soldado, o sofrimento das ofensas particulares com o poder absoluto de vingar-se, com os desígnios finalmente de avultar no mundo uma religião que tem por timbre o desprezo do mesmo mundo.

Oh! quanto resplandece, Senhor, entre tantos maus exemplos, o vosso exemplo! A Providência permite aqueles por fins altíssimos, mas quer também que se lhes oponha o vosso.

Se fora já tempo de se acabarem as liberdades do mundo, vós fôreis o escolhido para emendar desordens. Os que se perderam no rumo da fé e domínio de paixões não tiveram maiores incentivos: eles fraquearam; vós tendes prevalecido. Deu-vos a fortuna fortes motivos para vos perder: esforçou-vos a piedade para vos conservar. Tendes poder pouco menos que absoluto, tendes todo o espírito militar; tendes riqueza, tendes assistência e obséquios de uma república todavia luzida, dilatada em três capitánias, que se governam pelo movimento do vosso semblante. E no centro de tanto bem temporal e poderosas tentações, que prudência não observamos, que brandura, que freqüência de templos, que repouso de consciência, que limpeza de coração! Os negócios correm sem tropeço, as famílias vivem sem susto! Não era justo que fosse menos senhor de si mesmo e das próprias paixões quem sustenta tão vasto domínio.”⁴³

Como profeta da glória e dos louros da vitória que esperavam nos campos do Uruguai o grande general, o ilustre jesuíta termina eloqüentemente a sua oração.

Ouçamos pela última vez as suas palavras repletas de entusiasmo:

“Ide, ilustríssimo general, ide nessa vossa fortaleza. Cingi a espada, empunhai o bastão, e caminhai na multidão de vossa glória. Ide ilustrar aquela campanha, que a natureza definiu com dois famosos rios, para serem espelhos cristalinos de vosso valor. Ide dar fim ao desgosto

⁴³ Na segunda edição dos *Júbilos*, o trecho citado vem às p.81-82.

de tantos anos, para que confessem ambas as nações que gozam por vosso braço a tranqüilidade que não deram terra e cetro. Quando fixardes os marcos da terra, sabeis que pondeis os obeliscos de vosso nome. Quando trillhardes o campo bruto, sabeis que de cada pegada brotarão incêndios do vosso marcial espírito. Recebei entretanto os afetos do vosso Rio. Não podereis esquecer-nos por muitos títulos: porque sois senhor em toda a parte; porque sois termo da vossa saudade; porque nos deixais o vosso retrato limpo e porque ficais retratado nos vossos benefícios; porque sois a honra de uma ilustríssima família, o ornamento da nação, a inveja dos estranhos, e o mais digno objeto de imortal e gloriosa fama.”⁴⁴

Seguiu-se o secretário, recitando umas oitavas, nas quais procurou imitar a invocação sublime dos *Lusiadas*; mas a Camões se não segue de perto, e mormente quem tinha por estilo uma linguagem abastardada pelo uso dos trocadilhos e conceitos.⁴⁵

Cabia a cada um dos acadêmicos a sua vez de leitura; porém, por uma medida incompreensível do programa, todas as mais peças foram

⁴⁴ [Este trecho, na segunda edição dos *Júbilos*, vem à p.96.] O Padre Francisco de Faria era natural da Bahia, como se vê de um soneto do doutor Antônio Antunes de Meneses, *Júb. da Amér.* pág. 304 [p.227-228]. Assinava-se às vezes *Cové Xenbeenga*, e o Doutor Siqueira e Sá, que lhe seguia as pisadas, também se dava por *Ainbé Pai Abaré*. *Júb. da Amér.* pág. 130 e 131 [p.122-125]. Além da *Oração Panegírica*, escreveu um soneto que se acha na coleção, mas de nenhuma importância [p.124]. A respeito daquela obra teve-o o secretário da academia o seguinte elogio, notável pelo exagerado da expressão: “O M. R. padre-mestre presidente, que, deixando após de si, a perder de vista, os Plínios, ou Eunódios, os Mamertinos, os Eumênios, os Claudianos, os Lacerdas e todos os mais panegiristas que a fama celebra, e por seus excelentes escritos são na república das letras venerados venerandos padres conscritos; não só a todos vence na erudição, maviosidade e elegância, mas ainda os excede mais na ventura e excelência do herói ou heróis elogiados. *Júb. da Amér.*, Pról. ao Leit. (N. do A.) [Na segunda edição dos *Júbilos*, este último trecho citado não vem no “Prólogo ao Leitor”, mas na “Espístola Dedicatória ao Senhor José Antônio Freire de Andrada”, que o antecede, p.11-16. O trecho citado vem às p.13-14.]

⁴⁵ Escreveu: *Prefação, Adorando de Longe os Vestígios do Poeta*. Refere-se a Camões. São dezoito oitavas. Termina por uma *Peroração Apologética* feita em uma décima. *Júb. da Amér.*, pág. 91 a 97 [p.97-102]; uma poesia latina, *Votum Ovidianum* etc., pág. 111 [p.110-111]; um romance heróico, pág. 114 [p.112-118], e trinta e dois sonetos, pág. 98 a 110, 112 e 113, 121 e 124, 126 a 131, 134, 349, 350 a 354 e 363 [p.102 a 110, 111 e 112, 118 a 120, 121 a 124, 124-125, 254 a 257 e 263-264]. O que vem à pág. 128 [p.122-123] traz o seguinte título, que vale a pena transcrever-se por curiosidade: “Elogio eutrapélico, crítico-encomiástico, seri-faceto, joco-sério, irônico-enfático, metódico-empírico, médico-jurídico, crispto-lógico, antagonístico-erótico, ao eruditíssimo acadêmico-físico o Doutor Mateus Saraiva, usando nas suas obras de agudos e outras licenças, contra a Crusca Moderna e nova reforma do Parnaso.” São obras suas a dedicatória dos *Júb. da Amér.* a José Antônio Freire de Andrada, governador da Minas Gerais [p.11-16], e o prólogo [p.16-30]. (N. do A.)

lidas pelo mesmo doutor secretário, que afinal deu-se por cansado, e deixou de ler a maior parte delas, com grande queixume dos acadêmicos.⁴⁶

Poucas foram as poesias de algum mérito que sobreviver puderam a essa aluvião de versos compostos sem entusiasmo, e que foram depois reunidos e pomposamente publicados sob o título de *Júbilos da América*.⁴⁷ A glória que a lira brasileira reservava ao futuro herói do Uruguai estava destinada, não a uma academia inteira, mas ao único poeta que tinha valor mais do que todos esses acadêmicos, que tão cheios de modéstia se denominaram de seletos! A musa jesuíta não o podia inspirar; cheios de si, os ilustrados pares nem contavam nessa hora de tanto orgulho e vaidade que ali os escutava o noviço que a todos eles tinha de eclipsar, e esse noviço chamava-se Basílio da Gama!

⁴⁶ Imprimiram-se as poesias por não poder o secretário ou não lhe deixarem recitar no ato todas as obras: "Do que resultou, diz ele, fazerem alguns acadêmicos imprudente duelo; e ainda que procurei satisfazê-los com razões convenientes, que lhe[s] indenizavam o crédito e merecimento das suas obras, suposto entendi ficariam satisfeitos, a experiência e o tempo me mostrou que de urbanidade não me instaram; tão preocupados estavam da filúcia: e concluí que só ficavam em perpétua anistia estes dissabores e intestinos duelos de brumas profanas se por meio do prelo mostrasse ao mundo todo os milagres de seus apolíneos engenhos, ficando assim mais bem servidos do que ouvindo-se só por mim *oretenus* expostos em um ainda que amplo limitado teatro, a respeito de todo o orbe literário, em que merecidamente aspiram representar com toda a elegância e propriedade o seu papel; [perigando] aliás certamente a sua reputação e representação na minha balbuciência." *Pról. ao Lett.* [p.27-28] (N. do A.) [O cotejo com a segunda edição dos *Júbilos* nos permitiu substituir a palavra "peregrinando", que vem no texto de Joaquim Norberto, por "perigando".]

⁴⁷ O título deste livro, hoje raríssimo, como acontece às obras que se não guardam, é o seguinte: *Júbilos da América na Gloriosa Exaltação e Promoção do Illm. Exm. Sr. Gomes Freire de Andrada. Coleção das Obras da Academia dos Seletos, que na Cidade do Rio de Janeiro se Celebrou em Obséquio e Aplauso do Dito Exm. Herói. Dedicada e Oferecida ao Sr. José Antônio Freire de Andrada Pelo Dr. Manuel Tavares de Siqueira e Sá. Lisboa, in 4.º 1754.*

A respeito do título deste livro diz o seu editor no *Prólogo*:

"Deixo de ponderar as razões de congruência da inscrição e título que dei a esta coleção; porque presumo não duvidarás da sua propriedade à vista dos júbilos que inculcam as poesias, em que está transluzindo o gosto com que os eruditos seletos se aplicaram às suas composições e assistiram ao ato, que no seu gênero foi por comum consenso o mais ático e lustroso que nesta cidade se tem feito e ainda nas mais políticas cortes do Parnaso podia celebrar-se." [p.27] (N. do A.)

POETAS MORIBUNDOS

Este artigo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B.
L. Garnier, ano III, t.XII, p.48-56, out. - dez. 1861.

O canto do cisne. – Gregório de Matos. – Luís Paulino. – Ferreira Barreto. –
Álvares de Azevedo. – Lisboa Serra. – Burnier.

A literatura brasileira, que apenas começa, já conta, como as velhas literaturas de além-mar, poetas cujos sofrimentos despertam gratas simpatias.

A lira de nossos poetas, fiel à sua missão, muitas vezes além da campa, dedilhada pela destra que a morte surpreende, paralisa, amortece e mirra para sempre.

É o eco, que ainda dura, de uma voz que já se extinguiu.

Inspirados do Senhor, cheios do fogo divino, que lhes fulgura na mente, eles se consomem, como meteoros brilhantes, que nadam no espaço por alguns instantes, e descem depois ao túmulo com os lábios ungidos pela poesia.

A Antigüidade ouvia no gemido surdo e prolongado do cisne, que morria, um canto melodioso; daí originou-se chamarem-se de cisnes aos poetas, os verdadeiros poetas, os quais devem exalar a alma no meio de suas harmonias.

Na belíssima poesia do Sr. D. J. G. de Magalhães, que tem por título *O Canto do Cisne*, traçou o ilustre poeta fluminense sobre a alegoria da bela palmípede a derradeira frase do poeta, que tem o pressentimento de seu próximo fim e que em cada canto, que solta, pensa entoar seu hino de morte:

O cisne que desliza à flor do lago,
Formando per'las coo bater das asas,
Mudo a garganta alonga,
E só da morte a voz nela ressoa;
Como uma frauta que do tronco pende,
Por amoroso voto,
Pelo vento agitada,
Embalança, e suave melodia
Exala do seu tubo:
Assim a voz do cisne se desata
Pela morte inspirado,
Assim se ela harmoniza
Para doce entoar o hino extremo.

.....

Eu canto como o cisne, sem que saiba
Se é meu último canto;
Como o arbusto que brota mortais flores,
Minha alma se dilata e aromas verte;
Como a luz, que falece e se afogueia,
Em sacro amor meu coração se inflama;
Como o rio, que manso se desliza,
Como o ligeiro zéfiro que adeja,
Se devolvem meus dias;
Como vagas do mar, um após outro,
E não sei qual será o derradeiro.

Ouçamos o canto dos nossos cisnes.

*

O primeiro de nossos poetas, que murmurou os seus versos sobre o leito onde o retinha a enfermidade e donde o arrastava a morte para o sepulcro, foi o nosso jogral e satírico Gregório de Matos. Aquele que sempre cantava rindo-se, ridiculizando os erros e as máculas inerentes à pobre humanidade, satirizando os desregramentos de um clero, que se tornara imoral, e a corrupção dos costumes, achava agora no meio das lágrimas um cântico para manifestar o seu arrependimento pelos desvios em que caíra.

Já ele agonizava quando Dom Frei Francisco de Lima lhe veio prestar os últimos socorros da religião, e salvar, dizia ele, essa ovelha que se apartara do verdadeiro aprisco; mas felizmente a ovelha fiel a suas tradições achava-se já recolhida à sua antiga morada. Pouco depois aquela alma, que vira sempre a humanidade pelo seu lado vulnerável, desprendia-se da matéria e ia entoar novos cantos, harmonias mais puras, no coro dos anjos celestes.

Sobre a mesa junta do leito, leu o venerando sacerdote estes versos escritos pelo poeta; as letras, tortuosamente traçadas, mostravam que o haviam sido por uma mão trêmula e enervada pela morte.

Pequei, Senhor; mas não porque hei pecado
De vossa alta piedade me despido;
Antes quanto mais tenho delinqüido,
Vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto pecado,
A abrandar-vos sobeja um só gemido;
Que a mesma culpa, que vos há ofendido,
Vos tem para o perdão lisonjeado.

Se uma ovelha perdida, já cobrada,
Glória tal e prazer tão repentino
Vos deu, como afirmais na sacra história;

Eu sou, Senhor, a ovelha desgarrada;
Cobrai-a, e não queirais, pastor divino,
Perder na vossa ovelha a vossa glória.

Antes desse soneto, tinha Gregório de Matos composto o seguinte,
que não lhe é inferior:

Meu Deus, que estás pendente em um madeiro,
Em cuja fé protesto de viver;
Em cuja santa lei hei de morrer
Amoroso, constante, firme e inteiro;

Neste transe, por ser o derradeiro,
Pois veio a minha vida anoitecer,
É, meu Jesus, a hora de se ver
A brandura de um pai, manso cordeiro.

Mui grande é o vosso amor e o meu delito;
Porém pode ter fim todo o pecar,
Mas não o vosso amor, que é infinito.

Esta razão me obriga a confiar
Que por mais que pequei, neste conflito
Espero em vosso amor de me salvar.

*

Luís Paulino expirou sobre as ondas do mar, entoando os seus últimos versos, como o cisne entoa o seu fúnebre canto sobre as águas do Eurotas. O imenso oceano escutou o gemido harmonioso do grande poeta, que se finara torturado pela dor e saudade, longe da pátria, dos amigos e, o que é mais, de seus parentes, esposa e filhos... Vendo aproximar-se a hora suprema, em que o seu cadáver ia ser legado aos corvos marinhos, mandou nestes versos, cheios de harmonia e tristeza, um adeus aos entes que lhe eram tão caros; e expirou com os lábios ungidos pela poesia sublime da religião, do amor e da saudade.

São belos os seus versos:

Eis já dos mausoléus silêncio horrendo
Me impede o respirar, a voz me esfria;
Eis chega a noite eterna, eis morre o dia,
E ao nada a natureza vai descendo.

No da aniquilação passo tremendo
Escudo-me da sã filosofia;
Terror humilde os ossos não me enfia.
Como Catão morreu, eu vou morrendo.

Mas ah! tu d'alma nobre qualidade,
Saudade cruel, com o sofrimento
Me arremessas a mares de ansiedade!

Mulher, filhos, amigos, no momento...
No momento do adeus pra eternidade
Vós sois o meu cuidado, o meu tormento.

*

O digno sacerdote de Jesus Cristo, o ilustre Francisco Ferreira Barreto, não foi menos poeta, durante a sua vida como nos seus últimos momentos. Brilhou na tribuna sagrada e abrilhantou a tribuna legislativa nas sessões da assembléia constituinte. Era dotado de uma eloquência vigorosa; sua bela e simpática presença, sua voz clara e sonora, seu estilo fluente, florido, poético, sua mímica expressiva atraíam-lhe a atenção do auditório, tornavam-no digno credor de bem merecidos elogios, e lhe conquistaram o cognome de Massillon pernambucano.

Foi escritor distinto; ensaiou-se em todos os gêneros. A flama sagrada da poesia, iluminava-lhe a mente, acendia o entusiasmo de seu gênio e arrojava-o além da esfera das coisas humanas. "Ele, diz um de seus biógrafos, não olvidou um só momento das doçuras da musa que lhe falava à alma e sorria-lhe ao ouvido, fascinava-lhe a inteligência e fazia de gosto palpitar-lhe o coração. Sua imaginação ardente, a riqueza de suas imagens, a elegância de suas frases, afiançam a subida reputação do exímio poeta brasileiro. Os lindos poemas – a criação do primeiro homem, e da primeira mulher, – o hino da Conceição, do nascimento do Messias – as paráfrases de alguns salmos de Davi, honram por sem dúvida o seu autor e lhe ornaram a frente de imarcessíveis louros."¹

¹ Padre L. do Monte Carmelo Luna, *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano*, pág. 136. (N. do A.)

Arremessado por grave enfermidade ao leito da morte, seu estro acendeu-se para lançar sobre a sua existência, que se extinguiu, o último clarão. À sua cabeceira, pendente da cruz, mostrava-se a imagem do divino Redentor, e o Padre Barreto improvisou o seguinte soneto, sublime e pungente, e que revela o espírito religioso que animava a sua alma:

Ânsias, frio, suor, a vista errante,
Convulso o coração em sede ardente,
Gotas de sangue tépidas correndo
Pelo divino, pálido semblante:

Espinhos na cabeça agonizante,
Cravos nos pés, nas mãos, – suplício horrendo!
Terno pai, que espetáculo tremendo!
Quem pode resistir, meu doce amante?

Tudo quer contra o mundo me revolte;
Vossos olhos estão a procurar-me,
A lança, a cruz me diz que os vícios solte.

As mãos erguidas buscam abraçar-me,
A cabeça inclinada diz que eu volte,
A boca meio aberta quer chamar-me.

Recebendo depois o santo viático, improvisou ainda outro soneto mais sublime pela grandeza e mistério de seu assunto; então em sua imaginação luzia a flama do benefício, que acabava de receber do Eterno.

Escutemos o poeta moribundo:

Graça, Alimento, Luz, Hóstia celeste,
Sacrifício de amor, Vítima augusta,
Oferenda, Íris de paz, Oblação justa,
Tudo, ó Pai, na Eucaristia Tu nos deste.

Existes entre nós, do céu vieste,
És um... És mil... Mistério que me assusta!
Treme do mundo, ó máquina robusta,
Cede, ó céu, ao poder que te reveste.

De amor meu coração estala e geme,
Mas quando assim me humilho, assim discorro,
O ímpio não Te quer, nem crê, nem teme!

Senhor! Estás aí! És meu socorro!
Grite o perverso, o incrédulo blasfeme;
Eu te vejo, eu me curvo, eu creio, eu morro!

*

Prostrado sobre o leito materno em que nascera, o infeliz Álvares de Azevedo finava-se ainda jovem como Chatterton, como Malfilâtre, como Manuel Matias, como Bento Luís Viana, como Bernardim Ribeiro, como Dutra e Melo, como tantos outros. Vendo a morte aproximar-se, achou ainda na sua lira sons doces e melancólicos, [acordes]² harmoniosos que lhe suavisassem os últimos momentos da vida, prestes a apagar-se como um astro que se perde no espaço. Ah! que tormento se lhe mesclara a esse gozo! A mãe e a irmã, que ele amava extremosamente, o apertavam nos braços, soluçando e deixando cair sobre o seu corpo, lágrimas ardentes que o queimavam! O desditoso mancebo persentia na aurora do porvir a glória que deveria coroá-lo como poeta; o coração batia-lhe de amor e de esperança ante essa pompa da natureza que então acordava n'alva da manhã com seu céu azul, com seu sol dourado, e, novo Gilbert, a saudava pela última vez:

Se eu morresse amanhã, viria ao menos
Fechar meus olhos minha triste irmã;
Minha mãe de saudades morreria,
Se eu morresse amanhã.

Quanta glória pressinto em meu futuro!
Que aurora de porvir e que manhã!
Eu perdera, chorando, essas coroas,
Se eu morrera amanhã.

Que sol! Que céu azul! Que doce n'alma
Acorda a natureza tão louçã!
Não me batera tanto amor no peito,
Se eu morresse amanhã!

Mas essa dor da vida que devora,
A ânsia de glória, o dolorido afã,
A dor no peito emudecera ao menos,
Se eu morresse amanhã!

*

Como um eco, Lisboa Serra respondeu a tão sentidas e maviosas estâncias, que talvez lhe acordassem n'alma o pressentimento de seu prematuro fim; pagava desta sorte o tributo devido ao mérito despertado pela simpatia do talento, que, sequer, fulgurara e para logo sumira-se entre os raios da glória, deixando apenas o traço brilhante de sua rápida passagem:

² No texto: "acordos".

Se me fosse, mancebo, dado ao menos
À tua doce mãe, à triste irmã
Os prantos mitigar, eu morreria
Sem pesar amanhã.

Essa glória brilhante, esse futuro,
Que te sorria na feliz manhã,
Convertera em lauréis, em dúlias c'roas,
E morreria amanhã.

O sol, o céu azul, essa que n'alma
Natureza tu vias tão louçã,
Não me roubara nem um ai do peito,
Se eu morresse amanhã.

Mas essa dor que a vida me devora,
A pungente saudade, amargo afã,
Não sentira cruel, poupara ao menos,
E morreria amanhã.

Ah! mal sabia Lisboa Serra que ele não era mais do que um cisne que ensaiava naquela resposta o seu cântico de despedida! Pouco depois,³ como Álvares de Azevedo, compunha também no leito da morte os seus versos, legando-nos uma lembrança indelével no grito do moribundo, que ele traduzia nestas belas estrofes, cheias de harmonia e repassadas de dor e de tristeza:

Morrer tão moço ainda! quando apenas
Começava a pagar à pátria amada
Um escasso tributo, que devia
A seus doces extremos!

Morrer, tendo no peito tanta vida,
Tanta idéia na mente, tanto sonho,
Tanto afã de servi-la, caminhando
Ao futuro com ela!...

³ Em 1855. Eis a carta por ele escrita, datada de Andaraí e dirigida a um de seus amigos:

"Bem quisera terminar, mandando-lhe alguma flor mimosa, colhida como por encanto no meio das vastas e monótonas campinas deste meu prosaico retiro. Mas apenas deparo com os ramos fúnebres do cipreste.

.....
Leia, pois, no meio das esperanças que lhe sorriem, esses tristes versos do desengano, e receba no grito do moribundo uma lembrança indelével do amigo.

É a minha oração da manhã." (N. do A.)

Se ao menos de meus filhos eu pudesse,
Educados por mim, legar-lhe o esforço...
Mas ah! que os deixo, tenras florezinhas,
À mercê dos tufões.

Vencerão das paixões o insano embate?
Sucumbirão na luta do egoísmo?
As crenças, a virtude, o sentimento
Quem lhes há de inspirar?

Não te peço, meu Deus, mesquinhos gozos
Deste mundo ilusório; mas suplico,
Tempo de vida, quanto baste apenas
Para educar meus filhos.

É curto o prazo; dai-me embora o fel
Dos sofrimentos; sorverei contente;
Lúcida a mente, macerai-me as carnes,
Estortegai meu corpo.

E após tranqüilo volverei ao seio
Da eternidade. A fimbria do teu manto,
Face em terra, beijando, – o meu destino
Ouvirei de teus lábios.

*

Como um relâmpago passou o jovem A. J. N. Burnier por este vale de lágrimas.

Cedo brilhou-lhe a chama da poesia iluminando-lhe a mente; cedo também para ele começaram os desgostos desta vida, e cedo sumiu-se para todo o sempre, entre os mistérios da eternidade.

Estudava na Faculdade de Direito do Recife, quando cruel enfermidade veio interromper-lhe os estudos; regressou à terra natal, mas o clima do Rio de Janeiro se lhe tornara pernicioso; buscou, pois, a província de Minas Gerais, onde ares mais doces e benignos lhe podiam atenuar os sofrimentos.

Contava apenas 17 para 18 anos; era de estatura menos que mediana, e de compleição fraca, mas de andar seguro. As graças infantis ainda se lhe debuxavam nas feições cheias de candura, que pareciam ainda roçadas pelos beijos maternos; a luz da inteligência lhe fulgia nos olhos grandes e rasgados; os cabelos castanhos, bastos e ondedos lhe ensombravam a testa espaçosa e nobre.

Vê-se pela seguinte poesia, que compusera sobre o esplêndido céu da Veneza brasileira, que já então haviam-se-lhe desvanecido todas as ilusões desta vida.⁴ Aos seus olhos abria-se a campa; aos seus ouvidos soava a hora fatal, e ele encaminhava-se para o sepulcro com a descrença n'alma, e o canto das ilusões e do ceticismo nos lábios;

Já tive sonhos, donzela,
E que sonhar tão ardente
Era então o sonhar meu!
Porém o sonho querido
No despertar aborrido
Para sempre esvaeceu.

Já tive crenças no peito,
Gelou-mas o desalento,
Varreu-mas frio tufão,
E para sempre, coitada,
Minha crença abandonada
Fugiu-me do coração.

⁴ São também dele os seguintes versos, que denominou *Mudança*, dirigidos em 5 de outubro de 1859 ao seu amigo o Sr. Faustino Xavier de Novais:

Eu tinha uma alma que sentia outrora
Futuro, crenças, esperança e vida:
Isso era dantes, porque esta alma agora
Só sente as dores da ilusão perdida.

Sim, que o futuro como crer que existe
Num desditoso que não tem riqueza,
Num homem nobre que à opressão resiste,
Num peito ignaro de qualquer vileza?

Como é possível que resista a crença
Do mundo ao frio, ao letal sarcasmo,
Se jaz cercada d'irrisão imensa
E a mina aos poucos infeliz marasmo?

Como esperanças ante a lousa fria,
Profundo leito de dormir profundo?
Como esperanças, quando chega o dia
Em que a alma deve abandonar o mundo?

E como a vida quando triste morte
Gira nas veias com feroz presteza,
E quando vemos que é baldada empresa
De um pouco ao menos conjurar a sorte? (N. do A)

Já tive amor às mulheres;
Sumiu-se, porém, o amor
Na amarga desilusão;
Portanto já vês, donzela,
Que se embaçou minha estrela
Às lufadas do tufão.

Também já tive esperanças
Que me embalavam a vida
Em um tão doce embalar;
Porém como murcha a rosa,
Minha esperança formosa
Triste se foi a murchar.

Pensei encontrar no mundo
Às dores do coração
Um eco que as repetisse;
Porém cruenta agonia
É só a triste harmonia
Do mundo, que passa e ri-se.

Pois bem, a lousa me espera,
Na lousa nós dormiremos
Um sono sem despertar:
Sonhos, ânsias, ilusão,
Angústias do coração
Tudo lá vai acabar.

A mão da morte, que lhe roubara primeiramente o caro pai,
depois a adorada mãe, e finalmente o respeitável avô, e o deixara órfão
e só neste mundo, o impelia para o sepulcro. Ralava-lhe o coração a dor
e mortal melancolia se lhe desenhava pelas faces em que já lhe palidejava
a luz baça da tocha da agonia.

Consumia-se-lhe o corpo, a febre ardia-lhe nas veias, mas o fogo
sagrado lhe abrilhantava a mente, e os ecos da solidão, em que se
isolava, repetiam as suas endechas tristes, saudosas e fúnebres como o
canto da araponga solitária.

Eis o seu canto do pressentimento:

Como o nauta pressente a tempestade
Dês que as ondas encrespa fero norte,
Assim na amarga dor que o peito ansia,
No desânimo d'alma sinto a morte.

De mil modos em vão me prendo à vida,
Para a lousa me acena ímpio fadário:
Sonhos, sonhos gentis que me embalastes,
Gelou-vos o contato do sudário.

Como é triste morrer, quando o horizonte
Se reveste de luz, dourando as águas;
Quando o bosque repete as harmonias
Do sabiá, que trina suas mágoas!

É bem triste não ter no peito um hino,
Quando em hinos acorda-se a natura!
É cruel o sentir as cordas d'alma
Partidas pela mão da desventura!

Partidas, sim, que o peito já não vibra
Como dantes, ao sopro da esperança;
E dos cantos de outrora a alma esquecida,
Não conserva, sequer, uma esperança!

Enfim, de dia em dia se lhe aproximava a morte; e a resignação,
filha divina da religião, veio trazer-lhe a fé à alma descrida, veio inspirá-lo.
Foi ela a sua musa à beira do sepulcro; ungiu-lhe, pois, os lábios com a
poesia sublime, o seu hino, a sua prece; então dissipou-se-lhe a sombra
da eternidade e a luz da imortalidade resplandeceu pura, bela e brilhante
à sua alma prestes a desprender-se dos laços que o retinham à matéria.
Ouçamos o infeliz poeta pela última vez:

Qual foi minha missão no entrar da vida,
Meu destino qual é, qual meu futuro?
Pergunto embalde, o pensamento escuro
Não responde à pergunta proferida.

Qualquer explicação sincera e fida
Dos mistérios que vejo, em vão procuro;
Em terreno tão falso e mal seguro
Vacila o pensamento, a alma duvida.

Mas eterna será a nuvem densa
Que o horizonte da vida entenebrece,
Cercando-o duma cerração intensa?

Oh! não; a escuridade se esvaece
Quando brilha de Deus a luz imensa
Nas altas regiões do hino da prece.

POETAS REPENTISTAS

Este artigo foi publicado na *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano IV, t.XIV, p.129-146, abr.-jun. 1862. Nessa publicação, há, em rodapé, a seguinte nota do Autor, assinalada por um asterisco: "Capítulo de um livro inédito, ao qual também pertence o capítulo intitulado *Poetas Moribundos* já publicado na *Revista Popular*, t.12^a[,] p.48."

Facilidade dos poetas brasileiros para o improviso. — Gregório de Matos e seu filho Gonçalo de Matos. — Lourenço Ribeiro. — Caldas Barbosa. — Lucas José de Alvarenga. — Basílio da Gama. — Seixas Brandão. — Luís Paulino. — João Pedro Maynard. — Marquês de Paranaguá. — Visconde da Pedra Branca. — Francisco Moniz Barreto.

Os idiomas, que pela sua riqueza e flexibilidade são já de per si poéticos, prestam-se ao improviso dos poetas dotados de viva e ardente imaginação e favorecidos pelo céu da facilidade de se exprimirem com a mais extraordinária propriedade, encanto e harmonia.

A Itália, esse belo país que renasce para a liberdade, essa pátria do gênio sempre fecunda, é também a pátria dos poetas improvisadores; mas as nações que como ela falam a língua latina ufanam-se também de haver sido o berço de poetas rápidos e facundos que brilham como relâmpagos, que assombram como inspirados, que encantam e enlevam como dotados da palavra divina, que os antigos tinham pela linguagem dos deuses.

Descendentes de Cabral, herdeiros de Camões, os brasileiros recebem por legado do céu a harmoniosa língua dos bardos de além-mar, e a natureza fértil e rica do Novo Mundo lhes acende na mente o estro, essa chama sagrada do entusiasmo, e lhes põe nos lábios a linguagem do improviso, que arrebatava e que os torna admiráveis como repentistas.

“Quer descenda do europeu, diz o Sr. Ferdinand Denis, quer do negro ou do habitante primitivo da América, o brasileiro é naturalmente dotado da disposição para as impressões profundas, e não necessita da educação das cidades para entregar-se à poesia; é que nele se patenteia em toda a sua força o gênio peculiar a tantas raças diferentes; e pois, ardente como o africano, cavalheiresco como o guerreiro das margens do Tejo, imaginativo como o americano, ele é sempre poeta; poeta percorrendo as florestas primitivas, poeta cultivando as terras mais férteis do mundo, poeta vigiando seus rebanhos em extensíssimas planícies.

É por isso, continua o ilustre literato francês, é por isso que o viajante observa nas cidades ou nas roças esses grupos que se aglomeram para ouvir um conto maravilhoso, um canto melancólico, uma narração de viagens por longínquas terras. Nas praias do mar ou nas margens dos rios, nas cidades ou no meio das florestas, contempla-se a miúdo essa necessidade de se satisfazer a imaginação. O descanso do brasileiro não é de completa indolência. Ele ou canta ou toca em seu bandolim

seguindo os erros de sua meditação, e quando de todo parece entregue ao repouso sem que a reflexão o acompanhe, ainda assim ele está contemplando as riquezas que a natureza semeara às mãos cheias em torno de si.”¹

Em todos os séculos de sua curta existência tem possuído o Brasil seus poetas repentistas de grande merecimento e não pequena nomeada, que unindo a prenda do improviso à graça do canto, e o canto ao som de seus bandolins, souberam tornar-se ainda mais agradáveis à sociedade. As vilas do Brasil se ufam de possuí-los e as cidades do reino metropolitano os acatavam com a maior benevolência como os melhores bem-vindos deste mundo aos amáveis anfitriões. Gregório de Matos, Lourenço Ribeiro, Domingos Caldas Barbosa e Lucas José de Alvarenga, não obstante as suas altas profissões, se entregaram a este entretenimento com grande aplauso e gosto das pessoas que se ajuntavam para ouvi-los. Outros foram, apenas, dotados do talento de improvisar, e como tais cabe honroso lugar a José de Santa Rita Durão,² a José Basílio da Gama, a Joaquim Inácio de Seixas Brandão, a Luís Paulino, a João Pedro Maynard, ao Marquês de Paranaguá, ao Visconde da Pedra Branca, e sobretudo ao Sr. Francisco Moniz Barreto, o rei dos nossos improvisadores.³

*

O primeiro dos nossos poetas repentistas, tanto na antigüidade como em merecimento e talento, é indubitavelmente Gregório de Matos, o inimitável satírico baiano.

Ainda cursava as aulas do colégio dos jesuítas da Bahia, e já a maledicência do poeta transpirava nos arrojos da sua musa infantil, que não poupava os seus próprios professores.

“— Ruim sestro tens, rapaz, lhe disse uma vez o seu mestre de retórica, e se não te emendares não te faltará que sofrer no futuro; capacita-te de que um tolo que louva faz mais fortuna do que um discreto que censura.”

Era prudente o conselho, mas não se aproveitou dele o novo Juvenal; e a Universidade de Coimbra veio a ser em breve o teatro de

¹ *Resumé de l'Hist. Lit. du Brésil*, p.521. (N. do A.) [Cf. Guilhermino César, *Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.38.]

² O seu poema *Caramuru* foi composto no breve espaço de três meses; ele ditava de improviso as suas oitavas ao Padre José Agostinho de Macedo, que as ia escrevendo. (N. do A.)

³ Entre os nossos poetas improvisadores começa a avultar o nome do Sr. Dr. Laurindo da Silva Rabelo. (N. do A.)

seus ensaios em muito maior escala, e a fama de suas sátiras tornou-se tão popular, que o Desembargador Belchior da Cunha Brochado, escrevendo a um seu amigo de Lisboa, acrescentava a seu respeito:

“Anda aqui um estudante brasileiro, tão refinado na sátira, que com suas imagens e seus tropos parece que baila momo as cançonetas de Apolo.”

De volta à pátria tornou-se Gregório de Matos ainda mais satírico, e afinal viu cumprir-se no desterro o duro sofrimento que lhe vaticinara o seu mestre de retórica; e regressando de novo ao Brasil, e já alquebrado dos anos, nem assim deixou de ter sempre o ânimo propenso à sátira.

O ridículo era a sua arma favorita; poeta caricaturista, ridicularizava em traços magistrais e irrisórios os caracteres e fisionomias mais proeminentes do seu tempo. O seu talento estava sempre pronto; não dava nem aceitava tréguas nas suas guerras contínuas contra as fraquezas do próximo; a expressão na ponta dos lábios lhe seguia rapidamente o pensamento, e os repentes eram apropriados, e de fazer rir ao auditório por mais sério e grave que fosse.

Muitas lembranças felizes, muitas respostas epigramáticas e frisantes e muitas frases espirituosas se perderam irremediavelmente, que todo o cuidado era pouco para recolhê-las a quem tão fértil era delas, que mal deixava tempo à alheia memória para as reter; possuímos contudo algumas anedotas em que o seu estro repentino se mostra digno da celebridade que gozava entre os seus contemporâneos.

Vendo uma vez o músico Brás Luís levar publicamente de pau, o malicioso poeta não pôde resistir às tentações da sua musa humorística, e fez-lhe esta décima ainda em cima das pancadas, de modo que o músico foi zurzido duas vezes, a pau e verso:

Uma grave entoação	Onde a valia se apura,
Vos cantaram, Brás Luís,	Parecia solfa escura;
Segundo se conta e diz	Porque a mão nunca parava,
Por solfa de fá-bordão;	Nem no ar, nem no chão dava,
Pelo compasso da mão	Sempre em cima da figura!...

Gregório de Matos não pensava, nem hesitava; como relâmpago a sátira lhe caía dos lábios completa, perfeita, ferina e aniquiladora. Contando-se-lhe uma vez de um livreiro que comera todo um canteiro de alfices, o poeta travou do assunto, ridicularizou-o imediatamente, e o epigrama mordaz e ferino saiu pronto.

É o seguinte:

Levou um livreiro a dente	A quem disse o quer taxar;
De alfices todo um canteiro,	Antes é para louvar
E comeu sendo livreiro	Que trabalhou como um mouro,
Desencadernadamente;	Pois meter folhas num couro
Porém eu digo que mente	Também é encadernar.

Quando glosava, caprichava em vencer a dificuldade dos motes, muito acintosamente escolhido pelo auditório, ávido de vê-lo triunfar saltando por sobre obstáculos, vencendo o pequeno número de consoantes, e o quer que fosse de absurdo do pensamento do mote.

O seguinte não é por certo dos menos difíceis:

A mais formosa que Deus.

A habilidade do poeta torceu a frase, inverteu o sentido, e a glosa feita de improviso passa por um primor de arte entre as pequenas e insignificantes poesias de seu gênero.

É assim:

Ontem de uma romaria	Sós e sem amantes seus,
Eu com duas damas vim:	Lhes perguntei – Anjos meus,
Uma que era um serafim,	Quem vos pôs em tal estado?
Outra feia em demasia:	Disse a feia – que o pecado,
E vendo-as eu vir assim	A mais formosa – que Deus!

*

Não menos dotado da habilidade de improvisar se mostraria o filho de Gregório de Matos, esse pobre moço que ele fizera batizar, segundo a sua promessa, com o nome de Gonçalo, se sua mãe lhe não tivesse vedado o cultivo da poesia, escarmentada dos desvarios de seu marido; mas essa proibição foi iludida uma só vez; e o filho do poeta teve ocasião para revelar esse dom que tantas vezes se torna fatal.

Instaram-lhe para que glosasse o verso

Com que, porque, para que.

Gonçalo de Matos respondeu que o glosaria por lhe parecer que sua mãe não lhe proibia improvisar, porém sim tomar a pena para escrevê-los. Repetiu então a seguinte glosa, que não deixa de ter seu mérito, atendendo-se à sua idade e pouca instrução, e, ainda mais, à dificuldade do mote:

Disse Clóri que me amava	Com que gênero de fé;
Para o intento que tem,	Suspensa a dama se vê;
O qual não disse a ninguém,	Como nada respondeu,
Nem o porquê declarava;	Não pude saber o seu
Eu então lhe perguntava	Com quê, porquê, para quê.

*

Lourenço Ribeiro foi contemporâneo de Gregório de Matos, e como ele era filho da Bahia, e como ele improvisava cantando ao som de uma viola, não obstante a gravidade de sua profissão eclesiástica e os louros de pregador que ambicionava conquistar com as prédicas proferidas de cima do púlpito.

As melhores sociedades da antiga capital do Brasil o acolhiam com gosto, e o escutavam com a maior atenção e, cheias de entusiasmo, aplaudiam os improvisos que lhe saíam perfeitos ao som da viola, que era então a lira dos nossos poetas.

Mas Lourenço Ribeiro encontrara em Gregório de Matos o mais formidável rival, e nas sociedades em que se achavam os dois poetas, pertenciam de direito ao inimitável satírico as honras do certâmen, os louvores do auditório. A inveja, musa mesquinha, inspirou a Lourenço Ribeiro alguns versos contra o rei da sátira; e foi quanto bastou para que Gregório de Matos o tomasse à sua conta e o zurzisse sem dó, sem piedade, ridicularizando, e não poupando sequer o acidente da cor do seu adversário.

Referem-se ao Padre Lourenço Ribeiro aqueles versos da sátira do famoso poeta que têm por título – *Os milagres do Brasil*.

O Padre Lourenço Ribeiro era contudo ótimo poeta repentista; mas a maior parte de seus improvisos se perderam, e pouco ou nada se conhece de seus repentes de inspiração.

*

Ainda muito moço estudava José Basílio da Gama no colégio dos padres da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, quando alguns literatos se lembraram de fazer celebrar uma sessão acadêmica para honrar as virtudes de Gomes Freire de Andrada, depois Conde de Bobadela, o qual tinha de partir para as campinas do Uruguai, onde o esperavam as vitórias e seus louros.

Basílio da Gama assistiu a essa reunião a que se deu o pomposo título de Academia dos Seletos, e achou tudo pequeno e mesquinho, poetas e prosadores, versos e discursos para a heróica pessoa de Gomes Freire de Andrada.

– O que dizes, lhe perguntou o Padre Francisco de Faria, que havia presidido àquele ato, o que dizes de tão brilhante reunião?

– Fria, muito fria, meu padre-mestre, lhe respondeu Basílio da Gama; o vosso general era digno de melhor sorte; à exceção do vosso discurso panegírico, tudo o mais se reduz aos trocadilhos, às antíteses e conceitos, que não sei quando deixarão de ter a voga que têm.

– Este menino, disse o padre-mestre voltando-se para os seus colegas, este menino ou tem presunção demais, ou há de vir a ser alguma coisa!

O Padre-Mestre Francisco de Faria não se enganara; Basílio da Gama cantou em um poema épico a nobre empresa do Conde de Bobadela, eclipsou a todos os poetas da Academia dos Seletos e os *Júbilos da América* cederam o lugar de honra ao seu brilhante *Uruguai*.

Antes disso tiveram os seus contemporâneos de admirar o seu gênio poético, e a inspiração de que se apossava em seus rápidos e deslumbrantes improvisos.

No ano de 1764, durante o vice-reinado do Conde da Cunha, estabeleceu-se o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, no lugar aonde hoje se acha, então conhecido pelo nome de *Praia de São Bento*. Uma das produções do novo arsenal foi a célebre nau *Serpente*, chamada depois *S. Sebastião*, a qual ficou imortalizada nos versos de Basílio da Gama.

O *errante edifício majestoso*, como a denominara o poeta, caiu à água no dia 8 de fevereiro de 1767, e ainda existia em 1819 em Lisboa, servindo de cábreia. Basílio da Gama, que assistiu a essa solenidade, e que se possuía de verdadeiro entusiasmo, fez inspirado e de improviso o seguinte soneto, famoso pela valentia de seus versos:

Já do lenho as prisões se desataram,
E a assustada *Serpente* as águas trilha;
Já ondeia no mar a instável ilha,
E já no fundo as âncoras pegaram.

Os ventos sobre as asas se firmaram
Por ver de perto a nova maravilha,
E ao vasto peso da disforme quilha
Gemeu Netuno e as ondas se encurvaram[.]

Verdes ninfas azuis do pego undoso,
Conduzi pelos úmidos lugares
Esse errante edifício majestoso.

E entre tantas empresas singulares,
Veja o mundo qual é mais glorioso
Dar leis à terra ou pôr freio aos mares.

O seguinte fato é narrado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa:

“Achando-se o Marquês de Pombal na sua quinta da Granja, em ocasião da chegada do correio de Roma, que trazia a bula da extinção dos jesuítas, fez ele ver à companhia que o cercava a medalha que vinha com a dita bula, em que se viam gravadas as armas de Clemente XIV, as quais eram um monte com três estrelas no seu cume, ficando-lhe fronteiro o escudo das armas de Portugal e por cima o sol espargindo a sua luz sobre as quinas, delas reverberando nas armas do pontífice e daqui caindo raios, que aterravam figuras de jesuítas, que se viam caídos com seus livros debaixo dos braços. Em roda da medalha havia esta legenda extraída do 1º livro dos Macabeus:

Refulsit sol in clipeos aureos, resplenduerunt montes ab eis... et multitudo gentium dissipata est. Brilhou o sol nos escudos dourados; com a sua reverberação resplandeceram os montes... e dispersou-se a multidão dos povos.”⁴

No reverso da medalha, quatro meias luas, com as pontas umas para as outras, faziam ver as armas do marquês.

Tendo chegado esta medalha às mãos de J. Basílio da Gama, que se achava na companhia, depois de estar atento um pouco para as estrelas e legenda, ao entregar a medalha ao marquês, repetiu de improviso a seguinte décima:

Não viram sol nem estrelas
Os turbados horizontes,
Quem deu luz a escudo e montes
Foram vossas luas belas.
Vossas providas cautelas

Nos serviram de farol,
E o romano girassol
Lá das eminências suas,
Vendo ao longe quatro luas,
Cuidou que era a luz do sol.

*

Domingos Caldas Barbosa, natural da cidade do Rio de Janeiro, se não nasceu antes sobre as ondas do oceano, filho de um português e de uma negra, tornou-se desde menino improvisador, e esse dom com que a natureza buscou compensar-lhe o acidente da cor lhe foi fatalíssimo. A facilidade que tinha para improvisar e meter a ridículo a todas as pessoas que lhe caíam no desagrado, chasqueando delas em ligeiros e mordazes epigramas, redundou-lhe em mal, e já eram por fim tantas as queixas que todos os dias apareciam contra o jovem poeta, que o governador Capitão-General Gomes Freire de Andrada, depois Conde

⁴ Januário da Cunha Barbosa faz esse relato no *Parnaso Brasileiro* (1829-1832, caderno 3º, p.36).

de Bobadela, viu-se como que na necessidade de dar satisfação às pessoas poderosas que haviam sido ofendidas pela sua musa satírica[,] arrancou-o, pois, dos bancos da escola e fê-lo seguir para a praça da colônia do Sacramento, como soldado.

Aí morreria desconhecido de sua pátria e do mundo, se a invasão daquela praça pelos espanhóis em 1762 não o obrigasse a regressar ao Rio de Janeiro com o resto da guarnição. Aqui deu baixa e seguiu para Portugal, onde encontrou a proteção de José de Vasconcelos, Conde de Pombeiro, depois Marquês de Belas, e Luís de Vasconcelos, depois Conde de Figueiró, que lhe franquearam a sua casa, e o deram a conhecer às pessoas mais gradas da cidade do Porto.

Do Porto passou-se para a cidade de Lisboa em companhia de seus protetores, e aí tomou ordens sacras. As suas prendas o tornaram conhecido de todas as sociedades da nossa antiga metrópole, que o admiravam pela habilidade com que se acompanhava a uma viola cantando os seus improvisos, que constavam de glosas sobre os assuntos que lhe davam, por mais difíceis que fossem. Essa reputação cresceu, estendeu-se por toda aquela capital e seus contornos, e a sua presença era geralmente desejada em todas as reuniões que se faziam. Embora se reunisse a aristocracia nas Caldas, ou se achasse nos passeios de Cintra, ou nos banhos de mar, ou se encontrasse nas quintas de Belas, Benfica e Queluz, faltavam todos os encantos, todas as graças do passatempo se o poeta brasileiro não comparecia com a sua viola e não vinha com a sua voz doce, harmoniosa e um pouco descansada entoar as suas modinhas brasileiras,⁵ de que tão apaixonados se mostravam os portugueses.

Foram muitas as poesias que compôs de improviso e que lhe mereceram numerosos aplausos, aumentando a estima e o apreço em que era tido e anelado; mas nem todas se publicaram, nem as que se publicaram foram acompanhadas das explicações necessárias, a fim de que melhor se pudesse apreciá-las.

Era Domingos Caldas Barbosa rápido no improvisar, mas a experiência, que tão cara lhe custara, lhe apagara os rasgos juvenis de sua musa satírica e, em terra em que a sua cor era menosprezada, tratou de procurar agradar, e seus versos perderam muito de sua beleza, destituídos daquele

⁵ Nicolau Tolentino, falando delas na sua sátira *A Função*, diz:

Já dentre as verdes murteiras,
Em suavíssimos acentos,
Com segundas e primeiras,
Sobem nas asas dos ventos
As modinhas brasileiras. (N. do A.)

sal ático com que outrora os soubera adubar. Ainda assim brilha o seu espírito em suas composições e lhes transmite o quer que seja de original.

Improvizava uma vez cantando e glosando o mote que se lhe havia dado:

Quem perdeu a liberdade.

E porque teve um engano, acudiu logo com a seguinte quadra:

Errei o verso, é verdade;
E confessar é preciso:
Que muito que perca o siso
Quem perdeu a liberdade?

Também glosava:

Tem dó de meu coração.

E porque cada uma das senhoras lhe dava o consoante com que ele formava a quadra, uma, talvez para embaracá-lo, disse *pião*, e ele sem se demorar fez assim a quadra:

Tu me fazes dar mil voltas,
Como seu eu fosse um pião;
Dá-me a corda que quiseses,
Tem dó de meu coração!

Uma vez encontrou-se Caldas Barbosa com o Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, e o cumprimento que lhe dirigiu foi a seguinte quadra, em que mostra as contrariedades que se davam entre eles, até na cor:

Tu és Caldas e eu sou Caldas,
Tu és rico e eu sou pobre;
Tu és o Caldas de prata,
Eu sou o Caldas de cobre.

Achava-se um dia em Benfica, e uma senhora teve a lembrança de pedir-lhe que cantasse uma de suas modinhas. A amável senhora passava por muito inconstante, e Caldas Barbosa tomando a sua viola se pôs a cantar de improviso, como era o seu costume:

Ora dize-me, Nerina,
Que não ouve aqui ninguém,
Tu estimas tanta gente,
Mas qual deles amas? Quem?

Cantava em outra ocasião em Viçosa uma modinha em que improvisou os seguintes versos:

Se é um crime o ser amante,
Bem criminoso sou eu;
Mas é tão gostoso o crime,
Que eu gosto bem de ser réu.

E como uma das senhoras presentes levasse a mal que um padre se expressasse de semelhante maneira, Caldas Barbosa lhe foi respondendo no mesmo tom, sem que deixasse de cantar:

Não cuides, formosa Elfina,
Que eu ímpias lições te dite;
Um puro amor é virtude,
É crime amar de apetite.

Fazendo-lhe a senhora ver que o mundo, e não ela, é que o levava a mal, ele, sem interrupção ou, como dirão os políticos, em ato contínuo, prosseguiu:

Gosto de amar, vou amando,
Que importa murmure a gente,
Se a gente, que assim murmura,
Talvez não seja inocente?

— E como se chama a sua amada? lhe perguntou uma fidalga já cansada de ouvi-lo cantar de amores.

Caldas Barbosa não hesitou:

Não quero dizer o nome,
Que dizê-lo não convém;
Basta só que este segredo
Saiba-o eu, saiba-o o meu bem.

Instado de novo, achou que era melhor responder metendo a excelentíssima fidalga à bulha; e fez-lhe a seguinte confissão:

Menina, minha menina,
Que tanta gracinha tem,
Deixe lá falar quem fala;
Só você é o meu bem!

O riso coroou a obra.

*

Lucas José de Alvarenga, descendente de uma honesta família da então vila de Sabará, da capitania de Minas Gerais, onde nasceu, teve fama como um dos nossos melhores poetas repentistas, e à semelhança de Gregório de Matos e Caldas Barbosa improvisava cantando ao som de um bandolim.

Depois de estudar na terra natalícia foi para Portugal, e contava 16 para 17 anos quando entrou para a Universidade de Coimbra.

Durante as férias ia o nosso jovem poeta para a capital do reino, e as simpatias, que sempre despertam a pátria e o talento nos corações bem nascidos, lhe abriram relações de amizade íntima e fraternal com muitos e distintos poetas brasileiros que então residiam em Lisboa.

José Basílio da Gama e Domingos Caldas Barbosa foram porventura os que melhor o agasalharam, e apreciaram as suas prendas.

De volta a Coimbra supria a correspondência epistolar as comunicações verbais; passou-se, porém, um ano sem que o Padre Caldas Barbosa desse satisfação de si respondendo às missivas de Lucas José de Alvarenga; e o jovem poeta, ao voltar à corte, dirigiu o seguinte soneto ao seu compatriota:

Improviso cantor, cisne de Belas,
Mimo das graças, mimo dos amores,
Gênio credor, assombro dos cantores,
Caro filho das musas, honra delas!

Porque a fronte te cingem as capelas
Que Apolo te formou de louro e flores,
Não desprezes noturnos piadores,
Cujas vozes são roucas, mas singelas.

Escrevi-te uma vez, a vez primeira,
E faltando a resposta há quase um ano
Protestei também fosse a derradeira.

Agora só te digo, cisne ufano,
Que se foi por eu ser ave rasteira,
Sei que o sou, mas do ninho americano.

Recebeu Caldas Barbosa este soneto em Belas, na quinta do Conde de Pombeiro, depois Marquês de Belas, onde convalescia de uma enfermidade que o levara às portas da morte, e no dia seguinte Lucas José de Alvarenga estava de posse da resposta pelos mesmos consoantes, da maneira seguinte:

No sítio ameno da aprazível Belas,
Habitação das graças, dos amores,
Te espero, cantor dino entre os cantores,
Favorito das musas, glória delas.

A minha frente cingem as capelas
Que te cingem também, de louro e flores;
O teu canto não é de piadores,
Tuas vozes são claras, são singelas.

Escreveste uma vez, a vez primeira;
Aumentaste o meu mal por mais de um ano,
Por querer que essa fosse a derradeira.

Eu te ouvi; ouve agora, cisne ufano!
És no Tejo, onde eu sou ave rasteira,
Alvo cisne do ninho americano.

Este soneto reconciliou os dois poetas, e Lucas José de Alvarenga foi em pessoa visitar o seu compatriota, e aí encontrou-se também com Basílio da Gama.

A Condessa de Pombeiro, depois Marquesa de Belas, pediu então ao Padre Domingos Caldas Barbosa que lhe escrevesse alguns versos no tronco de uma árvore do bosque de sua quinta.

Caldas Barbosa começou assim:

Neste tronco com meus votos
Escrevo os de Márcia bela!!...

– Basta, disse a condessa, basta, meu padre; deixai que o Sr. Basílio da Gama complete o resto.

O poeta não se fez rogar por mais de uma vez; tomou o buril e escreveu:

Porém se o tronco murchar,
Não é por mim, é por ela!

Os aplausos coroaram a poesia dos dois poetas; e Lucas José de Alvarenga foi também por sua vez convidado para continuar a poesia que parecia completa.

Ali não se hesitava, improvisava-se; e Lucas José de Alvarenga, o mais moço dos poetas brasileiros que estavam ali, não se quis deixar ficar atrás e recitou os seguintes versos sobre o mesmo assunto:

Debaixo de um alto cedro,
Onde contigo sonhei,
Acordei, Márcia; e o teu nome
No duro tronco gravei.

Se mata a um tronco o teu nome
Gravado por minha mão,
Que hei de esperar se amor mesmo
Gravou-te em meu coração?

Tal estrago fez no tronco
Num só dia o nome teu,
Que as verdes folhas secaram,
O duro tronco morreu.

Mais desgraçado que o tronco
A natureza me fez;
Eu morro todos os dias,
Ele morreu uma vez!

De volta à pátria, não esqueceu-se Lucas José de Alvarenga do brilhante talento que tinha para o improviso, embora queira fazer acreditar o contrário em suas memórias, porque obras desmentem palavras.

“Logo que me formei, diz ele, deixei cheio de saudades a cidade de Coimbra onde nas aprazíveis margens do Mondego deixei também e para sempre, entre as musas e as graças, com a minha lira, as minhas prendas de improvisar, tocar, cantar, etc., etc....”

Essa túnica de Nesso não se abandona assim, e depois de suas viagens pela Ásia, recolheu-se Lucas José de Alvarenga a esta corte, já então capital de um novo império, e para logo familiarizou-se com as principais famílias da época. O Imperador Dom Pedro I e a Imperatriz Leopoldina o distinguiram sempre, mostrando o grande apreço que faziam de suas qualidades.

Dotado de espírito sarcástico, rápido no improviso, jamais deixou de aproveitar-se das ocasiões para exercer o seu gênio, e com tanta habilidade se houve sempre, que jamais ofendeu a pessoa alguma.

Vieram uma vez lhe dizer que ele tinha mau gosto a respeito de certa senhora a quem rendia as suas finezas; Lucas José de Alvarenga encolheu os ombros e respondeu poetando:

– Dizem que eu tenho mau gosto,
E dão razões tais e quais...
Tomara saber se eu devo
Amar ao gosto dos mais.

– O senhor o que é? perguntou-lhe uma vez uma senhora, e ele respondeu-lhe de repente:

– O que eu sou, e o que eu não sou,
Quem quiser julgue de mim;
Eu sou tudo, eu não sou nada;
Gosto bem de ser assim.

Havia um figurão que o não poupava, e um dia contaram a Lucas José de Alvarenga as boas ausências, que o mesmo lhe fazia.

O poeta não se deu por achado e disse chasqueando:

– Sucede o mesmo comigo
Que sucede ao tronco anoso;
Quando me fazem a poda
É que eu fico bem viçoso.

Sabendo depois que o novo herói de sangue azul se gabava que o tinha confundido em certa questão, epigramou o caso assim:

– Disse um novo figurão, Em certa parte do mundo, Que tivera uma questão Em que eu fora a pique ao fundo.	Sucedeu que entre essa gente, Que a nós ambos conhecia, Só ele falava sério, Toda a mais gente se ria!
--	---

Passava também o nosso poeta pelo homem mais calado deste mundo, e uma senhora, de quem aliás ele gostava e que achava-se a seu lado havia já algumas horas durante uma longa noite invernosa, sem que ele procurasse a inciação de qualquer palestra, perguntou-lhe, metendo-o à bulha, se ele era mudo.

Tocaram-lhe na lira, e o improviso foi a resposta:

– Dizes que eu sou tão calado
Que às vezes pareço mudo,
Como te enganas comigo!
Assim é que eu digo tudo!

– Ora fale, insistia a senhora, diga alguma coisa, Sr. Doutor.
E o poeta inda voltou-lhe em verso:

– Para que queres que eu fale?
É melhor que eu fique mudo:
Eu, falando, digo pouco;
Eu, calando, digo tudo.

Achavam-se uma vez três senhoras, que designarei pelos seus nomes poéticos de Anália, Alzira e Lília, em uma reunião com o nosso amável improvisador; gostavam de bulir com ele, pois só incitado saía-se o poeta com os seus repentes felizes, com os seus versos de improviso.

Uma das senhoras, Anália, lhe disse que ele não podia negar que queria bem a uma Dona Mariquinhas, tanto assim que ela se gabava disso: e ele respondeu prontamente:

– Diz Marília que eu a adoro,
Mas eu não sei como é isto!
Por mais que eu force a memória,
Nem me lembro de a ter visto!

A outra (Alzira) mostrou-se zangada para com ele, e asseverou-lhe que já lhe tinha querido muito bem, mas que não fazia mais caso dele, visto gostar da terceira senhora que ali lhe fazia a roda, isto é, Lília.

O poeta não foi menos demorado na resposta:

– Diz Alzira que a deixei
Por Lília, que é meu feitiço;
Que já me não quer. Eu creio;
Mas por que fala inda nisso?

– E o Sr. Doutor, disse a terceira senhora (Lília) negará que não quisesse bem à sua Alzira?

– Negue isso, negue isso, disse a Sra. Alzira.

Lucas José de Alvarenga, voltando-se para ela, lhe disse:

– Já te quis bem,	Quando em teus olhos
Eu não te nego;	Meus olhos ponho,
Estava cego	Eu me envergonho
Quando te quis.	Do mal que fiz!

A senhora, querendo por sua vez derrotá-lo, lhe fez ver que não devia acreditar na sua Lília, que era sonsa, que fingia gostar dele, mas que morria de amores por outro.

Lucas José de Alvarenga acudiu prontamente:

– Sei que Lília me atraiçoa;
Não importa, pois que é bela;
Mulher assim vale a pena
De ser traído por ela.

– E o que tem, replicou a tal Alzira, que Lília seja bela ou feia? O que se trata é da traição que nada tem com as qualidades físicas.

Lucas José de Alvarenga não a deixou ainda desta vez sem resposta:

– Difere muito a traição
Em ser por esta ou aquela;
Traição de feia é desar,
Antes traição de uma bela!

– Obrigada, Sr. Doutor, disse a tal Lília, pois ainda fingindo acreditar na minha traição, não lhe dá peso algum; mas cedo, cedo serei abandonada por V. Ex. Diga, não há de ser assim?

– Oh! minha senhora, exclamou o poeta, e batendo na sua larga testa, prosseguiu:

– Dizer quando hei de deixar-te
Isso não posso eu dizer;
Como eu hei de adivinhar
O dia em que hei de morrer?

As senhoras deixaram-no por fim; deram-se por vencidas, e eis aí às voltas com ele certos amigos, que tinham presenciado esse certâmen de epigramas e madrigais, em que as senhoras lhe arremessaram também punhados de flores de envolta com espinhos.

– O nosso poeta, disse um deles, é como Bocage, em vendo moça ei-lo se confessando seu amador.

– Há de ser difícil, disse outro, fazer a relação circunstanciada de todos os nomes que ele tem escrito em seu coração, com a designação dos seus triunfos, e também, acrescentou o malicioso amigo, de suas derrotas.

– É fácil, voltou-lhes Lucas José de Alvarenga, e dir-vos-ei também por que em amor sou tão bandoleiro! Ora escutai lá:

Criminam-me as belas
De mau coração,
Mas ouçam-me e digam
Se eu tenho razão.

Por essas e outras
Mais amor não quis;
Porque, se eu amasse,
Seria infeliz.

Amei a Marília
Que me queria bem,
Mas não a mim só,
Sim a mais alguém.

Firme estava nisso,
Mas vi Márcia bela:
Fiquei sem querer
Morrendo por ela.

Amei depois Lília
Que mui me queria,
Mas ao mesmo tempo
A outro atendia.

Que agrados me fez!
Que provas de amor!...
Pois no meio disto
Inda foi pior!

Amei depois Nise
Pelas prendas suas;
Fez-me em poucos dias
O mesmo que as duas.

Jurei não amar
Mais mulher alguma,
Querer muito a todas
E bem a nem uma.

Mas para evitar
Riso insultador,
Com que elas motejam
Quem zomba de amor;

Afeto que adoro,
Finjo muito agrado;
E quando é preciso
Até finjo enfado.

Destes fingimentos
Criminam-me as belas;
Mas isto que eu faço
Aprendi com elas!

*

O Dr. Joaquim Inácio de Seixas Brandão pertencia a uma das mais honestas e ilustres famílias da província de Minas Gerais, e era parente da formosa Dona Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brandão, a quem T. A. Gonzaga eternizara sob o nome de Marília de Dirceu.

Dotado de gênio poético, ligou-se intimamente com Basílio da Gama; é dele aquele soneto em que elogia o poema *Uruguai*, pedindo permissão para que a sua poesia,

Qual fraca vide que se arrima a um tronco,
Também vá discurrir pelo universo.

O Dr. Seixas Brandão estudou na Universidade de Montpellier, e de volta a Lisboa foi nomeado médico das Caldas da Rainha; era aí que ele improvisava constantemente e era sempre ouvido com interesse e admiração por luzida reunião.

Glosou uma vez aquela bela oitava de Camões:

Estavas, linda Inês, posta em sossego.

E a glosa saiu um perfeito poema dos amores de Inês de Castro, que felizmente não se perdeu, e é uma das mais belas pérolas da nossa literatura.

Seus repentres em poesia eram felicíssimos.

O seu amigo Basílio da Gama não se admirara da estátua eqüestre que o Marquês de Pombal fez levantar ao Rei Dom José I no terreiro do Paço de Lisboa; mas o Dr. Seixas Brandão, menos prevenido que o autor do *Uruguai*, parando ante a bela obra do escultor português, recitou de improviso os seguintes versos:

Vive Minerva de um jato só fundida.
Com tanta perfeição a estátua rara,
Que pesarosa de faltar-lhe a vida
Diligente a animá-la se prepara;
O fogo etéreo com a mão erguida
Ia a infundir-lhe... mas, atenta, pára
Vendo que ficaria desta sorte
Uma obra imortal sujeita à morte.

*

O Marechal Luís Paulino distinguia-se no improviso de seus versos fluentes e belos, e pela valente harmonia que lhes sabia imprimir; seus sonetos cheios de pompa e sublimidade, ressumbrando a [nobreza]⁶ dos sentimentos de sua alma, gravavam-se como que por encanto na memória dos que os ouviam recitar.

Era ele ainda, em 1808, capitão do regimento de cavalaria de Almeida em Portugal, quando por ordem de Junot se procedeu em Coimbra ao desarmamento das tropas portuguesas. Luís Paulino recebeu esta notícia em Santa Cruz, sobre o túmulo do Rei Dom Afonso Henriques; então, com os olhos alagados em lágrimas de indignação, recitou de improviso o seguinte soneto, que é um primor em seu gênero:

A teus pés, fundador da monarquia,
Vai ser a lusa gente desarmada;
Hoje rende à traição a forte espada
Que jamais se rendeu à valentia.

Ó rei, se a minha dor, minha agonia
Penetrar podem sepulcral morada;
Arromba a campa, e com a mão mirrada
Corre a vingar a afronta deste dia.

Qu'eu, fiel qual te foi Moniz, teu pajem,
Fiel sempre serei: grata esperança
Me sopra o fogo da imortal coragem.

E as lágrimas que à dor os olhos lança
Recebe-as, grande rei, por vassalagem,
Aceita-as em protesto de vingança.

*

⁶ No texto: "nobrez".

Dotado de uma memória feliz, João Pedro Maynard reunia a essa brilhante faculdade o dom do improviso, e tornava-se o alvo e o encanto das sociedades em que se achava, e a sua conversação era amenizada com sainetes, repentes e anedotas que inventava para entreter os espíritos.

A incúria de seus parentes deixou que se perdessem as suas poesias pela maior parte boas e algumas excelentes, e bem assim os seus improvisos luminosos como os meteoros que passam no céu.

Era felicíssimo nos seus repentes, mas depois que se lhe amadurecera a idade começou a reinar uma tal ou qual liberdade em suas palavras, que de indecente passou a cínica a linguagem de homem tão proeminente.

Uma luzida companhia o aguardava em uma noite de sarau.

Uma donzela, formosa como um anjo, foi insinuada para que lhe saísse ao encontro com o difícil mote:

Não são nove as musas belas,
Nem estão no Pindo as três graças,

a fim de verem como ele se tirava de pronto do embaraço, glosando os difíceis versos. João Pedro Maynard mal teve tempo para dirigir englobadamente os seus cumprimentos às pessoas presentes, e, ainda com o chapéu na mão e os olhos fitos na encantadora moça, que lhe oferecia uma taça de chá, foi pronunciando como por encanto estes versos belos e formosos, que nos conservara a tradição:

No número, meu bem, daquelas	O sacro licor nas taças
Que habitam lá no Parnaso	Aos poetas dás; não faças
Eras tu, e nesse caso	Que eu fique sem estro aqui;
Não são nove as musas belas.	Se as graças estão em ti
Tu, meu bem, junto com elas	Não estão no Pindo as três graças.

*

Francisco Vilela Barbosa, depois Marquês de Paranaguá, foi um dos mais distintos brasileiros de seu tempo, e teria sido um dos nossos maiores poetas se a política o não absorvesse e não nos roubasse assim um dos nossos melhores improvisadores.

Aquela bela ode dirigida ao Visconde de Cairu, em que o ilustre poeta prima pela elevação dos pensamentos, pureza de dicção e sublimidade do estilo e harmonia e gravidade dos versos, foi feita no senado de improviso.

Como poeta repentista citam-se muitas poesias suas, que lhe vinham aos lábios como que por encanto. A posteridade, porém, deve se contentar com o pouco que os seus contemporâneos nos transmitiram, e que ele mesmo poupou às chamas alguns instantes antes do seu passamento.

Estudava Francisco Vilela Barbosa no seu gabinete, em Lisboa, quando uma senhora ia a entrar, mas deteve-se vendo-o só, e naturalmente se retirava. O amável poeta levanta-se, detém-na e lhe diz com a maior amabilidade deste mundo:

Visto que a mal hão de ter
Se te virem só comigo,
Dou-te, ó Márcia, um parecer:
Nunca só me venhas ver,
Traz amor sempre contigo.

E tanto a senhora aproveitou o seu conselho, que daí a dias era sua esposa.

*

Amoroso como Catulo, Tibulo e Propércio, era Domingos Borges de Barros, Visconde da Pedra Branca, dotado de um gênio nimamente brando. Não se agitava do ímpeto divino, nem se deixava arrebatado das grandes idéias; mas, como Anacreonte, dir-se-ia que se coroava de flores e empunhava a lira somente para cantar amor e suas doçuras. O madrigal, e não o epigrama, era a sua arma favorita; e as senhoras brasileiras a quem tão submisso rendia preito e homenagem, não só como distinto cavalheiro, como também ameno e delicado poeta, achavam sempre nos seus lábios um sainete, uma graça que faziam com que elas muito de propósito o viessem provocar.

Quantos ditos seus graciosos e lindíssimos se não perderam nessas noites de amável reunião e entretenimento?

Havia ele já tocado a meta da sua existência, e ainda assim a conversação do velho amigo de Filinto Elísio, o grande lírico português, era cheia de atrativos, variada e divertida.

Já a paralisia o detinha no caminho da vida, e o ancião tinha sempre no meio de suas dores e sofrimentos uma palavra cheia de encanto, um dito espirituoso para aqueles que se lhe aproximavam.

Foi neste estado valetudinário que uma menina moça lhe veio um dia trazer o seu álbum e pedir-lhe uma contribuição. A jovem era tão bela, que o velho teve ardentes lembranças de seus dias de outrora! Tomou a pena e escreveu sem pensar:

Brasília, toma o teu álbum,
Não bulas comigo, não;
Se as pernas andar não podem,
Inda pula o coração!

*

Como digno representante dessa plêiade de poetas repentistas, vive ainda entre nós o ilustre baiano o Sr. Francisco Moniz Barreto.

É atualmente o nosso primeiro improvisador.

São numerosos os repentistas felizes e magistras de tão fértil poeta, mas limitar-me-ei a citar um dos mais brilhantes pelas circunstâncias históricas que se ligam a ele.

Corriam os dias de março que precederam a revolução de abril, e o Sr. Francisco Moniz Barreto conversava com alguns amigos sobre a questão do dia.

– Dom Pedro, disse ele, referindo-se ao imperador, o que quer é acabar com os liberais.

– E há de acabá-los, se tiver juízo! soou como trovejando uma voz áspera.

Era um frade, que passava, que assim dizia, e o jovem poeta deteve-o pela estamena de seu hábito.

– Escute, brada-lhe ele, a glosa do soneto, já que para ele me deu o mote.

E os seguintes versos fáceis e fluentes deslizaram-se de seus lábios com grande admiração do franciscano:

Do trono excelso nos degraus sagrados
De Assis o patriarca ajoelhara,
E consta que destarte ele falara
Ao Deus, que o mundo rege e manda os fados:

“Grande Deus! Com que pejo relaxados
Vejo os filhos, que outrora abençoara!
Já entre eles o vício se descara!
Já de Cristo não são da fé soldados!

Eu te rogo, Senhor, que aos loucos brades,
Que lhes avives a fé do paraíso...”
Riu-se Deus e lhe disse: – “Não te enfades!

Frades não fiz, de frades não preciso;
Quando o mundo souber o que são frades
Há de acabá-los – se tiver juízo.”

E basta de poetas repentistas.

APÊNDICE

A LÍNGUA BRASILEIRA

Este artigo foi publicado na *Guanabara*, Revista Artística,
Científica e Literária, Rio de Janeiro, t.III, p.99-104, 1855.

J á alguém nos lançou em rosto, que não temos literatura nacional, porque não temos língua; ficou porém provado a toda a luz que a literatura de [um] povo é a voz de sua inteligência, e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país, ou risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dessemelhante de Portugal, devia resultar uma tal ou qual modificação nessa literatura, embora *portuguesa* mas produzida pelos *brasileiros*: e consentisse então que a essa modificação se chamasse sem impropriedade alguma *literatura brasileira*. Quem o consentiu foi um português, cujo nome por *Delgado* não me lembra agora; mas enfim concedeu-nos a essa modificação as honras de literatura brasileira. Ora, antes deles já Ferdinand Denis e E. de Monglave, Jarry de Mancy¹ em França, Garrett e Herculano em Portugal, Magalhães, Porto-Alegre, Santiago Nunes Ribeiro, Pereira da Silva, Varnhagen, Gonçalves Dias, Monte Alverne, Paula Meneses, e também eu? Talvez, no Brasil tínhamos notado essa distinção, e J. Mármol e J. M. Gutiérrez em Buenos Aires a defendiam a modo que também negassem à república argentina o que foi negado à pátria dos Basílios da Gama, dos Durões, e de tantos outros poetas ilustres que não há recordá-los ao brincar com a pena.

Ora, o que se tem dado com a literatura é o que ainda se não deu com a língua, porque ainda ninguém se lembrou que não é ela perfeitamente a língua portuguesa, e que estando no mesmo caso que a nossa literatura, erro é chamá-la ainda portuguesa.

Resultará desta distinção o perfeito conhecimento da enunciação do pensamento, quando nos expressarmos a tal respeito; ao menos cá de mim para mim tenho, que quando disser língua portuguesa, entenderão por tal o idioma de que se usa na velha metrópole, e quando disser língua brasileira, tomarão por tal a que falamos, que é quase aquela mesma, mas com muitas mudanças.

¹ Parece haver engano na grafia do nome desse autor. Trata-se, provavelmente, do mesmo J. de Marcy citado por Joaquim Norberto nos capítulos de sua *História da Literatura Brasileira*. Cf. nota 74 do capítulo I da *História da Literatura Brasileira*, neste volume.

A língua dos antigos dominadores do Brasil ficará conhecida como até aqui por língua guaranina, como diz Aires de Casal, língua geral do Brasil como escrevia Simão de Vasconcelos, ou língua brasílica, como dizia o Padre Luís Figueira, e a seus dialetos caberão os seus próprios nomes, como ao dos aroás, língua aroana, ao dos goianases, goianana e... e etc.

Coube-nos a língua portuguesa por um direito de herança de que não abriremos mão; recebemo-la dos lábios de nossas mães, e é tanto nossa como dos nossos irmãos de além-mar. Garrett, que antevendo o nosso tão grandioso futuro nos personificou na figura do gigante dos rios, falando-nos pela boca do Camões, nos tem por herdeiros de sua verdadeira língua:

Sim, recebe-o, guarda-o
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio; não se acabe
A língua, o nome português na terra.²

Se tivéssemos de agradecer ao ilustre visconde-poeta (oh! dessa gente titular só há lá pela estranja!) havia ser pela boca do Amazonas, que dizem que tem oitenta léguas, com a sua língua do Marajó ou ilha de Joannes, que é quase, se não é como o velho Portugal em extensão. E que bonita que não havia de ser a prosopopéia! Além-mar o Camões a expirar e nos legando a língua em seus imortais *Lusíadas*, dirigindo-se ao Amazonas; aqui o gigante a lhe responder com uma boca enormíssima tendo por língua um reino imenso! Ah! se eu fosse poeta!... Quando me lembro dessas coisas aparo a minha pena e... e ponho-me a registrar os trabalhos da minha secretaria,³ que é o mais suave, o mais instrutivo de todos os trabalhos intelectuais a aguçar a imaginação de um ardente poeta, a acender-lhe o estro, e a dizer-lhe *voa!* Ah meu país!...

Mas, por onde ia eu? Oh cá está o ilustríssimo Simonde de Sismondi, que me faz lembrar – *Borel, Borel e Comp.*, que imprimiram umas edições do dicionário de Moraes, tão desbancado do Constâncio,⁴ que também há de ter a sua vez... Pois bem, quando Simonde de Sismondi viu trasladar-se a corte portuguesa para o Brasil e que, como quer o meu

² *Camões*, poema, canto X. (N. do A.).

³ Joaquim Norberto, entre 1846 e 1859, foi funcionário da Secretaria da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro.

⁴ Francisco Solano Constâncio (Lisboa, 1777 – Paris, 1846): escritor português, autor do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.

amigo o Dr. Macedo,⁵ trocaram-se os papéis entre a colônia e o reino, ele disse à face da Europa:

“O novo império dos portugueses, sobre o qual repousam agora todas as suas esperanças de independência e grandeza futura... começa já a crescer e a se elevar no ultramar... Breve o império do Brasil nos dará na língua portuguesa dignos sucessores de Camões.”⁶

Ora, não há dúvida que nós trazemos no peito a cruz de Afonso Henriques, e temos nos lábios a língua de Camões, como tão poeticamente disse o meu Porto-Alegre, e que bem traduzido e em termos de prosa quer dizer que somos cristãos e falamos português. Porém será essa língua tal e qual a que se usa na antiga mãe pátria? Tenho uma tal ou qual tentaçãozinha de responder: qualquer resposta, porém, da minha parte poderá ser averbada de suspeita, e pois serão dois portugueses os que far-me-ão esse favor, deixando aqui estampado o sentido de suas palavras.

O Sr. Roquete⁷ nos seus sinônimos assevera que não há nem uma nação na Europa que apresente em sua língua tanta variedade de origem como a portuguesa, pois só no Amazonas encontravam-se até 1639 umas cento e cinqüenta línguas, afora as que depois se descobriram.

O Sr. José Silvestre Ribeiro⁸ diz que não se pode deixar de fazer sentir a diferença que o clima, o caráter dos povos, e outras muitas circunstâncias devem ter produzido sobre o idioma português no Brasil. Que é incontestável que a língua portuguesa tem continuado a ser comum aos habitantes dos dois mundos, como permanecendo essencialmente a mesma; mas que também se não pode duvidar de que transportada ao Brasil, modificou algum tanto a sua índole, por efeito da poderosa influência do clima, do caráter dos naturais, da mistura das raças, etc., etc. Que além dessa diferença, que abrange a generalidade do idioma, há também a considerar a introdução de um grande número de vocábulos e costumes dos indígenas ou mesmo dos colonos do ultramar, que sucessivamente foram passando ao Brasil.

⁵ Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha* (1844).

⁶ Joaquim Norberto cita, aqui, passagens da obra *De la Littérature du Midi de l'Europe* (Paris, 1813), de Simon de Sismondi. Cf. Guilhermino César, *Historiadores e Críticos do Romantismo*, 1978, p.23 e 26.

⁷ Frei José Inácio Roquete (Alcabideche, Portugal, 1801 - 1870): polígrafo português, autor, entre outras obras, de um *Dicionário de Sinônimos*.

⁸ Talvez Joaquim Norberto tenha-se enganado. Provavelmente, trata-se, aqui, de José Silvestre Rebelo (Portugal, último quartel do século XVIII - Rio de Janeiro, 1844), que se associou ao Cônego Januário da Cunha Barbosa e ao Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e escreveu, entre outras coisas, sobre o tempo, isto é, o clima.

Citarei também o Sr. Varnhagen, que diz que o estado da língua guarani é digna, a par da grega, de ser cultivada como língua sábia e necessária, não só por dar esclarecimentos na etnografia e na botânica, como nos diferentes ramos da zoologia; e certo ninguém o negará, porque o Sr. Varnhagen fala de cadeira sobre estas coisas, a menos que se não trate de *florilégios de poesias brasileiras*, porque então... Chiton, que já uma vez saiu-se do sério por lhe ter sublinhado certa frase, como se eu lhe não quisesse bem pelos seus trabalhos históricos!...

Eis-me outra vez perdido de meu trilho, que a pena vai a brincar deveras com tanta derrogação; apegar-me-ei a alguma Santa! Oh! cá está o nosso Santa Rita Durão, que como tal me saberá guiar melhor que ninguém. O seu belo poema foi friamente recebido pelos portugueses. Durão o previra quando disse que eles haviam de estranhar os nomes de alguns de seus heróis, mas que os nomes dos alemães e dos ingleses não eram menos bárbaros.⁹ A isto lhe responderam os portugueses que os nomes brasileiros abundavam de vogais, que faziam parte de uma língua harmoniosa e doce, que não eram bárbaros, mas que eram ridículos!... Ridículos, e que faziam rir; ridículos como *Paraguaçu*, *Caeté*, *Imboaba* e *Jacarandá*. Ora por esta amostra do pano já vêem os brasileiros que hilaridade não deve haver em Lisboa quando nas salas da fidalguia genuína do reino se anunciar a chegada de titulares brasileiros de nomes ridículos como esses! Digam lá Barão de *Paraguaçu*, Conde de *Caeté*, Visconde de *Imboaba*, e Marquês ou Marquesa de *Jacarandá*, para ver se não há risada velha! E agora que uma nova edição de novos titulares esgotou o dicionário da língua guarani! Saiba pois o Sr. Varnhagen que o guarani fornecerá também esclarecimentos na genealogia brasileira; a arte do brasão fará ampla colheita nas nossas coisas, e representará no escudo do Sr. Barão de *Paraguaçu* ou um rio grande, ou a mulher do Caramuru; no escudo do Sr. Conde de *Caeté* um mato firme; no escudo do Visconde de *Imboaba* um homem calçado, peludo, e no do Sr. Marquês de *Jacarandá* uma árvore ou alguns toros ou couçoelas do pau-santo!...

Por isso, e não por outra coisa, saiu o Visconde de Cairu em defesa do nosso poeta! Que maganão; tocava-lhe por casa! Em Portugal, disse ele, não foi aceita a obra por se cantar um país rude e conter nomes e frutos de mato virgem. A língua portuguesa tem taful e paul: e a língua brasileira não terá Paraguaçu, tatu? Em Portugal não arranham aos ouvidos os termos bolotas, medronhos e alfarrobas: e no Brasil darão arrepio os de mangarás e batatas?

⁹ Santa Rita Durão fez anteceder o seu poema *Caramuru* (1781) por um texto intitulado "Reflexões Prévias e Argumento". É nele que o poeta expõe o argumento mencionado por Joaquim Norberto.

Como fica demonstrado por mim, com a ajuda de tanta gente boa, claro é que temos uma língua e uma língua brasileira, e já como tal batizada pelo nosso sábio Visconde de Cairu, quando se viu na necessidade de fazer sentir a sua distinção, por causa dos vocábulos que são peculiares a cada um dos dois povos do velho e do Novo Mundo; acho até tanta harmonia nessas frases do nobre Visconde de Cairu, que as sei de cor: “A língua portuguesa tem taul e paul, e a língua brasileira não tem Paraguaçu e tatu?” Oh excelente, excelentíssimo, Sr. meu!¹⁰

Agora que temos a língua: o que devemos fazer? O objeto é tão transcendente, que ainda me vou socorrer de um sábio nosso, não titular, mas de nomeada até no velho hemisfério: é José Bonifácio de Andrada e Silva. Eis o que ele nos aconselha: “Nós já temos muitos vocábulos compostos, tirados do latim: por que não faremos e adotaremos muitos outros necessários em poesia? Ousem pois os futuros *engenhos brasileiros* dar este nobre exemplo, e fico, que apesar de franzirem o beijo puristas acanhados, chegará o português já belo e rico agora a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina de que traz herança.”¹¹

E se alguém me disser que já leu isso mesmo, porém com a diferença de que *engenhos brasileiros* foi substituído por *engenhos portugueses*, direi que eu cá leio pela cartilha velha. Essa lembrança de *engenhos portugueses* foi do engenho do editor do *Parnaso Lusitano*: lá em que tomo e página, é que eu não sei ao certo; o que sei ao certo é que o nosso poeta, o nosso bom *Américo Elísio* escreveu engenhos brasileiros, e por engenhos brasileiros se há de ler sempre na ediçãozinha do farpado resto do traquete roto, que era como ele chamava as suas poesias avulsas, feitas em Bordeaux.

O meu amigo o Sr. Coruja, já abriu um exemplo digno de ser seguido pelos literatos nacionais, não essas lanternas furta-fogo, que se iluminam por dentro e nada transmitem de suas luzes; mas esses que escrevem até

¹⁰ Não é invenção minha, o que há é apenas anacronismo; o Visconde de Cairu tomou a peito a defesa de Durão nesta corte, na *Sabatina*; e recentemente o redator da *Ilustração, Jornal Universal* publicado em Lisboa no n.º 10 de 3 de janeiro de 1846, pág. 158, col. 3, arte – ÉPICOS BRASILEIROS, disse “O autor do *Caramuru* no seu prólogo se desculpa da estranheza dos nomes de alguns de seus heróis, dizendo que o nome dos alemães e dos ingleses não são menos bárbaros. Confessamos que a este respeito não podemos conformar-nos com a sua opinião. Os nomes brasileiros abundam de vogais, fazem parte de uma língua harmoniosa e doce, não são portanto bárbaros, mas são *ridículos*, circunstância que se não dá nos nomes alemães e ingleses de consoantes, difíceis de pronunciar, bárbaros portanto, mas que têm a vantagem de não fazerem *rir*, como nos acontece quando lemos vocábulos como *Paraguaçu*, *Caeté*, *Imboaba*, *Jacarandá*, e outros de igual jaez.” (N. do A.)

¹¹ Cf. nota 72 do capítulo II da *História da Literatura Brasileira*, neste volume.

ao correr da pena, ou como eu a brincar com ela.¹² O ilustre rio-grandense apresentou ao Instituto Histórico Brasileiro um vocabulário dos termos peculiares a seus patrícios, e que não pertencem à língua portuguesa, e se podem ver na *Revista Trimensal*.¹³ Sinto porém cá dentro n'alma que o Sr. Coruja não escrevesse em vez de uma *Ortografia Portuguesa*, uma que por aí corre, *Ortografia Brasileira*;¹⁴ assim, por exemplo, em vez de nos ensinar a escrever *cousa*, *doudo*, *ouro*, *tesouro*, nos diria que no Brasil se pronuncia *coisa*, *doido*, *oiro*, *tesoiro*; e assim escreveram Basílio da Gama, e outros poetas brasileiros. O Sr. Duarte da Ponte Ribeiro teve a subida honra de ser incumbido por S. M. I. de trabalho idêntico ao do Sr. Coruja, mas em relação a todo o Brasil, e é de crer que a expectativa pública seja amplamente compensada da demora que tem havido da parte de S. Ex.^a, sem dúvida pela grande cópia de vocábulos que tem encontrado nesses cartapácios de que fala Barbosa na sua *Biblioteca Lusitana*, ou *palanganas*, como diz S. Ex.^a. A messe é imensa e o segador não passa de um, assim Deus o ajude, e a mim não me desampare.¹⁵

Uma advertência para concluir. O Sr. Castilho, que aí abriu o seu *curso de leitura repentina*, e que talvez melhor se chame *pitturesca*,¹⁶ lá está ensinando que *ei* tem muitas vezes o som de *âi*, como em *lei* que se pronuncia *lâi*!!!... Ah meu caro e insigne poeta! se vamos a dizer *lâi* por *lei*, está tudo perdido, e adeus língua brasileira! Em Portugal se escreverá a lei de uma maneira e se lerá por outra; no Brasil porém o povo a lê como o poder legislativo a escreve; o governo é que algumas vezes dá em ler ao avesso do que está escrito, e até isso é costume, pelo que vejo que nos veio de além-mar, ou que alguém conserva.

Na Bahia, diz o Sr. Porto-Alegre, tudo é doce; o terreno produz açúcar, come-se ao ardor da malagueta, e canta-se com as lágrimas nos

¹² Joaquim Norberto fala seriamente de tudo o que trata, pelo menos nas matérias que trazem o seu próprio nome. Este artigo é uma surpreendente exceção. Sua veia humorística ele emprestava, via de regra, ao pseudônimo Fluviano. Cf. Almir Câmara de Matos Peixoto, *Direção em Crítica Literária*, 1951, p.71-72 e p.91.

¹³ A "Coleção de Vocábulos e Frases Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul", de Antônio Álvares Pereira Coruja (Porto Alegre, 1806 - Rio de Janeiro, 1889) encontra-se na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.XV, p.223, 1852.

¹⁴ Antônio Álvares Pereira Coruja publicou um *Manual da Ortografia da Língua Nacional* (Rio de Janeiro, 1848).

¹⁵ É evidente o tom de ironia de todo o parágrafo, particularmente no que se refere à demora na publicação da *Ortografia Brasileira*. Duarte da Ponte Ribeiro, Barão da Ponte Ribeiro (S. Pedro da Pavolide, Portugal, 1794 - Rio de Janeiro, 1878), ao que tudo indica, não escreveu qualquer tratado de ortografia. Em sua bibliografia, fornecida por Sacramento Blake (*Dicionário bibliográfico brasileiro*, 1970, v.2, p.238-240), predominam trabalhos sobre questões de limites do país, história, geografia e navegação.

¹⁶ Entenda-se: ler com a rapidez com que se vê uma pintura.

olhos; no Rio de Janeiro, diz Rocha Pita, que tudo é terno e belo; que o Carioca com as suas águas faz caras mimosas às damas, e vozes suaves aos homens.¹⁷ Aconselho respeitosamente, não ao autor da *Noite do Castelo*, mas da *Leitura Repentina*,¹⁸ que no terreno açucarado prove das malaguetas e beba das águas da nossa Castália, que por aí vêm de tão longe por cima de seus arcos triunfais, já que lhe desbarataram parte, e grande parte de seus bosques. Ao menos foi mais feliz do que a Tijuca! Já não é como a descreveu o meu amigo Dr. Ernesto de Sousa,¹⁹ essa mulher que chora continuamente as suas desditas, que tem por lágrimas tantas águas, e por desgrenhados cabelos as suas florestas se agitando ao sopro da tempestade. Ah! Santo Nome de Deus! Porto-Alegre irá ainda assentar-se sob as pedras santas, que lembram o abrigo sagrado que aí buscou e encontrou o bispo D. Francisco de S. Jerônimo, e lerá ainda uma vez com o acento da inspiração o seu grande poema da *Destruição das Florestas*!²⁰ E o Dr. Paula Cândido²¹ dirá ainda uma vez no seio da representação nacional: “A posteridade nos perguntará pelas magníficas florestas do Rio de Janeiro!... Que vandalismo!”

A Tijuca perdeu as suas matas, e breve aquelas venerandas rochas saltarão ao aceno do cavouqueiro! As matas, as belas matas da Tijuca substituídas não por uma plantação como diríamos em língua portuguesa, mas por uma roça, como dizemos em língua brasileira de *milho e feijão*, onde todos os anos temos *cuivaras*!...

¹⁷ Cf. nota 12 do capítulo V da *História da Literatura Brasileira*, neste volume.

¹⁸ Joaquim Norberto, tendo-se referido anteriormente ao professor de um *curso de leitura repentina* como Sr. Castilho, pode aqui estar chamando atenção para o fato de que não se está referindo a Antônio Feliciano de Castilho, autor de *Noite do Castelo*, mas ao irmão dele, José Feliciano de Castilho, residente no Rio de Janeiro, onde foi professor e jornalista, particularmente dedicado aos segredos da arte mnemônica. Antes de se estabelecer no Brasil, José Feliciano havia ministrado cursos de mnemônica em Paris e escrito obras, em francês, sobre o tema. É provavelmente a isso que se refere Joaquim Norberto quando lhe atribui um “*curso de leitura repentina*”. É curioso, entretanto, que Antônio Feliciano, também interessado em questões pedagógicas e na arte mnemônica, tenha escrito, ele sim, uma obra intitulada *Leitura Repentina* (1850). Daí este trecho resultar obscuro e não sabermos se Joaquim Norberto está fazendo a distinção entre os dois irmãos, ou se, referindo-se a Antônio Feliciano, que esteve no Brasil justamente em 1855, está distinguindo o poeta de *Noite do Castelo* do pedagogo, autor de *Leitura Repentina*.

¹⁹ Não podemos ter certeza acerca da pessoa exata a quem se refere Joaquim Norberto nessa passagem. Contudo, julgamos que se trata de Ernesto de Sousa e Oliveira Coutinho, filho do Visconde de Sepetiba, que era médico e escreveu uma tese em que tratou da topografia do Rio de Janeiro, do ponto de vista médico. (Rio de Janeiro, 1851).

²⁰ Manuel de Araújo Porto-Alegre, Barão de Santo Ângelo, publicou, no Rio de Janeiro, em 1846, o poema *A Destruição das Florestas*: brasileira em três cantos.

²¹ Provavelmente, Joaquim Norberto está se referindo ao Dr. Francisco de Paula Cândido (Minas Gerais, 1805 - Paris, 1864), que foi médico, tendo sido presidente da junta central de higiene pública e autor de numerosas obras acerca das condições de salubridade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADET, Emílio, SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Algumas palavras sobre uma nova publicação. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.1, n.13, p.392-393, 1.º de maio de 1844.
- ALVARENGA, Silva. *Obras poéticas*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. 2v.
- AMADO, James. Ed. Ver MATOS, Gregório de, 1969.
- ANCHIETA, S. J. Joseph de. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1977.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990. [Edição fac-similar]
- ANTÔNIO de Sá. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924. [Estante Clássica da *Revista de Língua Portuguesa*]
- ATLAS geográfico mundial. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1994.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. 5v.
- BARBOSA, Pe. A. Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: São José, 1955.
- BARBOSA, Januário da Cunha (Org.). *Parnaso brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829-1832. 2v. [contendo 8 cadernos]
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1883-1902. 7v. [Edição fac-similar do Conselho Federal de Cultura, 1970]
- BOSQUEJO histórico, político, e literário do Brasil; etc. por um Brasileiro [General José Inácio de Abreu e Lima]. Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp., 1835.
- BUENO, Silveira. *Vocabulário tupi-guarani/português*. 6 ed. São Paulo: Éfeta, 1998.
- CALMON, Pedro. *História da literatura baiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2v.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

- CARELLI, Mário. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papyrus, 1994.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, s.d.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTELLO, José Aderaldo (Org.). *O movimento academicista no Brasil: 1641 - 1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1978. [v1, com 6t; v.2, com 3t; e v.3, com 6t]
- CASTILHO, Visconde de. *Tratado de metrficação portuguesa*. 4 ed. Porto: Moré, 1874.
- CENDRARS, Blaise. *Etc..., etc... (Um livro 100% brasileiro)*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo - 1: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- COELHO, Jacinto do Prado (Dir.) *Dicionário de literatura: literatura brasileira; literatura portuguesa, literatura galega, estilística literária*. 3 ed. Figueirinhas/Porto: s.e., 1973. 3v.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- COSTA, Cláudio Manuel da. *Obras poéticas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903. 2v.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. 2v.
- COUTINHO, Afrânio (Org.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 6v.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 3v.
- DENIS, Ferdinand. *Uma festa brasileira*. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

- DIÁLOGOS das grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- DIAS, A. Gonçalves. *O Brasil e a Oceania*. Paris: H. Garnier, 1909.
- DIAS, A. Gonçalves. *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.
- DIAS, A. Gonçalves. *Dicionário da língua tupi*. Rio de Janeiro: São José, 1970.
- DICIONÁRIO biográfico de brasileiros célebres*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1871. [Obra de autoria não declarada, atribuída a Justiniano José da Rocha, em manuscrito na folha de rosto do exemplar que possuímos.]
- DICIONÁRIO de história do Brasil, moral e civismo*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- D'ORBIGNY, Alcide. *El hombre americano*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.
- DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976. v.1.
- ELÍSIO, Américo. Ver SILVA, José Bonifácio de Andrada e.
- ENCICLOPÉDIA de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante, 1990. 2v.
- ENCICLOPÉDIA e dicionário internacional*. Lisboa: W. M. Jackson, s.d. 20v.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Joaquim. *História da literatura portuguesa*. Porto: Domingos Barreira, s.d.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*. São Paulo: Nacional, 1966.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 5v.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- GARRET, Almeida. *Obras*. Porto: Lello & Irmão, 1963. 2v.
- GONÇALVES, Magaly Trindade, AQUINO, Zélia Thomaz de, SILVA, Zina Bellodi (Orgs.). *Antologia de antologias*. São Paulo: Musa, 1995.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884. 2v.
- GRAN enciclopedia del mundo*. Bilbao: Durvan, 1971.
- GRANDE enciclopédia Larousse cultural*. São Paulo: Universo, 1988. 8v.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil* (sua história). São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas (1735-1745)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- LAMARTINE, M. de. *Souvenirs, impressions, pensées et paysages pendant un voyage en Orient (1832-1833) ou Notes d'un voyageur*. Paris: Pagnerre, L. Hachette et Cie., Furne et Cie, 1856. 2v. [Oeuvres Complètes de M. de Lamartine, t.VII, t.VIII]
- LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense*. 2 ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. 2v.
- LEITE, S. J., Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1938-1950. 10v.
- LEONTSINIS, Alexandre P. *O tupi, nossa linguagem ecológica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Stassa Leontsinis, 1992.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LIMA, General José Inácio de Abreu e. Ver *BOSQUEJO histórico, político, e literário do Brasil; etc.*
- LYRA, Helena Cavalcanti de et al. *História de revistas e jornais literários*. (Índice da *Revista Brasileira*). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.
- LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre: ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. 3v.
- MACHADO, Álvaro Manuel (Org.). *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Presença, 1996.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1741 (v.1); Oficina de Inácio Rodrigues, 1747 (v.2) e 1752 (v.3); Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno (v.4). 4v.
- MAGALHÃES, General Couto de. *O selvagem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, Dauvin et Fontain, t.I, n.1, p.132-159, 1836. [Edição fac-similar da Academia Paulista de Letras, 1978]
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. [Papéis Avulsos, n.10]

- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de, HOMEM, Francisco de Sales Torres, PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Resumo da história da literatura, das ciências e das artes no Brasil por três brasileiros, membros do Instituto Histórico. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v.5, n.2, p.9-17, ago. 1999.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977-1979. 7v.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 2v.
- MARTINS, Wilson. Encontros e desencontros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 set. 1995. Caderno Idéias/Livros, p.4.
- MARTIUS, Carl F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- MATOS, Gregório de. *Obras completas*. São Paulo: Cultura, 1945. 2v.
- MATOS, Gregório de. *Crônica do viver baiano seiscentista*. Salvador: Janaína, 1969. 7v.
- MENESES, Francisco de Paula Meneses. *Discurso recitado na augusta presença de suas majestades, por ocasião da distribuição dos prêmios e colação do grau de bacharel em letras*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1853.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- MIRANDA, José Américo (Org.). *Parnaso brasileiro, de Januário da Cunha Barbosa: prefácios e índices*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MORAIS, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- MOREIRA, Maria Eunice. Um rato de arquivo: Joaquim Norberto de Sousa Silva e a história da literatura brasileira. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, v.1, n.2, p.21-27, jun. 1995.
- MOREIRA, Thiers Martins. A contagem do verso em português (um erro histórico generalizado). In: *ESTUDOS em homenagem a Cândido Jucá (filho)*, p.247-255.
- MOTTA, Arthur. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Nacional, 1930. 2v.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

- NAVARRO, Aspicuelta et al. *Cartas avulsas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- NERY, Barão de Santa-Anna. *O país das amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- NITERÓI, *Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836. 2v. [Edição fac-similar, São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978. 2v.]
- NUNES, Benedito. Historiografia literária no Brasil. In: *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998. p.205-246.
- OBERACKER Jr., Carlos H. Martius e a historiografia brasileira: A história – ciência natural ou ciência espiritual? *Humboldt*, Munique, Editorial F. Bruckmann, n.48, p.23-39, 1984.
- OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Música do Parnasso*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.
- PAES, José Paulo, MOISÉS, Massaud (Orgs.). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- PEIXOTO, Almir Câmara de Matos. *Direção em crítica literária* (Joaquim Norberto de Sousa Silva e seus críticos). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.
- PERES, Fernando da Rocha. *Gregório de Mattos e Guerra: uma re-visão biográfica*. Salvador: Macunaima, 1983.
- PERES, Fernando da Rocha. *Gregório de Mattos e a Inquisição*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987.
- PERES, Fernando da Rocha. *A família Mattos na Bahia do século XVII*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988.
- PETIT Larousse. Paris: Larousse, 1965.
- PINHEIRO, Cônego Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de história literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873. 2v.
- A POESIA dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Colombo*. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892.
- PROENÇA FILHO, Domício (Org.). Ver *A POESIA dos inconfidentes*.
- RABELO, Manuel Pereira. Vida do excelente poeta lírico, o Doutor Gregório de Mattos Guerra. In: MATOS, 1969. v.7. p.1689-1721.
- RAEDERS, Georges. *Bibliographie franco-brésilienne (1551-1957)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- REVISTA da Sociedade Filomática*. São Paulo: Tipografia do Farol Paulistano, jun.-dez. 1833. [Edição fac-similar, São Paulo: Metal Leve, 1977.]
- RIBEIRO, Santiago Nunes. Da nacionalidade da literatura brasileira. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.1, n.1. p.7-23, 01 nov. 1843; e v.1, n.4, p.111-115, 15 dez. 1843.

- RIBEIRO, Santiago Nunes. Introdução. Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos progressos literários e sociais: novas vistas da Minerva, etc. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.3, nº1, p.1-4, 15 nov. 1844.
- RIVAS, Pierre. *Encontro entre literaturas: França, Brasil, Portugal*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. 5v.
- ROSA, Mauro. Machado de Assis e Juan Valera: um diálogo possível. *Unaminas*, Belo Horizonte, n.7, p.12-25, abr. 1999.
- ROUANET, Maria Helena. *Etenamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SALVADOR, Vicente do Salvador. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- SAMPAIO, Mário Arnaud. *Palavras indígenas no linguajar brasileiro*. Porto Alegre: Sagra - D. C. Luzzatto, 1995.
- SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Nacional, 1987.
- SARAIVA, Antônio José, LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Publicações, 1969.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Projeções: Rússia/Brasil/Itália*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SERRA, Tania Rebelo Costa (Org.). *Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. 2v. [Edição fac-similar: Revista de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 1922.]
- SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, 1997. 3v.
- SILVA, J. M. Pereira da. *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868. 2v.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Parnaso brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843-1848. 2v.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Estudos sobre a literatura brasileira durante o século XVII. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.41-45, 15 nov. 1843, e v.1, n.3, p.76-82, 1º dez. 1843.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Considerações sobre a literatura brasileira. *Minerva Brasiliense*, Rio de Janeiro, v.2, n.14, p.415-417, 15 maio 1844.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. A língua brasileira. *Guanabara*, Rio de Janeiro, t.III, p.99-104, 1855.

- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Tendência dos selvagens brasileiros para a poesia, *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.II, p.343-357, abr. – jun. 1859; e ano I, t.III, p.5-17, jul. – set. 1859.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Catequese e instrução dos selvagens brasileiros, pelos jesuítas. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.III, p.287-303, jul. – set. 1859.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Poesia dos selvagens brasileiros. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.IV, p.271-272, out. – dez. 1859.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano I, t.IV, p.357-364, out. – dez. 1859; e ano II, t.V, p.21-33, jan. – mar. 1860.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Nacionalidade da literatura brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano II, t.VI, p.298-305, abr. – jun. 1860; ano II, t.VII, p.105-112, jul. – set. 1860; ano II, t.VII, p.153-163, jul. – set. 1860; ano II, t.VII, p.201-208, jul. – set. 1860; e ano II, t.VII, p.286-291, jul. – set. 1860.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Literatura Brasileira. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, t.III, p.257-278, 1860a.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Originalidade da literatura brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano III, t.IX, p.160-173, jan. – mar. 1861.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Poetas moribundos. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano III, t.XII, p.48-56, out. – dez. 1861.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Poetas repentistas. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano IV, t.XIV, p.129-146, abr. – jun. 1862.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. As academias literárias e científicas durante o século décimo oitavo: a academia dos seletos. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano IV, t.XV, p.363-376, jul. – set. 1862.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Da inspiração que oferece a natureza do Novo Mundo a seus poetas. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, ano IV, t.XVI, p.261-269, out. – dez. 1862, e ano IV, t.XVI, p.344-351, out. – dez. 1862.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Dirceu de Marília. Ver GONZAGA, 1884.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Maria, ou vinte anos depois. In: SERRA, 1997. p.120-142.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Bosquejo da História de Poesia Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 1997a.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Poesias de Américo Elísio*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1942.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1987.

- SOUSA, Teixeira e. *O filho do pescador*. Rio de Janeiro: Artium, 1997.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. Identidade nacional e história da literatura: a contribuição de Joaquim Norberto. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e Identidade*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p.9-22.
- SPINA, Segismundo, SANTILLI, Maria Aparecida (Orgs.). *Apresentação da poesia barroca portuguesa*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967.
- SUZANNET, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- TEIXEIRA, Bento. *Prosopopéia*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- TOPA, Francisco. *Edição crítica da obra poética de Gregório de Matos*. Porto: Edição do Autor, 1999.
- VALERA, Juan. *Crítica literária (1854-1856)*. Madrid: J. Sánchez de Ocaña, 1927. [Obras Completas, tomo XIX.]
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.). *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1946. 3v.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977. 2v.
- VASCONCELOS, Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. 2v.
- VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.
- WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário (história da literatura brasileira)*. São Paulo: Nacional, 1955.
- ZILBERMAN, Regina, MOREIRA, Maria Eunice (Orgs.). *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

(As páginas indicadas em **negrito** são aquelas em que há notas dos editores relacionadas aos nomes indexados)

- Adet, Carlos-Emílio, **60**
Afonso, Martim, Ver Araribóia
Albuquerque, Afonso de, **43**, 67
Albuquerque, Antônio de, **101**
Albuquerque, Duarte Correia de, 177
Albuquerque, Gonçalo Ravasco
Cavalcante de, 262, 271
Alencastre, D. João de, 250, 254, 262
Alfieri, Vittorio, 72, 90
Alighieri, Dante, 75, 94, 125
Almeida, Francisco de, **42**
Alvarenga, Lucas José de, **145**, 305, 306,
315, 316, 317, 318, 319, 320
Alvarenga, Manuel Inácio da Silva, 36,
49, 52, 53, **113**, 135, 136, 241
Amaral, Ângela do, Ver Rangel, Ângela
do Amaral
Amaral, José Maria do, **136**
Amaral, Prudêncio do, **42**, 74
Anacreonte, 202, 324
Anchieta, José de, 152, 158, 206, 211,
214, 215, 216, 221, 222, 223, 224,
225, 231
Ancillon, David, 73
Andrada, Bernardino Freire de, 279
Andrada, Gomes Freire de, 275, 276,
277, 280, 282, 284, 288, 309, 310,
311, 312
Andrada, Gomes Freire de (tio do
homônimo), 279
Andrada, José Antônio Freire de, 279,
281, 287, 288
Andrada, José Ricardo da Costa Aguiar
de, 69
Andrade, Diogo de Paiva de, 80
Anson, George, **121**
Aquaviva, Cláudio, 230
Araribóia, **174**, 226
Araújo, Antônio de, 217
Araújo, Gaspar Gonçalves de, 282
Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro
e, **38**, 152, 206
Arcádio, 285
Arcet, Barão d', **87**, 119, 132, 134
Argliera, 123
Ariosto, Ludovico, 72, 75, 90, 124
Arruda, Ver Câmara, Manuel de Arruda
Augusto (Caius Julius Caesar Octavianus
Augustus), 120
Azevedo, Manuel Antônio Álvares de,
291, 296, 297
Baena, Antônio Ladislau Monteiro, **173**,
199
Baependi, Marquês de, Ver Gama,
Manuel Jacinto Nogueira da
Balbi, Adriano, 68
Barbosa, Abade, Ver Machado, Diogo
Barbosa
Barbosa, Domingos, **42**, 246
Barbosa, Domingos Caldas, 305, 306,
311, 312, 313, 314, 315, 316
Barbosa, Francisco Vilela, 69, 305, 306,
323, 324
Barbosa, Januário da Cunha, **54**, 56, 59,
80, 83, 111, 136, 311
Barreto, Francisco Ferreira, 291, 294, 295
Barreto, Francisco Moniz, 305, 306, 325
Barreto, Tomás Rubi de Barros, 281
Barros, Domingos Borges de, **46**, 305,
306, 324
Barros, João de, 36, 41, **43**, 68
Beauchamp, Alphonse de, **34**
Belas, Marquês de, Ver Vasconcelos,
José de
Belas, Marquesa de, 316
Bellegarde, Henrique Luís de Niemeyer,
99
Benevides, Salvador Correia de Sá e, 250
Bernardes, Diogo, **36**, 247
Bettendorf, João Filipe, 206
Blasques, Antônio, 215
Bobadela, Conde de, Ver Andrada,
Gomes Freire de
Bocage, Manuel Maria Barbosa du, 113,
320
Boccaccio, Giovanni, 124
Boileau-Despréaux, Nicolas, 199, 265
Bossuet, Jacques Bénigne, 75

- Botafogo, João de Castilho de Sousa, 281
 Boucher, Philippe, **87**, 119, 130, 134
 Bouillet, Marie Nicolas, **99**
 Bouterwek, Friedrich, 57, **60**, 68, 113
 Boyle, Robert, 75
 Brandão, Joaquim Inácio de Seixas, 305, 306, 321
 Brandão, Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, 321
 Brandão, Rodrigo de Seixas, 282
 Brandão, Tomás Pinto, **251**
 Brás, Afonso, 212
 Bretário, João, 224
 Brito, Tomás José Homem de, 280
 Brochado, Belchior da Cunha, 250, 307
 Bruce, 110
 Bruegel, Jan, 127
 Buffon, Georges Louis Leclerc, Conde de, 119, 128
 Burke, Edmund, 77
 Burnier, A. J. N., 291, 298
 Byron, George Gordon, 77, 128
 Cabral, Pedro Álvares, 38, 41, **43**, 54, 85, 99, 120, 126, 154, 155, 212, 214, 305
 Cairu, Visconde de, Ver Lisboa, José da Silva
 Calabar, Domingos Fernandes, 38
 Caldas, Antônio Pereira de Sousa, **46**, 49, 53, 54, 68, 69, 74, 93, 164, 241, 313
 Câmara, Manuel de Arruda, 68, 69
 Camarão, Antônio Filipe, 38, **245**
 Caminha, Pero de Andrade, **36**, 247
 Caminha, Pero Vaz de, 120
 Camões, Luís Vaz de, 35, 39, 42, **43**, 68, 92, 93, 104, 106, 114, 124, 125, 126, 151, 154, 155, 247, 287, 305, 321, 332, 333
 Campos, Roberto, 277
 Campuzano, José María de Heredia y, **78**, **82**
 Cândido, Francisco de Paula, **337**
 Cardim, Fernão, **173**, 179, 225, 226, 227, 229, 230
 Cardoso, Vicente José Ferreira, 74
 Carlos V, 40, 122, 126
 Carvalho, D. Antônio Mendes de, 284
 Carvalho, Francisco Freire de, **60**
 Casal, Aires de, 332
 Castelnau, Francis de la Porte, Conde de, **134**
 Castelo Branco, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas, 105
 Castilho, Antônio Feliciano de, **106**, 336
 Castilho, José Feliciano de, **114**
 Castro, Caetano de Melo de, 263
 Castro, Diogo de, 67
 Castro, Domingos Lourenço de, 281
 Castro, Inês de, 321
 Castro, João de, **43**, 67
 Castro, José da Gama e, **72**, 75, 77, 78, 88, 95
 Catão, 294
 Catulo, 324
 Caubi, **101**
 Cavendish, Henry, 75
 Cervantes, Miguel de, 124, 126
 Chasles, Victor Euphemon Philarète, **110**
 Chateaubriand, François René, 76, 79, 128, 166, 200
 Chatterton, Thomas, 296
 Chavagnes, Louis de, **85**
 Chénier, André, **105**
 Cipião, 262
 Clemente XIV (papa), 311
 Coelho, Jorge de Albuquerque, 248
 Coelho, Nicolau, 124
 Colombo, Cristóvão, 121, 122, 123, 126, 155, 212
 Conceição, Frei Joaquim da, **218**, 219
 Coniambeque, **181**, 202
 Constância, Francisco Solano, **332**
 Cook, James, **121**
 Cooper, James Fenimore, 77, 107
 Copérnico, Nicolau, 72
 Cordeiro, Vicente da Costa, 253
 Corneille, Pierre, 75
 Correia, Abade, 68
 Coruja, Antônio Álvares Pereira, 335, **336**
 Costa, Antônio José Gomes da, 281
 Costa, Antônio Rodrigues da, **102**, 103
 Costa, Cláudio Manuel da, 42, 43, 49, 52, 53, 57, 104, **113**, 114, 135, 136, 145, 147, 148, 241
 Costa, Duarte da, 214
 Costa, Hipólito José da, 68
 Cousin, Victor, **163**

- Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da Câmara, 257, 262
- Coutinho, Ernesto de Sousa e Oliveira, 337
- Coutinho, Francisco de Lemos de Faria Pereira, 104
- Coutinho, João Pereira Ramos de Azeredo, 104
- Couto, Diogo do, 68
- Couto, Manuel do, 224
- Cruz, João de Afonseca da, 284
- Cunha, Conde da, 310
- Cunha, Francisco da, 67
- Cuvier, Georges, 73
- Dabadie, F., 133, 134
- Da Vinci, Leonardo, 82
- Davy, Humphrey, 75
- Debret, Jean Baptiste, 87, 128
- Demócrito, 262
- Demóstenes, 215
- Denis, Ferdinand, 33, 45, 57, 60, 87, 114, 115, 119, 130, 134, 147, 161, 163, 164, 172, 181, 186, 200, 204, 205, 206, 219, 224, 305, 331
- Dias, Antônio Gonçalves, 55, 115, 136, 331
- Dias, Bartolomeu, 43
- Dias, Henrique, 38, 245
- Dinis, Ver Silva, Antônio Dinis da Cruz e Dirceu, Marília de, Ver Brandão, Maria Joaquina Dorotéia de Seixas
- Durão, Frei José de Santa Rita, 45, 52, 53, 54, 74, 82, 92, 107, 135, 136, 148, 153, 164, 241, 306, 331, 334, 335
- Duriense, Elpino, Ver Santos, Antônio Ribeiro dos
- Dutra, Francisco Pereira, 175, 197
- Echeverría, Esteban, 82
- Eckhout, Albert, 87, 127
- Elísio, Américo, Ver Silva, José Bonifácio de Andrada e
- Elísio, Filinto, Ver Nascimento, Francisco Manuel do
- Elvas, Bispo de, Ver Carvalho, D. Antônio Mendes de
- Encarnação, Frei Manuel da, 282
- Encina, Juan del, 231
- Ercilla, Alonso de, Ver Zúñiga, Alonso de Ercilla y
- Évora, Bispo de, Ver Meneses, D. Garcia Eyma, Xavier, 109
- Faria, Padre-Mestre Francisco de, 276, 277, 279, 287, 310
- Faria, Padre Rodrigo de, 228
- Fenício, Eureste, Ver Peixoto, Inácio José de Alvarenga
- Ferreira, Alexandre Rodrigues, 86
- Ferreira, Antônio, 36, 42, 43, 44, 68, 92, 247
- Ferreira, Silvestre Pinheiro, 73, 80
- Figueira, Luís, 206, 217, 332
- Figueiró, Conde de, Ver Vasconcelos, Luís de
- Fonseca, Padre Luís da; 230
- Fonseca, Mariano José Pereira da, 160
- Franca, Gonçalo Soares da, 52, 135, 263
- França, Luís Paulino de Oliveira Pinto da, 291, 293, 305, 306, 322
- Franco, Francisco de Melo, 69
- Franklin, Benjamin, 110
- Freire, Francisco José, 113
- Freycinet, Louis Claude Desausles de, 34, 86
- Galiano, Juan Valera y Alcalá, 60, 87, 107, 119, 133, 134, 146, 171
- Galilei, Galileu, 75, 95
- Galvani, Luigi, 75
- Gama, José Basílio da, 36, 45, 52, 53, 54, 82, 107, 113, 135, 136, 148, 153, 164, 241, 288, 305, 306, 309, 310, 311, 315, 316, 321, 331, 336
- Gama, Manuel Jacinto Nogueira da, 69
- Gama, Paulo da, 124
- Gama, Vasco da, 43, 67, 125, 126
- Gandavo, Pero de Magalhães, 37, 41, 104
- Garção, Pedro Antônio Correia, 104
- Garrett, João Batista da Silva Leitão de Almeida, 60, 87, 114, 142, 146, 164, 331, 332
- Gavet, Daniel, 87, 119, 130, 134
- Gessner, Salomon, 72
- Gilbert, Nicolas Joseph Florent, 296
- Goldoni, Carlo, 73
- Gonçalves, João, 215
- Gôngora, Luís de, 48, 247, 270
- Gonzaga, Tomás Antônio, 46, 146, 147, 153, 321

- Gorostiza, José, 78
 Gouveia, Padre Cristóvão de, 228, 230
 Grã, Luís da, 215
 Guedes, Pedro, 222, 223
 Guerra, Gregório de Matos, Ver Matos, Gregório de
 Guerra, Maria da, 249
 Gutenberg, 37
 Gutiérrez, Juan María, 60, 81, 331
 Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 127, 164
 Henrique, Cardeal Dom (inquisidor geral), 221
 Henrique II, 181
 Henriques, D. Afonso, 106, 214, 322, 333
 Herculano, Alexandre, 60, 87, 114, 331
 Hermes, Jorge, 72
 Heredia, Ver Campuzano, José María de Heredia y
 Herschel, William, 72
 Hipócrates, 120
 Holstein, D. Pedro de Sousa, 94
 Homero 119, 128, 155
 Horácio, 128, 265
 Humboldt, Friedrich Heinrich Alexander von, 80, 87, 119, 120, 126, 134, 164
 Irving, Washington, 77
 Isabel, Rainha, 122
 Jaboatão, Frei Antônio de Santa Maria, 175
 Jacome, Diogo, 212
 Jefferson, Thomas, 106, 109, 110
 Jesus, Frei João de, 218, 219
 João I, D., 67
 João III, D., 231
 João IV, D., 98
 João VI, D., 105
 Jordão, Francisco de Almeida, 281
 José I, D., 321
 Juan, D. (infante), 122
 Junot, Jean Andoche, 322
 Juvenal, 251, 265, 306
 Kant, Immanuel, 72
 Kepler, Johannes, 72
 Kidder, Daniel Parish, 86
 Klopstock, Friedrich Gottlieb, 72
 Koster, Henry, 85
 Labarden, Manuel José, 82
 La Condamine, Charles-Marie de, 86
 Laet, Jan de, 188, 206, 246
 La Martinière, Antoine Augustin Bruzen de, 196, 200, 203
 Lamartine, Alphonse Marie Louis de Prat de, 93, 96, 128, 157, 165
 Lancisi, 75
 Langsdorff, Georg Heinrich von, 85, 128
 Lavradio, Marquês de, Ver Mascarenhas, D. Luís de Almeida Portugal e
 Leal, Francisco Correia, 281
 Leão, Antônio de, 247
 Leão, Bartolomeu de, 217
 Leão, José Pereira, 282
 Leibniz, Gottfried Wilhelm, 72
 Leopoldina, D. (imperatriz), 317
 Léry, Jean de, 86, 171, 178, 180, 181, 186, 191, 194, 195, 196, 200, 201, 203, 204, 237
 Lima, Frei Francisco de, 263, 292
 Lima, João de Brito e, 152
 Lima, José Inácio de Abreu e, 66, 74, 75, 83, 85, 115
 Lisboa, Baltasar da Silva, 59, 102
 Lisboa, José da Silva, 69, 74, 90, 92, 323, 334, 335
 Lourenço, Brás, 215
 Loyola, Santo Inácio de, 50, 212, 215
 Luís, Brás, 264, 307
 Luís XIV, 49, 50
 Lusitano, Cândido, Ver Freire, Francisco José
 Macedo, Francisco de Santo Agostinho de, 93
 Macedo, Joaquim Manuel de, 55, 56, 59, 333
 Macedo, José Agostinho de, 113, 306
 Machado, Diogo Barbosa, 57, 59, 112, 217, 247, 270, 281, 283, 284, 336
 Machado, Francisco Dias, 222
 Machiavelli, Niccolò, 75
 Madre de Deus, D. João da, 251
 Magalhães, Domingos José Gonçalves de, 33, 45, 46, 47, 49, 50, 55, 57, 58, 59, 87, 119, 128, 134, 136, 142, 143, 155, 164, 167, 172, 198, 199, 221, 223, 241, 291, 331
 Magalhães, Fernão de, 93, 125
 Magalhães, Pedro Jaques de, 262

Maia, Emílio Joaquim da Silva, **59**
 Maldonado, **78**
 Malfilâtre, Jacques-Charles-Louis de, **296**
 Mancy, Jarry de, Ver, Marcy, J. de
 Manuel, D., **231**
 Manzoni, Alessandro, **72, 73, 90**
 Marcial, **74**
 Marcy, J. de, **60, 115, 331**
 Maria, Frei Mateus de Jesus, **218, 219**
 Maricá, Marquês de, Ver Fonseca,
 Mariano José Pereira da
 Marini ou Marino, G7iambattista, **48,**
247, 270
 Mármol, José, **60, 137, 165, 331**
 Marreiros, Dr. Manuel Joaquim, **69**
 Martins, João Vicente, **132**
 Martius, Carl Friedrich Phillip von, **85,**
96, 128, 172, 200
 Mascarenhas (conquistador português),
67
 Mascarenhas, Inácio Manuel da Costa,
283
 Mascarenhas, D. Luís de Almeida
 Portugal e, **100, 102, 103**
 Massillon, Jean-Baptiste, **294**
 Matias, Manuel, **296**
 Matos, Eusébio de, **246**
 Matos, Gonçalo de, **266, 305, 308**
 Matos, Gregório de, **51, 246, 249, 250,**
253, 257, 262, 263, 291, 292, 293,
305, 306, 307, 308, 309, 315
 Matos, Pedro Gonçalves de, **249**
 Matos, Raimundo José da Cunha, **99, 142**
 Maury, Alfred, **86**
 Mayerne, Senhor de, Ver Torquet,
 Theodoro
 Maynard, João Pedro, **305, 306, 323**
 Maw, Henry Lister, **88**
 Mecenas, **120**
 Melo, Antônio Francisco Dutra e, **55, 296**
 Menandro, **155**
 Mendes, Heitor, **223**
 Mendes, Manuel Odorico, **164**
 Mendonça, Antônio Pedro Lopes de, **60**
 Mendonça, Gaspar Barata de, **251**
 Meneses, Antônio Antunes de, **281, 287**
 Meneses, D. Garcia, **74**
 Meneses, Francisco de Paula, **50, 58, 59,**
116, 223, 331
 Mennechet, **80, 141, 148, 159**
 Mesquita, Manuel de, Ver Mesquita,
 Martinho de
 Mesquita, Martinho de, **42, 246**
 Mesquita, Salvador de, **42, 246**
 Metastasio, Pietro Trapassi, **43**
 Milton, John, **75, 77**
 Mimoso, João Sardinha, **229**
 Miranda, Francisco de Sá de, **36, 220, 247**
 Mitridates VII, **92**
 Moken, **178**
 Monay, Jarry de, Ver Marcy, J. de
 Monglave, Eugène Garay de, **34, 60, 78,**
107, 115, 154, 167, 331
 Moniz, Egas, **322**
 Montaigne, Michel Eyquem de, **55, 59,**
132, 172, 180, 199, 200, 201
 Monte Alverne, Frei Francisco de, **105,**
157, 331
 Montemayor, Jorge de, ver Montemor,
 Jorge de
 Montemor, Jorge de, **73, 124**
 Montesquieu, Charles de Secondat,
 Barão de, **119, 128**
 Monti, Vincenzo, **73**
 Montoya, Antonio Ruiz de, **180**
 Moore, Thomas, **77**
 Morais, José Francisco Cardoso de, **43**
 Morais, Manuel de, **246**
 Morato, Francisco Manuel Trigo de
 Aragão, **220, 227**
 Müller, Johannes von, **72**
 Muratori, Ludovico Antonio, **72, 90**
 Murillo, Bartolomé Esteban, **82**
 Nascimento, Francisco Manuel do, **44,**
324
 Nassau, Maurício de, **52, 127**
 Navarro, João de Aspilcueta, **212, 215,**
219
 Negreiros, André Vidal de, **245**
 Neuwied, Ver Wied Neuwied,
 Maximiliano Alexandre de
 Nóbrega, Manuel da, **211, 212, 214, 215,**
219, 220
 Nonacriense, Elpino, Ver, Silva, Antônio
 Dinis da Cruz e
 Nossa Senhora do Monte do Carmo, Frei
 Manuel de, **282**
 Novais, Faustino Xavier de, **299**

- Nunes, Feliciano Joaquim de Sousa, 275, 276, 277
- Nunes, Leonardo, 212, 215
- O'Connell, Daniel, 77
- Oliveira, Manuel Botelho de, 42, 43, 49, 51, 104, 144, 148, 246, 266, 268, 270
- Orbigny, Alcide Dessalines d', 166, 194
- Oriente, Fernão Álvares do, 36
- Osório, D. Jerônimo, 68, 74, 80
- Paiva, Manuel de, 212, 215
- Palmella, Duque de, Ver Holstein, D. Pedro de Sousa
- Palmireno, Alcindo, Ver Alvarenga, Manuel Inácio da Silva
- Paranaguá, Marquês de, Ver Barbosa, Francisco Vilela
- Parny, Evariste-Désiré de Forges de, 86
- Paternina, Estêvão de, 224
- Paulino, Luís, Ver França, Luís Paulino de Oliveira Pinto da
- Paulo III (papa), 143
- Paw, Ver Maw, Henry Lister
- Pedra Branca, Visconde da, Ver Barros, Domingos Borges de
- Pedro I, D. (de Portugal), 68
- Pedro I, D. (do Brasil), 54, 109, 317, 325
- Pedro II, D. (de Portugal), 250, 270
- Pedro II, D. (do Brasil), 59, 336
- Pegas, Manuel Álvares, 250
- Peixoto, Inácio José de Alvarenga, 53, 113
- Pereira, Antônio, 246
- Pereira, Fernando José da Cunha, 281
- Pereira 1.º, José Saturnino da Costa, 69
- Pérsio, 265
- Petrarca, 75
- Pimentel, Manuel, 67
- Píndaro, 128
- Pinheiro, Joaquim Caetano Fernandes, 59, 223
- Pinheiro, José Feliciano Fernandes, 55, 59, 74, 87, 90, 115, 119, 129, 134, 275
- Pinto, Fernão Mendes, 68
- Pinto, Francisco, 217
- Pires, Ambrósio, 215
- Pires, Antônio, 212, 215, 219
- Pires, Francisco, 212
- Pita, Sebastião da Rocha, 37, 85, 104, 112, 152, 175, 337
- Pizarro, Ver Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e
- Plácido, Gabriel de la Concepción Valdés, 82
- Platão, 172
- Plutarco, 155
- Pombal, Marquês de, 68, 102, 285, 311, 321
- Pombeiro, Conde de, Ver Vasconcelos, José de
- Pombeiro, Condessa de, Ver Belas, Marquesa de
- Pope, Alexander, 265
- Porta, Carlo, 73
- Porto-Alegre, Manuel de Araújo, 55, 59, 106, 136, 164, 199, 331, 333, 336, 337
- Portugal, cosmógrafo (José Fernandes?), 67
- Post, Frans Janszoon, 87, 127
- Povos, Maria dos, 253, 266
- Propércio, 324
- Ptolomeu, 125
- Rabelo, Laurindo José da Silva, 306
- Ramalho, João, 101
- Rangel, Ângela do Amaral, 282
- Ravasco, Bernardo Vieira, 51, 246, 266, 270
- Rebello, Francisco, 245
- Rebello, José Silvestre, 333
- Rego, Padre Francisco da Fonseca, 263
- Reis, Antônio dos, 74
- Ribeira, Antônio Esteves, 283
- Ribeiro, Bernardim, 247, 296
- Ribeiro, Duarte da Ponte, 336
- Ribeiro, Francisco Bernardino, 59
- Ribeiro, Frei Lourenço, 246, 305, 306, 309
- Ribeiro, José Silvestre, Ver Rebello, José Silvestre
- Ribeiro, Miguel da Costa, 280
- Ribeiro, Roberto Car, 283
- Ribeiro, Santiago Nunes, 33, 48, 49, 50, 60, 74, 78, 79, 83, 87, 107, 119, 120, 127, 134, 141, 157, 163, 223, 331
- Rodrigues, Ambrósio, 228
- Rodrigues, Padre Pero, 224
- Rodrigues, Salvador, 212
- Rodrigues, Vicente, 212
- Romagnosi, Gian Domenico, 73

- Roquete, José Inácio, **333**
 Rosa, Francisco Otaviano de Almeida, **59**
 Rosa, Pedro da Silva, **281**
 Roo, Quintana, **78**
 Rugendas, Johann Moritz, **87**
 Sá, Antônio de, **51, 157, 246**
 Sá, Estácio de, **174**
 Sá, Manuel Tavares de Siqueira e, **276, 277, 279, 280, 283, 287, 288**
 Sá, Simão Pereira de, **281**
 Sacramento, Frei Leandro do, **69**
 Sadino, Elmano, ver Bocage, Manuel Maria Barbosa du
 Saint-Hilaire, Auguste de, **86, 128, 201**
 Saint-Pierre, Jacques Henri Bernardin de, **146**
 Saldanha, José da Natividade, **54, 135, 136, 241**
 Sampaio, D. Pedro da Silva, **249**
 Sánchez (tesoureiro), **122**
 Sané, Alexandre-Marie, **60**
 Sannazaro, Iacopo, **124**
 Santa Maria, Padre-Mestre Francisco de, **284**
 Santa Rosa, Frei Pedro de, **218, 219**
 Santo Antônio, Frei Boaventura de, **218, 219**
 Santo Atanásio, Frei João de, **218**
 Santos, Antônio Ribeiro dos, **113**
 São Carlos, Frei Francisco de, **38, 49, 53, 54, 135, 136, 164, 241**
 São Jerônimo, D. Francisco de, **337**
 São Leopoldo, Visconde de, Ver Pinheiro, José Feliciano Fernandes
 Saraiva, Mateus, **281, 287**
 Sardinha, D. Pero Fernandes, **177**
 Satúrnio, Glauceste, Ver Costa, Cláudio Manuel da
 Schiller, Friedrich von, **72**
 Schlegel, Friedrich von, **124**
 Sebastião, D., **97**
 Semedo, Belchior Manuel Curvo, **113**
 Serra, João Duarte de Lisboa, **291, 296, 297**
 Serrão, Gregório, **215**
 Sever, Abade de, Ver Machado, Diogo Barbosa
 Shakespeare, William, **75, 77, 151**
 Sidney, Philip, **124**
 Silva, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e, **69**
 Silva, Antônio Cordeiro da, **282**
 Silva, Antônio de Moraes, **69, 106, 332**
 Silva, Antônio Dinis da Cruz e, **73, 104, 265, 270**
 Silva, Antônio José da, **271**
 Silva, João Manuel Pereira da, **33, 47, 50, 58, 59, 103, 107, 149, 150, 198, 199, 223, 331**
 Silva, João Mendes da, **247, 271**
 Silva, José Bonifácio de Andrada e, **49, 54, 69, 91, 102, 113, 136, 241, 335**
 Silva, José Maria da Costa e, **87**
 Silva, Martim Francisco-Ribeiro de Andrada e, **69**
 Silves, Bispo de, Ver Osório, D. Jerônimo Sinésio, **285**
 Sipílio, Termindo, Ver Gama, José Basílio da
 Siqueira, Antônio Nunes de, **280**
 Sismondi, Jean-Charles-Léonard Simonde de, **57, 60, 68, 113, 125, 245, 272, 332**
 S. M. I., Ver Pedro II, D. (do Brasil)
 Sousa, Gabriel Soares de, **173, 175, 176, 177**
 Sousa, D. Luís de Vasconcelos e, **100**
 Sousa, Manuel da Cunha de Andrada e, **284**
 Sousa, Tomé de, **214**
 Southey, Robert, **102**
 Spix, Johann Baptist von, **85, 128, 200**
 Staden, Hans, **86, 174, 186, 191, 192, 195, 200, 202, 203, 205**
 Suzannet, Conde de, Ver Chavagnes, Louis de
 Tagídio, Elmano (Elmiro Tagideu?), Ver Macedo, José Agostinho de
 Tagle, **78**
 Tasso, Bernardo, **72, 90**
 Tasso, Torquato, **43, 72, 75, 90, 155**
 Tassoni, Alessandro, **72, 90**
 Teixeira, Bento, **246, 247**
 Thevet, André, **86, 180, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 197, 200**
 Tibiriçá, **101**
 Tibulo, **324**
 Tiraboschi, Girolamo, **72, 90**

- Tirteu, 35, 48
 Tito Lívio, 68, 74
 Tocqueville, Charles Alexis Henri Clérel de, 166
 Tolentino, Nicolau, 265, 312
 Tommaseo, Niccolò, 40
 Torquet, Theodoro, 186
 Torre, Juanna de la, 122
 Torres Homem, Francisco de Sales, 164
 Transtagano, Belmiro, Ver Semedo, Belchior Manuel Curvo
 Trigoso, Ver Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão
 Valera, Ver Galiano, Juan Valera y Alcalá
 Varela, Inácio Gomes de Lira, 283
 Varnhagen, Francisco Adolfo de, 80, 199, 331, 334
 Vasconcelos, José de, 312, 315
 Vasconcelos, Luís de, 312
 Vasconcelos, Simão de, 86, 143, 181, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 203, 206, 215, 216, 221, 223, 224, 332
 Vega, Garcilaso de la, 124
 Veiga, Amador Bueno da, 101
 Veiga, Evaristo Ferreira da, 54, 59, 241
 Velosino, Jacó de Andrade, 246
 Vespúcio, Américo, 85, 121
 Viana, Bento Luís, 296
 Vicente, Gil, 36, 68, 231
 Vieira, Padre Antônio, 41, 105, 251, 269, 270, 271
 Villegaignon, Nicolas Durand de, 86, 181
 Villemain, Abel François, 77
 Virgílio, 94, 119, 128
 Volta, Alessandro, 75
 Voltaire, François Marie Arouet, dito, 49, 119, 126
 Wagener, Zacharias, 127
 Wallace, Sir William, 110
 Walsh, Robert, 85
 Werner, Zacharias, 72
 Wied Neuwied, Maximiliano Alexandre de, 85, 128
 Wieland, Christoph Martin, 72
 Zavala, 78
 Zúñiga, Alonso de Ercilla y, 126

José Américo Miranda é professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG e pesquisador de história literária. Nessa linha de pesquisa, preparou ou colaborou na edição das seguintes obras: *Bosquejo da história da poesia brasileira* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997); *Obras*, de Antônio Augusto de Queiroga (Belo Horizonte: Orobó/Faculdade de Letras da UFMG, 1999); *Parnaso brasileiro, de Januário da Cunha Barbosa: prefácios e índices* (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999); *Sermão do Mandato*, de Eusébio de Matos – em colaboração com a Profa. Maria Cecília Boechat (Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999); *Maio de 1888: poesias distribuídas ao povo, no Rio de Janeiro, em comemoração à Lei de 13 de maio de 1888* – em colaboração com os Professores Tahís Velloso Cougo Pimentel, Regina Helena Alves da Silva e Luiz D. H. Arnaut (Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999); *Morro Velho*, de Avelino Fóscolo – em colaboração com a Profa. Leticia Malard (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999); *Minerva Brasiliense: editoriais e índice* – em colaboração com a Profa. Maíza Franco (Belo Horizonte: Centro de Estudos Portugueses/Faculdade de Letras da UFMG, 2000); *Poesias*, de Aureliano Lessa (Belo Horizonte: Autêntica/Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários/Faculdade de Letras da UFMG, 2000).



Este livro reúne os capítulos da *História da Literatura Brasileira* publicados por Joaquim Norberto de Sousa Silva, entre 1859 e 1862, na *Revista Popular*. Eles estavam destinados a uma história literária que não chegou a se completar: a obra acabada jamais foi publicada. Se o tivesse sido, seria a primeira história de nossa literatura escrita por um brasileiro. Neste volume, procurou-se seguir o plano da obra que o autor chegou a apresentar num dos volumes da *Revista*. Quanto ao mais, isto é, aos "outros estudos" aqui reunidos, pretendeu-se completar o panorama da história literária com artigos, escritos pelo próprio Joaquim Norberto, relativos à literatura brasileira dos séculos XVII, XVIII e XIX.



ISBN 85-87470-16-7



9 788587 470164